

CATECISMO
DA IGREJA
NOVA
APOSTÓLICA

CATECISMO DA IGREJA NOVA APOSTÓLICA



© 2012 Igreja Nova Apostólica Internacional, Zurique / Suíça
Reservados todos os direitos

Layout: EINDRUCK Visuelle Kommunikation GmbH, Sarrelouis, Alemanha
Composição: Griebisch und Rochol Druck GmbH & Co. KG, Hamm, Alemanha
Impressão e acabamentos:

Verlag Friedrich Bischoff GmbH
Nº de encomenda 221 005
ISBN: 978-3-943980-04-2
2ª edição 2014

Visão e missão da Igreja Nova Apostólica

A visão

Uma igreja na qual as pessoas se sentem bem e orientam a sua vida segundo o Evangelho de Jesus Cristo, preenchidos de Espírito Santo e amor a Deus, para, desta maneira, se prepararem para a Sua revinda e para a vida eterna.

A missão

Ir ter com todas as pessoas para lhes ensinar o Evangelho de Jesus Cristo e batizá-las com água e o Espírito Santo.

Praticar assistência pastoral e criar uma comunhão fraterna na qual cada um vivencia o amor de Deus e a alegria de servir, a Ele e ao próximo.

Prólogo

Foi a primeira vez que se elaborou uma apresentação sistemática da doutrina de fé nova-apostólica. Embora já tivessem existido publicações no passado, que descreviam os elementos essenciais da fé nova-apostólica, por exemplo, o livro "Perguntas e respostas sobre a fé nova-apostólica", cuja última versão foi publicada em 1992, foram-se ouvindo cada vez mais vozes que expressavam a necessidade de ver publicada uma apresentação mais abrangente da doutrina. A Igreja Nova Apostólica está presente e opera em muitos países de cunho cultural muito distinto, o que torna necessária uma obra fundamental universal para fundamentar uma unicidade doutrinal, apesar de todas as diferenças existentes.

É com enorme prazer que, por ocasião dos 150 anos de existência da Igreja Nova Apostólica, apresento a todos os irmãos e irmãs de fé o atual Catecismo, cuja edição foi iniciada pelo meu antecessor no ministério, o apóstolo maior Fehr. Ficarei igualmente muito grato se esta obra se revelar também de interesse para crentes de outras Igrejas. Convido, assim, cordialmente todos a se inteirarem dos conteúdos do Catecismo.

O livro expressa as convicções fundamentais que todos os cristãos têm em comum. Ademais, também explana as particularidades da fé nova-apostólica. O Catecismo foi escrito com base na crença e para os crentes. Quero frisar que, apesar de todas as diferenças interpretativas que possa haver, a Igreja Nova Apostólica cultiva grande estima pelas outras Igrejas e pelas suas afirmações doutrinárias.

O Catecismo é uma obra fundamental. É um padrão para a vida de fé nova-apostólica. Decerto que a presente obra não dá resposta a todos os aspectos que suscitem dúvidas, mas abre muitas perspectivas de diálogo e de abordagem de temas da atualidade.

Esta obra fundamental foi criada por um grupo de trabalho composto, na sua maioria, por apóstolos. A Assembleia de Apóstolos de Distrito acompanhou o trabalho nas suas etapas mais importantes. O texto foi redigido em estreita cooperação comigo.

Quero agradecer cordialmente a todos os envolvidos e expressar o meu reconhecimento pelo trabalho efetuado. Faço votos para que a obra seja utilizada para bênção e orientação na fé!

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Wilhelm Leber'. The script is cursive and fluid, with the first name 'Wilhelm' being more prominent than the last name 'Leber'.

Wilhelm Leber
Zurique, março de 2012

Prefácio

1 Profissões de fé neotestamentárias

A fé cristã visa comunicar-se a outros. Desde tempos imemoriais que o cristão é incentivado a professar a sua fé e defendê-la perante outras pessoas: «... estai sempre preparados para responder, ... a qualquer que vos pedir» (1Pe 3,15).

No Novo Testamento, existem frases e formulações que falam da essência da fé cristã, nomeadamente da profissão de fé em Jesus enquanto Senhor Ressuscitado. Exemplos:

«Porque primeiramente vos entreguei o que também recebi: que Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras; e que foi sepultado e que ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras; e que foi visto por Cefas, e depois pelos doze» (1Cor 15,3-5).

«De sorte que haja em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, que, sendo em forma de Deus, não teve por usurpação ser igual a Deus. Mas aniquilou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, fazendo-se semelhante aos homens. E achado na forma de homem, humilhou-se a si mesmo, sendo obediente até à morte, e morte de cruz. Pelo que, também, Deus o exaltou soberanamente, e lhe deu um nome que é sobre todo o nome; para que, ao nome de Jesus, se dobre todo o joelho dos que estão nos céus, e na terra, e debaixo da terra, e toda a língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para a glória de Deus Pai» (Fl 2,5-11).

Estas formulações destinavam-se a dar expressão vinculativa à fé e a transmitir os fundamentos da fé cristã a todos os seres humanos que quisessem ser cristãos e deixar-se batizar. Além disso, a intenção também era transmitir, de

forma genuína, a fé em Jesus Cristo, que, já na época neotestamentária, era ameaçada por falsas doutrinas.

2 Terminologia

O termo "Catecismo" tem a sua origem na língua grega (do gr. "kata" = "para baixo, ao encontro"; "echein" = "ecoar, soar"); originariamente, era a designação que se dava às aulas de preparação para o batismo com água. O Catecismo expõe os conteúdos da fé cristã e como estes devem refletir-se no modo de vida dos crentes.

A Escritura Sagrada é o fundamento da doutrina da Igreja. O seu testemunho, contido no Antigo e no Novo Testamento, é exposto no Catecismo através das suas afirmações principais.

Na presente obra, são tematizadas as afirmações essenciais da crença cristã, tendo por base a Escritura Sagrada, os concílios ecuménicos dos séculos IV a VII e os Credos da Igreja antiga.

Também se encontram refletidos os reconhecimentos obtidos desde a restauração do ministério de apóstolo, no princípio do século XIX, e formulados na profissão de fé nova-apostólica.

3 Estrutura e conteúdo

O Catecismo da Igreja Nova Apostólica começa com explanações sobre a automanifestação de Deus e sobre a Escritura Sagrada (Capítulo 1). Depois, segue-se uma explicação da profissão de fé nova-apostólica (Capítulo 2) e uma explanação da doutrina trinitária de Deus (Capítulo 3). No capítulo sobre a Santa Trindade são abordadas posições centrais da fé cristã que ultrapassam quaisquer delimitações confessionais, mantendo a sua validade global: são apresentados a fé em Deus, o Pai, o Criador do céu e da Terra, em Deus, o Filho, que encarnou em Jesus Cristo, morreu e ressuscitou dos mortos, bem

como a fé em Deus, o Espírito Santo, através do qual foi atuada a santificação e a nova criação.

A seguir, no capítulo 4, são feitas afirmações sobre o estado do Homem perante Deus, que falam do pecado original e da necessidade de redenção. Neste contexto, são tematizadas as tarefas da lei mosaica e a sua relação com o Evangelho. As explanações referentes aos Dez Mandamentos (Capítulo 5) evidenciam que a fé cristã não é apenas um assunto interno, mas que exige consequências práticas na conduta de vida do cristão.

O pecador crente, justificado perante Deus, pratica a sua fé na Igreja, isto é, dentro da comunhão dos batizados, que creem em Jesus Cristo e O professam como seu Senhor. O que é a Igreja de Jesus Cristo, quais são as suas diversas formas e como é que a Igreja Nova Apostólica se vê dentro da Igreja de Jesus Cristo una, é demonstrado no capítulo 6. À Igreja de Cristo também pertence o ministério cujo significado é explicado no capítulo 7. Sendo que o ministério de apóstolo é visto como fonte para todos os restantes ministérios. Aqui, trata-se de um elemento central da fé nova-apostólica: a Igreja e o ministério de apóstolo são indissociáveis.

No capítulo 8, seguem-se explanações sobre os sacramentos, ou seja, sobre o Santo Batismo com Água, a Santa Ceia e o batismo com o Espírito, o Santo Selamento. Fica claro que os sacramentos são os principais atos salvíficos de Deus; são elementares para a fé nova-apostólica.

Os capítulos "A vida após a morte" (9) e "Doutrina das coisas futuras" (10) abordam a escatologia individual e universal. As perguntas sobre o que vem depois da morte, como é a relação do falecido com Deus e se ainda haverá possibilidades de alcançar a salvação são questões que se colocam a qualquer ser humano. Outro aspeto tematizado é o da meta da fé dos cristãos novos-apostólicos. É dada uma visão do futuro segundo o plano de salvação de Deus.

As apresentações relacionadas com a doutrina nova-apostólica são complementadas por explanações sobre a história do cristianismo e da Igreja Nova Apostólica (Capítulo 11), bem como sobre o serviço divino (Capítulo 12) e a prática de vida geral (Capítulo 13).

4 Objetivos

O Catecismo da Igreja Nova Apostólica tem em consideração as apresentações anteriores da fé nova-apostólica. No entanto, na sua linguagem e na forma de explanar os conteúdos de fé, vai muito além das publicações anteriores da nossa Igreja. A proximidade que existe entre os fundamentos de fé de todos os cristãos evidencia-se, por exemplo, pela integração dos credos da Igreja antiga. O caminho para a salvação em Cristo é descrito no âmbito dos conhecimentos atuais. Isso acontece na plena consciência de que Deus, na Sua onipotência, pode oferecer salvação à humanidade por caminhos diferentes dos que foram manifestados e identificados.

Um objetivo importante do Catecismo consiste no facto de ele se tornar o fundamento para o ensino religioso e os encontros dentro da Igreja. Também deve contribuir para uniformizar ainda mais as afirmações doutrinárias, tendo em consideração outras línguas e culturas. Desta forma, o conteúdo também serve para aprofundar o reconhecimento e fortalecer a fé dos cristãos novos-apostólicos.

A doutrina nova-apostólica também deve evidenciar-se nas suas relações com as doutrinas de outras Igrejas cristãs. Assim sendo, o Catecismo mostra ambos os lados, o que há em comum e o que difere. A apresentação das particularidades da fé nova-apostólica não pretende marginalizar ninguém nem representa uma negação de terceiros, antes constituindo um ponto de partida para iniciar um diálogo frutuoso com outros cristãos.

O Catecismo é um incentivo para todos os cristãos novos-apostólicos, para que se ocupem intensamente dos conteúdos da sua fé. Além disso, é um convite dirigido a todos os interessados, para que conheçam a doutrina de fé nova-apostólica.

Conteúdo

Parte I

Manifestações divinas	33
1.1 Automanifestação de Deus na criação e na história	33
1.1.1 Deus manifesta-se como Criador	34
1.1.2 Deus manifesta-se na história de Israel	35
1.1.3 Deus manifesta-se no Seu Filho	36
1.1.4 Deus manifesta-se na Igreja atual	36
1.2 A Escritura Sagrada	38
1.2.1 Conteúdo e estruturação da Escritura Sagrada	39
1.2.2 O Antigo Testamento	40
1.2.2.1 Criação do cânone veterotestamentário	40
1.2.2.2 Livros do Antigo Testamento	40
1.2.3 Escrituras veterotestamentárias tardias	42
1.2.4 O Novo Testamento	43
1.2.4.1 Criação do cânone neotestamentário	43
1.2.4.2 Livros do Novo Testamento	44
1.2.5 Significado da Escritura Sagrada para a doutrina e a fé	46
1.2.5.1 Interpretação da Escritura Sagrada através do Espírito Santo	46
1.2.5.2 Jesus Cristo – o centro da Escritura	46
1.2.5.3 Utilização pessoal da Escritura Sagrada	47
1.3 Manifestações atuais do Espírito Santo	48
1.4 A fé como resposta do Homem às manifestações divinas	49
1.4.1 Fé em Deus, o Pai	50
1.4.2 Fé em Deus, o Filho	51

1.4.3	Fé em Deus, o Espírito Santo	51
1.4.4	Fé e pregação	52

Parte II

Profissão de fé	57

2.1	Profissões de fé bíblicas	57

2.2	Surgimento dos credos na Igreja antiga	58

2.2.1	Credo dos Apóstolos	58

2.2.2	Credo Niceno-Constantinopolitano	59

2.3	Credos na Igreja antiga e seu significado para a Igreja Nova Apostólica	60

2.4	Profissão de fé nova-apostólica	62

2.4.1	O primeiro artigo de fé	63

2.4.2	O segundo artigo de fé	64

2.4.3	O terceiro artigo de fé	66

2.4.4	O quarto artigo de fé	69

2.4.5	O quinto artigo de fé	70

2.4.6	O sexto artigo de fé	71

2.4.7	O sétimo artigo de fé	72

2.4.8	O oitavo artigo de fé	74

2.4.9	O nono artigo de fé	75

2.4.10	O décimo artigo de fé	76

Parte III

Deus Trino	81

3.1	Natureza de Deus	81

3.1.1	Um Deus em três pessoas	82

3.1.2	Deus, o Uno	82

3.1.3	Deus, o Santo	83
3.1.4	Deus, o Onnipotente	84
3.1.5	Deus, o Eterno	85
3.1.6	Deus, o Amoroso	85
3.1.7	Deus, o Justo e o Misericordioso	86
3.1.8	Deus, o Perfeito	86
3.2	Deus - Pai, Filho e Espírito Santo	88
3.2.1	Indicações referentes ao Deus Trino no Antigo Testamento	89
3.2.2	Indicações referentes ao Deus Trino no Novo Testamento	90
3.2.3	Desenvolvimento da doutrina trinitária	91
3.2.4	Unicidade das três pessoas divinas	92
3.3	Deus, o Pai	94
3.3.1	Deus, o Criador	95
3.3.1.1	A criação invisível	97
3.3.1.1.1	Os anjos	98
3.3.1.1.2	Significado do que é invisível para a vida do Homem	99
3.3.1.2	A criação visível	100
3.3.2	O Homem à imagem e semelhança de Deus	101
3.3.3	A queda do Homem	103
3.3.4	O Homem como unidade composta por corpo, alma e espírito	104
3.4	Deus, o Filho	106
3.4.1	O Filho unigênito de Deus	107
3.4.2	O Verbo encarnado	108
3.4.3	Jesus Cristo, verdadeiro Homem e verdadeiro Deus	109
3.4.4	Indicações referentes a Jesus Cristo no Antigo Testamento	111
3.4.5	Jesus Cristo – o Redentor	112
3.4.6	Títulos de majestade atribuídos a Jesus	114
3.4.6.1	Messias – Cristo – Ungido	114
3.4.6.2	Senhor	115
3.4.6.3	Filho do Homem	116
3.4.6.4	Emanuel – Servo do Senhor – Filho de David	116
3.4.7	Ministérios de Cristo – Rei, Sacerdote e Profeta	117
3.4.7.1	Jesus Cristo – o Rei	118
3.4.7.2	Jesus Cristo – o Sacerdote	119

3.4.7.3	Jesus Cristo – o Profeta	120
3.4.8	Testemunhos neotestamentários referentes à pessoa e à atuação de Jesus Cristo	122
3.4.8.1	Conceção e nascimento de Jesus	122
3.4.8.2	Batismo de Jesus no rio Jordão	123
3.4.8.3	Tentação de Jesus no deserto	124
3.4.8.4	Ensinamentos de Jesus	125
3.4.8.5	Milagres de Jesus	126
3.4.8.6	Parábolas e palavras metafóricas de Jesus	128
3.4.8.7	Jesus e a lei	130
3.4.8.8	Jesus e os Seus apóstolos	131
3.4.9	Paixão e morte sacrificial de Jesus	132
3.4.9.1	Jesus institui a Santa Ceia	133
3.4.9.2	Jesus em Getesêmane	133
3.4.9.3	Jesus diante do Sinédrio	134
3.4.9.4	Jesus diante de Pilatos e Herodes	134
3.4.9.5	Crucificação e morte sacrificial de Jesus	135
3.4.9.6	Indicações veterotestamentárias referentes ao sofrimento e à morte sacrificial de Jesus	138
3.4.9.7	Indicações de Jesus referentes ao Seu sofrimento e à Sua morte	139
3.4.9.8	Indicações referentes à morte sacrificial de Jesus nas epístolas dos apóstolos	140
3.4.9.9	A cruz	141
3.4.10	Atuação de Jesus Cristo no reino dos mortos	142
3.4.11	Ressurreição de Jesus Cristo	143
3.4.11.1	Significado salvífico da ressurreição de Jesus Cristo	144
3.4.11.2	Aparições do Ressuscitado	145
3.4.11.3	Corpo ressuscitado de Jesus Cristo	146
3.4.12	Ascensão de Jesus Cristo	147
3.4.13	Jesus Cristo como cabeça da Igreja	149
3.4.14	Jesus Cristo como cabeça da criação	149
3.4.15	Promessa da revinda de Jesus Cristo	150
3.5	Deus, o Espírito Santo	152
3.5.1	O Espírito Santo como pessoa divina	153
3.5.1.1	O Espírito Santo na unicidade com o Pai e o Filho	154
3.5.1.2	O Espírito Santo e a encarnação do Filho de Deus	154

3.5.2	O Espírito Santo como força – o dom do Espírito Santo	156
3.5.3	Testemunhos da atuação do Espírito Santo na época do Antigo Testamento	157
3.5.3.1	O Espírito de Deus	157
3.5.3.2	Atuação do Espírito Santo nos livros proféticos veterotestamentários	158
3.5.4	Promessa do Espírito Santo por Jesus Cristo	159
3.5.4.1	O Consolador	159
3.5.4.2	O Espírito da verdade	160
3.5.4.3	A força vinda do alto	160
3.5.5	Espírito Santo e Igreja	162
3.5.5.1	Derramamento do Espírito Santo no Pentecostes	162
3.5.5.2	Atuação do Espírito Santo nos sacramentos	163
3.5.5.3	Atuação do Espírito Santo no ministério de apóstolo	163

Parte IV

O Homem carente de salvação 167

4.1	O Mal – as potestades antídivas	167
4.1.1	O Mal como força antídiva	168
4.1.2	O Mal como pessoa	168
4.2	O pecado original	170
4.2.1	Consequências do pecado original para o Homem	171
4.2.1.1	O Homem caído em pecado	171
4.2.1.2	O Homem pecaminoso continua a ser amado por Deus	172
4.2.1.3	Consciência	174
4.2.1.4	Razão	176
4.2.1.5	Fé	178
4.2.2	Consequências do pecado original para a criação	180
4.3	Pecado e culpa	181
4.3.1	Pecado	181
4.3.2	Culpa	182

4.4	Plano de salvação de Deus	183
4.4.1	Esperança salvífica veterotestamentária	184
4.4.2	Jesus Cristo – Salvador e Mediador da Salvação	184
4.4.3	Preparação da Igreja-noiva	186
4.5	Eleição	187
4.5.1	Eleição no Antigo Testamento	188
4.5.2	Eleição no Novo Testamento	189
4.5.3	Soberania de Deus na eleição por misericórdia	189
4.6	Bênção de Deus	191
4.6.1	Bênção de Deus na criação	193
4.6.2	Bênção de Deus na Antiga Aliança	193
4.6.3	Bênção de Deus na Nova Aliança	194
4.7	Funções da lei	196
4.7.1	O termo "Lei"	197
4.7.2	A lei como instrução para agir corretamente	197
4.7.3	A lei como instrução para reconhecer o pecado	198
4.8	Lei e Evangelho	200
4.8.1	Lei de Cristo – a graça	201
4.8.2	Relação entre fé e obra	203

Parte V

Os mandamentos de Deus	207
5.1 Viver a fé segundo os mandamentos de Deus	207
5.2 Os mandamentos de Deus – uma expressão do Seu amor	209
5.2.1 O amor a Deus	210
5.2.2 O amor ao próximo – o amor aos concidadãos	211
5.2.3 O amor ao próximo – o amor na comunidade	213

5.3	Os Dez Mandamentos	216
5.3.1	Termo "Mandamento"	216
5.3.1.1	Contagem	216
5.3.1.2	Os Dez Mandamentos no Antigo Testamento	216
5.3.1.3	Os Dez Mandamentos no Novo Testamento	217
5.3.1.4	Formulação	218
5.3.2	Primeiro mandamento	221
5.3.2.1	Deus – Senhor e Benfeitor	221
5.3.2.2	Deus – Libertador do cativo	222
5.3.2.3	Adoração e temor a Deus	222
5.3.2.4	Interdição da adoração de outros deuses	223
5.3.2.5	Interdição dos ídolos	223
5.3.2.6	Infrações ao primeiro mandamento	224
5.3.3	Segundo mandamento	225
5.3.3.1	O nome de Deus	225
5.3.3.2	Formas de uso abusivo do nome de Deus	226
5.3.3.3	A ameaça de sanção	227
5.3.3.4	Santificar o nome de Deus – oração e conduta	227
5.3.3.5	Juramento - voto	228
5.3.4	Terceiro mandamento	229
5.3.4.1	Fundamentos do terceiro mandamento para Israel	229
5.3.4.2	O sábado em Israel	229
5.3.4.3	Jesus Cristo e o sábado	230
5.3.4.4	Do sábado para o domingo	230
5.3.4.5	Santificar o feriado no serviço divino	231
5.3.4.6	Trabalhar aos domingos – entre obrigatoriedade e santificação	232
5.3.4.7	Forma de passar os domingos	232
5.3.5	Quarto mandamento	233
5.3.5.1	O quarto mandamento segundo a visão veterotestamentária	233
5.3.5.2	Jesus Cristo e o quarto mandamento	234
5.3.5.3	O quarto mandamento na visão do apóstolo Paulo	234
5.3.5.4	Ampliação do quarto mandamento na tradição cristã	235
5.3.5.5	O quarto mandamento na vida atual	235
5.3.6	Quinto mandamento	236
5.3.6.1	Interdição de matar no Antigo Testamento	236
5.3.6.2	Interdição de matar no Novo Testamento	237
5.3.6.3	Significado do quinto mandamento na atualidade	237

5.3.6.4	Questões específicas referentes ao quinto mandamento	238
5.3.7	Sexto mandamento	240
5.3.7.1	Matrimónio	240
5.3.7.2	Adultério	241
5.3.7.3	Divórcio	242
5.3.7.4	Comportamento sagrado no matrimónio	243
5.3.8	Sétimo mandamento	244
5.3.8.1	Roubo no quadro legislativo geral	244
5.3.8.2	Interdição do roubo no Antigo Testamento	244
5.3.8.3	Interdição do roubo no Novo Testamento	245
5.3.8.4	Tipos diferentes de roubo	245
5.3.9	Oitavo mandamento	246
5.3.9.1	Significado original	246
5.3.9.2	Exemplos de falsos testemunhos no tempo do Antigo Testamento	247
5.3.9.3	Exemplos de falsos testemunhos no tempo do Novo Testamento	247
5.3.9.4	Falso testemunho na atualidade – interdição da mentira e da fraude	248
5.3.9.5	Outras infrações ao oitavo mandamento	248
5.3.9.6	Testemunho falso e verídico no sentido espiritual	249
5.3.10	O nono mandamento e o décimo mandamento	249
5.3.10.1	Formas de contagem e versões diferentes	250
5.3.10.2	Concupiscência – causadora de pecado	250
5.3.10.3	Desejar o parceiro conjugal do seu próximo	251
5.3.10.4	Cobiçar os bens do seu próximo	251
5.3.10.5	Como vencer a cobiça pecaminosa	252

Parte VI

A Igreja de Jesus Cristo 255

6.1	Termo "Igreja"	255
6.2	Fundamentação bíblica	255
6.2.1	Indicações do Antigo Testamento referentes à Igreja de Jesus Cristo	256
6.2.2	Primórdios da Igreja de Jesus Cristo	258
6.2.3	Imagens metafóricas para a Igreja de Jesus Cristo no Novo Testamento	260

6.2.3.1	Corpo de Cristo	260
6.2.3.2	Povo de Deus	261
6.2.3.3	Cidade de Deus	262
6.2.3.4	Reino de Deus	262
6.2.3.5	Rebanho de Deus	263
6.2.3.6	Outras imagens metafóricas para a Igreja	264
6.3	A Igreja de Jesus Cristo – um mistério	265
6.4	A fé na Igreja una, santa, universal e apostólica	266
6.4.1	Características da Igreja	268
6.4.1.1	A Igreja é "una"	268
6.4.1.2	A Igreja é "santa"	268
6.4.1.3	A Igreja é "universal"	269
6.4.1.4	A Igreja é "apostólica"	269
6.4.2	Concretização da Igreja de Jesus Cristo no contexto histórico	271
6.4.2.1	A Igreja de Jesus Cristo na época dos primeiros apóstolos	271
6.4.2.2	A Igreja de Jesus Cristo depois da morte dos primeiros apóstolos	272
6.4.2.3	A Igreja de Jesus Cristo depois da restauração do ministério de apóstolo	273
6.4.3	A Igreja de Jesus Cristo e o ministério	274
6.4.4	A Igreja de Jesus Cristo e os sacramentos	275
6.4.5	A Igreja de Jesus Cristo e o futuro	277
6.5	A Igreja de Jesus Cristo e as Igrejas enquanto instituições	278
 Parte VII		
	O ministério	283
7.1	Ministério e serviços	283
7.2	Origem do ministério dentro da Igreja	284

7.3	Fundamentação bíblica	285
7.3.1	Indicações veterotestamentárias	285
7.3.2	Fundamentação do ministério no Novo Testamento	286
7.4	Ministério de apóstolo	287
7.4.1	Características do ministério de apóstolo	288
7.4.2	Concessão de poderes e envio dos apóstolos	291
7.4.3	Pedro – a cabeça dos primeiros apóstolos	292
7.4.4	Testemunhos neotestamentários da atuação dos apóstolos	293
7.5	Desenvolvimento dos ministérios a partir do ministério de apóstolo	295
7.5.1	Continuidade do ministério de apóstolo	296
7.5.2	Interrupção da atuação de apóstolos	296
7.5.3	Restauração do ministério de apóstolo	297
7.6	Ministérios na Igreja Nova Apostólica	298
7.6.1	Apostolado	298
7.6.2	Serviço do apostolado	299
7.6.3	Autocompreensão dos apóstolos	300
7.6.4	Autoridade do ministério de apóstolo	300
7.6.5	Apóstolos na Igreja de Jesus Cristo	301
7.6.6	O ministério de apóstolo maior	302
7.6.7	O ministério de apóstolo de distrito	303
7.7	Ordenação	304
7.8	Exercício do ministério	305
7.9	Funções dos ministérios	305
7.9.1	Ministérios sacerdotais	306
7.9.2	O ministério de diácono	308
7.10	Incumbências	308

Parte VIII

Sacramentos	313
8.1 Santo Batismo com Água	315
8.1.1 Designação do sacramento	316
8.1.2 Fundamentação bíblica do Santo Batismo com Água	316
8.1.2.1 Indicações veterotestamentárias referentes ao Santo Batismo com Água	316
8.1.2.2 Santo Batismo com Água no Novo Testamento	317
8.1.3 Necessidade salvífica do Santo Batismo com Água	318
8.1.3.1 Santo Batismo com Água enquanto ato de Deus	318
8.1.3.2 Remissão do pecado original	319
8.1.4 Forma certa de realizar o Santo Batismo com Água	320
8.1.5 Requisitos para poder receber o Santo Batismo com Água	321
8.1.6 Efeitos do Santo Batismo com Água	322
8.1.7 O Santo Batismo com Água e a fé	323
8.1.8 O Santo Batismo com Água e o Santo Sacramento	323
8.1.9 O Santo Batismo com Água e a imitação e o seguimento de Cristo	323
8.1.10 O Santo Batismo com Água e o ministério de apóstolo	324
8.2 Santa Ceia	325
8.2.1 Designações para o sacramento	326
8.2.2 Indicações veterotestamentárias referentes à Santa Ceia	326
8.2.3 Milagres de multiplicação de Jesus e Santa Ceia	327
8.2.4 Ceia Pascal	328
8.2.5 Instituição da Santa Ceia por Jesus Cristo	328
8.2.6 A Santa Ceia na primeira epístola aos Coríntios	329
8.2.7 Significado do pão e do vinho	331
8.2.8 A Santa Ceia enquanto Ceia memorial	332
8.2.9 A Santa Ceia enquanto Ceia de profissão	333
8.2.10 A Santa Ceia enquanto Ceia comunitária	333
8.2.11 A Santa Ceia enquanto Ceia do fim dos tempos	333
8.2.12 A verdadeira presença do corpo e do sangue de Cristo na Santa Ceia	335
8.2.13 A verdadeira presença do sacrifício de Jesus Cristo na Santa Ceia	336
8.2.14 Relação entre a remissão dos pecados e a Santa Ceia	337

8.2.15	A Santa Ceia e o ministério de apóstolo	337
8.2.16	As palavras de consagração para a Santa Ceia	338
8.2.17	Celebração e a recepção da Santa Ceia	339
8.2.18	Requisitos para poder participar na Santa Ceia	339
8.2.19	Forma de receber a Santa Ceia	340
8.2.20	Efeitos da Santa Ceia	340
8.2.21	Direito de participar na Santa Ceia	341
8.2.22	Celebração da Santa Ceia nas Igrejas	342
8.3	Santo Selamento	343
8.3.1	Termo "Selamento"	343
8.3.2	Promessa do Espírito Santo no Antigo Testamento	344
8.3.3	Unção de Jesus com o Espírito Santo	344
8.3.4	Derramamento do Espírito Santo no Pentecostes	345
8.3.5	Outros testemunhos neotestamentários referentes ao Santo Selamento	346
8.3.6	Forma correta de ministrar o Santo Selamento	347
8.3.7	Pré-requisitos para receber o Santo Selamento	348
8.3.8	Santo Selamento enquanto ato de Deus	348
8.3.9	Efeitos do Santo Selamento	348

Parte IX

A vida após a morte	353
9.1 A imortalidade da alma	353
9.2 A morte	353
9.3 Continuação da vida da alma	354
9.4 Além	355
9.5 Estado das almas no além	356

9.6	Ajuda para os falecidos	358
9.6.1	Oração de intercessão	358
9.6.2	Participação dos mortos em Cristo	359
9.6.3	Mediação salvífica para os falecidos	360

Parte X

Doutrina das coisas futuras 365

10.1	Revinda de Jesus Cristo	365
10.1.1	Promessa da revinda de Jesus Cristo	366
10.1.2	Acontecimentos aquando da revinda de Cristo	367
10.1.3	A Igreja-noiva	369
10.2	As bodas do Cordeiro	371
10.3	A grande tribulação	371
10.4	A vinda do Senhor com poder e glória	372
10.5	A primeira ressurreição	372
10.6	A continuação da história de salvação	373

Parte XI

Sobre a história da Cristandade 379

11.1	As comunidades do cristianismo primitivo	379
11.2	O cristianismo após a morte dos primeiros apóstolos	380
11.2.1	Os doutores da igreja e os concílios ecuménicos	380
11.2.2	O cristianismo – a religião oficial e a sua propagação	381
11.2.3	Aspetos do cristianismo na Idade Média na Europa	382
11.2.4	A Reforma Protestante	383

11.2.5	Mudanças drásticas no Catolicismo e no Protestantismo	384
11.2.6	O cristianismo no início do século XIX	385
11.3	Restauração do ministério de apóstolo na Igreja católica-apostólica	386
11.3.1	Criação de uma Igreja dirigida por apóstolos	387
11.3.2	Nomeação de mais apóstolos	388
11.3.3	Prossecução do ministério de apóstolo na Igreja Nova Apostólica . .	389

Parte XII

Serviço divino, atos de bênção e assistência pastoral

12.1	Serviço divino	395
12.1.1	Generalidades sobre o serviço divino	395
12.1.2	O serviço divino no Antigo Testamento	395
12.1.3	O serviço divino no Novo Testamento	397
12.1.4	Desenvolvimento do serviço divino cristão	398
12.1.5	O serviço divino enquanto encontro com Deus	399
12.1.5.1	Doutrina dos apóstolos	400
12.1.5.2	Partir do pão	400
12.1.5.3	Comunhão	401
12.1.5.4	Oração	401
12.1.6	Proclamação da palavra	403
12.1.6.1	Termo "Prédica"	403
12.1.6.2	Proclamação da palavra no Novo Testamento	403
12.1.6.3	A proclamação da palavra na atualidade	404
12.1.6.3.1	Conteúdo principal da proclamação da palavra	405
12.1.6.3.2	Objetivo da proclamação da palavra	406
12.1.6.3.3	Níveis da proclamação da palavra	406
12.1.7	O "Pai-Nosso"	408
12.1.7.1	"Pai-Nosso" no serviço divino	408
12.1.7.2	As sete preces	409
12.1.7.2.1	«Pai nosso, que estás nos céus»	409
12.1.7.2.2	«Santificado seja o teu nome»	410
12.1.7.2.3	«Venha o teu reino»	410

12.1.7.2.4	«Seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu.»	411
12.1.7.2.5	«O pão nosso de cada dia nos dá hoje»	411
12.1.7.2.6	«E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores»	412
12.1.7.2.7	«E não nos induzas à tentação»	412
12.1.7.2.8	«Livra-nos do mal»	413
12.1.7.2.9	«Porque teu é o reino, e o poder, e a glória para sempre.»	413
12.1.7.2.10	«Ámen.»	414
12.1.8	Remissão dos pecados no serviço divino	415
12.1.8.1	Deus – o Remissor	416
12.1.8.2	A paciência de Deus – os sacrifícios no Antigo Testamento	416
12.1.8.3	O sacrifício de Cristo – o fundamento para a remissão dos pecados	416
12.1.8.4	Requisitos para obtenção da remissão dos pecados	417
12.1.8.5	Penitência e arrependimento	417
12.1.8.6	O pecado imperdoável	418
12.1.8.7	A proclamação e os poderes	418
12.1.8.8	Efeitos da remissão dos pecados	419
12.1.9	Ministração dos sacramentos no serviço divino	420
12.1.10	Bênção final	421
12.1.11	Atos de bênção no serviço divino	421
12.1.12	Ordenação, incumbência, confirmação do ministério e colocação em descanso	422
12.1.13	Serviço divino para os falecidos	423
12.1.14	Música no serviço divino	424
12.2	Atos de bênção	425
12.2.1	Bênção pré-natal	426
12.2.2	Confirmação	427
12.2.2.1	Idade de confirmação e requisitos para a confirmação	427
12.2.2.2	O voto de confirmação e a bênção de confirmação	428
12.2.3	Casamento, jubileus matrimoniais e noivado	428
12.2.3.1	Bênção matrimonial	429
12.2.3.2	Bênção para jubileus matrimoniais	429
12.2.3.3	Bênção de noivado	430
12.2.4	Consagração de igrejas	431
12.3	Serviço fúnebre na Igreja	432

12.4	A assistência pastoral	433
12.4.1	Ensino das crianças	435
12.4.1.1	Ensino na Igreja	436
12.4.1.1.1	Pré-escola dominical	436
12.4.1.1.2	Escola dominical	437
12.4.1.1.3	Aulas de religião	438
12.4.1.1.4	Aulas para confirmandos	438
12.4.2	Assistência à juventude	438
12.4.2.1	A situação dos jovens	439
12.4.2.2	Objetivo da assistência à juventude	439
12.4.2.3	Assistência dada aos jovens	440
12.4.3	Visita pastoral	441
12.4.4	Confissão	443
12.4.5	Acompanhamento de moribundos e acompanhamento de enlutados	444
12.4.5.1	Lidar com doentes terminais e moribundos	444
12.4.5.2	Acompanhamento de enlutados	446
12.4.5.3	Ultrapassar o luto	447
12.5	Feriados eclesiais	448
12.5.1	Natal	448
12.5.2	Domingo de Ramos	448
12.5.3	Sexta-feira Santa	449
12.5.4	Páscoa	449
12.5.5	Dia da Ascensão	450
12.5.6	Pentecostes	451
12.5.7	Ação de Graças	451
12.5.8	Serviços divinos nos feriados	452

Parte XIII

O cristão novo-apostólico e a sua vida de fé 455

13.1	Oração	455
13.1.1	As orações no Antigo Testamento	455
13.1.2	Jesus ensina a orar	457

13.1.3	Jesus ora	457
13.1.4	A oração dos primeiros cristãos	458
13.1.5	A oração dos cristãos novos-apostólicos	459
13.1.6	Efeitos da oração	461
13.2	Espírito de sacrifício	462
13.2.1	Da prática do sacrifício veterotestamentário até à entrega da vida a Deus	462
13.2.2	Jesus Cristo – um espírito de sacrifício exemplar	463
13.2.3	Espírito de sacrifício movido pela fé, pela gratidão e pelo amor	464
13.2.4	Sacrifício e bênção	466
13.3	Matrimónio e família	468
13.3.1	Matrimónio enquanto instituição divina	468
13.3.2	Matrimónio e bênção matrimonial	469
13.3.3	Sexualidade e planeamento familiar no matrimónio	470
13.3.4	Obrigações dos pais	471
13.3.5	Obrigações dos filhos	472
13.4	Cumprimento das obrigações profissionais e sociais	473
13.5	A Igreja Nova Apostólica enquanto parte da sociedade	474
13.5.1	Posição relativamente ao Estado	474
13.5.2	Relação com outras religiões e denominações religiosas	475
13.5.3	Empenho social	476
 Anexo		
	Credo dos Apóstolos	481
	Credo Niceno-Constantinopolitano	481
	Profissão de fé nova-apostólica	482
	Os Dez Mandamentos	484
	A oração do "Pai Nosso"	485
	 Glossário	 487
	Índice das citações bíblicas	497
	Índice remissivo	517

Conteúdo

Índice das abreviaturas	527
Livros bíblicos	527
Outras abreviaturas utilizadas	528
Observações referentes à redação dos textos	529

Parte I

Manifestações divinas

1

1 Manifestações divinas

Deus, criador do céu e da terra, manifesta-se de forma distinta na natureza e na história, o que permite reconhecer a natureza como Sua criação e a história como história de salvação.

Deus manifestou-se de forma inigualável no Seu Filho Jesus Cristo. Para que esta manifestação continue sempre viva, o Eterno enviou no Pentecostes o Espírito Santo, que veio manifestar Deus como ser trino: Pai, Filho e Espírito Santo. No momento da revinda de Cristo, para aqueles que então serão arrebatados, a manifestação de Deus será perfeita, pois verão Deus tal como Ele é (1Jo 3,2).

1.1 Automanifestação de Deus na criação e na história

Por si próprio, o Homem não consegue reconhecer o ser e a natureza de Deus, nem a atuação e a vontade de Deus. No entanto, Deus não se esconde, Ele manifesta-se ao Homem.

A manifestação consiste em dar a conhecer a divindade, a verdade divina e a vontade divina e é um sinal da dedicação de Deus ao Homem.

A "automanifestação" de Deus é o ato de Deus de deixar o Homem conhecer a Sua natureza. Ou seja, Deus dá-se a conhecer como criador do céu e da terra, como libertador de Israel, como reconciliador do Homem e como recriador de uma nova terra e de um novo céu. Mas a manifestação não é apenas a automanifestação e a comunicação da vontade divina, mas também é um encontro que Deus, pelo Seu amor, concede ao Homem através da palavra e do sacramento.

1.1.1 Deus manifesta-se como Criador

A "automanifestação de Deus" na criação visível é acessível a todas as pessoas. Desde sempre que o ser humano se apercebe da sublimidade da natureza e procura conhecer a sua origem e o seu autor. O facto de se ocupar dessa questão devia levá-lo a crer: Deus é o criador e o guardião da criação material, da qual também faz parte o ser humano.

O mundo material é a expressão da vontade e dos atos de Deus, o que significa que também é uma forma de automanifestação de Deus. A criação visível dá testemunho da existência de Deus, o Criador, bem como da Sua sabedoria e do Seu poder: «Os céus manifestam a glória de Deus e o firmamento anuncia a obra das suas mãos» (Sl 19,1).

O apóstolo Paulo também fornece uma indicação de que Deus se manifesta na Sua criação e de que poderia ser reconhecido por todos os seres humanos: «Porquanto, o que de Deus se pode conhecer, neles [os ímpios, que não creem em Deus] se manifesta, porque Deus lho manifestou. Porque as suas coisas invisíveis, desde a criação do mundo, tanto o seu eterno poder, como a sua divindade, se entendem, e claramente se veem, pelas coisas que estão criadas» (Rm 1,19.20).

Os ímpios não reconhecem que Deus se manifesta através da criação visível e, por isso, tiram conclusões erradas desta automanifestação de Deus, passando a adorar aquilo que Deus criou. Assim sendo, dão as honras, que somente ao Criador se deveriam dar, ao que foi criado, transformando-o, assim, em ídolo. É essa a razão que leva à crítica da idolatria expressa no livro da Sabedoria: «Se, fascinados [os idólatras] pela sua beleza [dos bens visíveis], os tomaram por deuses, aprendam quão mais belo que tudo é o Senhor, pois foi o próprio [Deus] autor da beleza que os criou. E se os impressionou a sua força e o seu poder, compreendam quão mais poderoso é aquele que os criou, pois na grandeza e na beleza das criaturas se contempla, por analogia, o seu Criador» (Sb 13,3-5*).

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

Até mesmo quando o Homem se apercebe das maravilhas da criação, ele não tem de relacioná-las obrigatoriamente com o Deus vivo. Além disso, os fenómenos da criação apenas permitem deduzir que o Deus vivo existe. Apenas no contexto da automanifestação de Deus na história, isto é, através da Sua palavra dirigida ao Homem, é que o Homem consegue reconhecer Deus na Sua natureza e na Sua vontade.

1.1.2 Deus manifesta-se na história de Israel

O facto de Deus se manifestar na história, é evidenciado, pela primeira vez, na história do povo de Israel, tal como o comprova o Antigo Testamento.

No momento da Sua automanifestação na sarça ardente, Deus estabelece uma relação histórica, ao referir que já se tinha manifestado aos patriarcas Abraão, Isaac e Jacob (Ex 3,6).

A vivência central da salvação para o povo de Deus é a libertação da escravidão egípcia. Durante esse processo, Deus acompanhou o Seu povo numa coluna de nuvens e numa coluna de fogo (Ex 13,21.22). O Antigo Testamento contém muitas referências a esta libertação: os profetas fazem referência a esta benfeitoria de Deus, e os Salmos falam dela em forma de canto.

Para além da condução para fora do Egito, a promessa de que o povo de Deus iria receber um país próprio, em Canaã, e a aliança pactuada no Sinai são manifestações divinas de importância fundamental: foi Deus quem determinou pessoalmente o local onde o Seu povo haveria de viver e foi Ele quem decretou, no Sinai, as leis com as regras e os padrões para a vida de Israel.

A fé de Israel é fundamentada nas manifestações de Deus no decurso da história do povo, vivenciadas como expressão da dedicação de Deus em forma de ajuda ou juízos castigadores.

Os Salmos 105 e 106 mostram, de forma impressionante, que Deus se manifesta na história e que a molda. Também os acontecimentos do tempo dos Juízes e dos Reis de Israel e Judá, o cativeiro babilónico e a repatriação do exílio são exemplos da intervenção de Deus na História.

Além disso, Deus também se manifestava através dos Seus profetas: «E falarei aos profetas, e multiplicarei a visão; e pelo ministério dos profetas proporei símiles» (Os 12,10). É o mesmo Deus que conduziu o Seu povo e lhe deu orientações: «Todavia, eu sou o Senhor, teu Deus, desde a terra do Egito; portanto, não reconhecerás outro deus além de mim, porque não há Salvador senão eu» (Os 13,4). Deus também prometeu o Messias vindouro através dos profetas (Is 9,5.6; Mq 5,2).

1.1.3 Deus manifesta-se no Seu Filho

A encarnação de Deus em Jesus Cristo é a automanifestação histórica de Deus, que supera todas as anteriores (Jo 1,14; 1Tm 3,16). Em Lucas 2,1.2, o evangelista coloca o nascimento do Filho de Deus expressamente dentro de um enquadramento histórico: «E aconteceu, naqueles dias, que saiu um decreto da parte de César Augusto, para que todo o mundo se alistasse. Este primeiro alistamento foi feito sendo Cirénio presidente da Síria».

A historicidade da encarnação de Deus também é sublinhada pela primeira epístola de João. Ela dirige-se contra determinados grupos dentro da Igreja cristã que negam que Jesus Cristo tenha realmente "vindo em carne" (1Jo 4,2), e expressa também o seguinte: «E o que era desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com os nossos olhos, o que temos contemplado, e as nossas mãos tocaram da Palavra da vida [...], o que vimos e ouvimos, isso vos anunciamos, para que também tenhais comunhão connosco; e a nossa comunhão é com o Pai, e com seu Filho, Jesus Cristo» (1Jo 1,1-3).

1.1.4 Deus manifesta-se na Igreja atual

Através do derramamento do Espírito Santo, no Pentecostes, em Jerusalém, Deus manifestou-se ao Homem na Sua trindade, como Pai, Filho e Espírito Santo.

Para além das manifestações de Deus na antiguidade, testemunhadas na Escritura Sagrada, mais recentemente existem reconhecimentos, resultantes do Espírito Santo, transmitidos à Igreja de Cristo através do ministério de apóstolo. A visão mais profunda do plano de redenção, proporcionada pelo Espírito Santo, serve para remeter para a inigualável automanifestação de Deus em Jesus Cristo, mantê-la na consciência e preparar a revinda de Cristo.

A manifestação do Espírito Santo evidencia que a renovação fundamental do Homem e da criação se tornou possível. No Homem, é alcançada através dos sacramentos. No final dos tempos, também o céu e a terra serão criados de novo.

SÍNTESE

Deus manifesta-se de forma distinta na natureza e na história, o que permite reconhecer a natureza como Sua criação e a história como história de salvação. (1)

Por si próprio, o Homem não consegue reconhecer o ser, a natureza, a atuação nem a vontade de Deus. (1.1)

A manifestação consiste em dar a conhecer a natureza divina, a verdade divina e a vontade divina, e representa um sinal da dedicação de Deus ao Homem. (1.1)

«Automanifestação» significa que Deus se manifesta como Criador, como Salvador de Israel, como Reconciliador dos Homens e como Recriador. (1.1)

A automanifestação de Deus na criação visível é acessível a todos os homens, no entanto só pode ser reconhecida da forma correta por quem for crente. (1.1.1)

Apenas através da automanifestação de Deus na história, isto é, através da Sua palavra dirigida ao Homem, é que Deus se torna inteligível na Sua natureza e na Sua vontade. (1.1.1)

Deus manifestou-se na história de Israel, tal como o Antigo Testamento o confirma. A vivência central da salvação para o povo de Deus é a libertação

da escravidão egípcia. Além disso, Deus também se manifestava através dos Seus profetas. (1.1.2)

A encarnação de Deus em Jesus Cristo é a automanifestação histórica de Deus, que supera todas as anteriores. (1.1.3)

Através do derramamento do Espírito Santo, no Pentecostes, Deus manifestou-se na Sua Trindade, como Pai, Filho e Espírito Santo. (1.1.4)

Para além das manifestações de Deus na antiguidade, testemunhadas na Escritura Sagrada, mais recentemente existem reconhecimentos, resultantes do Espírito Santo, que são transmitidos através do ministério de apóstolo. (1.1.4)

1.2 A Escritura Sagrada

No decurso de muitos séculos, as manifestações e os atos histórico-salvíficos de Deus, presenciados pelo Homem, foram registados por escrito. Já na época após o exílio babilónico, isto é, nos séculos anteriores ao nascimento de Cristo, as escrituras sobre os atos de Deus, as Suas promessas e os Seus mandamentos tinham grande autoridade no judaísmo, sendo também designadas de "Escritura Sagrada" nas epístolas neotestamentárias. A segunda epístola a Timóteo sublinha que estas escrituras são fundamentadas na inspiração divina: «... desde a tua meninice, sabes as sagradas letras, que podem fazer-te sábio para a salvação, pela fé que há em Cristo Jesus. Toda a Escritura, divinamente inspirada, é proveitosa para ensinar» (2Tm 3,15.16).

Enquanto o apóstolo Paulo, ao falar de «letras sagradas», se refere à então usual coletânea das Escrituras Sagradas do judaísmo, atualmente, na linguagem cristã, o termo "Escritura Sagrada" é usado para designar a coletânea de Escrituras da Antiga e da Nova Aliança.

O termo "Bíblia" tem a sua origem no termo grego "biblia" e significa "livros", "rolos". A Bíblia é uma coletânea de livros da época veterotestamentária, criada ao longo de mais de mil anos, e de livros da época neotestamentária, editados ao longo de um período de aproximadamente setenta anos.

O autor da Escritura Sagrada é Deus, os seus redatores foram seres humanos inspirados pelo Espírito Santo (2Pe 1,20.21). Deus serviu-se das Suas faculdades para que ficasse registado por escrito o que haveria de ficar para a posteridade, segundo a Sua vontade. Embora os livros bíblicos, quanto aos seus conteúdos, tenham a sua origem no Espírito Santo, no que concerne à sua forma e aos meios de expressão usados, são marcados pelos respetivos autores e pela sua visão conceptual. É a Deus que se fica a dever o facto de estes textos terem sido preservados na sua forma original ao longo de todos estes séculos.

A Escritura Sagrada é o testemunho da manifestação de Deus, sem implicar a pretensão de ser um relato integral de todos os atos divinos (Jo 21,25 e outros).

1.2.1 Conteúdo e estruturação da Escritura Sagrada

A Bíblia é composta por duas partes principais: Antigo e Novo Testamento. A designação "Testamento" remonta à promessa da "Nova Aliança" em Jeremias 31,31-34¹. Enquanto as Escrituras do Antigo Testamento se referem à aliança que Deus fez com Abraão, Isaac e Jacob, e também com Moisés, as Escrituras do Novo Testamento dão testemunho da Nova Aliança que Deus iniciou com o envio do Seu Filho.

Tanto o Antigo Testamento como o Novo Testamento dão testemunho do plano de salvação do Homem por parte de Deus e, como tal, estão interligados. A designação "Bíblia" para o Antigo e Novo Testamento já é usada desde o século IX.

¹ Na tradução grega da Bíblia, o termo hebraico "berit", que significa "aliança", é traduzido com "diatheke". Este termo grego, por sua vez, tem um duplo significado: "aliança" e "testamento".

1.2.2 O Antigo Testamento

O Antigo Testamento contém relatos sobre a criação, sobre diversos acontecimentos da época após o pecado original, bem como sobre a origem e a história do povo de Israel. Além disso, contém obras da literatura da sabedoria judaica, o Livro dos Salmos, como livro de cânticos e orações de Israel, bem como livros que dão testemunho das palavras e dos atos dos profetas de Deus.

1.2.2.1 Criação do cânone veterotestamentário

O termo "cânone" (que significa "padrão", "linha de orientação") é de origem grega e é usado desde meados do século IV para denominar a coletânea de Escrituras Sagradas vinculativas para a cristandade.

O cânone cristão do Antigo Testamento é baseado no cânone hebraico do judaísmo. Até ao início da época de Jesus e dos primeiros apóstolos, o judaísmo ainda não tinha nenhum cânone fechado. Embora existisse um conjunto básico fixo de Escrituras Sagradas (a Torá, os livros proféticos, os Salmos), ainda existiam outros livros que eram aceites por alguns grupos judaicos, com sendo Sagrados, mas rejeitados por outros. Por volta do final do século I d.C., o âmbito do cânone hebraico acabou, finalmente, por ser estabelecido em definitivo. Nessa época, o cânone cristão do Antigo Testamento ainda estava longe de estar concluído. Até hoje, não existe nenhum cânone universal do Antigo Testamento, que seja vinculativo para todas as Igrejas cristãs.

1.2.2.2 Livros do Antigo Testamento

Na Bíblia de Lutero, usada nas áreas germanófonas, o Antigo Testamento é subdividido em três grupos: Livros Históricos, Livros Sapienciais e Livros Proféticos.

Os 17 **Livros Históricos** são os seguintes:

Os cinco Livros de Moisés (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronomio)

O Livro de Josué

O Livro dos Juízes

O Livro de Ruth

Os dois Livros de Samuel

Os dois Livros dos Reis

Os dois Livros das Crônicas

O Livro de Esdras

O Livro de Neemias

O Livro de Ester

Os cinco **Livros Sapienciais** são os seguintes:

O Livro de Job

O Livro dos Salmos

O Livro de Provérbios

O Livro de Eclesiastes

O Livro de Cantares de Salomão

Os 17 **Livros Proféticos** são os seguintes:

Isaías

Jeremias

Lamentações de Jeremias

Ezequiel

Daniel

Oséas

Joel

Amós

Obadias

Jonas

Miquéas

Naúm

Habacuc

Sofonias

Ageu
Zacarias
Malaquias

1.2.3 Escrituras veterotestamentárias tardias

As Escrituras veterotestamentárias da antiguidade tardia, contida em muitas edições da Bíblia, também são designadas de "livros apócrifos" ("livros secretos"). Trata-se de Escrituras judaicas editadas entre os séculos III e I a.C. Representam um elo de ligação importante entre o Antigo Testamento e o Novo Testamento. Nestas Escrituras, são preparadas as convicções de fé neotestamentárias. Na Igreja Nova Apostólica, as Escrituras veterotestamentárias tardias são tão vinculativas para a fé e doutrina como as outras Escrituras veterotestamentárias canônicas. Na Bíblia de Lutero, estas Escrituras encontram-se entre o Antigo e o Novo Testamento.

Os 14 Livros Apócrifos são os seguintes:

- O Livro de Judite*
- O Livro da Sabedoria*
- O Livro de Tobite*
- O Livro de Ben Sira*
- O Livro de Baruc*
- Os dois Livros dos Macabeus*
- Adições em Ester*
- Adições em Daniel*
- História de Susana*
- Daniel e os sacerdotes de Bel*
- Daniel lançado aos leões*
- Cântico de Azarias*
- Cântico dos três jovens*
- Oração de Manassés*

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

1.2.4 O Novo Testamento

O Novo Testamento contém os registos legados referentes ao envio e à atuação de Jesus e dos Seus apóstolos nos Evangelhos e no Livro dos Actos. As cartas dos apóstolos às comunidades e a indivíduos dão uma visão sobre a vida comunitária e a atividade missionária no tempo do cristianismo primitivo. Estas cartas também fornecem informações sobre a doutrina que os apóstolos proclamavam a mandado do seu Enviador.

No "Apocalipse de João", o livro profético do Novo Testamento, Jesus Cristo adverte a Sua Igreja das mais variadas formas, conforta-a com a promessa da Sua revinda e aponta para acontecimentos futuros.

1.2.4.1 Criação do cânone neotestamentário

Para a Igreja Primitiva Cristã, o atual Antigo Testamento era a verdadeira Bíblia. Além disso, as "palavras do Senhor" (logias) legadas começaram por ganhar uma importância particular. Inicialmente, as logias eram transmitidas de boca-em-boca. Ainda antes de serem registados por escrito quaisquer relatos da atuação de Jesus, já existiam nas comunidades confissões de fé e hinos nos quais se professavam a morte e a ressurreição de Jesus Cristo. Estas profissões de fé também foram incluídas nos escritos dos apóstolos.

As escrituras mais antigas do cristianismo primitivo, que nos foram legadas, são as cartas do apóstolo Paulo. Eram lidas nos serviços divinos e eram passadas para as comunidades vizinhas.

A seguir às Cartas Paulinas, o Evangelho segundo S. Marcos é o testemunho escrito mais antigo da fé cristã. O conteúdo e a estruturação dos Evangelhos segundo S. Mateus e S. Lucas estão muito ligados ao mais antigo dos Evangelhos.

Para preservar a tradição apostólica, poder transmiti-la e distingui-la de doutrinas falsas, tornou-se necessário criar uma coletânea de escrituras neotestamentárias vinculativas para a Igreja. Uma das cartas festivas para a Páscoa do bispo Atanásio de Alexandria, datada do ano 367 d.C., enumera vincu-

lativamente todas as 27 Escrituras do Novo Testamento. Este cânone veio a ser aprovado pelos concílios da Igreja reunidos em Hippo Regius (393 d.C.) e Cartago (397 d.C.).

O cânone veterotestamentário e o cânone neotestamentário devem a sua origem não apenas a ponderações humanas, mas antes, e acima de tudo, à vontade divina.

1.2.4.2 Livros do Novo Testamento

Na Bíblia de Lutero, o Novo Testamento é subdividido nas mesmas categorias que o Antigo Testamento.

Os cinco **Livros Históricos** são os seguintes:

- O Evangelho segundo S. Mateus
- O Evangelho segundo S. Marcos
- O Evangelho segundo S. Lucas
- O Evangelho segundo S. João
- Os Actos dos Apóstolos de Lucas

Os 21 **Livros Sapienciais** são os seguintes:

- A Epístola de S. Paulo aos Romanos
- As duas Epístolas de S. Paulo aos Coríntios
- A Epístola de S. Paulo aos Gálatas
- A Epístola de S. Paulo aos Efésios
- A Epístola de S. Paulo aos Filipenses
- A Epístola de S. Paulo aos Colossenses
- As duas Epístolas de S. Paulo aos Tessalonicenses
- As duas Epístolas de S. Paulo a Timóteo
- A Epístola de S. Paulo a Tito
- A Epístola de S. Paulo a Filémon
- A Epístola aos Hebreus
- A Epístola de S. Tiago
- As duas Epístolas de S. Pedro

As três Epístolas de S. João

A Epístola de S. Judas

O Livro Profético é o seguinte:

O Apocalipse de S. João

SÍNTESE

O autor da Escritura Sagrada é Deus. Os seus redatores foram Homens que foram inspirados pelo Espírito Santo. A forma de edição e as formas de expressão destes livros bíblicos são caracterizadas pela visão conceptual existente na era dos respetivos redatores. (1.2)

A Escritura Sagrada dá testemunho da manifestação divina, mas não representa um relato integral de todos os atos de Deus. (1.2)

A Bíblia, ou seja, a Escritura Sagrada, é composta pelo Antigo Testamento e pelo Novo Testamento. Ambas as partes dão testemunho do plano de salvação de Deus em relação aos Homens e, nesse sentido, estão interligadas. (1.2.1)

O cânone cristão do Antigo Testamento é baseado no cânone hebraico. O Antigo Testamento é composto por 17 Livros Históricos, cinco Livros Sapienciais e 17 Livros Proféticos. (1.2.2.1; 1.2.2.2)

O conteúdo dos 14 livros veterotestamentários tardios (livros apócrifos) representa um elo de ligação importante entre as escrituras veterotestamentárias e as escrituras neotestamentárias. Para a fé e a doutrina, estes livros são tão vinculativos como as demais escrituras canónicas do Antigo Testamento. (1.2.3)

O Novo Testamento contém registos sobre o envio e a atuação de Jesus e dos Seus apóstolos. Os 27 livros do Novo Testamento passaram a ser considerados vinculativos (canónicos) no século IV. O Novo Testamento é composto por cinco Livros Históricos, 21 Livros Sapienciais e um Livro Profético. (1.2.4; 1.2.4.1; 1.2.4.2)

1.2.5 Significado da Escritura Sagrada para a doutrina e a fé

A Escritura Sagrada é o fundamento para a doutrina da Igreja Nova Apostólica. Por conseguinte, a proclamação da palavra nos serviços divinos também é fundamentada na Escritura Sagrada. Ela é o ponto de partida e o fundamento para a pregação (*vide* 12.1.6).

1.2.5.1 Interpretação da Escritura Sagrada através do Espírito Santo

Conseguir entender a Escritura Sagrada da forma certa, baseada na inspiração do Espírito Santo, só é possível através desse mesmo Espírito. A vontade de Deus e, por conseguinte, também a Escritura Sagrada dada por Ele, só são compreensíveis, em toda a sua abrangência, através do efeito do Espírito Santo (1Cor 2,10-12).

Enquanto «ministros de Cristo e dispenseiros dos mistérios de Deus» (1Cor 4,1), os apóstolos também estão incumbidos da interpretação da Escritura Sagrada. Só o conseguem através do Espírito Santo.

1.2.5.2 Jesus Cristo – o centro da Escritura

Na interpretação cristã, o Antigo Testamento tem como função principal preparar a vinda do Messias e dar testemunho d'Ele; sendo o próprio Jesus a confirmá-lo (Jo 5,39; Lc 4,17-21; 24,27). Ele explicou aos Seus discípulos a Escritura tomando por referência a Sua atuação; e, nesse contexto, Ele fez uma observação: «Que convinha que se cumprisse tudo o que de mim estava na lei de Moisés, e nos profetas e nos salmos» (Lc 24,44). Assim sendo, o Antigo Testamento tem de ser interpretado a partir do Filho de Deus. A Antiga Aliança cumpre a sua finalidade em Cristo. A encarnação do Filho de Deus é a automanifestação central de Deus e representa o centro da história de salvação. Este facto é expresso pelas palavras: "Jesus Cristo é o centro da Escritura."

O significado que as afirmações feitas nos diversos livros veterotestamentários ou nos livros veterotestamentários tardios têm para a fé e a doutrina, é determinado pelo grau de congruência do seu conteúdo com aquilo que o Evangelho ensina.

1.2.5.3 Utilização pessoal da Escritura Sagrada

É recomendável que cada crente leia regularmente trechos da Escritura Sagrada, pois a sua leitura oferece consolação e edificação, dá orientação e advertência, e serve para enriquecer os conhecimentos. O mais importante é sempre a postura interior com a qual o leitor se dedica à leitura da Bíblia. A tentativa de desenvolver temor a Deus e santificação, acompanhada de uma oração sincera, pedindo a benesse do entendimento certo, é muito importante para uma leitura útil da Bíblia. A leitura intensa da Escritura Sagrada contribui para um melhor entendimento do Evangelho. E isso faz crescer os conhecimentos e fortifica a segurança na fé.

SÍNTESE

A Escritura Sagrada é o fundamento da doutrina da Igreja Nova Apostólica. (1.2.5)

Conseguir entender a Escritura Sagrada da forma certa e em toda a sua profundidade, só é possível sob o efeito da atuação do Espírito Santo. Os apóstolos de Jesus também estão incumbidos de interpretar a Escritura Sagrada. Também só o conseguem através do Espírito Santo. (1.2.5.1)

Jesus Cristo é o centro da Escritura. Assim sendo, o significado das escrituras veterotestamentárias também se define pela concordância com aquilo que o Evangelho ensina. (1.2.5.2)

Para o crente, a leitura da Escritura Sagrada oferece consolação, edificação, orientação, advertência e aumento do reconhecimento. (1.2.5.3)

1.3 Manifestações atuais do Espírito Santo

Uma indicação inequívoca de que o Espírito Santo, depois de Jesus Cristo ter voltado para junto do Seu Pai, manifestaria algo de novo, ou seja, algo que até àquela data estava oculto, encontra-se referida em João 16,12-14: «Ainda tenho muito que vos dizer, mas vós não o podeis suportar agora. Mas, quando vier aquele Espírito de verdade, ele vos guiará em toda a verdade; porque não falará de si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido, e vos anunciará o que há-de vir. Ele me glorificará; porque há-de receber do que é meu, e vo-lo há-de anunciar». Foi com estas palavras que Jesus Cristo prometeu aos Seus apóstolos que eles receberiam, através do Espírito Santo, mais conhecimentos sobre a natureza de Deus e o Seu plano salvífico.

Os apóstolos do cristianismo primitivo vivenciaram a atuação do Espírito Santo da forma anunciada pelo Senhor. As cartas dos apóstolos comprovam que o Espírito Santo deu acesso a vastos conhecimentos sobre o Senhor (Fl 2,6-11; Cl 1,15-20) e acontecimentos futuros (1Cor 15,51-57). A atuação e a proclamação deles eram caracterizadas por aquilo que o Espírito Santo lhes revelava (Ef 3,1-7).

A prédica dos apóstolos de Jesus do nosso tempo é fundamentada nas afirmações da Escritura Sagrada (*vide* 1.2.5); no exercício da sua missão de ensinamento, eles são guiados pelo Espírito Santo. Desta forma, a promessa do Filho de Deus acima referida também se cumpre atualmente: o Espírito Santo mantém viva a automanifestação divina em Jesus Cristo, evidencia-a e conduz os crentes em direção à manifestação de Cristo na Sua revinda. A encarnação, a morte, a ressurreição e a revinda do Filho de Deus estão no centro da manifestação atual.

Além disso, o Espírito Santo transmite ao apostolado novos conhecimentos sobre a atuação de Deus e o Seu plano salvífico, que, embora já referidos na Escritura Sagrada, ainda não foram revelados em toda a sua complexidade. Um exemplo importante disso é a doutrina da mediação salvífica para os falecidos (*vide* 9.6.3).

Cabe ao apóstolo maior, pelo poder do ministério doutrinal em que foi investido, proclamar tais conhecimentos inspirados no Espírito Santo e declará-los parte da doutrina vinculativa da Igreja Nova Apostólica.

SÍNTESE

Jesus Cristo prometeu aos Seus apóstolos que receberiam, através do Espírito Santo, mais conhecimentos sobre a natureza de Deus e o Seu plano de salvação. (1.3)

O Espírito Santo oferece ao apostolado novos reconhecimentos, sobre a atuação de Deus e o Seu plano de salvação, que são referidos subtilmente na Escritura Sagrada. (1.3)

1.4 A fé como resposta do Homem às manifestações divinas

A fé, ou o crer, faz parte das condições fundamentais da vida humana. Em primeiro plano, não se trata de uma determinada doutrina, ou de um determinado mundo de imaginação, mas antes de uma convicção mais ou menos fundamentada, uma suposição, que se distingue dos conhecimentos comprováveis. No seu sentido não-religioso, a crença também determina a postura subjetiva de confiar em alguém.

Qualquer ser humano crê, independentemente do facto de professar ou não uma determinada doutrina religiosa. Na organização da sua vida, ele deixa-se guiar, quase integralmente, por aquilo que crê. Desse ponto de vista, a crença pessoal do Homem também forma a sua personalidade.

A crença religiosa evidencia-se pelo facto de o Homem acreditar numa divindade ou num princípio divino.

O fundamento e o conteúdo da fé cristã é o Deus Trino. A fé em Deus como Pai, Filho e Espírito Santo tornou-se acessível ao Homem através de Jesus Cristo.

Em Hebreus 11, encontram-se afirmações fundamentais sobre a fé: «Ora, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que não se veem» (versículo 1). A fé é evidenciada como sendo indispensável para se poder estar perto de Deus: «Ora, sem fé, é impossível agradar-lhe; porque é necessário que aquele que se aproxima de Deus creia que ele existe, e que é galardoador dos que o buscam» (versículo 6).

Mas continua a ser um ato da graça de Deus, quando o Homem O consegue encontrar através da fé. O crente deve reconhecer a fé como dádiva e realizá-la na sua vida (*vide* 4.2.1.5).

1.4.1 Fé em Deus, o Pai

A Escritura Sagrada comprova que Deus se manifestou em todas as épocas e das mais variadas formas (*vide* 1.1).

As manifestações através das quais Deus se torna inteligível ao Homem são, em primeiro lugar, as obras da criação (Rm 1,18-20). Por exemplo, nos Salmos, os crentes louvam essas obras.

Deus também se manifesta ao Homem através da Sua palavra e intervém com toda a Sua pujança na vida do ser humano. Deus exortou Abraão, por exemplo, a deixar a terra do seu pai. Ele obedeceu a Deus e seguiu a orientação d'Ele com uma confiança absoluta (Gn 12,1-4). Assim, demonstrou que cria em Deus.

Sempre que Deus se manifesta, Ele exorta o Homem a ter fé: a única forma de o Homem responder adequadamente à abordagem de Deus, consiste em crer, quer dizer, em abrir-se à manifestação e em aceitá-la. Ademais, o crente liga-se voluntária e incondicionalmente a Deus e esforça-se por conduzir a sua vida em obediência a Ele.

Na Antiga Aliança, era a fé em Deus, o Criador, o Sustentador e o Libertador, que também já se manifestava como Pai. Podemos ler sobre isso no livro do profeta Isaías: «Atenta, desde os céus, e olha, desde a tua santa e gloriosa habitação. [...] Mas tu és nosso Pai» (Is 63,15.16; Dt 32,6).

1.4.2 Fé em Deus, o Filho

Com a encarnação de Deus, o Filho, cumpriram-se as promessas veterotestamentárias que apontavam para a vinda do Messias. Jesus Cristo exorta: «Credes em Deus, crede, também, em mim» (Jo 14,1). Assim, exige-se a fé em Deus, que se manifesta no Seu Filho, e não apenas a fé em Deus como o Criador onipotente do céu e da Terra, que fez uma aliança com o povo de Israel. A fé que agora se exige inclui o seguimento das palavras de Jesus Cristo (Jo 8,51; 14,23).

Na Antiga Aliança, "Deus, o Pai" exprimia que Deus cuidava do Seu povo. Através de Jesus Cristo torna-se evidente: Deus é Pai do Filho unigênito desde toda a eternidade.

Através da regeneração pela água e pelo espírito, isto é, pela recepção do Santo Batismo com Água e do Santo Selamento, Jesus Cristo dá ao Homem acesso à filiação divina e a possibilidade da obtenção dos direitos de primogenitura (*vide* 10.1.3). Ambos os dons não são fundamentados na descendência de Abraão, mas antes na fé no Redentor e na recepção de todos os sacramentos (Rm 3,22.29.30; Ef 2,11-18). A obtenção dos direitos de primogenitura exprime-se diretamente no arrebatamento para junto do Senhor aquando da Sua revinda. A primícia recebe, para toda a eternidade, o direito à comunhão direta com Deus.

1.4.3 Fé em Deus, o Espírito Santo

Já no Antigo Testamento existem provas da atuação do Espírito Santo: reis e profetas eram dirigidos pelo Espírito Santo (Sl 51,11; Ez 11,5 e outros).

Segundo as palavras do Senhor, a atuação neotestamentária do Espírito Santo é uma manifestação divina (Jo 14,16.17.26). Também aqui, a única forma de o Homem responder adequadamente é com a fé: a fé no Espírito, que atualmente conduz em toda a verdade e manifesta a vontade de Deus.

1.4.4 Fé e pregação

Jesus Cristo mostrou que a fé n'Ele e no Seu Evangelho é despertada pela recepção da palavra dos enviados, dos Seus apóstolos: «Assim como tu me enviaste ao mundo, também eu os enviei ao mundo. E não rogo somente por estes, mas, também, por aqueles que, pela sua palavra, hão-de crer em mim» (Jo 17,18.20).

A pregação do Evangelho gera a fé: «Portanto, a fé surge da pregação, e a pregação surge pela palavra de Cristo» (Rm 10,17').

O Ressuscitado incumbiu os Seus apóstolos de pregar o Evangelho no mundo inteiro e de guardar a Sua palavra (Mt 28,19.20). No que concerne à bem-aventurança, à salvação futura, é um requisito fundamental aceitar a pregação do Evangelho com fé; algo que encontramos no texto bíblico, em Mc 16,16: «Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado.»

SÍNTESE

A fé, ou o crer, faz parte das condições fundamentais da vida humana. (1.4)

O fundamento e o conteúdo da fé cristã é o Deus Trino. Sempre que Deus se manifesta, Ele exorta o Homem a ter fé. A fé é um ato da graça de Deus que o Homem deve realizar na sua conduta de vida. (1.4)

Na Antiga Aliança, era a fé em Deus, o Pai, que também já se manifestava como o Criador, o Sustentador e o Libertador. (1.4.1)

Com a encarnação de Deus, o Filho, cumpriram-se as promessas veterotestamentárias referentes à vinda do Messias. Desde então, é exigida a fé em Deus, que não é meramente o Criador, mas que se manifesta em Jesus. Jesus Cristo representa o acesso à filiação divina para o Homem, através da regeneração

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

por água e espírito, permitindo que ele obtenha os direitos de primogenitura. (1.4.2)

A fé em Deus, o Espírito Santo, é a fé no espírito, que atualmente conduz em toda a verdade e manifesta a vontade de Deus. (1.4.3)

A pregação dos enviados de Jesus desperta a fé. Para ser salvo, é necessário aceitar a palavra de Deus transmitida através da pregação. (1.4.4)

Parte II

Profissão de fé

2

2 Profissão de fé

Uma profissão de fé resume os conteúdos essenciais de uma doutrina de fé. Quem a aceitar, está a satisfazer um dos requisitos necessários para pertencer à respetiva denominação religiosa: ele crê naquilo que também todos os restantes membros de uma determinada denominação religiosa professam. Desse ponto de vista, uma denominação religiosa define-se pela sua profissão de fé e distingue-se, assim, de outras.

2.1 Profissões de fé bíblicas

Já a Antiga Aliança tinha as suas fórmulas de profissão de fé: a profissão de fé em Javé, como Deus de Israel, é associada ao ato salvífico histórico de Deus para com o Seu povo: a salvação face ao jugo escravizador egípcio (Dt 26,5-9). A profissão de fé no Deus único implica a renúncia a outros deuses (Js 24,23).

No fulcro do serviço divino nas sinagogas está a profissão de fé "Ouve, Israel" (em hebr. "Schma Jisrael"), da qual consta, entre outros aspetos: «Ouve, Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor [...] E estas palavras, que hoje te ordeno, estarão no teu coração; e as intimarás aos teus filhos, e delas falarás assentado em tua casa» (Dt 6,4-7).

Nas profissões de fé neotestamentárias é expresso o ato salvífico de Deus em Jesus Cristo. Já antigamente existiam fórmulas com as quais os cristãos expressavam a sua fé durante o batismo ou no serviço divino.

Um exemplo dessas fórmulas é a expressão «Jesus é o Senhor!» (Rm 10,9). Uma afirmação importante nas profissões de fé da Igreja antiga é o anúncio da ressurreição do Senhor: «Ressuscitou verdadeiramente o Senhor» (Lc 24,34; 1Cor 15,3-5). Ou «Maranata» (1Cor 16,22) – cuja tradução significa: "o Senhor vem!", que também pode ser interpretado como profissão de fé. Começou a ser usada nas comunidades de expressão aramaica da Igreja Primitiva.

Outras profissões de fé em Jesus Cristo, a Sua natureza e a Sua obra encontram-se nos hinos do cristianismo primitivo, como, por exemplo, em 1Tm 3,16: «Aquele que se manifestou em carne, foi justificado em espírito, visto dos anjos, pregado aos gentios, crido no mundo, e recebido acima na glória» (cf. Fl 2,6-11; Cl 1,15-20).

2.2 Surgimento dos credos na Igreja antiga

Quando o Evangelho começou a propagar-se cada vez mais no Império Romano, muitos daqueles que se tornaram cristãos continuaram, em parte, apegados às suas anteriores crenças religiosas ou filosóficas. O cruzamento destas ideologias com a doutrina cristã resultou em doutrinas contrárias, o que provocou insegurança entre os crentes. Especialmente a Trindade de Deus e a doutrina da natureza de Jesus Cristo geraram grande polémica e conflitos. Para evitar esta insegurança, fez-se um esforço para formular credos que visavam ser vinculativos para a fé da comunidade e, como tal, também para a fé de cada indivíduo. A referência para definir se uma determinada afirmação relacionada com a natureza e os atos de Deus deveria ou não ser incluída nos credos era a sua congruência com a doutrina de Cristo e dos Seus apóstolos. Com o passar do tempo, foram formulados os seguintes credos: o Credo dos Apóstolos ("apostolicum"), o Credo Niceno-Constantinopolitano e o Credo de Atanásio.

2.2.1 Credo dos Apóstolos

O Credo dos Apóstolos tem a sua origem no início da época pós-apostólica. Algumas das principais afirmações baseiam-se na prédica que o apóstolo Pedro fez na casa do centurião Cornélio (Act 10,37-43). O fundamento do Credo dos Apóstolos foi redigido no século II, tendo sido ligeiramente complementado no século IV.

A sua redação é a seguinte:

"Creio em Deus Pai, Todo-Poderoso, Criador do céu e da terra e em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor, que foi concebido pelo poder do Espírito Santo, nasceu da virgem Maria; padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; desceu à mansão dos mortos; ressuscitou ao terceiro dia; subiu aos Céus; está sentado à direita de Deus Pai Todo-Poderoso, de onde há-de vir a julgar os vivos e os mortos. Creio no Espírito Santo, na Santa Igreja católica [= universal, geral], na comunhão dos santos, na remissão dos pecados, na ressurreição da carne, na vida eterna. Ámen.»

2.2.2 Credo Niceno-Constantinopolitano

No ano 325 d.C., o imperador Constantino convocou o Concílio de Niceia. Cerca de duzentos e cinquenta a trezentos bispos aceitaram o convite do imperador. O imperador viu na grande propagação da fé cristã uma forma de poder que potencialmente poderia sustentar o Estado. Dado que a união no cristianismo estava em risco, devido a uma discórdia sobre a natureza de Cristo ("A Controvérsia Ariana"), ele procurou empenhadamente que os bispos formassem uma doutrina única.

O resultado mais importante deste Concílio foi o Credo de Niceia. Foi precisado noutros concílios – entre eles, o importante Concílio de Constantinopla (381 d.C.) – que tiveram lugar até ao século VIII, e designado "Credo Niceno-Constantinopolitano". Dois dos aspetos mais notórios deste Credo, que vão muito além do Credo dos Apóstolos, são a decretação da profissão de fé na Trindade de Deus e a definição das características da Igreja.

O Credo Niceno-Constantinopolitano tem a seguinte redação:

"Creio em um só Deus, Pai Todo-Poderoso, Criador do Céu e da Terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis. Creio em um só Senhor, Jesus Cristo, Filho Unigénito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos: Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro; gerado, não criado, consubstancial ao Pai. Por Ele todas as coi-

sas foram feitas. E por nós, homens, e para nossa salvação desceu dos Céus. E encarnou pelo Espírito Santo, no seio da Virgem Maria. E se fez homem. Também por nós foi crucificado sob Pôncio Pilatos; padeceu e foi sepultado. Ressuscitou ao terceiro dia, conforme as Escrituras; e subiu aos Céus, onde está sentado à direita do Pai. De novo há-de vir em sua glória para julgar os vivos e os mortos; e o seu Reino não terá fim. Creio no Espírito Santo, Senhor que dá a vida, e procede do Pai e do Filho,² e com o Pai e o Filho é adorado e glorificado: Ele que falou pelos Profetas. Creio na Igreja una, santa, católica [= universal, geral] e apostólica. Professo um só baptismo para a remissão dos pecados. E espero a ressurreição dos mortos e a vida do mundo que há-de vir. Ámen.»

Uma profissão de fé com afirmações correspondentes àquelas contidas no Credo Niceno-Constantinopolitano é o Credo de Atanásio, um Credo muito mais detalhado, presumivelmente redigido no século VI e tornado público durante um sínodo realizado em Autun (por volta de 670 d.C.).

2.3 Credos na Igreja antiga e seu significado para a Igreja Nova Apostólica

A doutrina da Igreja Nova Apostólica é baseada na Escritura Sagrada. Nos Credos da Igreja antiga abordam-se os fundamentos da fé cristã, tal como são referidos no Antigo e Novo Testamento. Os Credos da Igreja antiga não ultrapassam o que é definido na Escritura Sagrada, mas antes o resumem em palavras concisas e vinculativas. Nesse sentido, os Credos ultrapassam quaisquer

2 A afirmação de que o Espírito Santo também "procede do Filho" ("filioque") não faz parte do texto original do Credo. Esta formulação passou a ser inserida desde o século VIII dentro da Igreja Ocidental. Daí se desenvolveu uma discórdia com a Igreja Oriental, que até hoje nunca chegou a aceitar este acrescento. Esta discórdia foi um dos motivos da divisão da Igreja em Igreja Ocidental e Oriental (O Grande Cisma) no ano de 1054 d.C.. Da Igreja Ocidental surgiu a Igreja Católica Romana, as Igrejas Vétero-Católicas, e as Igrejas da Reforma, enquanto da Igreja Oriental surgiram as Igrejas Nacionais Ortodoxas.

fronteiras confessionais e representam – tal como o Santo Batismo com Água – um elo de união entre os cristãos.

A Igreja Nova Apostólica aceita as formulações contidas nestes dois Cremos da Igreja antiga e confessa crer no Deus Trino, em Jesus Cristo como verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, no Seu nascimento através da virgem Maria, no envio do Espírito Santo, na Igreja, nos sacramentos, na expectativa da revinda de Cristo e na ressurreição dos mortos.

SÍNTESE

Uma profissão de fé resume os conteúdos essenciais de uma doutrina de fé. É assim que uma denominação religiosa se define e se distingue de outras. (2)

Já na Antiga Aliança existiam fórmulas de profissão de fé, nas quais se interligavam a profissão de fé num único Deus e o Seu ato salvífico histórico, a salvação do Egito. (2.1)

Nas profissões de fé neotestamentárias é expresso o ato salvífico de Deus em Jesus Cristo. (2.1)

Quando se gerou a grande polémica sobre a Trindade de Deus e a doutrina da natureza de Jesus Cristo, formularam-se profissões de fé para a Igreja. A base para a sua formulação foi o Novo Testamento, ou seja, a doutrina de Cristo e dos Seus apóstolos. (2.2)

Foram definidos o Credo dos Apóstolos ("apostolicum") e o Credo Niceno-Constantinopolitano. O fundamento do Credo dos Apóstolos foi redigido no século II, tendo sido ligeiramente complementado no século IV. O Credo Niceno-Constantinopolitano dá particular ênfase à Trindade de Deus. (2.2.1; 2.2.2)

As profissões de fé da Igreja antiga resumem o testemunho dado na Escritura Sagrada de forma concisa e vinculativa. Assim sendo, estes credos ultrapassam quaisquer fronteiras confessionais e representam um elo de união entre os cristãos. (2.3)

A Igreja Nova Apostólica professa a fé formulada nestes dois Cremos da Igreja antiga. (2.3)

2.4 Profissão de fé nova-apostólica

A interpretação da Escritura Sagrada e dos Cremos da Igreja antiga, de forma vinculativa para a fé, compete ao apostolado. Um dos resultados importantes é a profissão de fé nova-apostólica. É nela que se expressa de forma vinculativa a fé e a doutrina da Igreja Nova Apostólica.

A profissão de fé nova-apostólica está muito ligada aos Cremos da Igreja antiga. Os três primeiros artigos correspondem quase integralmente ao Credo dos Apóstolos; ou seja, sublinham o significado dos Cremos da Igreja antiga. Os sete artigos subsequentes representam uma interpretação, continuação e ampliação destes Cremos – os ministérios, os sacramentos, o estudo sobre os últimos acontecimentos, e ainda a relação entre o Homem e a sociedade.

Desde a sua criação, a profissão de fé nova-apostólica foi alterada várias vezes. Estas alterações foram necessárias para fazer jus a um desenvolvimento objetivo e sempre atualizado da doutrina de fé nova-apostólica. A interpretação é um processo que pode ser progressivo. Faz parte de uma tradição viva, praticada tanto nas próprias Escrituras do Novo Testamento como no trabalho de interpretação baseado nelas e realizado pelas gerações subsequentes. Assim sendo, a tradição viva não é algo rígido, mas antes caracterizado pela preservação e, ao mesmo tempo, pela mudança. Ambos os fatores são extremamente importantes para a tradição, em parte também para a interpretação: a preservação é imprescindível para a doutrina eclesial, para que não se esqueça da sua história e não se separe das suas origens. A mudança é imprescindível para a doutrina eclesial, para que continue a ser compreendida pelas gerações atuais e não fique como que petrificada no nível de conhecimentos do passado.

Ao longo dos tempos, a profissão de fé sempre foi transmitindo a fé no Deus trino, em Jesus Cristo como encarnação de Deus, na Sua morte sacrificial, na Sua ressurreição e na Sua revinda, na Igreja como instância mediadora da salvação, no envio dos apóstolos e nos sacramentos como atos salvíficos de Deus.

Os cristãos novos-apostólicos devem professar a sua fé nos artigos de fé. A profissão de fé deve caracterizar a sua crença na prática. Também serve para,

de uma forma concisa, dar a conhecer os conteúdos essenciais da fé nova-apostólica a outras pessoas.

A profissão de fé nova-apostólica foi formulada reconhecendo que o amor de Deus, a Sua graça e a Sua onipotência nunca poderão ser inteiramente compreendidos através de meras explanações doutrinárias e confessionais e que serão sempre mais magníficas do que aquilo que o Homem será capaz de exprimir ao descrevê-los. Assim sendo, a profissão de fé não define qualquer delimitação que negue a participação dos outros cristãos na salvação.

2.4.1 O primeiro artigo de fé

Creio em Deus, o Pai, o Todo-Poderoso, o Criador do céu e da terra.

O primeiro artigo fala-nos da natureza criadora de Deus, o Pai (*vide* 3.3). Que Deus é o Criador, é testemunhado tanto no Antigo como no Novo Testamento. A criação engloba o céu e a terra, nomeadamente, como diz o Credo Niceno-Constantinopolitano «De todas as coisas visíveis e invisíveis.» As naturezas material e espiritual existem como resultado do ato criador de Deus: Deus é o autor de toda a realidade e ela dá testemunho d'Ele.

Deus não é apenas todo-poderoso em relação à Sua obra de criação: Ele é sempre o Todo-Poderoso. A onipotência de Deus está também demonstrada no facto de Ele ser o autor incondicional da Criação: o ato criador voluntário de Deus cria o ser do nada («*creatio ex nihilo*», cf. Heb 11,3).

Embora, no primeiro artigo de fé, se fale de Deus, o Pai, como o Criador, Deus, o Filho, e Deus, o Espírito Santo, estão integrados nos acontecimentos da Criação. Porque o Deus trino é criador global, o que se percebe de Gn 1,26: «Façamos o homem à nossa imagem, conforme à nossa semelhança.» Em Jo 1,1 e Cl 1,16 fala-se expressamente da natureza criadora do Filho.

2.4.2 O segundo artigo de fé

Creio em Jesus Cristo, unigénito Filho de Deus, nosso Senhor, o qual foi concebido pelo Espírito Santo, e nasceu da virgem Maria; padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; entrou no reino da morte; ressuscitou dos mortos ao terceiro dia, subiu aos céus; e está sentado à direita de Deus, Pai todo-poderoso, de onde virá.

O segundo artigo de fé fala de Jesus Cristo, o fundamento e o conteúdo da fé cristã. Cada afirmação deste artigo tem um ponto de referência neotestamentário direto. A mera designação «Jesus Cristo» já é uma profissão de fé, pois professa Jesus de Nazaré como sendo o Messias prometido e esperado por Israel (do hebraico: "Ungido", em grego: "Cristo").

Mas Jesus não é apenas o Messias, mas também «Filho unigénito de Deus» (Jo 1,14.18). Esta formulação evidencia a correlação existente entre a natureza de Deus, o Pai, e Deus, o Filho. Quanto ao significado da fórmula «Filho unigénito», vejamos o Credo Niceno-Constantinopolitano: o Filho é «nascido do Pai antes de todos os séculos: Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro; gerado, não criado, consubstancial ao Pai.» Este «Filho unigénito» é «nosso Senhor». No Antigo Testamento, «Senhor» é a denominação de Deus; no Novo Testamento, é transferida para Jesus, para sublinhar a Sua natureza divina. Neste contexto, «Senhor» também significa que Jesus Cristo exerce a regência sobre o céu e a terra (Fl 2,9-11).

As afirmações seguintes referem-se à origem divina de Jesus enquanto homem e ao Seu nascimento miraculoso. Jesus nasceu do Espírito Santo (Lc 1,35; Mt 1,18), portanto, a Sua origem não se deve à procriação com a intervenção de um homem, porque Maria era virgem quando teve Jesus (Lc 1,27). O nascimento virginal não deve ser visto como um aspeto secundário ou apenas como uma ideia antiga e mitológica: ele faz parte das convicções cristãs básicas. A menção de Maria nos Evangelhos mostra que Jesus foi um homem de verdade e que teve uma mãe.

Para além disso, a historicidade de Jesus também é comprovada pela menção de «Pôncio Pilatos». De 26 a 36 d.C., este homem foi governador romano

na Palestina, o que significa que a paixão de Cristo ocorreu durante o seu governo (Jo 18,28ss).

Depois, são referidos três acontecimentos essenciais relativamente a Jesus: «foi crucificado, morto e sepultado». Isto mostra, mais uma vez, a veracidade da natureza humana de Jesus: Ele teve de sofrer uma morte ignominiosa, como é a morte na cruz. Ele morreu e foi sepultado. Ou seja, participou no destino geral da humanidade. O carácter descomunal só surge com o facto de que Ele «ressuscitou ao terceiro dia». Ou seja, trata-se de algo totalmente fora do âmbito da experiência humana, que só pode ser expresso e compreendido do ponto de vista da fé. Por detrás desta formulação encontra-se uma fórmula de profissão de fé, que já é mencionada em 1Cor 15,3.4: «Porque primeiramente vos entreguei o que também recebi: Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras; e que foi sepultado e que ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras». O facto de ser feita duas vezes a observação «segundo as Escrituras» mostra que não se trata aqui de acontecimentos arbitrários, mas antes de necessidades essenciais histórico-salvíficas. Jesus Cristo «ressuscitou dos mortos», a Sua ressurreição é a condição e a promessa da ressurreição dos mortos em geral.

No entanto, o Credo dos Apóstolos ainda contém uma menção intercalada entre «morto» e «ressuscitou ao terceiro dia»: «desceu à mansão dos mortos». O respetivo comprovativo neotestamentário encontra-se em 1Pe 3,19. Este texto bíblico relata que Jesus, após a Sua morte na cruz, «pregou aos espíritos em prisão».

Depois da profissão de fé «ressuscitou dos mortos», a redação continua, dizendo que Jesus Cristo «subiu aos céus» (cf. Act 1,9-11). Com este ato, ficou concluída a vida terrena de Jesus, assim como também a Sua presença imediata como Ressuscitado. A admissão do Ressuscitado no céu representa o Seu regresso para junto do Pai e o Seu enaltecimento. Este enaltecimento de Jesus Cristo expressa-se linguisticamente na fórmula: «e está sentado à direita de Deus, Pai Todo-Poderoso» (cf. Cl 3,1).

No fim do segundo artigo de fé, é expressa a fé de que o Senhor enaltificado irá voltar para levar consigo os Seus (Jo 14,3).

2.4.3 O terceiro artigo de fé

Creio no Espírito Santo, na Igreja una, santa, universal e apostólica, na comunhão dos santos, na remissão dos pecados, na ressurreição dos mortos e na vida eterna.

No início do terceiro artigo de fé, encontra-se a profissão da fé no Espírito Santo. O Espírito Santo é a terceira pessoa da divindade. Mais uma vez, é o Credo Niceno-Constantinopolitano que expressa a natureza divina do Espírito Santo, a Sua união com o Pai e o Filho: «Creio no Espírito Santo, Senhor que dá a vida, e procede do Pai e do Filho; e com o Pai e o Filho é adorado e glorificado: Ele que falou pelos Profetas». Ou seja, o crente professa a fé no Espírito Santo e na Sua divindade.

Uma das obras do Espírito Santo é a Igreja. A Igreja não é algo que parta do ser humano ou que tenha sido criada por ele: é algo instituído por Deus. É a reunião daqueles que são batizados, que levam a sua vida tentando imitar e seguir Cristo e que professam Jesus Cristo como seu Senhor. A determinação da Igreja de Jesus Cristo consiste, por um lado, em dar ao Homem acesso à redenção e à comunhão eterna com o Deus Trino e, por outro, em venerar e louvar a Deus.

A Igreja de Jesus Cristo tem um lado oculto e um lado aparente. Neste aspeto, corresponde às duas naturezas de Jesus Cristo, que é, ao mesmo tempo, verdadeiro Homem e verdadeiro Deus. O lado oculto da Igreja (*vide também* 6.3) não pode ser abrangido pelo intelecto humano, apenas através da fé, e pode ser experienciável, por exemplo, nos sacramentos e na palavra de Deus na prédica, isto é, em todos os sinais da salvação divina e da proximidade divina. O lado aparente da Igreja remete para a verdadeira humanidade de Jesus Cristo. Tal como o Homem Jesus, a Igreja faz parte da história da humanidade. No entanto, o Homem Jesus foi imaculado, algo que não acontece no caso do lado aparente da Igreja, porque através dos seres humanos que na Igreja atuam, ela participa do carácter pecaminoso desses homens. Significa isso que os erros e os defeitos da história da humanidade também se encontram na Igreja.

No Credo dos Apóstolos, apenas se fala na "Santa Igreja universal". A formulação "numa Igreja una, santa, universal e apostólica" é retirada do Credo Niceno-Constantinopolitano. Esta formulação evidencia os critérios essenciais da Igreja de Cristo: ela é «una», ela é «santa», ela é «universal» e ela é «apostólica».

A Igreja é «una»: o facto de a Igreja de Jesus Cristo ser una, é fundamentado na profissão de fé de um único Deus. Deus, o Pai, é o criador. Jesus Cristo é a única cabeça da Igreja, Ele é o único Senhor. É um único Espírito Santo que atua nesta Igreja e que preenche os crentes com o conhecimento da verdade.

A Igreja é «santa»: a santidade da Igreja é uma dádiva de Deus. Nela se evidencia algo santo – por exemplo os sacramentos – e o Espírito Santo atua nela.

A Igreja é «universal» (do termo grego "katholikós"): a universalidade ou catolicidade da Igreja significa que ela é omni-abrangente, isto é, ultrapassa largamente os limites daquilo que é experienciável pelo Homem. É na Igreja que a vontade salvífica universal de Deus se exprime diretamente, o que implica que abrange o aquém e o além, o passado e o presente. Também abrange o futuro e encontra a sua plenitude na nova criação.

A Igreja é «apostólica»: a apostolicidade da Igreja tem duas vertentes, uma relacionada com o conteúdo e outra de cunho pessoal. Por um lado, a Igreja é apostólica, porque é nela que se proclama o Evangelho da morte, da ressurreição e da revinda de Cristo, tal como os apóstolos do cristianismo primitivo o pregaram. Por outro lado, a Igreja é apostólica, porque é nela que se realiza historicamente o ministério apostólico na pessoa dos apóstolos contemporâneos, que atualmente estão ativos.

Na sua concretização histórica, a Igreja de Jesus Cristo não consegue fazer totalmente jus ao mandamento da unicidade, da santidade, da universalidade e da apostolicidade. Isso também se deve, em parte, ao caráter pecaminoso dos homens que nela operam. Apesar destas insuficiências, a Igreja de Cristo não permanece no oculto nem no enclausuramento. Ela torna-se particularmente perceptível onde atua o ministério de apóstolo, onde é praticada a ministração dos três sacramentos aos vivos e aos mortos e onde é proclamada a

verdadeira palavra de Deus. É aí que está edificada a obra de redenção do Senhor³, onde a Noiva de Cristo, a Igreja-noiva, está a ser preparada para as bodas no céu.

Embora os crentes, na sua totalidade, tomem parte na santidade da Igreja, a "comunhão dos santos", no próprio sentido da palavra, não deixa de ser uma grandeza escatológica. É composta por aqueles que irão fazer parte da Igreja-noiva. Ou seja, só será visível no momento da revinda de Cristo. Mas no sentido mais amplo, a "comunhão dos santos" também é uma grandeza da atualidade: inclui todos aqueles que fazem parte da Igreja de Cristo. Por fim, a "comunhão dos santos" evidenciar-se-á, em toda a sua plenitude, na nova Criação.

A possibilidade da «remissão dos pecados», criada pelo sacrifício de Cristo, também é uma parte integrante da profissão de fé. A libertação fundamental do domínio do pecado ocorre no Santo Batismo com Água, quando o pecado original é redimido.

O terceiro artigo de fé termina com esperanças escatológicas, nomeadamente com a esperança na «ressurreição dos mortos» e com a esperança na «vida eterna». A crença na ressurreição de Jesus e na ressurreição dos mortos nela fundamentada é uma das certezas cristãs fundamentais. "Ressurreição dos mortos" significa que os que morreram em Cristo recebem o seu corpo glorificado, com o qual poderão participar na glória de Deus (1Cor 15,42-44).

O terceiro artigo de fé termina com uma visão da «vida eterna», da comunhão infundável com Deus na nova Criação.

3 Regra geral, o termo "obra de redenção do Senhor" descreve o ato salvífico de Jesus, que está concluído. Quando este termo é usado no contexto do catecismo, refere-se à parte da Igreja na qual os apóstolos atuam e transmitem a salvação que se destina à preparação das primícias, da noiva (Igreja-noiva) de Cristo.

2.4.4 O quarto artigo de fé

Creio que o Senhor Jesus rege a Sua Igreja e que para tal enviou os Seus apóstolos, e que continua a enviá-los até à Sua revinda, dando-lhes a missão de ensinar, e de, em Seu nome, perdoar pecados e batizar com água e Espírito Santo.

O quarto artigo de fé especifica a fé na Igreja, da qual já se fala no terceiro artigo. Este artigo começa pela regência de Jesus Cristo: é Ele quem rege a Sua Igreja; porque Ele é «a cabeça do corpo da Igreja» (Cl 1,18). Esta regência expressa-se, entre outros meios, no envio dos apóstolos. A Grande Comissão (Mt 28,19.20) mostra que a proclamação do Evangelho e a ministração dos sacramentos estão originalmente ligados ao apostolado. A apostolicidade da Igreja, da qual já se falou genericamente no terceiro artigo de fé, é retomada neste artigo e colocada no contexto concreto da Igreja dentro da sua experienciabilidade histórica.

No âmbito histórico, a duração do apostolado não é limitada à época da Igreja Primitiva, mas antes deverá cumprir a sua tarefa «até à sua [de Jesus] revinda». O que Jesus faz através dos Seus apóstolos e o que é experienciável para cada crente, é descrito a seguir: «de ensinar, e de, em Seu nome, perdoar pecados e batizar com água e Espírito Santo».

A missão "de ensinar" refere-se à proclamação devida do Evangelho, da morte, da ressurreição e da revinda do Senhor.

Outra função do apostolado consiste em, «em seu nome [de Jesus], perdoar pecados» (Jo 20,23), ou seja, em prometer vinculativamente ao Homem a remissão dos pecados através do sacrifício e do mérito de Jesus Cristo.

No fim do quarto artigo de fé, faz-se uma referência aos sacramentos do Santo Batismo com Água e do Santo Selamento. O apostolado tem a função de batizar com água e Espírito Santo, isto é, de realizar a ministração dos sacramentos, através dos quais se torna possível uma nova existência perante Deus.

2.4.5 O quinto artigo de fé

Creio que aqueles que são designados por Deus para exercerem um ministério apenas são ordenados por apóstolos, e que a autoridade, a bênção e a santificação necessárias para exercerem o seu ministério lhes advêm do apostolado.

Tal como o quarto artigo de fé, o quinto também fala do significado do apostolado. Enquanto no quarto artigo de fé se sublinhou a interligação entre apostolado e doutrina certa, remissão dos pecados e ministração dos sacramentos, aqui trata-se do ministério espiritual. É Deus quem elege alguém para um ministério. Assim sendo, o ministério não é obra humana, nem tão pouco obra da comunidade, mas antes uma dádiva de Deus à Sua Igreja. O artigo de fé expressa que o Homem é detentor do seu ministério por vontade divina e não por decisão humana. A realização ou concretização dessa eleição acontece através do ministério de apóstolo. O ministério e o apostolado estão diretamente correlacionados. Só poderá existir um ministério espiritual onde o ministério de apóstolo atuar (*vide* 7). Além desses ministérios, também existem na Igreja de Cristo muitos serviços, destinados à proclamação do Evangelho e ao bem dos crentes, que podem muito bem ser realizados sem qualquer tipo de ordenação ministerial.

Os ministros recebem do ministério de apóstolo «a autoridade, a bênção e a santificação necessárias para exercerem o seu ministério». O ministério não é a finalidade em si, não está orientado para si próprio, mas antes tem o seu lugar na Igreja e, geralmente, numa determinada comunidade. O "exercício do seu ministério" representa a atuação com dedicação a Jesus Cristo e à comunidade.

A ordenação para um ministério espiritual contempla três aspetos: «a autoridade, a bênção e a santificação». Especialmente no caso dos ministros sacerdotais, o aspeto da «autoridade» é o mais decisivo, porque eles estão mandatados para proclamar a remissão dos pecados por encargo do apóstolo e de consagrar as hóstias para a Santa Ceia. Ou seja, os ministros sacerdotais participam na administração certa dos sacramentos exercida pelos apóstolos. A proclamação certa da vontade salvífica universal de Deus também se realiza

através da «autoridade» que o apostolado confere. A «bênção» é a promessa do acompanhamento divino e do amparo do Espírito Santo no exercício do ministério sacerdotal e do ministério diaconico. A «santificação» indica que é Deus, na Sua santidade e intangibilidade, quem quer agir pessoalmente através do ministério. A «santificação» também é necessária pelo facto de a própria Igreja ser «santa».

Embora o ministro seja eleito por Deus, pode acontecer que não consiga fazer jus ao seu ministério ou que falhe no seu exercício. Contudo, nunca fica colocada em dúvida a vocação original de Deus.

Dado que é o apostolado que dá «a autoridade, a bênção e a santificação necessárias para [os ministros] exercerem o seu ministério», cada ministro fica num relacionamento irreversível com o ministério de apóstolo.

2.4.6 O sexto artigo de fé

Creio que o Santo Batismo com água é o primeiro passo para a renovação do homem no Espírito Santo, e que, assim, o batizado é admitido na comunhão dos que creem em Jesus Cristo e que O confessam como seu Senhor.

O sexto artigo de fé dedica-se ao Santo Batismo com Água. Ele aborda elementos essenciais do batismo com água. Através dele fica abolida a separação fundamental existente entre o Homem e Deus. Isto não acontece pelo mérito de um homem, pela sua dedicação voluntária a Deus, mas antes pelo facto de Deus se aproximar do Homem e de o libertar do domínio do pecado. Através desta dedicação divina, o Homem participa do sacrifício de Cristo, do poder que vence o pecado. Isso fica claramente evidenciado no facto de o pecado original ser redimido através do batismo com água e de o batizado passar a integrar a Igreja de Jesus Cristo; quer dizer, ele torna-se cristão.

O Santo Batismo com Água ainda não contém tudo o que é necessário para uma nova existência do Homem perante Deus. Ele é «o primeiro passo para a renovação do Homem no Espírito Santo». Este ato de regeneração no Espírito Santo, que começou com o Santo Batismo com Água, terá a sua con-

tinuação na transmissão do Espírito Santo através do Santo Selamento. Só assim é que o Homem será regenerado através de água e espírito.

O batismo com água não constitui apenas a comunhão com Deus, mas também a comunhão dos cristãos entre si, pois «o batizado é admitido na comunhão dos que creem em Jesus Cristo e que O confessam como seu Senhor». A crença em Jesus, como sendo Ele o Cristo e como sendo Ele o Senhor, nomeadamente o poder que determina a vida, é algo que une os cristãos crentes.

2.4.7 O sétimo artigo de fé

Creio que a Santa Ceia foi instituída pelo próprio Senhor, em memória do sacrifício de Cristo, feito uma vez e plenamente válido, do Seu amargo sofrimento e da Sua morte. A participação digna na Santa Ceia garante-nos a comunhão de vida com Cristo Jesus, nosso Senhor. É celebrada com pão ázimo e vinho; ambos têm de ser consagrados e administrados por um ministro autorizado pelo apóstolo.

Depois de o sexto artigo de fé ter tematizado o Santo Batismo com Água, o sétimo artigo trata da Santa Ceia. A primeira frase remete para a sua instituição por Jesus Cristo. A segunda frase fala do efeito inerente à participação digna na Santa Ceia e a frase final evidencia que a consagração e ministração da Santa Ceia requerem o ministério mandatado.

Primeiro, ficamos a saber que a Santa Ceia é uma ceia memorial. Este aspeto já é frisado numa das mais antigas redações do texto da Santa Ceia; é o próprio Jesus quem diz para o fazerem em memória d'Ele (1Cor 11,24.25). A Santa Ceia é um memorial, «em memória do sacrifício de Cristo, feito uma vez e plenamente válido, do seu amargo sofrimento e da sua morte». O objeto do memorial começa por ser o sacrifício de Jesus e o seu significado supratemporal. E é também associado ao memorial relativo ao "sofrimento e à morte" de Jesus, tal como testemunhado pelos Evangelhos. Quer dizer que a Santa Ceia rememora os acontecimentos concretos que ocorreram imediata-

mente antes da crucificação, e o significado imutável da morte de Cristo na cruz.

A participação na Santa Ceia tem um grande impacto. A condição é a "participação digna" (1Cor 11,27), possível através da fé, da aceitação da remissão dos pecados e da contrição. A participação digna na Santa Ceia «garante-nos a comunhão de vida com Cristo Jesus, nosso Senhor» (cf. Jo 6,56). Neste sentido, a Santa Ceia fortalece a fé em Jesus Cristo, bem como a vontade e a aptidão de segui-Lo. Na Santa Ceia, o crente comunga sacramentalmente com Jesus Cristo, como seu Senhor, sendo fortificado para levar a sua vida de forma consentânea.

Depois, fala-se da composição dos meios sacramentais: «É celebrada com pão ázimo e vinho». Para que se possa celebrar a Santa Ceia, deve haver «pão ázimo», isto é, pão não fermentado, e «vinho», ambos como símbolos da Ceia Pascal. Tal como a água no Santo Batismo com Água, "pão ázimo" e "vinho" são as condições preliminares visíveis para o sacramento.

Depois de se ter falado dos sinais exteriores, são referidas, no fim do sétimo artigo de fé, as condições necessárias para se alcançar a realidade sacramental, nomeadamente a presença do corpo e do sangue de Cristo. O pão e o vinho «têm de ser consagrados e administrados por um ministro autorizado pelo apóstolo». Através do ministério de apóstolo, e dos ministros por ele autorizados, torna-se possível a presença do corpo e do sangue de Cristo no pão e no vinho, respetivamente (*vide* 8.2.22).

O ministério autorizado necessário para a criação de toda a realidade sacramental realiza dois atos: consagra e ministra a Santa Ceia. "Consagrar" significa, antes de mais, retirar o pão e o vinho do seu contexto habitual («Em nome de Deus, o Pai, o Filho, e o Espírito Santo, consagro pão e vinho para a Santa Ceia») e, pronunciando as palavras da instituição da ceia, evidenciar a presença oculta do corpo e do sangue de Cristo nos elementos visíveis, que são o pão e o vinho. "Administrar" significa, neste contexto, dar à comunidade acesso ao corpo e ao sangue de Cristo, o que se expressa no convite formulado à participação na Santa Ceia e na entrega, propriamente dita, da hóstia consagrada.

2.4.8 O oitavo artigo de fé

Creio que os batizados com água têm de receber o dom do Espírito Santo de um apóstolo para obterem a filiação divina e os pré-requisitos para alcançar a primogenitura.

O oitavo artigo de fé diz respeito ao Santo Selamento, ou Batismo com Espírito, ou seja, à transmissão do dom do Espírito Santo para o crente.

O Santo Selamento é o sacramento que está associado exclusivamente ao ministério de apóstolo. A condição prévia para a receção do Santo Selamento é o Santo Batismo com Água. Apenas quem está batizado deve receber o dom do Espírito Santo.

O Santo Selamento tem efeito presente e futuro: o efeito presente da receção do dom do Espírito Santo é a «filiação divina» (Rm 8,14-17). A «filiação divina» é uma característica dos cristãos regenerados pela água e pelo espírito. Ao mesmo tempo, é já uma antecipação do estado futuro da primogenitura e do «sacerdócio real» (1Pe 2,9). A «filiação divina» é também a situação específica do Homem perante Deus caracterizada pelo facto de ter recebido todos os sacramentos e de ter orientado a sua vida, em conformidade com a prédica certa do Evangelho, para a revinda de Cristo. O efeito futuro da receção do dom do Espírito Santo é a primogenitura. No entanto, o selado ainda não detém a primogenitura, através do batismo com espírito: apenas adquiriu a condição prévia para a alcançar. Desde que anseie alcançar o dia de Cristo, o crente poderá fazer parte da Igreja-noiva, da «comunhão dos santos». O selado tem a tarefa de permanecer no seguimento, na imitação de Cristo e de se deixar preparar para a revinda de Jesus Cristo através da palavra e do sacramento.

2.4.9 O nono artigo de fé

Creio que o Senhor Jesus há-de regressar, tão certo como subiu ao céu, e que levará consigo as primícias dos mortos e vivos, que esperaram a Sua vinda e foram preparados, que depois das bodas no céu voltará à terra com estas, para edificar o Seu reino de paz, e que regerão com Ele como sacerdócio real. Após conclusão do reino de paz, realizará o Juízo Final. Então, Deus criará um novo céu e uma nova terra e habitará com o Seu povo.

O nono artigo de fé representa uma especificação escatológica de determinadas afirmações dos artigos segundo e terceiro (a revinda de Cristo, a ressurreição dos mortos, a vida eterna). O caráter extenso deste artigo mostra a grande importância que os acontecimentos futuros têm na fé nova-apostólica.

O início do artigo remete para Act 1,11: «Esse Jesus, que de entre vós foi recebido em cima, no céu, há-de vir, assim, como para o céu o vistes ir.» Além disso, o artigo retoma as afirmações escatológicas do segundo artigo de fé.

À revinda de Jesus Cristo está associada a promessa de que o Senhor «levará consigo as primícias dos mortos e vivos, que esperaram a sua vinda e foram preparados» (1Ts 4,16.17). As «primícias dos mortos e vivos» receberão um corpo espiritual e serão arrebatadas para junto do Cristo que virá. As «primícias» são aqueles que passaram a pertencer a Deus, que mantiveram viva a esperança na revinda do Senhor e que se deixaram preparar para a revinda de Cristo.

A revinda de Cristo é um acontecimento central, do qual dependem outros acontecimentos escatológicos. O arrebatamento «dos mortos e vivos» culmina na comunhão com Jesus Cristo, simbolizada pelas «bodas no céu». As «bodas no céu» são o início da comunhão direta do Senhor com a Igreja-noiva.

As «bodas no céu» têm uma duração limitada; depois de terem terminado, Jesus Cristo e os Seus se dedicarão a todos aqueles homens que não participaram neste acontecimento. Então, Jesus Cristo surgirá visivelmente na terra

onde edificará o «Seu reino de paz» (Ap 20,4.6). A Igreja-noiva, cujo símbolo numérico é o número «cento e quarenta e quatro mil» (Ap 14,1), participará na regência de Cristo como «sacerdócio real» (1Pe 2,9; Ap 20,6). O Evangelho será proclamado a todas as nações, aos vivos e aos mortos.

Só «após conclusão do reino de paz, realizará [Jesus Cristo] o Juízo Final». Será quando toda a Criação reconhecerá que Jesus Cristo é o juiz justo, ao qual nada fica oculto (Jo 5,22.26.27).

A última frase do nono artigo de fé dá uma visão da força criadora e futura de Deus: «Então, Deus criará um novo céu e uma nova terra e habitará com o seu povo.» A nova criação também é tematizada em Apocalipse 21 e 22; é o espaço da presença perfeita de Deus. Quando se diz que Deus habitará com o Seu povo, trata-se de uma existência totalmente nova com Deus, nomeadamente da «vida eterna», da qual se fala no fim do terceiro artigo.

2.4.10 O décimo artigo de fé

Creio que tenho o dever de obedecer às autoridades públicas, desde que não haja leis divinas contrárias a isso.

O décimo artigo de fé distingue-se claramente dos nove precedentes. Enquanto nesses artigos o objeto da profissão de fé eram a natureza criadora de Deus, o Filho e o Espírito Santo, a Igreja, os seus ministérios e sacramentos, bem como a esperança no futuro, o décimo artigo refere-se à relação do cristão com o Estado.

O artigo décimo mostra claramente que a vida cristã não decorre fora da realidade da governação de um estado nem fora da realidade social. Nota-se que a fé cristã tem uma relação fundamentalmente positiva com o Estado, as «autoridades públicas». Esta relação positiva expressa-se no termo «dever de obedecer».

Na época neotestamentária, já se refletia a relação da comunidade dos cristãos com as autoridades do mundo (1Pe 2,11-17). As mais conhecidas são as narrações em Rm 13,1-7, onde o Estado é designado de «ministro de Deus». Este texto bíblico deu azo a muitos equívocos, pois parecia que se era

obrigado a obedecer cegamente a um Estado de não direito. No entanto, esta interpretação não pondera o facto de o Estado ser ministro de Deus: ou seja, que a vontade divina, tal como ela se expressa nos dez mandamentos, também deveria ser o padrão usado para o direito do Estado.

O texto bíblico em Rm 13,1-7 também é o fundamento do décimo artigo de fé. Este artigo não exige apenas "obediência" às "autoridades públicas", isto é, lealdade para com o Estado, mas também que sejam respeitados os padrões que justificam essa obediência: «desde que não haja leis divinas contrárias a isso». As autoridades também não estão totalmente livres: estão sujeitas à ordem divina. No mínimo, as suas leis não devem contradizer a ordem divina; preferencialmente até devem ser congruentes com ela. Se a vontade divina e a legislação do Estado não forem antagónicas, mas antes, de certa forma, complementares, então o cristão terá a obrigação de aceitar a segunda como algo positivo e vinculativo. Mas se forem antagónicas, então valerá para cada cristão o seguinte: «Mais importa obedecer a Deus do que aos homens» (Act 5,29).

SÍNTESE

A interpretação da Escritura Sagrada e dos Credos da Igreja antiga, de forma vinculativa para a fé, compete ao apostolado. Um dos resultados importantes é a profissão de fé nova-apostólica. (2.4)

O primeiro artigo de fé trata da natureza criadora de Deus, o Pai. (2.4.1)

O segundo artigo de fé fala de Jesus Cristo, o fundamento e o conteúdo da fé cristã. (2.4.2)

O terceiro artigo de fé professa a fé no Espírito Santo, enquanto terceira pessoa da divindade, a fé na Igreja e a fé em outros aspetos da salvação. (2.4.3)

O quarto artigo de fé fala de que Jesus Cristo rege a Sua Igreja e que a forma de expressão dessa regência é o envio dos apóstolos. (2.4.4)

O quinto artigo de fé expressa que Deus elege alguém para ser portador de um ministério espiritual e que os ministros recebem poder, bênção e santificação através do ministério de apóstolo. (2.4.5)

O sexto artigo de fé dedica-se ao Santo Batismo com Água. (2.4.6)

O sétimo artigo de fé trata da Santa Ceia. (2.4.7)

O oitavo artigo de fé tematiza o Santo Selamento. (2.4.8)

O nono artigo de fé fala da revinda de Cristo e dos acontecimentos que se lhe seguirão. (2.4.9)

O décimo artigo de fé aborda a relação dos cristãos com o governo. (2.4.10)

Parte III

Deus Trino



3 Deus Trino

Pai, Filho e Espírito Santo são o Deus uno. O facto de Deus ser, desde sempre, trino é confirmado pela automanifestação de Deus na história de salvação, que demonstra que o Pai, o Filho e o Espírito Santo existem, criam, atuam e sustentam desde o início.

Na Antiga Aliança era acima de tudo Deus, o Pai, quem se manifestava, enquanto a atuação do Filho e do Espírito Santo ainda era praticamente invisível ao Homem. Do ponto de vista do Novo Testamento, o apóstolo Paulo comentava que o Filho de Deus já teria estado presente na época da peregrinação do povo de Israel pelo deserto (1Cor 10,4). Em Mc 12,36 e em Heb 3,7 também é referido que o Espírito Santo já teria falado na Antiga Aliança.

A encarnação, a morte e a ressurreição do Filho de Deus, bem como o envio do Espírito Santo permitem reconhecer Deus como sendo uma trindade. Em Jo 16,13-15, Jesus Cristo descreve os efeitos da Trindade de Deus: o que pertence ao Filho também pertence ao Pai, e o que o Espírito Santo anuncia advém do Pai e do Filho.

O Deus Trino é um Deus da comunhão entre Pai, Filho e Espírito; é a esta comunhão que Ele quer dar acesso ao Homem.

3.1 Natureza de Deus

Nós, os seres humanos, não conseguimos abranger a natureza e a atuação de Deus com o nosso intelecto – o acesso a Deus, à Sua onnipotência e grandiosidade só se consegue obter através da fé. Jesus Cristo revelou Deus e fez com que as pessoas O pudessem vivenciar como o Pai amoroso, misericordioso e compassivo. Outras revelações de Deus são dadas pelo Espírito Santo, que leva os crentes às profundezas da divindade (1Cor 2,6-16).

As características da natureza de Deus são: Ele é uno (único), santo, onipotente, eterno, amoroso, misericordioso, justo, perfeito. Deus não é desconhecido, nem está oculto; Ele aproxima-se das pessoas, fala com elas e dá-lhes a possibilidade de falarem com Ele.

A descrição das virtudes da natureza divina pretende exprimir a perfeição e o valor absoluto de Deus, mas para isso, perante a realidade de Deus, todos os conceitos derivados do mundo da experiência humana terão de ser postos de parte.

3.1.1 Um Deus em três pessoas

A trindade divina é um mistério. Na fórmula trinitária «Em nome de Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo» não se usa a forma do plural "em nome dos", mas antes o singular "em nome de": o Deus uno é trino. Nas palavras que Jesus dirigiu aos apóstolos, ele deu a reconhecer a Trindade de Deus; disse-lhes que deveriam batizar «em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo» (Mt 28,19). Quando se fala de Deus "o Pai, o Filho e o Espírito Santo", não se quer dizer que sejam três Deuses diferentes, mas sim três pessoas (hipóstases), que são um só Deus.

3.1.2 Deus, o Uno

A crença num Deus uno faz parte das confissões fundamentais do Antigo e do Novo Testamento. Deus falou a Moisés da unanimidade e da lealdade para com Ele, a qual se manifesta no Seu nome: «Eu sou o que sou» (Ex 3,14). A profissão de fé da unicidade de Deus - «Ouve, Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor» (Dt 6,4), - acompanhou o povo da Antiga Aliança em toda a sua história.

Embora já o primeiro mandamento expresse isso muito claramente: «Não terás outros deuses diante de mim» (Ex 20,3), Israel ainda tinha um longo caminho à sua frente até que a profissão de fé na unicidade de Deus excluísse

todos os restantes deuses e a sua adoração; repetidas vezes, os profetas tiveram de repreender o povo por adorarem outros deuses. Em Isaías 45,21.22 encontramos as palavras de Deus: «e não há outro Deus, senão eu; Deus justo e Salvador não há, fora de mim. Olhai para mim, e sereis salvos, vós, todos os termos da terra; porque eu sou Deus, e não há outro.». Após terem saído do cativeiro dos babilônios, os Judeus adotaram de forma consciente a profissão de fé de um Deus unico (monoteísmo) como característica essencial que os distinguia dos pagãos. Até hoje, a fé de que nos fala o livro da Sabedoria continua a ser característica do judaísmo: «Não há fora de ti um Deus» (Sb 12,13*).

Este reconhecimento, ficou também enraizado na fé cristã, desde as antigas comunidades até aos dias de hoje. O apóstolo Paulo aceitou o monoteísmo sem qualquer restrição. Relativamente à adoração de vários deuses (politeísmo) das religiões gregas e romanas, ele escreveu: «... e que não há outro Deus, senão um só» (1Cor 8,4).

3.1.3 Deus, o Santo

No Antigo Testamento, Deus é chamado várias vezes de «o Santo» (Is 43,3; Jr 50,29; Hab 1,12). Santidade – isso significa majestade, imunidade, estar afastado do que é profano – faz parte da natureza de Deus, do Seu ser e da Sua atuação. Isso é testemunhado em Apocalipse 4,8 com as palavras: «Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-Poderoso, que era, e que é, e que há-de vir» (cf. Is 6,3). A Sua palavra e a Sua vontade também são santas.

A proximidade de Deus, a presença do Santo, repetidamente vivenciada ao longo da história de salvação, exige temor a Ele. Que a proximidade de Deus é santa e que exige temor a Ele, é algo que Moisés experimentou quando viu a sarça ardente e ouviu a voz de Deus: «Não te chegues para cá; tira os teus

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

sapatos dos teus pés; porque o lugar em que tu estás é terra santa!» (Ex 3,5). A santidade de Deus santifica o lugar onde Ele se revela.

Poder tomar parte na santidade de Deus é, ao mesmo tempo, dádiva e tarefa: «Santos sereis, porque Eu, o Senhor, vosso Deus, sou santo» (Lv 19,2; cf. 1Pe 1,15.16). Assim, todos os crentes são exortados a ambicionar a santidade, que provém da santidade de Deus. Assim, o crente "santificará" o nome de Deus, tal como também o exprimimos na oração do Pai-Nosso: «santificado seja o teu nome» (Mt 6,9).

3.1.4 Deus, o Onnipotente

Com a profissão no primeiro artigo de fé «Creio em Deus, o Pai, o Todo-Poderoso, o Criador do céu e da terra» dá-se testemunho do seguinte: Deus consegue fazer tudo, para Ele nada é impossível, para Ele não existem limitações para concretizar a Sua vontade. O Salmo 135,6 expressa-o da seguinte forma: «Tudo o que o Senhor quis, Ele o fez, nos céus e na terra, nos mares e em todos os abismos.»

A onnipotência de Deus também se torna evidente ao Homem na criação. Tudo foi criado do nada, unicamente através da Sua palavra (Heb 11,3). Deus estabelece com a Sua onnipotência o princípio e o fim: «Eu sou o Alfa e o Ómega, o princípio e o fim, diz o Senhor, que é, e que era, e que há-de vir, o Todo-Poderoso» (Ap 1,8). Assim sendo, também a nova criação será uma forma de exprimir a onnipotência de Deus.

Jesus Cristo também falava da onnipotência de Deus: «porque para Deus todas as coisas são possíveis» (Mc 10,27); e também os anjos o confirmaram: «Porque, para Deus, nada é impossível» (Lc 1,37).

Da onnipotência de Deus fazem parte a onisciência e a onnipresença. A onisciência de Deus é descrita no Salmo 139,2-4: «Tu conheces o meu assentar e o meu levantar: de longe, entendes o meu pensamento. Cercas o meu andar e o meu deitar; e conheces todos os meus caminhos. Sem que haja uma palavra na minha língua, eis que, ó Senhor, tudo conheces.» No mesmo Salmo, também se faz menção da onnipresença de Deus: «Se subir ao céu, tu

aí estás; se fizer no Sheol a minha cama, eis que tu ali estás também. Se tomar as asas da alva, se habitar nas extremidades do mar, até ali a tua mão me guiará e a tua dextra me susterá» (versículos 8-10).

3.1.5 Deus, o Eterno

Deus, "o Eterno", não teve princípio nem terá fim. Limitações de tempo não existem para Ele. «Antes que os montes nascessem, ou que tu formasses a terra, e o mundo, sim, de eternidade a eternidade, tu és Deus» (Sl 90,2). Deus é o criador e o senhor do tempo: ao contrário do mundo material, que está pendente do tempo, Deus manda no tempo de forma soberana: Ele tanto o pode oferecer como o pode tirar.

A eternidade de Deus ultrapassa os horizontes humanos. Ela é infinita, sem ser atemporal. Não obstante, para Deus, o passado, o presente e o futuro estão sempre presentes. Que Deus está acima de todas as dimensões temporais pode-se ver em 2Pe 3,8: «Mas, amados, não ignoreis uma coisa: que um dia para o Senhor é como mil anos, e mil anos como um dia.»

3.1.6 Deus, o Amoroso

Tanto na Antiga como na Nova Aliança, Deus aparece como o Amoroso. Por amor elegeu o povo de Israel e libertou-o do cativeiro dos egípcios. No entanto, Deus não se manifestou apenas ao povo de Israel, no Seu ato histórico, como sendo o Deus do amor, Ele acaba por se manifestar como "o Amoroso" a toda a humanidade, em Jesus Cristo: porque Deus amou o mundo de tal maneira, «que deu o seu Filho unigénito, para que todo aquele que Nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna» (Jo 3,16).

Deus não se dedica apenas com amor ao mundo, mas antes «Deus é amor» (1Jo 4,16).

3.1.7 Deus, o Justo e o Misericordioso

Deus é o misericordioso. A Sua graça é parte da Sua justiça. Ele concede graça, misericórdia, paciência e bondade (Sl 103,8). Deus concede graça ao Seu povo, segundo a Sua justiça, mesmo quando o povo sai do caminho ou desrespeita a aliança: «Em grande ira, escondi a minha face de ti, por um momento; mas com benignidade eterna me compadecerei de ti, diz o Senhor, o teu Redentor» (Is 54,8).

A prova de como Deus é misericordioso encontra-se na Nova Aliança, quando Ele se dedica e perdoa aos que tendem para o pecado. O apóstolo Paulo dá testemunho de que Deus estava em Cristo e que reconciliou o mundo Consigo (2Cor 5,19). Por graça, Deus concede justiça aos injustos; o pecador recebe o perdão, o sedento de salvação recebe salvação, ou seja redenção.

Deus é justo: «Ele é a Rocha, cuja obra é perfeita, porque todos os seus caminhos juízo são: Deus é a verdade, e não há nele injustiça; justo e recto é» (Dt 32,4). Afirmações como «o salário do pecado é a morte» (Rm 6,23) ou «Senhor Deus, Todo-Poderoso, verdadeiros e justos são os teus juízos» (Ap 16,7) mostram claramente a Sua justiça. É Ele que, na Nova Aliança, oferece justiça imerecida ao pecador através de Jesus Cristo (Rm 3,24-26; 5-18).

3.1.8 Deus, o Perfeito

Deus é perfeito. Ele não precisa de qualquer melhoramento, qualquer modificação ou qualquer aperfeiçoamento. Ele é o Incorruptível e o Liberto de todos os condicionalismos e obrigações. Os Seus atos não são fundamentados em qualquer tipo de necessidade externa, mas apenas na Sua vontade absolutamente soberana.

Perante Moisés, Deus deu-se a conhecer como sendo o completamente Idêntico e Perfeito: «Eu sou o que sou» (Ex 3,14).

A perfeição e a bondade de Deus estão estreitamente correlacionadas: tudo o que acontece em Deus, tudo o que parte d'Ele ou é criado por Ele, é perfeito e bom. A perfeição de Deus também se evidencia no facto de não

existir qualquer diferença entre vontade e ato, nem, entre intenção e realização. Em Deus também não se encontra qualquer tipo de fracasso ou algo que em si seja imperfeito. A criação participa da perfeição e bondade de Deus, sendo, por isso, que Deus se refere à Sua criação dizendo «e eis que era muito bom» (Gn 1,31).

A perfeição de Deus também inclui a verdade. Em Deus não existe mentira, engano nem insegurança. «A tua palavra é a verdade» (Sl 119,160). A palavra divina é fiável, Deus assume as Suas promessas e é fiel.

A verdade de Deus interage com a sabedoria. Deus rege e preenche toda a criação com ela: «Ela estende-se com vigor de uma extremidade à outra e tudo governa com bondade» (Sb 8,1*).

A perfeição de Deus torna-se diretamente experienciável em Jesus Cristo, o «autor e consumidor da fé» (Heb 12,2), porque Ele é perfeito no que diz e faz. Jesus Cristo é o exemplo e o professor para a perfeição que o Homem deve ansiar alcançar (Fl 2,5).

O "prosseguir para o alvo", o "prémio da soberana vocação de Deus" (Fl 3,12-16) – isto é, a perfeição –, tem uma natureza escatológica. A perfeição pode muito bem ser ansiada pelo Homem pecaminoso, mas ele nunca a conseguirá alcançar pelos seus próprios meios. Através da aceitação, no dia da revinda de Cristo, e da participação na nova criação é que Deus, por fim, oferece ao Homem uma parte abrangente da Sua perfeição.

SÍNTESE

O Pai, o Filho e o Espírito Santo são o Deus uno, que existe, cria e sustenta desde sempre. (3)

O ser humano não consegue abranger a natureza e a atuação de Deus por meio do seu intelecto, o acesso a Deus só se consegue obter através da fé. (3.1)

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

O Deus uno é trino: Pai, Filho e Espírito Santo. Não se trata de três deuses, mas antes de três pessoas (hipóstases). (3.1.1)

A fé num único Deus (monoteísmo) faz parte das profissões de fé fundamentais do Antigo e Novo Testamento e até ao presente está ancorada na fé cristã das comunidades apostólicas mais antigas. (3.1.2)

Santidade – majestade, imunidade, estar afastado do que é profano – faz parte da natureza de Deus, do Seu Ser e da Sua atuação. A Sua palavra e a Sua vontade também são santas. (3.1.3)

Deus consegue tudo, para Ele nada é impossível. Da Sua onipotência fazem parte a onisciência e a onipresença. (3.1.4)

Deus não tem princípio nem fim. A eternidade de Deus é infinita, sem ser atemporal. Ele é o Criador do tempo e, como tal, está acima de todas as dimensões temporais. Para Ele, o passado, o presente e o futuro estão sempre presentes. (3.1.5)

Deus é o amor (1Jo 4,16). No contexto histórico, Ele também surge sempre como aquele que pratica o amor. A prova mais evidente é quando oferece o Seu Filho a toda a humanidade. (3.1.6)

Deus é o Misericordioso e o Justo. A Sua graça também se evidencia no facto de Ele perdoar pecados. Ele oferece ao pecador justiça através de Jesus Cristo. (3.1.7)

Deus é o Perfeito. As Suas obras e os Seus caminhos não têm qualquer defeito. Os Seus atos acontecem simples e unicamente com base na Sua vontade soberana. Deus cumpre o que promete e é fiel. A perfeição de Deus torna-se diretamente perceptível em Jesus Cristo. (3.1.8)

3.2 Deus - Pai, Filho e Espírito Santo

Deus automanifestou-se como Pai, como Filho e como Espírito Santo. É assim que Deus se torna reconhecível como trino. Esta automanifestação de Deus forma a base da doutrina trinitária. A atuação de Deus na história e na cria-

ção ocorre sempre na função de Pai, de Filho e de Espírito Santo. Deus manifesta-se como Criador, como Redentor e Reconciliador e como Recriador. Na vida de Jesus – aquando do Seu batismo, da Sua transfiguração, crucificação, ressurreição e ascensão – bem como aquando do derramamento do Espírito Santo, no Pentecostes, Deus manifestou a Sua natureza trina: Ele é Pai, Filho e Espírito Santo.

O segredo da Trindade de Deus é abordado de diversas formas no Antigo e Novo Testamento. Contudo, não se encontra o termo em toda a Escritura Sagrada, nem uma menção de uma doutrina trinitária. Ela foi reconhecida e formulada nos primórdios da Igreja com base nos testemunhos bíblicos.

3.2.1 Indicações referentes ao Deus Trino no Antigo Testamento

Uma primeira indicação referente à atuação do Deus Trino encontra-se no primeiro relato sobre a criação (Gn 1,1-31; 2,1-4). do qual consta: «e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas» (Gn 1,2) e também: «E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme à nossa semelhança» (Gn 1,26). A designação de Deus «Eloim», usada no texto hebraico, tem a forma de plural e significa "o divino", e também "deuses", e deve ser interpretada, à luz do Evangelho, como indicativo do Deus Trino.

As diversas manifestações divinas como «anjo do Senhor» (Gn 16,7-11.13; Ex 3,2-5; Jz 6,11-16), «Espírito de Deus» ou «Espírito do Senhor» (Jz 3,10; 1Sm 16,13) são vistas como alusões ao segredo da Trindade de Deus. Esta afirmação é corroborada por outros acontecimentos e indicações que envolvem o número trino:

- na tradição cristã, os três varões, mensageiros de Deus, que foram ter com Abraão (Gn 18), são vistos como alusão ao segredo da trindade divina.
- A mesma interpretação se aplica à atuação do Deus Trino na bênção sacerdotal (araónica) em Nm 6,24-26: «O *Senhor* te abençoe e te guarde; O *Senhor* faça resplandecer o seu rosto sobre ti, e tenha misericórdia de ti; O *Senhor* sobre ti levante o seu rosto, e te dê a paz.»

- A tríplice glorificação do anjo, na visão de vocação do profeta Isaías, também é considerada como sendo um indicador da Trindade de Deus: «Santo, Santo, Santo é o Senhor dos Exércitos: toda a terra está cheia da sua glória» (Is 6,3).

3.2.2 Indicações referentes ao Deus Trino no Novo Testamento

Embora também não se encontre uma formulação mais concreta sobre a doutrina trinitária no Novo Testamento, nele estão retratados acontecimentos e formulações que evidenciam a trindade divina no seu efeito histórico-salvífico. Um exemplo da presença do Deus Trino encontra-se logo no início da atuação de Jesus, quando, no momento do Seu batismo, o Pai e o Espírito Santo dão testemunho do envio do Filho de Deus encarnado: «E, logo que saiu da água, viu os céus abertos, e o Espírito, que, como pomba, descia sobre ele. E ouviu-se uma voz dos céus, que dizia: Tu és o meu Filho amado, em quem me comprazo» (Mc 1,10.11). Este trecho bíblico mostra que o Filho de Deus opera em unicidade com o Pai e o Espírito Santo.

Pai, Filho e Espírito Santo também são referidos na Grande Comissão, na parte que se refere ao batismo, que Jesus Cristo deu aos Seus apóstolos antes de ascender ao céu (Mt 28,18.19).

Indicações relativas à unicidade das pessoas divinas encontram-se no Evangelho de João, quando se fala da unicidade do Filho com o Pai, e dizendo Jesus Cristo: «Eu e o Pai somos um» (Jo 10,30, cf. Jo 1,1.18). A promessa do Espírito Santo também remete para a Trindade de Deus (Jo 16,13-15).

Nas epístolas do Novo Testamento existem mais sinais indicadores da Trindade de Deus. Encontram-se na glorificação de Deus ou ainda nas fórmulas de bênção. Por exemplo, em 1Cor 12,4-6: "Ora, há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo. E há diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo. E há diversidade de operações, mas é o *mesmo Deus* que opera tudo, em todos.» Este texto bíblico tanto aborda a unicidade de Deus, como também as diversas automanifestações pessoais. O texto bíblico em Efésios 4,4-6 também comprova que a atuação de Deus contém sinais indicadores da Sua

natureza trinitária: «Há um só corpo e um só Espírito, como também fostes chamados em uma só esperança da vossa vocação; *um só Senhor*, uma só fé, um só batismo; *um só Deus e Pai* de todos, o qual é sobre todos, e por todos, e em todos.» Em 1Pe 1,2 fala-se dos atos salvíficos do Deus Trino: «Eleitos, segundo a presciência de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e aspersão do sangue de Jesus Cristo [...]».

Uma indicação inequívoca da Trindade de Deus está contida na fórmula de bênção no final da segunda epístola aos Coríntios: «A graça do Senhor *Jesus Cristo*, e o amor de *Deus* e a comunhão do *Espírito Santo*, seja com vós todos!» (2Cor 13,13).

3.2.3 Desenvolvimento da doutrina trinitária

A identificação da Trindade de Deus e a sua integração em afirmações doutrinárias começaram pouco depois de serem redigidas as escrituras neotestamentárias. Para conseguir expressar linguisticamente estas correlações foram usados termos filosóficos antigos como "pessoa" ou "hipóstase" e "substância". Por um lado, a formulação de uma doutrina trinitária destinava-se a verbalizar o conhecimento adquirido através da fé; por outro lado, a intenção consistia em proteger a fé de doutrinas falsas, que procuravam transmitir uma imagem de Deus não consentânea com o testemunho neotestamentário. A doutrina trinitária de Deus foi formulada na sua redação final nos primeiros concílios realizados nos séculos IV e V.

O termo "Trindade" foi definido por Teófilo de Antioquia, na segunda metade do século II, mas foi o doutor da igreja Tertuliano (160 a 220 d.C.) quem o tornou popular. Tertuliano dava ênfase à unicidade de Deus – "uma substância [divina] [em] três pessoas" (latim: "una substantia tres personae") – e foi o primeiro a associar o termo "pessoa" ao conceito Pai, Filho e Espírito Santo.

No Concílio de Niceia (325 d.C.), definiu-se expressamente a unidade de natureza entre o Pai e o Filho. O que deu origem a este desenvolvimento foi a doutrina de Arius (falecido em 336 d.C.), que afirmava que o Filho pré-exis-

tente teria sido criado pelo Pai a partir do nada, ou seja, que teria sido a primeira obra de criação de Deus. Em contrapartida, o Concílio insistiu que o Filho não seria uma criatura, mas que, desde toda a eternidade, era parte da trindade divina.

Esta controvérsia, conhecida como "A Controvérsia Ariana", não terminou com o Concílio de Niceia, tendo-se prolongado até ao Concílio de Constantinopla (381 d.C.). Neste concílio ficou definido que o Espírito Santo tanto é pessoa e Deus verdadeiro como é o Pai e o Filho.

Nos anos subsequentes, salvo raras exceções, a doutrina trinitária passou a ser reconhecida globalmente dentro da cristandade. No entanto, as reflexões sobre a doutrina trinitária ainda não estavam concluídas. Foi, particularmente, graças à intervenção do doutor da Igreja Agostinho (354 até 430 d.C.) que, mais tarde, se começou a afirmar, na Igreja Ocidental, que o Espírito Santo provinha em partes iguais do Pai e do Filho. Em oposição, a Igreja Oriental continuava a insistir numa versão mais antiga do Credo Niceno-Constantinopolitano, que asseverava que o Espírito Santo provinha do Pai, através do Filho.

Os reformistas adotaram a crença na Trindade de Deus da Igreja ancestral (séculos II a VI). A doutrina da Trindade é algo que todas as Igrejas cristãs têm em comum, exceto no que se refere à divergência interpretativa sobre o Espírito Santo. É uma das afirmações fundamentais da fé cristã e é uma característica essencial de diferenciação das outras religiões abraâmicas, o judaísmo e o islamismo.

No décimo primeiro sínodo de Toledo (675 d.C.) foi anunciado: «O Pai é aquilo mesmo que o Filho, o Filho aquilo mesmo que o Pai, o Pai e o Filho, aquilo mesmo que o Espírito Santo, ou seja, *um único Deus por natureza.*»

3.2.4 Unicidade das três pessoas divinas

Os cristãos confessam o Deus uno e trino. Cada uma das pessoas divinas – Pai, Filho e Espírito Santo – é o verdadeiro Deus. A fé cristã diz que Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, sempre existiu, ou seja, desde toda a eternidade.

Por conseguinte, "Pai", "Filho" e "Espírito Santo" não são meros nomes usados para designar as diversas formas de existência ou de manifestação de Deus, antes sendo três nomes para designar cada uma das três pessoas divinas que se distinguem na sua natureza. Na realidade, o Pai não é o mesmo que o Filho, e o Filho não é o mesmo que o Pai; o Espírito Santo não o mesmo que o Pai e o Filho. Pois é o Pai que gera, o Filho que é gerado, o Espírito Santo que procede de ambos.

As três pessoas divinas estão sempre interrelacionadas e são coeternas. A diversidade das três pessoas divinas não separa a unicidade de Deus, pois elas são uma só natureza ou substância. Nelas não existe qualquer oposição de vontades. O Pai está todo inteiro no Filho, todo inteiro no Espírito Santo; o Filho está todo inteiro no Pai, todo inteiro no Espírito Santo; o Espírito Santo, todo inteiro no Pai, todo inteiro no Filho.

Os cristãos confessam que todos os atos de Deus na criação, na redenção e na nova criação são atos do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Embora todos os atos divinos sejam, simultaneamente, atos do Pai, do Filho e do Espírito Santo, nem sempre o são da mesma forma. Embora a criação seja obra de Deus, o Pai, e de Deus, o Filho, não foi Deus, o Pai, ou Deus, o Espírito Santo, que encarnou e se tornou Homem, mas unicamente Deus, o Filho. Não foi o Pai nem o Filho que foi derramado, mas unicamente o Espírito Santo. Na tradição cristã, a cada uma das três pessoas divinas é associado um aspeto principal ("apropriação"): Deus, o Pai, é Criador, o Filho é Redentor e o Espírito Santo é Recriador.

SÍNTESE

A atuação de Deus na criação e na história é a atuação do Pai, do Filho e do Espírito Santo. (3.2)

Já o primeiro relatório sobre a criação contém indicações que remetem para a Trindade de Deus, como os três varões enviados por Deus a Abraão, a tríplice bênção sacerdotal e a tríplice glorificação do anjo na visão de vocação do profeta Isaías. (3.2.1)

Um exemplo da presença do Deus Trino encontra-se no batismo de Jesus, quando o Pai e o Espírito Santo dão testemunho do envio do Filho. Pai, Filho e Espírito Santo também são mencionados na Grande Comissão de Jesus, bem como na fórmula de bênção na 2ª aos Coríntios 13,13. (3.2.2)

A doutrina trinitária de Deus foi formulada nos concílios realizados nos séculos IV e V. No Concílio de Niceia (325), a unidade de natureza entre o Pai e o Filho tornou-se doutrina vinculativa. A unidade de natureza entre o Espírito Santo e o Pai e o Filho foi acordada no Concílio de Constantinopla (381). (3.2.3)

No Seu ser, "Pai", "Filho" e "Espírito Santo" são pessoas divinas distintas, estão sempre interrelacionadas e são coeternas. (3.2.4)

Na tradição cristã, a cada uma das três pessoas divinas é associado um aspeto principal: Deus, o Pai, é Criador, Deus, o Filho, é Redentor, Deus, o Espírito Santo, é Recriador. (3.2.4)

3.3 Deus, o Pai

Deus manifesta-se como Pai de uma forma insuperável na encarnação de Deus, o Filho: «E o verbo se fez carne, e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do unigénito do Pai, cheio de graça e de verdade. [...] Deus nunca foi visto por alguém; o Filho unigénito, que é Deus e está no seio do Pai, esse o fez conhecer» (Jo 1,14.18). Desde toda a eternidade, Deus, o Pai, faz conhecer o Seu Filho Unigénito (o que significa: o Seu Filho único, *vide* 3.4.1). Este segredo só se desvenda àquele ao qual o Filho o revelar: «[...] e ninguém conhece o Filho, senão o Pai; e ninguém conhece o Pai, senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar» (Mt 11,27).

Quando o crente usa o termo "Pai", em relação a Deus, estão sempre associados os aspetos da criação, da autoridade e do cuidado paternal. Deus é o autor e o sustentador de tudo o que criou. Por isso mesmo, qualquer pessoa se pode dirigir a Deus, enquanto seu Criador, chamando-O de Pai.

Na época veterotestamentária, Deus manifestava-se como Pai amoroso e zeloso em relação ao povo de Israel. Ele disse a Moisés: «Então dirás ao Faraó: Assim diz o Senhor: Israel é meu filho, meu primogénito. E eu te tinha dito: Deixa ir o meu filho, para que me sirva» (Ex 4,22.23). O povo de Israel designa Deus como «Pai» (Dt 32,6; Jr 31,9). Quando Jesus falou aos judeus, no sermão da montanha, Ele também designou Deus como sendo Pai deles (Mt 5,16 e outros). Ele exortou-os a se dirigirem a Deus com as palavras: «Pai nosso, que estás nos céus» (Mt 6,9).

Jesus Cristo abriu caminho ao Homem, para que se pudesse tornar filho e, por conseguinte, co-herdeiro do Altíssimo, através da regeneração por água e espírito (Ef 1,5; Tt 3,5-7; Rm 8,14-17). Assim, os termos "Pai" e "Filho" alcançaram uma nova dimensão. Em 1Jo 3,1^{*}, fala-se do amor de Deus como sendo o motivo pelo qual o regenerado pode ter a certeza da sua relação de filiação com Deus: «Vede que amor tão grande o Pai nos concedeu, a ponto de nos podermos chamar filhos de Deus; e, realmente, o somos!»

3.3.1 Deus, o Criador

«No princípio, criou Deus os céus e a terra» (Gn 1,1). Esta afirmação retirada do primeiro versículo da Escritura Sagrada exprime uma verdade básica que é referida no primeiro artigo de fé. Deus criou os mundos celestiais, bem como o espaço, e deu à Terra o seu lugar no universo: foi aqui que Deus se encarnou.

Tudo o que existe tem a sua origem na atuação criadora de Deus. Por um lado, Deus criou do nada («creatio ex nihilo») e sem qualquer precedente, ou seja, totalmente livre: «Deus [...] chama as coisas que não são como se já fossem» (Rm 4,17; cf. Heb 11,3). Por outro, formou objetos e seres vivos a partir da matéria por Ele criada (Gn 2,7.8.19). Toda a criação está subjugada a Ele.

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

A criação e a sua ordem dão testemunho da sabedoria de Deus, cuja dimensão é inconcebível para o Homem. É com admiração que o salmista exclama: «Ó Senhor, como são grandes as tuas obras. Todas elas dão fruto da tua sabedoria! A terra está cheia das tuas criaturas!» (Sl 104,24').

No Novo Testamento evidencia-se que Deus criou tudo através do Seu Filho. Isso torna-se especialmente notório no início do Evangelho de João: «No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por ele, e, sem ele, nada do que foi feito se fez» (Jo 1,1-3; cf. Cl 1,16; Heb 1,2; *vide* 3.4.2).

Tal como o Pai e o Filho, o Espírito Santo também é Criador. É o que se percebe deste texto bíblico: «Façamos o homem à nossa imagem, conforme à nossa semelhança» (Gn 1,26).

O Deus Trino criou o mundo material através da Sua palavra, é Ele quem preserva a sua existência e o orienta. Assim sendo, a criação não contém apenas o segredo da origem e do início, mas também o da continuação e do futuro. Em tudo se reconhece o constante cuidado paternal do Criador: «Tu amas tudo quanto existe e não detestas nada do que fizeste; pois, se odiasses alguma coisa, não a terias criado. E como subsistiria uma coisa, se Tu a não quisesses? Ou como se conservaria, se não tivesse sido chamada por ti? Mas Tu poupas a todos, porque todos são teus, ó Senhor, que amas a vida! O teu espírito incorruptível está em todas as coisas!» (Sb 11,24-12,1').

SÍNTESE

Deus manifesta-se como Pai de uma forma insuperável na encarnação de Deus, o Filho. (3.3)

Quando se usa o termo "Pai", em relação a Deus, estão sempre associados os aspetos da criação, da autoridade e do cuidado paternal. (3.3)

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

Através da Sua palavra, Deus criou tudo o que existe. Por um lado, Deus criou tudo a partir do nada e sem ter modelos a seguir. Por outro, formou objetos e seres vivos a partir da matéria por Ele criada. Toda a criação está subjugada a Ele. É Ele que mantém e dirige a criação. (3.3.1)

3.3.1.1 A criação invisível

A Escritura Sagrada dá imensos testemunhos de um mundo invisível: áreas, processos, estados e seres. É criado por Deus e é designado por "criação invisível". Por vezes, também se usa o termo "além" para descrever este mundo, o que sublinha que a criação invisível está para além dos limites daquilo que é perceptível para o Homem. Os seus segredos são indesvendáveis pela investigação humana, tal como o próprio Deus o é. No entanto, através de manifestações divinas, o Homem pode, por vezes, vislumbrar partes da criação invisível.

É praticamente impossível descrever o mundo invisível com termos humanos, pois todos estes estão relacionados com o mundo da experienciabilidade humana (o visível). No entanto, a Escritura Sagrada usa este tipo de terminologia para fazer afirmações sobre o que é invisível numa linguagem simbólica, recorrendo a metáforas.

Do relato bíblico consta o seguinte: fazem parte da criação invisível o reino, no qual Deus ocupa o trono (Ap 4 e 5), os anjos (*vide* 3.3.1.1.1), a alma imortal do Homem (*vide* 3.3.4) e o reino dos mortos (*vide* 9). O diabo, opo-nente de Deus e inimigo do Homem, bem como todo o seu séquito, também fazem parte do mundo invisível, embora não tenham sido criados como criaturas malignas (*vide* 4.1 e 4.1.2).

3.3.1.1 Os anjos

O termo "anjo" é a tradução do termo hebraico "malak" ou do termo grego "angelos". Ambos os termos são usados, por vezes, nos respectivos textos, hebraicos ou gregos, da Escritura Sagrada no sentido mais genérico de "mensageiro, enviado", embora na maioria dos casos no sentido de mensageiros celestiais de Deus⁴.

A função dos anjos consiste em adorar Deus, cumprir as Suas ordens e, assim, servi-Lo. Segundo a vontade de Deus, em casos isolados os anjos podem tornar-se visíveis. A Escritura Sagrada relata que os anjos levavam mensagens aos homens, a mandado de Deus. Existem muitas indicações de que os anjos também serviam ao Homem, oferecendo-lhes ajuda ou proteção a mandado de Deus. Sendo, «todos eles, espíritos ministradores, enviados para servir a favor daqueles que hão-de herdar a salvação» (Heb 1,14). Mateus 18,10 indica que se associam anjos às crianças, que estão constantemente a ver a face de Deus, o Pai.

Os serviços prestados aos homens por anjos estão sempre fundamentados na vontade de Deus. Por isso, o agradecimento ou a adoração não cabe aos anjos, mas unicamente a Deus: «Eu sou Rafael, um dos sete anjos que apresentam as orações dos justos e têm lugar diante da majestade do Senhor. [...] Quando eu estava convosco, não era por minha própria iniciativa, mas pela vontade de Deus; e por isso deveis louvá-lo sempre» (Tb 12,15.18').

A formulação «multidão dos exércitos celestiais» em Lucas 2,13 dá uma certa ideia do grande número de anjos; bem como a indicação de Jesus, em Mateus 26,53, em como o Seu Pai lhe enviaria mais de doze legiões de anjos. Os anjos são descritos como «magníficos em poder» (Sl 103,20) e seres sagra-

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

⁴ Um exemplo de que na Escritura Sagrada também se encontram referências a seres humanos que são designados de "anjos" consta dos capítulos 2 e 3 do Apocalipse. Aqueles que nestes capítulos são designados de "anjos das igrejas" são os dirigentes das respetivas comunidades.

dos e majestosos. Também podem causar medo e aterrorizar o Homem (Lc 1,11.12.29; 2,9.10).

Além disso, a Escritura Sagrada também fala dos querubins que, depois da queda do Homem, guardam o caminho até à árvore da vida (Gn 3,24), e dos serafins que o profeta Isaías viu numa visão, servindo junto ao trono de Deus (Is 6,2-7).

As descrições bíblicas permitem deduzir que haverá certas hierarquias no mundo dos anjos: fala-se de príncipes ou do arcanjo Miguel, o grande príncipe (Dn 10,13; 12,1; Jd 9) bem como de Gabriel e Rafael, que assistem diante de Deus (Lc 1,19; Tb 12,15*) e, por conseguinte, parecem ter uma posição mais destacada. A Escritura Sagrada não fornece informações exatas sobre ordens existentes no mundo dos anjos.

O amor de Deus para com o Homem evidencia-se, entre outras formas, pelo facto de Ele também deixar os anjos servir o Homem.

3.3.1.1.2 Significado do que é invisível para a vida do Homem

A crença de que a alma e o espírito continuam a existir eternamente no além, após a morte natural, é extremamente importante para o Homem (1Pe 3,19; 1Cor 15). A postura que o Homem assume na Terra para com Deus, tem repercussões sobre a sua existência no além. Este reconhecimento pode contribuir para resistir às tentações do diabo e levar uma vida agradável aos olhos de Deus.

Neste sentido, é útil ocupar-se do além, do que é invisível. Mas a ocupação com o invisível na forma de invocação de espíritos ou sessões mediúnicas não está em conformidade com a vontade de Deus (Dt 18,10.11; 1Sm 28).

O apóstolo Paulo exprime o que o invisível tem de particular: «Porque a nossa leve e momentânea tribulação produz, para nós, um peso eterno de glória mui excelente; não atentando nós nas coisas que se vêem, mas nas que se

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

não vêem; porque as que se vêem são temporais, e as que se não vêem são eternas» (2Cor 4,17.18).

SÍNTESE

Um mundo invisível (criação invisível, além) é mencionado com frequência na Escritura Sagrada. Dele fazem parte o reino no qual Deus está no trono, os anjos, a alma imortal do Homem, bem como o reino da morte. E o diabo e o seu séquito também fazem parte do mundo invisível. (3.3.1.1)

O termo "anjos" define, acima de tudo, mensageiros celestiais de Deus, cuja função consiste em adorar a Deus e a servi-Lo. Segundo a ilustração bíblica, no mundo dos anjos existem hierarquias, nomeadamente "príncipes" ou "arc-anjos". A Escritura Sagrada não fornece informações exatas sobre ordens existentes no mundo dos anjos. (3.3.1.1.1)

No mundo invisível, a alma e o espírito do Homem perduram eternamente. Este reconhecimento pode contribuir para resistir a tentações e levar uma vida agradável aos olhos de Deus. (3.3.1.1.2)

3.3.1.2 A criação visível

A Escritura Sagrada dá testemunho de que Deus criou o mundo visível em seis "dias de criação". Estes dias representam períodos de duração indefinida. A Bíblia relata como aquilo que é perceptível para o Homem foi chamado à existência: Deus é o autor de toda a realidade experienciável. Bastou a Sua palavra para criar o céu e a Terra, a luz, a forma da Terra, do sol, da lua e das estrelas, as plantas e os animais, bem como o Homem – e tudo era muito bom (Gn 1,31).

Embora a criação tenha sofrido as consequências do pecado original, a avaliação globalmente positiva de Deus prevalece. Isso evidencia-se também pelos cuidados que Ele dedica à ordem que instituiu para a Sua criação (Gn 8,22). Assim sendo, a criação visível – mesmo no seu estado pecaminoso

– dá testemunho de Deus, o Criador (Rm 1,20). Pela encarnação, Deus também entra na criação material.

Deus atribuiu ao Homem o seu habitat e incumbiu-o de dominar e preservar a Terra (Gn 1,2-30; Sl 8,6). No que concerne à criação, o Homem é responsável perante Deus, o Criador. Cabe-lhe tratar de toda a forma de vida e do habitat com estima.

3.3.2 O Homem à imagem e semelhança de Deus

De entre todas as criaturas, Deus deu ao Homem uma posição de destaque e colocou-o numa relação estreita Consigo próprio: «E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme à nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra. E criou Deus o homem à sua imagem: à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou» (Gn 1,26.27).

O que caracteriza o Homem neste contexto, é que ele tanto está relacionado com a criação visível como com a invisível, porque, decorrente do ato divino, ele tem uma natureza material e uma natureza imaterial: «E formou o Senhor Deus o homem do pó da terra, e soprou em seus narizes o fôlego da vida: e o homem foi feito alma vivente» (Gn 2,7). Deus concede à Sua mais nobre criatura força vital e também lhe dá parte das características da natureza divina, como sendo o amor, a personalidade, a liberdade, o intelecto, a imortalidade. Deus dá ao Homem a capacidade de reconhecer o Criador, de O amar e de O louvar. Deste ponto de vista, o Homem está direcionado para Deus, apesar de nem sempre reconhecer o verdadeiro Deus, colocando algo diferente no Seu lugar.

Visto que foi Deus quem deu ao Homem as naturezas física e espiritual, ambas recebem uma determinada dignidade que exige respeito.

A "semelhança" com Deus significa que o Homem detém uma posição de destaque entre a criação visível: ele é aquele que é abordado e amado por Deus.

Além disso, a semelhança do Homem com Deus também indica que Deus encarnou, se tornou Homem em Jesus Cristo, à «imagem do Deus invisível» (Cl 1,15). Jesus Cristo é o segundo Adão, o "segundo homem" (1Cor 15,45.47), no qual se torna visível a semelhança com Deus na sua globalidade.

No entanto, o facto de o Homem ter sido criado à imagem e semelhança de Deus não implica que, partindo da pessoa que o Homem é, se possam tirar ilações em relação à natureza de Deus – isso só se verifica exclusivamente em Jesus Cristo.

Deus criou o Homem como um ser capaz de falar. Outro ponto que está relacionado com a similitude a Deus. Deus é um ser falante desde toda a eternidade. Ele fez tudo através da palavra e chamou o Homem pelo seu nome. Ao ouvir a alocução divina, o Homem adquire consciência de si próprio como pessoa – o "tu" de Deus torna o Homem no "eu". Ele tem capacidade de louvar Deus, de comunicar com Ele em oração e de escutar a palavra de Deus.

Também o livre arbítrio deriva do facto de o Homem ter sido criado à imagem e semelhança de Deus. Esta liberdade que lhe foi concedida implicou, por seu turno, que o Homem passasse, simultaneamente, a ser responsabilizado pelos seus atos. Ele sofrerá as consequências dos seus atos (Gn 2,16.17).

Homem e mulher são ambos feitos à imagem e semelhança de Deus, o que significa que, na sua natureza, são iguais. Não foram criados apenas juntos; antes foram criados um para o outro e ambos têm a mesma missão: "dominar" a Terra, ou seja moldá-la e preservá-la. No entanto, estes poderes outorgados ao Homem não lhe conferem o direito de lidar arbitrariamente com a criação. Antes pelo contrário, sendo semelhante a Deus, tem a obrigação de lidar com a criação de forma consentânea com a natureza divina: com sabedoria, bondade e amor.

SÍNTESE

Deus, o autor de toda a realidade experienciável, atribuiu ao Homem o seu habitat e deu-lhe a missão de dominar a Terra e de a preservar. Cabe ao Homem tratar de toda a forma de vida e do habitat com estima. (3.3.1.2)

Deus criou o Homem à Sua imagem, o Homem tanto está relacionado com a criação visível como com a invisível. Deus concede ao Homem força vital ("fô-lego") e também lhe dá parte das características da natureza divina. (3.3.2)

A "semelhança" com Deus significa que o Homem detém uma posição de destaque entre a criação visível: ele é aquele que é abordado e amado por Deus. Ambos, homem e mulher são semelhantes à imagem de Deus. (3.3.2)

3.3.3 A queda do Homem

Depois de o criar, Deus concedeu ao Homem o acesso direto a Si próprio. Através do mandamento que lhe deu, de não comer da árvore da ciência do bem e do mal, Ele evidencia-se ao Homem como senhor e legislador que espera dele obediência.

Por influência do mal, o Homem cai em tentação e não lhe consegue resistir, transgredindo o mandamento decretado por Deus: é o momento em que o pecado entra na existência do Homem; associado ao pecado está a separação de Deus, a morte espiritual. O Homem apercebe-se disso através da sua nudez, da qual agora se envergonha (Gn 3,7-10). A vergonha é uma prova de que a confiança original do Homem no seu Criador está destruída. A desobediência do Homem leva a que Deus o exclua da comunhão que tinha com ele até àquele momento.

Esta separação faz com que, de então em diante, o Homem tenha de levar uma vida atribulada na Terra; uma existência que termina com a morte do corpo (Gn 3,16-19). O Homem não consegue, por si só, anular a separação face a Deus.

Desde a sua queda que o Homem é pecaminoso, isto é, envolvido no pecado e, como tal, incapaz de viver sem pecado. Sobressaltado por dores e preocupações, vive num mundo sobre o qual paira a maldição de Deus. A sua vida passa a ser caracterizada pelo medo da morte (*vide* 4.2.1).

Tudo isto significa que a liberdade original do Homem ficou drasticamente limitada: embora, de então em diante, o Homem pudesse esforçar-se por levar uma vida em conformidade com a vontade de Deus, ele iria falhar sempre de novo, fruto do poder exercido pelo mal sobre ele. Assim sendo, terá de passar o resto da sua vida como "servo", ou seja, sem ser livre e estando ligado pelo pecado.

Mas mesmo sendo pecador, o Homem não fica sem consolação e amparo por parte de Deus, que não o abandona na morte. Na presença do Homem, Deus dirige as seguintes palavras à serpente: «E porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua semente e a sua semente: esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar» (Gn 3,15) – uma primeira indicação referente ao sacrifício de Jesus, através do qual o Senhor vence o Mal.

3.3.4 O Homem como unidade composta por corpo, alma e espírito

Deus criou o Homem como ser físico e espiritual, composto por espírito e alma. O corpo do Homem é mortal, enquanto o espírito e a alma são imortais (*vide* 9.1).

O corpo é gerado através da procriação, tomando, assim, parte na natureza e no aspeto dos seus pais. Mas a alma não se deve ao ato de procriação humana, mas antes à criação direta por Deus. É nela que se evidencia a natureza criadora atual de Deus.

Na Bíblia, o espírito e a alma não são diferenciados claramente⁵. O espírito e a alma concedem ao Homem a capacidade de participar no mundo espiritual, de reconhecer Deus e de estabelecer uma ligação com Ele.

O espírito, a alma e o corpo não podem ser entendidos como sendo independentes uns dos outros, antes estando correlacionados, interpenetrando-se e influenciando-se mutuamente, porque o Homem é uma unidade: enquanto viver na Terra, ele é uma unidade de espírito, alma e corpo (1Ts 5,23), sendo os três estreitamente interativos; após a morte do corpo, formam uma unidade de espírito e alma.

A morte não provoca a anulação da personalidade do Homem. Ela passa a exprimir-se através do espírito e da alma.

Aquando da ressurreição dos mortos, o espírito e a alma serão unidos com um corpo ressuscitado (*vide* 10.1.2).

SÍNTESE

O Maligno induz o Homem à tentação. Este sucumbe à tentação e infringe o mandamento decretado por Deus: é o momento em que o pecado entra na existência do Homem. (3.3.3)

A consequência do pecado é a apartação de Deus. Além disso, é o momento em que a liberdade original do Homem sofre uma limitação importante: embora o Homem possa esforçar-se por levar uma vida em conformidade com a vontade de Deus, ele irá falhar sempre de novo nessa sua tentativa. Mesmo enquanto pecador, o Homem não será desamparado por Deus. (3.3.3)

Deus criou o Homem como ser físico e espiritual: o corpo é mortal, mas a sua natureza espiritual – o espírito e a alma – perdura eternamente. A morte não provoca a anulação da personalidade do Homem. Ela passa a exprimir-se no espírito e na alma. (3.3.4)

⁵ A alma imortal não deve ser confundida com a "psique" do Homem, que, em linguagem corrente, também é designada de "alma". E também o espírito, pertencente à natureza imortal, tem de ser distinguido do intelecto (em linguagem corrente: "espírito humano").

3.4 Deus, o Filho

A profissão de fé em como Jesus Cristo é o Filho de Deus é um dos fundamentos da fé cristã.

A afirmação contida no segundo artigo de fé: «Creio em Jesus Cristo, Filho unigénito de Deus, nosso Senhor», exprime esta fé em poucas palavras. No Credo Niceno-Constantinopolitano (*vide* 2.2.2), evidencia-se o conteúdo desta fé: «Creio em um só Senhor, Jesus Cristo, Filho Unigénito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos: Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro; gerado, não criado, consubstancial ao Pai. Por Ele todas as coisas foram feitas.»

Quando se fala de "Deus, o Filho", fala-se da segunda pessoa da Trindade de Deus, que vive e governa em comunhão com Deus, o Pai, e com Deus, o Espírito Santo, para todo o sempre. O termo "gerado" não deve ser interpretado do ponto de vista biológico, mas antes como tentativa de exprimir linguisticamente esta relação misteriosa entre Deus, o Pai, e Deus, o Filho.

Entre Deus, o Pai, e Deus, o Filho, não existe qualquer escalonamento – mesmo que a sequência dos termos "Pai" e "Filho" possam, eventualmente, dar a ideia de que existe uma sequência ou uma hierarquia. Pai e Filho são, da mesma forma, verdadeiro Deus; têm a mesma natureza. O texto bíblico em Heb 1,3* exprime-o desta forma: «Este Filho, que é [...] imagem fiel da sua [do Pai] substância.»

Em Jesus Cristo, Deus, o Filho, tornou-se Homem continuando a ser, ao mesmo tempo, Deus: Deus entrou na realidade histórica e agiu dentro dela. A crença em Deus, o Filho, é inseparável da crença em Jesus Cristo como uma personagem que está presente e age no contexto histórico. A profissão de fé evidencia este aspeto remetendo para as estações essenciais na vida do Filho de Deus encarnado e identifica-as, ao mesmo tempo, como o fundamento do acontecimento histórico-salvífico: «Creio em Jesus Cristo, unigénito Filho de Deus, nosso Senhor, o qual foi concebido pelo Espírito Santo, e nasceu da vir-

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

gem Maria; padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; entrou no reino da morte; ressuscitou dos mortos ao terceiro dia, subiu aos céus; e está sentado à direita de Deus, Pai todo-poderoso, de onde virá.»

Jesus Cristo é verdadeiro Homem e verdadeiro Deus. Tem duas naturezas, uma humana e outra divina, estando ambas presentes n'Ele, imiscíveis, inalteráveis, inseparáveis e indivisíveis.

Segundo a Sua natureza humana, Ele é igual aos outros homens; apenas se distingue deles pelo facto de ter vindo ao mundo sem pecado, de nunca ter pecado e de ter sido obediente a Deus, o Pai, até à Sua morte na cruz (Fl 2,8).

Segundo a Sua natureza divina, Ele continua a ser inalteravelmente verdadeiro Deus em termos de onnipotência e perfeição, mesmo durante o período da Sua humilhação na Terra. Jesus manifestou o segredo da Sua pessoa de múltiplas formas, o que se compreende, por exemplo, das palavras contidas em Mt 11,27: «Todas as coisas me foram entregues por meu Pai: e ninguém conhece o Filho, senão o Pai; e ninguém conhece o Pai, senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar.» O reconhecimento de que Jesus Cristo é o Filho de Deus, resulta de uma manifestação divina: «E sabemos que já o Filho de Deus é vindo, e nos deu entendimento para conhecermos o que é verdadeiro; e no que é verdadeiro, estamos, isto é, no seu Filho, Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna» (1Jo 5,20).

3.4.1 O Filho unigénito de Deus

A afirmação de que Jesus Cristo é o Filho unigénito do Pai (Jo 1,14), está contida no segundo artigo de fé: «Creio em Jesus Cristo, unigénito Filho de Deus», o que significa: Jesus Cristo é Filho de Deus de uma forma incomparável. Neste contexto, «unigénito» significa: Ele foi gerado, e não criado pelo Pai. «O qual é [...] o primogénito de toda a criação» (Cl 1,15). O Filho de Deus está junto do Pai antes de toda a criação (preexistência).

Em Jo 3,16, Jesus é designado de «Filho unigénito de Deus». Ele é quem autenticamente pode dar testemunho do Pai. O texto bíblico em Jo 1,18^{*} expressa-o assim: «A Deus jamais alguém o viu; o Filho unigénito, que é Deus e está no seio do Pai, foi Ele quem o deu a conhecer.»

O Filho de Deus não é nenhuma criatura, como o Homem, também não é comparável a anjos, pois estes têm um princípio. Ele não tem princípio nem fim, tem a mesma natureza que o Pai – ou seja, é «unigénito», eternamente gerado. Em Heb 1,5 é usado o termo "gerado" com base no texto bíblico do Sl 2,7 para exprimir a relação inigualável existente entre o Pai e o Filho.

3.4.2 O Verbo encarnado

Em Jo 1,1-18 são feitas afirmações fundamentais sobre a existência de Deus e a Sua manifestação no mundo. Fala-se do princípio, da origem, que condiciona tudo e do qual tudo parte. Este princípio, que em si é incondicional e se situa para além de toda a temporalidade, é associado estreitamente ao termo usado na língua grega "Logos", que, regra geral, é traduzido pelo termo "Verbo". O Logos, este poder, é o princípio da criação. O Verbo e Deus estão sempre diretamente correlacionados: «No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus» (Jo 1,1). Deus e o Verbo existem desde toda a eternidade.

Em Jo 1,14, dá-se prova da presença do Logos na Terra: «E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do unigénito do Pai, cheio de graça e de verdade.» O Verbo divino supraterrâneo, que no princípio está com Deus, entra agora na esfera terrena, até mais do que isso: faz-se carne – o Verbo eterno torna-se um verdadeiro Homem.

A humanidade do Filho de Deus, a realidade histórica do "verbo que se fez carne", é refletida nesta afirmação: «vimos a sua glória». Aqui, faz-se referência ao círculo dos testemunhos da atuação de Jesus na Terra. Os apóstolos e

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

os discípulos tiveram comunhão direta com Jesus Cristo, o Verbo que se fez carne (1Jo 1,1-3).

A glória do Pai no além torna-se uma realidade histórica experienciável na glória do Filho no aquém. Assim sendo, o Filho de Deus pode afirmar: «Quem me vê a mim vê o Pai!» (Jo 14,9).

O texto bíblico em Heb 2,14 explica a razão pela qual o Verbo se fez carne: «E, visto como os filhos participam da carne e do sangue, também ele [Jesus Cristo] participou das mesmas coisas, para que, pela morte, aniquilasse o que tinha o império da morte, isto é, o diabo».

3.4.3 Jesus Cristo, verdadeiro Homem e verdadeiro Deus

O reconhecimento, de que Jesus Cristo é verdadeiro Homem e verdadeiro Deus, ou seja, a doutrina das duas naturezas de Cristo, foi definido como conteúdo doutrinal no Concílio de Calcedónia (451 d.C.). Esta doutrina da dupla natureza de Jesus ultrapassa os horizontes da experienciabilidade e da imaginação do Homem. Trata-se de um mistério.

A encarnação do Filho de Deus é descrita em Fl 2,6-8 como sendo servilismo: «Que, sendo em forma de Deus, não teve por usurpação ser igual a Deus. Mas aniquilou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, fazendo-se semelhante aos homens. E achado na forma de homem, humilhou-se a si mesmo, sendo obediente até à morte, e morte de cruz.»

Jesus partilhou com os homens todo o espectro das emoções corporais e espirituais. Na Sua humanidade, Ele tinha um corpo e as respetivas necessidades. Em Lc 2,52 está escrito que Jesus crescia em sabedoria, e em estatura e em graça para com Deus e os homens. No casamento em Canaã, Ele se alegrou com os que estavam alegres. Sofreu com os tristes e chorou quando Lázaro morreu. Sentiu fome enquanto estava no deserto; sentiu sede quando chegou à fonte de Jacob. Sentiu a dor quando os soldados Lhe bateram. Face à Sua morte iminente na cruz, Ele admitiu: «A minha alma está cheia de tristeza, até à morte» (Mt 26,38).

O facto de Jesus Cristo ser verdadeiramente um homem é expresso em Heb 4,15. Ao mesmo tempo, este texto bíblico também frisa a diferença entre Ele e todos os restantes homens: Ele é imaculado.

Da mesma forma, Jesus Cristo é verdadeiro Deus.

Tanto a Sua filiação divina como a existência divina de Jesus Cristo são comprovadas na Escritura Sagrada. Quando Jesus foi batizado no rio Jordão, ouviu-se uma voz vinda do céu: «Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo» (Mt 3,17). Aquando da transfiguração, o Pai também realçou a filiação divina de Jesus e acrescentou a advertência de que todos deveriam escutá-Lo (Mt 17,5).

As palavras de Jesus «Ninguém pode vir a mim, se o Pai que me enviou o não trouxer» (Jo 6,44) e «Ninguém vem ao pai senão por mim» (Jo 14,6) expressam uma igualdade de autoridade divina entre Deus, o Pai, e Deus, o Filho. O Pai traz o Homem para junto do Filho, e o Filho conduz o Homem para junto do Pai.

Só como verdadeiro Deus é que Jesus Cristo conseguiu afirmar: «Eu e o Pai somos um» (Jo 10,30), expressando assim, na maior simplicidade linguística, que, em natureza, é idêntico ao Pai.

Outros textos bíblicos que comprovam que Jesus Cristo é verdadeiro Deus, são os seguintes:

- o comportamento dos apóstolos após a ascensão: «E, adorando-o [Jesus Cristo] eles» (Lc 24,52);
- a afirmação em Jo 1,18*: «A Deus jamais alguém o viu; o Filho unigénito, que é Deus e está no seio do Pai, foi Ele quem o deu a conhecer»;
- o testemunho dado pelo apóstolo Tomé, depois de ter visto o Ressuscitado: «Senhor meu, e Deus meu» (Jo 20,28);
- a profissão de fé na natureza de Jesus no hino a Cristo: «nele habita, corporalmente, toda a plenitude da divindade» (Cl 2,9);

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

- o testemunho dado em 1Jo 5,20: «e no que é verdadeiro estamos, isto é, no seu Filho, Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna»;
- a afirmação: Deus, «aquele que se manifestou em carne» (1Tm 3,16).

3.4.4 Indicações referentes a Jesus Cristo no Antigo Testamento

Já o Antigo Testamento fornece indicações que remetem para o Messias, o Salvador e Redentor que há-de vir. Na maldição lançada sobre a serpente, logo após a queda do Homem, já se encontra uma indicação que remete para um Redentor que há-de vir (Gn 3,15).

O autor da Epístola Aos Hebreus reconhece, nos atos do rei-sacerdote Melquizedec, que leva pão e vinho a Abraão e o abençoa (Gn 14,17-20; Heb 7), uma indicação que remete para Jesus Cristo.

Deus, o Filho, acompanhou o povo de Israel ao longo da História. O apóstolo Paulo dá, expressamente, testemunho da presença de Cristo durante a peregrinação pelo deserto: «[...] nossos pais [...] beberam todos de uma mesma bebida espiritual; porque bebiam da pedra espiritual que os seguia; e a pedra era Cristo» (1Cor 10,1-4).

Os profetas veterotestamentários anteveem pormenores concretos relacionados com a aparição do Redentor:

- Isaías descreveu-o com nomes que sublinham a Sua imparidade: «Porquanto um menino nasceu para nós, um filho nos foi dado; tem a soberania sobre os seus ombros, e o seu nome é: Conselheiro-Admirável, Deus herói, Pai-Eterno, Príncipe da Paz» (Is 9,5').
- Miquéas anunciou o local de nascimento do Senhor: «E tu, Beth-leém Efrata, posto que pequena entre milhares de Judá, de ti me sairá o que será Senhor em Israel, e cujas saídas são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade» (Mq 5,2).

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

- Malaquias profetizou a vinda de um anjo que prepararia o caminho para o Filho de Deus: «Eis que eu envio o meu anjo, que preparará o caminho diante de mim; e, de repente, virá ao seu templo o Senhor, a quem vós buscais, o anjo do concerto, a quem vós desejais; eis que vem, diz o Senhor dos exércitos» (Ml 3,1). Este anjo que havia de preparar o caminho é João Batista (Mt 11,10).
- Zacarias descreveu a entrada do Senhor em Jerusalém: «Alegra-te muito, ó filha de Sião; exulta, ó filha de Jerusalém: eis que o teu rei virá a ti, justo e Salvador, pobre, e montado sobre um jumento, sobre um asninho, filho de jumenta» (Zc 9,9).

Desta forma, a encarnação do Filho de Deus, bem como o Seu caminho sobre a Terra, foram profetizados no Antigo Testamento.

3.4.5 Jesus Cristo – o Redentor

O nome "Jesus" significa: "O Senhor salva". Quando o anjo Gabriel anunciou o nascimento de Jesus, ele especificou logo o nome que Lhe haviam de dar: «[...] e chamarás o seu nome JESUS; porque ele salvará o seu povo dos seus pecados» (Mt 1,21). Já a nomenclatura evidencia que Jesus é o Salvador e Redentor prometido.

Nas Suas obras, Jesus Cristo manifestou-se como sendo o Salvador e Redentor enviado por Deus: «Os cegos vêem, e os coxos andam; os leprosos são limpos, e os surdos ouvem; os mortos são ressuscitados, e aos pobres é anunciado o evangelho» (Mt 11,5). Mas a redenção através de Jesus Cristo ainda vai muito além da dimensão do visível, da temporalidade, pois abrange também o que é invisível, eterno. Ela tira ao diabo o poder sobre o Homem e conduz para fora do pecado e da morte.

A redenção do Homem é fundamentada no sacrifício de Jesus Cristo (Ef 1,7). Unicamente n'Ele é que o Homem obtém acesso à salvação (Act 4,12).

SÍNTESE

Deus, o Filho, é a segunda pessoa da Trindade de Deus. Em Jesus Cristo, Ele tornou-se Homem continuando a ser, ao mesmo tempo, Deus: Ele entrou na realidade histórica. (3.4)

Jesus Cristo é verdadeiro Homem e verdadeiro Deus, ou seja, tem duas naturezas diferentes. Na Sua natureza humana, Jesus Cristo é igual aos outros homens, contudo, é imaculado. Segundo a Sua natureza divina, Ele continua a ser inalteravelmente verdadeiro Deus, mesmo durante o período da Sua humilhação na Terra. (3.4)

Jesus é designado "Filho unigénito de Deus". O Filho de Deus, o "Unigénito", é o Gerado pelo Pai, ou seja, não foi criado, mas antes é eterno, sem princípio nem fim, tem a mesma natureza que o Pai. (3.4.1)

A palavra divina extramundana ("logos", o verbo), que, no início, está com Deus, através de Jesus entra na esfera do que é terreno e humano. "Faz-se carne" (Jo 1,14) – o Verbo eterno torna-se um verdadeiro Homem. A glória do Pai no além torna-se uma realidade histórica experienciável na glória do Filho no aquém. (3.4.2)

A dupla natureza de Jesus Cristo, enquanto verdadeiro Homem e verdadeiro Deus, é um mistério. Enquanto verdadeiro Homem, Jesus partilhou com os homens todo o espectro das emoções corporais e espirituais. Enquanto verdadeiro Deus, Ele expressou a Sua consubstancialidade com o Pai: «Eu e o Pai somos um» (Jo 10,30). (3.4.3)

O Antigo Testamento contém algumas indicações que remetem para o Messias vindouro. Os profetas veterotestamentários anteveem pormenores concretos relacionados com a aparição do Redentor. Desta forma, a existência eterna, a encarnação do Filho de Deus, bem como o Seu caminho sobre a Terra, foram profetizados já no Antigo Testamento. (3.4.4)

Nas Suas obras, Jesus Cristo manifestou-se como sendo o Redentor enviado por Deus. A redenção que liberta da morte e do pecado é baseada no sacrifício de Jesus Cristo; o Homem só consegue alcançar a salvação através d'Ele. (3.4.5)

3.4.6 Títulos de majestade atribuídos a Jesus

O termo "Títulos de majestade" refere-se a nomes e designações para o Filho de Deus, com os quais a Escritura Sagrada aborda características diferentes da Sua imparidade.

3.4.6.1 Messias – Cristo – Ungido

Estes três termos designam a mesma coisa: "Messias" vem do termo hebraico "maschiach", a versão latina "Cristo" surgiu a partir do termo grego "Christos", que traduzido significa "Ungido".

Em alguns dos Salmos, os reis de Israel são designados como "Ungidos de Deus" (Sl 20,6 e outros). A sua unção está estreitamente ligada a afirmações sobre uma aliança especial que Deus fez com David e os seus descendentes. A veneração do rei ungido e dado por Deus por vezes até chegava ao ponto de ele próprio ser designado de Deus (Sl 45,6-10).

Com base nas afirmações dos profetas (Is 61; Jr 31,31ss e outros), foram-se desenvolvendo, entre o povo de Israel, imaginações sobre como seria o Messias, o que se foi concretizando gradualmente numa determinada estatura que ultrapassa todo o poder de imaginação humana e que, no mais profundo sentido, detém um carácter divino.

O facto de Jesus de Nazaré ser este Messias, este Cristo, é algo inequivocamente professado no Novo Testamento. O título de majestade "Cristo" está tão estreitamente ligado a Jesus, que até se torna nome próprio: Jesus Cristo. Quem crer n'Ele, professa o Messias esperado pelo povo de Israel, o mensageiro de salvação enviado por Deus.

Sempre que no Novo Testamento se fala de Jesus, trata-se do Cristo, do Messias. Assim, fica demarcada uma diferença inequívoca: enquanto, atualmente, ainda muitas pessoas pertencentes à fé judaica esperam pela vinda do Messias, os cristãos professam que o Messias já veio e está presente em Jesus Cristo. Esta crença é formulada na afirmação significativa que se encontra no

início do Evangelho segundo S. Marcos: «Princípio do Evangelho de Jesus Cristo, Filho de Deus» (Mc 1,1).

3.4.6.2 Senhor

No Antigo Testamento, a designação "Senhor" é geralmente usada quando se fala do Deus de Israel. No Novo Testamento, este título de majestade também é associado a Jesus Cristo.

Da Epístola Aos Romanos consta o seguinte: «Porque, se confessares com a tua boca: «Jesus é o Senhor», e acreditares no teu coração que Deus o ressuscitou de entre os mortos, serás salvo» (Rm 10,9). É daí que se deduz a afirmação "Kyrios Iesous" (do grego: "o Senhor é Jesus"), que é uma das profissões de fé mais antigas do cristianismo primitivo. Sendo que o termo "Senhor" não é uma alocução respeitosa, mas antes uma designação da autoridade divina de Jesus Cristo.

Depois da Sua Ressurreição, o facto de Jesus ser "o Senhor", torna-se uma certeza inabalável para os Seus discípulos. O apóstolo Tomé dirige-se ao Ressuscitado com as palavras: «Senhor meu, e Deus meu» (Jo 20,28).

Quando Jesus é intitulado "o Senhor", isso também visa exprimir que não é mais ninguém senão Deus que n'Ele assumiu figura humana.

O apóstolo Paulo escreve sobre a natureza de regente de Jesus, que supera todos os restantes regentes, incluindo o Imperador romano que reclama para si a qualidade de divindade: «Mas falamos a sabedoria de Deus, oculta em mistério, a qual Deus ordenou, antes dos séculos, para nossa glória; a qual nenhum dos príncipes deste mundo conheceu; porque, se a conhecessem, nunca crucificariam ao Senhor da glória» (1Cor 2,7.8).

O facto de Jesus ser o senhor da glória, atribui grande significado à invocação do Seu nome e à Sua adoração (Fl 2,9-11).

3.4.6.3 Filho do Homem

O termo "Filho do Homem" é baseado no texto bíblico em Daniel 7,13.14 que o usa para descrever um ser celestial, que não pertence à espécie humana.

Na época de Jesus, os judeus crentes esperavam pelo "Filho do Homem" ao qual deveria ser entregue, por Deus, a regência do mundo. Segundo João 3,13, o próprio Senhor se dá a conhecer como filho do Homem: «Ora, ninguém subiu ao céu, senão o que desceu do céu, o Filho do homem, que está no céu». Assumindo esta natureza, Ele tem o poder de perdoar os pecados (Mt 9,6), é Senhor sobre o Sábado (Mt 12,8) e «veio buscar e salvar o que se havia perdido» (Lc 19,10).

Por fim, Jesus anunciou o sofrimento (Mt 17,12), a morte sacrificial (Mt 12,40; 20,28) e a ressurreição do Filho do Homem (Mt 17,9). Quando Ele fala do Filho do Homem, está sempre a referir-se a si próprio.

Estêvão também deu testemunho da divindade do Filho do Homem: «Eis que vejo os céus abertos, e o Filho do homem, que está em pé à mão direita de Deus» (Act 7,56). – Jesus Cristo, o Filho do Homem, volta a estar no lugar de onde partiu (Jo 16,28).

3.4.6.4 Emanuel – Servo do Senhor – Filho de David

A Escritura Sagrada contém mais títulos de majestade para Jesus: Emanuel, Servo do Senhor, Filho de David.

O nome hebraico "Immanuel" significa "Deus conosco". Remetendo para Jesus, o texto bíblico em Mt 1,22.23 retoma a profecia de Is 7,14: «Eis que a virgem conceberá, e dará à luz um filho e chamá-lo-ão pelo nome de EMANUEL, que traduzido é: Deus conosco.» Ou seja, Jesus Cristo é aquele através do qual Deus está presente e é diretamente experienciável.

O título "Servo do Senhor" encontra-se no Antigo e Novo Testamento, sempre associado a pessoas de destaque dentro da história de salvação: patriarcas, profetas, apóstolos. Isaías forneceu indicações referentes a um servo de

Deus, que acabaram por se tornar realidade em Jesus Cristo (Is 42,1 e outros).

No Novo Testamento, o título "Filho de David" é uma designação frequentemente usada para Jesus Cristo. Logo no princípio do Evangelho segundo S. Mateus é dada esta ênfase: «Livro da geração de Jesus Cristo, filho de David, filho de Abraão» (Mt 1,1). Isso significa que as promessas dadas a David são cumpridas no Filho de Deus.

SÍNTESE

Os "títulos de majestade" são nomes e denominações usados para abordar características distintas da singularidade do Filho de Deus: (3.4.6)

O facto de Jesus de Nazaré ser o "Messias" é confirmado unanimemente no Novo Testamento. (3.4.6.1)

"Senhor" é a designação da autoridade divina de Jesus Cristo. (3.4.6.2)

O termo "Filho do Homem" designa um ser celestial que não faz parte da humanidade; foi o próprio Senhor que se deu a conhecer como Filho do Homem. (3.4.6.3)

A Escritura Sagrada enuncia também "Emanuel" ("Deus connosco"), "Servo do Senhor" e "Filho de David" como outros títulos de majestade de Jesus. (3.4.6.4)

3.4.7 Ministérios de Cristo – Rei, Sacerdote e Profeta

Ao título "Rei" associa-se sempre a ideia de reger e governar. O sacerdote ocupa-se do serviço sacrificial para servir de mediador de reconciliação do Homem com Deus. De um profeta espera-se que proclame a vontade divina e preveja acontecimentos vindouros.

Reger e governar, promover a reconciliação com Deus, proclamar a vontade de Deus e prever o futuro: tudo isto se encontra concretizado na perfeição em Jesus Cristo.

3.4.7.1 Jesus Cristo – o Rei

Quando o anjo do Senhor anunciou à virgem Maria o nascimento de Jesus, ele disse o seguinte: «Este será grande, e será chamado filho do Altíssimo; [...] E reinará eternamente na casa de Jacob, e o seu reino não terá fim» (Lc 1,32.33).

Os magos do oriente perguntaram pelo recém-nascido rei dos judeus, pois vieram para o adorar (Mt 2,2).

Em Jesus Cristo se cumpriu a promessa que Deus dera ao profeta Jeremias: «Eis que vêm dias, diz o Senhor, em que levantarei a David um Renovo justo; e, sendo rei, reinará, e prosperará, e praticará o juízo e a justiça na terra» (Jr 23,5).

Natanael, um dos primeiros discípulos de Jesus, reconheceu: «Rabi, tu és o Filho de Deus; tu és o Rei de Israel» (Jo 1,49). Mas a qualidade de rei em Jesus não se refere a uma regência terrena e também não se evidencia pela exteriorização de sinais de poder, mas antes se torna notória através da autoridade com que agia e os sinais que dava.

As ideias de que Ele ansiava por uma regência terrena como rei, ou queria assumir uma função política, foram claramente desfeitas por Jesus.

Todos os quatro Evangelhos relatam a forma como Jesus entrou em Jerusalém antes do Seu sofrimento e da Sua morte. Aquando da Sua entrada, Ele deu-se a conhecer como rei da paz e da justiça, conforme já o profeta Zacarias o tinha anunciado (Zc 9,9). O povo queria fazer de Jesus o rei terreno, tendo-O aclamado nesse sentido (Jo 12,13).

Mesmo no interrogatório de Pilatos, Jesus deu a perceber que o Seu reino não era deste mundo e que não reclamava qualquer direito ao poder de um regente terreno. Pilatos retomou estas palavras de Jesus: «Logo, tu és rei?», dando, assim, oportunidade ao Filho de Deus de falar sobre a Sua realeza:

«Tu dizes que eu sou rei. Eu para isso nasci, e para isso vim ao mundo, a fim de dar testemunho da verdade.» Neste momento, estando Ele perante um representante da grande potência mundial de Roma e do paganismo, Jesus voltava a assumir que seria rei e testemunho da verdade (Jo 18,33-37).

A morte na cruz representa o ponto culminante e o fim de uma humilhação que, na realidade, é o caminho para o enaltecimento de Jesus Cristo. «E Pilatos escreveu, também, um título, e pô-lo em cima da cruz; e nele estava escrito: JESUS NAZARENO, REI DOS JUDEUS [...] e estava escrito em hebraico, grego e latim» (Jo 19,19.20). No sentido mais profundo, este título em três línguas diferentes destinava-se a dar a conhecer a realza de Jesus Cristo ao mundo inteiro.

A dignidade real de Jesus Cristo também é sublinhada no Apocalipse de João: Jesus Cristo é o «príncipe dos reis da terra» (Ap 1,5). Quando o sétimo anjo tiver tocado a sua trombeta, «os reinos do mundo vieram a ser do nosso Senhor e do seu Cristo, e ele reinará para todo o sempre» (Ap 11,15): agora, a realza de Jesus Cristo está patente em todas as áreas.

3.4.7.2 Jesus Cristo – o Sacerdote

A função principal dos sacerdotes da Antiga Aliança consistia em oferecer sacrifícios a Deus, instruir o povo na lei, tomar decisões em casos jurídicos complexos e deliberar sobre todas as questões relacionadas com a pureza cúl-tica. A função do sumo sacerdote consistia em levar perante Deus os seus próprios pecados, os dos sacerdotes e os do povo. Para cumprir esta sua função, ele entrava, uma vez por ano, no dia da reconciliação (Yom Kippur), no lugar santíssimo. Ele agia em representação do povo e tornava-se elo de ligação entre Deus e o povo de Israel.

Em relação ao sacerdócio da Antiga Aliança e aos sacrifícios que se faziam no templo, o texto bíblico em Hebreus 8,5 expressa o seguinte: «Os quais servem de exemplar e sombra das coisas celestiais.» Debaixo da luz do Evangelho, torna-se evidente que o sacerdócio veterotestamentário só podia ser provisório, «pois a lei nenhuma coisa aperfeiçoou» (Heb 7,19).

Com a encarnação do Filho de Deus está presente um sacerdócio que supera qualquer outro sacerdócio. Jesus Cristo não é apenas um sumo sacerdote de entre a grande série de sumo sacerdotes de Israel. Em Jesus Cristo surge, acima de tudo, o sumo sacerdote no qual está fundamentada a redenção do mundo: é o próprio Deus quem ultrapassa o abismo do pecado e reconcilia o mundo consigo próprio, através de Jesus Cristo; não existe nenhum outro sacerdócio capaz de o fazer. Assim sendo, Jesus Cristo é sumo sacerdote perpétuo: «[...] porque permanece eternamente, tem um sacerdócio perpétuo. Portanto, pode também salvar, perfeitamente, os que por ele se chegam a Deus; vivendo sempre para interceder por eles» (Heb 7,24.25).

Contrariamente aos sumo sacerdotes da Antiga Aliança, Jesus Cristo não precisava da reconciliação com Deus – Ele próprio era o Reconciliador. Não dá apenas testemunho do encontro com Deus, n'Ele próprio, o Homem e Deus ficam inseparavelmente unidos.

É no sacerdócio de Jesus Cristo que se evidencia a dedicação de Deus ao mundo; é nele que o Homem tem acesso à salvação de Deus.

A Epístola Aos Hebreus expõe o ministério sumo-sacerdotal de Cristo, dado para expiar os pecados do povo (Heb 2,17). Em Jesus Cristo, o sumo sacerdote perpétuo, é dada a certeza da remissão dos pecados e a promessa da vida eterna.

De Hebreus 3,1 consta o seguinte: «considerai a Jesus Cristo, apóstolo e sumo sacerdote da nossa confissão». Jesus Cristo supera o serviço do sumo sacerdote na Antiga Aliança, sendo Ele o verdadeiro sumo sacerdote, e Ele é a condição prévia para o serviço dos apóstolos na Nova Aliança. O conteúdo da missão apostólica torna-se evidente em 2Cor 5,20: «Rogamos-vos, pois, da parte de Cristo, que vos reconcilieis com Deus.»

3.4.7.3 Jesus Cristo – o Profeta

Em Jesus Cristo cumpriu-se a promessa que Deus dera a Moisés: «Eis lhes suscitarei um profeta do meio dos seus irmãos, como tu, e porei as minhas palavras na sua boca, e ele lhes falará tudo o que eu lhe ordenar» (Dt 18,18).

Os profetas da Antiga Aliança eram vocacionados para proclamar a vontade de Deus. Muitas vezes, as suas mensagens começavam com uma menção da autoria divina das palavras: «Assim diz o Senhor». Em Jesus Cristo, é o próprio Deus quem fala com o Homem.

De acordo com o texto bíblico de Marcos 1,15, o Filho de Deus começou a Sua atuação com as palavras: «O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo. Arrependei-vos, e crede no Evangelho!». O Senhor ensinava com plenos poderes, isto é, com autoridade divina, o que se percebe pelas seguintes palavras: «Eu, porém, vos digo» (Mt 5-7).

Enquanto profeta, Jesus Cristo também manifestou coisas do futuro, como se vê, por exemplo, em Mateus 24, Marcos 13 e Lucas 21.

Nas Suas últimas instruções aos discípulos (Jo 13-16), Ele prometeu o Espírito Santo, que conduziria a toda a verdade.

No Livro do Apocalipse, o Filho de Deus desvenda o percurso da história de salvação até à nova criação.

É assim que Jesus Cristo age como profeta: Ele proclama a vontade de Deus, ilumina o passado, desvenda o que está oculto, indica qual é o caminho da vida e promete coisas futuras. As Suas afirmações têm validade eterna: «Passará o céu e a terra, mas as minhas palavras não passarão» (Mc 13,31).

SÍNTESE

A natureza de Rei de Jesus Cristo evidencia-se no poder com o qual Ele agia e pelos sinais que Ele dava. (3.4.7.1)

No sentido mais profundo, esta inscrição na cruz, em três línguas diferentes, destina-se a dar a conhecer a realeza de Jesus Cristo ao mundo inteiro. (3.4.7.1)

No livro do Apocalipse de João, a dignidade da realeza de Jesus Cristo também é referida (Ap 1,5; 11,15). (3.4.7.1)

Em Jesus Cristo surge o sumo sacerdote no qual está fundamentada a redenção: através de Jesus Cristo, Deus reconcilia o mundo consigo próprio. Con-

trariamente aos sumo sacerdotes da Antiga Aliança, Jesus Cristo não precisava da reconciliação com Deus – Ele próprio era o Reconciliador. (3.4.7.2)

É no sacerdócio de Jesus Cristo que se evidencia a dedicação de Deus ao mundo: é n'Ele que o Homem tem acesso à salvação de Deus; é n'Ele que é dada a certeza da remissão dos pecados e a promessa da vida eterna. (3.4.7.2)

Os profetas da Antiga Aliança estavam vocacionados para proclamar a vontade de Deus. E Jesus Cristo também agiu como profeta: Ele proclamava a vontade de Deus, iluminava o passado, desvendava o que estava oculto, indicava qual o caminho da vida e prometia coisas futuras. (3.4.7.3)

3.4.8 Testemunhos neotestamentários referentes à pessoa e à atuação de Jesus Cristo

Os Evangelhos dão testemunho da vida e da atuação de Jesus Cristo. No entanto, os evangelistas não relatam na qualidade de biógrafos; é antes uma forma de dar testemunho de que esse Jesus de Nazaré é o Messias esperado por Israel: a Sua história é a história da intervenção salvífica de Deus no rumo do mundo, do princípio do reino de Deus na Sua pessoa. Os elementos essenciais da profissão de fé em Cristo estão fundamentados nos testemunhos neotestamentários feitos sobre Jesus.

3.4.8.1 Conceção e nascimento de Jesus

Nos Evangelhos segundo S. Mateus e S. Lucas, é narrado o nascimento de Jesus. Jesus nasceu no tempo em que Herodes era rei na Judeia, Augusto imperador em Roma e Cirénio o seu governador na Síria. Estes dados precisos remetem para a existência histórica real de Jesus e inviabilizam a tentativa de relegar a história de Jesus de Nazaré para o domínio dos mitos ou das lendas.

A imparidade do Homem Jesus é evidenciada pelo facto do nascimento virginal, o qual consta do Evangelho segundo S. Lucas. O anjo Gabriel levou a mensagem à virgem Maria: «E eis que em teu ventre conceberás e darás à luz um filho, e pôr-lhe-ás o nome de Jesus. Este será grande, e será chamado filho do Altíssimo; e o Senhor Deus lhe dará o trono de David, seu pai; e reinará eternamente na casa de Jacob, e o seu reino não terá fim» (Lc 1,31-33). E também deu a Maria a explicação de como ela iria conceber: «Descerá sobre ti o Espírito Santo, e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra; pelo que, também, o Santo, que de ti há-de nascer, será chamado Filho de Deus» (Lc 1,35).

A afirmação contida no segundo artigo de fé de que Jesus «[...] foi concebido pelo Espírito Santo, e nasceu da virgem Maria», descreve que a encarnação do Filho de Deus é um acontecimento que é retirado do contexto da natureza. Jesus de Nazaré é verdadeiro Homem, mas já a Sua mortalidade e a Sua humanidade estão indissociavelmente ligados à vontade salvífica de Deus: a concepção e o nascimento de Jesus são atos salvíficos e, por conseguinte, parte integrante da história de salvação. Os acontecimentos em redor do nascimento de Jesus sublinham esta percepção:

- Apareceram anjos e anunciaram aos pastores no campo a feliz mensagem: «Pois, na cidade de David, vos nasceu hoje o Salvador, que é Cristo, o Senhor» (Lc 2,11; cf. Mq 5,1).
- Uma estrela indicou o caminho para o local de nascimento do rei recém-nascido; os magos do oriente seguiram a estrela e foram conduzidos até Belém, onde adoraram a criança (Mt 2,1-11).

3.4.8.2 Batismo de Jesus no rio Jordão

Jesus Cristo é imaculado. No entanto, deixou-se batizar por João Batista no rio Jordão e permitiu que O enquadrassem entre os pecadores (2Cor 5,21). Neste ato de batismo, que foi uma expressão de penitência, torna-se evidente que Jesus Cristo se humilhou e deixou que n'Ele se fizesse o que cabe a todos os pecadores.

Logo aqui se vê que Jesus Cristo, o Imaculado, assume o pecado, em representação dos pecadores, e assim acaba por abrir o caminho que leva à justiça perante Deus.

Depois de ter sido batizado, o Espírito Santo desceu visivelmente sobre Jesus. Através de uma voz vinda do céu, o Pai deu este testemunho: «Tu és o meu Filho amado, em ti me tenho comprazido» (Lc 3,22). Através deste acontecimento revelador, o Pai dá a conhecer a filiação divina de Jesus ao mundo inteiro e proclama a Sua messianidade: Jesus é o Cristo, o Filho de Deus.

As palavras de João Batista provam que ele reconheceu em Jesus o servo de Deus sofredor, o Redentor (Is 53,5): «Eis o cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo.» Antes disso, tinha-lhe sido dito: «Aquele sobre o qual vires descer o Espírito, e sobre ele repousar, esse é o que baptiza com o Espírito Santo.» João sublinhou esse aspeto: «E eu vi, e tenho testificado que este é o Filho de Deus» (Jo 1,29.33.34).

3.4.8.3 Tentação de Jesus no deserto

Depois de ter sido batizado no rio Jordão, Jesus foi conduzido pelo Espírito ao deserto «para ser tentado pelo diabo» (Mt 4,1). Ficou lá durante quarenta dias e foi tentado várias vezes pelo diabo. Jesus resistiu à tentação e repeliu o diabo.

Este acontecimento tem relevância histórico-salvífica: Adão sucumbiu à tentação e caiu em pecado – Cristo, «que, como nós, em tudo foi tentado, mas sem pecado» (Heb 4,15), sendo o novo Adão, resiste à tentação. Ainda antes de iniciar a Sua obra publicamente, Ele prova ser vencedor sobre Satanás.

SÍNTESE

A história de Jesus de Nazaré é a história da intervenção salvífica de Deus no curso do mundo. Os Evangelhos não são biografias, mas antes testemunhos da fé. (3.4.8)

A singularidade do Homem Jesus é destacada pelo Seu nascimento virginal. A conceção e o nascimento de Jesus são atos salvíficos e, por conseguinte, parte integrante da história de salvação. (3.4.8.1)

Embora Jesus Cristo seja imaculado, deixou-se batizar por João Batista e permitiu que O enquadrassem entre os pecadores. Depois do batismo, Deus, o Pai, anunciou ao mundo inteiro a filiação divina de Jesus. (3.4.8.2)

Ainda antes da Sua atuação em público, Jesus foi tentado no deserto. E conseguiu vencer Satanás. (3.4.8.3)

No fulcro da proclamação de Jesus, estava o reino de Deus na sua forma atual e futura. Em Jesus Cristo, esse reino está personificado e presente. (3.4.8.4)

3.4.8.4 Ensinaamentos de Jesus

No fulcro da proclamação de Jesus está o reino de Deus – a regência de Deus que se concretiza no plano histórico – na Sua figura presente e futura: «O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo» (Mc 1,15). Assim sendo, o reino de Deus passa a estar presente personificado em Jesus Cristo (Lc 17,21).

O conteúdo fundamental do Evangelho é a graça, o amor e a reconciliação que se manifestam em Jesus Cristo. Ele é o Filho de Deus e veio para destruir as obras do diabo, redimir o Homem pecaminoso e concupiscente e libertá-lo do poder do diabo. Através do Seu sacrifício, Jesus Cristo abre ao Homem o caminho que leva à reconciliação com Deus e a porta que conduz à vida eterna. Através da Sua morte e da Sua ressurreição, Ele comprova, de uma vez para sempre, que Ele é Senhor sobre a morte e o diabo. Através da sua fé, o Homem toma parte nesta vitória (1Cor 15,57).

Jesus escolheu discípulos para O seguirem. Ele pregou com poder, com autoridade majestosa, e perdoou pecados. Os Seus atos milagrosos foram mais uma forma de deixar bem claro que, com Ele, a salvação chegou ao Homem.

Assim, sublinhou a Sua mensagem da regência divina que estava prestes a começar e a mensagem de Si próprio, enquanto Salvador.

3.4.8.5 Milagres de Jesus

Todos os quatro Evangelhos escritos existentes falam dos atos milagrosos de Jesus como sendo acontecimentos reais, que dão testemunho da Sua messianidade. Os Seus milagres demonstram a dedicação misericordiosa de Deus ao Homem sofredor. São parte do acontecimento revelador, porque mostram a glória de Cristo (Jo 2,11) e a Sua autoridade divina (Jo 5,21).

Os milagres que o Filho de Deus praticou foram muito diversificados: curou doentes, expulsou espíritos maus, ressuscitou mortos, fez milagres naturais, o milagre da multiplicação dos pães e dos peixes, milagres em que ofereceu bens materiais.

Cura de doentes

Jesus curou doentes, cegos, coxos, surdos, leprosos. Estas curas de doentes remetem para a natureza divina de Jesus Cristo, que agiu tal e qual como Deus falava de Si próprio a Israel: «eu sou o Senhor que te sara» (Ex 15,26). Um destes milagres é a cura de um paralítico em Cafarnaum (Mc 2,1-12), ao qual Jesus começou por dizer: «Filho, perdoados estão os teus pecados» (versículo 5). Os escribas acharam que isto era uma blasfêmia – o Senhor provou que Ele tanto tinha o poder de perdoar pecados como o de curar. Os milagres curativos estão estreitamente correlacionados com a fé dos homens.

Expulsões de espíritos maus

Dos atos milagrosos de Jesus também constam expulsões de espíritos imundos (Mc 1,23-28). Até os demónios nos possessos reconheciam Jesus Cristo como Senhor (Mc 3,11). Fica bem claro que o mal não é nenhum poder autónomo, antes estando sujeito ao poder de Deus; com a vinda de Jesus Cristo, terminou o período da sua regência destruidora e da sua influência sobre os homens (Lc 11,20).

Ressuscitações de mortos

Os Evangelhos relatam três casos nos quais o Senhor voltou a dar vida a pessoas que já tinham morrido: a filha de Jairo (Mt 9,18-26), o mancebo de Naím (Lc 7,13-15) e Lázaro (Jo 11,1-44). Antes da ressuscitação de Lázaro, Jesus manifestou-se pronunciando as palavras que se referem ao fundamento da Sua natureza: «Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que esteja morto, viverá; e todo aquele que vive, e crê em mim, nunca morrerá» (Jo 11,25.26). Jesus Cristo não tinha apenas o poder de ressuscitar mortos – Ele próprio é a vida, Ele próprio é a ressurreição. A ressuscitação de mortos é uma metáfora que indica que a fé em Jesus Cristo significa ultrapassar a morte e que, como tal, traz a vida eterna.

Milagres sobre a natureza

Quando Senhor mandou acalmar o vento e o mar, evidenciou o Seu poder sobre os elementos da natureza (Mt 8,23-27 e outros). A regência sobre os poderes da natureza sublinha a natureza criadora do Filho de Deus, que, sendo "o verbo eterno do Pai", existiu antes de todas as criaturas (Jo 1,1-3).

Milagres da multiplicação dos pães e dos peixes

Todos os Evangelhos relatam como Jesus multiplicou a comida para cinco mil pessoas (Mc 6,30-44 e outros), nos Evangelhos segundo S. Mateus e S. Marcos também se fala da multiplicação dos pães e dos peixes para quatro mil homens (Mt 15,32-39; Mc 8,1-9). Por um lado, estes acontecimentos relembram como Deus alimentou o Seu povo no deserto, por outro, remetem para a Santa Ceia: «Eu sou o pão vivo que desceu do céu; se alguém comer deste pão, viverá para sempre; e o pão que eu der é a minha carne, que eu darei pela vida do mundo» (Jo 6,51).

Milagres de oferta de bens materiais

Outros sinais da divindade de Jesus Cristo e da proximidade do reino de Deus também são os milagres através dos quais determinadas pessoas receberam uma plenitude de dádivas naturais. Por exemplo,

a pescaria de Pedro (Lc 5,1-11) e o que sucedeu no casamento em Canaã, quando Jesus transformou água em vinho (Jo 2,1-11).

SÍNTESE

O conteúdo fundamental do Evangelho são a graça, o amor e a reconciliação que se manifestam em Jesus Cristo. (3.4.8.4)

Todos os Evangelhos relatam os atos milagrosos como sendo acontecimentos reais. Dão testemunho da messianidade de Jesus e evidenciam a dedicação misericordiosa ao Homem padecente. (3.4.8.5)

Os milagres que o Filho de Deus praticou foram muito diversificados: curou doentes, expulsou espíritos maus, ressuscitou mortos, fez milagres naturais, o milagre da multiplicação dos pães e dos peixes, milagres em que ofertou bens materiais. (3.4.8.5)

3.4.8.6 Parábolas e palavras metafóricas de Jesus

Nas Suas prédicas, Jesus usava muitas parábolas e nelas retratava figurativamente a vida quotidiana dos Seus ouvintes. De Mateus 13,34.35 consta o seguinte: «Tudo isto disse Jesus por parábolas à multidão, e nada lhes falava sem parábolas; para que se cumprisse o que fora dito pelo profeta, que disse: Abrirei em parábolas a minha boca; publicarei coisas ocultas desde a fundação do mundo.»

Nas Suas narrações alegóricas, Jesus tematizava os elementos essenciais da Sua doutrina e explicava os segredos do reino dos céus: «O reino dos céus é semelhante...» (Mt 13,1ss).

Os primeiros três Evangelhos contêm mais de quarenta parábolas. Através destas parábolas, Ele explicava aspetos essenciais do Evangelho: a proximidade do reino de Deus, o mandamento do amor ao próximo, a índole do Homem, a vinda do Filho do Homem.

Em Jesus Cristo está presente o reino de Deus

- Na parábola do grão de mostarda, Jesus mostrou o princípio tão modesto do reino de Deus e o seu crescimento. Com a parábola do fermento, Ele evidenciou que, no fim, Cristo se propagará em tudo (Mt 13,31-33).
- Na parábola do tesouro escondido num campo, e também na parábola da pérola de grande valor, é retratado um Homem que reconhece a riqueza oculta em Cristo e que aproveita a oportunidade de participar no reino de Deus, que lhe é oferecida (Mt 13,44-46).
- Neste reino de Deus, o "reino de Deus que está próximo", é onde Deus se dá a conhecer como Pai Celestial cheio de amor. Da mesma forma, as parábolas da ovelha perdida, da dracma perdida e do filho pródigo (Lc 15,4-32) mostram a vontade de reconciliação e o amor de Deus para com o pecador. O Senhor convida todos, sem fazer qualquer tipo de distinção, e dá-lhes a oportunidade de comungar com Ele.

Amor ao próximo

- Os mandamentos mais importantes da lei consistem em amar a Deus e amar ao próximo. Na narração do bom samaritano (Lc 10,30-35), Jesus mostrou quem é o próximo e explicou que o amor ao próximo significa não fechar os olhos perante a aflição dos outros, mas antes prestar ajuda. A forma de transformar este conceito na prática também se pode deduzir da parábola do juízo definitivo (Mt 25,35-36).

A índole do Homem

- A parábola do fariseu e do publicano (Lc 18,9-14) concentra-se na índole do Homem: não é aquele que se gaba das suas obras, mas antes aquele que se aproxima de Deus com humildade e procura a misericórdia, que será justificado. Entre outros aspetos focados, a parábola do sementeiro também tematiza a índole do Homem: mostra que a aceitação devida da palavra de Deus requer um coração temente a Deus (Lc 8,15 e outros).
- A parábola do credor incompassivo também foca a índole: fala do perdão e exorta aqueles que receberam a graça de Deus a serem, também, misericordiosos para com os outros. Quem conhece a grandeza do amor de Deus, sentirá mesmo necessidade de se reconciliar com o próximo (Mt 18,21-35).

A vinda do Filho do Homem

- Nas parábolas sobre a vinda do Filho do Homem, Jesus revelou acontecimentos futuros. Em Mateus 24,37-39 faz-se uma comparação entre o tempo antes da Sua vinda e a época em que viveu Noé: a revinda de Cristo será súbita. É nesse sentido que a parábola sobre o ladrão na noite termina com a exortação: «Por isso, estai vós apercebidos, também; porque o Filho do homem há-de vir à hora em que não penseis» (Mt 24,44). A mesma mensagem também está contida na parábola das dez virgens (Mt 25,1-13): é preciso estar vigilante e preparado para a revinda súbita do Senhor. A parábola dos dez talentos exorta para aproveitar o tempo que resta até à revinda de Cristo (Mt 25,14-30).

Todas estas parábolas aprofundam a compreensão das afirmações de Jesus sobre a Sua revinda, sobre a salvação e o juízo, sobre a Sua regência no fim dos tempos, sobre as potestades do mundo e sobre a vida eterna como verdadeiro destino do Homem.

Palavras metafóricas

- Palavras metafóricas, que expressam a natureza de Jesus e, por conseguinte, são uma automanifestação do Filho de Deus, encontram-se no Evangelho segundo S. João. Nas passagens em que Jesus usou as palavras "ego eimi" (Eu Sou...), Ele apresentou-se como «o pão da vida» (Jo 6,35) e «a luz do mundo» (Jo 8,12). Da mesma forma, Ele é «a porta» que leva à salvação (Jo 10,9), o «bom Pastor» que dá a Sua vida pelas ovelhas (Jo 10,11), e Ele é «a videira» (Jo 15,5). Jesus Cristo é «a ressurreição», «o caminho, e a verdade, e a vida» (Jo 11,25; 14,6); é unicamente Ele quem dá acesso a Deus, o Pai. Estas sete palavras "ego eimi" (Eu sou...) mostram o caráter de divindade e realeza que Jesus reclama: Ele não é apenas o enviado do Pai, Ele próprio é Deus.

3.4.8.7 Jesus e a lei

Para Israel, a lei mosaica tinha autoridade absoluta; respeitá-la e cumpri-la era considerado como sendo a chave para a relação entre o Homem e Deus.

Jesus não aboliu a lei, mas deixou claro que Ele tem maior autoridade e que é Senhor sobre a lei.

No sermão da montanha (Mt 5-7), perante os Seus discípulos e o povo, Ele tomou posição em relação à lei. Nas chamadas antíteses de Jesus («Ouvistes que foi dito [...] Eu, porém, vos digo [...]»), através das quais Ele especificou mais precisamente a lei e conduziu os ouvintes ao entendimento da vontade de Deus por detrás da lei, Ele apresentou-se como sendo o único com autoridade e poder para interpretar a lei.

Desvendando o núcleo da lei mosaica, Ele exprimiu que a lei – tal como toda a Antiga Aliança – remetia para Ele e que Ele viera para a cumprir. Com a Sua obediência, Ele opôs-se à desobediência do primeiro Homem; com o Seu cumprimento perfeito da lei, Ele pôs fim ao domínio sem limites do pecado sobre o Homem.

3.4.8.8 Jesus e os Seus apóstolos

Para a propagação do Evangelho, Jesus escolheu doze apóstolos do círculo dos Seus discípulos (Lc 6,12-16; Mc 3,14). Eles formavam o Seu núcleo mais próximo. Com eles, Ele tinha uma relação especial de confiança. Quando os outros discípulos o deixaram, porque não o compreendiam, os apóstolos ficaram com Ele e professaram que Ele é Cristo.

Foi a eles que Ele deu o exemplo de como servir humildemente, quando lhes lavou os pés (Jo 13,4ss). Eram apenas estes doze que estavam com Ele quando instituiu a Santa Ceia (Lc 22,14ss). Foi a eles que Ele se dirigiu nas Suas últimas instruções (Jo 13-16). Foi a eles que Ele prometeu o Espírito Santo. Foi a eles que Ele fez saber que iria voltar para junto do Pai. Foi a eles que Ele deu a promessa da Sua revinda. Foi por eles e por aqueles que através da palavra dos apóstolos iriam crer n'Ele que Ele intercedeu na oração sumo-sacerdotal (Jo 17). Ele próprio se santificou por eles «para que também eles sejam santificados na verdade» (versículo 19).

Foi a eles que Ele se mostrou várias vezes, após a Sua ressurreição (Act 1,2,3) e foram eles que receberam d'Ele a Grande Comissão, antes da Sua ascensão.

SÍNTESE

Nos discursos metafóricos (as chamadas parábolas), Jesus tematizou os elementos essenciais da Sua doutrina. As parábolas de Jesus são direcionadas para a Sua revinda e a respetiva preparação. (3.4.8.6)

Nas declarações metafóricas do Evangelho de João, Jesus evidencia-se como verdadeiro Deus. (3.4.8.6)

Desnudando o cerne da lei mosaica, Jesus demonstrou que a lei e toda a Antiga Aliança remetiam para Ele. Ele viera para cumprir o que a lei previa. (3.4.8.7)

Para fins de propagação do Evangelho, Jesus escolheu doze dos Seus discípulos para serem apóstolos. Com eles, Ele tinha uma relação especial de confiança. Foi a eles que Ele se mostrou, após a Sua ressurreição e foram eles que receberam d'Ele a Grande Comissão, antes da Sua ascensão. (3.4.8.8)

3.4.9 Paixão e morte sacrificial de Jesus

Os últimos dias que antecedem a morte sacrificial de Jesus são alvo de uma descrição detalhada nos Evangelhos.

Quando o Senhor entrou em Jerusalém sentado num jumento, cumpriu-se a profecia contida em Zacarias 9,9. Com a purificação do templo, Jesus evidenciou que a casa do Senhor é sagrada. As disputas com os fariseus e saduceus foram-se agravando – até ao ponto de quererem a Sua morte (Lc 20).

Quando Jesus foi ungido com um unguento de nardo puro muito precioso, segundo as Suas palavras, isso aconteceu em antecedência à Sua morte iminente (Jo 12,7). Alguns dos presentes ficaram algo aborrecidos por acharem que era um desperdício: se tivessem vendido aquele unguento, os «tre-

zentos dinheiros» teriam sido mais úteis dando-os aos pobres. Judas Iscariotes, um dos doze apóstolos, dirigiu-se aos sumos sacerdotes. Ofereceram-lhe 30 «siclos de prata» se traísse Jesus, isto é, 30 moedas de prata, um montante correspondente ao preço de um escravo (Ex 21,32). Desta forma, cumpriu-se o que fora referido em Zacarias 11,12.13 – o Senhor foi colocado ao mesmo nível de um escravo.

3.4.9.1 Jesus institui a Santa Ceia

Por ocasião da Festa da Páscoa, o Senhor juntou-se aos doze apóstolos. Quando estavam todos, sentados à mesa, o Filho de Deus instituiu a Santa Ceia: «E, quando comiam, Jesus tomou o pão e, abençoando-o, o partiu e o deu aos discípulos, e disse: Tomai, comei; isto é o meu corpo. E tomando o cálix, e dando graças, deu-lho, dizendo: Bebei dele todos; Porque isto é o meu sangue, o sangue do Novo Testamento, que é derramado por muitos, para remissão dos pecados» (Mt 26,26-28). Assim, tornam-se compreensíveis as palavras que fizeram com que muitos dos Seus discípulos se afastassem do Senhor, quando Ele disse: «[...] se não comerdes a carne do Filho do homem, e não beberdes o seu sangue, não tereis vida em vós mesmos» (Jo 6,53).

Durante a ceia, o Senhor identificou o Seu traidor. Este saiu daquela comunhão, «E era já noite» (Jo 13,30).

3.4.9.2 Jesus em Getesêmane

Depois da ceia, Jesus foi com os apóstolos ao jardim de Getesêmane. A natureza humana do Filho de Deus evidencia-se no medo que sente face à morte iminente que deverá sofrer na cruz. Em humildade e dedicação total a Deus, Ele prostrou-se e lutou com esse medo quando orou: «Pai, se queres, passa de mim este cálix, todavia não se faça a minha vontade, mas a tua». (Lc 22,42). A seguir, apareceu-lhe um anjo que O confortou. Jesus colocou a Sua vontade sob a vontade do Seu Pai – estava pronto a fazer o sacrifício.

Depois disso, Jesus foi preso. Judas Iscariotes entregara-O aos soldados dando-Lhe um beijo para O identificar. O Senhor não usou poderes celestiais para escapar à prisão, Ele bebeu do cálice do sofrimento que o Pai Lhe dera (Jo 18,11). Os discípulos abandonaram Jesus e fugiram.

3.4.9.3 Jesus diante do Sinédrio

O Sinédrio declarou Jesus culpado de blasfêmia e condenou-O à morte. Consideraram ser uma blasfêmia Ele afirmar que era Filho de Deus.

Enquanto Jesus estava a ser interrogado diante do Sinédrio, Pedro negou ser um discípulo de Jesus e de O conhecer (Lc 22,54-62). Cristo também sofreu com esta negação. No entanto, nunca condenou Pedro.

Depois de Jesus ter sido condenado à morte, Judas Iscariotes arrependeu-se da sua traição e quis devolver as 30 moedas de prata aos sumos sacerdotes: «Pequei, traindo o sangue inocente» (Mt 27,1-5). Visto que os sumos sacerdotes não quiseram aceitar o dinheiro de volta, ele atirou as moedas para dentro do templo, foi-se embora e enforcou-se. As suas palavras dão a entender que Judas não queria que Cristo morresse. Embora a sua traição tenha sido o meio de cumprir o que estava prometido na Escritura (Mt 27,9.10; Jr 32,9; Zc 11,12.13), isso não o exime da responsabilidade pelos seus atos.

3.4.9.4 Jesus diante de Pilatos e Herodes

Os judeus conduziram Jesus à residência do governador romano Pilatos, um local onde os judeus crentes não entravam, para não se contaminarem (Jo 18,28). Mas Jesus teve de entrar na audiência.

Durante o interrogatório perante Pilatos, Jesus referiu que o Seu reino não era deste mundo e que Ele não vinha reclamar quaisquer direitos de regência terrena. Pilatos achou que Ele estava inocente e entregou-o ao rei Herodes. Os regentes Herodes e Pilatos, que antes eram inimigos, tornaram-se amigos naquele dia (Lc 23,12) – os poderes terrenos aliaram-se contra o Senhor.

Os romanos açoitaram o Filho de Deus. O povo exigia a Sua crucificação e culpavam-No de se ter erguido contra o imperador, dizendo que Ele era o "rei dos judeus", o que era punível com a pena de morte (Jo 19,12). Pilatos ainda viu uma maneira de conseguir a liberdade de Jesus: seria o povo a decidir se queriam que fosse Jesus ou o criminoso Barrabás a ser libertado. Incitado pelos príncipes dos sacerdotes e os anciãos, o povo optou por Barrabás. Para expressar que não era responsável por aquilo que agora iria acontecer, Pilatos lavou as suas mãos diante do povo e disse: «Estou inocente do sangue deste justo; considerai isso.» E o povo respondeu: «O seu sangue caia sobre nós e sobre os nossos filhos» (Mt 27,24.25). Pilatos mandou açoitar Jesus de novo e entregou-O aos soldados para O levarem para a crucificação.

Através da participação do governador romano, a condenação e a execução de Jesus deixaram de ser um assunto meramente relacionado com Israel, os gentios também participaram – a humanidade em geral é culpada da morte do Senhor.

3.4.9.5 Crucificação e morte sacrificial de Jesus

No Seu caminho para Gólgota, Jesus era seguido por uma grande multidão de povo. O Senhor disse às mulheres que o lamentavam: «Filhas de Jerusalém, não choreis por mim, chorai, antes, por vós mesmas, e pelos vossos filhos» (Lc 23,28). Foi uma indicação que Ele deu relativamente à iminente destruição de Jerusalém.

Juntamente com o Senhor, foram crucificados dois criminosos. A cruz de Jesus era a do meio. Aqui se cumpriu o que estava escrito em Isaías 53,12: o Senhor «foi contado com os transgressores», foi colocado ao mesmo nível deles. Os severos sofrimentos de Jesus acabaram por terminar numa cruel agonia de morte.

As palavras que Jesus disse, já na cruz, dão testemunho da Sua grandeza divina. Mesmo naquele sofrimento e na agonia de morte Ele ainda se dirigiu com misericórdia, perdão, intercessão e compaixão aos outros, manifestando, assim, o amor de Deus e a Sua graça.

A tradição eclesiástica definiu uma determinada sequência das últimas palavras de Jesus, que mesmo nos Evangelhos, difere consoante o autor, e a qual também queremos seguir aqui:

«Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem.» (Lc 23,34)

O Filho de Deus, que, mesmo na cruz, continuou a ser o Misericordioso, intercedeu diante do Seu Pai por todos aqueles que O tinham levado ali à cruz e que não abrangiam o significado real dos seus atos. Foi neste momento que Jesus cumpriu a lei, de amar o seu inimigo, de uma forma inigualável (Mt 5,44.45.48).

«Em verdade te digo que estarás comigo, hoje, no Paraíso.» (Lc 23,43)

O Senhor dirigiu-se ao infrator que ali estava crucificado juntamente com Ele, que Lhe tinha pedido pela Sua graça e que tinha reconhecido, no momento da sua morte, que Jesus era o Salvador. O Paraíso que o Senhor prometeu àquele pecador arrependido era, na imaginação da época, o local onde se encontrariam os piedosos e justificados no além.

«Mulher, eis aí o teu filho.» – «Eis aí tua mãe.» (Jo 19,26.27)

No momento da Sua morte, Jesus preocupou-se com Maria, Sua mãe, e confiou-a nas mãos do Seu discípulo João. Aqui, evidencia-se o cuidado paternal e o amor de Cristo, que intercede pelo próximo, apesar da Sua própria aflição.

Na tradição cristã, Maria é vista como símbolo da Igreja. Ela é colocada sob a tutela do ministério de apóstolo, que aqui é representado por João.

«Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?» (Mc 15,34)

Os judeus crentes usam estas palavras do Salmo 22 para se dirigirem a Deus quando estão perante a morte. Por um lado, é uma forma de lamentar o sentimento de afastamento d'Ele, por outro, de dar testemunho da sua fé no poder e na graça de Deus. Foi com estas palavras que Jesus se dirigiu ao Seu Pai.

Mas o Salmo 22 também remete para o sofrimento e a confiança do justo em Deus. Grande parte deste Salmo também remete para a

morte sacrificial de Cristo, o que o torna uma prova veterotestamentária do Messias, que é Jesus.

«**Tenho sede**» (Jo 19,28)

Foi aí que se cumpriu o que está escrito no Salmo 69,21: «Deram-me fel por mantimento e, na minha sede, me deram a beber vinagre.» No sentido figurativo isso significa que Jesus teve de beber o cálice do sofrimento até ao fim para que, assim, se cumprisse na íntegra a vontade do Pai.

«**Está consumado.**» (Jo 19,30)

Quando estas palavras foram pronunciadas, era pela nona hora, ou seja, início da tarde. Foi a conclusão de uma parte importante dentro da história de salvação: Jesus fez o sacrifício para a salvação do Homem. A Sua morte sacrificial põe termo à Antiga Aliança, que tinha sido feita exclusivamente com o povo de Israel. É a altura de a Nova Aliança entrar em vigor (Heb 9,16), uma aliança à qual também têm acesso os gentios.

«**Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito.**» (Lc 23,46)

Esta citação do Salmo 31,5 mostra que Jesus Cristo, mesmo neste momento, confiava plenamente no Seu Pai.

A morte do Senhor foi acompanhada de acontecimentos dramáticos: a terra tremeu e fenderam-se as pedras; e o véu do templo, que separava o lugar santíssimo do santo, rasgou-se em duas peças. Isso indica que, por um lado, o serviço sacrificial veterotestamentário encontrara o seu termo na morte de Cristo e deixara de ter importância; a Antiga Aliança fora cumprida. Por outro lado, indica que, através da morte sacrificial de Jesus, pelo "rasgar do véu", «isto é, pela sua carne» (Heb 10,20), estava criado o caminho que levava ao Pai.

Vendo tudo aquilo que sucedera no momento da morte de Jesus, o centurião romano e os soldados que guardavam o Senhor exclamaram: «Verdadeiramente este era Filho de Deus» (Mt 27,54). Ou seja, no momento da morte de Jesus foram gentios que reconheceram n'Ele o Filho de Deus.

José de Arimateia, membro do Sinédrio, pediu a Pilatos que lhe entregasse o corpo de Jesus, para que o pudesse sepultar. Juntamente com Nicodemos,

que outrora fora ensinado pelo Senhor sobre a regeneração de água e espírito (Jo 3,5), colocou Jesus num sepulcro novo aberto numa rocha. E o sepulcro na rocha foi tapado com uma grande pedra; os sumos sacerdotes mandaram soldados guardar o sepulcro (Mt 27,62-66).

Segundo o comprova a Escritura Sagrada, tanto o sofrimento de Jesus, como a Sua morte, aconteceram em representação dos homens e, como tal, têm efeito salvífico: «Porque para isto sois chamados; pois, também, Cristo padeceu por nós, deixando-nos o exemplo, para que sigais as suas pisadas; o qual não cometeu pecado, nem na sua boca se achou engano; o qual, quando o injuriavam, não injuriava, e quando padecia, não ameaçava, mas entregava-se àquele que julga justamente; levando ele mesmo, em seu corpo, os nossos pecados sobre o madeiro, para que, mortos para os pecados, pudéssemos viver para a justiça; e pelas suas feridas fostes sarados» (1Pe 2,21-24).

Como sofredor e moribundo, Cristo, o Mediador, reconcilia os homens com Deus e cria o meio de redenção do pecado e da morte. Assim se cumpria a palavra de João Batista: «Eis o cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo» (Jo 1,29). Através da Sua morte sacrificial, o Senhor aniquilou o poder de Satanás e venceu a morte (Heb 2,14). Dado que Jesus Cristo tinha resistido a todas as tentações de Satanás, Ele, por ser impecável, pôde assumir os pecados de toda a humanidade (Is 53,6) e adquirir um mérito através do Seu sangue, a partir do qual toda a iniquidade pode ser remida: a Sua vida, que Ele deu pelos pecadores, é o resgate. A Sua morte sacrificial abre ao Homem o caminho para Deus.

3.4.9.6 Indicações veterotestamentárias referentes ao sofrimento e à morte sacrificial de Jesus

Em Isaías 53, é dada uma descrição do Servo do Senhor, que é humilhado e que tem de sofrer. Esta descrição refere-se a Jesus Cristo, o «desprezado, e o mais indigno entre os homens, homem de dores, e experimentado nos trabalhos» (versículo 3). A Sua humilhação terminou no Seu amargo sofrimento e na Sua morte: «Verdadeiramente ele tomou sobre si as nossas enfermidades, e

as nossas dores levou sobre si. [...] O castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados» (versículos 4.5). Esta é uma indicação que remete para o caminho de sofrimento de Cristo e para a Sua morte sacrificial.

Depois de Jesus morrer, um dos soldados espetou-lhe uma lança no flanco; assim se cumpriu a profecia de Zacarias 12,10: «e olharão para mim, a quem trespassaram.» Contrariamente ao que fizeram com os transgressores na cruz, os soldados não partiram as pernas a Jesus. Isto já ficara predefinido na primeira festa de Páscoa, quando Deus ordenou qual seria a forma de comer o cordeiro (Ex 12,46; Jo 19,36).

Estes exemplos mostram que o Antigo Testamento não descreve apenas a história do povo de Israel: na retrospectiva a partir da cruz, percebe-se que o Antigo Testamento está direcionado para Jesus Cristo. É n'Ele que o Antigo Testamento se cumpre (*vide também 1.2.5.2*).

3.4.9.7 Indicações de Jesus referentes ao Seu sofrimento e à Sua morte

Os Evangelhos relatam que o Senhor anunciara o Seu sofrimento e a Sua morte, mas também a Sua ressurreição, em variadas ocasiões. A título de exemplo, referem-se aqui algumas ocorrências:

- Depois de Pedro ter confessado a Jesus: "Tu és o Cristo de Deus!", o Senhor disse aos Seus discípulos: «O Filho do Homem tem de sofrer muito, ser rejeitado pelos anciãos, pelos sumos sacerdotes e pelos doutores da Lei, tem de ser morto e, ao terceiro dia, ressuscitar» (Lc 9,22*).
- Depois dos acontecimentos no monte da transfiguração, Jesus ensinou os Seus discípulos: «O Filho do homem será entregue nas mãos dos homens, e matá-lo-ão; e, morto ele, ressuscitará ao terceiro dia» (Mc 9,31).

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

- Antes da Sua entrada em Jerusalém, o Senhor dirigiu-se aos doze: «o Filho do homem será entregue aos príncipes dos sacerdotes, e aos escribas, e condená-lo-ão à morte. E o entregarão aos gentios, para que dele escarneçam, e o açoitem e crucifiquem, e ao terceiro dia ressuscitará» (Mt 20,18.19).
- Quando os escribas e os fariseus quiseram ver sinais, Jesus remeteu-os para a história do profeta Jonas: «Pois, como Jonas esteve três dias e três noites no ventre da baleia, assim estará o Filho do homem três dias e três noites no seio da terra» (Mt 12,40).
- Por ocasião da purificação do templo, Ele disse algo semelhante: «Derrubai este templo, e em três dias o levantarei» (Jo 2,19). Só depois da Sua ressurreição é que os discípulos perceberam que Jesus Cristo na altura falara do templo que era o Seu próprio corpo (Jo 2,21.22).

3.4.9.8 Indicações referentes à morte sacrificial de Jesus nas epístolas dos apóstolos

A morte sacrificial de Jesus e o caminho à redenção que então se abriu para os homens, são temas centrais nas epístolas dos apóstolos. Por exemplo, na 1ª de João 3,16: «Conhecemos o amor nisto: que ele deu a sua vida por nós, e nós devemos dar a vida pelos irmãos» (cf. 1Pe 2,21-24).

A Epístola Aos Hebreus mostra a Nova Aliança em comparação com a Antiga Aliança e coloca o sacrifício de Cristo no fulcro da história de salvação. Os sumos sacerdotes da Antiga Aliança eram pecadores e mortais; o seu sacerdócio chegara ao fim. Mas Jesus Cristo é sem pecado e imortal; o Seu sacerdócio é incorruptível. Na Antiga Aliança, todos os sacerdotes tinham de repetir os seus sacrifícios, mas o sacrifício de Cristo foi feito uma única vez e ficou válido para sempre (Heb 9).

As afirmações sobre a morte sacrificial de Jesus nas epístolas dos apóstolos também foram feitas porque tinham surgido doutrinas falsas. Uma delas preconizava a existência de um mensageiro, que entraria no mundo e se tornaria Homem apenas aparentemente, mas que nunca sofreria nem morreria na

cruz. Outras doutrinas falsas negavam a ressurreição do Senhor. O apóstolo Paulo opôs-se e disse «que Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras, e que foi sepultado e que ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras» (1Cor 15,3,4).

Na 2ª aos Coríntios 5,19 descreve-se o significado da morte sacrificial de Jesus: «Deus estava em Cristo, reconciliando consigo o mundo».

3.4.9.9 A cruz

No centro do Evangelho está Jesus Cristo, que através da Sua morte na cruz e da Sua ressurreição criou a salvação eterna. A cruz de Cristo torna-se símbolo máximo do ato reconciliador de Deus nos homens pecadores. As palavras do apóstolo Paulo na 1ª aos Coríntios 1,18 mostram que existe um certo campo de tensões, no que se refere à interpretação da morte na cruz: «Porque a palavra da cruz é loucura para os que perecem; mas, para nós, que somos salvos, é o poder de Deus.» Em geral, a morte na cruz foi considerada como derrota, como fim ignomioso de um homem desprezado e expulso da sociedade humana. Mas aqui, segundo a sabedoria divina, a aparente derrota é, na verdade, uma vitória que se tornou o fundamento de uma obra de redenção de dimensões inexplicáveis.

No ato da ressurreição, Deus confirmou que o Crucificado é Cristo (Act 2,36); é n'Ele que é concedida a salvação eterna.

SÍNTESE

Os últimos dias que antecederam a morte sacrificial de Jesus são alvo de uma descrição detalhada nos Evangelhos: foi no círculo dos apóstolos que Jesus Cristo instituiu a Santa Ceia. Quando é preso, Ele é traído por Judas Iscariotes. Diante do Sinédrio, é acusado da blasfêmia. (3.4.9; 3.4.9.1-3.4.9.3)

Devido ao envolvimento do governador romano Pilatos, a condenação e a execução de Jesus deixaram de ser um assunto meramente relacionado com Is-

rael, passando a estar envolvidos também os gentios. Ou seja, a humanidade em geral torna-se culpada da morte do Senhor. (3.4.9.4)

O Seu sofrimento, bem como a Sua morte, aconteceram em representação dos homens e, como tal, têm efeito salvífico. Como sofredor e moribundo, Jesus Cristo, o Mediador, reconcilia os homens com Deus e cria o meio de redenção do pecado e da morte. A Sua morte sacrificial na cruz abre aos homens o caminho para Deus. (3.4.9.5)

A morte sacrificial de Jesus confirma as indicações veterotestamentárias. Foi o próprio Jesus que anunciara o Seu padecimento e a Sua morte e a Sua ressurreição. Nas epístolas dos apóstolos é descrito o significado da morte sacrificial de Jesus. (3.4.9.6; 3.4.9.7; 3.4.9.8)

A cruz de Cristo torna-se símbolo máximo do ato reconciliador de Deus nos homens pecadores. (3.4.9.9)

3.4.10 Atuação de Jesus Cristo no reino dos mortos

Na 1ª de Pedro 3,18-20 está descrito que, após a Sua morte, o Filho de Deus pregara àqueles que, na época de Noé, tinham desobedecido. Ele fez isso para oferecer a salvação: «Porque por isso foi pregado o evangelho, também, aos mortos, para que, na verdade, fossem julgados segundo os homens na carne, mas vivessem segundo Deus, em espírito» (1Pe 4,6). Ou seja, a ação salvífica de Cristo também abrange os mortos. Da forma como o Filho de Deus se dedicara aos pecadores na Terra, assim o foi fazer com aqueles que na sua vida terrena desrespeitaram a vontade divina.

Desde que Jesus fez o Seu sacrifício, também os mortos passaram a ter acesso à salvação (*vide* 9.6). Ele próprio disse: «vem a hora, e agora é, em que os mortos ouvirão a voz do Filho de Deus, e os que a ouvirem viverão» (Jo 5,25).

Através da Sua morte sacrificial, o Filho de Deus tirou ao diabo o poder sobre a morte (Heb 2,14.15). Ele, Jesus Cristo, tem as chaves da morte e do

inferno (Ap 1,18). Neste contexto, o termo "inferno" não designa o local da maldição, mas antes o local onde se encontram os falecidos, e a locução "ter as chaves" significa exercer o domínio.

De Romanos 14,9 consta o seguinte: «Foi para isto que morreu Cristo, e tornou a viver: para ser Senhor, tanto dos mortos, como dos vivos». Sendo o Senhor, Ele foi enaltecido pelo Pai que o colocou acima de todos: «Deus o exaltou soberanamente, e lhe deu um nome que é sobre todo o nome; para que, ao nome de Jesus, se dobre todo o joelho dos que estão nos céus, e na terra, e debaixo da terra» (Fl 2,9.10).

O ingresso do Filho de Deus no reino dos mortos é o momento de triunfo do vencedor de Gólgota, que destruiu o poder da morte e lhe tirou o seu caráter eterno.

SÍNTESE

A ação salvífica de Cristo também abrange os mortos. (3.4.9.10)

Jesus Cristo detém as chaves da morte e do inferno. O ingresso do Filho de Deus no reino dos mortos é o momento de triunfo do vencedor de Gólgota, que destruiu o poder da morte e lhe tirou o seu caráter eterno. (3.4.9.10)

3.4.11 Ressurreição de Jesus Cristo

A ressurreição de Jesus Cristo é um feito do Deus Trino, realizado de uma forma nunca antes vista:

- Por um lado, este ato evidencia o poder de Deus, o Pai – Ele ressuscita Jesus dos mortos (Act 5,30-32).
- Por outro, cumprem-se as palavras de Deus, o Filho: «tenho poder para a [a minha vida] dar, e poder para tornar a tomá-la» (Jo 10,18).
- Por fim, dá-se testemunho da ação de Deus, do Espírito Santo: «E, se o Espírito daquele que dos mortos ressuscitou a Jesus habita em vós, aquele

que dos mortos ressuscitou a Cristo também vivificará os vossos corpos mortais, pelo seu Espírito que em vós habita» (Rm 8,11).

Jesus Cristo ressuscitou sem que algum ser humano tivesse sido testemunha ocular deste processo. No entanto, a Escritura Sagrada relata os muitos testemunhos dados em relação à ressurreição do Filho de Deus. Um deles é o sepulcro vazio, testemunhado pelas discípulas e pelos discípulos. Outros testemunhos são as diversas aparições do Senhor ao longo dos quarenta dias entre a Sua ressurreição e ascensão. A ressurreição de Jesus Cristo não é nenhuma fantasia do Seu séquito, talvez por quererem que a posteridade venha a acreditar num milagre; nem tão pouco é expressão de uma ideologia mitológica – a ressurreição de Cristo é uma realidade dentro da história; ela aconteceu na realidade.

3.4.11.1 Significado salvífico da ressurreição de Jesus Cristo

A ressurreição de Jesus é a prova do poder de Deus sobre a morte. Este poder é inerente à natureza de Jesus Cristo enquanto Filho de Deus.

Na ressurreição de Jesus Cristo cumpriram-se promessas veterotestamentárias (Lc 24,44-46; Os 6,2) e também as profecias que o próprio filho de Deus tinha feito antes (Mc 9,30.31; 10,34).

Sem a crença na Sua ressurreição, a fé em Jesus Cristo é vã: «E, se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação, e vã também a vossa fé» (1Cor 15,14). Só através da ressurreição de Cristo é que o crente obtém uma esperança fundamentada em alcançar a vida eterna, porque através dela é que foi criada a possibilidade de abolir a morte instituída pelo pecado original de Adão e a subsequente separação entre o homem e Deus (1Cor 15,21.22).

A profissão de fé em Jesus enquanto Cristo e a crença na Sua ressurreição têm um significado fundamental para a salvação do homem (1Pe 1,3-12). Esta crença na ressurreição da primícia, Cristo, dos mortos representa o fundamento da crença na ressurreição dos mortos em Cristo e na transformação dos vivos no momento da Sua revinda: «os mortos ressuscitarão incorruptíveis, e nós seremos transformados» (1Cor 15,52).

3.4.11.2 Aparições do Ressuscitado

Quando Maria Madalena e outras mulheres chegaram ao sepulcro, logo de madrugada, viram que a pedra tinha sido removida e o sepulcro estava vazio. Elas tornam-se as primeiras testemunhas da ressurreição de Jesus, acabada de ocorrer. Um anjo anunciou-lhes que Jesus ressuscitara (Mt 28,5.6). Mais tarde, o Ressuscitado deu-se a conhecer a Maria Madalena; e também teve um encontro com Pedro e os restantes apóstolos.

As aparições pós-pascas do Senhor documentam que Jesus Cristo ressuscitou verdadeiramente. Trata-se de pessoas identificadas por nome, a quem Ele se mostrou e que O conheciam. Desta forma, fica sem fundamento qualquer especulação de que os discípulos teriam roubado o corpo para dar a ideia de ter havido uma ressurreição (Mt 28,11-15).

Quando aparecia, o Ressuscitado Filho de Deus dava aos Seus discípulos orientações e indicações referentes àquilo que no futuro teria de ser feito. Ensinou-os, deu-lhes poderes e missões.

Aos discípulos de Emaús, o Senhor explicou as Escrituras e partiu o pão com eles (Lc 24,25-35).

No final do dia em que ressuscitou, Ele entrou no círculo dos Seus discípulos. A Sua saudação «Paz seja convosco!» tirou-lhes o medo e deu-lhes confiança. E o Senhor deu-lhes uma missão: «assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós.» Como Ressuscitado e Senhor sobre a morte e o pecado, Ele concedeu aos Seus apóstolos o poder e a capacidade necessários, soprando sobre eles e dizendo: «Recebei o Espírito Santo. Aqueles a quem perdoardes os pecados, lhes são perdoados; e àqueles a quem os retiverdes lhes são retidos» (Jo 20,19-23).

Numa outra ocasião, o Senhor apareceu diante de alguns discípulos, junto do mar de Tiberíades. O apóstolo Pedro foi incumbido de apascentar os cordeiros e as ovelhas de Cristo, ou seja, a Sua Igreja (Jo 21,15-17).

O Senhor ressuscitado mostrou-se aos Seus apóstolos «vivo, com muitas e infalíveis provas, sendo visto por eles por espaço de quarenta dias, e falando do que respeita ao reino de Deus» (Act 1,3; cf. Jo 21,1-14).

Foi este o testemunho da ressurreição de Cristo que os apóstolos levaram consigo para o mundo inteiro. Na 1ª aos Coríntios 15,6 o apóstolo Paulo afirma que o Senhor terá sido visto, depois de ressuscitado, por mais de quinhentos irmãos ao mesmo tempo. E, por fim, relata que, por último, ele próprio também viu o Senhor. No entanto, o acontecimento a que ele se refere, quando ia a caminho de Damasco (Act 9,3-6), tem um carácter diferente: no caso, trata-se de uma manifestação do Cristo enaltecido, vinda do céu. Os verdadeiros testemunhos da ressurreição de Cristo, no sentido literal da palavra, foram apenas aqueles que viram Cristo, na terra, no período entre a Sua ressurreição e a Sua ascensão.

3.4.11.3 Corpo ressuscitado de Jesus Cristo

O corpo ressuscitado de Jesus Cristo é um corpo glorificado. A Sua ressurreição não significa o regresso a uma existência terrena; é totalmente diferente da ressuscitação de Lázaro (Jo 11,17-44), por exemplo, que, mais tarde, acabou por morrer de novo como qualquer mortal. O Cristo ressuscitado foi tirado definitivamente da morte: «Sabendo que, havendo Cristo ressuscitado dos mortos, já não morre; a morte não terá mais domínio sobre ele» (Rm 6,9). Deus ressuscitou Jesus e não entregou o Seu corpo à corrupção (Act 13,34.35).

Cristo vive no poder de Deus (2Cor 13,4). Depois da ressurreição, o Seu corpo glorificado foi tirado da efemeridade e mortalidade da carne; não ficando ligado ao espaço nem ao tempo. Foi nesse corpo que o Senhor apareceu junto dos Seus discípulos (Lc 24,36), atravessou portas fechadas (Jo 20,19.26), partiu o pão com os discípulos (Lc 24,30), lhes mostrou as Suas chagas e comeu com eles (Lc 24,40-43). Desta forma, deixou bem claro que não estava com eles como se fosse um "espírito", mas antes como Jesus Cristo em presença física.

O apóstolo Paulo compara o corpo ressuscitado de Cristo com o corpo que os mortos em Cristo terão depois da sua ressurreição. Trata-se de um corpo espiritual, que ressuscitará em glória e em força (1Cor 15,42-44). No mo-

mento da transformação, aquando da revinda de Cristo, os vivos recebem um corpo idêntico ao corpo glorificado de Cristo (Fl 3,21).

3.4.12 Ascensão de Jesus Cristo

Quarenta dias após a Sua ressurreição, Jesus Cristo ascendeu do círculo dos Seus apóstolos para junto de Deus, Seu Pai, ao céu. Antes de partir ainda lhes disse «que não se ausentassem de Jerusalém, mas que esperassem a promessa do Pai», quando disse «sereis baptizados com o Espírito Santo, não muito depois destes dias» (Act 1,4.5).

Enquanto Jesus abençoava os apóstolos, foi «elevado às alturas»; e uma nuvem ocultou-O aos seus olhos. Enquanto ainda estavam ali, a vê-Lo partir, dois homens vestidos de branco apareceram junto deles e disseram: «Varões galileus, por que estais olhando para o céu? Esse Jesus, que de entre vós foi recebido em cima, no céu, há-de vir, assim, como para o céu o vistes ir» (Act 1,11). Contrariamente ao acontecimento da ressurreição, o qual não teve testemunhas oculares, os apóstolos presenciaram pessoalmente a Ascensão de Cristo. Reconheceram que o Ressuscitado foi enaltecido e voltou para junto do Pai. A natureza humana do Senhor passa definitivamente para a glória divina. Sendo cumpridas as palavras: «Saí do Pai, e vim ao mundo; outra vez deixo o mundo, e vou para o Pai» (Jo 16,28).

De Marcos 16,19 consta o seguinte: «Ora o Senhor, depois de lhes ter falado, foi recebido no céu, e assentou-se à direita de Deus.» Ou seja, Ele não foi, enquanto sumo sacerdote da Antiga Aliança, para um santuário feito por mãos «porém no mesmo céu, para agora comparecer por nós perante a face de Deus» (Heb 9,24). À dextra de Deus intercede pelos Seus eleitos (Rm 8,33.34).

A imagem de Cristo estar sentado à dextra de Deus mostra como Ele toma parte na plenitude dos poderes e da glória de Deus, Seu Pai. Futuramente, Ele quer partilhar esta glória com os Seus: «Pai, aqueles que me deste, quero que, onde eu estiver, também eles estejam comigo, para que vejam a minha glória que me deste» (Jo 17,24). Isso acontecerá quando Cristo arreba-

tar os Seus, de entre os mortos e os vivos, para junto d'Ele para que eles estejam com Ele para sempre (1Ts 4,15-17).

SÍNTESE

A ressurreição de Jesus Cristo é um ato do Deus Trino. Decorreu sem testemunhas oculares; no entanto, o Ressuscitado foi visto por muitas testemunhas. A Sua ressurreição não é apenas uma fantasia desejada, nem tão pouco é expressão de uma racionalidade mitológica: ela ocorreu na realidade. (3.4.11)

Através da ressurreição de Jesus, o crente obtém uma esperança justificada de alcançar a vida eterna: é o momento em que é criada a possibilidade de anular a morte fundamentada no pecado original de Adão e a separação do Homem em relação a Deus daí resultante. (3.4.11.1)

A crença na ressurreição da primícia, Cristo, dos mortos representa o fundamento da crença na ressurreição dos mortos em Cristo e na transformação dos vivos no momento da Sua revinda: (3.4.11.1)

O Senhor Ressuscitado mostrou-se às discípulas e aos discípulos; o Novo Testamento aborda múltiplas vezes encontros com o Ressuscitado. Foi este o testemunho da ressurreição de Cristo que os apóstolos levaram consigo para o mundo inteiro. (3.4.11.2)

Depois da ressurreição, o corpo glorificado de Jesus foi tirado da efemeridade e mortalidade da carne; não ficando ligado ao espaço nem ao tempo. (3.4.11.3)

Quarenta dias após a Sua ressurreição, Jesus Cristo ascendeu do círculo dos Seus apóstolos para junto de Deus, Seu Pai, ao céu. A natureza humana do Senhor passa definitivamente para a glória divina. (3.4.12)

Contrariamente ao acontecimento da ressurreição, o qual não teve testemunhas oculares, os apóstolos presenciaram pessoalmente a Ascensão de Cristo. Foi quando lhes foi prometida a revinda de Cristo. (3.4.12)

3.4.13 Jesus Cristo como cabeça da Igreja

Jesus Cristo regressou para junto do Pai. Mas, mesmo depois da Sua ascensão, Ele está presente na Terra, no Espírito Santo. Ele, a quem foi dado todo o poder, tanto no céu como na terra, cumpre, assim, a Sua promessa: «e eis que estou convosco todos os dias, até à consumação do século» (Mt 28,20). O Espírito Santo glorifica Cristo (Jo 16,14) e dá testemunho da Sua presença na Igreja.

De vez em quando, o apóstolo Paulo usa a imagem do «corpo de Cristo» quando se refere à Igreja. Num hino, um cântico de louvor a Deus, Cristo é por ele designado como «cabeça do corpo da igreja» (Cl 1,18).

A Igreja do Senhor tem muitos membros e um só corpo «pois todos nós fomos baptizados em um Espírito, formando um corpo» (1Cor 12,13). Este simbolismo mostra claramente que a Igreja do Senhor não é uma instituição nem uma organização. A Igreja do Senhor é antes o somatório de todos os seus membros – é um organismo vivo, dirigido por Cristo, a cabeça. É uma dádiva de Deus e está fora do acesso do homem (*vide* 6).

3.4.14 Jesus Cristo como cabeça da criação

De acordo com Efésios 1,20-23*, Cristo está colocado sobre tudo, como cabeça, «muito acima de todo o Poder, Principado, Autoridade, Potestade e Dominação e de qualquer outro nome que seja nomeado, não só neste mundo, mas também no que há-de vir.» Enquanto "Logos" (*vide* 3.4.2), Cristo é primogénito de toda a criação: «[...] nele foram criadas todas as coisas que há, nos céus e na terra, visíveis e invisíveis, [...]; tudo foi criado por ele e para ele» (Cl 1,16). Foi através d'Ele que Deus fez o mundo (Heb 1,2). Enquanto cabeça da criação, Cristo conduz o Homem concupiscente para fora «da servidão da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus» (Rm 8,19-22). Isso

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

também se refletirá na criatura e se concretizará na nova criação: «...e não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor; porque já as primeiras coisas são passadas» (Ap 21,4).

SÍNTESE

Mas, mesmo depois da Sua ascensão, Jesus Cristo continua presente na terra através do Espírito Santo. (3.4.13)

O Novo Testamento usa a imagem metafórica do "corpo de Cristo". Isso mostra que a comunidade de Jesus Cristo não é uma instituição ou organização, mas antes um organismo vivo, dirigido por Cristo, que é a cabeça desse corpo. (3.4.13)

Enquanto "Verbo", o Filho de Deus é o Primogénito de toda a criação. Através d'Ele, Deus criou o mundo. (3.4.14)

3.4.15 Promessa da revinda de Jesus Cristo

A promessa da revinda de Jesus Cristo é um elemento central da proclamação neotestamentária. Termos como "dia do Senhor", "dia de Cristo", "futuro do nosso Senhor", "manifestação da glória de Cristo", "aparição", "revinda do Senhor" descrevem todos o mesmo acontecimento: Cristo voltará e levará os Seus de entre os mortos e os vivos. Este acontecimento não é o Juízo Final, mas antes o ato através do qual a esposa de Cristo é levada para as bodas do Cordeiro (Ap 19,7).

São muitos os testemunhos bíblicos referentes à promessa da revinda de Cristo, que se encontram ao longo de todo o Novo Testamento:

- Primeiro, é o próprio Senhor, quando disse aos Seus apóstolos: «E, se eu for, e vos preparar lugar, virei outra vez, e vos levarei para mim mesmo, para que, onde eu estiver, estejais vós, também» (Jo 14,3). E advertiu os Seus discípulos para serem vigilantes e estarem preparados: «Portanto, estai vós, também, apercebidos; porque virá o Filho do homem à hora que

não imaginais» (Lc 12,40). Nas parábolas da vinda do Filho do homem (*vide* 3.4.8.6) é dada ênfase ao facto de o dia de Cristo vir de repente e provocar uma separação: alguns serão aceites, outros ficarão para trás.

- Outra ocorrência é a dos anjos, que, no dia da ascensão de Jesus, prometeram aos apóstolos a Sua revinda (Act 1,11).
- E nas epístolas dos apóstolos fica sublinhada a revinda de Cristo. Alguns exemplos: a 1ª de João 3,2 descreve, em poucas palavras, o futuro grandioso dos filhos de Deus, que, no momento da completação, serão semelhantes ao Senhor. O apóstolo Tiago exorta os crentes a serem pacientes até o Senhor vir «porque já a vinda do Senhor está próxima» (Tg 5,8). O autor da Epístola Aos Hebreus também pede paciência: «Porque, ainda um pouquinho de tempo, e o que há-de vir virá, e não tardará» (Heb 10,37). Quando Cristo vier pela segunda vez, Ele aparecerá «aos que o esperam para salvação» (Heb 9,28).
- A segunda epístola de Pedro é dirigida a todos aqueles que negam o cumprimento da promessa da revinda de Cristo. E também exclui a eventualidade de um atraso no cumprimento desta promessa (2Pe 3,9).
- O apóstolo Paulo confirma a promessa da revinda de Cristo e retoma este acontecimento repetidas vezes nas cartas que escreve, fazendo aí afirmações concretas sobre a ressurreição dos mortos em Cristo e sobre a transformação dos vivos no dia do Senhor (1Ts 4,13-18). Esse dia virá «como um ladrão de noite» (1Ts 5,2). E na primeira epístola aos Coríntios, o apóstolo termina a carta com uma saudação: «Maranata» (1Cor 16,22) – "o Senhor vem".
- No Apocalipse de João é novamente o Filho de Deus que mostra o que acontecerá em breve (Ap 1,1). A exclamação «Certamente cedo venho» é a mensagem central do Apocalipse. E o Espírito e a Esposa respondem: «Ámen. Ora vem, Senhor Jesus!» (Ap 22,12.20).

Os textos bíblicos acima citados falam da revinda de Cristo como sendo um acontecimento prestes a surgir e que virá com toda a certeza, que trará salvação e comunhão em e com Cristo e que, por isso mesmo, dará consolação nas tristezas e aflições (Rm 8,17.18). Assim sendo, a promessa da revinda de Cristo é uma feliz mensagem para toda a humanidade. Aqueles que aceita-

ram Cristo, que trazem dentro si o Seu espírito e a Sua vida, e que, apesar da sua propensão para o pecado, se mantêm firmes na palavra: «que é Cristo em vós, esperança da glória» (Cl 1,27), esses são aqueles que vivenciarão em si o cumprimento da promessa.

SÍNTESE

A promessa da revinda de Cristo é um elemento central da proclamação neo-testamentária. Esta revinda de Cristo não está associada ao Juízo Final. É antes o momento em que Cristo levará consigo aqueles que trazem dentro de si o Seu espírito e a Sua vida, tanto de entre os mortos como de entre os vivos. (3.4.15)

Testemunhos relacionados com a revinda de Cristo encontram-se em todo o Novo Testamento. Todas as ocorrências falam dela como de um acontecimento que está prestes a ocorrer e que virá seguramente. (3.4.15)

3.5 Deus, o Espírito Santo

A Escritura Sagrada fala com frequência do Espírito Santo, do Espírito de Deus. Ela prova que o reconhecimento de Deus só pode ser alcançado através do Espírito de Deus: «Assim, [...] ninguém sabe as coisas de Deus, senão o Espírito de Deus» (1Cor 2,11). O apóstolo Paulo estabelece uma relação incondicional entre o reconhecimento de que Jesus é o Senhor e o Espírito Santo: «ninguém pode dizer que Jesus é o Senhor, senão pelo Espírito Santo» (1Cor 12,3).

No terceiro artigo de fé, é confessado: «Creio no Espírito Santo». Esta afirmação corresponde à redação do «Credo dos Apóstolos» (*vide* 2.2.1). A redação do Credo Niceno-Constantinopolitano é bastante mais vasta: «Creio no Espírito Santo, Senhor que dá a vida, e procede do Pai e do Filho; e com o Pai e o Filho é adorado e glorificado: Ele que falou pelos Profetas.»

O Espírito Santo é verdadeiro Deus. Parte do Pai e do Filho e vive eternamente em comunhão com eles. Ele participa na criação (*vide* 3.3.1) e na história de salvação. O Espírito Santo é uma pessoa divina (*vide* 3.1.1) que é adorada e glorificada juntamente com o Pai e o Filho, como Senhor.

Na Escritura Sagrada, o Espírito Santo também é designado de «Espírito de Deus» (Gn 1,2; Rm 15,19 e outros), «Espírito do Senhor» (1Sm 16,13; 2Cor 3,17 e outros), «Espírito de verdade» (Jo 16,13), «Espírito de [Jesus] Cristo» (Rm 8,9; Fl 1,19), «Espírito de seu filho» (Gl 4,6) e «Espírito da glória de Deus» (1Pe 4,14).

O Novo Testamento fala do Espírito Santo como Consolador para sempre (Jo 14,16), e também como "força", "virtude" e "dom" (Act 1,8; 2,38). Esta força de Deus é prometida e enviada pelo Pai e pelo Filho. No ato do Santo Sela-mento, que juntamente com o Santo Batismo com Água traz a regeneração de água e espírito, o Espírito Santo é transmitido como força e dom, adquirindo o crente, assim, a filiação divina.

3.5.1 O Espírito Santo como pessoa divina

Desde o início, Deus sempre se manifestou ao Homem (*vide* 1.1). Já na criação, Deus fala e age como pessoa. A personificação faz parte da natureza de Deus (*vide* 3.2.4) e manifesta-se no Pai, no Filho e no Espírito Santo. Como o Pai e o Filho, assim também o Espírito Santo é orador e regente, abordado e adorado; também Ele é «Senhor» (2Cor 3,17).

Ao Espírito Santo é atribuída uma majestade divina. Da indicação do apóstolo Pedro em Actos 5,3.4, deduz-se o seguinte: quem mente ao Espírito Santo, mente a Deus. Que o Espírito Santo é uma pessoa, percebe-se pelo facto de ele enviar homens para proclamarem o Evangelho (Act 13,4), de comunicar com o espírito do Homem (Rm 8,16) e de representar o orador diante Deus (Rm 8,26).

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

A atuação do Espírito Santo evidencia-se nas situações seguintes:

- na encarnação de Jesus Cristo,
- nas manifestações divinas do passado e do presente,
- no envio e na atuação dos apóstolos,
- nos sacramentos,
- na palavra da pregação, especialmente no sentido de manter viva a promessa da revinda de Jesus Cristo.

3.5.1.1 O Espírito Santo na unicidade com o Pai e o Filho

O Credo Niceno-Constantinopolitano (*vide* 2.2.2) exprime que o Espírito Santo parte do Pai e do Filho. Pai e Filho são ambos enviados do Espírito Santo, segundo as palavras de Jesus: «Mas, quando vier o Consolador, que eu da parte do Pai vos hei-de enviar, aquele Espírito de verdade, que procede do Pai, ele testificará de mim» (Jo 15,26). O Espírito Santo parte do Pai (Jo 14,26) e é enviado pelo Filho, ou seja, também parte d'Ele (Jo 16,7). Assim sendo, o Espírito Santo tanto é o espírito do Pai como também é o espírito do Filho. Estas palavras de Jesus também o expressam: «Ele [o Espírito Santo] me glorificará, porque há-de receber do que é meu, e vo-lo há-de anunciar. Tudo quanto o Pai tem é meu» (Jo 16,14.15).

Assim sendo, só se consegue compreender o que é o Espírito Santo, olhando para a unicidade das naturezas do Pai e do Filho. Tal como o Pai e o Filho, o Espírito Santo é "Deus verdadeiro de Deus verdadeiro". Ele não foi criado e faz parte do ser do Pai e do Filho e atua, tal como eles, eternamente.

3.5.1.2 O Espírito Santo e a encarnação do Filho de Deus

Um acontecimento central da história de salvação é a personificação de Deus em Jesus Cristo. A virgem Maria engravidou do Espírito Santo (Mt 1,18; Lc 1,35). A afirmação bíblica é retomada na profissão de fé nova-apostólica:

"Creio em Jesus Cristo, [...] o qual foi concebido pelo Espírito Santo, e nasceu da virgem Maria".

É igualmente o Espírito Santo que é testemunho do envio do Filho. A autoridade divina do Filho de Deus encarnado é evidenciada pela descida do espírito durante o batismo de Jesus no rio Jordão (Mt 3,16.17; Jo 1,32-34). Nesse ato, Jesus, na Sua forma humana, recebe a unção com o Espírito Santo através da qual Deus confirma Jesus como o Messias, o "Ungido". Em casa de Cornélio, o apóstolo Pedro ensinou: «Esta palavra, vós bem sabeis, veio por toda a Judeia, começando pela Galileia, depois do baptismo que João pregou. Como Deus ungiu Jesus de Nazaré com o Espírito Santo e com virtude» (Act 10,37-38). O facto de o Espírito Santo estar permanentemente presente no Filho de Deus encarnado é testemunhado nos Evangelhos (Lc 4,1.14.18.21 e outros).

SÍNTESE

A Escritura Sagrada prova que o reconhecimento de Deus só pode ser alcançado através do Espírito de Deus. (3.5)

O Espírito Santo é verdadeiro Deus. Parte do Pai e do Filho e vive eternamente em comunhão com eles. O Espírito Santo é uma pessoa divina que é adorada e glorificada juntamente com o Pai e o Filho, como Senhor. (3.5)

O Novo Testamento também fala d'Ele como "Consolador" e "Sustentador", "Força" e "Dádiva de Deus". No ato do Santo Selamento, o Espírito Santo é administrado como força e dádiva. (3.5)

A personificação faz parte da natureza de Deus e manifesta-se no Pai, no Filho e no Espírito Santo. (3.5.1)

O Espírito Santo parte do Pai e do Filho. Tal como o Pai e o Filho, o Espírito Santo é Deus verdadeiro de Deus verdadeiro. Ele não foi criado e faz parte do ser do Pai e do Filho e atua, tal como eles, eternamente. (3.5.1.1)

A encarnação de Deus em Jesus Cristo foi originada pelo Espírito Santo, porque a virgem Maria engravidou através d'Ele. O Espírito Santo deu testemunho do envio do Filho quando Jesus foi batizado no rio Jordão. Foi nesse ato

que se efetuou em Jesus, na Sua natureza humana, a unção com o Espírito Santo. Foi assim que Deus confirmou que Jesus era o Messias, o "Ungido". (3.5.1.2)

3.5.2 O Espírito Santo como força – o dom do Espírito Santo

O termo grego "pneuma", que normalmente é traduzido com "espírito", também tem, como o termo hebraico "ruach" e o termo latim "spiritus", outros significados, entre eles "vento, fôlego, espírito de vida". O texto bíblico de Génesis 2,7 fala do espírito como «fôlego da vida» vindo de Deus. É ele que traz a vida em si, provando ser uma força divina vital.

No decorrer da história de salvação, reconhece-se o espírito de Deus como força que arrebatava o ser humano e o torna apto a ser uma ferramenta na mão de Deus. Esta força consegue influenciar, preencher e até renovar o homem (Tt 3,5).

Jesus Cristo agia com a força do espírito e o «poder do Senhor levava-o a realizar curas» (Lc 4,14; Lc 5,17*). Pouco antes da Sua ascensão, o Senhor ressuscitado prometeu aos apóstolos: «Mas ides receber uma força, a do Espírito Santo, que descera sobre vós» (Act 1,8*).

Após o seu discurso no dia de Pentecostes, o apóstolo Pedro prometeu, àqueles que se deixassem batizar, que iriam receber o dom do Espírito Santo (Act 2,38).

Deus oferece este dom no ato da imposição da mão e oração de um apóstolo, tal como o mostra de forma exemplar o acontecimento na Samaria (Act 8,14-17). O crente é preenchido pelo Espírito Santo e, ao mesmo tempo, pelo amor de Deus (Rm 5,5).

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

É preciso distinguir entre o Espírito Santo como um dom dado por Deus e o Espírito Santo como personificação da divindade. O dom do Espírito Santo é transmitido através de Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

3.5.3 Testemunhos da atuação do Espírito Santo na época do Antigo Testamento

Devido à natureza eterna do Espírito Santo na unicidade com o Pai e o Filho, o espírito era e continua a ser eficaz no ato da criação e na história de salvação. Por assim ser, a Escritura Sagrada dá testemunho, em muitos dos seus textos, da atuação do espírito na época veterotestamentária, embora nessa época ainda não existisse a percepção da natureza trinitária de Deus e não houvesse, ainda, a transmissão do espírito no sentido neotestamentário. Na época da Antiga Aliança, foram proferidas promessas através do Espírito Santo relativamente à vinda do Messias e à edificação da Nova Aliança.

3.5.3.1 O Espírito de Deus

«E a terra era sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo; e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas» (Gn 1,2). Este texto bíblico mostra que o Deus Trino, isto é, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, atua com poder criador (cf. Gn 1,26).

Quando o Antigo Testamento fala do "espírito de Deus", é do Espírito Santo que se trata. Ainda não é evidenciado na sua personalidade própria, apenas é descrito como força impressionante e criadora de vida.

Os exemplos da atuação do espírito de Deus são-nos transmitidos, da época de Moisés (Ex 31,3; Nm 11,25-29) e da época dos juízes em Israel (Jz 3,10; 6,34; 11,29; 13,25), que, tomados pelo espírito de Deus, conduziram o povo do Senhor, cheios de coragem e força, para o combate contra os seus inimigos.

Também os reis do povo de Israel foram preenchidos pelo espírito de Deus. Exemplos são Saúl (1Sm 10,6) e David (1Sm 16,13). Mais tarde, Jesus Cristo mencionou a atuação do Espírito Santo através do rei David, quando disse: «O próprio David disse, pelo Espírito Santo: O Senhor disse ao meu Senhor: Assenta-te à minha direita, até que eu ponha os teus inimigos por escabelo dos teus pés» (Mc 12,36). Tanto aqui, como também noutros textos bíblicos do Novo Testamento (Act 1,16; 4,25 e outros), é notório que já David se referia a Jesus Cristo, inspirado pelo Espírito Santo.

Na época veterotestamentária, o Espírito Santo só preenchia o ser humano temporariamente e não - como na Nova Aliança - a título permanente, em forma de dom sacramental (1Sm 16,14; Sl 51,11).

3.5.3.2 Atuação do Espírito Santo nos livros proféticos veterotestamentários

Tanto o Antigo como o Novo Testamento comprovam que o Espírito Santo atuou nos profetas e que falou através deles (Ez 11,5; Mq 3,8; Zc 7,12; Act 28,25). No Novo Testamento, dá-se especial ênfase ao facto de os profetas terem anunciado a vinda de Jesus Cristo: «Mas Deus assim cumpriu o que já dantes, pela boca de todos os seus profetas, havia anunciado, que o Cristo havia de padecer» (Act 3,18).

SÍNTESE

Jesus Cristo atuou na força do espírito. Antes da Sua ascensão, Ele prometeu aos apóstolos, que a força do Espírito Santo viria sobre eles. (3.5.2)

O dom do Espírito Santo é oferecido por Deus através da imposição das mãos e da oração de um apóstolo. É preciso distinguir entre o Espírito Santo como um dom dado por Deus e o Espírito Santo como personificação da divindade. (3.5.2)

Na época veterotestamentária, o Espírito Santo só preenchia o Homem temporariamente e não, como na Nova Aliança, de forma permanente, como dádiva sacramental. (3.5.3)

Exemplos da atuação do Espírito Santo são dados no tempo de Moisés, dos Juízes e Reis em Israel; o Espírito Santo também atuou nos profetas. (3.5.3.1; 3.5.3.2)

3.5.4 Promessa do Espírito Santo por Jesus Cristo

Jesus Cristo anunciou aos Seus apóstolos, antes de voltar para junto do Pai, que o Espírito Santo viria como "consolador" e "espírito da verdade". E também prometeu o Espírito Santo, como sustentador divino e como força vinda do alto, que seria dado aos Seus.

Jesus também frisou que a Sua partida deste mundo seria a condição prévia para a vinda do Espírito Santo como consolador (Jo 16,7). E a transmissão do Espírito Santo como dom também só ocorreu depois de Cristo ter sido glorificado através da Sua morte, da Sua ressurreição e do Seu regresso para junto do Pai (Jo 7,39).

3.5.4.1 O Consolador

Jesus Cristo é conselheiro e defensor dos Seus (Mt 28,20; 1Jo 2,1). Nos discursos de despedida, antes de ser preso e crucificado, Ele prometeu mais um consolador, o "Paracleto" (derivado do termo grego "parakletos": "sustentador", "advogado", "ajudante" ou "consolador"): «E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, para que fique convosco para sempre [...] Mas, aquele Consolador, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as coisas, e vos fará lembrar de tudo quanto vos tenho dito» (Jo 14,16.26). O Espírito Santo é esse "outro" consolador e sustentador que

permanece na comunidade. É Ele que dá testemunho de Jesus Cristo e O glorifica (Jo 16,14).

Desde a Ascensão do Senhor e do derramamento do Espírito Santo, no Pentecostes, é Ele que mantém vivo o Evangelho entre os seguidores de Cristo e quem os conforta (Mt 10,19.20).

3.5.4.2 O Espírito da verdade

Jesus Cristo também designou o Espírito Santo de «Espírito da verdade» (Jo 15,26). Este espírito evidencia o que é do agrado de Deus e o que é contrário à vontade de Deus: «E, quando ele vier, convencerá o mundo do pecado, e da justiça e do juízo» (Jo 16,8). O Espírito Santo identifica claramente a verdade e a mentira (Act 13,9-10).

Durante a Sua atuação na Terra, o Senhor ainda não foi exaustivo nas Suas explicações sobre a verdade e o decorrer da história da salvação, mas deu indicações relativas às manifestações futuras do Espírito Santo: «Ainda tenho muito que vos dizer, mas vós não o podeis suportar agora. Mas, quando vier aquele Espírito de verdade, ele vos guiará em toda a verdade; porque não falará de si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido, e vos anunciará o que há-de vir» (Jo 16,12.13). E é desta forma que o Espírito Santo também atua no presente (*vide* 1.3).

Tudo o que o espírito da verdade manifesta está relacionado com o ser e a obra de Cristo. Ele dá testemunho da regência do Filho de Deus (1Cor 12,3). Ele confessa que Jesus Cristo «veio em carne» (1Jo 4,2) e transmite o conhecimento de que Jesus veio como Filho, partindo do Pai, e de que vai regressar.

3.5.4.3 A força vinda do alto

Antes da Sua ascensão, o Senhor ressuscitado prometeu aos Seus apóstolos: «E eis que sobre vós envio a promessa do meu Pai: Ficai, porém, na cidade de Jerusalém, até que do alto sejais revestidos de poder» (Lc 24,49). Estava a

anunciar o derramamento do Espírito Santo, tal como já tinha sido anunciado por Deus, o Pai, através do profeta Joel (Jl 2,28.29). Em Pentecostes, a promessa cumpriu-se; foi, ao mesmo tempo, o início da atuação dos apóstolos em público.

A locução "força vinda do alto" (em grego: "dynamis" = "força") dá a noção do efeito preenchedor, propulsor e tonificante da atuação do Espírito e remete para uma intervenção poderosa por parte de Deus. Tal como o Pai e o Filho se manifestam dentro do mundo histórico, a automanifestação de Deus ocorre no Espírito Santo, no Pentecostes, como acontecimento pertencente à história de salvação. O Espírito Santo fortifica a Igreja de Cristo no seu esforço de tentar viver segundo o agrado de Deus, preparando-se, assim, para a revinda de Cristo.

SÍNTESE

Jesus Cristo, Sustentador e Advogado dos Seus discípulos, prometeu mais um Consolador. É ele que dá testemunho d'Ele e O glorifica, é ele que mantém o Evangelho vivo entre os seguidores de Cristo e é ele que apoia a comunidade. (3.5.4; 3.5.4.1)

Jesus Cristo também deu ao Espírito Santo o nome "Espírito da verdade". O Espírito Santo define a verdade e a mentira. (3.5.4.2)

Jesus remeteu para manifestações futuras do Espírito Santo. Todas elas estão relacionadas com a natureza de Cristo e a Sua obra. (3.5.4.2)

A locução "força vinda do alto" (ou "poder do alto") remete para a intervenção poderosa de Deus na atuação do Espírito Santo. (3.5.4.3)

A automanifestação de Deus no Espírito Santo ocorreu no Pentecostes. Foi, ao mesmo tempo, o início da atuação dos apóstolos em público. (3.5.4.3)

3.5.5 Espírito Santo e Igreja

As cartas neotestamentárias exprimem que o Espírito Santo estava presente nas igrejas cristãs primitivas. Jesus Cristo prometeu e enviou o Espírito Santo como sustentador e consolador aos Seus discípulos. A Igreja é designada como "casa de Deus", "morada de Deus" ou "templo de Deus" (1Tm 3,15; Ef 2,22; 2Cor 6,16).

Na Antiga Aliança, o templo é a habitação de Deus entre o Seu povo (1Rs 8,13). Esta imagem é retomada no Novo Testamento e usada para exemplificar a presença permanente de Deus e, por conseguinte, também a presença do Espírito Santo na Igreja. Os crentes devem ser edificadas «como pedras vivas» e «casa espiritual» (1Pe 2,5).

3.5.5.1 Derramamento do Espírito Santo no Pentecostes

O derramamento do Espírito Santo no Pentecostes manifesta que Deus é trino: Pai, Filho e Espírito Santo (*vide* 3.1.1). O Espírito Santo enviado pelo Pai e pelo Filho preencheu os apóstolos e todos aqueles que estavam com eles.

É aqui que a Igreja de Cristo (*vide* 6.4.2) se torna experienciável no plano histórico. Este acontecimento mostra que o Espírito Santo é uma condição prévia para a Igreja: a Igreja e o Espírito Santo pertencem um ao outro.

Nas igrejas dirigidas pelos apóstolos, o Espírito Santo está permanentemente presente, nelas existe vida divina, que se evidencia na atuação e na palavra dos apóstolos e que também se deve evidenciar nas palavras e nos atos de cada um dos crentes (Rm 8,14).

Ao receber o dom do Espírito Santo, o Homem torna-se filho de Deus e entra na comunhão com o Trino. Para aqueles que serão arrebatados para junto do Senhor, esta comunhão culminará na plenitude quando Cristo regressar.

3.5.5.2 Atuação do Espírito Santo nos sacramentos

A força transmissora de salvação contida nos sacramentos deve-se ao facto de todas as três pessoas divinas intervirem neste ato.

Assim sendo, no ato do Santo Batismo com Água, o Espírito Santo também é uma das forças atuantes: Deus – Pai, Filho e Espírito Santo – conduz o batizado para fora do seu estado de afastamento de Deus (*vide* 8.1).

A consagração de pão e vinho para a Santa Ceia só é possível porque o Espírito Santo intervém neste ato. Assim sendo, a força do Espírito Santo gera uma realidade divina através de palavras humanas. Uma Santa Ceia plenamente válida, ou seja, a verdadeira presença do corpo e do sangue de Cristo, verifica-se quando é suportada pela força do Espírito Santo e quando a consagração dos elementos da Santa Ceia é realizada com base nos poderes concedidos pelos apóstolos (*vide* 8.2.12).

A mediação do dom do Espírito Santo através de um apóstolo ocorre no sacramento do Santo Selamento, o batismo com o Espírito. Neste ato, são dados ao Homem a força de Deus, a vida de Deus e o amor de Deus. Na regeneração por água e espírito, o Espírito Santo faz do Homem habitação de Deus (Rm 8,9).

3.5.5.3 Atuação do Espírito Santo no ministério de apóstolo

Os apóstolos exercem o seu ministério com a força do Espírito Santo. A atuação do Espírito Santo confere aos seus atos uma autoridade especial. Isso evidencia-se na administração e mediação correta dos sacramentos, na proclamação correta do Evangelho com base na Escritura Sagrada, no manter viva a promessa da revinda de Cristo e, através disso, na preparação da Sua Igreja-noiva para a Sua revinda. Através dos apóstolos da atualidade, o Espírito Santo atua com a mesma plenitude que na época dos primeiros apóstolos.

SÍNTESE

O Espírito Santo estava presente na igreja cristã primitiva. A Igreja é intitulada "casa de Deus", "morada de Deus" ou "templo de Deus". Isso evidencia a presença do Espírito Santo dentro da Igreja. (3.5.5)

O Espírito Santo é um pré-requisito necessário para a Igreja: a Igreja e o Espírito Santo pertencem um ao outro. (3.5.5.1)

A mediação do Espírito Santo através dos apóstolos ocorre no sacramento do Santo Selamento, o batismo com o Espírito. Nos sacramentos do Santo Batismo com Água e da Santa Ceia, a força que atua também é a do Espírito Santo. (3.5.5.2)

Os apóstolos exercem o seu ministério com a força do Espírito Santo. (3.5.5.3)

Parte IV

O Homem carente de salvação



4 O Homem carente de salvação

O Homem caído em pecado carece da redenção do Mal.

4.1 O Mal – as potestades antdivinas

A origem do Mal dentro da ordem da criação divina não pode ser abrangida nem explicada racionalmente. Paulo fala do Mal como sendo um mistério (2Ts 2,7). O Mal nem sempre é inequivocamente identificável. Por vezes, transfigura-se, fazendo-se passar por algo de bom ou divino (2Cor 11,14). O que é realmente o Mal, qual o seu poder, a sua força e quais os efeitos que produz, é algo que só se percebe face à fé no Evangelho.

Só Deus é totalmente bom. Segundo a palavra de Deus, a criação visível e invisível começa por ser boa (Gn 1,1-31), o que indica que o Mal não tem a sua origem nesse momento. Não foi Deus quem criou o Mal na sua essência. Como tal, não faz parte daquilo que foi criado ativamente, apenas foi permitido.

Quando Deus cria o Homem, Ele fá-lo à Sua imagem e semelhança (Gn 1,26ss). Isso inclui o facto de o Homem estar provido de livre arbítrio. Ele tem a capacidade de tomar decisões, optando pela obediência ou pela desobediência a Deus (Gn 2,16.17; 3,1-7). É aí que o Mal tem a sua origem. Ele surge logo que o Homem opta, de forma consciente e intencional, por se opor ao Bem, distanciando-se de Deus e da Sua vontade. Assim sendo, o mal do Homem não é algo criado por Deus. Inicialmente, não passa de uma possibilidade pela qual o Homem optou no momento em que transgrediu o mandamento divino. Deus nunca quis nem criou o Mal, mas permitiu que pudesse existir, não impedindo que o Homem tivesse a capacidade de optar.

Desde a queda do Homem, tanto a humanidade como toda a criação são afetados pelo Mal (Rm 8,18-22).

O Mal começa a desenvolver-se quando a criatura se opõe ao Criador. Como consequência da desobediência, materializada no pecado original, o Mal vai ganhando terreno e conduz ao afastamento de Deus, à separação de Deus e, por fim, à asebeia (impiedade).

4.1.1 O Mal como força antidivina

O Mal é uma força que tem a sua origem na vontade de ser independente de Deus e do "querer-ser-como-Deus". Ele modifica totalmente aquele que se entregar a ele: o anjo transforma-se em demónio, o Homem em pecador.

A força do Mal evidencia-se repetidas vezes dentro da história da humanidade. Depois da queda de Adão e Eva, por exemplo, encontramos no Antigo Testamento relatos sobre o fratricídio de Caim, a asebeia existente na época de Noé, a opressão do povo de Israel pelos egípcios.

O Mal é uma força destruidora que se opõe à criação de Deus. Ele tem muitas facetas diferentes; é engano e desagregação, é mentira, inveja e ganância, procura destruir e traz a morte.

Devido à propensão para o pecado (concupiscência), desde a queda do Homem nenhum ser humano – exceto o Filho de Deus encarnado – consegue levar uma vida sem pecado. No entanto, ninguém fica à mercê do Mal sem que o queira, pois tem a sua vontade própria. Por isso mesmo, o indivíduo não pode alegar não ter responsabilidade pessoal pelos seus pecados.

4.1.2 O Mal como pessoa

O Mal não surge apenas como força, também aparece como pessoa. A Escritura Sagrada designa o Mal personificado na figura do «diabo» (Mt 4,1), «Satanás» ou «Espírito impuro» (Jb 1,6ss; Mc 1,13.23).

Na 2ª de Pedro 2,4 e em Judas 6 fala-se de anjos que caíram no pecado. Estes seres espirituais entregaram-se ao Maligno e, como tal, eles próprios se tornaram maus. O «diabo peca desde o princípio» (1Jo 3,8), ele é «homicida desde o princípio» é «mentiroso, e pai da mentira» (Jo 8,44). A pergunta da serpente, dirigida a Adão e Eva, lança nos seus espíritos dúvidas em relação a Deus e faz com que se rebelem contra Ele: «Certamente, não morrereis. Porque Deus sabe que, no dia em que dele comerdes, se abrirão os vossos olhos, e sereis como Deus, sabendo o bem e o mal» (Gn 3,4.5).

Uma das formas assumidas pelo Maligno é o anticristo. É a ele que Jesus Cristo se refere quando fala de «falsos cristos, e falsos profetas» (Mc 13,22). As designações «homem do pecado» ou «filho da perdição» remetem para o anticristo (2Ts 2,3.4).

Satanás não é capaz de impedir o plano de salvação de Deus – antes pelo contrário: foi para isso que o Filho de Deus se manifestou, «para desfazer as obras do diabo» (1Jo 3,8). O poder do diabo e do seu séquito é limitado e já foi vencido pela morte sacrificial de Jesus Cristo. A Jesus Cristo é dado «todo o poder, no céu e na terra» (Mt 28,18); ou seja, Ele também tem poder sobre os espíritos malignos.

Segundo Apocalipse 12, o Maligno – personificado como Satanás, diabo, dragão ou serpente – foi expulso do céu e lançado na terra. Uma última oportunidade de realizar o que é antidivino ser-lhe-á dada após o reino da paz (Ap 20,7.8). Por fim, o desterro definitivo do Mal, para o «lago de fogo e enxofre», é descrito em Apocalipse 20,10. Na nova criação, na qual Deus será «tudo, em todos» (1Cor 15,28), o Mal não terá lugar para existir.

SÍNTESE

A origem do Mal não pode ser abrangida nem explicada racionalmente. O que é realmente o Mal, só se torna claro através da crença no Evangelho. (4.1)

No início, a criação invisível e a criação visível são muito boas; o Mal em si não foi criado por Deus, foi consentido. A existência do Mal é viabilizada pela possibilidade de poder optar pela obediência ou pela desobediência a Deus. (4.1)

O Mal começa a desenvolver-se quando a criatura se opõe ao Criador. Isso leva ao afastamento de Deus, à separação de Deus e, por fim, à asebeia. (4.1)

O Mal é uma força destruidora que tem a sua origem na vontade de ser independente de Deus. Modifica qualquer pessoa que se entregue a ele. O Homem torna-se pecador. (4.1.1)

Devido à concupiscência, nenhum ser humano, exceto o Filho de Deus encarnado, consegue levar uma vida imaculada. No entanto, ninguém fica à mercê do Mal sem que o queira, pois tem a sua vontade própria. Ninguém pode fugir à responsabilidade pessoal pelos seus pecados. (4.1.1)

O Mal não surge apenas como força, mas aparece também como pessoa e é designado por nomes como "Diabo", "Satanás" ou "Espírito impuro" (Demônio). (4.1.2)

4.2 O pecado original

A doutrina do pecado e da necessidade de ser remido do Homem tem o seu fundamento na Escritura Sagrada, no relato sobre a queda do Homem (*vide também* 3.3.3): «E ordenou o Senhor Deus ao homem, dizendo: [...] Mas da árvore da ciência do bem e do mal, dela não comerás; porque, no dia que dela comeres, certamente morrerás» (Gn 2,16.17). – «E vendo a mulher que aquela árvore era boa para se comer, e agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento, tomou do seu fruto, e comeu, e deu, também, a seu marido, e ele comeu com ela» (Gn 3,6).

4.2.1 Consequências do pecado original para o Homem

Como consequência do pecado original, o Homem é expulso do jardim do Éden (Gn 3,23.24).

Tendo-se o Homem, inicialmente, afastado de Deus pelos seus atos, agora entra numa nova dimensão: a separação de Deus (Gn 2,17; Rm 6,23).

4.2.1.1 O Homem caído em pecado

O Homem quer enaltecer-se, ser superior ao Seu Criador. Isso destrói a relação perfeita com Deus e acaba por ter efeitos graves sobre a humanidade que perduram até ao presente.

Adão é o símbolo original de todos os pecadores. Tanto no que se refere aos motivos que levaram ao pecado, ao comportamento no estado pecaminoso, como também à insolubilidade da situação após a queda.

O pensamento decisivo antes de ultrapassar o limite definido por Deus está contido na tentação: «[...] e sereis como Deus, sabendo o bem e o mal» (Gn 3,5). Não querer ter nenhum Deus acima de si, mas antes querer também ser (um) Deus, não respeitar mais os mandamentos de Deus, mas agir segundo a sua própria vontade e desejar prazer próprio – estes são os motivos que levam ao comportamento pecaminoso.

O carácter pecaminoso de todos os homens é descrito em Génesis pelo aumento assustador dos pecados da humanidade: Caim revolta-se, contra o conselho e o aviso de Deus, e mata o seu irmão (Gn 4,6-8). À medida que o tempo vai passando, os pecados dos homens vão aumentando e "bradam ao céu" – Deus manda vir um dilúvio (Gn 6,5-7.17). Mas mesmo depois deste ato de justiça, a humanidade continua a assumir uma postura de desobediência e atrevimento para com o seu Criador. Refira-se, como exemplo, os feitos dos construtores da Torre de Babel (Gn 11,1-8), relatados na Bíblia, que Deus faz falhar devido à sua presunção.

O apóstolo Paulo escreve sobre o fenómeno da propensão para o pecado de todos os homens, após a queda, e sobre a morte espiritual que daí resultou: «Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim, também, a morte passou a todos os homens, por isso que todos pecaram» (Rm 5,12).

A queda do Homem trouxe modificações à sua vida, que ele não consegue inverter. O medo separa-o do seu Criador, cuja proximidade ele já não procura, querendo, antes esconder-se d'Ele (Gn 3,8-10). A relação dos homens entre si também sofreu (Gn 3,12), tal como a relação do Homem com a criação. A partir de agora, o Homem terá de sofrer para se manter vivo e no fim da sua vida, tornar-se-á terra, tal como da terra foi criado (Gn 3,16-19).

O Homem fica impossibilitado de retornar ao estado imaculado.

4.2.1.2 O Homem pecaminoso continua a ser amado por Deus

A partir de agora, o Homem caído no pecado terá de colher aquilo que semeou: «... o salário do pecado é a morte» (Rm 6,23). Apesar da sua desobediência e da sua presunção, o Eterno ama as Suas criaturas, preocupa-se com elas e cuida delas. Alguns sinais do cuidado paternal de Deus: Deus faz túnicas de peles para Adão e Eva e veste-os (Gn 3,21), e quando Caim, depois do fratricídio, tem medo da vingança das outras pessoas, Ele marca-o com um sinal que o protege (Gn 4,15).

O amor de Deus, que o Homem continua a receber, mesmo depois da queda, manifesta-se em toda a plenitude no envio do Seu Filho. Jesus Cristo vem e vence o pecado (1Jo 3,8). Foi através d'Ele que o Homem recebeu a salvação dos danos que o pecado provoca (Act 4,12).

Através de uma imagem impressionante, e totalmente contrária à revolta e à presunção do Homem cada vez mais envolto no pecado, o Filho de Deus, na Sua humanidade, deixa um sinal inequívoco de obediência absoluta ao Seu Pai (Fl 2,8). Com a Sua morte sacrificial, Jesus Cristo adquire o mérito através do qual o Homem é remido dos seus pecados e acaba por ser libertado «da

servidão da corrupção» (Rm 8,21). Assim, obtém a possibilidade de viver em comunhão eterna com Deus.

Neste contexto, o apóstolo Paulo é bem explícito: «Pois assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens, para condenação, assim também, por um só acto de justiça, veio a graça sobre todos os homens, para justificação de vida. Porque, como pela desobediência de um só homem, muitos foram feitos pecadores, assim, pela obediência de um, muitos serão feitos justos» (Rm 5,18.19).

Mas a justificação do Homem pecador diante de Deus não lhe cai do céu. Através do sacrifício de Jesus, Deus disse que "sim" ao Homem, não o condena, quer oferecer-lhe a salvação. Cabe ao Homem esforçar-se seriamente em consegui-lo e aceitar o "sim" de Deus. Foi para isso que Deus deu ao ser humano consciência, razão e fé. Se o Homem orientar essas dádivas para Jesus Cristo, ele conseguirá, pela graça de Deus, a justificação resgatada pelo Filho de Deus (Rm 4,25). Isto é, aquilo que o Homem faz não tem qualquer efeito justificador. Aquilo que ele faz, as suas obras, são antes uma expressão necessária e absolutamente natural da sua fé: um sinal de que ele aceita a oferta de salvação de Deus.

SÍNTESE

Através da queda, o pecado original, o Homem é apartado de Deus. A consequência é a sua expulsão do jardim do Éden. Adão é o protótipo ancestral de todos os pecadores. (4.2.1.; 4.2.1.1)

O amor de Deus para com o Homem prevalece, mesmo depois da queda do Homem. Ele manifesta-se, na sua expansão total, no envio de Jesus Cristo, que vence o pecado e a morte. (4.2.1.2)

4.2.1.3 Consciência

A consciência, como um dom que o Homem recebeu da mão de Deus, é descrita na Escritura Sagrada com termos diferentes⁶. No Antigo Testamento, é usado com frequência o termo "coração", no qual se ouve a voz de Deus. Por exemplo, em Deuteronômio 30,14: «Porque esta palavra está mui perto de ti, na tua boca e no teu coração, para a fazeres.» Paulo, por sua vez, mostra que a vontade de Deus não foi colocada apenas no coração dos homens que estavam sob a lei mosaica, mas também no coração dos gentios: «Porque, quando os gentios, que não têm lei, fazem naturalmente as coisas que são da lei, [...] os quais mostram a obra da lei escrita em seus corações, testificando juntamente a sua consciência» (Rm 2,14.15). Ou seja, todos os homens têm no seu interior uma consciência daquilo que Deus quer – todos têm esta consciência.

O Homem pecaminoso está sem orientação; perdeu a segurança e o amparo que a obediência a Deus lhe dava. Aqui, só a instância da consciência pode ajudar a tomar decisões em conformidade com a vontade de Deus. E é bem possível que sejam tomadas decisões erradas, especialmente quando a consciência não é guiada pela razão e pela fé.

Na sua consciência, o Homem que se questiona consegue aperceber-se da vontade de Deus. Assim sendo, a instância da consciência permite dirigir a vontade do indivíduo para o lado do bem. Por isso, o Homem deverá esforçar-se sempre por formar e apurar cada vez mais a sua consciência através da lei que está inscrita no coração de todos os homens.

Na consciência é que se define o que é o Bem e o que é Mal. Se a consciência for controlada pela razão e pela fé, ela ajudará o Homem a agir com sabedoria. Também lhe confere a capacidade de reconhecer, perante Deus e perante o seu próximo, que se tornou culpado, e identifica as situações em que a vontade de Deus foi infringida e as Suas ordens desrespeitadas em pensamentos e atos.

⁶ O termo "consciência" é usado em muitos outros contextos, por exemplo, sociológico, filosófico, psicológico, que agora não serão abordados aqui.

Antes de mais, o Homem deve conhecer-se e reconhecer-se a si próprio e prestar contas à sua própria consciência. Se ela testificar ao Homem que ele pecou, e que acarretou culpa sobre si próprio, e se o pecador se deixar guiar pelo sentimento da penitência e do arrependimento, então Deus oferece-lhe a graça do perdão através do mérito de Cristo. Este é o caminho definido por Deus para a justificação do Homem que caiu em pecado.

Para o Homem, o Santo Batismo com Água torna-se experienciável como dedicação curativa de Deus: «Isto era uma figura do baptismo, que agora vos salva, [...] mas pelo compromisso com Deus de uma consciência honrada, em virtude da ressurreição de Jesus Cristo» (1Pe 3,21*). A palavra de Deus motiva o Homem a continuar pelo caminho rumo à salvação, pelo qual enveredou. Assim se realiza um aguçamento continuado da consciência que contribui para reconhecer a vontade de Deus com uma clarividência cada vez maior.

O experienciar da graça preenche o coração com a paz de Deus; a consciência, que condena o Homem em função dos seus pecados, sossega. João explica-o com estas palavras: «E nisto conhecemos que somos da verdade, e diante dele asseguraremos os nossos corações. Sabendo que, se o nosso coração nos condena, maior é Deus do que os nossos corações, e conhece todas as coisas» (1Jo 3,19.20).

SÍNTESE

A instância da consciência pode ajudar a tomar decisões segundo a vontade de Deus. Na consciência é que se define o que é o Bem e o que é Mal. (4.2.1.3)

Se a consciência for determinada pela razão e pela fé, isso ajuda o Homem a agir sabiamente e permite-lhe reconhecer que ele se tornou culpado diante Deus e o seu próximo. (4.2.1.3)

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

4.2.1.4 Razão

A razão é um dom de Deus, que distingue o Homem de todas as outras criaturas, por ter sido feito à imagem e semelhança de Deus. Isto é-lhe útil, especialmente no que se refere à organização da sua vida e à percepção do seu ambiente.

A razão evidencia-se pelo facto de o Homem pensar e agir usando a sua inteligência e os seus conhecimentos. Ao fazê-lo, ele tem uma responsabilidade perante Deus e perante ele próprio, de forma consciente ou inconsciente (*vide* 4.2.1.3). O Homem é capaz de reconhecer situações e identificar correlações. Ele reconhece-se a si próprio como indivíduo e vê-se a si próprio dentro de uma relação com o mundo. No fundo, a razão é uma dádiva de Deus ao Homem, que o pode instruir para se comportar corretamente: «Eles receberam o uso dos cinco poderes do Senhor; como sexto foi-lhes dada a participação da inteligência, e como sétimo, a razão, intérprete dos seus poderes» (Sir 17,5*).

Logo no princípio, o Homem recebeu de Deus a ordem para "dominar a terra" (Gn 1,28). Com o seu espírito de descoberta, o Homem quer usar e aceder a tudo o que existe na criação. Quando isso acontece respeitando a responsabilidade perante Deus e a criação, o Homem age com razão e sensatez, de acordo com o dom que recebeu de Deus.

Em termos bíblicos, a razão também é designada por "sabedoria". Sendo interpretada no sentido de uma capacidade de reconhecer, ela é correlacionada com a atuação de Deus. «Foi Ele quem me deu a verdadeira ciência das coisas para conhecer a estrutura do universo e a propriedade dos elementos» (Sb 7,17*). Em vez do termo "razão", o apóstolo Paulo também usa a expressão "sabedoria humana". É ela que transmite ao Homem a capacidade de alcançar conhecimentos, através dos quais ele tenta desvendar os segredos divinos (1Cor 1,21). Se o Homem se colocasse acima da ordem divina e, como tal, acima de Deus, ele estaria a desrespeitar a sabedoria divina como se

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

fosse uma loucura, visto que isso significaria que a razão rejeitaria a fé (1Cor 2,1-16). Se assim fosse, o Homem perderia o sentido da sua vida. Desde o iluminismo, esta tendência está bem presente em todas as áreas, especialmente no mundo industrializado. Surge sempre onde o espírito de descoberta do Homem não é subjugado à responsabilidade perante Deus e a criação.

Deste ponto de vista, a razão humana será sempre imperfeita, devido ao pecado. É por isso que, do ponto de vista da fé, uma mentalidade que define a razão como a medida perfeita é desmascarada como sendo uma loucura: «Porque está escrito: Destruirei a sabedoria dos sábios, e aniquilarei a inteligência dos inteligentes. Onde está o sábio? Onde está o escriba? Onde está o inquiridor deste século? Porventura não tornou Deus louca a sabedoria deste mundo?» (1Cor 1,19.20).

Na sua efemeridade, a razão humana não consegue abranger Deus na Sua infinidade. Os Seus atos ultrapassam toda a razão humana. Por isso, o Homem deve estar sempre bem consciente de que com a razão nunca conseguirá abranger, na sua totalidade, o que é divino (Rm 11,33).

Embora a razão não possa ser a medida perfeita de todas as coisas, ela é precisa, por exemplo, para reconhecer as correlações do Evangelho, captar e conseguir entender as palavras e as parábolas da Escritura Sagrada. Também é precisa para confessar a doutrina de Jesus diante dos homens. A razão é um dom divino, mas não é o mais precioso de todos os dons (Fl 4,7). Por isso é que não se pode fazer dela a medida única.

Sempre que a razão tende a erguer-se contra o que é divino, cada indivíduo deve estar ciente de que não está a usar o dom da razão da forma correta, pois está a menosprezar a responsabilidade que tem para com Deus. Através da fé, o Homem sente a responsabilidade de combater tais tendências de altivez: «Destruindo os conselhos, e toda a altivez que se levanta contra o conhecimento de Deus, e levando cativo todo o entendimento à obediência de Cristo» (2Cor 10,5).

SÍNTESE

A razão evidencia-se pelo facto de o Homem pensar e agir usando a sua inteligência e os seus conhecimentos. Ao fazê-lo, ele tem uma responsabilidade perante Deus e perante ele próprio (consciência) e a criação, de forma consciente ou inconsciente. (4.2.1.4)

A razão é uma dádiva de Deus, que pode instruir o Homem para adotar um comportamento correto. (4.2.1.4)

Na sua efemeridade, a razão não consegue abranger Deus na Sua infinidade. Os atos de Deus ultrapassam toda a razão humana. (4.2.1.4)

Embora não se possa considerar a razão como sendo a medida perfeita de todas as coisas, ela é necessária para conseguir entender e confessar as correções do Evangelho. (4.2.1.4)

4.2.1.5 Fé

Nos textos hebraicos do Antigo Testamento não se encontra a palavra "fé". Nos pontos em que hoje se encontra esta palavra em traduções modernas, estavam originalmente termos como "confiança", "fidelidade", "obediência", "fundamento" ou "certeza". Todos estes significados estão englobados no termo "fé". De Hebreus 11,1 consta o seguinte: «Ora, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que não se vêem» (*vide* 1.4).

O princípio da fé está sempre em Deus, que se manifesta por palavras e atos. Enquanto o Homem confiar plenamente em Deus, ele consegue obedecer a Deus. A desobediência faz o Homem pecar e tornar-se culpado perante Deus. Desde então, o Homem tem uma relação conturbada com o seu Criador. Se quiser voltar a ter comunhão com Deus, é indispensável que ele tenha fé (Heb 11,6).

Para os patriarcas da fé na época da Antiga Aliança, a salvação ainda era algo do futuro (Heb 11,39). Quando Deus se manifesta em Jesus Cristo, cum-

prem-se as promessas veterotestamentárias. Assim sendo, a fé adquire uma nova dimensão: agora está direcionada para o Redentor, para Jesus Cristo. Através da fé n'Ele torna-se possível a reconciliação com Deus e entrar na comunhão com Ele.

Esta fé é exigida pelo Filho de Deus: «Credes em Deus, crede, também, em mim» (Jo 14,1). Ele deixa bem claro qual é a consequência da falta de fé: «... porque, se não crerdes que eu sou, morrereis em vossos pecados» (Jo 8,24).

Àqueles que creem em Jesus Cristo como Filho de Deus e que O aceitam, estão prometidas coisas grandiosas: «para que todo aquele que Nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna» (Jo 3,16).

A verdadeira fé cristã está sempre fundamentada na graça de Deus, que elege e se manifesta. A profissão de fé do apóstolo Pedro mostra isso: «Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo!» e também a resposta que Jesus dá é elucidativa: «Bem-aventurado és tu, Simão Barjonas; porque to não revelou a carne e o sangue, mas meu Pai que está nos céus» (Mt 16,16.17). A fé é uma dádiva de Deus e uma tarefa para o Homem. Se o Homem aceitar a palavra de Deus, ele confia nela e age de forma correspondente, e a fé será viva e conduzi-lo-á à salvação.

SÍNTESE

A fé é uma dádiva de Deus e uma tarefa para o Homem. Se o Homem aceitar a palavra de Deus, ele confia nela e age de forma correspondente, e a fé será viva e conduzi-lo-á à salvação. (4.2.1.5)

O princípio da fé está sempre em Deus, que se manifesta por palavras e atos. (4.2.1.5)

Através da crença em Jesus Cristo torna-se possível a conciliação com Deus. (4.2.1.5)

4.2.2 Consequências do pecado original para a criação

Da queda do Homem também resultam efeitos significativos sobre a criação, apesar de esta ser em si imaculada.

Originalmente, a criação foi designada como sendo "muito boa", ou seja, perfeita (Gn 1,31). Deus colocou o Homem como governador sobre a criação visível. Quer dizer, perante Deus, é ele o responsável pela criação, sem deixar de ter também uma responsabilidade perante a própria criação (Gn 1,28-30). Face a uma posição tão importante do Homem, dentro da criação visível, a sua desobediência a Deus também tem consequências graves sobre a criação terrena: depois de o Homem ter pecado, a terra, como símbolo da criação visível, e a serpente são amaldiçoados (Gn 3,17.18). Espinhos e cardos - o esforço que o Homem terá de fazer a partir de agora para sobreviver - são o símbolo do afastamento entre Deus e o Homem e da não-visibilidade de Deus que a partir de agora irão reinar na criação. Nela, o Homem deixa de ter acesso direto a Deus. A vida do Homem passa a ser acompanhada de insegurança e medo.

O comportamento dos animais entre si pode ser visto como símbolo da inimizade e da discórdia. A ansiedade de superar este estado, de ser curado, também é referida em Isaías 11,6-8: «E morará o lobo com o cordeiro, e o leopardo com o cabrito se deitará...»

Ou seja, a criação necessita de ser libertada da maldição que recaiu sobre ela. Na epístola aos Romanos, este aspeto é abordado com clareza: «Porque a ardente expectativa da criatura espera a manifestação dos filhos de Deus. Porque a criação ficou sujeita à vaidade, não por sua vontade, mas por causa do que a sujeitou, na esperança de que, também, a mesma criatura será libertada da servidão da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus. Porque sabemos que toda a criação geme e está juntamente com dores de parto, até agora» (Rm 8,19-22).

SÍNTESE

A queda do Homem também tem repercussões para a criação que, no fundo, não tem culpa nenhuma: originalmente, ela é perfeita; depois de o Homem ter pecado, ela fica danificada. (4.2.2)

Na criação "caída", o Homem não obtém acesso direto a Deus; a sua vida é acompanhada por insegurança e medo. (4.2.2)

A criação caída é carente de redenção. (4.2.2)

4.3 Pecado e culpa

Na Bíblia, os termos "pecado" e "culpa" são usados, por vezes, como sinónimos e outras vezes, com significados diferentes. A diferenciação entre estes dois termos é evidenciada numa afirmação do Filho de Deus, quando estava a defender os Seus discípulos que, na opinião dos fariseus, tinham infringido a lei e, por conseguinte, cometido um pecado: «Ou não tendes lido na lei que, aos sábados, os sacerdotes no templo violam o sábado [isto é, pecam por não observância do 3º mandamento], e ficam sem culpa?» (Mt 12,5).

4.3.1 Pecado

Pecado é tudo aquilo que se opõe à vontade de Deus e é contrário à natureza de Deus. Qualquer pecado separa de Deus. Para voltar a estar próximo d'Ele, é preciso que o pecado seja perdoado (*vide* 12.1.8).

Nem o Antigo nem o Novo Testamento contém uma "doutrina sobre o pecado" intrinsecamente conclusiva ou um "catálogo de pecados" sistemático e completo.

É sempre Deus quem define pessoalmente o que é certo, manifestando a Sua vontade. Ao Homem cabe perguntar pela vontade de Deus e agir de for-

ma consentânea. Todas as palavras, atos e pensamentos direcionados que se oponham à vontade e à natureza de Deus são pecados, tal como também o é a ausência da prática do Bem (Tg 4,17).

A Escritura Sagrada designa por "pecado" a infração aos dez mandamentos (Ex 20,20), o incumprimento do voto feito a Deus (Dt 23,22), a rejeição da fé em Cristo (Jo 16,9), bem como avareza, inveja e outras atitudes parecidas.

O aspeto determinante na questão de saber se algo é ou não um pecado é unicamente a vontade de Deus, tal como ela decorre da Escritura Sagrada, tal como ela corresponde ao sentido e ao espírito do Evangelho de Cristo, e tal como ela é manifestada pelo Espírito Santo. De forma alguma pode o Homem determinar por si próprio o que é ou não pecado.

Nas suas condições de vida específicas, cada qual é responsável perante Deus e si próprio, ou seja, tem uma autorresponsabilidade.

4.3.2 Culpa

Quando o Homem infringe a vontade de Deus, está a cometer um pecado e a carregar uma culpa perante Deus. A culpa verifica-se quando Deus, na Sua justiça e onisciência, imputa este comportamento faltoso ao ser humano que cometeu um pecado. É só Deus quem define a gravidade da culpa.

A dimensão desta culpa pode divergir: o que mais importa neste contexto é o conhecimento e a vontade do pecador; determinadas influências, às quais os seres humanos são expostos, também podem ter repercussões. Por exemplo, situações gerais da vida, estruturas sociais, normas jurídicas do governo, situações de aflição, tendências doentias. Em casos individuais, a culpa resultante do pecado pode tender para o zero, enquanto noutros até pode "clamar aos céus" (Gn 4,10). De tudo isso resulta que a culpa pode ser relativizada, mas o pecado não pode.

Pelo amor que Lhe é próprio, Deus quer redimir o Homem do pecado e libertá-lo da culpa. É a isso que se destina o sacrifício de Cristo, a essência dos atos divinos.

SÍNTESE

O pecado e a culpa são duas coisas distintas. (4.3)

Pecado é tudo aquilo que se opõe à vontade de Deus e é contrário à natureza de Deus. Qualquer pecado aparta de Deus e tem de ser perdoado. O que determina o que é pecado ou não é exclusivamente a vontade divina. De forma alguma pode o Homem determinar por si próprio o que é ou não pecado. (4.3.1)

A culpa verifica-se quando Deus, na Sua justiça e onisciência, imputa este comportamento faltoso ao ser humano que cometeu um pecado. A gravidade da culpa pode diferir, só Deus a sabe medir. Contrariamente ao pecado, a culpa é relativizável. (4.3.2)

4.4 Plano de salvação de Deus

Na Escritura Sagrada, o termo "salvação" é usado no sentido de "salvar", "proteger" e "redimir". A atuação de Deus tem como objetivo realizar a salvação. Isso acontece na forma de história de salvação. É nela que se reconhece uma sequência de atos divinos baseados num plano de Deus.

A história de salvação começa logo após a queda do Homem. Tem a sua continuação na salvação de Noé, da perdição no dilúvio, na eleição e bênção divina dos patriarcas, na aliança com Israel e na história do povo de Deus veterotestamentário. O acontecimento histórico-salvífico central é a encarnação de Deus em Jesus Cristo, o Seu sacrifício na cruz, a Sua ressurreição e a Sua ascensão. Seguem-se o derramamento do Espírito Santo, a propagação do Evangelho através dos apóstolos dos primeiros tempos e a continuação do desenvolvimento do cristianismo até à restauração do ministério de apóstolo, direcionada para a preparação da Igreja-noiva para a revinda de Jesus Cristo. Depois, segue-se a atuação salvífica no reino milenário da paz até ao Juízo Final. Por fim, Deus criará o novo céu e a nova terra. Todo este processo é designado de "plano de salvação de Deus".

Uma primeira expressão dos pensamentos salvíficos divinos encontra-se nos Seus atos após a queda do Homem (*vide* 4.2). A tradição cristã vê na maldição lançada sobre a serpente uma indicação referente ao Redentor que há-de vir, o fulcro do Seu plano de salvação.

Nas diversas fases da história de salvação, a forma e a dimensão da salvação que ocorrerá são concebidas por Deus de modo diferenciado. Mas, acima de tudo está a vontade salvífica de Deus que abrange todos os homens em todas as épocas.

4.4.1 Esperança salvífica veterotestamentária

Na Antiga Aliança, a esperança na salvação era sempre primeiro no sentido da salvação de aflições terrenas e do cativeiro. Neste aspeto, o povo de Israel foi alvo dos atos de Deus no sentido da libertação do cativeiro egípcio.

Depois, Deus deu ao Seu povo a lei, através de Moisés. Ela contém instruções sobre como o Homem se consegue libertar de relações de culpabilidade com outros homens (Ex 21,28-30; Lv 25,39ss e outros).

Com o passar do tempo, a esperança salvífica de Israel passou a referir-se de forma cada vez mais nítida ao Messias esperado, à libertação do poder escravizante do pecado: «... espere, Israel no Senhor, porque no Senhor há misericórdia, e nele há abundante redenção. E ele remirá a Israel de todas as suas iniquidades» (Sl 130,7.8).

Deus preparou o surgimento do Redentor em muitas promessas proclamadas através dos profetas. É n'Ele que todas essas promessas serão cumpridas.

4.4.2 Jesus Cristo – Salvador e Mediador da Salvação

O texto bíblico em Gálatas 4,4.5 mostra que toda a história de salvação na Antiga Aliança é direcionada para o nascimento do Filho de Deus, Jesus Cristo: «Mas, vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de

mulher, nascido sob a lei, para remir os que estavam debaixo da lei, a fim de recebermos a adoção de filhos.»

Jesus Cristo é o Redentor enviado por Deus. Ele manifesta-se, nas Suas palavras e nas Suas obras, como sendo o Salvador. Quem crê n'Ele, reconhece: «este é, verdadeiramente, o Cristo, o Salvador do mundo» (Jo 4,42). «E em nenhum outro há salvação» (Act 4,12).

Durante o Seu tempo na Terra, o Filho de Deus faz vários milagres curativos. Ao curar um paralítico, segundo relato em Mateus 9,2-6, Jesus remete para a salvação muito mais importante: a redenção do Homem dos seus pecados.

Em Jesus Cristo chegou a salvação ao mundo – Ele é o autor da salvação eterna (Heb 5,9). Ele trouxe a redenção e Ele é o único mediador entre Deus e o Homem (1Tm 2,5.6). Através do sacrifício de Cristo, a relação entre o Homem e Deus adquiriu uma nova qualidade. O mérito produzido pelo sacrifício permite a libertação do pecado e a abolição da separação permanente de Deus: «... as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo. E tudo isto provém de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo, por Jesus Cristo, e nos deu o ministério da reconciliação; isto é, Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não lhes imputando os seus pecados; e pôs em nós a palavra da reconciliação» (2Cor 5,17-19).

Nenhum ser humano consegue alcançar a redenção pelos seus próprios meios; todos são pecadores e carecem dos atos salvíficos de Deus (Mt 16,26). Através de Jesus Cristo, a salvação tornou-se acessível a todos os homens, tanto vivos como mortos (Act 13,47; Rm 14,9).

O plano de salvação de Deus prevê que, ao longo dos tempos, a salvação seja oferecida a todos os homens. Nesse sentido, a proclamação do Evangelho através dos primeiros apóstolos, a propagação do cristianismo no mundo inteiro e a preparação da Igreja-noiva para a revinda de Cristo são etapas neste plano de salvação.

SÍNTESE

Os atos de Deus visam a realização da salvação, no sentido de "salvar", "proteger" e "redimir". Isso acontece na forma de história de salvação. É nela que se reconhece uma sequência de atos divinos com base num plano de Deus, o qual é designado "plano de salvação de Deus". (4.4)

O tipo e a dimensão da salvação a conceder diferem nas diversas partes da história de salvação. Mas, acima de tudo está a vontade salvífica de Deus, que abrange todos os homens em todas as épocas. (4.4)

Na época veterotestamentária, a esperança na salvação era sempre primeiro no sentido da salvação de aflições terrenas e do cativeiro. Com o passar do tempo, a esperança salvífica de Israel passou a referir-se de forma cada vez mais nítida ao Messias esperado. (4.4.1)

A história de salvação na Antiga Aliança remete para Jesus Cristo, o Redentor enviado por Deus. Ele é o autor da salvação eterna e o único mediador entre Deus e o Homem. O mérito adquirido por Cristo na cruz permite alcançar a libertação do pecado e a abolição da apartação de Deus. (4.4.2)

Através de Jesus Cristo, a salvação tornou-se possível para todos os seres humanos, sejam os vivos ou os mortos. Nenhum ser humano consegue alcançar a redenção pelos seus próprios meios. (4.4.2)

4.4.3 Preparação da Igreja-noiva

Atualmente, o crente experiencia a salvação, que consiste em ser preparado para a revinda de Cristo, através da comunhão com Jesus Cristo, pela pregação e pelos sacramentos, o que lhe dá acesso à participação na glória de Deus. Para alcançar esta salvação em Cristo, o ministério de apóstolo (*vide* 7.4) volta a estar ocupado na atual fase do plano de salvação divino (*vide* 11.3.3). Os apóstolos têm a função de proclamar a palavra de Deus e de ministrar os sacramentos (*vide* 8).

O objetivo desta mediação salvífica é juntar todos os que formam a Igreja-noiva de Cristo e prepará-los para a revinda do Senhor. Para a Igreja-noiva de Cristo, que aceitou com fé a proposta salvífica de Deus, a salvação consiste em entrar na comunhão eterna com Deus logo no dia do Senhor, através das bodas do Cordeiro (*vide também 10.5*).

Nas etapas do plano de salvação que se seguem depois do dia do Senhor (*vide 10.3 até 10.6*), a salvação será experienciada de outra forma:

Os crentes, que na grande tribulação perderam a sua vida por professarem a sua fé em Cristo, têm parte na Primeira Ressurreição e regem como sacerdotes com Cristo. Neste período, o reino milenário da paz, a salvação é proposta a todos os homens. Todos aqueles que usufruírem da misericórdia no Juízo Final terão comunhão eterna com Deus na nova criação.

O plano de salvação de Deus, tal como se encontra descrito na Escritura Sagrada, termina com a nova criação (Ap 21).

SÍNTESE

Na parte atual do plano de salvação de Deus, no presente, o ministério de apóstolo, que transmite a salvação através da palavra e dos sacramentos, está, de novo, ocupado. O objetivo consiste em reunir a Igreja-noiva e prepará-la para a revinda do Senhor. (4.4.3)

A salvação plena da Igreja-noiva ocorrerá no momento da revinda de Cristo, quando ela alcançar a comunhão eterna com Deus. (4.4.3)

O plano de salvação de Deus termina com a nova criação. (4.4.3)

4.5 Eleição

A eleição está fundamentada na vontade de Deus, que chama determinadas pessoas, ou grupos de pessoas, para uma finalidade por Ele definida, impondo-lhes a correspondente responsabilidade.

4.5.1 Eleição no Antigo Testamento

Logo na criação existem indícios da eleição divina, sempre associada à responsabilidade inerente à eleição. De entre todas as Suas criaturas, Deus elegeu o Homem e deu-lhe a ordem de dominar a Terra. A posição especial que lhe foi concedida é referida em Sabedoria 2,23*: «Com efeito, Deus criou o homem para a incorruptibilidade e fê-lo à imagem do seu próprio ser.» Ao longo da história de salvação veterotestamentária, reconhece-se o significado da eleição especialmente em Noé, Abraão e o povo de Israel:

- Quando Deus decide «destruir o Homem de sobre a face da terra» (Gn 6,1-8), Ele promete salvar Noé. E Noé assegura o cumprimento desta promessa, fazendo tudo quanto Deus lhe manda fazer. Desta forma, Noé e a sua família – e, por conseguinte, toda a humanidade – são salvos da perdição.
- Abraão é eleito para que através dele sejam abençoadas «todas as famílias da terra» (Gn 12,3). As promessas que Deus lhe deu são legadas para Isaac.
- Dos dois filhos que este teve, Esaú, como primogénito, seria o recetor legal da bênção, mas Deus elegeu Jacob e abençoou-o (Gn 28,13-15). Aqui evidencia-se o seguinte: ninguém pode reivindicar qualquer direito à graça da eleição divina, nem tampouco é possível compreendê-la com o intelecto humano.
- Dos doze filhos de Jacob se desenvolve o povo de Israel que Deus elege como Seu povo da aliança: «Porque povo santo és ao Senhor, teu Deus: o Senhor, teu Deus, te escolheu, para que lhe fosses o seu povo próprio, de todos os povos que sobre a terra há. O Senhor não tomou prazer em vós, nem vos escolheu, porque a vossa multidão era mais do que a de todos os outros povos, pois vós éreis menos em número do que todos os povos; Mas, porque o Senhor vos amava» (Dt 7,6-8). Quer dizer, a origem que leva à eleição é o amor de Deus.

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

- De entre o povo de Israel, Deus elegeu alguns homens para proclamarem a Sua vontade e cumprirem tarefas especiais. Entre eles, Moisés e Josué, bem como vários juízes, reis e os profetas.

4.5.2 Eleição no Novo Testamento

Jesus elege os Seus apóstolos de entre a multidão dos Seus discípulos e envia-os para o mundo inteiro, dando-lhes a missão de ensinar e batizar (Mt 28,19.20; Lc 6,13). De entre os judeus e os gentios, o Senhor elege o povo da Nova Aliança. Quem quiser assegurar essa eleição, aceita o Evangelho com fé e deixa-se batizar com água e Espírito Santo. Do povo da Nova Aliança está escrito na 1ª carta de Pedro 2,9: «Mas vós sois a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido, para que anuncieis as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz.» Este texto bíblico também mostra que todos os que fazem parte do povo da Nova Aliança passam a ter a responsabilidade de dar testemunho das benfeitorias de Deus, recebidas através das suas palavras e do seu comportamento (2Pe 1,10.11).

4.5.3 Soberania de Deus na eleição por misericórdia

A eleição é uma dádiva de Deus, que é aceite com fé ou que é rejeitada onde há incredulidade.

Ninguém pode adquirir a eleição por boas obras, muito menos reivindicar qualquer direito a ela; é inexplicável com o raciocínio humano. A eleição divina é um segredo de Deus ao qual unicamente a fé dá acesso. Deus oferece esta dádiva àqueles que Ele elegeu (Rm 9,10-20).

O Homem não é obrigado a aceitar a eleição de Deus e a assegurá-la. Se ele crê no chamamento divino, e se o segue, e se cumpre, ou não, com fidelidade as tarefas que lhe foram atribuídas, é sempre uma opção que o Homem tem de tomar.

Assim sendo, existe um campo de tensão indissolúvel entre a eleição de misericórdia de Deus, que é independente do comportamento humano, e a decisão deliberada do Homem de aceitar ou não a eleição de Deus.

Deus elege os homens para a sua própria salvação e para a salvação de outros; eles estão eleitos para cooperarem no Seu plano de salvação. Quando Deus elege, essa eleição está sempre associada a uma tarefa ou vocação.

São convocados e eleitos para serem cristãos aqueles que foram batizados e professam a sua fé em Jesus Cristo enquanto Senhor e Salvador. Eles estão destinados a propagar o Evangelho. Aqueles cristãos, que foram regenerados em água e espírito, receberam, além disso, o pré-requisito necessário para obter os direitos de primogenitura. É de entre essa multidão que será preparada a Igreja-noiva de Cristo, para formar, no reino da paz, o sacerdócio real (*vide* 10.6).

Da doutrina da eleição não se pode deduzir que o Homem seja pré-determinado, desde o princípio, nos seus atos e que não tenha qualquer opção de decisão⁷. Antes pelo contrário, esta possibilidade de tomar opções faz parte da natureza do Homem. Nem tampouco se poderá deduzir que a eleição de um Homem para fazer parte da Igreja-noiva implique também a rejeição daqueles que não são eleitos para esse fim. A salvação futura está aberta a todos os homens – até mesmo a comunhão eterna com Deus na nova criação.

A aceitação da eleição com fé significa seguir inteiramente o exemplo de Jesus Cristo. A eleição também tem consequências escatológicas: quando Jesus Cristo edificar o Seu reino da paz, como Rei dos reis, o sacerdócio real ao Seu lado proclamará a todos os homens a feliz mensagem de salvação em Cristo. Estão eleitos para formar esse sacerdócio real aqueles que participam na Primeira Ressurreição (Ap 20,6).

O assegurar da eleição evidencia-se na aceitação crente da graça, bem como na fidelidade a Deus e à Sua obra.

⁷ Frequentemente, estabelece-se uma correlação entre a eleição e a predestinação. A predestinação era, por vezes, vista como uma previsão divina do destino individual dos homens. Mas a predestinação não se refere aos percursos da vida humana na Terra, nem os determina, mas antes remete para o facto de Deus predestinar o Homem para receber a salvação.

A eleição é um ato do amor de Deus. Ele é fiel àqueles que elegeu. Não existem influências externas que consigam separar os eleitos do amor de Deus (Rm 8,29.37-39).

SÍNTESE

A eleição é fundamentada na vontade de Deus. Deus chama o indivíduo com um propósito por Ele definido. De entre todas as Suas criaturas, Deus elegeu o Homem e deu-lhe a ordem de dominar a Terra. (4.5; 4.5.1)

Ninguém pode reivindicar qualquer direito à graça da eleição divina, nem tampouco é possível compreendê-la com o intelecto humano. Isso vê-se em muitos exemplos do Antigo Testamento. (4.5.1; 4.5.3)

Jesus elege os Seus apóstolos de entre a multidão dos Seus discípulos e envia-os para o mundo inteiro, dando-lhes a missão de ensinar e batizar. De entre os judeus e os gentios, Deus elege o povo da Nova Aliança. (4.5.2)

A eleição é uma dádiva do amor de Deus, que é aceite com fé ou que é rejeitada onde há incredulidade; esta liberdade de tomar opções faz parte da natureza do Homem. A aceitação da eleição com fé significa seguir inteiramente o exemplo de Jesus Cristo. (4.5.3)

Deus elege os homens para a sua própria salvação e para a salvação de outros. Quando Deus elege, essa eleição está sempre associada a uma tarefa ou vocação. (4.5.3)

A eleição não significa que os atos do Homem fiquem predefinidos de antemão. (4.5.3)

4.6 Bênção de Deus

O termo "bênção" significa dedicação de Deus. Bênção é um sinónimo da atuação criadora, salvífica e curativa de Deus no Homem e na criação. O antónimo é a maldição, o afastamento de Deus por parte do Homem.

A convicção de que o ser humano depende da bênção de Deus em toda a sua existência remete para uma visão do ser humano de que toda a criação é derivada da fé em Deus enquanto criador e sustentador onipotente. Por si próprio, o Homem não tem condições para conceber a sua vida de maneira a servir de bem para si mesmo, para os seus próximos e para a criação.

O contrário da bênção, a maldição, cai sobre o Homem, quando este se opõe a Deus no momento do pecado original. Maldição é tudo o que leva o Homem ao afastamento de Deus e o que ele vivencia nesse estado: está cheio de inquietude, sem paz e entregue à mercê da corruptibilidade e da morte. A ajuda não se encontra nele próprio, mas unicamente em Deus.

A libertação da maldição de estar entregue ao pecado vem através da graça de Deus. Quando o Homem aceita as dádivas de Deus com fé, e se deixa guiar por Ele, também recebe a bênção.

Muitas vezes, Deus oferece a Sua bênção através de pessoas por Ele encarregadas.

A bênção é abrangente, diz respeito ao ser humano no seu todo, contém força divina e dá ao Homem a promessa da salvação futura. A bênção é uma dádiva de Deus que ninguém consegue obter por mérito. Ser abençoado significa receber algo de bom de Deus. Ninguém consegueabençoar-se a si próprio. No entanto, o Homem é exortado a orar pela bênção de Deus e a comportar-se de forma a mostrar que é digno dessa bênção.

A bênção desenvolve-se quando a fé existe; a bênção é uma dádiva de Deus que se autorrenova constantemente. Se terá ou não efeitos duradouros, acaba por depender da mentalidade e do comportamento daquele que é abençoado. Se agir de forma a atrair o agrado de Deus, ele próprio tornar-se-á uma bênção para os outros.

A bênção pode ir muito além do destinatário original, e da sua vida, abrangendo até mesmo gerações futuras.

4.6.1 Bênção de Deus na criação

No ato da criação, Deus abençoou a criatura e colocou a lei da multiplicação na vida por Ele criada. Ele confiou a criação nas mãos do Homem e prometeu que lhe daria a Sua bênção por isso (Gn 1,28-30), uma bênção que viria a ser renovada após o dilúvio (Gn 9,1.11). Aquilo que esta bênção inclui, fica expresso nas seguintes palavras: «Enquanto a terra durar, sementeira e sega, e frio e calor, e verão e inverno, e dia e noite, não cessarão» (Gn 8,22).

Embora a bênção de Deus, que no princípio incidia sobre a criação, tivesse sido limitada no seu efeito pela maldição do pecado, ela não foi neutralizada: «Porque a terra que embebe a chuva, que muitas vezes cai sobre ela, e produz erva proveitosa para aqueles por quem é lavrada, recebe a bênção de Deus» (Heb 6,7). Esta bênção é proveitosa para todos os homens (Mt 5,45).

4.6.2 Bênção de Deus na Antiga Aliança

A promessa de bênção dirigida a Israel é parte integrante da aliança que Deus fez com o Seu povo eleito. Esta bênção dependia do cumprimento das responsabilidades do povo de Israel relativamente à aliança: servir unicamente a Deus e obedecer aos Seus mandamentos. Se o povo agisse de forma diferente, a consequência seria a maldição. A decisão estava nas mãos do povo: «Eis que hoje ponho diante de vós a bênção e a maldição: A bênção, quando ouvirdes os mandamentos do Senhor, vosso Deus, que hoje vos mando; Porém, a maldição, se não ouvirdes os mandamentos do Senhor, vosso Deus» (Dt 11,26-28). Aqui vê-se claramente que o afastamento de Deus e dos Seus mandamentos acarreta a maldição.

Na Antiga Aliança, a bênção de Deus evidenciava-se, principalmente, no contexto de vida diretamente experienciável do Homem e estendia-se a todas as áreas, por exemplo, à vitória no combate com os inimigos, a uma vida longa, à riqueza, a um grande número de filhos e descendentes e à fertilidade da terra (Dt 28,3-6). Mas já na Antiga Aliança, a bênção também tem uma dimensão que vai além do bem-estar natural. Por exemplo, no caso da promes-

sa de Deus dirigida a Abraão: «E far-te-ei uma grande nação, e abençoar-te-ei, e engrandecerei o teu nome; e tu serás uma bênção. E abençoarei os que te abençoarem, e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; e em ti serão benditas todas as famílias da terra» (Gn 12,2.3). Esta bênção ia muito além da promessa de dar bem-estar pessoal; deu a Abraão a capacidade de também se tornar numa bênção para os outros. A bênção de Deus devia chegar a todas as gerações vindouras: através de Jesus Cristo, esta bênção tornou-se acessível a todas as nações (Gl 3,14).

4.6.3 Bênção de Deus na Nova Aliança

Com Jesus Cristo começou a transmissão da bênção divina na Nova Aliança. O Senhor abençoava através da Sua palavra, dos Seus milagres, da Sua vida. Impunha as Suas mãos nas crianças, para as abençoar, e perdoava aos pecadores. Os Seus atos de bênção foram coroados pela entrega da Sua vida imaculada na cruz, como sacrifício expiatório para reconciliação de todos os homens. Com este sacrifício, Ele tomou sobre Si a maldição que pairava sobre os pecadores.

A bênção que surge em Jesus Cristo pode ser compreendida como sendo omniabrangente. Podemos ler em Efésios 1,3: «Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, o qual nos abençoou com todas as bênçãos espirituais, nos lugares celestiais, em Cristo.» Esta bênção começou com a eleição antes da «fundação do mundo» (versículo 4). E contém também a redenção e a remissão dos pecados (versículo 7), leva ao reconhecimento da vontade de Deus (versículo 9), contém a nomeação como herdeiros da glória futura (versículo 11), dá acesso à participação no Evangelho (versículo 13) e permite o selamento com o dom do Espírito Santo, o penhor da herança para a redenção (versículos 13.14).

O crente sabe que, dentro da eleição realizada em Jesus Cristo, se encontra a vocação para herdar a bênção (1Pe 3,9). Ele mostra a sua gratidão pela bênção de Deus por uma conduta de vida caracterizada pelo temor a Deus, pela obediência na fé e pelo altruísmo.

O sacrifício também envolve bênção (*vide 13.2.4*); esta é uma experiência fundamental que se faz na vida cristã.

No serviço divino, o crente obtém acesso a muitas bênçãos divinas (*vide 12.1 e 12.2*).

A plenitude da bênção consiste em participar para sempre na glória de Deus.

SÍNTESE

A bênção é uma dádiva de Deus que ninguém consegue obter por mérito. Bênção é um sinónimo da atuação salvífica de Deus no Homem e na criação. (4.6)

Muitas vezes, Deus oferece a Sua bênção através de pessoas por Ele encarregadas. Ninguém consegue abençoar-se a si próprio. A bênção desenvolve-se quando existe fé. (4.6)

No ato da criação, Deus abençoou a criatura e colocou a lei da multiplicação na vida que criou. Ele confiou a criação nas mãos do Homem e prometeu-lhe bênção. Embora a bênção de Deus tenha sido limitada, no seu efeito, pela maldição do pecado, não foi abolida. (4.6.1)

Na Antiga Aliança, a bênção de Deus evidenciava-se, sobretudo, no bem-estar terrestre, mas também tinha dimensões que ultrapassavam esse conceito. (4.6.2)

Jesus Cristo abençoava através da Sua palavra e dos Seus atos. O sacrifício da Sua vida imaculada, como sacrifício expiatório para reconciliação de todos os homens, é a maior das bênçãos. (4.6.3)

No serviço divino, todos os crentes obtêm acesso às bênçãos divinas. (4.6.3)

A plenitude da bênção consiste em participar para sempre na glória de Deus. (4.6.3)

4.7 Funções da lei

Regra geral, o termo "lei" designa as diretivas e regras definidas por uma autoridade superior e que são vinculativas para todos aqueles que vivem dentro dos limites territoriais dessa entidade; a lei define os direitos e as obrigações.

Acima de todos os legisladores está Deus, como Soberano Supremo. A lei, que se aplica a qualquer Homem, apesar de não existir sob a forma escrita, é designada de "lei da natureza e lei moral" (Rm 2,14.15). Nela evidenciam-se as exigências e os padrões éticos e morais pelos quais a vida humana se deve reger. Nos seus fundamentos e exigências básicos, a lei moral continua inalterável ao longo de todas as modificações históricas e sociais. Da lei moral geral podem deduzir-se partes essenciais da legislação governamental. Como exemplo, elementos importantes desta lei são abordados nos dez mandamentos.

No entanto, não existe apenas uma lei que exige algo do Homem e que o instrui sobre como agir, mas antes uma lei que define a realidade de vida. Desta forma, fica definida uma estrutura que dá uma determinada ordem à área biológica, social e política da vida. Esta lei torna-se experienciável nos acontecimentos elementares da vida humana, na história e na natureza. O nascimento e a morte, o envelhecimento e o desfalecimento, o êxito e o fracasso, bem como o assistir a eventos históricos ou catástrofes naturais: tudo são facetas da experiência desta lei.

O Antigo Testamento parte do princípio de que o Homem é justo perante Deus levando uma vida em conformidade com a lei mosaica (Dt 6,25). Na época, a lei mosaica era considerada a ordem suprema e vinculativa para os israelitas. Por outro lado, o Evangelho diz que a salvação e a justiça válidas perante Deus advêm da crença no sacrifício e na ressurreição de Cristo. A graça de Deus está acima da lei.

O apóstolo Paulo ocupou-se das reflexões contraditórias que havia em relação à justiça, nomeadamente a da lei ou da graça, especialmente na sua epístola aos Romanos. Na igreja primitiva cristã, as duas abordagens diferenciadas resultaram em controvérsias entre judeus cristãos e cristãos gentios. Isso levou o apóstolo a dedicar-se intensamente a esta temática.

4.7.1 O termo "Lei"

Em primeiro lugar, o termo "lei" refere-se à lei mosaica documentado por escrito, ou seja, os cinco livros de Moisés (o Torá). O elemento essencial da lei mosaica são os dez mandamentos, bem como o duplo mandamento do amor (*vide* 5.3).

Na Antiga Aliança, a lei é vista como caminho para a salvação. Ela dá ao Homem a possibilidade de evitar o pecado e, assim, de viver justificado perante Deus e de evitar o Seu Juízo. A lei coloca o israelita perante uma decisão: se ele a cumprir, terá a bênção de Deus; se a infringir, será alvo da maldição de Deus (Dt 11,26-28). A ênfase do aspeto ritual da lei, do mero cumprimento dos mandamentos, é duramente criticada pelos profetas (Is 1,10-17).

Em Jesus Cristo foi definido o caminho para a salvação, a reconciliação total com Deus. O Novo Testamento desvenda o que isso significa na lei mosaica: não se trata, como até então se acreditava, do caminho para a salvação, mas antes do retrato da situação do Homem perdidamente envolvido pelo pecado perante Deus e indica o verdadeiro caminho para a salvação.

Além disso, o conceito da lei também se torna muito mais amplo, ao abordá-lo a partir do Novo Testamento: não é apenas o Torá definido por escrito, é também o estado fundamental de toda a vida e de todas as coisas, o que também inclui o Homem. Incluem-se aqui as leis da causa e do efeito, da sementeira e da colheita, do ser e do perecer, das quais nada nem ninguém consegue escapar. "Lei" também designa uma instância existente dentro do Homem que lhe impõe exigências morais e éticas (*vide* 4.2.1.3).

Tanto os judeus como os gentios estão sujeitos à lei: os judeus estão sob a lei manifestada a Moisés, os gentios estão sob a lei que Deus inscreveu no coração de todos os homens (Rm 2,15).

4.7.2 A lei como instrução para agir corretamente

A função da lei que Deus deu consiste em ensinar a agir de forma a atrair o agrado de Deus; é uma ajuda bondosa de Deus para a vida humana. Ela dá ao

Homem regras comportamentais concretas. Assim sendo, a lei ensina o Bem e visa ajudar a evitar o Mal.

Dentro da lei mosaica, os mandamentos referentes aos alimentos e à purificação, bem como as instruções para respeitar o sábado e cumprir o serviço sacerdotal, assumem um papel central. Esta lei define o padrão para a adoração correta de Deus, bem como para o comportamento certo dos homens entre si: «Ele te declarou, ó homem, o que é bom; e que é o que o Senhor pede de ti, senão que pratiques a justiça, e ames a beneficência, e andes humildemente com o teu Deus» (Mq 6,8).

"Praticar a justiça", ou seja, agir em conformidade com a lei, significa, acima de tudo, manter-se fiel a Deus e não adorar ídolos. A humildade do Homem evidencia-se na obediência a Deus. No contexto do convívio social, "amar a beneficência" significa respeitar e estimar o próximo. No sermão da montanha, Jesus Cristo aborda esta intenção fundamental da lei: «Portanto, tudo o que vós quereis que os homens vos façam, fazei-lho também vós, porque esta é a lei e os profetas» (Mt 7,12).

Os piedosos da Antiga Aliança partiram do princípio de que as exigências da lei poderiam ser cumpridas e que, como tal, serviriam para a obtenção da salvação. No entanto, existem vários textos bíblicos no Antigo Testamento que mostram ter existido uma consciência de que o Homem não seria capaz de cumprir totalmente todas as diretivas da lei (Sl 19,13 e outros). Mas, de qualquer forma prevalece a convicção fundamental: quem cumpre a lei, é justificado; recebe a salvação. Quem infringe a lei, é pecador; espera-o o Juízo.

4.7.3 A lei como instrução para reconhecer o pecado

A visão correta da lei dada por Deus obtém-se à luz do Evangelho.

O apóstolo Paulo escreve na epístola aos Romanos: «Ora, nós sabemos que tudo o que a lei diz, aos que estão debaixo da lei o diz, para que toda a boca esteja fechada e todo o mundo seja condenável diante de Deus. Por isso, nenhuma carne será justificada diante dele pelas obras da lei, porque pela lei vem o conhecimento do pecado» (Rm 3,19.20). Face à exigência da lei, a qual

o faz fracassar constantemente, o Homem reconhece que é pecador, que não é justificado e, como tal, que tem necessidade da graça de Deus (Rm 7,7-10).

Ou seja, do ponto de vista do Novo Testamento, a maior função da lei mosaica consiste em que o Homem reconheça que é impossível alcançar a salvação apenas por mérito próprio. A lei não pode transformar o injusto em justo, nem o pecador em indultado. Todavia, prevalecem as exigências fundamentais da lei nos dez mandamentos e no mandamento do amor a Deus e ao próximo.

Quer dizer, a lei faz o Homem manifestar-se como pecador. Isso mostra a necessidade da obtenção de salvação plena através da remissão dos pecados. Assim sendo, a lei sempre remeteu para Jesus Cristo: «Mas, antes que a fé viesse, estávamos guardados debaixo da lei, e encerrados para aquela fé que se havia de manifestar. De maneira que a lei nos serviu de aio, para nos conduzir a Cristo, para que pela fé fôssemos justificados» (Gl 3,23.24). Um "aio" é um professor ou pedagogo que esclarece as correlações existentes e ajuda a chegar a Cristo.

Paulo resume as funções da lei na sua epístola aos Romanos: pela desobediência *de um só* Homem (Adão) muitos foram feitos pecadores; pela obediência *de um só* Redentor (Jesus Cristo) muitos foram feitos justos. Entre os dois, assim escreve Paulo, «veio, porém, a lei» (Rm 5,19.20). No fundo, a lei mosaica deve conduzir ao reconhecimento de que dela não resulta a redenção, mas que essa só pode vir unicamente de Jesus Cristo.

SÍNTESE

A lei não escrita e invariavelmente aplicável a todos os seres humanos é a lei da natureza e a lei moral. Elementos importantes desta lei são abordados nos dez mandamentos. (4.7)

A lei que estrutura a realidade de vida estabelece a ordem da vida biológica e social. (4.7)

Na Antiga Aliança, a lei mosaica é vista como caminho de salvação. Ela dá ao Homem a possibilidade de evitar o pecado e, assim, de viver justificado perante Deus e de evitar o Seu Juízo. Em Jesus Cristo está definido o caminho

para a salvação, a reconciliação total com Deus. O Novo Testamento deixa claro que a lei mosaica não é o caminho da salvação, mas apenas mostra o caminho para a salvação. (4.7.1)

A função da lei mosaica é dar instruções para agir de forma a agradar a Deus. A visão correta da lei dada por Deus obtém-se à luz do Evangelho. (4.7.2)

A lei evidencia o Homem como pecador e esclarece que é necessário obter a salvação plena através da remissão dos pecados. Assim sendo, sempre remeteu para Jesus Cristo. (4.7.3)

4.8 Lei e Evangelho

Na Antiga Aliança, cumprir à risca a lei mosaica e ocupar-se dos seus conteúdos eram aspetos extremamente importantes (*vide* 4.7.1).

O termo "Evangelho" vem do grego e significa "boa notícia" ou "boa nova". Contudo, o uso da língua helénica não é a única fonte para a interpretação neotestamentária do termo. O termo já é usado no Antigo Testamento, por exemplo em Isaías 61,1: «O ESPÍRITO do Senhor JEOVÁ está sobre mim; porque o senhor me ungiu, para pregar boas novas aos mansos» (cf. Lc 4,18).

No Novo Testamento, entende-se por "Evangelho" a salvação divina em Jesus Cristo, desde o seu nascimento até à sua crucificação, ressurreição e, por fim, à sua revinda. O apóstolo Paulo descreve conteúdos essenciais do Evangelho: «Porque primeiramente vos entreguei o que também recebi: que Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras; e que foi sepultado e que ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras; e que foi visto por Cefas, e depois pelos doze» (1Cor 15,3-5).

Ou seja, "Evangelho" exprime o ato salvífico de Jesus Cristo, que não pode ser relativizado, nem desvalorizado por nada. O Evangelho proclama que Jesus Cristo é o único caminho que leva à salvação.

A lei e o Evangelho estão em contradição conflituosa. Embora ambos manifestem a vontade salvífica de Deus, a lei mosaica está direcionada para o povo de Israel da época, enquanto o Evangelho tem validade universal.

Mas não é admissível comparar a lei exclusivamente com o Antigo Testamento e o Evangelho só com o Novo Testamento. Ambas as partes da Escritura Sagrada contêm tanto elementos da lei, como do Evangelho. A natureza da lei e do Evangelho no Antigo Testamento só chegam a ser inteligíveis à luz dos conhecimentos neotestamentários. O Evangelho, que abrange toda a Escritura Sagrada, é a "palavra da cruz" (1Cor 1,18) e a "palavra da reconciliação" (2Cor 5,19).

4.8.1 Lei de Cristo – a graça

Nas suas observações sobre a justiça, provenientes da fé, o Apóstolo Paulo cita passagens dos profetas veterotestamentários, nomeadamente Isaías 28,16 e Joel 3,5. Ele escreve: «Visto que, com o coração se crê para a justiça, e com a boca se faz confissão para a salvação. Porque a Escritura diz: Todo aquele que nele crer não será confundido. Porquanto não há diferença entre judeu e grego; porque um mesmo é o Senhor de todos, rico para com todos os que o invocam. Porque todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo» (Rm 10,10-13). Em relação ao Evangelho, o apóstolo sublinha a unicidade da Antiga e da Nova Aliança.

O reconhecimento do Novo Testamento, em como o Homem é pecador, tem, desde logo, a sua origem no Antigo Testamento: «Contra ti, contra ti somente, pequei, e fiz o que a teus olhos parece mal [...]. Eis que em iniquidade fui formado e em pecado me concebeu minha mãe» (Sl 51,4.5). É praticamente impossível exprimir a situação do pecador de uma forma mais impiedosa do que esta; neste texto bíblico, não se encontram nem vestígios da suposta superioridade por parte dos justos, que vivem segundo a lei, relativamente aos ímpios. Quer dizer que já na época veterotestamentária existiam aqueles que reconheciam a sua necessidade de salvação.

Também em Isaías, nos capítulos 49 a 56, se antecipa a mensagem de graça do Evangelho. Por exemplo, em Isaías 53,4-6: «Verdadeiramente ele tomou sobre si as nossas enfermidades, e as nossas dores levou sobre si. [...] O castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados. [...] mas o Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de nós todos.»

Tal como na Antiga Aliança havia já indicações referentes aos elementos do Evangelho, também a palavra da lei é parte inalienável do anúncio do Evangelho na Nova Aliança. Tanto os Evangelhos, como as epístolas dos apóstolos, evidenciam o empenho desenvolvido em questionar a lei em relação à sua nova interpretação.

Não se trata aqui de abolir a lei, mas antes de chegar ao seu verdadeiro significado, no sentido que o Evangelho de Jesus Cristo lhe deu originalmente: «Se Deus é um só, que justifica pela fé a circuncisão, e por meio da fé a incircuncisão. Anulamos, pois, a lei pela fé? De maneira nenhuma, antes estabelecemos a lei» (Rm 3,30.31).

Cristo é simultaneamente cumprimento e objetivo da lei; assim, também a visão da lei como sendo um caminho para a salvação chegou ao fim (Rm 10,4.5).

Enquanto na Antiga Aliança se supunha que a lei levaria à vida e à vitória sobre o pecado, o apóstolo Paulo deixa bem claro que a lei apenas conduz ao conhecimento do pecado: «Mas eu não conheci o pecado senão pela lei, porque eu não conheceria a concupiscência, se a lei não dissesse: Não cobiçarás!» (Rm 7,7).

Enquanto a lei mosaica, por um lado, deve dar a conhecer ao Homem a sua condição de pecador, por outro, ensina-o a agir corretamente. Jesus Cristo resumiu a parte sempre válida e necessária da lei mosaica no mandamento do amor a Deus e do amor ao próximo (Mt 22,37-40).

Desta forma, a "Lei de Cristo" adota elementos importantes da lei mosaica, nomeadamente a exigência da prática do amor a Deus e ao próximo (Dt 6,5; Lv 19,18) e sublinha as funções fundamentais que estes têm. Neste contexto, evidenciam-se, mais uma vez, conflitos e confluências entre a lei e o Evangelho.

O piedoso da Antiga Aliança tinha a esperança de que o esforço por cumprir a lei mosaica resultaria na vitória sobre o pecado. No entanto, não foi possível alcançá-la. Apenas com a "Lei de Cristo" se torna realmente possível vencer o pecado.

O Homem indultado é justificado perante Deus. A justificação do pecador é a consequência do sacrifício de Cristo: «Pois, assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens, para condenação, assim também, por um só acto de justiça, veio a graça sobre todos os homens, para justificação de vida» (Rm 5,18).

4.8.2 Relação entre fé e obra

O Homem é justificado pela fé em Jesus Cristo. Assim sendo, as obras que ele faz não contribuem em nada para a sua santificação e justificação: «Concluimos, pois, que o homem é justificado pela fé sem as obras da lei» (Rm 3,28).

No entanto, a fé e as obras não deixam de estar numa relação estreita, sendo impossível separá-las, pois as boas obras são a expressão de uma fé viva. Se faltarem, a fé está morta. Ou seja, a fé não é apenas uma postura interior, ela impulsiona o Homem a agir (Tg 2,15-17).

As boas obras têm a sua origem na fé, e são também a parte visível da fé que permite a leitura do grau de realidade da fé. A fé realiza-se, acima de tudo, no amor a Deus e na prática do amor ao próximo.

A fé e a obra, a justificação e a vida santificada andam sempre juntas e não se podem separar.

SÍNTESE

"Evangelho" significa "boa nova". No Novo Testamento, "Evangelho" designa o ato salvífico de Deus em Jesus Cristo. (4.8)

A lei e o Evangelho manifestam a vontade salvífica de Deus. A lei está direcionada para o povo de Israel, enquanto o Evangelho tem validade universal. (4.8)

Tal como na Antiga Aliança havia já indicações referentes aos elementos do Evangelho, também a palavra da lei é parte inalienável do anúncio do Evangelho na Nova Aliança. (4.8.1)

Jesus Cristo resumiu a parte sempre válida e necessária da lei mosaica no mandamento do amor a Deus e do amor ao próximo. Assim sendo, a "lei de Cristo" adota elementos importantes da lei mosaica. (4.8.1)

O Homem é justificado pela fé em Jesus Cristo. Assim sendo, as obras que ele faz não contribuem em nada para a sua santificação e justificação. Todavia, a fé e as obras, a justificação e uma maneira de viver santificada são inseparáveis. As boas obras têm a sua origem na fé e são a parte visível da fé. (4.8.2)

Parte V

Os mandamentos de Deus

5

5 Os mandamentos de Deus

Deus deu ao Homem mandamentos através dos quais Ele anuncia a Sua vontade para bem de todos os seres humanos.

5.1 Viver a fé segundo os mandamentos de Deus

A fé em Deus tem repercussões profundas em toda a vida do Homem. O crente anseia corresponder à vontade de Deus nos seus pensamentos e nos seus atos. Ele reconhece em Deus o autor de uma ordem justa.

Para que os homens se possam movimentar dentro dos limites dessa ordem, Deus, enquanto seu Criador, deu-lhes mandamentos. Os mandamentos expressam a vontade de Deus, em como deverá ser a relação com Ele. Além disso, são a base para um convívio saudável entre os homens.

Dado que o crente reconhece Deus como seu Senhor e confia nas providências divinas, por estar consciente da omnisciência de Deus, ele pergunta pela vontade de Deus e esforça-se por subordinar a sua própria vontade à vontade de Deus.

Já no tempo do Antigo Testamento, tanto os homens como as mulheres consentiam que os seus atos fossem determinados pela fé; em Hebreus 11 são dados alguns exemplos disso. Estas testemunhas da fé também são exemplos a seguir pelos cristãos. Em Hebreus 12,1 está contida uma exortação para deixarmos o pecado «que tão de perto nos rodeia» e para percorrermos com coragem o caminho da fé, lutando contra o pecado.

O maior exemplo é Jesus Cristo, o autor e consumidor da fé. Ele era uno com Seu Pai e sempre submeteu a Sua vontade à vontade de Deus (Lc 22,42). A Sua obediência incondicional, o cumprimento de tudo quanto o Pai Lhe tinha mandado, incentiva a seguir o Seu exemplo e exige uma conduta segun-

do o Seu exemplo: «Se guardardes os meus mandamentos, permanecereis no meu amor; do mesmo modo que eu tenho guardado os mandamentos de meu Pai, e permaneço no seu amor» (Jo 15,10). Assim sendo, Jesus Cristo é o autor da salvação eterna para todos aqueles que O seguem em obediência fiel (Heb 5,8.9).

Faz parte da fé do cristão, o reconhecimento de que a salvação é alcançada através da recepção dos sacramentos. A recepção destes atos salvíficos divinos e a expectativa da iminente revinda de Cristo fazem com que «renunciando à impiedade e às concupiscências mundanas, vivamos, neste presente século, sóbria, e justa, e piamente, aguardando a bem-aventurada esperança e o aparecimento da glória do grande Deus e nosso Senhor Jesus Cristo; o qual se deu a si mesmo por nós, para nos remir de toda a iniquidade, e purificar, para si, um povo seu, especial, zeloso de boas obras» (Tt 2,12-14).

"Viver neste presente século piamente" significa orientar os seus pensamentos e os seus atos segundo a vontade de Deus, a partir de uma confiança como a de uma criança, livre de qualquer beatice e hipocrisia. O fundamento de uma confiança infantil no Pai Celestial é o Seu amor para com o Homem. Através da sua obediência de fé, o Homem subordina-se à vontade divina.

Edificar a «obediência da fé» em nome de Jesus é uma função que cabe ao apóstolado (Rm 1,5; 16,25.26). Quem praticar esta obediência, estará a orientar a sua vida segundo a doutrina de Cristo (Rm 6,17). Esta é a verdadeira vida na fé segundo os mandamentos de Deus. E é desta forma que o amor do Homem para com Deus se expressa.

SÍNTESE

Os mandamentos expressam a vontade de Deus de como deverá ser a relação com Ele. Além disso, são a base para um convívio saudável entre os homens. (5.1)

Com fé, o Homem aceita Deus como seu Senhor; confia n'Ele e anseia corresponder à vontade de Deus nos seus pensamentos e nos seus atos. (5.1)

A obediência incondicional de Jesus ao Seu Pai exorta ao seguimento e exige uma conduta correspondente ao Seu exemplo. (5.1)

5.2 Os mandamentos de Deus – uma expressão do Seu amor

Deus é amor (1Jo 4,16) e os Seus mandamentos são a expressão do Seu amor. A finalidade dos mandamentos consiste em ajudar aos homens, para que possam viver em conformidade com a vontade de Deus e com harmonia na sua interação social. Os mandamentos de Deus devem ensinar a alcançar um «amor de um coração puro, e de uma boa consciência e de uma fé não fingida» (1Tm 1,5).

Deus criou e abençoou o Homem. Ele ama-o desde o princípio. O Seu amor preservador também prevalece em relação à criatura caída no pecado. Toda a atuação salvífica de Deus é fundamentada no Seu amor. Foi por amor que Ele escolheu o povo de Israel (Dt 7,7.8). Através dos mandamentos, Ele dá a conhecer a Sua vontade a este povo, através do qual todos os povos hão-de ser abençoados, para os proteger, e oferece-lhes o Seu Filho Jesus Cristo, como expressão máxima do Seu amor para com o mundo (Jo 3,16).

O próprio Jesus Cristo também remete para o significado exuberante que Deus já dera ao amor na legislação e na proclamação profética da antiga aliança. Quando Lhe perguntaram qual seria o «grande mandamento na lei» (Mt 22,36), Jesus respondeu com duas citações tiradas da lei mosaica: «Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento. Este é o primeiro e grande mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos depende toda a lei e os profetas» (Mt 22,37-40).

Jesus Cristo é o fim da Antiga Aliança e o princípio da Nova Aliança. Na Nova Aliança, Deus deu ao Homem a possibilidade de se tornar Seu filho e de receber a Sua natureza divina intrínseca, o amor: «... o amor de Deus está derramado em nossos corações, pelo Espírito Santo que nos foi dado» (Rm 5,5). Este amor intrínseco a Deus ajuda a chegar ao reconhecimento de

que o Seu amor se evidencia nos mandamentos de Deus. Isso faz com que os mandamentos não sejam cumpridos por receio de castigo, mas antes por amor ao Pai Celestial: «Nisto conhecemos que amamos os filhos de Deus, quando amamos a Deus e guardamos os seus mandamentos. Porque este é o amor de Deus, que guardemos os seus mandamentos; e os seus mandamentos não são pesados» (1Jo 5,2.3; cf. Jo 14,15.21.23).

5.2.1 O amor a Deus

O amor do Homem para com Deus e o seu próximo é fundamentado em Deus. O amor é a natureza do Criador e, como tal, é eterno: o amor divino existe antes de toda a criatura e nunca terminará. Todas as coisas são de Deus, por Deus e para Deus (Rm 11,36).

A partir do amor que Deus dedica ao Homem, nasce no crente a vontade de retribuir este amor (1Jo 4,19). Tal como a fé é a resposta do Homem à manifestação de Deus, assim o seu amor a Deus é a resposta ao amor que recebeu de Deus.

De Ben Sira 1,14* consta o seguinte: «O princípio da sabedoria é o temor do Senhor [no sentido de amor ao Senhor].» Quem ama Deus, anseia alcançar a comunhão com Ele. O facto de o amor de Deus estar «derramado em nossos corações, pelo Espírito Santo que nos foi dado» (Rm 5,5), é uma grande ajuda para a alcançar. Através da participação digna na Santa Ceia, o amor a Deus é fortalecido. Desta forma, esse amor pode crescer no regenerado e apoderar-se cada vez mais dele.

Quem ama Deus, procura o amor (1Cor 14,1*). Amar a Deus é um mandamento que diz respeito ao Homem na sua plenitude e que exige uma dedicação total: «Amarás, pois, ao Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento» (Mc 12,30). O cumprimento deste mandamento dá conteúdo e sentido à vida.

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

O amor a Deus deve caracterizar a natureza do Homem e determinar o seu comportamento.

SÍNTESE

Os mandamentos de Deus são expressão do Seu amor. A sua finalidade consiste em ajudar os homens, para que possam viver em conformidade com a vontade de Deus e em harmonia na sua interação social. (5.2)

O reconhecimento do amor de Deus nos Seus mandamentos incentiva a cumprir os mandamentos não por medo de um castigo, mas antes por amor a Ele. (5.2)

5.2.2 O amor ao próximo – o amor aos concidadãos

«... mas amarás o teu próximo, como a ti mesmo» (Lv 19,18). Segundo a lei mosaica, o "próximo" era, em primeiro lugar, aquele que pertencia ao povo de Israel; no princípio, o mandamento só tinha validade nesse âmbito. No entanto, a sua aplicabilidade foi ampliada pelo apelo à proteção dos estrangeiros que viviam na terra dos israelitas (Lv 19,33.34).

O Filho de Deus juntou os mandamentos referidos em Levítico 19,18 e Deuterónimo 6,5, formando um duplo mandamento do amor (Mt 22,37-39).

No exemplo da parábola do bom samaritano (Lc 10,25-37) vê-se que Jesus aboliu a restrição do mandamento do amor ao próximo, que vigorava entre o povo de Israel. Por um lado, Ele mostrou que o próximo é todo aquele que necessita de ajuda, ficando em aberto se aqui se trata de um israelita ou de um gentio: «Descia um homem de Jerusalém ...». Por outro lado, o próximo é aquele que ajuda – na parábola referida um membro de um povo desprezado pelos israelitas, um samaritano. A mensagem é bem clara: no momento em que um Homem se dedica ao outro, ambos se tornam reciprocamente o seu

próximo. Ou seja, o próximo pode ser qualquer Homem com o qual tenhamos contacto.

Pode-se deduzir daí que o âmbito de aplicabilidade dos dez mandamentos (Decálogo) tem de ser ampliado e que eles são válidos para todos os homens.

A maioria dos dez mandamentos refere-se ao próximo (Ex 20,12-17). Isso é sublinhado no diálogo com o mancebo rico, em que o Filho de Deus equipara o mandamento do amor ao próximo com outros mandamentos pertencentes ao Decálogo (Mt 19,18.19).

O apóstolo Paulo considera que as regras que se referem ao concidadão estão reunidas no mandamento do amor ao próximo (Rm 13,8-10). Este reconhecimento é baseado na palavra do Senhor quando diz que do duplo mandamento do amor «depende toda a lei e os profetas» (Mt 22,37-40). Esta afirmação também se encontra no sermão da montanha, no contexto da "regra de ouro": «Portanto, tudo o que vós quereis que os homens vos façam, fazei-lho também vós, porque esta é a lei e os profetas» (Mt 7,12).

Qualquer Homem pode ser o próximo do outro. A abrangência que Jesus coloca nas Suas palavras também fica bem clara no sermão da montanha, quando Ele exige que se ame até mesmo o inimigo.

O amor ao próximo motiva à prática do Bem em todas as pessoas, desde que necessitem de misericórdia, e mesmo que sejam inimigos (Mt 5,44). Um exemplo prático do amor ao próximo é o ato altruísta para bem de outros, especialmente daqueles que, por algum motivo, são desfavorecidos.

Os seguidores de Cristo não são apenas exortados a praticar o amor ao próximo em aspetos terrenos, mas também a remeter os homens para o Evangelho de Cristo. Este é o amor «por obra e em verdade» (1Jo 3,18). É neste contexto que também se enquadra a oração de intercessão pelos falecidos.

«Amarás o teu próximo como a ti mesmo» (Mt 22,39) – estas palavras de Jesus concedem ao Homem o direito de pensar em si mesmo; por outro lado, o Senhor também define limites claros para o egoísmo e exorta a que o amor esteja presente no trato com todos os concidadãos.

O amor ao próximo, praticado seja em que forma for, merece um elevado reconhecimento. Quanto mais esse amor for praticado, mais aflição será atenuada, mais harmonioso será o convívio entre todos. A doutrina de Jesus

mostra que o amor ao próximo desabrochará em toda a sua plenitude se estiver associado ao amor a Deus.

5.2.3 O amor ao próximo – o amor na comunidade

O amor ao próximo deve evidenciar-se, acima de tudo, na comunidade: «Portanto, cada um de nós agrade ao seu próximo, no que é bom para edificação» (Rm 15,2). Jesus ensina: «Um novo mandamento vos dou: que vos ameis uns aos outros, como eu vos amei a vós, [...]. Nisto todos conhecerão que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros» (Jo 13,34.35). Quer dizer, o amor recíproco entre os seguidores de Cristo é uma característica que identifica a comunidade do Senhor.

O padrão definido para esse seu amor ultrapassa a "regra de ouro" em Mateus 7,12: cada qual deve amar o outro como Cristo ama os Seus. Na primeira Igreja cristã, este amor ficou evidenciado no facto de se dizer que «era um o coração e a alma da multidão dos que criam» (Act 4,32). No entanto, as Igrejas eram constantemente exortadas a voltarem à conciliação, à paz e ao amor.

O texto bíblico da 1ª de João 4,7ss, estabelece uma correlação entre o mandamento do amor comunitário e o mandamento do amor a Deus. O apóstolo descreve a aparição do Deus que ama os homens no envio do Seu Filho e no sacrifício de Cristo, e daí tira a seguinte conclusão: «Amados, se Deus assim nos amou, também nos devemos amar uns aos outros.» E prossegue nesse mesmo raciocínio: «Se alguém diz: Eu amo a Deus, e aborrece o seu irmão, é mentiroso.» Terminado com a conclusão: «E dele temos este mandamento: que quem ama a Deus, ame, também, o seu irmão.»

Desta forma, o amor a Deus também se evidencia na dedicação com amor ao irmão e à irmã na comunidade, independentemente da natureza ou da condição social dele ou dela. O apóstolo Tiago afirma que qualquer distinção ou parcialidade dentro da Igreja é inconciliável com «a fé do nosso Senhor Jesus Cristo, Senhor da glória». Qualquer que seja o sentido dos preconceitos existentes na comunidade, eles infringem sempre o mandamento do amor ao

próximo. Tiago chega à seguinte conclusão: «... Mas, se fazeis distinção de pessoas, cometeis pecado» (Tg 2,1-9).

O "amar uns aos outros" protege da irreconciliabilidade, de preconceitos e da visão depreciadora dos diversos membros da comunidade. Se o mandamento do amor ao próximo já implica dar assistência aos concidadãos, e ajuda em situações de emergência, muito mais isso se deve evidenciar dentro da Igreja: «... façamos bem a todos, mas principalmente aos domésticos da fé» (Gl 6,10).

O "amar uns aos outros" mutuamente é uma força especial que fortalece o espírito comunitário dentro da Igreja e traz calor à vida comunitária. Este conceito impede que os conflitos, que existem em qualquer tipo de convívio social, desaguem em desentendimentos de longa duração. Transmite a capacidade de aceitar o irmão e a irmã tal como são (Rm 15,7). Mesmo que as maneiras de ver, as formas de pensar e os hábitos comportamentais dos membros da comunidade sejam incompreensíveis para os outros, isso não vai levar à depreciação nem à marginalização deles, porque existe tolerância entre todos.

Além disso, esse amor também abre os olhos no sentido de ver que o outro também é um eleito de Deus, que faz parte daqueles que são "santos e amados". Este reconhecimento representa para todos uma tarefa: tratarmos-nos com sincera compaixão, amabilidade, humildade, mansidão e paciência. Se alguma vez existir motivo de queixa, procura-se o perdão com base na palavra: «... assim como Cristo vos perdoou, assim fazei vós, também!» E o apóstolo Paulo dá um conselho: «E, sobre tudo isto, revesti-vos de amor, que é o vínculo da perfeição» (Cl 3,12-14).

Cada comunidade local pode ser vista sob o prisma do corpo de Cristo; cada indivíduo que pertence à comunidade é um membro desse corpo. Desta forma, todos os membros da comunidade estão interligados e todos dependem da cabeça que têm em comum: Deus assim formou o corpo, para que tenham os membros igual cuidado uns dos outros. Cada qual serve para bem do conjunto de membros, tendo parte na vida do outro. A empatia no sofrimento e o desprendimento em relação às coisas boas que o outro tem são comportamentos naturais: «De maneira que, se um membro padece, todos os

membros padecem com ele; e se um membro é honrado, todos os membros se regozijam com ele.» Todos devem estar bem cientes do seguinte: «Ora vós sois o corpo de Cristo, e seus membros em particular» (1Cor 12,26.27).

No capítulo 13 da primeira epístola aos Coríntios*, o apóstolo Paulo mostra à Igreja o caminho do amor; ele termina com as palavras: «Agora permanecem estas três coisas: a fé, a esperança e o amor; mas a maior de todas é o amor.» Se o amor for vivido na Igreja, as consequências são muito mais vastas do que todas as dádivas, capacidades, reconhecimentos e conhecimentos jamais o conseguiriam.

SÍNTESE

Segundo a lei mosaica, o "próximo" é, em primeiro lugar, aquele que pertence ao povo de Israel. Jesus vem abolir esta restrição, tal como se vê na parábola do bom samaritano: qualquer Homem pode ser o próximo do outro. (5.2.2)

No sermão da montanha, Jesus exige que até os inimigos sejam amados. (5.2.2)

O amor ao próximo impõe limites ao egoísmo. Incita à misericórdia para com todos. Os seguidores de Cristo não são apenas exortados a praticar o amor ao próximo em aspetos terrenos, mas também a remeter os homens para o Evangelho de Cristo. É neste contexto que também se enquadra a oração de intercessão pelos falecidos. (5.2.2)

O amor ao próximo desbrocha completamente através do amor a Deus. (5.2.2)

A medida para o amor dos seguidores de Cristo entre si ultrapassa a "regra de ouro" «Portanto, tudo o que vós quereis que os homens vos façam, fazei-lho também vós!»: cada qual deve amar o outro como Cristo ama os Seus. Este amor protege de irreconciliabilidade, preconceitos e visão depreciativa, porque aceita o irmão e a irmã tal como eles são. (5.2.3)

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

5.3 Os Dez Mandamentos

Os dez mandamentos formam o núcleo da lei mosaica, os cinco livros de Moisés (Torá). Eles exprimem quais são os comportamentos que agradam e desagradam a Deus. Deles se podem deduzir indicações concretas sobre como o amor a Deus e ao próximo ordenado por Jesus Cristo se deve refletir na prática da vida humana.

Nos dez mandamentos é Deus quem se dirige a todos os homens e responsabiliza pessoalmente cada indivíduo pelo seu comportamento e pela sua conduta.

5.3.1 Termo "Mandamento"

A designação "Dez Mandamentos", ou "Decálogo", é derivada da formulação bíblica "dez verbos" ("deka logoi") em Êxodo 34,28 e Deuteronómio 10,4.

5.3.1.1 Contagem

A Bíblia determina o número dos mandamentos como sendo dez, mas sem os numerar. Daí resultaram formas de contagem divergentes. A contagem usual dentro da Igreja Nova Apostólica remonta a uma tradição do século IV d.C.

5.3.1.2 Os Dez Mandamentos no Antigo Testamento

Dentro da lei mosaica, os dez mandamentos têm um significado de destaque: são unicamente eles que Deus proclama ao povo de Israel, de forma audível, no monte Sinai (Dt 5,22), e só eles são inscritos em tábuas de pedra (Ex 34,28).

A proclamação dos dez mandamentos faz parte da aliança que Deus fez com Israel. Desta forma, Ele renovou a aliança anteriormente feita com Abraão, Isaac e Jacob (Dt 5,2.3). De Deuterónimo 4,13 consta o seguinte: «Então vos anunciou ele [Deus] o seu concerto, que vos prescreveu, os dez mandamentos, e os escreveu em duas tábuas de pedra.»

O cumprimento dos mandamentos era uma obrigação dos israelitas ligada à aliança e era abençoado por Deus (Dt 7,7-16). Já as crianças do povo de Israel os aprendiam de cor (Dt 6,6-9). Até hoje, os dez mandamentos continuam a ter grande significado no judaísmo.

5.3.1.3 Os Dez Mandamentos no Novo Testamento

No Novo Testamento, os dez mandamentos são afirmados pelo Filho de Deus e através d'Ele também recebem um conteúdo mais profundo. Nas Suas afirmações, Jesus Cristo mostra que é Senhor sobre os mandamentos, até sobre toda a lei (Mt 12,8). A afirmação que fez perante o mancebo rico evidencia que a vida eterna só pode ser alcançada se o Homem, para além de cumprir os mandamentos, seguir o exemplo de Cristo (Mt 19,16-22; Mc 10,17-21).

Jesus Cristo faculta uma nova visão da lei mosaica (*vide* 4.8) – em parte, também dos dez mandamentos. O apóstolo Paulo resumiu o significado da lei mosaica segundo a interpretação do Antigo Testamento nesta fórmula: «porque pela lei vem o conhecimento do pecado» (Rm 3,20).

Já a transgressão de um único destes mandamentos faz o Homem tornar-se culpado de ter transgredido todos (Tg 2,10). Desse ponto de vista, todos os homens infringem a lei – todo os homens são pecadores.

A lei permite reconhecer o pecado. A remissão de pecados cometidos só é possível através do sacrifício de Cristo, o fundamento da Nova Aliança.

Os dez mandamentos continuam a ter validade na Nova Aliança; são vinculativos para todos os homens. A interpretação diferente dos dez mandamentos na Nova Aliança também tem o seu fundamento no facto de a lei de Deus agora não ser inscrita em tábuas de pedra, mas antes no coração, no interior do Homem, conforme profetizado em Jeremias 31,33.34. Com o

cumprimento do mandamento do amor a Deus e ao próximo, também se cumpre a lei na sua plenitude (Rm 13,8-10).

5.3.1.4 Formulação

A redação atualmente corrente dos dez mandamentos não é congruente com o texto contido na Bíblia. Dá-se a preferência a uma formulação simples, conservadora do sentido memorável.

Os dez mandamentos na redação comum da atualidade	Os dez mandamentos segundo Êxodo 20,2-17	Os dez mandamentos segundo Deuteronômio 5,6-21
1º mandamento		
Eu sou o Senhor teu Deus. Não terás outro Deus além de mim.	Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de mim. Não farás para ti imagem de escultura, nem alguma semelhança do que há em cima nos céus, nem em baixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não te encurvarás a elas, nem as servirás: porque Eu, o Senhor, teu Deus, sou Deus zeloso, que visito a maldade dos pais sobre os filhos, até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem. E faço misericórdia, em milhares, aos que me amam e guardam os meus mandamentos.	Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão: não terás outros deuses diante de mim. Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma, do que há em cima no céu, nem em baixo na terra, nem nas águas debaixo da terra: Não te encurvarás a elas, nem as servirás: porque Eu, o Senhor, teu Deus, sou Deus zeloso, que visito a maldade dos pais sobre os filhos, até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem. E faço misericórdia, em milhares, aos que me amam e guardam os meus mandamentos.

Os dez mandamentos na re- dação comum da atualidade	Os dez mandamentos segundo Êxodo 20,2-17	Os dez mandamentos segun- do Deuteronómio 5,6-21
2º mandamento		
Não tomarás o nome do Se- nhor, teu Deus, em vão: por- que o Senhor não terá por ino- cente ao que tomar o seu nome em vão.	Não tomarás o nome do Se- nhor, teu Deus, em vão: por- que o Senhor não terá por ino- cente ao que tomar o seu nome em vão.	Não tomarás o nome do Se- nhor, teu Deus, em vão: por- que o Senhor não terá por ino- cente ao que tomar o seu nome em vão.
3º mandamento		
Santificarás o dia do Senhor.	Lembra-te do dia do sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás, e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do Senhor, teu Deus: não farás nenhuma obra, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o teu estrangeiro, que está dentro das tuas por- tas. Porque em seis dias fez o Se- nhor os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há, e ao séti- mo dia descansou: portanto, abençoou o Senhor o dia do sábado, e o santificou.	Guarda o dia de sábado, para o santificar, como te ordenou o Senhor, teu Deus. Seis dias trabalharás, e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do Senhor, teu Deus: não farás nenhuma obra nele, nem tu, nem o teu filho,, nem a tua filha, nem o teu ser- vo, nem a tua serva, nem o teu boi, nem o teu jumento, nem animal algum teu, nem o es- trangeiro que está dentro das tuas portas; para que o teu ser- vo e a tua serva descansem como tu: Porque te lembrarás que foste servo na terra do Egipto, e que o Senhor, teu Deus, te tirou dali, com mão forte e braço estendido; pelo que, o Senhor, teu Deus, te or- denou que guardasses o dia de sábado.

Os dez mandamentos na re- dação comum da atualidade	Os dez mandamentos segundo Êxodo 20,2-17	Os dez mandamentos segun- do Deuteronomio 5,6-21
4º mandamento		
Honrarás pai e mãe para que se prolonguem os teus dias na terra.	Honra a teu pai e a tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor, teu Deus, te dá.	Honra a teu pai e a tua mãe, como o Senhor, teu Deus, te ordenou, para que se prolonguem os teus dias, e para que te vá bem na terra que te dá o Senhor, teu Deus.
5º mandamento		
Não matarás.	Não matarás.	Não matarás.
6º mandamento		
Não adulterarás.	Não adulterarás.	Não adulterarás.
7º mandamento		
Não furtarás.	Não furtarás.	Não furtarás.
8º mandamento		
Não levantarás falsos testemunhos.	Não dirás falso testemunho contra o teu próximo.	Não dirás falso testemunho contra o teu próximo.
9º mandamento		
Não cobiçarás a casa do teu próximo.	Não cobiçarás a casa do teu próximo.	Não cobiçarás a mulher do teu próximo.
10º mandamento		
Não cobiçarás as coisas alheias.	Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma do teu próximo.	E não desejarás a casa do teu próximo, nem o seu campo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma do teu próximo.

SÍNTESE

Os dez mandamentos formam o núcleo da lei mosaica. É neles que Deus se dirige a todos os seres humanos. (5.3)

A proclamação dos dez mandamentos, cujo cumprimento era obrigatório, faz parte da aliança de Deus com Israel. (5.3.1.2)

Jesus Cristo trouxe uma visão nova da lei mosaica e, como tal, também dos dez mandamentos; eles continuam válidos na Nova Aliança. (5.3.1.3)

O texto dos dez mandamentos é referido duas vezes na Escritura Sagrada: Ex 20,2-17 e Dt 5,6-21. (5.3.1.4)

5.3.2 Primeiro mandamento

Eu sou o Senhor, teu Deus. Não terás outro Deus além de mim.

5.3.2.1 Deus – Senhor e Benfeitor

"Eu sou o Senhor, teu Deus" – quase como uma introdução a todos os restantes mandamentos, esta afirmação expressa que Deus é o Senhor que está sobre tudo e todos. É a Ele, o Criador de todas as coisas, que cabe a soberania ilimitada. A Sua palavra é o Juízo; a Ele se deve obediência.

O Antigo Testamento dá provas disso, seja na lei, nos Salmos ou nos livros proféticos. No Novo Testamento, o destaque é o seguinte: Cristo é o Senhor, a Sua vontade divina é vinculativa.

Mas Deus não é apenas regente, Ele também é o Protetor. Através da Sua bênção, Ele evidencia-se como benfeitor de todos os homens.

5.3.2.2 Deus – Libertador do cativo

Embora Deus seja o soberano absoluto e não precise de dar satisfações a ninguém, Ele explica aos israelitas por que motivo exige obediência: Ele tirou Israel «da servidão», da escravidão no Egito; Ele é o Deus que conduz à liberdade, o Deus libertador.

Deus, que libertou o povo de Israel da opressão terrena no estrangeiro, manifesta-se no Seu Filho Jesus Cristo como benfeitor para todos os homens num sentido mais nobre: por amor, Deus envia o Seu Filho. Este, por amor e em obediência ao Pai, sacrifica a Sua vida imaculada na cruz. Desde então, qualquer Homem tem a oportunidade de ser redimido do cativo do pecado e da morte. Quem reconhece o significado da redenção, sente vontade de dar provas de amor e obediência ao Redentor. A estreita correlação existente entre o primeiro mandamento e a exortação de amar a Deus é destacada em Deuterónimo 6,4.5: «Ouve, Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor. Amarás, pois, o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração e de toda a tua alma, e de todo o teu poder.»

5.3.2.3 Adoração e temor a Deus

Unicamente a Deus, o Senhor, se deve adorar; só a Ele se deve servir.

As formas de adoração a Deus na Antiga Aliança são divergentes. Os Salmos dizem que é a oração que exprime louvor e enaltecimento. O serviço sacrificial no templo também era uma forma de adoração.

Com o passar dos tempos, o culto no templo foi dando lugar a uma forma de adoração a Deus mais exteriorizada e formal, algo que já os profetas criticavam (Am 5,21.22.24 e outros). Também Jesus retoma esta tradição profética quando ensina: «Mas a hora vem, e agora é, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; porque o Pai procura a tais que assim o adorem. Deus é Espírito, e importa que os que o adoram o adorem em espírito e em verdade» (Jo 4,23.24). Isso quer dizer que a adoração a Deus

não é nenhum ato formal, consistindo, em vez disso, na dedicação total do Homem a Deus.

A dedicação a Deus é caracterizada pelo temor a Deus, ou seja, pelo respeito a Deus. O temor a Deus não é a expressão de um medo vassalo, mas antes de humildade, amor e confiança. Ela exprime-se pela veneração ao Altíssimo com amor filial e pela aceitação incondicional da majestade de Deus. O temor a Deus evidencia-se no esforço para cumprir os mandamentos, ou seja, para evitar o pecado.

5.3.2.4 Interdição da adoração de outros deuses

«Não terás outro Deus além de mim.». Desta forma, Deus deixa bem claro que Ele é o único a quem se deve adorar e venerar como Deus. Qualquer veneração ou adoração de tudo quanto o Homem considera ser uma divindade – sejam seres vivos, fenómenos naturais, objetos, seres reais ou imaginários – é pecado. Paulo escreve: «Porque, ainda que haja, também, alguns que se chamem deuses, quer no céu, quer na terra (como há muitos deuses e muitos senhores). Todavia, para nós, há *um só* Deus, o Pai, de quem é tudo, e para quem nós vivemos; e *um só* Senhor, Jesus Cristo, pelo qual são todas as coisas, e nós por Ele» (1Cor 8,5.6).

5.3.2.5 Interdição dos ídolos

Na região envolvente de Israel, estrelas e fenómenos naturais, estátuas, figuras de animais, rochas e outros objetos semelhantes eram adorados como deuses ou suas formas de manifestação. Os israelitas deixavam-se influenciar por este tipo de cultos e, por vezes, criavam imagens para as adorar, por exemplo o bezerro de ouro (Ex 32).

Segundo a sua redação bíblica, o primeiro mandamento proíbe que se faça qualquer tipo de imagem daquilo que Deus criou: «Não farás para ti imagem de escultura, nem alguma semelhança do que há em cima nos céus, nem em

baixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não te encurvarás a elas, nem as servirás» (Ex 20,4.5).

É necessário encarar esta proibição de fazer e adorar imagens sob o prisma da existência de imagens e estátuas que eram idolatradas e adoradas como divindade.

Não é suposto o Homem criar uma imagem de Deus: ele deve antes aceitá-Lo tal como Ele apareceu no mundo: em Jesus Cristo, a automanifestação de Deus na carne. E não se trata da forma exterior dessa Sua aparição, mas antes da natureza da vontade de Deus (Jo 14,9).

Segundo a tradição cristã, o primeiro mandamento não encerra nenhuma proibição de criação de imagens, esculturas, fotografias ou ilustrações filmadas. Esta interpretação é fundamentada, entre outras coisas, pelo relato bíblico que refere que o próprio Deus deu ordem para se criarem esculturas (Nm 21,8.9 e outros).

5.3.2.6 Infrações ao primeiro mandamento

A veneração e adoração de estátuas, imagens idólatricas ou amuletos, assim como de montanhas, árvores e fenómenos naturais são transgressões ao primeiro mandamento. Outras transgressões ao primeiro mandamento também são o satanismo, a vidência mediúnica, a magia, o espiritismo e a invocação dos mortos.

É contrário à vontade de Deus que alguém se eleve a uma divindade por poder, honra, dinheiro, ídolos ou até mesmo na sua própria pessoa, para que todos se subordinem. Também representa uma transgressão ao primeiro mandamento que alguém idealize uma imagem de Deus caracterizada pelos próprios desejos ou pelas próprias opiniões.

O primeiro mandamento exorta a honrar Deus por amor e a aceitá-Lo tal como Ele se manifestou. Esta veneração de Deus consiste na adoração, na obediência e no temor a Deus. Assim se cumprem as palavras: «Dai grandeza ao nosso Deus» (Dt 32,3).

Na Igreja Nova Apostólica, imagens, ícones, estátuas, e outros objetos parecidos criados por religiosidade, não têm qualquer função religiosa e não são alvo de adoração. Não lhes são atribuídas quaisquer forças espirituais nem poderes curativos.

SÍNTESE

«Eu sou o Senhor, teu Deus» expressa que a Deus cabe a soberania ilimitada. Através da Sua palavra Ele define a legislação à qual se deve obediência. (5.3.2.1)

Deus é o Único a quem se deve adoração. Qualquer adoração de seres vivos, fenómenos naturais, objetos, seres espirituais, sejam eles reais ou inventados, é pecado. (5.3.2.3; 5.3.2.4)

Não é suposto o Homem criar uma imagem de Deus: ele deve antes aceitá-Lo tal como Ele se manifestou pessoalmente em Jesus Cristo. (5.3.2.5)

A veneração de Deus consiste na adoração, na obediência e no temor a Deus. (5.3.2.6)

5.3.3 Segundo mandamento

Não invocarás o santo nome de Deus em vão.

5.3.3.1 O nome de Deus

Quando Deus falava com Moisés na sarça ardente, Ele revelou-lhe o Seu nome (Ex 3,14). Ao mesmo tempo, foi um ato no qual Deus manifestou a Sua natureza. O nome "Javé" que Deus aqui deu a conhecer pode ser traduzido por "Eu serei, o que serei" ou então "Eu sou o que sou". Desta forma, Deus dá-

se a conhecer como aquele que é absolutamente idêntico a Si mesmo, inalterável e eterno.

Por respeito, os judeus evitam pronunciar o nome de Deus, Javé. Até hoje, quando se encontra este nome de Deus em algum texto bíblico veterotestamentário, eles leem "Adonai" (Senhor). É uma forma de evitar o uso abusivo – mesmo que seja acidental – do nome de Deus.

O Antigo Testamento contém também outros nomes de Deus. Por exemplo, "Deus de Abraão, Isaac e Jacob" ou "Deus dos patriarcas". Estes nomes remetem para a atuação divina na história, na época dos patriarcas. Deus também é designado de "Senhor dos Exércitos", sendo que os "exércitos" aqui referidos são anjos.

Deus também é designado de "Pai" (Is 63,16). Quando Jesus ensinou a orar, Ele exortou a designar Deus de "Pai no céu" (Mt 6,9). A designação "Pai" exprime que o Homem se pode dirigir, em todos os assuntos, ao Deus do amor, com uma confiança de criança.

Na Grande Comissão dirigida aos apóstolos (Mt 28,19) e na bênção referida na 2ª aos Coríntios 13,13 Deus é designado de "Pai, Filho e Espírito Santo". Este nome manifesta a natureza divina com uma clareza nunca antes conhecida: Deus é trino e é invocado e venerado como Pai, Filho e Espírito Santo. Qualquer forma de referência imprópria às três pessoas divinas é proibida.

5.3.3.2 Formas de uso abusivo do nome de Deus

Quem pronunciar o nome de Deus, deverá fazê-lo com plena consciência de que tem uma responsabilidade para com Deus.

Um abuso grave do nome de Deus é considerado uma blasfêmia, o que implica uma difamação, um escárnio ou um insulto intencional a Deus. Constitui também uma alusão abusiva ao nome de Deus afirmar algo falso, invocando o Onnipotente.

Ao longo da História, o nome de Deus foi muitas vezes usado abusivamente para obter vantagens financeiras, fazer guerras, discriminar pessoas, ou para torturar e matar.

No dia-a-dia também existem situações de transgressão do segundo mandamento. Basta o uso irrefletido das designações "Deus", "Jesus Cristo" ou "Espírito Santo" em ditos populares. É pecado! O mesmo se aplica quando se pragueja mencionando Deus ou Jesus – em parte com formulações um pouco distorcidas – e ao contar anedotas que tematizam Deus, o Pai, Jesus Cristo ou o Espírito Santo. Todas estas práticas puxam a majestade de Deus e a Santidade da Sua atuação para um nível indigno; são as «chocarrices, que não convêm», mencionadas em Efésios 5,4.

5.3.3.3 A ameaça de sanção

A segunda parte do mandamento reza assim: «[...] porque o Senhor não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão.» Isso mostra que os mandamentos de Deus têm de ser levados a sério. Da Bíblia nada consta sobre o tipo de sanção em questão. Aquele que estiver consciente de que abusou do nome de Deus e sentir remorsos, pode ter esperança de ser perdoado.

A motivação para cumprir o segundo mandamento deve ser, acima de tudo, o amor a Deus e o temor a Deus, e não o medo de sofrer alguma sanção.

5.3.3.4 Santificar o nome de Deus – oração e conduta

O segundo mandamento exorta a manter sagrado tudo o que estiver relacionado com Deus e o Seu nome. Isso inclui a conduta de cada indivíduo. Enquanto cristão, o crente tem uma responsabilidade decorrente do nome do Senhor. Se aqueles que são designados com o nome de Deus tiverem uma conduta indigna, estarão a desonrar o nome de Deus.

Por causa da filiação divina, os filhos de Deus têm a grande responsabilidade de manter o nome de Deus no domínio do sagrado, pois eles são portadores do nome do Pai e do Filho (Ap 14,1).

5.3.3.5 Juramento - voto

No contexto do segundo mandamento também se coloca a questão de saber se é permitido jurar ou fazer um voto invocando o nome de Deus. Em Israel, isso era permitido (Dt 6,13; Dt 10,20); mas no sermão da montanha, foi proibida tal jura (Mt 5,33-37).

As afirmações divergentes no Novo Testamento sobre o juramento (Tg 5,12; Rm 1,9; 2Cor 1,23; Fl 1,8 e mais) permitem deduzir que a proibição de jurar não era considerada uma regra comportamental geral. A tradição cristã adota esta interpretação e associa a proibição expressa por Jesus apenas ao juramento leviano na vida quotidiana, mas, por exemplo, não a associa ao juramento em tribunal. Quem invocar Deus como testemunha, ao usar uma fórmula de juramento obrigatória ("Juro por Deus!"), para expressar o seu compromisso de preservar a veracidade perante o Eterno, está a fazer uma profissão pública da sua fé em Deus Onnipotente e Omnisciente. Este tipo de juramento também não é considerado pecado.

SÍNTESE

Através do nome "Javé" – "Eu serei, o que serei" ou "Eu sou o que sou" – Deus dá-se a conhecer como Aquele que é absolutamente idêntico, inalterável e eterno. (5.3.3.1)

Uma utilização abusiva do nome de Deus é blasfémia. (5.3.3.2)

O segundo mandamento é o único dos mandamentos que contém uma ameaça de castigo. (5.3.3.3)

É uma advertência para manter sagrado o nome de Deus, mesmo na conduta de vida. (5.3.3.4)

Juramentos levianos invocando o nome de Deus infringem o segundo mandamento. (5.3.3.5)

5.3.4. Terceiro mandamento

Santificarás o dia do Senhor.

O terceiro mandamento exorta a separar um dia da semana de todos os restantes dias para adorarmos Deus, relembrarmos com gratidão os Seus atos salvíficos e ocupar-nos com a Sua palavra.

5.3.4.1 Fundamentos do terceiro mandamento para Israel

O sábado, enquanto parte da ordem da criação divina, deve ser santificado porque Deus descansou no sétimo dia da criação e o santificou (Gn 2,2.3; Ex 20,8-11). O feriado foi dado como dia memorial para honrar a atuação criadora de Deus, que foi para bem de todos os homens.

Outro motivo para santificar o sábado é dado em Deuteronómio 5,15: «Porque te lembrarás que foste servo na terra do Egito, e que o Senhor, teu Deus, te tirou dali, com mão forte e braço estendido; pelo que, o Senhor, teu Deus, te ordenou que guardasses o dia de sábado.»

Assim sendo, o dia de descanso destina-se ao louvor ao Criador e à memória da libertação de Israel do cativeiro. Além disso, o sábado é o dia em que se relembram os atos de Deus para a humanidade e, em particular, para o Seu povo eleito.

5.3.4.2 O sábado em Israel

Já antes da decretação das leis no Sinai, Deus deu relevo ao sábado (Ex 16,4-30). Ele deu o sábado como um presente, um dia no qual o povo de Israel pudesse descansar do trabalho e dedicar-se inteiramente a Deus – desta forma, o sábado era um dia de repouso e um dia feriado ao mesmo tempo. Era caracterizado pelo serviço sacrificial especial (Nm 28,9.10). Era prometida a bênção àquele que honrasse o sábado e evitasse negócios pessoais e "falasse as suas próprias palavras" (Is 58,13.14).

5.3.4.3 Jesus Cristo e o sábado

A postura de Jesus em relação ao sábado era totalmente diferente da dos judeus fiéis à lei. O comportamento do Filho de Deus mostra que a Lei e o Evangelho dão valores distintos ao feriado. Embora também Jesus fosse à sinagoga ao sábado (Lc 4,16), Ele curava lá os doentes (Lc 6,6-11) – o que os escribas consideravam ser trabalho e, como tal, uma transgressão ao terceiro mandamento. No entanto, para Jesus, a cura de doentes era uma expressão da benfeitoria divina e, como tal, também era admissível no sábado.

Jesus Cristo tem a autoridade para libertar o dia de descanso da restrição que a legislação severa lhe impunha: «O sábado foi feito por causa do homem, e não o homem por causa do sábado» (Mc 2,27).

5.3.4.4 Do sábado para o domingo

«Porque o Filho do homem, até do sábado é Senhor» (Mt 12,8) – esta palavra de Jesus, na qual ficou documentada a Sua autoridade divina sobre a lei, também se cumpriu na alteração do dia da semana que é santificado por praticamente todos os cristãos: Enquanto, em Israel, é santificado o sétimo dia do calendário judaico, o sábado, os cristãos festejam o domingo como dia sagrado. Isso deve-se ao facto de Jesus Cristo, segundo testemunho unânime em todos os Evangelhos, ter ressuscitado dos mortos nesse dia da semana (Mt 28,1; Mc 16,2; Lc 24,1; Jo 20,1). É por isso que, para os cristãos, a santificação do domingo também representa uma profissão de fé na ressurreição de Jesus Cristo e uma forma de relembrar a Páscoa.

Após a Ascensão do Senhor, os primeiros cristãos ainda continuaram a praticar as suas tradições judaicas, entre as quais a santificação do sábado. Esta situação foi-se alterando com o trabalho missionário entre os gentios. Ao longo de um processo que demorou décadas, o domingo tornou-se o dia feriado dos cristãos. As primeiras indicações referentes ao significado do domingo encontram-se em Actos 20,7 e na 1ª aos Coríntios 16,2.

Em 321 d.C., o imperador Constantino I decretou que o domingo seria o dia de repouso geral no reino romano. Até hoje, esta regulamentação continua a ter validade em quase todos os países cristãos.

5.3.4.5 Santificar o feriado no serviço divino

A santificação do feriado consiste, acima de tudo, em frequentar o serviço divino para praticar a adoração a Deus, receber a Sua palavra com fé, aceitar a remissão dos pecados com disposição penitencial e receber com dignidade o corpo e o sangue de Cristo no sacramento da Santa Ceia. Ao fazê-lo, os crentes estão a relembrar o sacrifício de Cristo, o Seu ato redentor, bem como a celebrar a ressurreição do Senhor e orientar-se para a Sua revinda. A frequência do serviço divino reflete a gratidão pelos atos salvíficos de Jesus. Além disso, também exprime o desejo que o crente tem de receber a palavra de Deus e o sacramento.

Aqueles que têm de trabalhar aos domingos, e os doentes, deficientes e idosos que não podem ir ao serviço divino, santificam o domingo ligando-se em oração, segundo as suas possibilidades, com Deus e com a comunidade. Deus aproxima-se deles e oferece-lhes paz, consolação e fortificação (*vide* 12.4.3).

Os feriados do ano eclesiástico (*vide* 12.5), que não calham a um domingo, também são comemorados com serviços divinos.

Além disso, o feriado enquanto dia de repouso também é uma forma de exemplificar o descanso prometido junto de Deus. A correlação entre o terceiro mandamento e este "feriado" é descrita em Hebreus 4,4-11. Para alcançar esse repouso em Deus é preciso aproveitar o "hoje" e aceitar a palavra e o sacramento no serviço divino com fé (Heb 3,7).

5.3.4.6 Trabalhar aos domingos – entre obrigatoriedade e santificação

Quem mantiver Jesus Cristo sagrado no seu coração (1Pe 3,15), procurará, sempre que lhe seja possível, a comunhão com Ele no serviço divino. Se alguém for obrigado a trabalhar aos domingos, deverá ligar-se em oração a Deus e à comunidade.

5.3.4.7 Forma de passar os domingos

Sempre que possível, o domingo deverá ser um dia de repouso e de meditação sobre o Evangelho. É o dia de festa da alma, uma ocasião em que as suas necessidades devem estar em primeiro plano. Valores divinos, como a paz e o convívio comunitário, contribuem para a santificação.

O mandamento que exorta à santificação do feriado, é uma exortação dirigida ao crente para que verifique até que ponto as suas atividades são compatíveis com o espírito do dia que é dedicado ao Senhor. Em primeiro lugar deve estar o aprofundamento e a conservação do efeito do serviço divino.

Se o domingo for usado neste sentido, os crentes vivem em conformidade com a exortação no Salmo 118,24: «Este é o dia que fez o Senhor: regozijemo-nos, e alegremo-nos nele.»

SÍNTESE

O Sábado destina-se ao louvor ao Criador e relembra a libertação de Israel do cativeiro. Além disso, é o dia em que se relembram os atos de Deus para a humanidade e, em particular, para o Seu povo eleito. (5.3.4.1)

Os cristãos comemoram o domingo, o dia da ressurreição de Jesus Cristo, como feriado. (5.3.4.4)

A frequência do serviço divino reflete a gratidão pelos atos salvíficos de Cristo. (5.3.4.5)

O feriado enquanto dia de repouso é também uma forma de exemplificar o descanso prometido junto de Deus. (5.3.4.5)

O terceiro mandamento exorta a passar o domingo como um dia dedicado e consagrado ao Senhor. (5.3.4.7)

5.3.5 Quarto mandamento

Honrarás pai e mãe para que se prolonguem os teus dias na terra.

O quarto mandamento é o primeiro dos dez mandamentos que regula a relação com o próximo. Este mandamento não contém nenhuma interdição, mas antes evidencia um comportamento que agrada a Deus. É dirigido às pessoas de qualquer idade e exige que se conceda o respeito e a consideração devidos ao pai e à mãe. A realização concreta do mandamento pode ser diferenciada, dependendo das respetivas condições de vida, como sejam a idade, o contexto social e as normas e práticas sociais.

5.3.5.1 O quarto mandamento segundo a visão veterotestamentária

Tal como a lei mosaica em si, o quarto mandamento está relacionado com a peregrinação pelo deserto dos israelitas (Dt 5,16). O significado original do mandamento pode deduzir-se deste episódio histórico: era dirigido, em primeiro lugar, aos israelitas livres (segundo a visão da época, não era dirigido a mulheres, estrangeiros nem escravos). A intenção era que demonstrassem respeito pelos membros mais idosos do clã, ajudando-os na peregrinação tão difícil. E a promessa contida no mandamento também era dirigida aos israelitas: deveriam ter uma vida longa e deviam estar bem na vida – nomeadamente em Canaã, a terra que ainda tinham de conquistar. Aqui fica claro que, para o povo da antiga aliança, o "bem-estar" estava relacionado com a vida

terrena. Quando, mais tarde, os israelitas povoaram Canaã, os pais idosos foram honrados no sentido de os seus descendentes cuidarem deles, alimentando-os e, em caso de doença, tratando-os.

Este mandamento é interpretado em várias Escrituras do Antigo Testamento. Em Ben Sira 3,12*, por exemplo, o quarto mandamento refere-se à relação com os pais idosos: «Filho, ampara o teu pai na velhice, não o desgostes durante a sua vida». Em Provérbios 1,8 exige-se a obediência ao pai e à mãe; em Tobite 10,14* também se diz que se deve honrar os sogros: «Dê-me o Senhor a graça de vos [os sogros] honrar todos os dias da minha vida».

5.3.5.2 Jesus Cristo e o quarto mandamento

Segundo Lucas 2,51, Jesus subordinou-se em obediência à Sua mãe Maria e ao marido dela, José. A intensidade da Sua dedicação à mãe fica bem clara no Seu comportamento em Gólgota: Na cruz, Ele honrou Maria, entregando-a ao cuidado do apóstolo João (Jo 19,27).

Perante o mancebo rico, o Filho de Deus citou o quarto mandamento como sendo importante para alcançar a vida eterna (Mc 10,17-19). No âmbito dos Seus ensinamentos, o Senhor criticou o facto de os professores da lei judaicos terem invalidado um aspeto parcial do mandamento: o do sustento dos pais na velhice (Mc 7,9-13).

5.3.5.3 O quarto mandamento na visão do apóstolo Paulo

Nas epístolas do apóstolo Paulo, o quarto mandamento é mencionado expressamente. As crianças são exortadas a serem obedientes aos seus pais (Ef 6,1-3; Cl 3,20). A desobediência dos filhos para com os pais até é listada em "catálogos de iniquidades" (Rm 1,30; 2Tm 3,2). Por outro lado, os pais também são

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

exortados a terem consideração pelos filhos (Ef 6,4), e as mães devem amar os seus filhos (Tt 2,4). A mensagem é bem clara: para além da obrigação para os filhos, resultante do quarto mandamento, também os pais têm obrigações para com os filhos.

5.3.5.4 Ampliação do quarto mandamento na tradição cristã

Com o passar do tempo, a interpretação do quarto mandamento foi-se ampliando. Não obstante a sua redação original falar apenas de honrar os pais, a tradição cristã passou a entender o mandamento, de uma forma mais lata, como obrigação de respeitar todas as formas de autoridade. O quarto mandamento refere-se, principalmente, ao comportamento em relação aos antepassados.

Toda a obrigatoriedade de ser obediente, incluindo aos pais, é limitada pela ordem: «Mais importa obedecer a Deus do que aos homens» (Act 5,29).

5.3.5.5 O quarto mandamento na vida atual

Não foi revogada a obrigação de os filhos, independentemente da sua idade, honrarem os pais.

Quando a relação é fundamentada em amor e confiança, os pais podem esperar obediência dos seus filhos. O adolescente é exortado a capacitar-se de quanta dedicação paternal os pais zelosos lhe deram ao longo da sua infância e juventude. Isso resultará num sentimento de gratidão. Ao lidar com os pais, ao falar com eles e sobre eles, o respeito deve ser perceptível.

O quarto mandamento também contém uma obrigação para com os pais: na sua missão educativa, eles têm uma grande responsabilidade e devem contribuir, através de um comportamento que agrada a Deus, para que não seja difícil aos seus filhos honrá-los. Através da maneira como lidam com os seus próprios pais e sogros, ou como falam com e sobre eles, servem de exemplo aos filhos. Quando os pais e os filhos lidam uns com os outros com amor,

criando e preservando, assim, uma relação de confiança mútua, isso é favorável a uma vida familiar harmoniosa.

O cumprimento do quarto mandamento passa pela continuidade da dedicação carinhosa aos pais quando estes forem idosos. Se o comportamento for caracterizado por gratidão, amor e confiança, cumpre-se o quarto mandamento e a bênção de Deus estará sobre tudo. Do ponto de vista do Antigo Testamento, uma "vida longa" é expressão da bênção de Deus; na Nova Aliança, ela expressa-se, acima de tudo, em bens espirituais.

SÍNTESE

O quarto mandamento é o primeiro mandamento dos dez que regulamenta a relação com o próximo. Não contém nenhuma interdição, mas evidencia um comportamento que agrada a Deus. (5.3.5)

Para além da obrigação dos filhos de honrar os pais, os pais também têm obrigações: cuidar dos filhos e ser para eles um exemplo. (5.3.5.5)

Se o mandamento for cumprido, resulta daí a bênção de Deus. (5.3.5.5)

5.3.6 Quinto mandamento

Não matarás.

5.3.6.1 Interdição de matar no Antigo Testamento

A tradução literal deste mandamento, do texto original hebraico, é a seguinte: «Não assassinarás.» No seu sentido original, o quinto mandamento proíbe o derramamento arbitrário, ilícito e prejudicial para a vida comunitária de sangue inocente. Ficou excluído deste mandamento o serviço militar e a pena de morte.

No que se refere às sanções, a lei mosaica faz a distinção entre o homicídio accidental, o homicídio por negligência e o homicídio intencional (Ex 21,12-14).

Por princípio, em Israel, o homicídio era sancionado com a morte. Mas nos primeiros dois casos citados, o autor tinha a possibilidade de evitar esta sanção: se, na sua fuga, conseguisse alcançar uma das "cidades de refúgio" espalhadas pelo território de Israel, estaria protegido do vingador de sangue (Nm 35,6-34). Mas em casos de homicídio intencional a pena de morte era inevitável.

O Antigo Testamento relata muitas situações de homicídio, por exemplo, no contexto da tomada de Canaã ou dos combates do povo de Israel com os filisteus. As guerras também eram consideradas meios legítimos para proteger Israel da idolatria.

5.3.6.2 Interdição de matar no Novo Testamento

Jesus interpretou o quinto mandamento para além do seu sentido original: «Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; mas qualquer que matar será réu do juízo. Eu, porém, vos digo que, qualquer que, sem motivo, se encolerizar contra seu irmão, será réu de juízo» (Mt 5,21.22). Ele não restringe a obrigatoriedade de cumprir o mandamento à letra, Ele inclui também a postura interior do ser humano. Assim sendo, na 1ª epístola de João 3,15* é expresso o seguinte: «Todo aquele que tem ódio a seu irmão é um homicida».

5.3.6.3 Significado do quinto mandamento na atualidade

A vida é dada por Deus. Só Ele é o Senhor sobre a vida e a morte. Desse ponto de vista, nenhum ser humano tem o direito de pôr termo a uma vida humana.

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

A violência e o desrespeito pela vida na sociedade atual não podem, de forma alguma, relativizar o mandamento.

O mandamento de não matar inclui, ao mesmo tempo, a ordem de proteger e manter a vida humana.

5.3.6.4 Questões específicas referentes ao quinto mandamento

Todas as questões específicas têm de ser respondidas tendo presente que Deus é a fonte de toda a vida. Ele é a autoridade em cujas mãos estão o princípio e o fim da vida humana. Não compete ao Homem infringir esta ordem divina.

Pena de morte

A Igreja Nova Apostólica não considera a pena de morte um meio apropriado para a dissuasão criminal nem, por conseguinte, um meio apropriado para proteger a sociedade.

Guerras

O homicídio em situações de guerra infringe o quinto mandamento, embora o indivíduo pouco possa influenciar o curso dos acontecimentos. Ele tem a responsabilidade de escolher o menor dos males, mesmo nesta situação excecional, evitando, na medida do possível, matar alguém. Mesmo que se queira justificar o emprego de violência em determinadas situações, nomeadamente para evitar danos maiores ou a título de autodefesa, o ato de matar continua a infringir o quinto mandamento.

Motivos de justificação e de exclusão de culpa

Mesmo matar em autodefesa infringe o quinto mandamento. Independentemente da perseguição criminal, tanto nestes casos como em casos semelhantes, a culpa perante Deus pode ser pouca.

Matar uma vida humana antes de nascer

A vida não nascida deve ser respeitada e protegida, uma vez que se pode partir do princípio de que, logo a partir do momento da fecundação, existe vida humana oferecida por Deus. A Igreja não concorda que se matem embriões, ou seja, rejeita o aborto e a destruição de

vida humana gerada por meios artificiais. No entanto, se um médico atestar que a vida da mãe está em risco, a sua vida deverá ser salva-guardada. Mas também neste caso será uma infração ao quinto mandamento, embora a culpa possa ser efetivamente muito reduzida.

Suicídio

O suicídio também representa uma infração ao quinto mandamento.

Morte assistida

A morte assistida diz respeito ao moribundo para o qual não existe qualquer esperança de cura nem de melhoramento da sua doença.

Eutanásia ativa

A eutanásia ativa infringe o quinto mandamento tanto quanto a cumplicidade em suicídio.

Ortotanásia

A decisão sobre medidas de prolongamento artificial das funções vitais compete, em primeiro lugar, ao próprio paciente. Se não existir um termo de declaração do doente, esta decisão deverá ser tomada em consenso entre os médicos e os familiares, dignificando, de forma conscienciosa, unicamente os interesses do moribundo. Em ambos os casos, não se considera haver uma infração ao quinto mandamento.

Eutanásia ideológica

Matar pessoas com deficiências ou lesões constitui uma infração ao quinto mandamento.

Matar outros seres vivos

Matar animais não é abrangido pelo quinto mandamento. Em Génesis 9,1-3 fica bem claro que os animais servem de alimento ao Homem. No entanto, a vida da criatura muda também tem de ser respeitada. Faz parte da corresponsabilidade do ser humano preservar a criação. Cada indivíduo tem a obrigação de tratar qualquer forma de vida com respeito.

SÍNTESE

A vida é dada por Deus. Só Ele é o Senhor sobre a vida e a morte. Desse ponto de vista, nenhum ser humano tem o direito de pôr termo a uma vida humana. (5.3.6.3)

No seu sentido original, o quinto mandamento proíbe o derramamento de sangue inocente de uma forma arbitrária, ilícita e prejudicial para a vida comunitária. (5.3.6.1)

Jesus não restringe a obrigatoriedade de cumprir o mandamento à letra, Ele inclui também a postura interior do ser humano. (5.3.6.2)

O mandamento de não matar inclui, ao mesmo tempo, a ordem de proteger e manter a vida humana. (5.3.6.3)

5.3.7 Sexto mandamento

Não adulterarás.

5.3.7.1 Matrimónio

O matrimónio é uma forma de comunhão entre homem e mulher que corresponde ao plano de Deus e que está previsto durar a vida inteira. A sua base é um ato voluntário de ambos, expresso num voto de fidelidade proferido publicamente (Mt 19,4.5).

A Bíblia descreve dois tipos diferentes de matrimónio. Enquanto o Antigo Testamento fala, com frequência, da poligamia ("muitos casamentos", neste contexto: quando um homem está casado com várias mulheres, "poliginia"), Jesus Cristo e, com Ele, todo o Novo Testamento, professam a monogamia ("um casamento") como sendo a forma de comunhão matrimonial entre ho-

mem e mulher prevista por Deus e apropriada para o cristão crente (Mt 19,5.6; 1Tm 3,2.12; 5,9 e outros).

Já no Antigo Testamento, o matrimónio é visto como uma aliança que está sob a proteção de Deus (Pr 2,17; Ml 2,13-16) e que é abençoada com uma oração: «vamos orar para que o Senhor nos conceda a sua misericórdia e salvação. Levantaram-se ambos e puseram-se a orar e a implorar que lhes fosse enviada a salvação» (Tb 8,4.5').

Na Igreja Nova Apostólica, os casais, em que, regra geral, pelo menos um dos cônjuges deve ser novo-apostólico, recebem a bênção matrimonial se assim o pedirem. Esta bênção de Deus contém forças que ajudam a levar a futura vida conjugal do casal de uma forma que agrade a Deus. Isso implica que o casal se esforce seriamente por caminhar em conjunto pelo caminho da vida, com temor a Deus e amor.

O matrimónio, tal como a vontade de Deus o reflete, é uma imagem da comunhão de Cristo com a Sua Igreja e, por isso, é sagrado. Representa uma responsabilidade para os cônjuges, a de se honrarem e amarem reciprocamente (Ef 5,25.28-33). Originalmente, a sua duração é vitalícia, indissolúvel até à morte: «Portanto, o que Deus ajuntou, não o separe o homem» (Mt 19,6). Deste ponto de vista, é exigido que se proteja e promova o matrimónio.

5.3.7.2 Adultério

Em termos gerais, comete adultério aquele que, sendo casado, tiver relações sexuais com alguém que não seja o seu cônjuge ou, sendo solteiro, com alguém que é casado com outra pessoa. Segundo as palavras de Jesus «Eu, porém, vos digo, que, qualquer que atentar uma mulher, para a cobiçar, já em seu coração cometeu adultério com ela» (Mt 5,28), apesar de uma conduta exteriormente impecável, pode dar-se um "adultério no coração". Ou seja,

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

este mandamento não é transgredido apenas quando o adultério é consumado de facto, mas ainda antes, no momento em que se pensa nele (*vide* também Mc 7,20-23).

5.3.7.3 Divórcio

No Novo Testamento, o divórcio é visto como pecado: «Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem» (Mc 10,9); a única exceção em que o divórcio é admissível, é no caso do adultério por parte do cônjuge (Mt 19,9).

Quando um divorciado volta a casar, o Evangelho segundo S. Marcos diz que é adultério (Mc 10,11.12). Segundo outras afirmações neotestamentárias, o divórcio e o segundo casamento em tempo de vida do cônjuge divorciado representam uma transgressão do sexto mandamento. Muito aparentemente, na igreja cristã primitiva, exceto em certas circunstâncias, um segundo casamento após um divórcio não é aceite (1Cor 7,10.11.39; Rm 7,2.3).

As afirmações neotestamentárias sobre o divórcio têm de ser encaradas no contexto histórico e social da antiguidade: o intuito principal consistia, acima de tudo, em melhorar a situação da mulher, que apenas tinha direitos muito restritos. A intenção era proteger a mulher de ser rejeitada arbitrariamente pelo seu marido.

Não obstante isso, as citações bíblicas anteriores colocam a Igreja perante a questão de saber como lidar com pessoas divorciadas. Acima de tudo, é necessário ponderar todo o ambiente pessoal de cada caso. Pode ser difícil tomar decisões que estejam em conformidade com o espírito do Evangelho. Nunca se deve perder de vista o facto de Jesus não ter lidado com o Homem com o espírito da legislação da Antiga Aliança, mas sempre com o espírito do amor e da graça (Jo 8,2-11).

Como qualquer outro pecado, também o adultério e o divórcio requerem um perdão. Quando há um divórcio, regra geral, ambos os cônjuges têm a sua quota-parte de culpabilidade, embora a culpa de um possa ser maior do que a do outro. Existem casos em que um cônjuge exerce violência ou não quer continuar com o matrimónio. Por isso, é bom que cada um se autoanali-

se seriamente e preste contas de quais são as características e os comportamentos pessoais que contribuíram para que a situação de rotura se desse.

Pessoas que vivam em vias de divórcio, ou já divorciadas, não estão excluídas de receber os sacramentos. Têm o seu lugar na comunidade e continuam a ser acompanhadas pelos seus assistentes pastorais, sem qualquer restrição.

As pessoas divorciadas que queiram voltar a casar podem receber a bênção matrimonial se a pedirem. A intenção é dar-lhes a oportunidade de um recomeço.

5.3.7.4 Comportamento sagrado no matrimónio

Deve honrar-se o matrimónio e manter o "leito sem mácula" (Heb 13,4). Da compreensão de que o corpo é a habitação de Deus no regenerado, e também pertença do Altíssimo, resulta a obrigação para levar uma conduta sagrada (1Cor 6,19.20). Isso aplica-se, particularmente, ao comportamento no matrimónio (1Ts 4,3.4; *vide também* 13.3).

SÍNTESE

O matrimónio é a comunhão que Deus quer que exista entre homem e mulher. Como a comunhão de Cristo com a Sua comunidade, o matrimónio está previsto ser indissolúvel. Deste ponto de vista, é exigido que se proteja e promova o matrimónio. (5.3.7.1)

Em termos gerais, comete adultério aquele que, sendo casado, tiver relações sexuais com alguém que não seja o seu cônjuge ou, sendo solteiro, com alguém que é casado com outra pessoa. (5.3.7.2)

Também se trata de uma transgressão do mandamento quando o adultério ocorre em pensamento. (5.3.7.2)

5.3.8 Sétimo mandamento

Não furtarás.

5.3.8.1 Roubo no quadro legislativo geral

É proibido apoderar-se das pertenças de outra pessoa. Esta interdição de roubar, que remete para Deus, faz parte dos fundamentos da jurisdição humana e serve para proteger e respeitar a propriedade dos concidadãos.

Com base no mandamento do amor ao próximo, não se deve lidar com a propriedade com avariza nem egoísmo; a propriedade também implica uma responsabilidade.

Regra geral, o termo "roubo" (ou "furto") é entendido como o ato de subtração ilícita de propriedade alheia. Podendo essa propriedade ser material ou intelectual. Ninguém pode apoderar-se ilicitamente de pertenças do seu próximo nem prejudicar ou danificar a propriedade alheia. É igualmente proibido enganar os outros com o intuito de conseguir vantagens ilícitas. Antes pelo contrário, é preciso conter a atitude de querer acumular poder e lucro pessoal. A dignidade e o bem-estar do outro têm de ser respeitados.

5.3.8.2 Interdição do roubo no Antigo Testamento

Originalmente, o mandamento de não roubar visava condenar, acima de tudo, o rapto. A intenção era proteger o homem livre de ser furtado, vendido ou mantido em cativeiro. Em Israel, o rapto – contrariamente aos delitos de furto material, que podiam ser compensados por indemnização monetária ou material – era castigado com a pena de morte: «E quem furtar algum homem, e o vender, ou for achado na sua mão, certamente morrerá» (Ex 21,16). Ou seja, tratava-se de um delito que era sancionado com a mais severa de todas as penas possíveis.

Além disso, também o furto de propriedade alheia era punível; a lei mosaica exigia uma indemnização do objeto do furto. Regra geral, era exigida uma indemnização correspondente ao dobro do valor furtado, em casos graves até podia ser quatro ou cinco vezes o valor furtado (cf. Ex 21,37*; 22,3.6.8*).

5.3.8.3 Interdição do roubo no Novo Testamento

Ao falar com o mancebo rico (Mt 19,16-23), Jesus citou o sétimo mandamento. Em conformidade com Marcos 7,20-23, o Senhor definiu o roubo como pecado cuja origem está no interior do Homem e o contamina. Neste texto bíblico, o sétimo mandamento é interpretado no sentido convencional do Antigo Testamento.

Em João 10,1, o mandamento é ampliado e elevado para um plano espiritual: «Na verdade, na verdade vos digo que, aquele que não entra pela porta, no curral das ovelhas, mas sobe por outra parte, é ladrão e salteador». Aqui, refere-se àqueles que procuram convencer a aderir a doutrinas falsas. São como ladrões e salteadores que agem como se fossem lobos, procurando a sua presa entre os crentes e querendo arrancá-los para fora do rebanho de Cristo (Act 20,29).

5.3.8.4 Tipos diferentes de roubo

No sentido literal da palavra, estamos perante roubo (ou furto) quando propriedade material ou intelectual é subtraída sem consentimento. Além dessa forma mais imediata, existem ainda outros tipos de roubo. A fraude, por exemplo, também pode ser um roubo na aceção do sétimo mandamento.

O acontecimento descrito em Lucas 19,1-10 dá ênfase a este aspeto. Por que parte do património do publicano Zaqueu também tinha sido adquirida

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

mediante fraude. Depois de Jesus ter entrado na sua casa, o publicano prometeu: «Senhor, eis que dou aos pobres metade dos meus bens; e, se nalguma coisa tenho desfraudado alguém, o restituo quadruplicado» (Lc 19,8). Este exemplo amplia ainda mais o campo de visão referente ao conceito do que é roubo a nível das relações inter-humanas: também inclui a usura, o aproveitamento de uma situação de aflição, o desfalque e a fraude. Burla, sonegação de impostos, corrupção e esbanjamento de dinheiro confiado também são abrangidos por este mandamento.

Resumindo, o sétimo mandamento exorta a não mexer nos bens do próximo, nem a fazê-los diminuir ilicitamente, nem roubar-lhe a sua honra, a sua reputação, nem a sua dignidade como ser humano.

SÍNTESE

É proibido apoderar-se das pertenças do seu próximo, seja de que forma for.
(5.3.8.1)

O sétimo mandamento também exorta a não fazer nada que prejudique o próximo na sua honra, reputação ou dignidade enquanto ser humano.
(5.3.8.4)

5.3.9 Oitavo mandamento

Não levantarás falsos testemunhos.

5.3.9.1 Significado original

Originalmente, o oitavo mandamento referia-se ao falso testemunho perante o tribunal. Para o israelita, o "próximo" (*vide* 5.2.2) era, em termos gerais, o Homem com o qual se lidava na vida quotidiana. Um testemunho falso tanto

podia ser uma acusação falsa como a prestação de declarações falsas enquanto testemunha.

5.3.9.2 Exemplos de falsos testemunhos no tempo do Antigo Testamento

Em Israel, na época do Antigo Testamento, ao lidar com processos que envolviam a pena de morte era necessário arrolar, pelo menos, duas testemunhas para depor em tribunal (Nm 35,30). Se estas incriminassem o acusado com declarações falsas, ele era executado, se a sentença assim o mandasse, mesmo que fosse inocente (1Rs 21).

Quando se descobria, diante tribunal, que uma testemunha tinha prestado falsas declarações, a pena que teria sido decretada sobre o acusado, caso fosse achado culpado, passava a ser aplicada àquele que tivesse prestado falso testemunho (Dt 19,18.19).

Na literatura da sabedoria judaica, o falso testemunho é associado à mentira em geral: «A testemunha falsa não ficará impune, e o que diz mentiras perecerá» (Pr 19,9*).

5.3.9.3 Exemplos de falsos testemunhos no tempo do Novo Testamento

Jesus Cristo remeteu várias vezes para o oitavo mandamento (Mt 19,18 e outros). Ele demonstrou que a transgressão deste mandamento é a expressão de uma índole incorreta e que torna o Homem impuro (Mt 15,18.19).

O próprio Filho de Deus também teve de experienciar o que significa ser acusado através de falsos testemunhos: foi assim que chegou a ser decretada a Sua sentença de morte (Mt 26,57-66; Lc 23,2), e mesmo depois da Sua ressurrei-

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

reição, os sumos sacerdotes e anciãos trataram de difundir outra mentira (Mt 28,11-15). Jesus Cristo, «a testemunha fiel e verdadeira» (Ap 3,14), suportou as mentiras das falsas testemunhas com dignidade real.

5.3.9.4 Falso testemunho na atualidade – interdição da mentira e da fraude

Qualquer falso testemunho é uma mentira. No sentido mais lato, o oitavo mandamento pode ser encarado como proibição de qualquer ato que não seja verdadeiro (Lv 19,11). Devido à imperfeição humana, ninguém é capaz de colocar apenas verdade nas suas palavras. Mas quanto mais o Homem se dedica à imitação e ao seguimento de Cristo, e viver de forma correspondente, tanto mais verídicos serão as suas palavras e os seus atos.

O apóstolo Paulo aconselha: «Pelo que, deixai a mentira, e falai a verdade, cada um com o seu próximo» (Ef 4,25). Mas falar verdade com o seu próximo não significa que todos possam ou devam dizer sempre, em qualquer que seja a situação, todas as verdades desagradáveis ao próximo. Se alguém apontar impiedosamente todos os defeitos de quem o rodeia, irá causar muitos estragos. Também o oitavo mandamento é subjacente ao princípio básico do amor ao próximo. Ou seja, é preciso ponderar cuidadosamente como se fala com os outros e sobre os outros. É notável que em Provérbios 6,19 se encontre a indicação de que entre as coisas «que o Senhor aborrece» estão a «discórdia entre irmãos» e também «a testemunha falsa que profere mentiras».

5.3.9.5 Outras infrações ao oitavo mandamento

Cada qual deve esforçar-se por ser sincero e verdadeiro. O comportamento na sociedade e na vida profissional também se deve orientar pelo oitavo mandamento.

Para além do falso testemunho perante o tribunal (designado por perjúrio) e a mentira evidente, também as mentiras piedosas, as meias verdades, as

afirmações que visam dissimular os factos reais e as difamações representam uma transgressão ao oitavo mandamento. Da mesma forma, a ostentação e o exagero, a ambiguidade e a hipocrisia, a propagação de boatos, a calúnia e a adulação são expressão de falsidade.

5.3.9.6 Testemunho falso e verídico no sentido espiritual

O Deus Trino é a essência da verdade (Jo 17,17; 14,6; 16,13), enquanto o diabo é o pai da mentira (Jo 8,44). O seu falso testemunho está de um lado e do outro está o testemunho verídico do Espírito Santo.

Os cristãos são exortados a dar sempre um testemunho verídico, crendo no Evangelho e proclamando-o, e levando uma conduta consentânea.

SÍNTESE

Originalmente, o oitavo mandamento referia-se ao falso testemunho perante o tribunal. Um testemunho falso tanto podia ser uma acusação falsa como a prestação de falsas declarações enquanto testemunha (perjúrio). (5.3.9.1)

Qualquer falso testemunho é uma mentira. No sentido mais lato, o oitavo mandamento pode ser encarado como interdição de qualquer ato que não seja verdadeiro. (5.3.9.4)

Os cristãos devem dar sempre um testemunho verídico, crendo no Evangelho e proclamando-o, e levando uma conduta consentânea. (5.3.9.6)

5.3.10 O nono mandamento e o décimo mandamento

Não cobiçarás a mulher do teu próximo. Não cobiçarás as coisas alheias.

5.3.10.1 Formas de contagem e versões diferentes

Os últimos dois mandamentos do Decálogo estão estreitamente correlacionados no seu conteúdo. Muitas vezes, são referidos juntos como sendo o décimo mandamento, por exemplo no judaísmo, enquanto no cristianismo geralmente se faz a separação do nono e do décimo mandamentos.

Estes dois mandamentos existem em várias versões. Em Êxodo 20,17 fala-se, em primeiro lugar, da casa do próximo, enquanto em Deuteronómio 5,21 se fala primeiro da mulher.

5.3.10.2 Concupiscência – causadora de pecado

O tema central abordado pelo nono e décimo mandamentos é a afirmação: «Não cobiçarás». Não se trata de uma interdição de qualquer tipo de desejo humano em si, mas antes da cobiça pecaminosa da mulher ou dos bens de outra pessoa. Tal como também a transgressão dos outros mandamentos, esta cobiça infringe o mandamento do amor ao próximo (Rm 13, 9).

Desde o início dos tempos que Satanás procura seduzir o Homem para o pecado, despertando nele a cobiça e a vontade de possuir tudo o que é proibido (Gn 3,6). Adão e Eva cedem a este desejo e, por causa da sua desobediência, caem em pecado contra o mandamento de Deus. As consequências são descritas em Tiago 1,15: «Depois, havendo a concupiscência concebido, dá à luz o pecado; e o pecado, sendo consumado, gera a morte.»

A concupiscência, ou seja, o desejo pecaminoso, gera-se no interior do Homem. Desperta pensamentos impuros. Se não for controlado, o pensamento pecaminoso acaba por ser concretizado num ato pecaminoso. Esta correlação também fica expressa em Mateus 15,19: «Porque, do coração, procedem os maus pensamentos, mortes, adultérios, prostituição, furtos, falsos testemunhos e blasfémias.»

O nono e o décimo mandamento representam uma tarefa para o Homem que consiste em ficar vigilante, com o intuito de manter a pureza do coração.

Isso implica o esforço sincero de resistir à tentação de quaisquer práticas pecaminosas.

5.3.10.3 Desejar o parceiro conjugal do seu próximo

No Antigo Testamento, no contexto de David e Batseba, temos um exemplo drástico de até onde pode levar o desejo concupiscente pela mulher do próximo: ao adultério, à mentira e ao homicídio (2Sm 11). A correlação entre o desejo pela mulher do próximo e o adultério também foi um assunto abordado pelo Filho de Deus (Mt 5,27.28). Do ponto de vista cristão, a interdição de desejar a mulher do próximo também se refere ao desejo de uma mulher pelo marido da sua próxima. Quando o desejo é direcionado para o cônjuge de uma outra pessoa, trata-se de uma transgressão do mandamento de Deus. Neste sentido, o texto bíblico na 1ª de João 2,16.17, também pode ser visto como aviso de um desejo desses: «Porque, tudo o que há no mundo, a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida, não é do Pai, mas do mundo; e o mundo passa, e a sua concupiscência.»

5.3.10.4 Cobiçar os bens do seu próximo

Na legislação mosaica, a casa do próximo, a sua terra e o seu gado representam a sua propriedade, tal como também o é a mulher, o servo e a serva. O mandamento proíbe que se cobice os bens do próximo. Esta cobiça pode levar à cupidez e, regra geral, tem a sua origem na inveja.

A cobiça leva aquele que é cúpido a apoderar-se impiedosamente da propriedade de outros. Muitas vezes, os pobres são logrados porque aqueles que têm o poder praticam desenfreadamente a acumulação de bens. São incontáveis as guerras que começaram assim.

Segundo Eclesiastes 5,9 a cupidez é tão desregrada quando a ganância pelo dinheiro e nunca é saciada. O apóstolo Paulo designa o avarento de «idó-

latra» (Ef 5,5). Sobre o amor ao dinheiro, ele escreve que é «a raiz de toda a espécie de males» (1Tm 6,10.11).

5.3.10.5 Como vencer a cobiça pecaminosa

O texto bíblico de Gálatas 5,19-25 mostra que o desejo pecaminoso se evidencia num comportamento pecaminoso, nas «obras da carne» que são descritas de forma drástica. O cristão deve manter-se afastado de tais pecados: «E os que são de Cristo crucificaram a carne, com as suas paixões e concupiscências.» O apóstolo Paulo exorta: «Se vivemos no Espírito, andemos também no Espírito.» O que significa dar frutos do Espírito Santo: «amor, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança.» Neste contexto, o termo «temperança» significa autocontrole, que se evidencia através da moderação e da abstinência. Esta virtude impede que o surgimento do desejo acabe por levar à cobiça.

Os cristãos são exortados a pautar as suas vidas com uma conduta de acordo com a sua vocação e a esforçarem-se por resistir ao desejo pecaminoso: «Como filhos obedientes, não vos conformando com as concupiscências que antes havia na vossa ignorância; mas, como é santo aquele que vos chamou, sede vós, também, santos, em toda a vossa maneira de viver» (1Pe 1,14.15).

SÍNTESE

Os últimos dois mandamentos do Decálogo estão estreitamente correlacionados no seu conteúdo e muitas vezes são vistos conjuntamente como sendo o décimo mandamento. O núcleo comum de ambos os mandamentos é o desejo pecaminoso pela mulher ou pelos bens do próximo. (5.3.10.1; 5.3.10.2)

O nono e o décimo mandamento representam uma tarefa para o Homem que consiste em ficar vigilante, com o intuito de manter a pureza do coração. (5.3.10.5)

Parte VI

A Igreja de Jesus Cristo

6

6 A Igreja de Jesus Cristo

A Igreja de Jesus Cristo foi instituída na Terra pelo próprio Senhor. É ela que dá ao Homem acesso à salvação. É dentro dela que o Homem oferece a Deus adoração e glorificação.

6.1 Termo "Igreja"

"Igreja" provém do grego "kyriake" ("pertencente ao Senhor"). O Novo Testamento utiliza o termo "ekklesia" ("chamar ou convocar para fora, em assembleia"). "Ekklesia" é traduzido como "Reunião, Comunidade, Igreja".

Em termos linguísticos comuns, o termo "igreja" tem diversos significados. Por um lado, significa uma casa de Deus cristã como local de reunião dos crentes, por outro, uma reunião de pessoas com fé cristã, a igreja local. Além disso, também é a designação dada a uma denominação cristã. As explicações seguintes referem-se à "Igreja" enquanto objeto da fé.

As pessoas pertencentes à Igreja de Cristo foram convocadas por Deus, para terem comunhão eterna com Ele, ou seja, com Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo. O fulcro da vida eclesíastica é o serviço divino. No centro da Igreja, Jesus Cristo prepara a Sua Igreja-noiva, através de apóstolos, para a Sua revinda breve e para as "bodas no céu".

6.2 Fundamentação bíblica

O desígnio da Igreja de Jesus Cristo consiste, por um lado, em tornar acessível ao Homem a salvação e a comunhão eterna com o Deus Trino e, por outro, em exortar o Homem a adorar e glorificar a Deus.

6.2.1 Indicações do Antigo Testamento referentes à Igreja de Jesus Cristo

Depois do pecado original, o Homem não pode permanecer na comunhão direta com Deus. Tem de abandonar o espaço em que vive, no qual Deus lhe tinha concedido encontro com Ele. Através do pecado, o Homem ficou sujeito à morte. Mas Deus quer remir o Homem desta sujeição à morte, quer conceder-lhe salvação e preparar-lhe comunhão eterna Consigo próprio.

Desde o início que Deus se preocupa com o Homem. Quando o Criador expulsa o Homem do jardim do Éden, Ele veste-o e promete que um descendente da mulher irá vencer o sedutor (Gn 3,15).

O reconhecimento de que o Homem depende totalmente de Deus é abordado repetidas vezes no Antigo Testamento. Isso foi manifestado através da edificação de altares e da apresentação de sacrifícios.

O pecado vai ficando cada vez mais poderoso; as pessoas vão-se afastando cada vez mais de Deus. Por isso, Deus deixa a humanidade perecer no dilúvio, um juízo divino. No entanto, oferece graça a Noé e à sua família, concedendo-lhes salvação na arca. Deus faz uma aliança com eles, prometendo proteção e dedicação a todos os seus descendentes, ou seja, a toda a humanidade. O arco-íris é o símbolo dessa Nova Aliança.

Estes acontecimentos são indicações para os atos salvíficos de Deus, que se irão confirmar mais tarde na Igreja de Cristo: Deus dedica-se ao ser humano, cuida dele e protege-o e aceita-o na Sua Aliança. Na 1ª de Pedro 3,20,21, fica bem claro que a salvação na arca é o exemplo do batismo, através do qual, na Nova Aliança, recebemos salvação. Em consequência disso, na tradição cristã, a arca é interpretada como metáfora da Igreja de Cristo.

Na aliança com Noé, todo o ser humano está incluído. Com a eleição de Abraão, é criada mais uma aliança, que coloca Abraão e os seus descendentes numa ligação especial com Deus: eles tornam-se o povo eleito de Deus. Um símbolo visível dessa aliança é a circuncisão. Essa aliança é confirmada perante Isaac e Jacob.

Quando Moisés, no monte Sinai, recebeu de Deus os dez mandamentos e, por encargo de Deus, os transmitiu ao povo de Israel, Deus revelou a Sua vontade sob a forma de uma lei. Isso foi tornado público no âmbito de uma reunião, dentro de uma comunidade.

Está definido na lei, como deverá ser a ligação do ser humano com Deus e entre uns e os outros. Isso pressupõe regras para um serviço divino correto. Este consistia no rito sacrificial, realizado pelos sacerdotes no tabernáculo, na adoração e dedicação do povo a Deus através de oração, reconhecimento e obediência. Para esse serviço divino foi chamado Israel como o povo eleito por Deus.

Estes elementos da Antiga Aliança remetem também para Jesus Cristo e para a instituição da Igreja: a Antiga Aliança remete para a Nova Aliança, o símbolo da circuncisão no batismo, para a proclamação da vontade divina através da prédica da palavra de Deus, para o serviço de sacrifício sacerdotal na Santa Ceia e na sua administração através do ministério autorizado; a oração e o reconhecimento remetem para a adoração do Deus Trino no serviço divino cristão.

O serviço divino veterotestamentário era realizado, de forma festiva, num lugar central, no templo de Jerusalém. Era ali que se encontrava a casa do Senhor, onde as pessoas se reuniam para louvar a Deus (Sl 122) e Lhe levarem ofertas como sacrifício. Isso mudou com a destruição do templo e com o subsequente cativeiro do povo judaico na Babilónia. Durante esse período, as pessoas reuniam-se para os serviços divinos nas sinagogas, onde se lia e interpretava a palavra de Deus e a lei. Todavia, o sacrifício não podia ser realizado. Assim sendo, estes serviços divinos eram deficitários. Quando, depois do cativeiro babilónico, o templo em Jerusalém foi reedificado e o serviço sacrificial voltou a poder ser praticado, os crentes também continuaram a reunir-se nas sinagogas para celebrarem o serviço divino, cujo fulcro era a palavra de Deus.

Aqui é dada uma indicação para a Igreja neotestamentária, no centro da qual, Jesus Cristo, como palavra que se tornou carne, está presente (Jo 1,1). A Epístola Aos Hebreus interpreta a lei, o sacrifício, a circuncisão e o sacerdócio da Antiga Aliança, como "sombra", ou seja, como antecipação da Nova Aliança (Heb 8,5; 10,1). A sombra não é o que é verdadeiro – ela remete simples-

mente para o que é verdadeiro. Não é a Antiga Aliança que é a instituição de salvação perfeita de Deus, mas antes, a Nova Aliança instituída por Jesus Cristo.

Assim sendo, o povo eleito da Antiga Aliança simboliza aquilo que se concretizará no povo de Deus da Nova Aliança, ou seja, na Igreja de Jesus Cristo.

6.2.2 Primórdios da Igreja de Jesus Cristo

Todo o fundamento e existência da Igreja têm a sua origem na personificação e no ato de Jesus Cristo, que é e traz a salvação.

«Mas, vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para remir os que estavam debaixo da lei, a fim de recebermos a adopção de filhos» (Gl 4,4.5). Jesus, o filho de Deus, nasceu homem, entre o povo escolhido da Antiga Aliança. Deus torna-se homem – Ele entra na história da humanidade, passa a fazer parte dela.

Ele chamou pessoas a segui-Lo, reuniu discípulos, pregou acerca do reino de Deus, manifestou-se de forma exemplar, como legislador, no sermão da montanha, curou doentes, saciou os famintos, ressuscitou mortos, perdoou pecados, prometeu e enviou o Espírito Santo.

A encarnação de Deus em Jesus Cristo é a condição necessária para a existência da Igreja. Todos os outros acontecimentos que fazem parte do fundamento da Igreja estão fundamentados neste acontecimento e é a partir dele que têm de ser interpretados: a eleição dos apóstolos (Lc 6,12-16), a nomeação das funções de Pedro (Mt 16,18), a instituição da Santa Ceia (Mt 26,20-29), a morte e ressurreição de Jesus Cristo, a Grande Comissão (Mt 28,19.20).

Na História, a Igreja de Cristo revela-se pela primeira vez, no Pentecostes, com o derramamento do Espírito Santo. O apóstolo Pedro pregou com a força do Espírito Santo – estava instituída a primeira Igreja. Batismo, remissão dos pecados e receção do dom do Espírito Santo são elementos de transmissão salvíficos no caminho para a salvação (Act 2,38). Os primeiros cristãos «perseveravam na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão,

e nas orações» (Act 2,42). Estas características têm uma importância decisiva para a Igreja de Cristo.

SÍNTESE

A Igreja de Jesus Cristo foi instituída na terra pelo próprio Senhor. (6)

O termo "Igreja" designa uma casa de Deus cristã, uma comunidade local ou uma denominação cristã, mas em termos teológicos designa a Igreja de Jesus Cristo. (6.1)

As pessoas pertencentes à Igreja de Jesus Cristo são eleitas e chamadas por Deus e destinadas a uma comunhão eterna com Ele. (6.1)

A finalidade da Igreja de Jesus Cristo consiste, por um lado, em permitir o acesso à salvação por parte dos seres humanos e, por outro, em prestar a Deus adoração e glorificação. (6.2)

Até o Antigo Testamento já contém múltiplas indicações referentes à Igreja de Cristo. (6.2.1)

A Epístola Aos Hebreus interpreta a lei, o sacrifício, a circuncisão e o sacerdócio da Antiga Aliança, como "sombra", ou seja, como antecipação da Nova Aliança. Assim sendo, a Antiga Aliança já contém indicadores que apontam para aquilo que se há-de realizar na Igreja de Jesus Cristo da Nova Aliança. (6.2.1)

Tudo o que fundamenta a Igreja e tudo o que ela é tem a sua origem na pessoa e nos atos de Jesus Cristo. A encarnação de Deus em Jesus Cristo é a condição necessária para a existência da Igreja. (6.2.2)

Na História, a Igreja de Cristo revela-se pela primeira vez no Pentecostes, com o derramamento do Espírito Santo. (6.2.2)

Os primeiros cristãos perseveravam na doutrina dos apóstolos, na comunhão, no partir do pão e nas orações. Estas características são determinantes para a Igreja de Cristo. (6.2.2)

6.2.3 Imagens metafóricas para a Igreja de Jesus Cristo no Novo Testamento

No Novo Testamento não existe qualquer doutrina conclusiva sobre a Igreja. No entanto, contém inúmeras imagens metafóricas e exemplos, que manifestam a natureza da Igreja. Cada uma destas imagens remete para um ou mais aspetos daquilo que é a Igreja. Estas imagens podem ser interpretadas de diversas formas; até mesmo a própria Bíblia, as interpreta de diferentes formas.

6.2.3.1 Corpo de Cristo

A imagem da Igreja como corpo de Cristo tem uma posição central. Ela é, muitas vezes, relacionada com aqueles que, através do batismo, da fé e do reconhecimento, fazem parte de Jesus Cristo. Em Romanos 12,4.5, os crentes são designados de «membros» do corpo de Cristo. Com isso, recorre-se a uma ideia usual naquela época, que considerava o Estado como sendo o corpo orgânico e cada indivíduo como seu membro. Os dons dos membros da comunidade são diferentes uns dos outros, e, assim, também as respetivas tarefas. No entanto, todos estão interligados e se servem mutuamente. Desta forma, a Igreja é um organismo, no qual todos dependem uns dos outros.

Apesar de os membros serem todos diferentes, formam entre si uma unidade. Como membros do corpo de Cristo, cuidam uns dos outros e estão ligados uns aos outros: «Agora, pois, há muitos membros, mas um corpo» (1Cor 12,20).

Em Efésios 1,22.23, Cristo é apresentado como cabeça da Igreja e regente sobre todas as coisas. Desta forma, recorre-se ao hino da Epístola Aos Colossenses, na qual está escrito: «E ele é a cabeça do corpo da igreja» (Cl 1,18). Neste simbolismo, a Igreja de Cristo é comparada ao "Corpo de Cristo", fazendo parte da perfeição do seu Senhor.

A imagem do corpo aplica-se também à Igreja local, na qual seres humanos imperfeitos deverão chegar «à unidade da fé, e ao conhecimento do Filho de Deus, a varão perfeito, à medida da estatura completa de Cristo» (Ef 4,13).

O crescimento do corpo – tanto no que diz respeito à Igreja como um todo, como à Igreja local e a todos os crentes – acontece através da atuação de Deus (Cl 2,19). O crescimento refere-se a Cristo. Sendo o Senhor, a "cabeça", o referencial e a meta (Ef 4,15). Para que o corpo de Cristo pudesse ser edificado, Deus deu ministérios e servidores.

6.2.3.2 Povo de Deus

A imagem do povo de Deus remete para o facto de Deus, entre os diversos povos, ter escolhido um: «Porque povo santo és ao Senhor, teu Deus: o Senhor, teu Deus, te escolheu, para que lhe fosses o seu povo próprio, de todos os povos que sobre a terra há. O Senhor não tomou prazer em vós, nem vos escolheu, porque a vossa multidão era mais do que a de todos os outros povos, pois vós éreis menos em número do que todos os povos; mas, porque o Senhor vos amava; e para guardar o juramento que jurara aos vossos pais» (Dt 7,6-8).

A história de Israel é fundamentada na atuação redentora de Deus; Ele libertou o povo da escravidão dos egípcios e conduziu-o à terra prometida. É a este povo que Ele enviou o Seu Filho; entre este povo, Deus torna-se homem. No entanto, Israel rejeita Jesus como o Messias e não acredita n'Ele – o Filho de Deus torna-se uma pedra de tropeço e rocha de escândalo para o povo de Deus da Antiga Aliança.

Contra isso, estão aqueles que, como povo de Deus da Nova Aliança, creem em Jesus Cristo: «Mas vós sois a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido, ... Vós, que em outro tempo não éreis povo, mas agora sois povo de Deus; que não tínheis alcançado misericórdia, mas agora alcançastes misericórdia» (1Pe 2,9.10).

Esta palavra mostra o desígnio da Igreja de Cristo, tanto no presente, como no futuro. No presente, vemos nela a prefiguração da forma perfeita que irá ter no futuro: Ela partilhará a glória de Cristo.

6.2.3.3 Cidade de Deus

Na imagem da cidade de Deus, a Igreja é vista como lugar no qual Deus vive no meio de todos os que Lhe pertencem. Na terra, a Igreja é o lugar no qual Jesus Cristo, o Mediador, dá, de diversas formas, acesso à salvação e concede a comunhão com Deus. Assim sendo, a Igreja é o lugar onde nos encontramos com Deus, onde O adoramos e onde se realizam os serviços divinos.

A Igreja de Jesus Cristo ultrapassa toda a imaginação humana e é ainda do aquém e do além, do presente e do futuro. Estas formas divinas fazem parte umas das outras. A descrição que encontramos na Epístola Aos Hebreus 12,22-24 dá-nos uma ideia da grandeza que a Igreja irá ter na sua perfeição final. As palavras: «chegastes ao monte Sião, e à cidade do Deus vivo, à Jerusalém celestial» referem-se à Igreja em toda a sua plenitude. Assim sendo, a parte terrena da Igreja está entrelaçada na parte celestial. Na Jerusalém celestial, é Deus quem reina, juntamente com os anjos, a assembleia e a "Igreja dos primogénitos, que estão inscritos nos céus", os espíritos dos justos aperfeiçoados e Jesus, o Mediador da Nova Aliança.

Se os seres celestiais derem glória e graça a Deus nos céus (Sl 29,1; Ap 4); então, o mesmo acontecerá na terra, ou seja, na parte terrena da Igreja de Cristo, através dos crentes.

Na futura cidade de Deus, a nova Jerusalém, Deus habitará com os homens (Ap 21,3).

6.2.3.4 Reino de Deus

A imagem do reino de Deus remete para a regência de Deus na Sua Igreja. Jesus apresenta o reino de Deus, em muitas parábolas, de diversas formas (Mt 13). "Reino de Deus" pode querer dizer, por exemplo:

- Jesus Cristo, o próprio Senhor que está presente (Lc 17,21)
- A Sua Igreja atual aqui na terra
- Os que, através das bodas no céu, se tornam regentes (Ap 19,6.7)

- Reino da paz, que Jesus Cristo, o Senhor que há-de voltar, estabelecerá aqui na terra
- Regência eterna de Deus na nova criação e
- Vida eterna.

Em João 3,3.5 é dito que só têm acesso ao reino de Deus os que nasceram de Deus: «que aquele que não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus. [...] que aquele que não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus.» – «Ver o reino de Deus» significa, ver Deus tal como Ele é. Isso se cumprirá, para com as primícias, no dia do Senhor (1Jo 3,2): elas verão as áreas da vida eterna.

6.2.3.5 Rebanho de Deus

Na imagem do rebanho de Deus, Jesus Cristo é o bom Pastor; Ele conhece os Seus e dá a vida por eles. Ele chama para Si, ovelhas de outros rebanhos – Ele convoca constantemente as pessoas a terem fé n'Ele e na Sua Igreja. No fim, haverá um rebanho e um Pastor (Jo 10,11-16). Através do Espírito Santo, Jesus fala aos Seus. A quem acreditar n'Ele e O seguir, Ele concederá a vida eterna (Jo 10,25-28).

Antes de ascender ao céu, o Ressuscitado confiou os Seus "cordeiros e as Suas ovelhas" ao apóstolo Pedro (Jo 21,15-17). O apóstolo Pedro ficou com o encargo de cuidar dos que fazem parte da Igreja de Cristo. Desta forma, os crentes ficam a pertencer a Jesus Cristo, como Seu rebanho.

Em conformidade com o texto bíblico na 1ª de Pedro 5,2-4, os ministros da Igreja são exortados a apascentar a comunidade como o "rebanho de Deus". Eles não são os donos da comunidade, mas antes devem ser exemplos. Devem executar o seu trabalho orientados para a revinda de Jesus Cristo, o "Sumo Pastor".

A imagem do rebanho mostra a Igreja, como uma comunhão que segue Cristo. Ela recebe acompanhamento, proteção e orientação através de Jesus Cristo, o bom Pastor.

6.2.3.6 Outras imagens metafóricas para a Igreja

No Novo Testamento podemos encontrar mais descrições em forma de imagens, nas quais as características já descritas, referentes à Igreja, são sublinhadas e outros aspetos se tornam evidentes: lavoura de Deus, edifício de Deus, casa de Deus, templo de Deus, mulher vestida de sol e menino e noiva (1Cor 3,9; 1Tm 3,15; 1Cor 3,16.17; Ap 12, Ap 21,2). A interpretação das imagens depende do respetivo texto. Por isso mesmo, uma imagem pode, consoante o contexto, conter afirmações diferentes. É interessante ver como, em algumas passagens, várias imagens estão interligadas.

Neste sentido, uma imagem não deve ser interpretada literalmente. Ao olharmos para as imagens, podemos reconhecer que a Igreja é una, apostólica, universal, ou seja, omni-abrangente, e santa.

SÍNTESE

No Novo Testamento existem inúmeras imagens metafóricas e exemplos que manifestam a natureza da Igreja. (6.2.3)

Frequentemente, a imagem da Igreja como corpo de Cristo é relacionada com aqueles que pertencem a Jesus Cristo por batismo, crença e profissão de fé. Simboliza que a Igreja é como um organismo no qual todos dependem uns dos outros. O crescimento do corpo é direcionado para Cristo, que, enquanto cabeça desse corpo, é o Senhor, a medida de referência e o objetivo. (6.2.3.1)

Tal como Deus elegeu o povo de Israel entre muitos povos, também elegeu um povo na Nova Aliança, a Sua Igreja. (6.2.3.2)

Na imagem da cidade de Deus, a Igreja é vista como lugar no qual Deus vive no meio de todos os que Lhe pertencem. (6.2.3.3)

A imagem do reino de Deus remete para a regência de Deus na Sua Igreja. (6.2.3.4)

A imagem do rebanho mostra a Igreja como comunhão que segue Jesus Cristo, o Bom Pastor. (6.2.3.5)

Outras imagens metafóricas da Igreja são a casa de Deus, o templo de Deus, a mulher vestida de sol e o varão, bem como a noiva. (6.2.3.6)

6.3 A Igreja de Jesus Cristo – um mistério

Tudo o que a Igreja é e será está fundamentado na palavra, na obra e na natureza de Jesus. Jesus Cristo é um verdadeiro Deus e um verdadeiro Homem, ou seja, conjuga em Si próprio duas naturezas diferentes (*vide* 3.4.3). Este segredo permanece insondável. Assim sendo, também a Igreja de Cristo continua a ser um segredo insondável; é também um mistério e ainda tem uma natureza dupla, sendo apenas inteligível através da fé.

Através de Jesus Cristo, o Mediador entre Deus e o ser humano, este último pode adquirir esta graça. Esta feliz mensagem deve ser pregada e propagada através de apóstolos (1Tm 2,5-7). Na palavra da prédica reflete-se, de forma distinta, a palavra de Cristo através da atuação do Espírito Santo, e ouvir esta palavra é motivo de alegria (Rm 10,16.17). Desta forma, a Igreja, ao proclamar o Evangelho, toma parte no serviço mediador de Cristo.

A Igreja de Cristo, na sua natureza, remete para a natureza dupla de Jesus Cristo. A Sua natureza divina é oculta e invisível, enquanto a Sua natureza humana é visível e perceptível. Na Sua natureza humana, Jesus envelheceu como qualquer outro homem. Sentiu dor, medo, fome e sede. Ou seja, Ele participou no destino da humanidade, sem, no entanto, estar sujeito à propensão para o pecado.

Até mesmo a Igreja de Cristo tem um lado oculto e invisível, e outro visível e perceptível. Tal como acontece com as duas naturezas de Jesus Cristo,

também os dois lados da Igreja de Cristo não podem ser indissociados. Apesar de se diferenciarem, estão inseparavelmente unidos.

Em última análise, o lado invisível da Igreja é, tal como a natureza divina de Jesus Cristo, indescritível. A sua existência é perceptível no efeito salvífico dos sacramentos e da palavra de Deus. No lado invisível da Igreja, composto por todos os que foram batizados com os ritos consagrados⁸, os que creem verdadeiramente e que professam a fé no Senhor, estão contidas, em toda a plenitude, as quatro características da Igreja - unicidade, santidade, universalidade e apostolicidade. Este lado da Igreja é abordado no terceiro artigo da profissão de fé.

O lado perceptível da Igreja de Cristo faz parte da história universal da humanidade, tal como Jesus enquanto homem. No entanto, ao contrário d'Ele, os seres humanos que nela atuam estão sujeitos ao pecado. Por isso mesmo, também se encontram na Igreja erros, doutrinas erradas e "descarrilamentos" próprios dos humanos. Todavia, as insuficiências da Igreja visível não são suficientes para corromper nem destruir a Igreja invisível e perfeita, da qual fazem parte os verdadeiros crentes e eleitos (*vide* 4.5).

O facto de o lado visível e o lado invisível da Igreja se complementarem e, ao mesmo tempo, serem distintos, só se consegue abarcar através da fé. A forma visível da Igreja, ou seja, a Igreja de Cristo na sua concretização histórica, não é a meta da fé, mas antes, a instituição na qual atualmente podemos receber a salvação e sentir a proximidade de Deus.

6.4 A fé na Igreja una, santa, universal e apostólica

Na Igreja de Jesus Cristo, instituída na terra pelo Senhor, temos acesso à salvação. As pessoas que dela fazem parte foram convocadas por Deus, para terem comunhão eterna com Ele, ou seja, com Deus, o Pai, o Filho e o Espírito

8 Um batismo ministrado em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e com água.

Santo. Na Igreja, o Deus Trino é adorado. O fulcro da vida eclesiástica é o serviço divino.

A Igreja de Cristo, na sua natureza espiritual e na sua perfeição, está oculta, e é somente inteligível através da fé. Todavia, é perceptível e vivenciável na sua concretização espiritual. No terceiro artigo de fé, é confessado: «Creio no [...] na igreja una, santa, universal e apostólica ...» Desta forma, a Igreja faz parte da fé.

Nos primeiros três artigos de fé é confessada a fé em Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Da mesma forma, os cristãos confessam, desde sempre, a sua fé na Igreja. Aqui vê-se claramente que a Igreja não é algo exterior ou sem importância, mas sim, um conteúdo fundamental da fé cristã. Sem a Igreja não é possível ser-se cristão.

SÍNTESE

Tudo o que a Igreja é e será está fundamentado na palavra, na obra e na natureza de Jesus. (6.3)

Na sua natureza, a Igreja remete para a natureza dupla de Jesus Cristo. A Sua natureza divina está oculta, enquanto a Sua natureza natural está visível. A Igreja também tem um lado invisível e um lado visível que pertencem um ao outro, sendo inseparáveis. (6.3)

O lado invisível da Igreja é perceptível nos efeitos salvíficos dos sacramentos e na palavra de Deus. (6.3)

O lado visível da Igreja de Cristo faz parte da história universal da humanidade, tal como Jesus enquanto homem. No entanto, ao contrário d'Ele, os seres humanos que nela atuam estão sujeitos ao pecado. Por isso mesmo, também se encontram na Igreja erros, doutrinas erradas e "descarrilamentos" próprios dos humanos. (6.3)

A Igreja é um dos conteúdos fundamentais da fé cristã. Sem a Igreja não é possível ser-se cristão. (6.4)

6.4.1 Características da Igreja

Na profissão de fé de Niceia-Constantinopla está escrito que a Igreja de Cristo é una, santa, universal e apostólica. Estas características da Igreja chamam-se "notae ecclesiae".

6.4.1.1 A Igreja é "una"

A confissão de fé na Igreja una provém da fé no Deus único. O Deus Trino fundamenta e recebe a Igreja única através do Pai, que enviou o Filho, através de Jesus Cristo, que como cabeça do corpo está ligado à Igreja, e assim permanece, e através do Espírito Santo, que atua na Igreja de Cristo. A Igreja de Cristo dá assim testemunho da unicidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Jesus designou a unanimidade entre todos e o amor mútuo como característica dos que Lhe pertencem e O seguem (Jo 13,34; 17,20–23). As diferenças existentes entre os membros da Igreja perdem razão de ser, sendo criada a unicidade. O espírito de comunhão e a vontade recíproca de dedicação mútua, existentes no corpo de Cristo, estão fundamentados no amor, no «vínculo da perfeição» (Cl 3,14).

Desta forma, surge na Igreja a natureza de Deus: «Deus é amor; e quem está em amor está em Deus, e Deus nele» (1Jo 4,16).

6.4.1.2 A Igreja é "santa"

Santa é a Igreja de Cristo através da santa atuação de Deus no sacrifício de Cristo e através da atuação do Espírito Santo na palavra e no sacramento. Esta atuação santa realiza-se no crente durante o serviço divino.

A santidade da Igreja está fundamentada exclusivamente no Deus Trino e não nos homens que pertencem à Igreja. Na oração sumo-sacerdotal, o Se-

nhor expressa que Ele próprio se santifica para os Seus apóstolos, «para que também eles sejam santificados na verdade» (Jo 17,19). Neste processo de santificação através d'Ele próprio, Ele inclui a comunidade (Jo 17,20).

O texto bíblico em Hebreus 10,10 fala da santificação através do sacrifício de Jesus: «Na qual vontade, [de Deus] temos sido santificados pela oblação do corpo de Jesus Cristo, feita uma vez.»

O apóstolo Pedro chama aos crentes um povo santo (1Pe 2,9.10), mesmo apesar de serem seres humanos com defeitos. O estado pecaminoso dos seres humanos não anula a santidade da Igreja.

6.4.1.3 A Igreja é "universal"

No contexto espiritual, "universal" ("católico"), significa que, para a proclamação do Evangelho, não existem limites. Isto é abordado no mandato do Ressuscitado aos Seus apóstolos (Mt 28,19; Mc 16,15; Act 1,8). Jesus Cristo e a Sua Igreja são dados para as pessoas de todos os povos, tanto para os vivos como para os mortos (Rm 14,9). A vontade salvífica universal de Deus ganha, na Igreja, uma forma real e perceptível.

A Igreja de Jesus Cristo é abrangente e universal, e é ainda do aquém e do além, do presente e do futuro. Ao ser vista, hoje em dia, como uma instituição que transmite a salvação e a comunhão com Deus, a natureza oculta da Igreja revelar-se-á na sua completção: terá a vida em salvação total na comunhão direta com Deus.

6.4.1.4 A Igreja é "apostólica"

A Igreja é "apostólica" em dois sentidos: é nela que se proclama a doutrina apostólica e é nela que atua o ministério do apostolado.

A doutrina apostólica é a mensagem verdadeira da morte, ressurreição e revinda de Cristo, em conformidade com a doutrina dos apóstolos do cristia-

nismo primitivo, testemunhada no Novo Testamento e crida e vivida pelos primeiros cristãos (Act 2,42).

O ministério apostólico é o apostolado instituído por Cristo e dirigido pelo Espírito Santo, investido de todos os poderes: a proclamação do Evangelho, a ministração dos sacramentos e a remissão dos pecados (Mt 28,19; Jo 20,23).

A apostolicidade da Igreja consiste, por um lado, no facto de prosseguir com a proclamação da doutrina apostólica, tal como o testemunha a Escritura Sagrada, e, por outro, no facto de nela se concretizar historicamente o ministério de apóstolo até à revinda de Cristo.

SÍNTESE

Na profissão de fé de Niceia-Constantinopla está escrito que a Igreja de Cristo é una, santa, universal e apostólica (6.4.1):

A Igreja é *una*. A confissão de fé na Igreja una provém da fé no Deus único. A Igreja dá testemunho da unicidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo. (6.4.1.1)

A Igreja é *santa*. Isso está fundamentado nos atos santificadores de Deus. A santidade da Igreja está fundamentada exclusivamente em Deus e não nos homens que pertencem à Igreja. O estado pecaminoso dos seres humanos não anula a santidade da Igreja. (6.4.1.2)

A Igreja é *universal*. Isto significa que é omni-abrangente e universal, do aquém e do além, do presente e do futuro. (6.4.1.3)

A Igreja é *apostólica*. Dentro dela é proclamada a doutrina apostólica, ou seja, a mensagem sobre a morte, a ressurreição e a revinda de Cristo. Do mesmo modo, também o ministério de apóstolo, instituído por Jesus Cristo, é uma realidade histórica até à Sua revinda. (6.4.1.4)

6.4.2 Concretização da Igreja de Jesus Cristo no contexto histórico

A historicidade da Igreja está fundamentada na historicidade de Jesus Cristo. Jesus Cristo viveu como verdadeiro Homem entre os homens: «O que era desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com os nossos olhos, o que temos contemplado, e as nossas mãos tocaram, [...] isso vos anunciamos, para que também tenhais comunhão connosco; e a nossa comunhão é com o Pai, e com seu Filho, Jesus Cristo» (1Jo 1,1-3).

Tal como Jesus Cristo é perceptível para os sentidos do ser humano, também a Sua Igreja é perceptível. Na realidade histórica, a Igreja manifesta-se, nomeadamente na comunhão dos homens que são batizados, que creem em Jesus Cristo e que O confessam.

As cartas dos apóstolos no Novo Testamento já davam testemunho da discrepância existente entre a pretensão do Evangelho e a realidade nas comunidades. Estas contradições na realidade histórica têm permanecido e, por enquanto, ainda não foi possível desfazê-las. A Igreja de Cristo é perfeita na sua natureza, mas, na sua forma histórica, evidencia-se como sendo imperfeita. Embora seja perfeita, tendo sido fundada por Deus, continua a evidenciar insuficiências, devido aos seres humanos que nela atuam, os quais, «como pedras vivas», deverão ser edificados como «casa espiritual» (1Pe 2,5).

6.4.2.1 A Igreja de Jesus Cristo na época dos primeiros apóstolos

A encarnação, a vida e a atuação de Jesus Cristo formam o fundamento para a concretização histórica da Igreja por Ele instituída: «Porque ninguém pode pôr outro fundamento, além do que já está posto, o qual é Jesus Cristo» (1Cor 3,11). É sobre este fundamento que, no Pentecostes, a Igreja de Cristo se realiza e desenvolve com o derramamento do Espírito Santo.

Foi então que surgiram as primeiras comunidades, nas quais atuavam apóstolos e outros ministros, era pregado o Evangelho e ministrados os sacramentos. Os apóstolos atuavam segundo o seu mandato, levando a mensagem da salvação em Cristo, tanto aos judeus como aos gentios.

6.4.2.2 A Igreja de Jesus Cristo depois da morte dos primeiros apóstolos

Com a morte dos primeiros apóstolos, a situação modificou-se. O ministério, ao qual Jesus tinha confiado o poder de administrar os sacramentos, de perdoar os pecados e de proclamar o Evangelho, deixou de estar ocupado. Deixou de ser possível continuar a ministrar o sacramento do Espírito Santo. A Santa Ceia continuou a existir enquanto ceia memorial, ceia de profissão, de comunhão e de gratidão (*vide* 8.2.8ss). Embora já não fosse possível pronunciar a remissão dos pecados, é imaginável que Deus, mesmo durante esse período, tenha continuado a conceder aos crentes a Sua graça remissora.

Os crentes que confessavam a Cristo continuavam a receber o sacramento do Santo Batismo com água e, através disso, eram integrados no corpo de Cristo.

Na proclamação da palavra, a espera pela iminente revinda de Cristo passou para segundo plano. No entanto, a fé na vida e atuação do Filho de Deus, na Sua morte e na Sua ressurreição permaneceu viva. Os crentes continuavam a propagar o Evangelho e os valores da ordem cristã. Inspiradas pelo Espírito Santo, foram formuladas nas confissões vetero-eclesiásticas, afirmações fundamentais da doutrina cristã. Missionários deram, durante séculos, testemunho de Jesus Cristo pelo mundo inteiro. Finalmente, no século XIX, surge uma dádiva profética em algumas pessoas, através da qual são dados a conhecer os homens escolhidos pela vontade de Deus para serem apóstolos.

Mesmo na época após a morte dos primeiros apóstolos, o Espírito Santo continuou a atuar, embora não com a mesma plenitude original.

6.4.2.3 A Igreja de Jesus Cristo depois da restauração do ministério de apóstolo

Com a reocupação do ministério de apóstolo, em 1832 (*vide 11.3*), o Senhor restabeleceu coisas essenciais na Sua Igreja aqui na Terra: a apostolicidade está restabelecida na íntegra na Igreja visível. A atuação dos apóstolos eleitos não deveria fundamentar uma nova denominação religiosa cristã, antes tendo como meta preparar toda a cristandade para a revinda do Senhor.

Com a reocupação do ministério de apóstolo é também restabelecida a ministração correta dos sacramentos. A palavra proclamada pelos embaixadores da parte de Cristo adquire também uma maior autoridade. Isso fica particularmente patente no sentido de manter viva a certeza da iminente revinda de Cristo. Da mesma forma, volta a poder ser anunciada a remissão dos pecados por apóstolos.

Dessa forma, tanto o ministério e a ministração dos sacramentos a ele ligada como a proclamação da palavra são elementos essenciais da Igreja de Cristo, que voltam a existir integralmente na realidade histórica.

SÍNTESE

A historicidade da Igreja está fundamentada na historicidade de Jesus Cristo. Ele viveu como verdadeiro Homem entre homens. (6.4.2)

Tal como Jesus Cristo é perceptível para os sentidos do ser humano, também a Sua Igreja é perceptível. Na realidade histórica, a Igreja manifesta-se, nomeadamente na comunhão dos homens que são batizados, que creem em Cristo e que O confessam. (6.4.2)

A Igreja é perfeita na sua natureza, mas, na sua forma histórica, evidencia-se como sendo imperfeita. (6.4.2)

A Igreja de Cristo desabrochou com o ato do derramamento do Espírito Santo no Pentecostes. Dentro dela, atuavam apóstolos e outros ministros, era pregado o Evangelho e ministrados os sacramentos. (6.4.2.1)

Após a morte dos primeiros apóstolos, este ministério deixou de estar ocupado. Mesmo nessa época, o Espírito Santo continuou a atuar, embora não com a mesma plenitude original. Os crentes continuavam a propagar o Evangelho e os valores da ordem cristã. Mas a espera pela revinda de Cristo ficou em segundo plano. (6.4.2.2)

No século XIX, o ministério de apóstolo voltou a ser ocupado e exercido. Dessa forma, foi restabelecida na íntegra a apostolicidade na Igreja visível. Desde então, o ministério, a ministração dos sacramentos, bem como a proclamação da palavra voltaram a existir integralmente na realidade histórica. (6.4.2.3)

6.4.3 A Igreja de Jesus Cristo e o ministério

O quarto artigo de fé fala do facto de a Igreja e o ministério de apóstolo fazerem parte um do outro: «Creio que o Senhor Jesus rege a sua Igreja e que para tal enviou os Seus apóstolos, e que continua a enviá-los até à sua revinda, dando-lhes a missão de ensinar, e de, em seu nome, perdoar pecados e batizar com água e Espírito Santo.»

Jesus Cristo rege a Sua Igreja. No tempo da sua fundação e no tempo em que decorre a preparação da Noiva do Senhor para a Sua revinda, Ele enviou apóstolos à terra, para que, através deles, a Sua regência seja perceptível. O ministério de apóstolo foi dado à Igreja de Cristo na sua plenitude; tem a missão de atuar em todos os setores da Igreja.

Os apóstolos foram enviados para ensinar e batizar todos os povos. Eles chamam todos, tanto os que não são cristãos, como os batizados que creem em Jesus Cristo e O confessam como o Seu Senhor, para serem batizados com Espírito Santo e para se deixarem preparar para a revinda de Cristo.

Os apóstolos reconhecem Jesus Cristo como o que é, e que era, e que há-de vir. Através disso, remetem também para os acontecimentos futuros da

história de salvação. A orientação para o futuro na comunhão direta com Deus destaca um elemento importante da natureza da Igreja de Cristo. É uma tarefa prioritária dos apóstolos, anunciar a revinda iminente de Cristo e conduzir a Igreja-noiva ao encontro do Senhor (*vide* 10.1.2).

A noiva do Senhor ou, mais especificamente, a "comunhão dos santos", são os crentes que foram regenerados da água e do espírito e que se deixaram preparar pelos apóstolos de Jesus Cristo para o dia do Senhor e que foram aceites por Ele.

O ministério original é o ministério de apóstolo. Este é o único ministério instituído pessoalmente por Jesus Cristo. Todos os demais ministérios surgiram através do ministério de apóstolo. O quinto artigo de fé diz o seguinte: «Creio que aqueles que são designados por Deus para exercerem um ministério apenas são ordenados por apóstolos, e que a autoridade, a bênção e a santificação necessárias para exercerem o seu ministério lhes advêm do apostolado.»

SÍNTESE

Jesus Cristo rege a Sua Igreja. Na época da sua fundação e na época durante a qual ocorre a preparação da noiva do Senhor para a Sua revinda, Ele enviou apóstolos. É uma tarefa prioritária dos apóstolos, anunciar a revinda iminente de Cristo e conduzir a Igreja-noiva ao encontro do Senhor. (6.4.3)

O ministério de apóstolo é dado para a Igreja, na sua totalidade, com a missão de atuar em todas as partes da Igreja. (6.4.3)

O ministério original da Igreja é o ministério de apóstolo. Todos os demais ministérios surgiram através deste ministério. (6.4.3)

6.4.4 A Igreja de Jesus Cristo e os sacramentos

Onde quer que se batize com os ritos consagrados, isto é, em nome de Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, e com água, os crentes, através da graça de

Deus, podem ser integrados no corpo de Cristo. O Santo Batismo com água está confiado à Igreja como entidade global. Isso é testemunhado no sexto artigo de fé: «Creio que o Santo Batismo com água é o primeiro passo para a renovação do homem no Espírito Santo, e que, assim, o batizado é admitido na comunhão dos que creem em Jesus Cristo e que O confessam como seu Senhor.»

Ao ministério de apóstolo foi dado o poder integral da administração dos sacramentos, isto é, da ministração do Santo Batismo com Água, da Santa Ceia e do Santo Selamento. Os apóstolos têm ainda o poder de ministrar os três sacramentos aos falecidos.

O sacramento da Santa Ceia é celebrado como mesa da comunhão, na qual o sacrifício de Cristo e o corpo e sangue do Senhor estão presentes de forma correta na comunhão com os apóstolos. O sétimo artigo de fé diz o seguinte: «Creio que a Santa Ceia foi instituída pelo próprio Senhor, em memória do sacrifício de Cristo, feito uma vez e plenamente válido, do Seu amargo sofrimento e da Sua morte. A participação digna na Santa Ceia garante-nos a comunhão de vida com Cristo Jesus, nosso Senhor. É celebrada com pão ázimo e vinho; ambos têm de ser consagrados e administrados por um ministro autorizado pelo apóstolo.»

O sacramento do Santo Selamento só pode ser ministrado pelos apóstolos, tal como podemos concluir do artigo de fé: «Creio que os batizados com água têm de receber o dom do Espírito Santo de um apóstolo para obterem a filiação divina e os pré-requisitos para alcançar a primogenitura.»

SÍNTESE

Onde quer que existam pessoas batizadas com os ritos consagrados é possível integrar crentes no corpo de Cristo – o Santo Batismo com Água está confiado a toda a Igreja. (6.4.4)

A administração omni-abrangente dos sacramentos é exercida pelo ministério de apóstolo. Os apóstolos têm ainda o poder de ministrar os três sacramentos aos falecidos. (6.4.4)

A Santa Ceia é celebrada como mesa da comunhão, na qual o sacrifício de Cristo e o corpo e sangue do Senhor estão presentes de forma correta na comunhão com os apóstolos. (6.4.4)

O Santo Sacramento só pode ser ministrado por apóstolos. (6.4.4)

6.4.5 A Igreja de Jesus Cristo e o futuro

A fé na história de salvação do futuro é confessada no nono artigo de fé: «Creio que o Senhor Jesus há-de regressar, tão certo como subiu ao céu, e que levará consigo as primícias dos mortos e vivos, que esperaram a Sua vinda e foram preparados, que depois das bodas no céu voltará à terra com estas, para edificar o Seu reino de paz, e que regerão com Ele como sacerdócio real. Após conclusão do reino de paz, realizará o Juízo Final. Então, Deus criará um novo céu e uma nova terra e habitará com o Seu povo.»

A Igreja não tem apenas uma dimensão no presente: tem também uma dimensão no futuro. Ela, que espera a sua confissão de fé em conformidade com a revinda de Jesus Cristo, também está orientada para o futuro. A glorificação a Deus e a adoração à Sua majestade, nunca findarão; os Seus servos servi-Lo-ão «para todo o sempre» (Ap 22,3-5).

Com a revinda de Cristo, a Igreja mostra-se tal como ela é, em todo o seu efeito salvífico e também nas suas insuficiências. Tornar-se-á visível uma vida dupla na Igreja, ou seja, uma como Noiva de Cristo e a outra como "mulher vestida do sol" (Ap 12). Enquanto uma parte da Igreja de Cristo vai ser arrebatada, a outra ficará na terra e terá de passar por provações e aflições anticristãs.

A futura manifestação da Igreja torna-se ainda evidente, na promessa de que as primícias escolhidas como sacerdócio real poderão tomar parte na regência de Cristo. No reino da paz, elas serão incluídas na mediação salvífica (Ap 20,6) e tornar-se-ão mensageiras de Cristo para todas as pessoas que jamais viveram.

Uma metáfora da Igreja, completada em todos os aspetos como expressão do ato de salvação e da nova atuação concebida por Deus, é a nova Jerusalém, conforme descrito no Apocalipse 21 e 22. Lá, haverá adoração eterna e glorificação infinita de Deus.

SÍNTESE

A Igreja tem uma dimensão presente e uma dimensão futura. (6.4.5)

Com a revinda de Cristo, a Igreja mostra-se em todo o seu efeito salvífico e também nas suas insuficiências. Uma parte da Igreja vai ser arrebatada, a outra ficará na terra e terá de passar por provações e aflições anticristãs. (6.4.5)

A futura manifestação da Igreja torna-se ainda evidente na promessa de que as primícias escolhidas como sacerdócio real tomarão parte na mediação salvífica no reino da paz. Serão mensageiros de Cristo para todos os seres humanos que jamais viveram. (6.4.5)

6.5 A Igreja de Jesus Cristo e as Igrejas enquanto instituições

Na sua concretização histórica, não é completamente possível a Igreja de Jesus Cristo tornar justo o mandamento da unicidade, da santidade, da universalidade e da apostolicidade. A principal razão para isso resulta do facto de o ministério de apóstolo não ter estado ativo durante muito tempo e, desde o século XIX, somente ter podido atuar com limitações. A multiplicidade das Igrejas cristãs é influenciada por diferenças culturais, sociais e históricas e ainda por divergências na interpretação do Evangelho, da única Escritura Sagrada. Apesar de todas estas diferenças, a Igreja de Cristo não fica oculta nem inacessível. Ela torna-se particularmente perceptível onde atua o ministério de apóstolo, onde é praticada a ministração dos três sacramentos aos vivos e aos mortos e onde é proclamada a verdadeira palavra de Deus. É aí que está edificada a obra de redenção do Senhor, onde a Noiva de Cristo, a Igreja-noiva, está a ser preparada para as bodas no céu.

Os elementos de interligação entre as várias igrejas cristãs⁹ são o batismo, a profissão de fé em Jesus Cristo e a fé n'Ele como único Senhor e Redentor, tal como a Escritura Sagrada se refere a Ele. Na tradição cristã diz-se que só os verdadeiros crentes fazem parte da Igreja oculta e invisível, e não os batizados que não creem em Jesus, nem tampouco o confessam como seu Senhor (Ap 3,1).

Só através dos batizados que vivem a sua fé e confessam Jesus como o seu Senhor, é que a Igreja se torna perceptível como a comunhão da fé, da esperança e do amor. Assim sendo, a Igreja de Cristo não é apenas a denominação cristã que detém o ministério de apóstolo, ou seja, a obra de redenção do Senhor, mas também são as outras Igrejas nas quais a fé cristã pratica o amor ao próximo, a confissão de fé inequívoca em Jesus Cristo e o verdadeiro esforço de seguimento de Cristo. Portanto, as denominações religiosas cristãs, nas quais, durante o serviço divino, se adora e glorifica o Deus trino, e nas quais encontramos unicidade, santidade, universalidade e apostolicidade das formas mais variadas e abrangentes.

No local onde atualmente os apóstolos na Igreja Nova Apostólica atuam, no sentido de preparar a Igreja-noiva de Cristo para a revinda do Seu Senhor, estão presentes todos os meios necessários para o alcançar, apesar de todas as imperfeições. A obra de redenção do Senhor é completada na Igreja de Jesus Cristo.

SÍNTESE

Na sua concretização histórica, a Igreja de Cristo não consegue fazer integralmente jus à unicidade, santidade, universalidade e apostolicidade. (6.5)

A Igreja de Cristo torna-se particularmente perceptível onde atua o ministério de apóstolo, onde é praticada a ministração dos três sacramentos aos vivos e

⁹ O Conselho Ecuménico das Igrejas define os elementos que interligam todas as Igrejas da seguinte forma: [São] "Igrejas que professam a fé no Senhor Jesus Cristo enquanto Deus e Salvador, em conformidade com a Escritura Sagrada, e que, por isso, procuram alcançar juntas aquilo que é a sua vocação para honra de Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo.»

aos mortos e onde é proclamada a verdadeira palavra de Deus. É aí que está edificada a obra de redenção do Senhor, onde a Noiva de Cristo, a Igreja-noiva, está a ser preparada para as bodas no céu. (6.5)

Os elos de ligação entre as diversas Igrejas Cristãs são o batismo, a profissão de fé em Jesus Cristo e a fé n'Ele. Através dos batizados que praticam a sua fé, a Igreja torna-se experienciável como comunhão da fé, da esperança e do amor. Desse ponto de vista, a Igreja de Cristo também é visível nas Igrejas nas quais estão presentes unicidade, santidade, universalidade e apostolicidade de maneira diferente e em dimensões distintas. (6.5)

Parte VII

O ministério



7 O ministério

Regra geral, o termo "ministério" designa uma função, ou um cargo oficial, associado a uma determinada área de responsabilidade. Num sentido mais lato, "ministério" é uma autoridade concedida para representar, dirigir e regulamentar uma forma de comunhão. O exercício de um ministério inclui tarefas administrativas e o exercício de autoridade. Doravante, quando se falar de "ministério", trata-se, principalmente, do ministério espiritual.

7.1 Ministério e serviços

Um ministério espiritual é a autoridade, bênção e santificação, concedidas através da ordenação, para servir na Igreja de Cristo. É exercido com base na força do Espírito Santo.

O ministério espiritual é concedido por alguém "mais elevado", pelo Enviador. O enviado obriga-se e assume a responsabilidade, perante o seu Enviador, de cumprir a sua tarefa ministerial. O ministério está sempre correlacionado com Jesus Cristo e com os apóstolos por Ele enviados (*vide* 7.6).

Na Igreja de Cristo, devem distinguir-se do ministério os muitos serviços associados à proclamação do Evangelho e prestados para bem dos crentes, que também podem ser exercidos sem ordenação.

Também se deve distinguir do ministério o chamamento, dirigido aos crentes, de servir o Senhor por seguimento do Seu exemplo (Jo 12,26; 1Pe 2,5,9). Isso inclui, para o regenerado, dar testemunho do Evangelho, na comunhão com os apóstolos e da mesma forma que eles o fazem, através de palavras e da sua própria maneira de viver, apoiando, assim, os apóstolos no cumprimento da sua missão.

SÍNTESE

"Ministério" designa uma função ou uma posição à qual está associada uma área de responsabilidade, bem como uma determinada autoridade de representação, direção e organização de uma comunhão. (7)

O ministério espiritual é a autoridade, bênção e santificação, concedidas através da ordenação, para servir na Igreja de Cristo. (7.1)

Devem distinguir-se do ministério os muitos serviços associados à proclamação do Evangelho e prestados para bem dos crentes, que também podem ser exercidos sem ordenação. (7.1)

Também se deve distinguir do ministério o chamamento, dirigido aos crentes, de servir o Senhor por seguimento do Seu exemplo. Isso inclui, para o regenerado, dar testemunho do Evangelho, na comunhão com os apóstolos, através de palavras e da sua maneira de viver. (7.1)

7.2 Origem do ministério dentro da Igreja

O ministério espiritual é baseado no envio de Jesus Cristo pelo Seu Pai; Jesus é rei, sacerdote e profeta (*vide* 3.4.7). Enquanto Enviado do Seu Pai, Ele tinha o poder, a bênção e a santificação para a redenção do Homem.

Já na Antiga Aliança existiram formas ancestrais do ministério na Igreja. No entanto, existe uma grande diferença entre o ministério da Antiga Aliança e o da Nova Aliança. De Hebreus 8,6 consta o seguinte: «Mas, agora, alcançou ele ministério, tanto mais excelente, quanto é mediador dum melhor concerto...»

Através da nomeação e do envio dos apóstolos, Jesus instituiu o ministério para a Sua Igreja.

A Igreja de Jesus Cristo manifestou-se historicamente no Pentecostes. É nesse preciso momento que também se verifica o início da atuação do ministério dentro da Igreja. No entanto, o ministério propriamente dito já foi dado anteriormente por Jesus Cristo aos Seus apóstolos; Ele deu-lhes o poder,

a bênção e a santificação, e concedeu-lhes o Espírito Santo (Jo 20,21-23). Os apóstolos são os enviados de Jesus.

7.3 Fundamentação bíblica

Em toda a Escritura Sagrada não se encontra um termo geral para designar a palavra "ministério". E também não contém nenhuma doutrina do ministério, embora dê muitas indicações referentes ao conteúdo e à natureza do ministério.

7.3.1 Indicações veterotestamentárias

Embora, do ponto de vista da Nova Aliança, o ministério, na sua aceção atual, apenas tenha sido instituído por Jesus Cristo, já na Antiga Aliança também se encontram indicações que apontam para o ministério neotestamentário: no rei, no sacerdote e no profeta. Todavia, isso não implica que todos os reis de Israel fossem portadores de um ministério espiritual. Trata-se mais de poderem associar-se as indicações que remetem para o ministério a figuras de destaque da história de salvação:

- David representa o rei eleito e ungido. A sua relevância histórico-salvífica também está bem patente no facto de Jesus ser designado "Filho de David" (Mt 21,9).
- Melquizedec representa o sacerdote, que é mediador da bênção de Deus (Gn 14,18.19).
- Moisés representa o profeta (Dt 18,15), que proclama a vontade divina, dando, a mandado de Deus, a lei ao povo.

À luz do Novo Testamento, estes ministérios podem ser encarados como referências ao «ministério mais excelente», que ainda está por vir, e que é deitado por Jesus Cristo.

O ministério central no Antigo Testamento é o ministério sacerdotal. O protótipo ancestral do serviço sacerdotal e do ministério de sumo sacerdote é

Melquizedec. Ele abençoa Abraão e recebe dele ofertas (Sl 110,4). Na sua qualidade de abençoador, ele está acima do abençoado, ou seja, o sacerdote, no exercício da sua função, está acima do patriarca da fé.

Todo o povo de Israel tinha recebido de Deus a vocação para formar um reino de sacerdotes (Ex 19,6). No entanto, Deus destinou que apenas uma tribo, nomeadamente a tribo de Levi, exercesse o serviço no templo, e dessa tribo de Levi também só uma determinada parte, o sacerdócio de Aarão, ficasse a cargo do serviço sacrificial.

A ponderação do ministério sacerdotal, contida na Epístola Aos Hebreus, inclui a afirmação de que uma das funções dos sacerdotes consistia em preparar o povo de Israel para a chegada do Messias, a vinda de Jesus Cristo como verdadeiro sumo sacerdote (*vide* 3.4.7.2).

7.3.2 Fundamentação do ministério no Novo Testamento

Já o ministério veterotestamentário remetia para Jesus Cristo. Em Jesus reencontra-se tudo o que estava associado ao ministério veterotestamentário: Ele é rei, sacerdote e profeta.

Com base no Seu poder divino, Ele, o Eleito de Deus, elegeu os doze apóstolos. Foi Ele quem lhes deu o poder, a bênção e a santificação para exercerem o serviço no Evangelho. Foi a eles que Ele confiou a administração dos sacramentos. E é assim que o Seu sacrifício para redenção de todos os homens se torna acessível a todos (Mt 28,19.20).

O elevado grau de importância que Jesus Cristo atribui aos Seus apóstolos tornou-se bem evidente no Seu comportamento imediatamente antes do Seu sofrimento e da Sua morte: foi com eles que Ele falou, foi a eles que deu a promessa da Sua revinda, foi por eles que Ele intercedeu na oração sumo-sacerdotal: «Assim como tu me enviaste ao mundo, também eu os enviei ao mundo» (Jo 17,18). O Ressuscitado deu aos Seus apóstolos o poder da remissão dos pecados e, mais uma vez, correlacionou diretamente o Seu envio com o envio deles: «assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós» (Jo 20,21-23).

Enquanto o envio de Jesus Cristo visava a redenção através da Sua morte e da Sua ressurreição, o envio dos apóstolos permite o acesso a este mérito de Cristo e à plenitude da salvação para os homens.

Enquanto, na Antiga Aliança, o ministério também era dado para preparar o povo do Senhor para a vinda do Messias prometido, a função essencial do ministério neotestamentário consiste em preparar os crentes para a revinda do Seu Senhor.

SÍNTESE

O ministério espiritual é baseado no envio de Jesus Cristo pelo Seu Pai. (7.2)

Através da nomeação e do envio dos apóstolos, Jesus instituiu o ministério para a Sua Igreja. (7.2)

A Escritura Sagrada fornece muitas indicações referentes ao conteúdo e à natureza do ministério: na Antiga Aliança, existia o ministério de rei, o de sacerdote e o de profeta. Em Jesus Cristo reencontra-se tudo o que estava associado ao ministério veterotestamentário: Ele é rei, sacerdote e profeta. (7.3.1)

Com base no Seu poder divino, Jesus elegeu os doze apóstolos e deu-lhes o poder, a bênção e a santificação para exercerem o serviço no Evangelho. O envio dos apóstolos cria um acesso à plenitude da salvação em Jesus Cristo para toda a humanidade. (7.3.2)

7.4 Ministério de apóstolo

O termo "apóstolo" remonta à palavra grega "apóstolos", que, no Novo Testamento, tem o significado de "mensageiro" ou "aquele que é enviado".

Diretamente, Jesus Cristo só deu à Sua Igreja um único ministério, nomeadamente o ministério de apóstolo. O detentor deste ministério deve, no Seu lugar e a Seu mandado, edificar a Igreja e criar um acesso à redenção para todos os homens que procurem salvação. Além disso, o ministério de apóstolo também está destinado a preparar os crentes para a revinda do Senhor.

O significado do ministério de apóstolo é definido no quarto artigo de fé da seguinte forma: «Creio que o Senhor Jesus rege a Sua Igreja e que para tal enviou os Seus apóstolos, e que continua a enviá-los até à Sua revinda, dando-lhes a missão de ensinar, e de, em Seu nome, perdoar pecados e batizar com água e Espírito Santo.»

7.4.1 Características do ministério de apóstolo

Jesus Cristo conferiu vastos poderes ao ministério de apóstolo. O apóstolo é mensageiro de Jesus Cristo e age em nome d'Ele. Associam-se ao ministério de apóstolo características e funções que advêm dos ministérios de Jesus, nomeadamente o de rei, de sacerdote e de profeta (*vide* 3.4.7). Quer dizer que o ministério de apóstolo obtém toda a sua autoridade de Jesus Cristo e está numa relação de dependência obrigatória d'Ele.

O único dos apóstolos da igreja cristã primitiva que fala do seu ministério é Paulo. Na segunda epístola aos Coríntios, ele fornece indicações essenciais acerca do significado do ministério de apóstolo. As suas afirmações não são de natureza dogmática, mas antes uma reação a ataques vindos da própria comunidade de Corinto e de terceiros externos. Elas evidenciam muito bem a forma como Paulo interpreta o seu ministério. Daí se podem deduzir características genéricas para o ministério de apóstolo:

O ministério da Nova Aliança

Esta designação representa uma delimitação relativamente ao ministério da Antiga Aliança. O texto bíblico da 2ª aos Coríntios 3,6 mostra nitidamente o quanto o ministério da Nova Aliança difere do da Antiga Aliança: «porque a letra mata, e o espírito vivifica.» A "letra" é a lei mosaica, enquanto o "espírito" é o Evangelho, cujo efeito salvífico se baseia na graça de Deus.

Jesus Cristo é o sumo sacerdote perpétuo da Nova Aliança, que se ofereceu a Si próprio como sacrifício (Heb 4,14.15; 7,23-27). Desde a ascensão de Cristo, os apóstolos estavam incumbidos de tornar a salvação por Ele resgatada acessível ao Homem. A administração e me-

dição dos meios salvíficos que Jesus Cristo resgatara, ocorrem na terra (*vide* 9.6.3). Assim sendo, foi Ele próprio que definiu, através da encarnação de Deus, a terra como local da mediação salvífica.

Contrariamente ao ministério da Antiga Aliança, que era limitado ao povo de Israel, o ministério da Nova Aliança não tem quaisquer limites: ele atua entre todas as nações.

O ministério do espírito

O ministério de apóstolo é "o ministério que dá o espírito" (2Cor 3,8; cf. Act 8,14-17). Ao receber o dom do Espírito Santo, o batizado com água obtém a filiação divina e o pré-requisito necessário para alcançar a primogenitura.

O ministério da justiça

O ministério de apóstolo enquanto "ministério da justiça" (2Cor 3,9) e o "ministério da condenação" do Antigo Testamento são colocados frente a frente. O apóstolo Paulo escreve: «E, se o ministério da morte, gravado com letras em pedra, veio em glória [...], como não será de maior glória o ministério do espírito?» (2Cor 3,7.8). O apóstolo faz aqui uma distinção clara entre a lei mosaica e a lei de Cristo.

O ministério de apóstolo adverte que o Homem é pecador e requer a graça de Deus. A fé em Jesus Cristo e a aceitação do Seu sacrifício levam à justiça perante Deus.

O ministério da reconciliação

O ministério de apóstolo, "que põe em nós a palavra da reconciliação" (2Cor 5,18.19), exorta à penitência e conduz o Homem ao ato redentor de Deus consumado em Jesus Cristo. O apóstolo proclama a morte e a ressurreição de Jesus e cria a possibilidade de o crente tomar parte na plenitude do mérito de Cristo na remissão dos pecados e na celebração da Santa Ceia. "Reconciliação" significa restabelecer a relação imperturbada entre o Homem e Deus, bem como entre os homens. A reconciliação completa será alcançada quando a glória da filiação divina se manifestar e os "filhos de Deus" forem iguais ao Senhor (1Jo 3,2).

Embaixadores da parte de Cristo

A afirmação do apóstolo Paulo «De sorte que, somos embaixadores da parte de Cristo, como se Deus por nós rogasse. Rogamos-vos, pois, da parte de Cristo, ...» (2Cor 5,20) expressa que Jesus Cristo atua na Sua Igreja através dos apóstolos. O apóstolo age com base na força do Espírito Santo, proclama o Evangelho e administra os sacramentos. A sua atuação destina-se a alcançar a salvação para o homem carente de redenção.

Outras características do ministério de apóstolo deduzem-se da primeira epístola aos Coríntios e dos Actos dos Apóstolos:

Despenseiros dos mistérios de Deus

Paulo intitula os apóstolos de "despenseiros" (1Cor 4,1). Na época, um despenseiro (ou "dispenseiro" na redação bíblica) é responsável pela "casa", nomeadamente pela comunidade. É dentro da comunidade que os apóstolos asseguram a proclamação correta do Evangelho e a administração correta dos sacramentos; eles ordenam ministros e garantem uma certa ordem dentro da Igreja.

O apóstolo Paulo usa o termo "despenseiro" juntamente com a expressão "mistérios de Deus". Isto indica que o ministério de apóstolo também está incumbido de comunicar e desvendar as manifestações divinas, ou seja, os "mistérios". Fazem parte deste mistérios, por exemplo, a eleição dos gentios, ou seja, incluindo aqueles que não são judeus, e o arrebatamento da Igreja-noiva aquando da revinda de Cristo (1Cor 15,51; Cl 1,26-28).

O ministério da palavra

No prólogo de João, o Filho de Deus é designado de "Verbo" ("logos"), por quem todas as coisas foram feitas. O ministério de apóstolo, o qual também foi incumbido pelo Senhor de ensinar, toma parte neste poder serventil do verbo. É neste sentido que se deve entender o texto bíblico em Actos 6,4: «Mas nós perseveraremos na oração e no ministério da palavra.» Os apóstolos pregam o Evangelho e interpretam a Escritura da forma devida (Gl 1,11.12).

Orientação para o dia do Senhor

A orientação para o dia do Senhor é outra característica essencial do ministério de apóstolo. O apóstolo Paulo escreve à Igreja em Corinto: «Porque estou zeloso de vós, com zelo de Deus; porque vos tenho preparado para vos apresentar como uma virgem pura a um marido, a saber, a Cristo» (2Cor 11,2). A expressão "virgem pura" é uma metáfora para a Igreja-noiva, eleita por Jesus Cristo, que os apóstolos preparam para a revinda de Cristo.

SÍNTESE

O termo "apóstolo" (do grego: "apóstolos") significa "enviado". (7.4)

Diretamente, Jesus Cristo deu à Sua Igreja apenas um único ministério: o ministério de apóstolo. O ministério de apóstolo obtém toda a sua autoridade de Jesus Cristo e está numa relação de dependência absoluta d'Ele. (7.4)

O ministério de apóstolo é designado "ministério da Nova Aliança", "ministério do Espírito", "ministério de justificação", "ministério da reconciliação". Os apóstolos também são chamados "embaixadores da parte de Cristo" e "dispenseiros dos mistérios de Deus". (7.4.1)

A orientação da comunidade para a revinda de Cristo é outra característica essencial do ministério de apóstolo. (7.4.1)

7.4.2 Concessão de poderes e envio dos apóstolos

Jesus Cristo elegeu do círculo dos Seus discípulos doze homens e nomeou-os apóstolos (Mc 3,13-19; Lc 6,13-16). Existem referências a dois envios dos apóstolos:

No primeiro caso, o Senhor enviou os Seus apóstolos para junto das "ovelhas perdidas" da casa de Israel e proibiu-os expressamente de ir aos samaritanos e aos gentios. Investiu-os de poderes para curar doentes, ressuscitar

mortos, expulsar espíritos maus e levar paz, bem como para pregar sobre o reino de Deus. E sublinhou esta missiva com as palavras: «Quem vos recebe, a mim me recebe; e, quem me recebe a mim, recebe aquele que me enviou» (Mt 10,40).

A missão que os apóstolos receberam aquando do segundo envio, já depois da ressurreição de Jesus Cristo, abre uma dimensão nova, mais elevada e muito mais vasta: «Portanto, ide, ensinai todas as nações, baptizando-as em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo; ensinando-as a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que estou convosco, todos os dias, até à consumação do século» (Mt 28,19-20). Segundo a Sua promessa, estará com eles até ao fim do mundo (do grego: "éon" = unidade de tempo geológico, período imensurável de tempo).

Os nomes dos primeiros doze apóstolos encontram-se, por exemplo, em Mateus 10,2-4: Simão, chamado Pedro, André, Tiago, João, Filipe, Bartolomeu, Tomé, Mateus, Tiago, Tadeu, Simão Cananita, Judas Iscariotes. Estes são os apóstolos chamados "os doze", mesmo depois da traição de Judas Iscariotes.

Para além destes, o Novo Testamento ainda menciona outros apóstolos: Matias (Act 1,15-26), Barnabé (Act 13,1-4; 14,4.14), Paulo (1Cor 9,1-16; 2Cor 11) e Tiago, o irmão do Senhor (Gl 1,19; 2,9). No caso de Matias é que se exige, como pré-requisito para ser nomeado apóstolo, ter sido testemunha ocular da vida de Jesus (Act 1,21.22). Também são identificados Silvano e Timóteo como sendo apóstolos (1Ts 1,1; 2,7), bem como Andrónico e Júnia (Rm 16,7).

7.4.3 Pedro – a cabeça dos primeiros apóstolos

Na presença dos restantes apóstolos, Jesus dá a Simão Pedro poderes especiais. A sua posição destacada evidencia-se definitivamente depois da ascensão do Senhor, embora já tivesse sido perceptível antes.

- Pedro foi chamado de "pedra", conferindo-lhe o poder das chaves do céu: «Pois, também, eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a

minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. E eu te darei as chaves do reino dos céus; e tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus» (Mt 16,18.19).

- Foi a Pedro que o Senhor se dirigiu antes da Sua morte sacrificial, dizendo: «Simão, Simão, eis que Satanás vos pediu para vos cirandar como trigo; mas eu roguei por ti, para que a tua fé não desfaleça; e tu, quando te converteres, confirma teus irmãos» (Lc 22,31.32).
- Pedro falou em nome dos doze apóstolos. Depois de muitos dos discípulos de Jesus O terem abandonado, quando o Senhor perguntou se eles também O queriam abandonar, Pedro respondeu: «Senhor, para quem iremos nós? Tu tens as palavras da vida eterna. E nós temos crido e conhecido que tu és o Cristo, o Filho de Deus» (Jo 6,68-69).
- E, dirigindo-se diretamente a Pedro, Jesus Cristo perguntou: «Amas-me?» Três vezes consecutivas Pedro respondeu que sim, sendo então que o Senhor lhe confiou os Seus "cordeiros e ovelhas" para que os apascentasse (Jo 21,15-17).
- Pedro providenciou o necessário para que Judas Iscariotes fosse substituído no círculo dos apóstolos (Act 1,15-26). Foi ele quem fez a pré-dica no dia de Pentecostes (Act 2,14) e foi a ele que o Senhor mostrou que a salvação em Cristo também estava destinada aos gentios (Act 10).

7.4.4 Testemunhos neotestamentários da atuação dos apóstolos

A atuação dos apóstolos é relatada, acima de tudo, por Lucas, nos seus Actos dos Apóstolos. Os textos bíblicos em Actos 11,1-18 e 15,1-29, fala de duas reuniões, dirigidas por apóstolos, nas quais se regulamentou o acesso dos gentios à Nova Aliança e outras questões importantes da época. Isso mostra claramente que, em conjunto, os apóstolos tomavam decisões que tinham repercussões significativas.

O livro dos Actos dos Apóstolos também mostra que a ministração do dom do Espírito Santo está associada ao ministério de apóstolo: Filipe andava a pregar em Samaria e batizava os crentes com água. Os apóstolos ouviram falar disso e enviaram para lá Pedro e João. E os dois «oraram por eles, para que recebessem o Espírito Santo. Porque sobre nenhum deles tinha ainda descido; mas somente eram batizados em nome do Senhor Jesus. Então lhes impuseram as mãos, e receberam o Espírito Santo» (Act 8,15-17). De acordo com Actos 19,6 o apóstolo Paulo agiu da mesma forma.

Uma função essencial dos apóstolos consistia em proclamar a morte e a ressurreição de Jesus Cristo (Act 13,26-41; 17,1-4). Eles combatiam os falsos profetas, especialmente aqueles que negavam a real humanidade de Jesus e a Sua ressurreição (1Cor 15,3-8; 1Jo 4,1-6).

Os apóstolos esperavam que o dia do Senhor ainda fosse no seu tempo de vida e preparavam os crentes para este acontecimento (1Ts 4,14-18). Isso mostra a relação estreita existente entre a proclamação da revinda de Cristo e o ministério de apóstolo.

SÍNTESE

Jesus Cristo instituiu doze apóstolos. Mas o Novo Testamento relata que houve mais do que doze apóstolos. (7.4.2)

Jesus deu ao apóstolo Simão Pedro o poder das chaves do céu e a missão de dirigir a Igreja. (7.4.3)

A atuação dos apóstolos é relatada, acima de tudo, nos "Actos dos Apóstolos". Entre outras informações, este livro também dá prova de que o dom do Espírito Santo era ministrado por apóstolos. Os apóstolos anunciavam o Evangelho e combatiam as falsas doutrinas. (7.4.4)

7.5 Desenvolvimento dos ministérios a partir do ministério de apóstolo

O único ministério instituído por Jesus Cristo é o ministério de apóstolo. A partir de Pentecostes, os apóstolos começaram a cumprir a sua missão nas comunidades, propagando o Evangelho. Rapidamente se constatou que seriam necessários ajudantes para que conseguissem cumprir a sua missão. Por iniciativa deles, foram eleitos sete homens pela comunidade. Receberam o poder espiritual para a sua função quando os apóstolos oraram e sobre eles impuseram as suas mãos (Act 6,6). Estes sete homens são referidos como tendo sido os primeiros diáconos. É neste procedimento, na imposição das mãos e na oração dos apóstolos, que fica fundamentado o procedimento para as ordenações futuras.

Os apóstolos e outros crentes fundavam novas comunidades que precisavam de assistência espiritual. Por isso, os apóstolos ordenavam dirigentes de comunidade. Eram chamados "bispos" ou "anciãos" (do grego: "episkopoi" e "presbyteroi"). Consta de Tito 1,5.7 que ambas as designações eram usadas para a mesma função. Para além disso, existiam nas comunidades cristãs primitivas os profetas, os evangelistas, os pastores e os professores, chamados doutores (Ef 4,11).

Com o crescimento da Igreja, por inspiração do Espírito Santo, foi-se criando gradualmente uma hierarquia, assim o atestam as cartas pastorais e a Didaqué¹⁰, através da qual ficou assegurada a vida espiritual das comunidades.

Depois de os primeiros apóstolos terem morrido, começaram a destacar-se serviços espirituais com funções e designações distintas.

10 Doutrina dos doze apóstolos, presume-se que tenha surgido por volta de 100 d.C.

SÍNTESE

Para conseguirem fazer face às tarefas que tinham de cumprir, os apóstolos precisavam de ajudantes. Para poderem prestar este serviço, os apóstolos deram-lhes as respetivas faculdades por imposição das mãos e oração. Este procedimento representa a base para todas as ordenações futuras. (7.5)

Além disso, também havia na igreja cristã primitiva bispos ou anciãos, profetas, evangelistas, pastores, professores que atuavam por incumbência dos apóstolos. À medida que a Igreja foi crescendo, desenvolveu-se uma hierarquia ministerial por inspiração do Espírito Santo. (7.5)

7.5.1 Continuidade do ministério de apóstolo

O ministério de apóstolo foi instituído pelo Senhor para a Sua Igreja. Supunha-se que os apóstolos fossem as Suas testemunhas «até aos confins da terra» (Act 1,8). Para poderem cumprir esta missão abrangente direcionada para a Sua revinda, Jesus Cristo também hoje envia apóstolos. Mesmo na época em que não houve portadores deste ministério na terra, o ministério por Ele instituído prevaleceu (2Cor 3,11).

7.5.2 Interrupção da atuação de apóstolos

O Novo Testamento relata a morte do apóstolo Tiago (Act 12,2), mas não fornece informações sobre a morte dos outros apóstolos. Segundo informações não bíblicas, dos apóstolos mencionados na Bíblia, João terá sido o último a morrer, por volta do final do século primeiro. Quer isso dizer que a atuação do único ministério instituído pelo próprio Senhor ficou interrompida até à restauração do ministério de apóstolo, em 1832 (*vide* 11.3).

Esta interrupção da presença pessoal do ministério de apóstolo é um ato da vontade divina; ao Homem nada mais resta senão aceitar os atos divinos

como um mistério. No entanto, mesmo após a morte dos apóstolos da Igreja cristã primitiva (*vide 11.2*), o Espírito Santo continuou a atuar e assegurou que o Evangelho fosse guardado e propagado.

7.5.3 Restauração do ministério de apóstolo

Segundo a vontade de Deus, o ministério de apóstolo voltou a ser ocupado logo que chegara a altura certa para a recolha e a preparação final da Igreja-noiva de Cristo. Ou seja, a presença pessoal do ministério de apóstolo verifica-se no início da Igreja de Cristo e no período que antecede a revinda do Senhor e no qual Ele prepara a Sua noiva.

Entre o ministério de apóstolo do cristianismo primitivo e o ministério de apóstolo do fim dos tempos não existe qualquer diferença, no que concerne à sua missão e ao seu efeito. No entanto, existem ênfases diferentes no exercício prático do ministério. Embora não exista uma sucessão histórica, existe uma sucessão espiritual.

Com a restauração do ministério de apóstolo, voltaram a ser ordenados ministros. Na Igreja Católica Apostólica existia uma hierarquia ministerial bem diferenciada. Na Igreja Nova Apostólica também se verificou, ao longo dos anos, o desenvolvimento de um certo número de ministérios com funções distintas.

SÍNTESE

A missão dos apóstolos não está limitada à época da igreja cristã primitiva. (7.5.1)

Por volta do final do século I d.C., deixou de haver apóstolos. Ou seja, até à restauração do ministério de apóstolo, em 1832, a atuação do único ministério instituído por Jesus Cristo ficou interrompida. A interrupção da presença pessoal do ministério de apóstolo é um ato da vontade divina; para o Homem, será sempre um segredo indesvendável. (7.5.2)

O ministério de apóstolo voltou a ser ocupado por vontade divina. Embora não exista uma sucessão histórica entre o ministério de apóstolo do cristianismo primitivo e o do fim dos tempos, existe uma sucessão espiritual. (7.5.3)

Com a restauração do ministério de apóstolo voltaram a ser ordenados ministros. Desenvolveu-se uma ordem ministerial mais diferenciada. (7.5.3)

7.6 Ministérios na Igreja Nova Apostólica

Desde os seus primórdios que a Igreja Nova Apostólica se vê como Igreja do ministério. É uma Igreja dirigida pelo apostolado.

Todos os demais ministérios surgem através do ministério de apóstolo. O quinto artigo de fé diz o seguinte:

«Creio que aqueles que são designados por Deus para exercerem um ministério apenas são ordenados por apóstolos, e que a autoridade, a bênção e a santificação necessárias para exercerem o seu ministério lhes advêm do apostolado.»

Atualmente, existem na Igreja Nova Apostólica três níveis ministeriais com poderes espirituais diferenciados:

O ministério de apóstolo

Apóstolo maior, apóstolo de distrito e apóstolo;

O ministério sacerdotal

Bispo, ancião de distrito, evangelista de distrito, pastor, evangelista e sacerdote;

O diaconato

Diácono e subdiácono.

7.6.1 Apostolado

O apostolado é composto pelo ministério de apóstolo maior, apóstolo de distrito e apóstolo.

O apóstolo maior dirige a Igreja juntamente com os apóstolos. Os apóstolos de distrito são responsáveis por uma ou várias Igrejas Regionais.

Já na Igreja Católica Apostólica existia um "Senior Apostle", também designado de "coluna basilar dos apóstolos". Embora não tivesse poderes superiores aos dos outros apóstolos, sendo o "primus inter pares", a sua palavra tinha um significado especial dentro do círculo dos apóstolos.

Os apóstolos da nova ordem (*vide 11.3.1*) começaram por trabalhar nas suas áreas, praticamente independentes uns dos outros, procurando, no entanto, a ligação entre si, a fim de fomentar a união. A partir do final do século XIX, começou a estabelecer-se a designação ministerial "apóstolo maior"¹¹ para aquele apóstolo que exerce a função de Pedro dentro da Igreja Nova Apostólica.

7.6.2 Serviço do apostolado

As indicações decisivas, que remetem para o serviço dos apóstolos, deduzem-se das palavras e dos atos de Jesus:

- Cristo confere aos apóstolos o poder de "ligar e desligar" (Mt 18,18). Esta formulação aborda o facto de os apóstolos representarem, juntamente com o apóstolo maior, a direção espiritual da Igreja e definirem regulamentações para a vida comunitária.
- É no círculo dos Seus apóstolos que o Filho de Deus institui a Santa Ceia, que eles deverão celebrar da mesma forma no futuro (Lc 22,14.19.20).
- Os apóstolos são mensageiros de Jesus Cristo (Jo 13,20; 20,21).
- Os apóstolos recebem os conhecimentos necessários para o exercício do seu ministério através do Espírito Santo (Jo 14,26).

¹¹ Até princípios do século XX, a área de trabalho de cada apóstolo era designada pelo nome de uma das doze tribos de Israel. Foi esta origem que levou ao termo alemão "Stammapostel" ("apóstolo de todas as tribos").

- Os apóstolos dependem da ligação direta com o Senhor: «porque, sem mim, nada podeis fazer. Se alguém não estiver em mim, será lançado fora, como a vara, e secará» (Jo 15,5.6).
- Jesus concede aos apóstolos o poder de proclamar, em Seu nome, a remissão dos pecados (Jo 20,23).

7.6.3 Autocompreensão dos apóstolos

Os apóstolos receberam o ministério e a incumbência de Jesus Cristo. Atuam segundo a vontade divina e dependem totalmente d'Ele. Seguindo o exemplo de Jesus, os apóstolos são servos de todos (Jo 13,15). Não são senhores sobre a fé da comunidade, mas antes «cooperadores» que conduzem à alegria (2Cor 1,24), ou seja, através da sua atuação, os crentes devem alcançar uma postura de gratidão para com Deus. Para o conseguir, também são necessárias advertências e regras (Tg 1,21).

Os apóstolos sentem-se responsáveis por serem exemplos para a comunidade, na imitação e no seguimento de Cristo (1Cor 11,1).

7.6.4 Autoridade do ministério de apóstolo

A autoridade do ministério de apóstolo resulta da nomeação dos apóstolos por Jesus Cristo e dos poderes que o Senhor colocou neste ministério. O significado do ministério evidencia-se na oração sumo-sacerdotal de Jesus: «Assim como tu me enviaste ao mundo, também eu os envie ao mundo. E por eles me santifico a mim mesmo, para que também eles sejam santificados na verdade» (Jo 17,18.19).

7.6.5 Apóstolos na Igreja de Jesus Cristo

O serviço dos apóstolos destina-se a edificar a obra de redenção do Senhor e a conduzi-la à completção. A comunhão dos apóstolos com os crentes é caracterizada por dedicação afetuosa e compreensão carinhosa.

O apostolado é dado para toda a Igreja de Cristo; a sua função consiste em propor a salvação em Jesus Cristo a todos os homens (Act 13,47). A salvação só é possível através do Filho de Deus (Act 4,12). Até à revinda de Cristo, a mediação da salvação é realizada pelos apóstolos, por palavras e sacramentos, ou seja, através da prédica do Evangelho, da proclamação da remissão dos pecados, do batismo com água e Espírito Santo, bem como da Santa Ceia.

SÍNTESE

A Igreja Nova Apostólica é uma Igreja do ministério. (7.6)

Existem três níveis ministeriais, cada um deles com poderes espirituais diferenciados: o ministério de apóstolo, o ministério sacerdotal, o ministério de diácono. (7.6)

O apostolado evidencia-se no ministério de apóstolo maior, apóstolo de distrito e apóstolo. O apóstolo maior dirige a Igreja juntamente com os apóstolos. (7.6.1)

Jesus Cristo deu aos apóstolos o poder de "ligar e desligar". Esta formulação aborda o facto de os apóstolos representarem, juntamente com o apóstolo maior, a direcção espiritual e organizacional da Igreja e definirem regulamentações para a vida comunitária. No círculo dos Seus apóstolos, Jesus instituiu a Santa Ceia, para que a celebrassem segundo o exemplo que Ele lhes deu. Também lhes deu o poder de proclamar a remissão dos pecados em Seu nome. (7.6.2)

Os apóstolos operam segundo a vontade do Seu Enviador Jesus Cristo e dependem totalmente d'Ele. Sentem-se na obrigação de servirem de exemplo

para a comunidade em geral e na imitação e no seguimento de Cristo em particular. (7.6.3)

A autoridade do ministério de apóstolo advém da nomeação por Jesus Cristo. (7.6.4)

7.6.6 O ministério de apóstolo maior

Jesus Cristo, o Filho de Deus, é a cabeça da Sua Igreja. Nesta Igreja, o ministério de apóstolo maior tem a função de exercer o serviço de Pedro, de acordo com as palavras de Jesus: «Pois, também, eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. E eu te darei as chaves do reino dos céus; e tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus» (Mt 16,18,19).

Jesus fala do fundamento e da edificação da Sua Igreja no contexto da posição destacada do apóstolo Pedro. Ele é a "pedra" sobre a qual Jesus Cristo constrói a Sua Igreja. Assim sendo, o próprio Filho de Deus estabelece uma correlação indissolúvel entre o ministério da pedra basilar e a Sua Igreja. O ministério da pedra basilar e a Igreja de Cristo são dados para que todos os homens se salvem em Jesus Cristo.

Atualmente, o serviço e as funções que o Senhor transmitiu ao apóstolo Pedro são exercidos pelo apóstolo maior. Ele contribui para a união entre os apóstolos (Jo 17,20-23), fortalecendo os seus irmãos, os apóstolos (Lc 22,32). Ele apascenta "os cordeiros e as ovelhas" do rebanho de Cristo (Jo 21,15-17).

O serviço do apóstolo maior consiste na preservação e ampliação dos conhecimentos sobre a doutrina, na explicação de novos reconhecimentos, bem como na comunicação uniformizada do testemunho de fé. Também é o apóstolo maior que define as regras da Igreja. Estas funções perfazem o "poder das chaves do céu" inerente ao ministério de apóstolo maior.

O apóstolo maior é a autoridade eclesiástica suprema; é a ele que compete a posição de destaque no círculo dos apóstolos.

O apóstolo maior ordena apóstolos. É necessário que os apóstolos estejam em unicidade com ele: só assim é que se poderá cumprir a função global do apostolado de criar um acesso à salvação para os homens.

7.6.7 O ministério de apóstolo de distrito

O apóstolo de distrito tem uma responsabilidade que ultrapassa a que cabe a cada um dos apóstolos, nomeadamente a de ser responsável por uma determinada área de trabalho (Área de Apóstolo de Distrito), no sentido de assegurar a assistência pastoral igual para todos, a assistência às comunidades em geral e a preparação espiritual dos respetivos ministros. Além disso, ele também determina quais são os pontos fulcrais do trabalho eclesialístico, decide sobre a ordenação de ministros e procura preservar a unanimidade no círculo dos apóstolos. Regra geral, é ele quem celebra a Santa Ceia para os falecidos na sua área de trabalho. Uma função que ultrapassa o trabalho normal na Área de Apóstolo de Distrito é a participação nas Assembleias de Apóstolos de Distrito, que se destinam a aconselhar e apoiar o apóstolo maior no seu trabalho de dirigir a Igreja. Além disso, normalmente, o apóstolo de distrito também é o representante da Igreja Regional.

SÍNTESE

O apóstolo maior tem a função de exercer o serviço de Pedro. Ele é a autoridade eclesialística suprema; é a ele que compete a posição de destaque no círculo dos apóstolos. (7.6.6)

O apóstolo maior detém o poder das chaves do céu. (7.6.6)

Dentro da sua área de trabalho, o apóstolo de distrito tem a responsabilidade de assegurar, de forma homogênea e igual para todos, a assistência pastoral, a assistência às comunidades e a preparação espiritual dos ministros. (7.6.7)

7.7 Ordenação

Do ministério de apóstolo advêm poder, bênção e santificação dos ministros para exercerem o serviço nas comunidades.

A instituição, a chamada ordenação, para um ministério espiritual é realizada pelo apóstolo em nome do Deus Trino, mediante a imposição das mãos e a oração (*vide* 12.1.12). No exercício do seu ministério, o ministro subjugase ao ministério de apóstolo, e a sua ministerialidade depende do apostolado.

No ato da ordenação, o ministério de apóstolo transfere a respetiva capacidade ministerial e confere os respetivos poderes, seja para o serviço diaconal ou sacerdotal, seja como apóstolo. É neste fundamento que o ministro consegue exercer as funções que lhe são confiadas.

Através da sua ordenação, o ministro é abençoado e santificado para o seu serviço. Talentos existentes são despertados e consagrados para o exercício ministerial.

A ordenação não é nenhum sacramento, mas antes um ato de bênção. A santidade deste ato e o carácter serviçal do ministério são evidenciados pelo facto de o ministério ser recebido de joelhos. Perante o apóstolo, o ordenando promete fidelidade a Deus, promete imitar e seguir Cristo e praticar obediência da fé.

A eleição ministerial não está fundamentada, por regra, na vontade humana, mas antes na vontade divina. A função do apóstolo consiste em reconhecer essa vontade divina e agir de forma consentânea.

No ato da ordenação é transmitida bênção divina. Esta bênção contém a promessa do acompanhamento e da fortificação através do Espírito Santo, bem como a proteção do serviço angelical.

O ministro não consegue prestar o seu serviço com base nas suas capacidades pessoais, mas unicamente mantendo a ligação com o apostolado e usando a força do Espírito Santo. O ministério de apóstolo é doutrinariamente determinante e serve de exemplo para a proclamação da palavra de Deus pelos restantes ministérios.

7.8 Exercício do ministério

Um ministro tem de cumprir determinados pré-requisitos em termos de conduta e competência espiritual. A santificação conferida pela sua ordenação tem de ser interiorizada e praticada pelo ministro, para que os dons recebidos se possam desenvolver para bênção da comunidade (1Tm 3,2.3.8.9).

Aqueles que são chamados para o ministério servem por amor a Deus e ao próximo. Orientam-se pelo exemplo de Jesus e sabem que são uma ferramenta na mão de Deus.

A confiança entre os membros da comunidade e os ministros é a condição prévia para um desenvolvimento abençoado na comunidade. Para poder criar e manter uma relação de confiança deste género é indispensável a existência de uma unanimidade entre os ministros e entre estes e o seu apóstolo.

O ministro exerce o seu ministério dentro dos limites dos poderes que lhe foram atribuídos. Para esse fim, ele é incumbido especificamente pelo seu apóstolo de cuidar de uma determinada área de trabalho.

A incumbência do exercício de um ministério termina sempre com o ato da colocação em descanso; mas o ministério prevalece. No caso de uma renúncia ao ministério, ou de uma destituição do ministério, perde-se esse ministério.

7.9 Funções dos ministérios

O apóstolo Paulo escreve: «Ora, há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo. E há diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo. E há diversidade de operações, mas é o mesmo Deus que opera tudo, em todos. Mas, a manifestação do Espírito é dada a cada um, para o que for útil» (1Cor 12,4-7). Deste modo, cada ministro é um ministro de Deus, um servo de Deus que tem a missão de defender e proclamar o Evangelho de Cristo, sem o falsear. Ele acompanha os membros da comunidade, cuja assistência pastoral lhe fora confiada e promove a sua fé e o seu reconhecimento. Enquanto assistente religioso, ele participa nas suas preocupações pessoais, ora

com eles e ajuda-os a suportar os fardos da sua vida quotidiana. O ministro é um exemplo para a comunidade, pelo que, deve reger-se pelo seguinte princípio: «nada façais por ambição, nem por vaidade; mas, com humildade, considerai os outros superiores a vós próprios» (Fl 2,3*).

As explanações seguintes descrevem aspetos dos diversos dons ministeriais. Estão contidos em todos os ministérios, mas exprimem-se de forma diferenciada.

SÍNTESE

A ordenação é efetuada pelo apóstolo em nome de Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo por imposição das mãos e com oração. No ato da ordenação, o ministério de apóstolo transfere a respetiva capacidade ministerial e confere os respetivos poderes ministeriais. (7.7)

O ministro só pode prestar o seu serviço através da ligação ao apostolado e com a força do Espírito Santo. (7.7)

A concretização da santificação obtida através da ordenação cabe ao próprio ministro. Ele exerce o seu ministério dentro dos limites dos poderes que lhe foram atribuídos. (7.8)

Cada ministro é um servo de Deus. Ele acompanha os membros da comunidade, cuja assistência pastoral lhe fora confiada e promove a sua fé. (7.9)

7.9.1 Ministérios sacerdotais

Os ministérios de bispo até sacerdote são agrupados sob a designação de "ministros sacerdotais". Estes ministros receberam do apóstolo a missão e o poder para ministrar o Santo Batismo com Água, proclamar a remissão dos pecados e consagrar e ministrar a Santa Ceia.

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

De Malaquias 2,7 pode-se deduzir a elevada exigência que é imposta aos ministros sacerdotais: «Porque os lábios do sacerdote guardarão a ciência, e da sua boca buscarão a lei, porque ele é o anjo do Senhor dos Exércitos.»

De entre as funções dos ministros sacerdotais constam a realização de serviços divinos, atos de bênção e funerais, a proclamação da palavra de Deus e a prestação de assistência pastoral aos membros da comunidade.

Bispo

O termo bispo (do grego: "episkopos") significa "aquele que observa". O bispo é um colaborador direto do apóstolo. Em unanimidade com o apóstolo, ele assiste e ensina os ministros e exerce funções especiais de assistência pastoral.

Ancião de distrito¹²

Regra geral, um ancião de distrito é dirigente de um distrito e, como tal, é responsável por várias comunidades em termos espirituais e organizacionais. Ele assegura que o Evangelho seja proclamado nas comunidades sem ser falseado. E também providencia o que for preciso para que as comunidades tenham sempre os dons ministeriais necessários. Ele acolhe convidados na comunidade, através do ato da admissão, e prepara as pessoas que pretendem receber o Santo Selo, explicando-lhes tudo o que é pertinente. O ancião de distrito presta assistência pastoral aos dirigentes de comunidade e às suas famílias.

Evangelista de distrito

O evangelista de distrito opera ao lado do ancião de distrito e apoia-o no cumprimento das suas funções.

Pastor

A particularidade deste ministério reside no cuidado e na preservação da comunidade. O pastor detém funções de líder. Regra geral, também é dirigente de comunidade.

12 Antigamente também existia o ministério de "ancião da comunidade".

Evangelista da comunidade

A maior particularidade do ministério de evangelista (do grego: "euangelistos" = "anunciador de boas novas") consiste numa forma de proclamação da palavra clara e compreensível. Regra geral, o evangelista da comunidade também exerce funções de líder.

Sacerdote

O sacerdote proclama a palavra de Deus e exerce a assistência pastoral na comunidade. Isso inclui manter uma certa proximidade em relação aos irmãos e irmãs de fé, visitá-los regularmente, fortificá-los na fé e fomentar o seu reconhecimento. O sacerdote está sempre ao lado deles, dá-lhes consolo, sempre que seja necessário, e ora com eles. Realiza regularmente visitas a doentes e celebra com eles a Santa Ceia. Também se ocupa daqueles cuja ligação com a comunidade estiver a enfraquecer. Em muitas comunidades também é um sacerdote a exercer a função de dirigir a comunidade.

7.9.2 O ministério de diácono

O diaconato é exercido por diáconos e subdiáconos. A palavra "diácono" tem a sua origem na língua grega e significa "servo". Os diáconos ajudam na comunidade das mais variadas formas. Outra função que lhes incumbe consiste em apoiar os sacerdotes no seu trabalho de assistência pastoral.

Atualmente, o ministério de subdiácono já não é alvo de ordenação. Na sua natureza, é idêntico ao ministério de diácono.

7.10 Incumbências

Uma incumbência é a atribuição de uma função claramente delimitada; não se considera equiparável à ordenação. A incumbência pode ser limitada em termos temporais e geográficos.

Associada a um ministério, a "incumbência" pode ser a função de dirigente de comunidade, dirigente distrital, apóstolo de distrito adjunto ou apóstolo maior adjunto. Regra geral, o ato de incumbir alguém é realizado durante um serviço divino, por ministros dirigentes da Igreja. A incumbência não está ligada à duração de exercício do ministério, mas termina nessa mesma data.

Para poder cumprir as mais diversas tarefas existentes nas comunidades e nos distritos, as incumbências são atribuídas independentemente de um ministério, tanto a irmãos como a irmãs.

Tal como acontece com os ministros, regra geral, os encarregados destas funções também exercem as suas funções dentro da Igreja gratuitamente, em regime de voluntariado.

SÍNTESE

Os detentores dos ministérios de bispo até sacerdote são agrupados sob a designação de "ministros sacerdotais". Eles receberam do apóstolo a missão e o poder para ministrar o Santo Batismo com Água, proclamar a remissão dos pecados e consagrar e ministrar a Santa Ceia. Outras funções dos ministros sacerdotais são a realização de serviços divinos, atos de bênção e funerais, a proclamação da palavra de Deus e a prestação de assistência pastoral aos membros da comunidade. (7.9.1)

A palavra "diácono" tem a sua origem na língua grega e significa "servo". Os diáconos ajudam na comunidade das mais variadas formas. (7.9.2)

Uma incumbência é a atribuição de uma função claramente delimitada; não se considera equiparável à ordenação. A incumbência pode ser limitada em termos temporais e geográficos. (7.10)

Parte VIII

Sacramentos



8 Sacramentos

Os sacramentos são comunicações fundamentais da graça de Deus. São atos sagrados, praticados unicamente no ser humano, para que este alcance a salvação, sendo admitido na comunhão de vida com Deus e sendo mantido nela. A receção dos três sacramentos cria a possibilidade de poder ficar unido ao Senhor aquando da revinda de Cristo.

A salvação nos sacramentos é baseada na encarnação, na morte sacrificial e na ressurreição de Jesus Cristo, bem como no envio e na atuação do Espírito Santo.

No Novo Testamento não se encontra o termo "sacramento". Originalmente, o termo "mysterion" (mistério), que em algumas traduções da Bíblia para o latim antigo foi reproduzido como "sacramentum", não tem qualquer ligação com os atos que, mais tarde, são designados de sacramentos. Na antiguidade, o termo "mysterion" descreve uma atividade secreta, à qual só os iniciados têm acesso.

Na cultura romana, "sacramentum" tem, entre outras aceções, o significado de "juramento de bandeira", "consagração" e "caução". No decurso do século II e III d.C. os termos "mysterion" e "sacramentum" tornam-se designações de atos rituais. Por exemplo, Tertuliano (aprox. 160–220 d.C.): embora não relacione expressamente o juramento de bandeira dos soldados ao ato do batismo, estabelece a relação com a promessa de batismo e o catecismo. O contributo mais importante para chegar à interpretação dos sacramentos é dado na Antiguidade Tardia pelo doutor da igreja Agostinho (354 até 430 d.C.): um sacramento resulta da ligação de um elemento visível com uma palavra que se refere à realidade que se encontra por detrás dessa palavra.

Um sacramento resulta legitimamente da inter-relação de quatro grandezas:

- sinal (do latim: ("signum"/"materia"), sendo este o rito, ou o elemento visível,
- teor (do latim: ("res"/"forma"), a presença da salvação,
- ministrante (mediador do sacramento),
- fé (do recetor), para que o sacramento seja recebido para o fim a que se destina, que é a salvação.

A validade dos sacramentos não está relacionada com a sua interpretação ou com a percepção que temos deles, dependendo unicamente das quatro grandezas acima referidas. O sinal ("signum") e o teor ("res") são interligados através da palavra ("verbum"), isto é, a palavra de instituição ou consagração pronunciada pelo ministrante.

Visto não se tratar de um processo mágico e, ao mesmo tempo, automático, a fé do recetor é uma condição indispensável para que o sacramento possa desenvolver o seu efeito salvífico. No entanto, até mesmo a incredulidade não consegue tornar o sacramento inválido, porque o que Deus faz, nenhum recetor descrente consegue abolir.

A administração legítima dos sacramentos cabe aos apóstolos. Eles foram incumbidos por Cristo de criar o acesso devido aos sacramentos. Mesmo que nem todos os sacramentos sejam ministrados pessoalmente por eles ou por aqueles que os apóstolos encarregaram de o fazer, os sacramentos continuam a estar dentro de uma relação apostólica.

Existem três sacramentos (1Jo 5,6-8): Santo Batismo com Água, Santo Sacramento e Santa Ceia. Todos foram instituídos por Jesus Cristo.¹³

Através do Santo Batismo com Água, o Homem entra numa primeira relação de proximidade com Deus, torna-se cristão e, em função da sua fé e da profissão de fé em Cristo, passa a pertencer à Igreja (*vide* 8.1). Através do Santo Sacramento, Deus oferece ao batizado o dom do Espírito Santo. Ambos os sacramentos juntos formam a regeneração de água e espírito. Através dela,

13 Cf. Mt 28,19-20; Jo 3,5; Lc 22,19-20; Jo 6,53-58; 1Cor 11,23-26; relativamente à diferenciação entre Santo Batismo com Água e Santo Sacramento, vide Actos 8,14-17; 19,1-6.

o Homem adquire a filiação divina e fica vocacionado para fazer parte da multidão das primícias aquando da revinda de Cristo (*vide* 8.3). A Santa Ceia mantém o regenerado na comunhão de vida íntima com Jesus Cristo. Para produzir este efeito, este sacramento tem de ser recebido repetidamente com fé (*vide* 8.2).

Os sacramentos também são ministrados a crianças (Mt 19,14).

SÍNTESE

Os sacramentos são comunicações fundamentais da graça de Deus. (8)

A salvação nos sacramentos é baseada na encarnação, na morte sacrificial e na ressurreição de Jesus Cristo, bem como no envio e na atuação do Espírito Santo. A administração certa dos sacramentos cabe aos apóstolos enviados por Cristo. (8)

Um sacramento resulta da ligação de um elemento visível com uma palavra que se refere à realidade que se encontra por detrás dessa palavra. (8)

Um sacramento resulta da interrelação de quatro grandezas: sinal, teor, ministrante e fé. (8)

A fé é o pré-requisito para que o sacramento possa desenvolver o seu efeito salvífico. (8)

Jesus Cristo instituiu três sacramentos: Santo Batismo com Água, Santo Sela-mento e Santa Ceia. (8)

8.1 Santo Batismo com Água

O Santo Batismo com Água é a primeira e fundamental comunicação de graça sacramental do Deus Trino com o Homem que crê em Jesus Cristo. A ele está associada a remissão do pecado original; o crente é tirado da sua situação de afastamento de Deus. No entanto, a sua propensão para o pecado (concupiscência) continua a existir.

Através do Santo Batismo com Água, o batizado toma parte no mérito que Jesus Cristo adquiriu para os homens através da Sua morte sacrificial. É assim que o Homem entra numa primeira relação de proximidade a Deus, tornando-se cristão. Também fica inserido na Igreja, ou seja, na comunhão daqueles que creem em Jesus Cristo e que O reconhecem como seu Senhor.

É por isso que o sexto artigo de fé reza assim:

«Creio que o Santo Batismo com água é o primeiro passo para a renovação do homem no Espírito Santo, e que, assim, o batizado é admitido na comunhão dos que creem em Jesus Cristo e que O confessam como seu Senhor.»

8.1.1 Designação do sacramento

O termo "batismo" é a tradução da palavra grega "baptizein" = "mergulhar". Na época da igreja cristã primitiva, os batismos eram realizados, principalmente, mergulhando na água.

8.1.2 Fundamentação bíblica do Santo Batismo com Água

As lavagens rituais, documentadas em diversos pontos da lei mosaica, podem ser consideradas antecessoras do batismo com água. Elas destinavam-se à purificação cültica de pessoas consideradas impuras devido a questões físicas. No entanto, estas lavagens não representavam qualquer tipo de aliança.

8.1.2.1 Indicações veterotestamentárias referentes ao Santo Batismo com Água

Tal como acontece com os outros sacramentos, também existem indicações no Antigo Testamento que remetem para o Santo Batismo com Água.

Na 1ª de Pedro 3,20.21 a salvação de Noé e da sua família na arca é vista com «uma verdadeira figura» e uma indicação que remete para a salvação fu-

tura. E também a passagem dos israelitas pelo Mar dos Juncos, isto é, a sua salvação do cativeiro egípcio, na tradição cristã é interpretada como indicação que remete para a salvação que se realiza através do batismo com água.

A lei mosaica fazia uma distinção estrita entre "puro" e "impuro". A água é um dos meios para produzir a pureza cúltica. Pessoas culticamente impuras tinham de submeter-se a um banho de purificação (Lv 13-15).

O texto bíblico em Ezequiel 16,9 fala de uma lavagem com água e de uma unção com azeite através das quais Jerusalém foi aceite numa aliança da salvação. Esta pode ser vista como indicação que remete para o Santo Batismo com Água e o Santo Selamento.

Da mesma forma, os acontecimentos em torno do chefe do exército do rei da Síria, Naaman, podem ser associados ao batismo: a mandado do profeta Eliseu o leproso lavou-se no rio Jordão, mergulhando nele sete vezes, e ficou curado da doença (2Rs 5,1-14). É uma imagem metafórica para a lavagem do pecado original no ato do batismo.

8.1.2.2 Santo Batismo com Água no Novo Testamento

No Novo Testamento, o conceito do "batismo" refere-se, muitas vezes, a um batismo composto por dois níveis: um com água e outro com Espírito Santo (Act 8,14ss; 10,47; 19,1-6; Tt 3,5). Ou seja, o Santo Batismo com Água e o Santo Batismo com o Espírito remetem um para o outro.

Jesus Cristo submeteu-se ao batismo por João para mostrar qual é o caminho que permite alcançar a justificação perante Deus (Mt 3,15). O "batismo para o arrependimento", que João Batista praticava, conduz ao Santo Batismo com Água. O Filho de Deus humilhou-se e colocou-se ao mesmo nível do pecador (Fl 2,7). Deste modo, Jesus Cristo deu um exemplo ao Homem atolado no pecado.

Ao mesmo tempo, o batismo de Jesus mostrou quem Ele é: o Filho de Deus. O Deus Trino, Pai, Filho e Espírito Santo, está presente e o mistério da Sua trindade começa a ser desvendado. É anunciada a filiação divina de Jesus (Mt 3,17; Mc 1,10.11).

Jesus Cristo também designou a Sua morte sacrificial como sendo um "batismo"; o sacrifício na cruz e o Santo Batismo com Água estão interrelacionados (Lc 12,50).

A Grande Comissão, dada pelo Ressuscitado, evidencia que o batismo com água e o batismo com Espírito, fazem parte das funções dos apóstolos: «Portanto, ide, ensinai todas as nações, baptizando-as em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo» (Mt 28,19). Quer dizer que o batismo parte do Deus Trino; não é obra do Homem, mas antes um ato salvífico de Deus no Homem.

Depois da pregação de Pentecostes, os apóstolos exortaram aqueles que tinham alcançado a fé e disseram-lhes: «Arrependei-vos, e cada um de vós seja baptizado em nome de Jesus Cristo, para perdão dos pecados; e recebereis o dom do Espírito Santo» (Act 2,38). Era assim que os crentes eram "agregados" na comunidade (Act 2,41).

8.1.3 Necessidade salvífica do Santo Batismo com Água

O Santo Batismo com Água é indispensável para alcançar a salvação. É o primeiro passo a caminho da redenção plena. Assim sendo, o Santo Batismo com Água abre o caminho para a comunhão eterna com o Deus Trino.

8.1.3.1 Santo Batismo com Água enquanto ato de Deus

O Santo Batismo com Água não é nenhum ato metafórico ou simbólico, mas antes um ato de dedicação real de Deus. Este ato modifica por completo a relação entre o Homem e Deus. Toda a natureza do Homem é afetada pelo efeito do Santo Batismo com Água.

SÍNTESE

O Santo Batismo com Água é a primeira e fundamental comunicação de graça sacramental do Deus Trino com o Homem que crê em Jesus Cristo. (8.1)

Através do Santo Batismo com Água, o batizando entra numa primeira relação de proximidade a Deus, torna-se cristão e, como tal, passa a estar integrado na Igreja. (8.1)

No Novo Testamento, o conceito do "batismo" frequentemente engloba um batismo de duas partes, com água e com Espírito Santo. Ou seja, o Santo Batismo com Água e o Santo Batismo com o Espírito remetem um para o outro. (8.1.2.2)

Jesus Cristo submeteu-se ao batismo por João Batista para mostrar qual o caminho que permite alcançar a justificação perante Deus. (8.1.2.2)

A Grande Comissão, dada pelo Ressuscitado, evidencia que o batismo com água e o batismo com Espírito, fazem parte das funções dos apóstolos. O batismo é o ato salvífico de Deus no Homem. (8.1.2.2)

O Santo Batismo com Água é um meio de salvação necessário. (8.1.3)

Não se trata de um ato metafórico ou simbólico, mas antes uma dedicação real de Deus, através da qual a relação do Homem para com Deus muda fundamentalmente. (8.1.3.1)

8.1.3.2 Remissão do pecado original

O "pecado original"¹⁴ designa o estado de separação do Homem face a Deus, ou seja, o afastamento de Deus resultante da queda do Homem. Pela sua de-

¹⁴ A doutrina do pecado original foi formulada pela primeira vez por Agostinho, que tomou como base a prova bíblica. O pecado original está fundamentado no primeiro pecado cometido por Adão e Eva. O ponto de partida bíblico para a doutrina do pecado original é o texto bíblico de Sl 51,7 e de Rm 5,12.

sobediência, o Homem perdeu a comunhão duradoura e direta com o seu Criador.

Desde a queda que o pecado e o afastamento de Deus pairam sobre os homens como disposição básica (Gn 3,23.24; Sl 51,11; Rm 5,18.19). Isso significa que qualquer Homem é pecador, logo desde o princípio, mesmo que ainda não tenha cometido qualquer pecado pessoalmente. Através do batismo é lavado o pecado original. A imagem de "lavar" significa que Deus anula o estado da separação permanente d'Ele, abolindo, assim, o afastamento de Deus: Ele oferece ao Homem uma primeira relação de proximidade e uma possibilidade de poder ter comunhão com Ele. Mas, apesar do batismo, a concupiscência do Homem, ou seja, a tendência para o pecado, enquanto mais uma consequência do pecado original, continua a existir.

SÍNTESE

O "pecado original" designa o estado de separação do Homem face a Deus, ou seja, o afastamento de Deus resultante da queda do Homem. Desde a queda, todos os seres humanos estão sujeitos ao fardo do pecado e do afastamento de Deus, como uma disposição básica. (8.1.3.2)

Através do batismo com água o pecado original é redimido, o crente é retirado do estado de afastamento de Deus. A sua propensão para o pecado (concupiscência) continua a existir. (8.1.3.2)

8.1.4 Forma certa de realizar o Santo Batismo com Água

Os elementos dos três sacramentos são definidos por Deus. Os dois elementos fundamentais do Santo Batismo com Água são a água e a palavra através da fórmula trinitária: «eu te batizo em nome de Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo». Sendo ministrado desta forma, o Santo Batismo com Água consegue ter o seu efeito no crente.

A água, o símbolo exterior da purificação interna, requer a consagração para que seja santificada, para a elevar do contexto do profano para o plano sagrado. É por isso que a água é consagrada em nome do Deus Trino antes de se proceder ao ato do batismo. A seguir, o ministro que realiza o batismo faz três vezes uma cruz na testa do batizando, com a água consagrada, e batiza-o, impondo-lhe as mãos, em nome de Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo. O sinal da cruz simboliza a salvação em Cristo e a redenção gerada pela Sua morte sacrificial. O facto de se fazer três vezes o sinal da cruz na testa do batizando remete para o Deus Trino.

8.1.5 Requisitos para poder receber o Santo Batismo com Água

Qualquer pessoa pode receber o Santo Batismo com Água. Na Igreja Nova Apostólica, o batismo é realizado tanto em adultos como em crianças, por um apóstolo ou por um ministro sacerdotal. A condição é que o batizando professe a fé em Jesus Cristo e no Seu Evangelho.

Ao tratar-se do batismo de uma criança, os pais, ou as pessoas que assumem a responsabilidade pela educação religiosa da criança, têm de professar a sua fé em Jesus Cristo e prometer que irão educar o batizando em conformidade com o Evangelho. A prática do batismo de uma criança é fundamentada na compreensão de como dar acesso às bênçãos de Deus a crianças. Também elas necessitam da graça do Senhor e delas é o reino dos céus (Mc 10,14).

SÍNTESE

Os dois elementos fundamentais do Santo Batismo com Água são a água e a palavra através da fórmula trinitária. A água é consagrada em nome do Deus Trino. A seguir, o ministro que realiza o batismo faz três vezes uma cruz na testa do batizando, com a água, e batiza-o em nome de Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo (8.1.4)

Qualquer pessoa pode receber o Santo Batismo com Água. A condição é que o batizando professe a fé em Jesus Cristo e no Seu Evangelho. (8.1.5)

Ao tratar-se do batismo de uma criança, as pessoas que assumiram a responsabilidade pela educação religiosa da criança, têm de professar a sua fé em Jesus Cristo e prometer que irão educar o batizando em conformidade com o Evangelho. (8.1.5)

8.1.6 Efeitos do Santo Batismo com Água

O Homem que crê em Jesus Cristo, e que o confessa, é integrado na Igreja de Cristo através do Santo Batismo com Água, passando a entrar na comunhão com Jesus Cristo. O Santo Batismo com Água, realizado com base na fórmula trinitária, é um elo de ligação entre os cristãos.

À semelhança do que a circuncisão representava no Antigo Testamento, também o Santo Batismo com Água é um símbolo de aliança. Através dele, o Homem é aceite na Nova Aliança, podendo então receber as restantes insígnias da aliança: o batizado passa a ter acesso ao Santo Sacramento. Quem é batizado na Igreja Nova Apostólica passa a poder receber a Santa Ceia a título permanente.

O batizado toma parte na morte de Jesus Cristo e na Sua nova vida. Em termos espirituais, ele participa naquilo que se operou em Jesus Cristo. Tal como Cristo morreu na cruz pelos pecados dos homens, o Homem deve "morrer para o pecado" no sentido de renunciar ao pecado. O batismo integra o crente na atuação salvífica de Cristo, de modo a que a morte de Cristo em Gólgota também se torne na "morte" do batizado: significa o fim da vida no afastamento de Deus e o início da vida em Cristo. O batismo transmite forças para combater o pecado (Rm 6,3-8; Cl 2,12.13).

O batismo consiste em "revestir-se de Cristo". Representa o primeiro passo a caminho da renovação do Homem interior. «Porque, todos quantos fostes baptizados em Cristo, já vos revestistes de Cristo» (Gl 3,27). Esta metáfora tem como fundamento o pôr de parte a conduta antiga e o "vestir" as virtudes de Cristo. E descreve aquilo que é expresso pelo termo "penitência": virar as costas à natureza antiga e dedicar-se ao Senhor. Ou seja, trata-se de levar a

sua vida em conformidade com a vontade de Deus. O batizado promete levar a sua vida sob a regência de Cristo.

8.1.7 O Santo Batismo com Água e a fé

Tal como acontece também com os outros sacramentos, a ministração do Santo Batismo com Água requer fé. O sacramento e a fé são inseparáveis: «Quem crer e for batizado será salvo» (Mc 16,16). A fé do Homem tanto é o pré-requisito para receber o sacramento, como é a resposta aos atos de Deus.

A descrença na qual o batizado pode cair não consegue abolir a validade do Santo Batismo com Água. Um Santo Batismo com Água válido não se repete.

8.1.8 O Santo Batismo com Água e o Santo Selamento

Embora o Santo Batismo com Água e o Santo Selamento estejam interrelacionados, continuam a ser dois sacramentos distintos. Nos Actos é referido que o Santo Batismo com Água e o Batismo com Espírito Santo eram realizados em dois atos independentes (Act 2,38.39; 8,12-17; 10,44-48; 19,5.6).

Ao receber os dois sacramentos, o Santo Batismo com Água e o Santo Selamento, ocorre a regeneração da água e do espírito (Jo 3,5).

8.1.9 O Santo Batismo com Água e a imitação e o seguimento de Cristo

No ato do Santo Batismo com Água, o crente promete esforçar-se seriamente por evitar o pecado e por levar uma vida de imitação e seguimento de Cristo. O seguimento ao qual o batizado é exortado, consiste em orientar a sua vida pelo exemplo da vida e da natureza de Jesus Cristo, tal como Ele próprio o

disse: «Se alguém quiser vir comigo, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me» (Mt 16,24*).

8.1.10 O Santo Batismo com Água e o ministério de apóstolo

Em Mateus 28,18-20 o Ressuscitado deu aos Seus apóstolos a missão de batizar. A administração dos sacramentos e o ministério de apóstolo encontram-se numa relação indissolúvel. Enquanto, segundo as Escrituras, o Santo Sela-mento só era ministrado por apóstolos, são várias as evidências que compro-vam que o Santo Batismo com Água não era ministrado exclusivamente por apóstolos (Act 8,38 e outros). Na Igreja Nova Apostólica, os ministérios sacer-dotais também têm o poder de ministrar o batismo com água.

No entanto, não é apenas o Santo Batismo com Água, ministrado por apóstolos e pelos ministros por eles ordenados, que tem validade: visto que o Santo Batismo com Água está confiado à Igreja na sua totalidade, o batismo ministrado com os ritos consagrados noutras igrejas também tem validade (*vide* 6.4.4).

SÍNTESE

O batismo, realizado com base na fórmula trinitária, é um elo de ligação entre os cristãos. (8.1.6)

O batismo é uma insígnia da aliança. É o ato através do qual o Homem é ad-mitido na Nova Aliança. É o primeiro passo a caminho da renovação do Ho-mem interior. O batizado toma parte na morte de Jesus Cristo e na Sua nova vida. (8.1.6)

Um Santo Batismo com Água válido não se repete. (8.1.7)

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

O Santo Batismo com Água e o Santo Selamento são dois sacramentos distintos que remetem um para o outro. A sua ministração dá origem à regeneração de água e espírito. (8.1.8)

O Ressuscitado deu aos Seus apóstolos a Grande Comissão, que inclui a missão de batizar. Na Igreja Nova Apostólica, os apóstolos transmitiram aos ministérios sacerdotais o poder de batizar com água. (8.1.10)

Dado que o batismo está confiado à Igreja na sua totalidade, o batismo ministrado com os ritos consagrados noutras igrejas também tem validade. (8.1.10)

8.2 Santa Ceia

Da profissão de fé nova-apostólica consta, no seu sétimo artigo de fé:

«Creio que a Santa Ceia foi instituída pelo próprio Senhor, em memória do sacrifício de Cristo, feito uma vez e plenamente válido, do Seu amargo sofrimento e da Sua morte. A participação digna na Santa Ceia garante-nos a comunhão de vida com Cristo Jesus, nosso Senhor. É celebrada com pão ázimo e vinho; ambos têm de ser consagrados e administrados por um ministro autorizado pelo apóstolo.»

De entre os três sacramentos, a Santa Ceia é o sacramento que é ministrado repetidamente ao Homem, que a ele tem acesso sempre de novo. É impossível compreender por via doutrinal e racional, e em toda a sua abrangência, o conteúdo e o significado da Santa Ceia. Ela está estreitamente correlacionada com o mistério da pessoa de Jesus Cristo.

É na Santa Ceia que a realidade de Deus e a Sua dedicação ao Homem se tornam diretamente experienciáveis. A Santa Ceia é o evento central dentro do serviço divino. E também ocupa uma posição fulcral na consciência e na vida do crente.

8.2.1 Designações para o sacramento

Existem várias designações para o sacramento do corpo e do sangue de Cristo, o que serve para destacar os diversos aspetos inerentes a este sacramento.

- A "Santa Ceia" remete para a instituição do sacramento por Jesus Cristo na comunhão com os Seus apóstolos na véspera da Sua crucificação.
- O termo "Eucaristia" vem da palavra grega "eucharistein", que significa "agradecer". Jesus Cristo expressou a Sua gratidão para com Deus no momento em que instituiu a Santa Ceia (Lc 22,19). O agradecimento na Santa Ceia exorta o crente a assumir uma postura de agradecimento abrangente, particularmente pelo sacrifício e pelo mérito de Jesus Cristo, mas também pela redenção e santificação.
- A "Ceia do Senhor" é uma designação da Santa Ceia que remete para o facto de Jesus ser o Senhor (*vide* 3.4.6.2) e de, nessa qualidade, ter instituído a Ceia e convidar a participar na Ceia.
- O "partir do pão" remete para a Ceia Pascal que Jesus Cristo praticou aquando da instituição da Santa Ceia (Mt 26,26). Até que ponto o partir do pão era característico para Jesus, vê-se no facto de os discípulos de Emaús reconhecerem o Ressuscitado precisamente por isso (Lc 24,13-31). Os primeiros cristãos usavam a expressão "partir o pão" para descrever a comunhão que tinham na ceia e que expressava a unidade e solidariedade entre eles (Act 2,42.46).

8.2.2 Indicações veterotestamentárias referentes à Santa Ceia

O Antigo Testamento não contém apenas muitas indicações referentes ao Filho de Deus, ao Seu sofrimento e sacrifício, também relata acontecimentos que têm uma determinada relação com a Santa Ceia. Numa observação retrospectiva, podem ser interpretadas como indicações que remetem para o sacramento instituído por Jesus Cristo. Elas evidenciam quanto a Antiga e a Nova Aliança estão interrelacionadas.

Em Gênesis 14,18-20 descreve-se o encontro entre Abraão e o rei-sacerdote Melquizedec: é Melquizedec, interpretado pela Epístola Aos Hebreus como indicação que remete para Jesus Cristo, que abençoa Abraão e também lhe traz pão e vinho (versículo 18). "Pão e vinho" fazem lembrar os elementos da Santa Ceia. Esta correlação ainda se torna mais clara em Hebreus 5,10, quando Jesus Cristo é chamado de «sumo sacerdote, segundo a ordem de Melquizedec».

Outra possível indicação veterotestamentária referente à Santa Ceia é a alimentação dos israelitas com maná, durante a peregrinação pelo deserto (Ex 16,4-36). O maná designa o «pão dos céus» (versículo 4). Segundo João 6,35, Jesus Cristo autointitula-se «pão da vida». Juntamente com o maná, é também prometido algo maior, um alimento que não fortalece apenas o corpo, mas o Homem no seu todo e que serve de meio para a sua salvação.

8.2.3 Milagres de multiplicação de Jesus e Santa Ceia

Os Evangelhos dão testemunho de que Jesus Cristo comia e bebia com os pecadores. Contrariamente ao que os fariseus e os escribas faziam, Ele tinha comunhão na ceia com aqueles que, segundo a lei mosaica, eram considerados impuros e que, por isso, estavam excluídos do convívio com os pios (Mc 2,13-17).

E não bastou que Jesus comesse com outros, segundo os Evangelhos, Ele também arranjava a comida para eles. Os Seus milagres da multiplicação dos pães e dos peixes, por exemplo dos cinco mil (Jo 6,1-15), e dos quatro mil (Mt 15,32-38), mas também o milagre da transformação de água em vinho durante o casamento em Canaã (Jo 2,1-11), são sinais de que o reino de Deus se aproximou do Homem através de Jesus Cristo. O simbolismo da alimentação terrena ultrapassa o caráter saciante de uma ceia, remetendo para a salvação em Cristo. Isso torna-se evidente nas palavras do Senhor, quando Ele correlacionou a multiplicação dos pães e dos peixes para as cinco mil pessoas com a afirmação de que Ele próprio seria «o pão da vida» (Jo 6,26-51).

8.2.4 Ceia Pascal

A primeira Ceia Pascal foi celebrada pelos israelitas a mandado de Deus, na véspera antes de partirem do Egito. Foram mortos e preparados cordeiros imaculados. Para acompanhar, os israelitas comeram pão ázimo. O sangue de cordeiro, com o qual se pintavam as ombreiras das portas, era o sinal de proteção da décima praga que havia de vir sobre o Egito, nomeadamente a morte dos primogénitos (Ex 12).

Deus ordenou que a Ceia Pascal passasse a ser celebrada todos os anos em memória da libertação do Egito.

Os pontos que a Ceia Pascal e a Santa Ceia têm em comum são óbvios: ambas são ceias memoriais, nas quais o pão constitui um elemento imprescindível. O cálice com vinho, que se bebe no fim da celebração da Ceia Pascal, simboliza a alegria que trouxe a libertação do cativo egípcio. O sangue do cordeiro pascal deu origem à salvação dos primogénitos entre os israelitas, o que remete para Jesus Cristo enquanto "cordeiro de Deus" que é sacrificado: «Eis o cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo» (Jo 1,29; cf. 1Pe 1,19).

A Ceia Pascal é celebrada em memória da libertação dos israelitas do cativo dos egípcios. A Santa Ceia remete para uma salvação num sentido muito mais amplo, nomeadamente para a redenção dos homens do cativo do pecado através do sacrifício de Cristo e para a salvação da morte eterna.

8.2.5 Instituição da Santa Ceia por Jesus Cristo

Ainda antes de Jesus Cristo instituir a Santa Ceia no círculo dos Seus apóstolos, Ele disse: «[...] se não comerdes a carne do Filho do homem, e não beberdes o seu sangue, não tereis vida em vós mesmos» (Jo 6,53). A expressão "carne e sangue" remete para a Santa Ceia, cuja importância salvífica o Senhor sublinha com estas palavras. Outras indicações do Senhor não menos importantes são estas: «Quem come a minha carne, e bebe o meu sangue, tem a vida eterna [...]. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue permanece em mim e eu nele» (Jo 6,54.56).

Nos Evangelhos sinópticos relata-se que, durante a festa da Páscoa, Jesus Cristo celebrou uma ceia comunitária com os Seus apóstolos. Mateus 26,26-29 descreve como o Senhor instituiu a Santa Ceia: «E, quando comiam, Jesus tomou o pão e, abençoando-o, o partiu e o deu aos discípulos, e disse: Tomai, comei; isto é o meu corpo. E tomando o cálix, e dando graças, deu-lho, dizendo: Bebei dele todos; porque isto é o meu sangue, o sangue do Novo Testamento, que é derramado por muitos, para remissão dos pecados. E digo-vos que, desde agora, não beberei deste fruto da vide, até àquele dia em que o beba, de novo, convosco, no reino do meu Pai» (Mc 14,22-25; Lc 22,14-20). Enquanto o relato no Evangelho segundo S. Marcos é praticamente idêntico ao de Mateus, o relato no Evangelho segundo S. Lucas contém os aditamentos «... fazei isto em memória de mim» e «Este cálice é a Nova Aliança no meu sangue»* (Lc 22,19.20).

Com as palavras «fazei isto em memória de mim», o Senhor deu aos Seus apóstolos a missão e o poder de ministrar a Santa Ceia da forma como Ele próprio o fizera.

8.2.6 A Santa Ceia na primeira epístola aos Coríntios

Um testemunho da celebração da Santa Ceia e das palavras da instituição da ceia de Jesus, pronunciadas no ato, encontra-se referido na 1ª aos Coríntios 11,17-32. Este texto bíblico prova, antes de mais, que as celebrações de Santa Ceia faziam parte da prática religiosa das primeiras comunidades cristãs. O apóstolo Paulo cita as palavras da instituição da Santa Ceia tal como foram usadas em Corinto. Neste contexto, percebe-se que está predefinida uma determinada redação: «Porque eu recebi do Senhor o que também vos ensinei». E depois, seguem-se as palavras da instituição da ceia: «que o Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão; e, tendo dado graças, o partiu e disse: Tomai, comei: isto é o meu corpo, que é partido por vós; fazei isto em me-

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

mória de mim. Semelhantemente, também, depois de cear, tomou o cálix, dizendo: Este cálix é o Novo Testamento [a Nova Aliança] no meu sangue: fazei isto, todas as vezes que beberdes, em memória de mim. Porque, todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálix, anunciais a morte do Senhor, até que venha» (1Cor 11,23-26).

O texto bíblico descreve a circunstância na qual ocorreu a instituição da Santa Ceia e reproduz as palavras de Jesus. O memorial do acontecimento histórico-salvífico único inclui as palavras da instituição da ceia. Onde quer que se celebre a ceia, também se pratica um memorial daquela noite, a noite em que Jesus foi traído.

O partir do pão e o agradecimento (do grego: "eucharistein") a Deus também formam um conjunto. Ao mesmo tempo, também se reproduz a interpretação de Jesus do pão e do vinho: o pão não é apenas pão pascal, mas antes «o meu corpo, que é partido por vós». E o cálice também não contém apenas o vinho, que era usual beber-se na Ceia Pascal, mas antes «é a Nova Aliança no meu sangue»*. Aquele cálice com vinho, usado durante a celebração da ceia, simboliza a Nova Aliança fundamentada na morte de Jesus. Quem beber desse cálice, recebe o sangue de Jesus Cristo, isto é, do próprio Senhor. No fim do texto, dá-se ênfase ao significado da proclamação da morte ocorrida uma vez e ao significado da revinda de Cristo. Fica também sublinhado o significado da Santa Ceia para a comunhão de vida com o Senhor: «Porventura o cálix de bênção, que abençoamos, não é a comunhão do sangue de Cristo? O pão que partimos, não é, porventura, a comunhão do corpo de Cristo? Porque nós, sendo muitos, somos *um só* pão e *um só* corpo, porque todos participamos *do mesmo* pão» (1Cor 10,16.17).

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

8.2.7 Significado do pão e do vinho

Os elementos pão e vinho, que constituem o sacramento, pertencem ao contexto dos alimentos, da festa e do serviço divino israelita.

O pão é o símbolo máximo da alimentação humana. A multiplicação dos pães, os respetivos milagres a ela associados, tanto no Antigo como no Novo Testamento, mostram que Deus se dedica ao Homem por inteiro, não apenas a uma parte, não apenas ao corpo e não apenas à alma. No âmbito do serviço divino, a lei mosaica também atribuía uma função importante ao pão: colocavam-se doze pães da proposição ("pães da apresentação") em cima de uma mesa, à frente do véu que separava o lugar santíssimo do santo. No sábado, os sacerdotes comiam este pão e substituíam-no por novos pães (Ex 25,30).

O vinho também é, no seu significado básico, um sinal da dependência do Homem, original e própria da criatura, dos alimentos. No Israel da antiguidade, o vinho era uma das bebidas que se tomava quando havia uma festa. O vinho também é um símbolo de alegria e da salvação futura em Israel (Is 55,1).

SÍNTESE

A Santa Ceia é o sacramento que é ministrado ao Homem repetidamente. É o acontecimento central do serviço divino. (8.2)

A Santa Ceia também é designada "Eucaristia" ("agradecimento"), "Ceia do Senhor", "Partir do Pão". (8.2.1)

Já o Antigo Testamento contém indicações que remetem para a Santa Ceia. (8.2.2)

A Ceia Pascal, bem como a Santa Ceia, são uma ceia memorial, na qual o pão constitui um elemento imprescindível. A Ceia Pascal é celebrada em memória da libertação dos israelitas do cativeiro egípcio. A Santa Ceia remete para uma libertação muito mais ampla, nomeadamente a redenção dos homens da servidão do pecado. (8.2.4)

Por ocasião da Festa da Páscoa, Jesus Cristo e os Seus apóstolos juntaram-se para uma ceia. Foi nessa ocasião que Ele instituiu a Santa Ceia. (8.2.5)

O indício mais antigo da celebração da Santa Ceia e das palavras da instituição da ceia, que Jesus pronunciou nessa ocasião, encontra-se na 1ª aos Coríntios, no capítulo 11. Este texto bíblico relembra a circunstância na qual ocorreu a instituição da Santa Ceia. (8.2.6)

Os elementos pão e vinho são constitutivos para o sacramento. (8.2.7)

O pão é o símbolo máximo da alimentação humana. O vinho é também um sinal da dependência do Homem dos alimentos. Em Israel, o vinho também é um símbolo de alegria e da salvação futura. (8.2.7)

8.2.8 A Santa Ceia enquanto Ceia memorial

A Santa Ceia é uma Ceia memorial, porque nela se relembra primeiro a morte de Jesus Cristo, como um acontecimento único e válido para sempre. É importante lembrar estes acontecimentos porque assim se sublinha que Jesus Cristo é um Homem verdadeiro, que teve de sofrer uma morte real. Também é uma forma de lembrar a situação da instituição da Santa Ceia no círculo dos apóstolos. Esse acontecimento dá relevo ao significado que tem para a gestão certa da Santa Ceia. Mas o memorial ainda é mais abrangente, remonta à ressurreição do Senhor (razão pela qual a Santa Ceia também é uma Ceia Pascal), e à Sua ascensão. Qualquer pessoa que participa na celebração da Santa Ceia toma parte neste memorial e na sua proclamação até que Jesus Cristo venha.

Ou seja, não se trata apenas de um memorial de algo que está no passado, mas também da consciência da presença atual de Cristo e do Seu reino.

8.2.9 A Santa Ceia enquanto Ceia de profissão

A Santa Ceia é uma ceia de profissão, comprovada pelas palavras «... anunciáis a morte do Senhor» (1Cor 11,26). A profissão de fé relativamente à morte, ressurreição e revinda de Jesus Cristo faz parte da profissão básica da fé cristã. Esta profissão é exigida de todos aqueles que participam na Santa Ceia e que a querem como meio de salvação.

Quem participar na Santa Ceia da Igreja Nova Apostólica a longo prazo deve estar consciente de que com esse comportamento está a expressar publicamente a sua profissão de fé na atuação e na autoridade dos apóstolos de Jesus da atualidade (*vide* 2.4 e 8.2.21).

A ênfase dada ao caráter confessional da Santa Ceia também se destina a contribuir para que não se lide com este sacramento com leviandade ou de um modo meramente formal.

8.2.10 A Santa Ceia enquanto Ceia comunitária

A Santa Ceia é uma Ceia comunitária em três sentidos:

- Primeiramente, o Filho de Deus encarnado e glorificado estabelece a comunhão com os Seus apóstolos através da celebração da ceia. É neste aspeto que a situação original se repete na instituição da Santa Ceia.
- Mas, no ato da celebração da Santa Ceia, o Ressuscitado também estabelece comunhão com o crente que toma a ceia com dignidade e para sua salvação.
- A comunhão na Santa Ceia também existe entre os participantes de um serviço divino, na comunidade.

8.2.11 A Santa Ceia enquanto Ceia do fim dos tempos

A Santa Ceia tem um caráter de fim dos tempos, isto é, escatológico, pois está estreitamente ligado à Ceia das Bodas no céu. Em Jesus Cristo, o reino de

Deus está perto. Segundo a Sua afirmação «Porque vos digo que já não beberei do fruto da vide, até que venha o reino de Deus» (Lc 22,18), a comunidade da Santa Ceia está à espera do cumprimento desta promessa, cumprimento esse que se anuncia na comunhão da Santa Ceia. Até à união futura e definitiva da Igreja-noiva e do Noivo (*vide* 10.2), a comunidade celebra, na Santa Ceia, uma comunhão íntima com o Senhor.

SÍNTESE

A Santa Ceia é uma ceia memorial: Nela se relembra a morte de Jesus Cristo como um acontecimento único e válido para sempre. O memorial vai muito além da ressurreição do Senhor e da Sua ascensão, englobando também a consciência da presença atual de Cristo e do Seu reino futuro. (8.2.8)

A Santa Ceia é a profissão de fé na morte, ressurreição e revinda de Jesus Cristo. Esta profissão de fé é exigida de todos aqueles que a quiserem celebrar. (8.2.9)

Quem, na Igreja Nova Apostólica, participar a longo prazo na Santa Ceia, deverá estar consciente de que também está a professar a sua fé nos apóstolos de Jesus atualmente ativos. (8.2.9)

Na Santa Ceia, Jesus Cristo cria uma comunhão, primeiro com os Seus apóstolos e depois com os crentes. A comunhão na Santa Ceia também existe entre os participantes de um serviço divino, na comunidade. (8.2.10)

A Santa Ceia tem um carácter do fim dos tempos: está estreitamente relacionada com a ceia das Bodas no céu. Até à união definitiva entre a Igreja-noiva e o Noivo, a comunidade cultiva uma comunhão íntima com Jesus Cristo através da Santa Ceia. (8.2.11)

8.2.12 A verdadeira presença do corpo e do sangue de Cristo na Santa Ceia

Os elementos pão e vinho não são transformados na sua substância pela consagração e pelo pronunciamento das palavras da instituição da ceia. Ao invés disso, é acrescentada a substância do corpo e do sangue (consubstanciação). Ou seja, não se dá nenhuma transformação das substâncias (transubstanciação).

A Santa Ceia está muito ligada ao facto de Jesus Cristo ter uma natureza humana e uma natureza divina, ambas coexistentes n'Ele, sem estarem misturadas nem separadas (*vide* 3.4). É desse ponto de vista que se deve interpretar a relação entre pão e vinho e o corpo e o sangue de Cristo. Depois da consagração, estabelece-se um paralelo entre as correlações "pão e vinho – natureza humana de Cristo" e "corpo e sangue – natureza divina de Cristo".

No âmbito da Santa Ceia, o pão e o vinho correspondem à natureza humana, e o corpo e o sangue à natureza divina de Cristo. Assim sendo, também não é possível ocorrer uma transubstanciação do pão e do vinho. Depois da consagração, o pão e o vinho continuam inalterados na sua substância natural. O pão e o vinho não são meras metáforas ou símbolos do corpo e do sangue de Cristo; o corpo e o sangue de Cristo estão realmente presentes (presença real). Através da palavra de consagração, pronunciada por um apóstolo ou por um ministro sacerdotal por ele autorizado, a substância do pão e do vinho é acrescida da substância do corpo e do sangue de Cristo.

A forma exterior (acidência) dos elementos da Santa Ceia não se altera através deste processo. Tal como durante a Sua vida terrena Jesus apenas foi visto como ser humano, assim também se veem somente o pão e o vinho na Santa Ceia. No entanto, depois da consagração e em analogia às duas naturezas de Jesus Cristo, os elementos da Santa Ceia adquirem uma dupla substância, nomeadamente a do pão e do vinho e a do corpo e do sangue de Cristo. Agora, o Filho de Deus está verdadeiramente presente nos elementos da Santa Ceia: na Sua divindade e na Sua humanidade.

No entanto, não se deve assumir que, no caso dos elementos da Santa Ceia, o pão corresponda apenas ao corpo e o vinho apenas ao sangue de Cris-

to. Em cada um dos dois elementos – no pão e no vinho – estão integralmente presentes o corpo e o sangue de Cristo.

Nas hóstias consagradas, o corpo e o sangue de Cristo continuam presentes até terem chegado aos respectivos destinatários. Depois de ter terminado o serviço divino, todas as hóstias que não tenham sido distribuídas são tratadas com respeito e grande cuidado.

8.2.13 A verdadeira presença do sacrifício de Jesus Cristo na Santa Ceia

Na Santa Ceia não estão apenas presentes o corpo e o sangue de Jesus Cristo, mas também o próprio sacrifício de Jesus Cristo está realmente presente. No entanto, foi feito apenas uma única vez e não se repete na Santa Ceia. E a Santa Ceia não é apenas uma forma de lembrar o sacrifício, é muito mais do que isso, porque durante a celebração da Santa Ceia, Jesus Cristo, que foi crucificado, ressuscitou e o que voltará, está realmente presente, no meio da comunidade. Desta forma, também está presente o Seu sacrifício, que foi feito uma única vez, concedendo, pela sua força, a cada um o acesso à salvação. Por conseguinte, a celebração da Santa Ceia renova a presença da morte sacrificial do Senhor a todos os participantes, podendo eles proclamá-la com convicção (1Cor 11,26).

SÍNTESE

O pão e o vinho não sofrem qualquer alteração substancial através da consagração e o pronunciar das palavras da instituição da ceia. Ao invés disso, é acrescentada a substância do corpo e do sangue de Jesus (consustanciação). (8.2.12)

No âmbito da Santa Ceia, o pão e o vinho correspondem à natureza humana, e o corpo e o sangue à natureza divina de Cristo. (8.2.12)

O pão e o vinho não são metáforas ou símbolos do corpo e do sangue de Cristo; o corpo e o sangue de Cristo estão realmente presentes (presença real). (8.2.12)

Na Santa Ceia também está presente o sacrifício de Jesus Cristo. (8.2.13)

8.2.14 Relação entre a remissão dos pecados e a Santa Ceia

A remissão dos pecados e a Santa Ceia estão intimamente correlacionadas. Tanto a remissão dos pecados como a Santa Ceia se baseiam no sacrifício de Cristo (Act 13,37.38). Jesus Cristo instituiu a Santa Ceia direcionada para o Seu sacrifício: «Isto é o meu sangue, o sangue do Novo Testamento, que vai ser derramado por muitos, para remissão dos pecados» (Mt 26,28). Ao mesmo tempo, o Senhor realça que o Seu sacrifício se destina a salvar as pessoas do pecado.

Cristo investiu os Seus apóstolos do poder de proclamar a remissão dos pecados (*vide* 7.6.2) e celebrar a Santa Ceia, tal como Ele próprio o fizera com eles (Lc 22,19).

Embora o sacrifício de Cristo se torne presente na Santa Ceia, o sacramento não traz, ao mesmo tempo, a remissão dos pecados. A remissão dos pecados, que antecede a consagração dos elementos da Santa Ceia, também se destina a preparar o crente para a celebração digna da Santa Ceia.

8.2.15 A Santa Ceia e o ministério de apóstolo

Jesus Cristo instituiu a Santa Ceia no círculo dos apóstolos e confiou-lhes este sacramento. Ele encarregou-os de proclamar o Evangelho e de ministrar os sacramentos. Na Epístola Aos Hebreus torna-se evidente que Jesus Cristo é o verdadeiro sumo sacerdote que se sacrifica a si próprio. Quando o apóstolo ou o ministro sacerdotal por ele autorizado efetua a consagração, isso aconte-

ce por ordem e com os poderes de Jesus Cristo. No ato, é o Espírito Santo que produz a presença real do Filho de Deus, do Seu sangue e do Seu corpo na Santa Ceia. Neste sentido, também os apóstolos de Jesus são «dispenseiros dos mistérios de Deus» (1Cor 4,1).

A realidade sacramental é gerada onde o Espírito Santo atuar através do ministério instituído e autorizado por Jesus Cristo.

SÍNTESE

A remissão dos pecados e a Santa Ceia estão intimamente ligadas. Ambas estão fundamentadas no sacrifício de Jesus Cristo. Embora o sacrifício de Cristo se torne presente na Santa Ceia, o sacramento não traz, ao mesmo tempo, a remissão dos pecados. (8.2.14)

A remissão dos pecados também se destina a permitir uma participação digna na Santa Ceia. (8.2.14)

Jesus Cristo instituiu a Santa Ceia no círculo dos apóstolos e confiou-lhes este sacramento. (8.2.15)

A realidade sacramental é gerada onde o Espírito Santo atuar através do ministério instituído e autorizado por Jesus Cristo. (8.2.15)

8.2.16 As palavras de consagração para a Santa Ceia

Para a consagração da Santa Ceia, o ministro autorizado pronuncia um texto litúrgico predefinido que é baseado no texto bíblico da 1ª aos Coríntios 11,23ss e Mateus 26,26ss:

«Em nome de Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo, consagro pão e vinho para a Santa Ceia, e ponho sobre eles o sacrifício de Jesus Cristo, feito uma vez e válido para sempre. Porquanto o Senhor tomou pão e vinho, deu graças e disse: Isto é o meu corpo, que é para vós. Isto é o meu sangue, o sangue da Nova Aliança, que vai ser derrama-

do por muitos, para remissão dos pecados. Tomai, comei! Fazei isto em memória de mim. Porque, todas as vezes que comerdes deste pão e beberdes deste vinho, anunciais a morte do Senhor, até que Ele venha. Ámen.»

8.2.17 Celebração e a recepção da Santa Ceia

O sacramento da Santa Ceia é ministrado, entregando o corpo e o sangue de Jesus Cristo, através da hóstia consagrada, pronunciando as palavras: «O corpo e o sangue de Jesus dados para ti». Neste sentido, a designação "Santa Ceia" denomina, em primeiro lugar, a hóstia consagrada e ministrada ao crente (pão e vinho enquanto meio sacramental).

Dado que a consagração das hóstias e a sua ministração ao crente fazem parte do sacramento, o termo "Santa Ceia" representa, no seu sentido lato, a designação de todo o ato da consagração e ministração do sacramento (ato sacramental).

A comunidade é exortada a celebrar a Santa Ceia, face à sua grande importância, com devoção, fé e em dedicação total a Cristo.

8.2.18 Requisitos para poder participar na Santa Ceia

Os pré-requisitos básicos para a participação digna na Santa Ceia são um coração contrito, que anseia pela salvação, e a fé. Embora a falta de fé não torne o sacramento inválido, a fé é uma condição fundamental para que possa ter efeito enquanto salvação e bênção. A falta de fé ao receber o sacramento pode ser associada ao texto bíblico na 1ª aos Coríntios 11,29: «Porque, o que come e bebe indignamente, come e bebe para sua própria condenação, não discernindo o corpo do Senhor.»

Quem tiver uma postura de indiferença face ao sofrimento e à morte de Cristo ou participar na celebração do sacramento, isto é, receber a Santa Ceia apenas por mero hábito, corre o risco de a tomar de forma indigna.

8.2.19 Forma de receber a Santa Ceia

A Santa Ceia é recebida pelos ministros e também pela comunidade em ambas as formas, ou seja, em forma de pão e vinho.

Desde 1917 que, na Igreja Nova Apostólica, os dois elementos da Santa Ceia são ministrados juntos numa hóstia, com algumas gotas de vinho.

8.2.20 Efeitos da Santa Ceia

Quem tomar a Santa Ceia com dignidade, obtém parte no mérito que Jesus Cristo adquiriu com o Seu sacrifício. A participação na Nova Aliança e no mérito de Cristo, fundamentados no Santo Batismo com Água, é constantemente confirmada através da participação na Santa Ceia.

Além disso, a Santa Ceia é uma forma de assegurar a comunhão de vida com o Filho de Deus. É uma expressão visível e uma intensificação da vida com Jesus Cristo. Com o Seu corpo e o Seu sangue, Cristo dá aos crentes algo da Sua natureza, o que se evidencia pelo poder pleno de vencer adversidades, o que faz com que o crente viva em Cristo.

Devido à presença real do corpo e do sangue de Cristo, a participação digna na Santa Ceia cria a verdadeira comunhão com o Senhor e, por conseguinte, a união dos crentes, os vivos e os mortos, entre si (Jo 17,20.21). O texto bíblico na 1ª aos Coríntios 10,17 também expressa isso mesmo: «Porque nós, sendo muitos, somos *um* só pão: e *um* só corpo, porque todos participamos do *mesmo* pão.» Esta união dos crentes, instituída pela Santa Ceia, é a unicidade com Jesus Cristo, com os apóstolos por Ele enviados e com todos os regenerados de água e espírito. É nesta comunhão na Santa Ceia que se evidenciam claramente a verdadeira natureza e a verdadeira estatura da Igreja de Cristo (*vide* 6.5).

Ao mesmo tempo, a Santa Ceia é um meio essencial de preparação para a revinda de Cristo.

SÍNTESE

No ato da consagração da Santa Ceia, o ministro autorizado pronuncia um texto litúrgico predefinido, que se encontra na 1ª aos Coríntios 11,23ss e em Mt 26,26ss. (8.2.16)

O corpo e sangue de Jesus Cristo são ministrados na forma de uma hóstia consagrada. (8.2.17)

Os pré-requisitos básicos para a participação digna na Santa Ceia são o desejo de ser salvo, a disposição penitencial e a fé. (8.2.18)

Na Igreja Nova Apostólica, pão e vinho são ministrados na forma de uma hóstia com algumas gotas de vinho. (8.2.19)

A participação no mérito de Cristo, fundamentada no batismo com água, é constantemente confirmada através da participação na Santa Ceia. A Santa Ceia é o penhor da comunhão de vida com o Filho de Deus e cria a unicidade entre os crentes. (8.2.20)

A Santa Ceia é um meio essencial para a preparação para a revinda de Cristo. (8.2.20)

8.2.21 Direito de participar na Santa Ceia

Todos aqueles que são batizados, admitidos e selados na Igreja Nova Apostólica têm o direito de participar a título permanente na Santa Ceia. Eles professam a sua fé nos conteúdos dos artigos de fé novos-apostólicos (*vide* 2.4).

Um pré-requisito fundamental para a receção da Santa Ceia é o Santo Batismo com Água. A Santa Ceia só deve ser tomada por quem é batizado.

Embora, regra geral, apenas os cristãos novos-apostólicos recebam a Santa Ceia, também é possível permitir que os cristãos que foram batizados com os ritos consagrados (*vide* 8.1.4) tenham acesso à Santa Ceia na qualidade de convidados. Deve-se explicar-lhes que a Santa Ceia é uma ceia de profissão no Filho de Deus que morreu, ressuscitou e que voltará.

A desvinculação da filiação ou a exclusão de um membro da Igreja Nova Apostólica faz extinguir, também, a permissão de participar na Santa Ceia. Se um membro voltar a filiar-se na Igreja Nova Apostólica, passa a estar de novo autorizado a participar na Santa Ceia.

8.2.22 Celebração da Santa Ceia nas Igrejas

Onde atua o apostolado autorizado é que o corpo e o sangue de Cristo se consubstanciam no pão e no vinho durante a Santa Ceia. As celebrações noutras Igrejas também contêm elementos importantes da Santa Ceia, já que nelas também se realiza, com fé e gratidão, o ato memorial da morte e da ressurreição de Jesus Cristo.

Os cristãos novos-apostólicos devem lembrar-se de que, ao participarem permanentemente na celebração da Santa Ceia de outras Igrejas, no fundo, estão a professar a sua fé na respetiva doutrina.

SÍNTESE

Todos aqueles que são batizados, admitidos e selados na Igreja Nova Apostólica têm o direito de participar a título permanente na Santa Ceia. O pré-requisito mais importante é o Santo Batismo com Água. Cristãos que foram batizados com os ritos consagrados podem participar na Santa Ceia na qualidade de convidados. (8.2.21)

A desvinculação da filiação ou a exclusão de um membro da Igreja Nova Apostólica faz extinguir, também, a permissão de participar na Santa Ceia. (8.2.21)

Nas celebrações da Santa Ceia em outras Igrejas existem elementos importantes da Santa Ceia. É relembrada a morte e a ressurreição de Jesus Cristo com fé e gratidão. (8.2.22)

8.3 Santo Selamento

O Santo Selamento é o sacramento através do qual o crente recebe o dom do Espírito Santo pela imposição das mãos e da oração de um apóstolo e se torna um filho de Deus com a vocação aos direitos de primogenitura. É por isso que o oitavo artigo de fé reza assim:

«Creio que os batizados com água têm de receber o dom do Espírito Santo de um apóstolo para obterem a filiação divina e os pré-requisitos para alcançar a primogenitura.»

8.3.1 Termo "Selamento"

O termo "selamento" remete para a utilização de um selo ou sinete. Um selo desses serve para autenticar documentos importantes e conferir-lhes autoridade; é uma forma de atestar a autenticidade. As documentações sigilosas são seladas para as proteger. O selo apostado é uma forma de o proprietário identificar a sua propriedade; é uma garantia de como a autoridade subjacente ao selo oferece proteção e integridade.

Estes são os aspetos interpretativos contidos na designação do sacramento do batismo com o Espírito. Além disso, as epístolas neotestamentárias falam de "ser selado" como sendo o ato de receção do dom do Espírito Santo:

- «Mas, o que nos confirma convosco em Cristo, e o que nos ungiu, é Deus, o qual, também, nos selou e deu o penhor do Espírito em nossos corações» (2Cor 1,21.22).
- «Em quem [Cristo], também, vós estais, depois que ouvistes a palavra da verdade, o evangelho da vossa salvação; e, tendo nele também crido, fostes selados com o Espírito Santo da promessa» (Ef 1,13).
- «E não entristeçais o Espírito Santo de Deus, no qual estais selados para o dia da redenção» (Ef 4,30).

O Apocalipse também contém indicações que remetem para o selamento enquanto símbolo proprietário ou sinal salvífico escatológico (Ap 7,3; 22,4).

8.3.2 Promessa do Espírito Santo no Antigo Testamento

Na época da Antiga Aliança, o Espírito Santo atuava em determinados indivíduos, eleitos por Deus para realizarem determinadas tarefas. Os profetas, por exemplo, recorriam às palavras "assim diz o Senhor dos exércitos" para evidenciar a autoridade e missiva divina. O espírito de Deus despertava neles os pensamentos que formavam o fundamento das prédicas sobre o julgamento e a salvação.

A mandado de Deus, os profetas também ungiam os reis que haviam de reger o povo eleito. Foi assim que, por exemplo, o rei David foi ungido rei por Samuel (1Sm 16,12.13). Através deste ato, a dignidade real de David também ficou "selada". Além disso, neste contexto também é dito que o Espírito de Deus veio sobre David. Com base no Salmo 51,11 o rei, depois de ter cometido um pecado, orou para que Deus não tirasse dele o Espírito Santo.

Também se encontram na Escritura Sagrada indicações veterotestamentárias que remetem para um futuro no qual o Espírito de Deus havia de ser derramado, e não apenas sobre alguns indivíduos, mas sobre muitos homens: «E há-de ser que, depois, derramarei o Espírito Santo sobre toda a carne, e vossos filhos e vossas filhas profetizarão, os vossos velhos terão sonhos, os vossos mancebos terão visões. E, também, sobre os servos e sobre as servas, naqueles dias, derramarei o meu Espírito» (Jl 2,28.29). Promessas idênticas também se encontram noutros livros proféticos, por exemplo em Ezequiel 36,27: «E porei dentro de vós o meu espírito». Na prédica de Pentecostes, o apóstolo Pedro referiu que a profecia de Joel agora se teria cumprido (Act 2,15ss).

8.3.3 Unção de Jesus com o Espírito Santo

Tal como os outros dois sacramentos, também o Santo Sacramento tem o seu fundamento na vida e nos atos de Jesus Cristo. Sobre Ele, o Filho do Homem, está escrito, em João 6,27, que «a este, o Pai, Deus, o selou».

Depois do batismo de Jesus no rio Jordão, João Batista confessou: «Eu vi o Espírito descer do céu, como uma pomba, e repousar sobre ele.» Este foi o sinal que Deus prometera a João Batista, o sinal que identificaria «aquele sobre o qual vires descer o Espírito, ... este é o Filho de Deus» (Jo 1,29-34).

Mateus 3,16 também descreve este acontecimento: «E, sendo Jesus batizado, saiu logo da água e eis que se lhe abriram os céus e viu o Espírito de Deus descendo como pomba e vindo sobre ele.» A descida do Espírito Santo sobre Jesus ocorreu depois de ter sido realizado o batismo, ou seja, são claramente perceptíveis dois atos distintos. O Espírito Santo e a voz de Deus proclamam a filiação divina de Jesus. A unção de Jesus com Espírito Santo é a legitimação da Sua messianidade, sendo simultaneamente um indicativo para o sacramento futuro.

É sobre estes dois acontecimentos, o batismo com água e a unção com Espírito Santo, e outros fatores, que está fundamentada a interpretação da correlação entre o Santo Batismo com Água e o Santo Selamento. Pertencem um ao outro, estão interrelacionados, no entanto continuam a ser dois sacramentos que têm de ser diferenciados.

Em Actos 10,37.38 também se sublinha que o Santo Selamento tomou como exemplo a unção de Jesus: «Esta palavra, vós bem sabeis, veio por toda a Judeia, começando pela Galileia, depois do baptismo que João pregou. Como Deus ungiu Jesus de Nazaré com o Espírito Santo e com virtude.»

8.3.4 Derramamento do Espírito Santo no Pentecostes

No Seu discurso de despedida, Jesus Cristo prometeu aos Seus apóstolos várias vezes o envio do Espírito Santo, por exemplo: «Mas, quando vier o Consolador, que eu da parte do Pai vos hei-de enviar, aquele Espírito de verdade, que procede do Pai, ele testificará de mim» (Jo 15,26). Esta promessa cumpriu-se no Pentecostes, quando os apóstolos, juntamente com os discípulos e as discípulas, foram preenchidos pelo Espírito Santo (Act 2,1-4).

Nestes dois acontecimentos fundamentais, Deus agiu sem mediador; aqui se encontra metaforicamente predelineado o sacramento do Santo Selamento:

Ele selou Jesus com Espírito Santo e anunciou que Ele é o Filho de Deus. E também selou com Espírito Santo os apóstolos e os crentes que estavam em comunhão com eles.

Quando aqueles que tinham passado a crer em Cristo, após a pregação no dia de Pentecostes, perguntaram a Pedro o que haviam de fazer, ele respondeu-lhes: «Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo, para perdão dos pecados; e recebereis o dom do Espírito Santo» (Act 2,38). Isso mostra que o Santo Batismo com Água é o pré-requisito para receber o Espírito Santo.

Uma exceção verifica-se no caso do centurião Cornélio: Deus deu Espírito Santo a não batizados, sem mediador, para mostrar ao apóstolo Pedro que, de agora em diante, a salvação também estaria acessível aos gentios. Foi por isso que, neste caso específico, o Santo Batismo com Água só foi efetuado após a doação do Espírito (Act 10).

8.3.5 Outros testemunhos neotestamentários referentes ao Santo Selamento

Segundo as Escrituras, o Santo Selamento está associado ao ministério de apóstolo. Filipe pregou em Samaria e batizou aqueles que creram no Evangelho: «Os apóstolos, pois, que estavam em Jerusalém, ouvindo que Samaria recebera a palavra de Deus, enviaram para lá Pedro e João. Os quais, tendo descido, oraram por eles, para que recebessem o Espírito Santo. Porque sobre nenhum deles tinha ainda descido; mas somente eram batizados em nome do Senhor Jesus. Então lhes impuseram as mãos, e receberam o Espírito Santo» (Act 8,14ss). Simão, o mago, viu «que pela imposição das mãos dos apóstolos era dado o Espírito Santo» (Act 8,18). Este acontecimento distingue claramente os sacramentos do Santo Batismo com Água e do Santo Selamento, ou seja, o ato de receber o dom do Espírito Santo.

Existe outro acontecimento que comprova a distinção entre o batismo com água e a recepção do Espírito Santo: Em Éfeso estavam discípulos que, até aquela data, ainda só tinham recebido o batismo de João, em nome do Senhor

Jesus. Depois, «impondo-lhes Paulo as mãos, veio sobre eles o Espírito Santo» (Act 19,1-6).

Estes relatos comprovam que, exceto nos casos acima referidos, o dom do Espírito Santo era unicamente transmitido por apóstolos. Outro aspeto fica bem claro: o dom do Espírito Santo só era ministrado depois de ter sido realizado o batismo com água.

8.3.6 Forma correta de ministrar o Santo Selamento

Enquanto, no Santo Batismo com Água, o elemento visível é a água e, na Santa Ceia, os elementos visíveis são o pão e o vinho, no caso do Santo Selamento, assim o testemunha o Novo Testamento, o elemento visível é o gesto da imposição das mãos de um apóstolo. Também faz parte da ministração correta deste sacramento a oração do apóstolo.

O sacramento do Santo Selamento, isto é, o batismo com o Espírito, é ministrado exclusivamente por apóstolos.

SÍNTESE

No ato do Santo Selamento, o crente recebe o dom do Espírito Santo. (8.3)

A descida do Espírito Santo sobre Jesus ocorreu depois de ter sido realizado o batismo. A unção de Jesus com Espírito Santo é a legitimação da Sua messianidade e um indicativo para o sacramento do selamento. (8.3.3)

O envio do Espírito Santo prometido por Jesus realizou-se no Pentecostes. (8.3.4)

Segundo as Escrituras, o Santo Selamento está associado ao ministério de apóstolo. (8.3.5)

O dom do Espírito Santo só foi ministrado depois de ter sido realizado o batismo com água. (8.3.5)

O sacramento do Santo Selamento é ministrado exclusivamente por apóstolos, através do gesto da imposição das mãos e com oração. (8.3.6)

8.3.7 Pré-requisitos para receber o Santo Selamento

O Santo Selamento requer que o recetor creia no Deus Trino e nos apóstolos enviados por Jesus Cristo. Antes de poder receber este sacramento, deverá ter sido batizado corretamente com água (*vide* 8.1); deve professar a sua fé e prometer seguir Cristo. Na obra de redenção do Senhor, ele obtém a preparação para a revinda iminente de Cristo.

O Santo Selamento é ministrado a adultos e crianças. Quando o Santo Selamento é ministrado a crianças, os seus pais, ou outros responsáveis legais pela educação religiosa, devem professar a fé enquanto seus representantes e prometer que as educarão segundo a fé nova-apostólica.

8.3.8 Santo Selamento enquanto ato de Deus

Tal como o Santo Batismo com Água, também o Santo Selamento é um ato de Deus no Homem. No Santo Selamento é completado aquilo que foi iniciado no Santo Batismo com Água: a regeneração de água e espírito. Ambos os sacramentos são atos da graça de Deus no Homem, que apenas são ministrados uma única vez. A vida que através deles se recebe é alimentada e mantida, principalmente, pela participação regular na Santa Ceia.

A nova criatura (2Cor 5,17), gerada através da regeneração, remete para a santificação e a nova criação geradas por Deus, o Espírito Santo.

8.3.9 Efeitos do Santo Selamento

Através do sacramento do Santo Selamento, o crente, batizado com água, é preenchido de Espírito Santo, com força divina (*vide* 3.5.2).

Pelo ato do Santo Selamento, o Espírito de Deus toma morada no Homem, o próprio Deus oferece participação na Sua natureza: «o amor de Deus está derramado em nossos corações, pelo Espírito Santo que nos foi dado»

(Rm 5,5). A relação de proximidade do Homem a Deus, fundamentada no batismo com água, adquire uma nova qualidade, através da filiação divina.

Além disso, a regeneração de água e espírito confere ao crente os direitos de primogenitura, concedidos por Deus. Ou seja, em relação ao reino de Deus, a regeneração detém um aspeto presente e outro futuro (Jo 3,5).

A consequência da regeneração no presente, a filiação divina, é, simultaneamente, uma antecipação à primogenitura, ao «sacerdócio real» (1Pe 2,9). Neste sentido, a «filiação divina» é aquela situação do Homem perante Deus, que é caracterizada pela receção de todos os sacramentos, pela fé na pregação certa do Evangelho e a orientação da vida para a revinda de Cristo.

O "espírito de criança" que, pelo ato do selamento, surte o seu efeito no Homem, dirige-se a Deus cheio de confiança, dizendo-Lhe "Aba, amado Pai!". O Espírito Santo dá àqueles que O receberam a certeza de que são filhos de Deus (Rm 8,16). Isso acontece a nível da consciência (*vide* 4.2.1.3), mas também através da proclamação no serviço divino.

No ato do Santo Selamento, o crente entrega-se ao Deus Trino e Deus adota-o como Sua pertença. Quer dizer: o regenerado será herdeiro de Deus e co-herdeiro de Cristo. Fica vocacionado para sofrer com Cristo e é-lhe dada a promessa que será elevado à glória, juntamente com Cristo (Rm 8,15-18).

Com o ato do Santo Selamento, é concluída a entrega total a Cristo iniciada no ato do Santo Batismo com Água. O crente recebe aquela vivificação espiritual que o conduzirá à comunhão com o Senhor quando Ele voltar (Tg 1,18; Ap 14,4). Assim, passa a fazer parte daqueles que Deus prepara, dentro da Sua Igreja e através de apóstolos, para a revinda de Cristo, para as bodas no céu (Ap 19,7.8).

A presença duradoura do Espírito Santo no Homem também tem consequências profundas, perceptíveis sobre a vida terrena: se o selado der espaço ao Espírito Santo, para que o preencha totalmente, desenvolver-se-ão virtudes divinas iguais às que o apóstolo Paulo descreveu metaforicamente como «fruto» do Espírito Santo (Gl 5,22.23).

O Espírito Santo evidencia-se como luz, sob a qual se torna possível adquirir conhecimentos sobre as correlações divinas. É consolador e sustenta-

dor. O Espírito Santo também adverte o selado, apura a sua consciência e dá orientação no caminho rumo à meta da fé.

SÍNTESE

Os pré-requisitos para a recepção do Santo Selamento são ter fé no Deus Trino, ter recebido o batismo com água, bem como ter fé nos apóstolos enviados por Jesus Cristo. (8.3.7)

Com o ato do selamento, é completada a regeneração de água e espírito, iniciada por Deus no ato do batismo com água. A nova criatura, criada pela regeneração, remete para a santificação e a nova criação; quem a faz é Deus, o Espírito Santo. (8.3.8)

No ato do Santo Selamento, o Homem é preenchido de forma duradoura com Espírito Santo. (8.3.9)

A consequência da regeneração de água e espírito é a filiação divina, bem como a nomeação para obtenção dos direitos de primogenitura. Se a pessoa selada der espaço de desenvolvimento ao Espírito Santo, desenvolver-se-ão virtudes divinas. (8.3.9)

Parte IX

A vida após a morte



9 A vida após a morte

Uma das crenças básicas cristãs é que o ser humano continua a viver depois da morte física. A Escritura Sagrada fornece informações sobre a vida após a morte. Além disso, a doutrina sobre a crença no além também se baseia em manifestações do Espírito Santo.

9.1 A imortalidade da alma

O Homem é um ser simultaneamente físico e espiritual. A Bíblia interpreta o ser humano como uma unidade composta por espírito, alma e corpo (*vide* 3.3.4). A natureza material do ser humano, o corpo, está sujeito à morte. Foi criado da terra e tornar-se-á terra de novo (Gn 3,19). Mas a alma e o espírito vivem eternamente (Mt 25,46). Por isso, é cabível falar da imortalidade da alma. Também se fala da "continuação da vida após a morte".

A imortalidade da alma não pode ser confundida com o termo bíblico "vida eterna", que designa a comunhão infinita com Deus.

9.2 A morte

A Escritura Sagrada fala da morte em contextos diferenciados.

Em primeiro lugar, o termo descreve a morte corporal do ser humano, o fim da sua vida na terra. Quando a morte ocorre, a alma e o espírito abandonam o corpo.

A "morte espiritual" é a separação do ser humano de Deus, provocada por uma vida pecaminosa (Rm 6,23).

A Escritura Sagrada também fala da "segunda morte" (Ap 20,6; 21,8). Esta é a separação de Deus que se institui após o Juízo Final.

Por último, a Escritura Sagrada também fala da morte enquanto poder adverso a Deus, que tanto ameaça e pretende destruir a vida física como a espiritual. Por vezes, este poder também é personificado (Ap 6,8 e outros).

Jesus Cristo venceu a morte e abriu, assim, o acesso à vida eterna para o Homem (2Tm 1,9.10). O Seu poder evidenciou-se, desde logo, nas ressurreições dos mortos (Mt 9,18-26; Lc 7,11-15; Jo 11,1-45), mas, acima de tudo, na Sua ressurreição (1Cor 15,54-57).

No fim dos tempos, a morte será destituída de todo o seu poder (1Cor 15,26; Ap 20,14).

9.3 Continuação da vida da alma

"Ser recolhido aos seus povos" ou outras formulações semelhantes são expressões que, já no Antigo Testamento, remetiam para a continuação da vida de uma alma após a morte física (Nm 20,23.24; 27,12.13). O Novo Testamento é muito mais claro ao referir-se à continuação da vida após a morte física (Lc 9,30.31; 1Pe 3,19.20 e Ap 6,9-11).

O relato sobre os acontecimentos no monte da transfiguração mostra, entre outros aspetos, que o Homem mantém a sua personalidade após a morte física: Moisés e Elias aparecem do além e são identificados pela aparência que tinham em vida.

Teorias do "dormir da alma" ou da reencarnação (várias vidas na terra) são absolutamente contrárias ao testemunho neotestamentário (Heb 9,27).

SÍNTESE

O Homem continua a viver após a morte natural. Enquanto o corpo está sujeito à efemeridade, a alma perdura eternamente. É imortal. (9; 9.1)

Jesus Cristo venceu a morte e abriu, assim, o acesso à vida eterna para o Homem. No final dos tempos, será tirado todo o poder à morte. (9.2)

A continuação da vida de uma alma é mencionada no Antigo e Novo Testamento. Após a sua morte, o Homem mantém a sua personalidade. (9.3)

9.4 Além

Regra geral, o termo "além" refere-se a todas as áreas, processos e estados fora do mundo material. No seu sentido mais restrito, é a designação do reino dos mortos (em hebraico: "scheol", em grego: "hades") e é precisamente neste sentido que o termo continuará a ser usado doravante. Assim sendo, o além e os mortos nele presentes, são, regra geral, invisíveis ao Homem. No entanto, em alguns casos, é possível que os falecidos se mostrem. Entrar em contacto com os falecidos, através da invocação dos mortos ou de sessões mediúnicas, é proibido por Deus e, por conseguinte, é considerado um pecado (Dt 18,10.11).

O Antigo Testamento descreve o reino dos mortos, essencialmente, como um lugar escuro (Jb 10,21.22), no qual se encontram os mortos num estado sem qualquer alegria (Sl 88,11-13; 115,17). Mas também se torna perceptível a esperança na redenção das trevas (Sl 23,4; 49,15).

Na parábola do homem rico e do pobre Lázaro, Jesus Cristo fala do seio de Abraão, um símbolo de segurança (Lc 16,19–31). Esta parábola também permite fazer mais deduções:

- Após a morte física do Homem, a sua alma continua a viver no reino dos mortos. Sendo que a sua individualidade é preservada.

- No reino dos mortos existe um local de segurança e um local de agonia, ambos separados um do outro.
- Em que local se encontrará a alma do Homem, após a sua morte, depende da forma como se comportou durante o seu tempo de vida face à vontade de Deus.
- O falecido pode conseguir aperceber-se do seu estado. Quem sofre, espera obter ajuda.

Além disso, a parábola remete para a ressurreição de Jesus, e também para a Sua morte sacrificial e a respetiva possibilidade de alcançar a redenção. Fala metaforicamente das situações existentes no além na época da Antiga Aliança. Na Antiga Aliança, o abismo entre o local da agonia e o local da segurança era intransponível.

Cristo, a "primícia na ressurreição" (1Cor 15,23), através do Seu mérito, dominou o diabo e venceu a morte (1Cor 15,55; Heb 2,14). Através disso, também abriu a possibilidade inédita de as almas no além entrarem numa relação de proximidade com Deus: o abismo entre o local da agonia e o local da segurança tornou-se superável.

9.5 Estado das almas no além

O estado das almas no mundo do além é uma expressão direta da proximidade ou do afastamento em relação a Deus, razão pela qual pode ser muito diferenciado. Através da morte, as almas não se modificaram, o seu estado continua a ser aquele que era durante o tempo de vida.

No contexto da proximidade ou do afastamento em relação a Deus, usa-se com frequência o termo "área". A área à qual a alma chega no além, depende da postura do ser humano relativamente à vontade de Deus. Cada qual tem de assumir a sua responsabilidade pessoal neste âmbito. Por exemplo, a fé ou a descrença, a conciliabilidade ou a irreconciliabilidade, o amor ou o ódio caracterizam o ser humano não apenas neste mundo, como também no mundo do além.

Na 1ª aos Tessalonicenses 4,16 são mencionados os mortos «que morreram em Cristo». Trata-se de almas regeneradas de água e espírito que se esforçaram seriamente por viver segundo a sua fé. A comunhão com o Senhor, na qual entraram durante a sua vida terrena, através do Santo Batismo com Água e do Santo Selamento, e que foi preservada através da Santa Ceia, continua a existir após a morte. Juntamente com os crentes na terra, eles compõem a comunidade do Senhor e encontram-se num estado de justiça perante Deus (*vide 4.2.1.2 e 4.8.2*). Para estas almas, a preparação para a revinda de Cristo foi o elemento central da sua vida terrena, e a ansiedade por este momento também continua a preenchê-las no além. Elas estão e continuarão a estar orientadas para o Senhor, vivenciando proteção e paz.

O texto bíblico de Sabedoria 3,1-3* já aborda esta possibilidade de um estado ao abrigo de tormentas: «As almas dos justos estão nas mãos de Deus e nenhum tormento os atingirá. Aos olhos dos insensatos pareceram morrer, a sua saída deste mundo foi tida como uma desgraça, a sua morte, como uma derrota. Mas eles estão em paz.»

Os falecidos em Cristo têm acesso à palavra de Deus. Nessa palavra e na Santa Ceia, que lhes é dada pelos apóstolos (*vide 12.1.9 e 12.1.13*), eles recebem o que precisam para alcançarem a vida eterna.

Também vão para o mundo do além os regenerados que não viveram segundo a sua fé. Para eliminarem as suas insuficiências, eles precisam – tal como acontece na terra – da graça do Senhor através da palavra e do sacramento.

As almas no além, que nunca ouviram falar do Evangelho, que nunca receberam a remissão dos pecados nem nenhum sacramento, encontram-se num estado de afastamento de Deus. Esse estado só pode ser ultrapassado através da fé em Jesus Cristo, da aceitação do Seu mérito e da recepção dos sacramentos.

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

SÍNTESE

O termo "além" refere-se a todas as áreas, processos e estados fora do mundo material. Frequentemente, o além é visto como sendo idêntico ao reino da morte. (9.4)

Cristo, a "primícia na ressurreição", venceu a morte e criou, assim, a possibilidade de as almas no além ficarem na proximidade de Deus. (9.4)

O estado das almas no além é expressão da proximidade de Deus ou do afastamento de Deus e é idêntico ao estado durante o tempo de vida. Os regenerados, voltados para o Senhor, encontram-se num estado de justiça diante Deus. As almas que nunca ouviram falar do Evangelho, que nunca receberam a remissão dos pecados nem nenhum dos sacramentos, encontram-se num estado de afastamento de Deus. Esse estado só pode ser ultrapassado através da fé em Jesus Cristo, da aceitação do Seu mérito e da recepção dos sacramentos. (9.5)

9.6 Ajuda para os falecidos

Desde o sacrifício de Cristo, o estado das almas no além pode ser alterado para bem. Ou seja, a salvação também pode ser alcançada depois da morte física.

9.6.1 Oração de intercessão

Já no tempo da Antiga Aliança existia comprovadamente a crença de que seria possível conceder benfeitorias aos mortos, contribuindo, assim para melhorar o seu destino: no 2º livro dos Macabeus*, no capítulo 12, fala-se de ju-

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

deus que tinham praticado idolatria e que morreram durante um combate. E todos rogaram pelo perdão dos seus pecados e juntaram dinheiro para comprar holocaustos animais para um sacrifício expiatório. Tudo isso se fez pela convicção de que, um dia, os mortos haviam de ressuscitar.

Desde sempre, a esperança na ressurreição dos mortos é uma parte integrante e fundamental da doutrina cristã. A este conceito também está associada a convicção de que a oração de intercessão pelos falecidos é necessária e surte realmente efeito para eles.

O mesmo se aplica à ministração dos sacramentos para os falecidos. O ponto de partida bíblico é o texto na 1ª aos Coríntios 15,29: em Corinto, batizavam-se os vivos em representação dos mortos. Esta prática atuada pelo Espírito Santo foi retomada pelos apóstolos do tempo atual. E assim surgiram os serviços divinos para os falecidos conforme são praticados atualmente.

Os cristãos novos-apostólicos praticam a oração de intercessão pelos falecidos: pedem ao Senhor que ajude as almas que partiram para o mundo do além sem terem sido redimidas.

9.6.2 Participação dos mortos em Cristo

Em 2º dos Macabeus 15,11-14* é referido que também os falecidos podem fazer uma oração de intercessão: «E sobretudo, [Judas o Macabeu] alegrou-os, contando-lhes uma visão digna de toda a fé. Eis a visão que tivera: Onias, que tinha sido Sumo Sacerdote, [...] com as mãos levantadas, orava por toda a comunidade dos judeus. Apareceu-lhe também outro varão com os cabelos todos brancos, de aparência muito venerável e aureolado de admirável e magnífica majestade. Dirigindo-lhe a palavra, Onias disse: Eis o amigo dos seus irmãos, aquele que reza muito pelo povo e pela cidade santa, Jeremias, profeta de Deus.» E a Escritura Sagrada também relata que os espíritos e as almas dos

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

justos podem louvar e elogiar o Senhor: «Espíritos e almas dos justos, bendizei o Senhor: a Ele a glória e o louvor eternamente!» (Daniel 3,86').

Os mortos e os vivos em Cristo formam uma comunhão: juntos formam a obra de redenção do Senhor. Tanto no além como no aquém, eles atuarão segundo a Sua vontade, ou seja, dirigindo a Deus a sua oração de intercessão pelos que não foram redimidos.

O acontecimento no monte da transfiguração também sublinha a convicção de que as almas redimidas atuam no além (Lc 9,30.31).

9.6.3 Mediação salvífica para os falecidos

Segundo o texto bíblico 1ª de Pedro 3,18-20, aqueles que morreram no dilúvio foram alvo de uma dedicação especial por parte de Jesus Cristo: após a Sua morte sacrificial, Ele pregou-lhes o Evangelho no reino dos mortos. Na 1ª de Pedro 4,6 também se encontra a menção de que os falecidos necessitam da proclamação do Evangelho para alcançar a "vida em espírito": «Porque por isso foi pregado o evangelho, também, aos mortos, para que, na verdade, fossem julgados segundo os homens na carne, mas vivessem segundo Deus, em espírito.»

Jesus Cristo é o Senhor sobre os mortos e os vivos; o Seu Evangelho tanto é para uns como para os outros. Deus quer que todos os homens se salvem (1Tm 2,4-6; Jo 3,16), ou seja, a vontade salvífica de Deus é universal. A atribuição de salvação ocorre através da pregação, da remissão dos pecados e dos sacramentos. Todos estes elementos também se destinam aos falecidos. Quer a estes quer aos vivos se aplica a norma de que a fé em Jesus Cristo é indispensável para a obtenção da salvação. A redenção advém unicamente de Jesus Cristo.

A missão de proclamar o Evangelho, perdoar os pecados e ministrar os sacramentos, atribuída por Jesus, é cumprida pelos apóstolos, tanto nos vivos

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

como nos mortos. Eles agem como representantes de Cristo e em Seu nome. Tal como Jesus Cristo fez o Seu sacrifício na terra, assim também a mediação da salvação é realizada pelos apóstolos aqui na terra. Dado que os sacramentos têm sempre um lado visível, também só podem ser ministrados na área do que é visível. O efeito dos sacramentos enquanto elementos essenciais da mediação salvífica é igual para os vivos e para os mortos.

A ministração do Santo Batismo com Água, do Santo Selamento e da Santa Ceia para os falecidos é efetuada, realizando o ato visível em pessoas vivas (*vide* 8 e 12.1.13). Neste ato, o efeito salvífico não se destina aos vivos, mas unicamente aos falecidos.

Os falecidos que alcançaram a regeneração por água e espírito através do Santo Batismo de Água e do Santo Selamento, são equiparáveis àqueles que morreram em Cristo (1Ts 4,16).

SÍNTESE

Desde o sacrifício de Cristo, a salvação também pode ser alcançada após a morte física. (9.6)

Os cristãos novos-apostólicos praticam a oração de intercessão pelos falecidos: pedem ao Senhor que ajude as almas que partiram para o mundo do além sem terem sido redimidas. (9.6.1)

Aqueles que estão em Cristo, os mortos e os vivos, juntos, fazem parte da obra de redenção do Senhor. No além e no aquém, são eles que intercedem em oração junto de Deus, pedindo pelos que estão por salvar. (9.6.2)

A vontade salvífica de Deus é universal. A missão de proclamar o Evangelho, perdoar os pecados e ministrar os sacramentos, atribuída por Jesus, é cumprida pelos apóstolos, nos vivos e nos mortos. (9.6.3)

O efeito dos sacramentos é igual para os vivos e para os mortos. Os falecidos que passaram pela regeneração por água e espírito são equiparáveis aos que morreram em Cristo. (9.6.3)

Parte X

Doutrina das coisas futuras

10

10 Doutrina das coisas futuras

Os atos de Deus têm como objetivo tornar a salvação acessível ao Homem. A Sua vontade salvífica inclui todos os homens do passado, do presente e do futuro. A história de salvação decorre segundo o plano de Deus (*vide* 4.4). A certeza de que Deus é fiel permite ao Homem aguardar em jubilosa esperança o cumprimento das outras promessas divinas (Heb 10,23).

A doutrina das coisas futuras (escatologia) está fundamentada na Escritura Sagrada. Muitas indicações referentes a acontecimentos histórico-salvíficos no futuro estão contidas nos Evangelhos e nas epístolas dos apóstolos.

As afirmações centrais encontram-se no Apocalipse de João, onde as coisas futuras são descritas por meio de imagens metafóricas e símbolos. Nesta importante fonte da esperança escatológica, o Senhor sublinha repetidas vezes a promessa da Sua revinda, desvendando a continuação da história de salvação e revelando, assim, uma parte dos Seus atos futuros.

10.1. Revinda de Jesus Cristo

O segundo artigo de fé professa, de maneira muito apegada ao Credo dos Apóstolos:

«Creio em Jesus Cristo, unigénito Filho de Deus, [...] subiu aos céus; e está sentado à direita de Deus, Pai todo-poderoso, de onde virá.»

O nono artigo de fé fornece mais detalhes:

«Creio que o Senhor Jesus há-de regressar, tão certo como subiu ao céu, e que levará consigo as primícias dos mortos e vivos, que esperaram a Sua vinda e foram preparados».

Uma das mensagens principais do Evangelho é a de Jesus Cristo voltar. Desde a Sua ascensão que os apóstolos da antiguidade e da modernidade proclamam a revinda do Senhor. Ser por Ele aceite nesta ocasião, representa a meta da fé dos cristãos novos-apostólicos.

10.1.1 Promessa da revinda de Jesus Cristo

No Seu discurso de despedida, Jesus prometeu aos Seus apóstolos que voltaria: «E, se eu for, e vos preparar lugar, virei outra vez, e vos levarei para mim mesmo, para que, onde eu estiver, estejais vós, também» (Jo 14,3). Esta promessa do Senhor foi sublinhada no Dia da Ascensão pelos anjos: «Esse Jesus, que de entre vós foi recebido em cima, no céu, há-de vir, assim, como para o céu o vistes ir» (Act 1,11).

Qual será o dia e a hora em que Jesus Cristo voltará, ninguém sabe, nenhum Homem e nenhum anjo o sabe, só mesmo Deus. O Filho de Deus exorta reiteradamente a que todos se mantenham vigilantes: «Vigiai, pois, porque não sabeis a que hora há-de vir o vosso Senhor» (Mt 24,42; cf. Lc 21,36).

Jesus também explicou por meio de parábolas que era preciso manter-se constantemente vigilante na fé, esperando por Ele (Mt 24,43-51; 25,1-30). E por isso mesmo, os apóstolos da igreja cristã primitiva incentivavam os crentes a prepararem-se para a revinda do Senhor. Por exemplo, o apóstolo Paulo, quando se dirigiu à comunidade de Corinto com a invocação da igreja cristã primitiva: «Maranata!», que significa "o Senhor vem!", ou então, "Senhor, vem!" (1Cor 16,22).

A exortação à vigilância também é expressa no Livro do Apocalipse de João. Segundo esse Livro, Jesus Cristo diz: «Eis que venho, sem demora!» (Ap 3,11; 22,7.12.20). É uma exortação dirigida ao crente para que reorganize conscientemente o seu modo de vida no sentido de se preparar para a revinda de Cristo.

No fulcro da fé nova-apostólica estão a esperança de que as promessas do Senhor se cumpram e a esperança de poder participar pessoalmente na revinda de Cristo e no arrebatamento, que se lhe segue. Na 1ª epístola de João 3,2 é expresso o seguinte: «Amados, agora somos filhos de Deus, e ainda não é manifestado o que havemos de ser. Mas sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele, porque, assim como é, o veremos»

10.1.2 Acontecimentos aquando da revinda de Cristo

Os acontecimentos aquando da revinda de Cristo são descritos em várias das Cartas Paulinas:

1ª aos Tessalonicenses 4,15-17

«Dizemo-vos, pois, isto, pela palavra do Senhor: que nós, os que ficarmos vivos, para a vinda do Senhor, não precederemos os que dormem. Porque o mesmo Senhor descera do céu, com alarido, e com voz de arcanjo, e com a trombeta de Deus; e os que morreram em Cristo ressuscitarão primeiro. Depois nós, os que ficarmos vivos, seremos arrebatados juntamente com eles, nas nuvens, a encontrar o Senhor nos ares, e assim estaremos sempre com o Senhor.»

1ª aos Coríntios 15,51.52

«Eis aqui vos digo um mistério: Na verdade, nem todos dormiremos, mas todos seremos transformados; num momento, num abrir e fechar de olhos, ante a última trombeta; porque a trombeta soará, e os mortos ressuscitarão incorruptíveis, e nós seremos transformados.»

Aos Filipenses 3,20.21

«Mas a nossa cidade está nos céus, de onde também esperamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo, que transformará o nosso corpo abatido, para ser conforme o seu corpo glorioso, segundo o seu eficaz poder de sujeitar, também, a si todas as coisas.»

Estes textos bíblicos são de importância fundamental para a fé na revinda de Cristo. Fazendo uma sinopse de todos os seus conteúdos, chega-se à seguinte visão:

No ato da revinda do Senhor, primeiro ressuscitarão incorruptíveis os mortos (os que morreram em Cristo), enquanto os vivos, que se deixaram preparar para a Sua vinda, serão alvo da transformação, sem que tenham de passar pela morte física. Ou seja, os mortos e os vivos receberão um corpo semelhante ao corpo glorificado de Cristo. Depois, todos serão arrebatados juntos, ao encontro do Senhor, que não descerá à terra. E assim serão levados para a comunhão eterna com o Deus Trino. Estes acontecimentos fazem parte da Primeira Ressurreição, conforme referido em Apocalipse 20,5,6 (*vide* 10.5).

As afirmações em Mateus 24,40.41 e Lucas 17,34 mostram que, no momento da revinda de Cristo, ao encontrar os homens na sua situação de vida quotidiana, o Senhor irá fazer uma separação, ou seja, fará um Juízo. O texto bíblico da 2ª Epístola aos Coríntios 5,10 «Porque todos devemos comparecer perante o tribunal de Cristo, para que cada um receba segundo o que tiver feito por meio do corpo, ou bem, ou mal» também foca este aspeto (cf. Rm 14,10). Este reconhecimento não leva o crente a ter medo, mas antes o motiva a continuar rumo à meta da sua fé, sem nunca abrandar (1Ts 5,9).

O facto de Jesus Cristo vir buscar a Sua Igreja-noiva é uma das certezas fundamentais da fé nova-apostólica. É daí que o crente também deduz a esperança de não ter de sofrer a morte física, mas antes poder ser transformado: «E por isso, também, gememos, desejando ser revestidos da nossa habitação, que é do céu [...] não porque queremos ser despidos, mas revestidos, para que o mortal seja absorvido pela vida. Ora quem para isto mesmo nos preparou foi Deus, O qual nos deu, também, o penhor do Espírito» (2Cor 5,2.4.5). O arrebatamento aquando da revinda de Cristo está prometido primeiramente àqueles que foram regenerados por água e espírito, que creem em Jesus Cristo e que O seguem. Se Deus concederá ou não a graça do arrebatamento a outras pessoas, além das acima mencionadas, é algo que está fora do âmbito do poder de avaliação humano, e que só Deus o sabe.

10.1.3 A Igreja-noiva

A missão dos apóstolos consiste em preparar a Igreja de Cristo para a unificação com Jesus Cristo, aquando da Sua revinda, segundo as palavras do apóstolo Paulo: «Porque estou zeloso de vós, com zelo de Deus; porque vos tenho preparado para vos apresentar como uma virgem pura a um marido, a saber, a Cristo» (2Cor 11,2). A «virgem pura» remete para a "noiva", uma imagem da comunhão escatológica dos santos (Ap 19,7).

Só no momento da revinda de Cristo é que se manifestará quem fará parte da noiva do Senhor. Uma das características daqueles que farão parte da noiva é o facto de esperarem diariamente pela revinda de Cristo e clamarem com persistência: «Ora vem, Senhor Jesus!» (Ap 22,17.20).

Esta comunhão dos santos também é retratada por imagens como os "cento e quarenta e quatro mil" (Ap 14,1-5) e o "varão" (Ap 12,5). Estas imagens metafóricas também evidenciam características e factos importantes.

Sobre os cento e quarenta e quatro mil reza assim: «E olhei, e eis que estava o Cordeiro sobre o monte Sião, e com ele cento e quarenta e quatro mil, que nas suas testas tinham escrito o nome dele e o do seu Pai [...] que seguem o Cordeiro para onde quer que vá. Estes são os que, de entre os homens, foram comprados como primícias para Deus e para o Cordeiro; e na sua boca não se achou engano, porque são irrepreensíveis [...]». O número 144 000 tem um carácter simbólico com origem na quantidade de tribos de Israel, em número de doze, e que remete para a perfeição divina.

A marcação com o nome do Cordeiro e do Pai significa que os cento e quarenta e quatro mil são pertença de Deus. Na imitação e no seguimento de Cristo, levam a sua vida em conformidade com o Evangelho, em palavras e atos ("na sua boca não se achou engano", "irrepreensíveis"). Também são designados de "primícias" (no texto grego: "primícia dos frutos"), o que remete para as leis veterotestamentárias sobre os sacrifícios e as ofertas. "Primícias" são todos aqueles que o Senhor levará consigo aquando da Sua revinda, metaforicamente: os que Ele ceifará ou, na aceção bíblica, "segará" (Ap 14,15).

O capítulo 12 do Apocalipse tematiza uma mulher vestida do sol, um símbolo da Igreja de Cristo (*vide* 6.4.5), que dá à luz um filho. Este é ameaçado

por um dragão, mas é arrebatado para Deus (Ap 12,5). Este varão simboliza a multidão daqueles que serão arrebatados aquando da revinda de Cristo. O dragão representa Satanás (Gn 3,1; Ap 12,9). Ele não consegue impedir a completação nem o arrebatamento da Igreja-noiva.

SÍNTESE

A doutrina das coisas futuras (escatologia) está fundamentada na Escritura Sagrada. (10)

Uma afirmação principal do Evangelho é a revinda de Jesus Cristo. Ser por Ele aceite nesta ocasião, representa a meta da fé dos cristãos novos-apostólicos. (10.1)

Jesus Cristo prometeu a Sua revinda aos apóstolos, anjos confirmam-no. Quando ocorrerá a revinda de Jesus Cristo, nem o Homem nem os anjos o sabem, só Deus o sabe. Cada crente é exortado a orientar a sua maneira de viver para a revinda de Cristo. (10.1.1)

Aquando da revinda de Cristo, ressuscitarão primeiro os mortos que morreram n'Ele. Os vivos, que se tenham deixado preparar para a Sua vinda, recebem um corpo idêntico ao corpo glorificado de Cristo. Juntos, todos eles serão arrebatados e conduzidos para a comunhão eterna com Deus. (10.1.2)

Os apóstolos têm a missão de preparar a Igreja-noiva para a revinda de Jesus Cristo. (10.1.3)

Só aquando da revinda de Jesus é que se manifestará quem faz parte da "Igreja-noiva" do Senhor, ou seja, quem pertence à multidão daqueles que serão arrebatados. Também são chamados "primícias". Outra imagem metafórica da Igreja-noiva é o "varão", sendo o seu número simbólico "cento e quarenta e quatro mil". (10.1.3)

10.2 As bodas do Cordeiro

Logo a seguir ao arrebatamento da Igreja-noiva são celebradas as bodas do Cordeiro. Esta imagem de bodas escatológicas encontra-se em Apocalipse 19,6-9. Remete para a comunhão indissolúvel das primícias com o Seu Senhor e para a participação na Sua glória (Cl 3,4; 1Jo 3,2).

A imagem do cordeiro começa a ser usada em Isaías 53,4-7, onde se diz que o Messias vindouro fará o Seu sacrifício para redenção dos homens por submissão à vontade de Deus. João Batista remete para o Filho de Deus com as palavras: «Eis o cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo» (Jo 1,29).

No Apocalipse de João, fala-se muitas vezes de Cristo enquanto cordeiro. O texto bíblico de Apocalipse 5,12 expressa que o cordeiro que foi morto receberá a vitória. Ou seja, o Filho de Deus, que foi rebaixado e crucificado, é, ao mesmo tempo, Aquele que triunfa e vence. O Cristo Crucificado é O que volta, é o Noivo (*vide* 10.1.3).

Durante as bodas do Cordeiro, todos os homens na terra terão de sofrer sob a regência de Satanás, a chamada grande tribulação.

10.3 A grande tribulação

Enquanto a obra de redenção do Senhor estiver na terra, a criação terrena estará sob uma proteção especial (Ap 7,3). Depois da revinda de Cristo começará um tempo em que os homens e a criação estarão expostos ao poder de Satanás; tudo e todos sofrerão sob as situações que daí advirão.

Esta época pode ser relacionada com a «hora da tentação que há-de vir sobre todo o mundo, para tentar os que habitam na terra» mencionada em Apocalipse 3,10. A Escritura Sagrada designa este tempo de «grande tribulação» (Ap 7,14) ou «tempo de angústia» (Dn 12,1).

A libertação de todo o poder de Satanás durante a grande tribulação ultrapassa, de longe, as tentações e a gravidade das aflições por que a Igreja tem de passar antes da revinda do Senhor. A Igreja-noiva será arrebatada antes da grande tribulação (Ap 3,10; 12,5.12).

A imagem da mulher vestida do sol, que deu à luz o varão, retrata aqueles que pertencem à Igreja de Cristo, mas que não foram arrebatados. No "deserto", isto é, num estado de tribulação e carências, eles ainda terão o acompanhamento divino e o alimento espiritual (Ap 12,6).

E também neste tempo de regência de Satanás e das suas potestades, haverá homens que corajosamente continuarão a professar a sua fé em Cristo, que não adorarão o anticristo e que serão mortos devido à sua profissão de fé (Ap 13,10.15; cf. Ap 14,12.13). Estas testemunhas corajosas de Cristo tornar-se-ão mártires.

10.4 A vinda do Senhor com poder e glória

Após as bodas no céu, o Filho de Deus voltará à terra com as Suas primícias (Ap 19,11-16). O Senhor previu esse acontecimento como a Sua vinda «com poder e grande glória» (Mt 24,29.30). Jesus Cristo manifestará, então, o Seu poder divino na terra, de forma visível para todos (Ap 1,7). Ele, o Rei dos reis e Senhor de todos os Senhores, tira todo o poder a Satanás e ao seu séquito, pondo fim ao tempo da grande tribulação. O séquito de Satanás é julgado (Ap 19,20). O próprio Satanás é amarrado por «mil anos», «para que mais não engane as nações» (Ap 20,1-3). Depois de Satanás ter sido amarrado e lançado para o abismo, dá-se a ressurreição dos mártires da grande tribulação (Ap 20,4).

10.5 A primeira ressurreição

A expressão "Primeira Ressurreição" apenas se encontra na Escritura Sagrada no Apocalipse 20,5.6, associado a uma beatitude importante: «Bem-aventurado e santo aquele que tem parte na primeira ressurreição: sobre este, não tem poder a segunda morte.» Os bem-aventurados, isto é, aqueles que foram arrebatados aquando da revinda de Cristo, e os mártires da grande tribulação, são poupados ao Juízo Final.

Na 1ª aos Coríntios 15,20.22-24*, o apóstolo Paulo remete para a "ordem" que existe na ressurreição dos mortos: «Cristo ressuscitou dos mortos, como primícias dos que morreram. [...] E, como todos morrem em Adão, assim em Cristo todos voltarão a receber a vida. Mas cada um na sua própria ordem: primeiro, Cristo; depois, aqueles que pertencem a Cristo, por ocasião da sua vinda. Depois, será o fim: quando ele entregar o reino a Deus e Pai, depois de ter destruído todo o principado, toda a dominação e poder.»

O apóstolo Paulo dá ênfase a três aspetos essenciais:

- Primeiro, foi Cristo quem ressuscitou, Ele é a primícia daqueles que ressuscitam. Qualquer esperança na ressurreição dos mortos é fundamentada na ressurreição de Jesus Cristo.
- A ressurreição "depois disso" está prometida àqueles que pertencerem a Cristo quando Ele vier: aquando da Sua revinda, ressuscitarão os mortos em Cristo, que, depois, serão arrebatados juntamente com os vivos transformados (*vide* 10.1.2). No contexto da vinda de Cristo com poder e glória, está prometida a ressurreição aos mártires da grande tribulação. Estes dois acontecimentos compõem a Primeira Ressurreição. E para todos os que participarem nela, é válido o seguinte: «[...] serão sacerdotes de Deus e de Cristo, e reinarão com ele mil anos» (Ap 20,6).
- O "fim" do qual o apóstolo Paulo fala na 1ª aos Coríntios 15,24 refere-se ao Juízo Final. Antes disso, ocorrerá a ressurreição geral dos mortos.

10.6 A continuação da história de salvação

Depois de concluída a Primeira Ressurreição, Cristo edificará o Seu reino de paz na terra. A Sua regência real manifestar-se-á em toda a Sua plenitude. Ele é o Príncipe da Paz (Is 9,5); Satanás estará amarrado e não conseguirá seduzir mais ninguém a cometer pecados. Todavia, os homens continuarão a ser pe-

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

cadores, porque a concupiscência não será abolida. Continuarão a nascer e a morrer, porque a morte ainda não estará anulada (Ap 20,14; Is 65,20.21).

Uma exceção serão os sacerdotes de Deus e de Cristo que têm um corpo espiritual semelhante ao do Senhor (1Cor 15,44).

A regência real de Cristo, na qual Ele deixa os Seus participarem enquanto sacerdócio real, durará "mil anos", o que simboliza um período longo, mas limitado (Ap 20,6). O Evangelho poderá ser proclamado sem quaisquer restrições, o que indica que, nesse período, haverá a possibilidade de alcançar a salvação: tanto por parte dos homens que vivem na terra como também pelas almas que se encontram na área dos falecidos, a feliz mensagem será levada a todos eles. E deste feito, no final do reino de paz, todos os homens, de todas as épocas, terão tomado conhecimento do Evangelho de Cristo.

O reino da paz termina quando Satanás for solto e terá, pela última vez, oportunidade de seduzir os homens. Depois de ter sido vencido definitivamente, ele será julgado e «lançado no lago de fogo» (Ap 20,7-10). A partir daí, o Mal, em qualquer forma que seja, ficará aniquilado para toda a eternidade.

É então que ocorre a ressurreição dos mortos para o juízo (Ap 20,11-15). Cristo julgará todos os homens que não tenham participado na Primeira Ressurreição.

O fator decisivo para a sentença será a postura que o Homem assumir face a Cristo. Quem O rejeitar e «não foi achado escrito no livro da vida», permanecerá na agonia do afastamento de Deus. Aqueles que, no Juízo Final, forem alvo de misericórdia, tornar-se-ão habitantes da nova criação de Deus e poderão ter comunhão eterna com Ele.

Naqueles que já tenham regido com Cristo no reino de paz, enquanto sacerdócio real, realizar-se-á, na nova criação, a promessa: «[...] e os seus servos o servirão; e verão o seu rosto, e nas suas testas estará o seu nome. E ali não haverá mais noite e não necessitarão de lâmpada, nem de luz do sol, porque o Senhor Deus os alumia; e reinarão para todo o sempre» (Ap 22,3-5).

A expectativa expressa na 2ª de Pedro 3,13 torna-se, então, realidade: «Mas nós, segundo a sua promessa, aguardamos novos céus e a nova terra, em que habita a justiça» (cf. Is 65,17). Deus implementa uma nova criação

que substitui a antiga, e cumprem-se as palavras: «pois com eles habitará [Deus], e eles serão o seu povo, e o mesmo Deus estará com eles, e será o seu Deus» (Ap 21,3). Este reino de Deus será eterno; e então, Deus será «tudo, em todos» (1Cor 15,28).

SÍNTESE

A seguir ao arrebatamento da Igreja-noiva são celebradas as bodas do Cordeiro. A imagem das bodas escatológicas remete para a comunhão indissolúvel das primícias com o Senhor. (10.2)

Jesus Cristo enquanto cordeiro significa que o Filho de Deus Humilhado e Crucificado é o Triunfante e o Vencedor; Ele é o Noivo. (10.2)

Depois da revinda de Cristo começará um tempo em que os homens e a criação estarão expostos ao poder de Satanás: a grande tribulação. A imagem da mulher vestida do sol, que deu à luz o varão, remete para aqueles cristãos que não foram arrebatados para junto de Jesus Cristo. Eles continuam a ter o acompanhamento divino e a assistência espiritual. (10.3)

Após as bodas no céu, o Filho de Deus voltará à Terra com as Suas primícias e porá fim à grande tribulação. O séquito de Satanás será julgado. (10.4)

Depois de Satanás estar privado do seu poder, dá-se a ressurreição dos mártires da grande tribulação. (10.4)

Na Primeira Ressurreição participarão aqueles que foram arrebatados aquando da revinda de Cristo e os mártires. Eles não precisam de se sujeitar ao Juízo Final. (10.5)

Depois de concluída a Primeira Ressurreição, Cristo edificará o Seu reino de paz na terra. No final do reino de paz, todos os homens, de todas as épocas, terão tomado conhecimento do Evangelho de Cristo. Depois de Satanás ter tido a última oportunidade de seduzir a humanidade, ele é vencido definitivamente e julgado. A partir daí, o Mal, em qualquer forma que seja, ficará aniquilado para toda a eternidade. (10.6)

Depois, segue-se a ressurreição dos mortos para participarem no Juízo Final. Aqueles que, no Juízo Final, forem alvo de misericórdia, tornar-se-ão habitantes da nova criação de Deus e poderão ter comunhão eterna com Ele. (10.6)

Parte XI

Sobre a história da Cristandade

11

11 Sobre a história da Cristandade

11.1 As comunidades do cristianismo primitivo

Segundo a Grande Comissão de Jesus Cristo, cabe aos apóstolos ir a todas as nações proclamar o Evangelho e tornar os homens Seus discípulos.

Inicialmente, os apóstolos dirigiram-se aos judeus. A primeira comunidade foi fundada em Jerusalém. Por causa das perseguições de que eram alvo, muitos crentes fugiram de Jerusalém (Act 8,1; 11,19). Uma vez chegados ao seu novo habitat, eles continuaram a proclamar a palavra do Senhor, como, por exemplo, Filipe o fez na capital da Samaria.

Numa visão, Deus mostrou ao apóstolo Pedro que o Evangelho também se destinava aos gentios (Act 10 e 11).

Um grande passo no sentido de levar o Evangelho aos gentios foi a conversão de Saulo (Act 9). A primeira vez que ele, juntamente com Barnabé, é designado apóstolo, já com o nome de Paulo, está documentada em Actos 14,14.

Na assembleia de apóstolos em Jerusalém foram debatidas e esclarecidas as questões iminentes e decisivas da época quanto à postura a adotar em relação à missão de evangelização dos gentios e ao significado da lei mosaica no contexto do Evangelho (Act 15,1-29).

Enquanto, entre os judeus, o Evangelho era propagado, principalmente, pelos apóstolos Pedro e Tiago, os apóstolos Paulo e Barnabé viajavam pelos países gentios na região do Mediterrâneo. De acordo com o que Eusébio de Cesareia escreve na sua história da igreja, outros apóstolos terão levado o Evangelho a outros países, da Ásia e de África, e fundado comunidades nessas regiões.

11.2 O cristianismo após a morte dos primeiros apóstolos

Após a morte dos apóstolos da igreja cristã primitiva, a atuação do Espírito Santo continuou a manifestar-se.

- Foi Ele que deu origem à criação do cânone bíblico do Antigo e do Novo Testamento.
- Foi Ele quem inspirou os patriarcas da Igreja nos primeiros concílios a formular fundamentos importantes da doutrina cristã. Entre eles, por exemplo, a doutrina da Trindade, da personalidade e da dupla natureza de Jesus, enquanto verdadeiro Homem e verdadeiro Deus, bem como o reconhecimento do grande significado que o sacrifício de Jesus e a Sua ressurreição têm para a salvação e a redenção dos homens.

Nessa época, a salvação era transmitida através da ministração do batismo com água segundo os ritos consagrados.

É também à atuação do Espírito Santo, ao longo dos séculos, que se deve o feito de a crença cristã ter podido ser propagada pelo mundo inteiro.

11.2.1 Os doutores da igreja e os concílios ecumênicos

No ano 313 d.C., o imperador romano Constantino Magno (nasc. cerca de 270/288, fal. em 337) decretou a liberdade religiosa para os cristãos. Nos anos 380/381 d.C., o cristianismo tornou-se religião oficial do império romano.

Antes dessa época, muitos cristãos perderam a vida no decurso das perseguições de que foram alvo. Aquilo que começara com o apedrejamento de Estêvão, transformou-se em verdadeiras ondas de perseguição através das quais crentes se tornaram mártires.

Defender a fé cristã contra os gentios e os judeus e definir os fundamentos da doutrina cristã, eram os objetivos dos doutores da Igreja. A geração antiga desses doutores é designada de "pais apostólicos". Entre eles figuram Clemente de Roma (fal. cerca de 100 d.C.), Ignacio de Antioquia (fal. cerca de

115 d.C.), Policarpo, bispo de Esmirna (nasc. cerca de 69 d.C., fal. cerca de 155 d.C.) e Papias de Hierápolis (nasc. cerca de 70 d.C., fal. cerca 130/140 d.C.).

As gerações posteriores de defensores da fé (apologéticos) e testemunhas da tradição apostólica são os "patriarcas da Igreja". Entre eles, Ambrósio de Milão (339 - 397 d.C.), Sofrónio Eusébio Jerónimo (347 - 420 d.C.) e Agostinho de Hipona (354 - 430 d.C.). As afirmações doutrinárias destes homens tiveram influência determinante sobre os dogmas cristãos.

Um dos doutores da Igreja foi também Atanásio (cerca de 295 - 373 d.C.). Foi sob a sua influência teológica que se formulou o Credo de Niceia em 325 d.C. É na tradição desta profissão de fé que também assentam os cristãos novos-apostólicos.

Os conteúdos principais da fé cristã foram vinculados na sua definição ao longo de árduos debates de vários séculos em diversas assembleias da Igreja (concílios). Embora os concílios muitas vezes fossem realizados sob a tutela de regentes terrenos, conseguiu-se expressar o conteúdo do Evangelho da forma devida e em conformidade com a vontade divina. Em termos globais, pode dizer-se que os concílios serviram para definir os fundamentos da doutrina de fé cristã.

11.2.2 O cristianismo – a religião oficial e a sua propagação

Em 380/381 d.C., o imperador Teodósio elevou o cristianismo a religião oficial do império romano e proibiu todos os cultos pagãos.

Na época da migração humana, o cristianismo na Europa cresceu e foi propagado em áreas remotas do mundo conhecido à época. A partir do século VII, em partes da Ásia e da África, os cristãos passaram a ser confrontados com uma nova religião, o islão.

Um papel importante na propagação do cristianismo coube ao monasticismo. Muitas das vezes, os monges e as monjas também alcançavam excelentes feitos a nível científico e davam grande ênfase à agricultura e aos serviços

sociais. Muitos deles consideravam a propagação da fé cristã como sendo uma das suas tarefas principais.

Em virtude do desenvolvimento histórico, o cristianismo tornou-se uma grandeza determinante, que caracterizou a vida e a sociedade da população da Europa.

As crises da cristandade medieval são identificáveis pelo "Grande Cisma do Ocidente" (Cisma Papal, ou simplesmente Grande Cisma) de 1054, que representou a separação da Igreja Ocidental (Igreja católica romana) e da Igreja Oriental (Igrejas ortodoxas), pelas Cruzadas (1096 a 1270), pela luta entre o poder papal e o poder imperial na Europa Central e pelo desentendimento crescente com o islão.

11.2.3 Aspetos do cristianismo na Idade Média na Europa

A luta dos dignitários eclesiásticos pelo poder terreno e a falta de orientação pelo Evangelho resultaram na secularização muito vasta da Igreja cristã acompanhada por uma crescente deterioração moral. Por causa disso, foram aumentando cada vez mais as tentativas de provocar uma reforma dentro da Igreja. Aos homens que buscavam a verdade e queriam servir a Deus por meio da percepção racional (escolástica), contrapunham-se os que o tentavam por via da mística, através da vivência direta da proximidade divina.

Homens como o comerciante francês Pedro Valdo (fal. antes de 1218), o teólogo inglês John Wyclif (1330 a 1384) e o reitor da Universidade de Praga, Jan Hus (1369 a 1415), foram críticos persistentes da Igreja secularizada. Os movimentos pré-reformadores, por eles iniciados e acompanhados, abrangiam vastas regiões da Europa e acabaram por levar à Reforma Protestante.

11.2.4 A Reforma Protestante

A busca da forma original do Evangelho e da orientação através do Espírito Santo veio determinar um desenvolvimento na Europa designado por "Reforma Protestante", estreitamente ligado a Martinho Lutero (1483 a 1546).

A crítica à secularização da Igreja romana e o apelo ao regresso às fontes exigido pelos humanistas e a dedicação à Bíblia daí resultante foram os acontecimentos mais importantes que abriram caminho à Reforma Protestante.

Lutero desenvolveu a sua teologia com base nas suas interpretações da Bíblia. O seu ponto central é a doutrina da justificação, que se baseia no conceito fundamental em como Deus não recompensa as boas obras, mas antes oferece a Sua graça ao Homem pecaminoso que crê em Jesus Cristo.

Lutero entrou em conflito com a Igreja católica romana porque rejeitou a autoridade do Papa e duvidou da infalibilidade dos concílios. O único fundamento para a doutrina deveria ser a Bíblia enquanto testemunho documentado de Jesus Cristo. Lutero traduziu a Bíblia para o alemão, tornando-a acessível ao povo.

A propagação rápida da Reforma Protestante na Alemanha não se deve somente a Lutero e outros reformistas, mas também tem o seu fundamento nos interesses políticos e económicos de muitos senhores feudais.

Fora da Alemanha, a Reforma Protestante conseguiu singrar, acima de tudo, no norte da Europa, bem como nos Países Baixos, em França e Itália. Em Zurique agia o reformista Ulrich Zwingli (1484 a 1531), em Genebra era Jean Calvin (1509 a 1564), que iniciou um movimento reformista autónomo.

As ideias reformistas também começaram por assumir dimensões políticas. Tanto os senhores feudais como os lavradores aproveitaram-se do facto, embora por motivos distintos, para alcançar objetivos sociais e políticos.

Em 1534, um movimento independente resultou na instituição da Igreja anglicana enquanto Igreja oficial na Inglaterra.

Como reação à Reforma Protestante, o Concílio de Trento (a partir de 1545) deu início a uma introspeção e renovação da Igreja Católica Romana e preparou o terreno para a Contra-Reforma.

11.2.5 Mudanças drásticas no Catolicismo e no Protestantismo

A Reforma Protestante deu origem a um movimento oposto (Contra-Reforma); o catolicismo na Europa pretendia alcançar uma renovação espiritual e conseguiu refortalecer o Papado. Os Papas esforçavam-se por reconquistar territórios protestantes para o catolicismo.

No âmbito destes conflitos, iniciou-se, na Europa, a Guerra dos Trinta Anos (1618 a 1648) que também resultou no fortalecimento da obrigatoriedade de adesão à religião oficial do Estado. Ou seja, o regente determinava a que Igreja os seus súbditos tinham de pertencer.

No século XVIII, ocorreu uma fusão entre o cristianismo racional, isto é, um cristianismo que englobava os conhecimentos científicos da época e as ideias filosóficas do iluminismo. Discórdias confessionais e debates filosófico-teológicos levaram o protestantismo a uma crise. Como resposta a este desenvolvimento, o pietismo foi ganhando cada vez mais importância.

O pietismo é caracterizado pelo interesse no estudo bíblico intenso, o empenho social e missionário e uma forte ênfase na atividade redentora de Jesus Cristo.

A ênfase dada ao sentimento pela vida e pela fé dos cristãos teve, de certa forma, continuidade nos movimentos revivalistas. Estas correntes religiosas evangélicas do século XVIII, especialmente presentes na Inglaterra e nos EUA, pretendiam marcar uma delimitação clara do "cristianismo tradicional" e voltar a uma fé viva.

No século XIX, também surgiram na Alemanha Igrejas independentes do Estado, foram fundadas Igrejas Livres Evangélicas e até mesmo a "Missão Interna" na Igreja Protestante teve o seu início nesta data. Tratava-se de um movimento que não visava apenas abordar gentios em países estrangeiros para que aderissem ao cristianismo, mas também as pessoas no próprio país que se tivessem distanciado do cristianismo por circunstâncias de pobreza e falta de conhecimento. As sociedades missionárias vieram trazer impulsos decisivos à propagação do cristianismo em países não europeus, especialmente em África.

Também se encontra uma religiosidade direcionada para a vivência espiritual no catolicismo dos séculos XVIII e XIX.

É neste contexto que também se enquadram os debates idealistas em torno da Revolução Francesa, os efeitos secundários que acompanhavam o início da era da industrialização, bem como a racionalidade científico-natural, que tentava explicar o mundo sem qualquer referência à crença tradicional.

11.2.6 O cristianismo no início do século XIX

Numa época em que as ciências naturais tentavam dominar uma esmagadora parte da racionalidade, as questões sociais desafiavam a ética cristã e a política do Poder Nacional pretendia instrumentalizar as forças religiosas. O clamor pelo retorno ao Evangelho e à respetiva esperança cristã na revinda de Cristo cresciam entre a população.

Nos séculos XV e XVI, principalmente a partir de Espanha e Portugal, foi intensificado o trabalho missionário, sendo que as pessoas nos territórios conquistados muitas das vezes eram forçadas a aderir à crença cristã. No século XIX, alguns cristãos convictos começaram a desenvolver uma atividade missionária intensa mas pacífica, especialmente nos territórios do mundo colonizado.

É este o pano de fundo histórico perante o qual Deus preparou o reinício da atividade de apóstolos.

SÍNTESE

Segundo a sua Grande Comissão, os apóstolos começaram a anunciar o Evangelho: primeiro, entre os judeus, mais tarde nos países gentios na região do Mediterrâneo. (11.1)

Após a morte dos apóstolos da igreja cristã primitiva, a atuação do Espírito Santo continuou a manifestar-se das mais diversas formas. (11.2)

Defender a fé cristã e definir os fundamentos da doutrina cristã, eram os objetivos dos doutores da Igreja. (11.2.1)

As afirmações doutrinárias, especialmente as dos patriarcas da Igreja, tiveram uma influência determinante sobre os dogmas cristãos. Os conteúdos essenciais da fé cristã foram declarados vinculativos em diversos concílios. (11.2.1)

Por volta do final do século IV, o cristianismo tornou-se religião oficial no império romano. (11.2.2)

Um papel importante na propagação do cristianismo coube ao monasticismo. O cristianismo tornou-se a grandeza que determinava a vida e a sociedade na Europa. (11.2.2)

No "Grande Cisma do Ocidente" (1054), a Igreja Ocidental (a Igreja católica romana) e a Igreja Oriental (Igrejas ortodoxas) apartaram-se. (11.2.2)

Na Idade Média na Europa houve uma secularização muito vasta da Igreja cristã que resultou em tentativas de provocar uma reforma dentro da Igreja. A busca pela forma original do Evangelho determinou um desenvolvimento na Europa conhecido pelo termo global "Reforma Protestante". (11.2.3; 11.2.4)

Após a Reforma Protestante, desenvolveu-se uma renovação do catolicismo e surgiram outros movimentos religiosos. (11.2.4; 11.2.5)

A partir do século XV, começou o trabalho missionário em países fora da Europa. No século XIX, foi intensificado ainda mais. (11.2.6)

É este o pano de fundo histórico perante o qual Deus preparou o reinício da atividade de apóstolos. (11.2.6.)

11.3 Restauração do ministério de apóstolo na Igreja católica-apostólica

Na sua herdade em Albury, no sul da Inglaterra, o banqueiro Henry Drummond (1786 a 1860) convidou, entre 1826 e 1829 e em estreita colaboração com o clérigo presbiteriano Edward Irving (1792 a 1834), representantes da

chamada "Escola Profética" para participarem numa série de conferências com a finalidade de chegar a uma visão clara sobre as afirmações bíblicas referentes à revivificação da plenitude original do Espírito Santo e da revinda de Cristo.

Crentes de diversas confissões religiosas na Escócia também partilhavam esta expectativa reforçada no Espírito Santo. Em 1830 ocorreram entre eles curas de doentes, glossolalias e profecias que foram alvo de grande interesse público.

Foi com base nesta expectativa crente de um ministério especial na Igreja que John Bate Cardale (1802 a 1877), membro da Igreja Anglicana, foi nomeado através do Espírito Santo, a 31 de outubro de 1832 (outras fontes indicam que terá sido a 7 de novembro de 1832), em Londres, para se tornar portador do ministério de apóstolo, passando a ser designado de apóstolo por Henry Drummond. Ele tinha-se juntado à congregação de Irving em agosto de 1832. No Natal de 1832, executou o seu primeiro ato ministerial enquanto apóstolo, ordenando William R. Caird como evangelista. Durante quase um ano, Cardale continuou a ser o único apóstolo, o que fez com que o seu trabalho caracterizasse a ideia daquilo que seria o ministério de apóstolo dentro das congregações que se foram formando.

Na continuação dessa época, o movimento foi assumindo estruturas mais bem definidas. Além disso, desenvolveram-se a ministeriologia e a sacramentologia.

11.3.1 Criação de uma Igreja dirigida por apóstolos

A partir de setembro de 1833, foram nomeados mais apóstolos através de profecias. Nessas nomeações, coube um papel importante às pessoas que tinham um dom profético.

Os apóstolos nomeados através de profecias foram consagrados em 1835 para exercerem a sua função no futuro. Depois disso, os apóstolos, que entretanto já eram doze, enclausuraram-se por um ano na herdade de Albury para se dedicarem a reflexões intensas.

Os apóstolos estavam à espera de serem enviados a todos os cristãos e esperavam, para tal, receber uma força especial. Através do seu "Grande Testemunho", de 1837, pretendiam abordar todos os governantes espirituais e terrenos da cristandade. Exortaram o clero a subordinar-se aos apóstolos. A título de preparação para a unificação dos cristãos sob a sua liderança, em 1838, os apóstolos começaram a familiarizar-se com a doutrina e a liturgia de diversas confissões de fé. Mas esta exortação dos apóstolos não foi aceite.

Dentro da obra apostólica, ocorreu uma orientação no sentido da preparação da multidão do fim dos tempos, descrita no Livro do Apocalipse com os "cento e quarenta e quatro mil". Era suposto eles serem selados através da imposição das mãos de apóstolos, o que se concretizou na Inglaterra, em 1847, em cerca de mil crentes. Da mesma forma se realizaram, ainda no mesmo ano, selamentos, no Canadá, pelo apóstolo Francis Woodhouse e, na Alemanha, pelo apóstolo Thomas Carlyle.

11.3.2 Nomeação de mais apóstolos

Em 1851, o apóstolo Thomas Carlyle, com a ajuda de outro apóstolo, requereu a convocação de uma assembleia de apóstolos. Nesta assembleia, requereu que os dois apóstolos Duncan Mackenzie e Henry Dalton, que não exerciam o seu ministério, fossem substituídos por outros, mas não conseguiu a maioria de votos necessária de todos os apóstolos.

Em 1855 morreram três apóstolos, entre eles o apóstolo Carlyle. Edward Oliver Taplin (1800 a 1862), o "pilar dos profetas", e o profeta Heinrich Geyer (1818 a 1896) nomearam sucessores no ministério de apóstolo. No entanto, estes chamamentos não foram aceites pelos outros apóstolos.

Mas o desejo de preparação da Igreja-noiva de Cristo através de apóstolos e a espera pelo seu envio, na plenitude da força inerente ao seu ministério, continuaram vivos em grande parte do círculo de ministros ordenados e formados no passado pelo apóstolo Carlyle no norte da Alemanha. Assumiram maior relevância as comunidades de Berlim e Hamburgo.

11.3.3 Prossecução do ministério de apóstolo na Igreja Nova Apostólica

Com a sua resistência, os apóstolos ingleses conseguiram opor-se a uma ampliação do círculo de apóstolos e, por conseguinte, impedir que a Igreja liderada por apóstolos prosseguisse. Do lado oposto, o profeta Heinrich Geyer e o dirigente da comunidade de Hamburgo, Friedrich Wilhelm Schwartz (1815 a 1895), insistiram no facto de que Rudolf Rosochacky (1818 a 1884) teria recebido um chamamento divino. Ele tinha sido nomeado apóstolo pelo profeta Geyer, a 10 de outubro de 1862. No dia 4 de janeiro de 1863, a comunidade de Hamburgo reconheceu este chamamento profético.

E mesmo quando o apóstolo Rosochacky, pouco depois, prescindiu do seu ministério, Geyer, Schwartz e a comunidade de Hamburgo continuaram firmes na convicção de que se teria tratado de um chamamento divino. Em 27 de janeiro de 1863, Schwartz foi destituído do seu ministério, pelo apóstolo Woodhouse, e expulso da Igreja Católica Apostólica. E também toda a comunidade de Hamburgo foi excomungada pelo facto de seguir Schwartz.

Assim sendo, o início da Igreja Nova Apostólica é datado de janeiro de 1863.

Pouco depois, foram chamados como apóstolos, primeiro o sacerdote Carl Wilhelm Louis Preuß (1827 a 1878) e, pouco depois, Friedrich Wilhelm Schwartz. Preuß atuava no norte da Alemanha, enquanto Schwartz recebera como área de trabalho os Países Baixos. Passado pouco tempo, seguiram-se mais chamamentos de apóstolos.

A nova congregação surgida designava-se de "Allgemeine christliche apostolische Mission" (Missão Cristã Apostólica Universal). Tanto neste facto, como no da designação da ramificação neerlandesa, enquanto "Igreja de Missão Apostólica Restaurada", refletia-se na esperança de fazer chegar a sua mensagem a vastos círculos de cristãos.

Em 1872, foi chamado Friedrich Wilhelm Menkhoff (1826 a 1895) como apóstolo para a Vestefália e a Renânia.

Foi ele quem lançou, em 1884, a primeira revista da Igreja na Alemanha; chamava-se "Der Herold" (O Arauto). "A revista mensal para os cristãos

amantes da verdade". Usando a sua influência, o apóstolo Schwartz começou por abolir, na sua área de trabalho, o uso de trajes litúrgicos e muitos dos elementos "herdados" da Igreja Católica Apostólica. Em 1885, estas modificações foram adotadas em todas as restantes comunidades.

Em 1881, Friedrich Krebs (1832 a 1905), de Braunschweig, foi nomeado apóstolo. Após a morte dos apóstolos Schwartz e Menkhoff, ele assumiu a função de liderança. Uma das suas maiores preocupações era a união entre os apóstolos. Ele foi o primeiro apóstolo maior no sentido como hoje o interpretamos.

Quanto mais o ministério de apóstolo na Igreja do final do século XIX se evidenciava enquanto ministério central, revestido de vastos poderes, mais se foi desvanecendo o significado dos profetas. A partir dos finais dos anos vinte do século XX deixaram de existir profetas nas comunidades.

As primeiras décadas da história da Igreja Nova Apostólica foram um período de consolidação das comunidades e da união entre os apóstolos. A partir de 1897, o ministério de apóstolo maior começou a perfilar-se como o sumo ministério da Igreja, ministério esse que Friedrich Krebs exerceu até à sua morte em 1905.

Outros detentores do ministério de apóstolo maior foram:

- Hermann Niehaus (1848 a 1932, apóstolo maior de 1905 até 1930),
- Johann Gottfried Bischoff (1871 a 1960, apóstolo maior de 1930 até 1960),
- Walter Schmidt (1891 a 1981, apóstolo maior de 1960 até 1975),
- Ernst Streckelsen (1905 a 1978, apóstolo maior de 1975 a 1978),
- Hans Urwyler (1925 a 1994, apóstolo maior de 1978 até 1988),
- Richard Fehr (nascido em 1939, apóstolo maior de 1988 até 2005),
- Wilhelm Leber (nascido em 1947, apóstolo maior desde 2005).

SÍNTESE

Como resultado da espera dos crentes por um ministério especial na Igreja, em 1832 começaram a ser nomeados homens crentes para ocuparem o ministério de apóstolo. (11.3)

Em 1837, os apóstolos publicaram o "Grande Testemunho" e exigiram ao clero que se subordinasse à autoridade dos apóstolos. Mas esta exortação dos apóstolos não foi aceite. (11.3.1)

Em janeiro de 1863, a comunidade em Hamburgo reconheceu oficialmente o chamamento de Rudolf Rosochacky como apóstolo. (11.3.3)

Assim sendo, o início da Igreja Nova Apostólica é datado de janeiro de 1863. (11.3.3)

Em 1897, começou a cristalizar-se o ministério do apóstolo maior enquanto ministério dirigente da Igreja. (11.3.3)

Parte XII

Serviço divino,
atos de bênção e
assistência pastoral

12

12 Serviço divino, atos de bênção e assistência pastoral

12.1 Serviço divino

O serviço divino é uma das formas de Deus atuar no Homem, sendo também uma forma das manifestações da obra do Homem dedicada a Deus.

12.1.1 Generalidades sobre o serviço divino

A comunidade reúne-se no serviço divino para ouvir a palavra de Deus e para ser abençoada pelo sacramento. O Homem pratica a adoração a Deus com temor e humildade.

Assim sendo, o serviço divino representa um encontro entre Deus e o Homem. No servir dos crentes em adoração e perante a presença perceptível do Deus Trino, a comunidade vivencia como Deus a serve com amor.

12.1.2 O serviço divino no Antigo Testamento

O serviço divino veterotestamentário era fundamentado no encontro do Homem com Deus. As diversas formas de celebração dos serviços divinos foram-se desenvolvendo durante um longo período. Deus sempre se manifestou repetidamente ao Homem e ofereceu-lhe a Sua ajuda.

No jardim do Éden, Deus dirige a palavra aos primeiros homens. Após a queda do Homem, Ele não o abandona sem proteção; antes fala com ele e dá-lhe consolação e esperança numa salvação no futuro.

Em Gênesis 8, fala-se do primeiro altar que os homens constroem para servir a Deus, para O venerar, para Lhe agradecer e para Lhe dar ofertas. Noé constrói um altar e dá a Deus uma oferenda de graças. E o Senhor responde a este gesto dando-lhe a promessa de que passaria a sustentar a criação.

Jacob consagra o local no qual Deus falara com ele e dá-lhe o nome de "Betel", o que significa "casa de Deus" (Gn 28,19).

Deus deu a Moisés, através das leis, regulamentações para a edificação de um altar: «em todo o lugar onde eu fizer celebrar a memória do meu nome, virei a ti e te abençoarei» (Ex 20,24ss). Além disso, também o lembrou de que Ele tinha santificado o sétimo dia e disse-lhe: «Lembra-te do dia do sábado, para o santificar» (Ex 20,8).

Durante a peregrinação dos israelitas pelo deserto, Deus escolheu de entre eles homens que pudessem servir de sacerdotes e assumir o serviço sacrificial. Foram incumbidos de transmitir ao povo a bênção de Deus numa determinada redação (Nm 6,22-27). Esta bênção reza assim: «O Senhor te abençoe e te guarde; O Senhor faça resplandecer o seu rosto sobre ti, e tenha misericórdia de ti; O Senhor sobre ti levante o seu rosto, e te dê a paz» (bênção sacerdotal).

Relativamente à época do rei David, há relatos de que, no serviço divino, participavam cantores e músicos, que louvavam Deus com salmos (1Cr 25,6).

O rei Salomão mandou construir o templo de Jerusalém. Era nele que se realizava o serviço divino. Na época, consistia, essencialmente, da matança diária dos animais previstos para a oferta por parte dos sacerdotes. O serviço sacrificial passou, então, a ser prestado exclusivamente no templo. O templo também era o lugar no qual se celebravam as festas israelitas, como a festa de Páscoa ou a festa dos tabernáculos (Lv 23).

Do ponto de vista dos israelitas, depois da destruição do templo deixou de ser possível praticar o serviço sacrificial. No período conhecido por cativeiro babilônico, os crentes reuniam-se em casas construídas especificamente para esse fim, as sinagogas, para lá poderem orar, ler e interpretar as Escrituras

Sagradas. É esta a origem da conceção cristã do serviço divino, tal como viria a ser praticado.

SÍNTESE

O serviço divino é uma das formas de Deus atuar no Homem, sendo também uma forma das manifestações da obra do Homem dedicada a Deus. (12.1)

O serviço divino veterotestamentário era fundamentado no encontro do Homem com Deus. As diversas formas de celebração dos serviços divinos foram-se desenvolvendo durante um longo período. (12.1.2)

Após a destruição do templo em Jerusalém, deixou de ser praticado o serviço sacrificial. No período do cativeiro babilónico, os crentes reuniam-se em sinagogas, para lá poderem orar, ler e interpretar as Escrituras Sagradas. É esta a origem da conceção cristã do serviço divino, tal como viria a ser praticado. (12.1.2)

12.1.3 O serviço divino no Novo Testamento

A encarnação de Deus em Jesus Cristo dá início a uma nova dimensão do serviço de Deus ao Homem. O Filho de Deus vem à Terra, ao mesmo tempo, enquanto verdadeiro Homem e verdadeiro Deus. Ele nasceu entre o povo dos judeus; Ele frequentava o templo, participava nos serviços divinos nas sinagogas e participava na sua conceção. Paralelamente a isso, atuava como mestre cuja prédica era «como tendo autoridade» (Mt 7,29). Além disso, Ele deu a missão de batizar e instituiu a Santa Ceia. Assim sendo, já na palavra e nos atos de Jesus se encontra fundamentado aquilo que viria a caracterizar o serviço divino cristão: a palavra e o sacramento.

Os atos de Jesus, que, por conseguinte, representam um fator normativo para o serviço divino, alcançam o seu auge na Sua morte na cruz: Ele faz o sacrifício perfeito, o sacrifício que excede o serviço sacrificial da Antiga Alian-

ça e o substitui (*vide* 3.4). Em cada celebração da Santa Ceia, o sacrifício de Cristo é consubstanciado.

Ainda antes da Sua morte sacrificial, Jesus Cristo prometeu aos Seus apóstolos que lhes enviaria o Espírito Santo que havia de dar continuidade aos ensinamentos de Cristo e preservaria o Seu Evangelho: «[...] ora, a palavra que ouvistes não é minha, mas do Pai que me enviou. Tenho-vos dito isto, estando convosco. Mas, aquele Consolador, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as coisas, e vos fará lembrar de tudo quanto vos tenho dito» (Jo 14, 24-26).

O Espírito Santo foi a fonte de inspiração do discurso de Pentecostes de Pedro. Foi o Espírito Santo que manifestou a palavra de Deus que fez três mil ouvintes "compungirem-se no seu coração", que os preparou para se arrependerem e que os levou a serem batizados em nome de Jesus Cristo, para depois receberem o dom do Espírito Santo. De certo modo, o Pentecostes é como que o primeiro serviço divino da Igreja de Cristo. À igreja cristã primitiva de Jerusalém atribuem-se quatro elementos fundamentais do serviço divino neotestamentário: Os primeiros cristãos «perseveravam na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão, e nas orações» (Act 2,42).

12.1.4 Desenvolvimento do serviço divino cristão

Com o passar dos séculos, o serviço divino cristão foi sendo celebrado de diversas formas. Enquanto originalmente a liturgia estava em primeiro plano, mais tarde, devido à Reforma no seio do movimento protestante, desenvolveu-se o serviço divino com prédica. O serviço divino na Igreja Católica Apostólica também era caracterizado por uma liturgia marcante. Atualmente, o recurso do serviço divino novo-apostólico segue a tradição dos serviços divinos pós-reforma.

12.1.5 O serviço divino enquanto encontro com Deus

Ainda hoje, os quatro elementos de um serviço divino, existentes na igreja primitiva, figuram entre as características mais relevantes num momento em que a comunidade vivencia o mistério sempre renovado de um encontro entre Deus e o Homem.

A fórmula trinitária «Em nome de Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo» é a invocação de Deus e representa uma forma de assegurar a Sua presença. É assim que se dá início a cada encontro com o Deus Trino no serviço divino, e é com a bênção trinitária que cada serviço divino termina. Este procedimento mostra ao visitante do serviço divino que Deus está presente.

Enquanto, no céu, Deus é louvado pelos exércitos celestiais (Is 6,3; Ap 4,8-11), na terra, a comunidade reunida no serviço divino louva o Deus Trino, a Sua graça e a Sua misericórdia.

O serviço divino destina-se a fortalecer a esperança na revinda iminente de Cristo e a preparar os crentes para a vinda do Senhor. É por isso que o serviço divino lhes é sagrado. Quem faltar levemente aos serviços divinos põe em risco a perseverança na doutrina dos apóstolos, a comunhão, o partir do pão e a oração, da forma como os primeiros cristãos o praticavam.

No crente que deixar de frequentar o serviço divino com alguma regularidade, sem motivo importante, poderá diminuir o desejo de recebimento do sacramento e da palavra atuada pelo espírito. Além disso, não recebe as forças produzidas pela Santa Ceia, os pecados não lhe são perdoados e ele perde a bênção inerente ao serviço divino.

Quem privar Deus da adoração que Lhe é devida, rejeitando conscientemente o serviço divino e a graça que lhe são oferecidos, ou os menosprezar, está a acumular pecados, independentemente de participar ou não no serviço divino.

12.1.5.1 Doutrina dos apóstolos

Jesus, que em Hebreus 3,1 é designado de "apóstolo da nossa confissão", disse: «A minha doutrina não é minha, mas daquele que me enviou» (Jo 7,16). Ele, o Enviado do Seu Pai, envia, por Sua vez, os apóstolos e dá-lhes uma missão: «ensinando-as a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado» (Mt 28,20).

Os apóstolos são «chamados» e «separados» como servos de Cristo, para proclamar o Evangelho e edificar a obediência da fé (Rm 1,1.5). Os ministros que operam a seu mandado também proclamam a doutrina de Jesus Cristo nas comunidades.

A palavra da prédica, despertada pelo Espírito Santo, destina-se a fortificar a fé, aumentar o conhecimento, transmitir consolação, advertir para agir em conformidade com o Evangelho e manter viva a expectativa da revinda iminente de Cristo. E é assim que os crentes presenciam o cumprimento da promessa de Jesus: «Mas, quando vier aquele Espírito de verdade, ele vos guiará em toda a verdade; porque não falará de si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido, e vos anunciará o que há-de vir. Ele me glorificará; porque há-de receber do que é meu, e vo-lo há-de anunciar» (Jo 16,13.14). Assim sendo, a prédica sob o efeito do Espírito Santo é caracterizada pelo facto de Cristo ser glorificado enquanto Salvador e Redentor.

12.1.5.2 Partir do pão

Na celebração da Santa Ceia (*vide* 8.2), a comunidade comemora o acontecimento mais importante dentro do serviço divino. Depois de terem recebido antes a remissão dos pecados, os crentes aproximam-se do altar e recebem o corpo e sangue de Jesus sob a forma de uma hóstia consagrada de pão e vinho. E celebram a Santa Ceia como forma de agradecimento e celebração memorial pelo sacrifício de Cristo (Lc 22,19). É uma ceia de profissão, é uma ceia comunitária, na qual estão incluídos os falecidos, tanto aqueles que mor-

reram em Cristo, como aqueles a quem a graça de Deus deu acesso ao altar. Fortalece a esperança na revinda do Filho de Deus (1Cor 11,26).

A participação digna na Santa Ceia preserva ao Homem a vida que lhe foi oferecida através da regeneração. E dá-lhe também a segurança de se manter em Jesus e de preservar uma comunhão de vida íntima com Ele (Jo 6,51-58). As forças recebidas por esta via ajudam a dominar aquilo que poderia ser prejudicial para a salvação da alma e permitem crescer dentro da natureza de Jesus. Desta forma, cada serviço divino é uma oportunidade para fortalecer a comunhão de vida com Jesus Cristo.

12.1.5.3 Comunhão

No serviço divino, o crente pode presenciar a renovada realização da promessa de Jesus: «Porque, onde estiverem dois ou três reunidos, em meu nome, aí estou eu no meio deles» (Mt 18,20). Assim sendo, o serviço divino é a comunhão com Jesus Cristo. Na Sua palavra, Ele está no meio da comunidade e, no Seu corpo e no Seu sangue, está presente em realidade. Além disso, o serviço divino é uma forma de comunhão entre os crentes que se unem em adoração e glorificação a Deus. Quando no serviço divino, para além da Santa Ceia, também são ministrados o sacramento do Santo Batismo com Água ou do Santo Selamento, aqueles que pertencem à comunidade são como testemunhas que partilham a vivência com aqueles que recebem o sacramento. Além disso, cada um dos presentes também pode usufruir da bênção ministrada. Quem já tiver sido batizado e selado é exortado a reviver o momento da recepção dos sacramentos. Isso mostra claramente que todos os regenerados estão dentro de uma comunhão sacramental global.

12.1.5.4 Oração

O serviço divino é indissociável da oração. Logo antes do serviço divino, o crente procura a proximidade de Deus através da oração pessoal. Durante o

serviço divino, a comunidade une-se nas orações às palavras de quem oficia o serviço divino. As orações expressam adoração, gratidão, intercessão e preces. Um significado especial cabe à oração do "Pai-Nosso" que todos oram juntos. É orada na redação do texto bíblico em Mateus 6,9-13 e antecede a celebração da Santa Ceia. Depois de o crente ter recebido o corpo e sangue de Jesus, ele agradece a Cristo pelo Seu sacrifício e pela graça concedida através de uma oração silenciosa. No final do serviço divino, o oficiante faz uma oração.

SÍNTESE

Com Jesus Cristo inicia-se uma nova dimensão do serviço de Deus nos homens. Na palavra e nos atos de Jesus está fundamentado aquilo que caracteriza o serviço divino cristão: a palavra e o sacramento. (12.1.3)

Comprovadamente, existem quatro elementos fundamentais do serviço divino neotestamentário: a doutrina dos apóstolos, a comunhão, o partir do pão, a oração. (12.1.3)

Com o passar dos séculos, o serviço divino cristão foi sendo celebrado de diversas formas. Atualmente, o recurso do serviço divino novo-apostólico segue a tradição dos serviços divinos pós-reforma. (12.1.4)

A fórmula trinitária é a invocação de Deus e representa uma forma de assegurar a Sua presença. É com ela que se dá início a cada encontro com o Deus Trino no serviço divino, e é com ela que cada serviço divino termina. (12.1.5)

O serviço divino destina-se a fortalecer a esperança na revinda iminente de Cristo e a preparar os crentes para a vinda do Senhor. (12.1.5)

Os apóstolos são nomeados para anunciar o Evangelho; os ministros por eles incumbidos fazem o mesmo. (12.1.5.1)

A celebração da Santa Ceia é para a comunidade o acontecimento central no serviço divino. (12.1.5.2)

O serviço divino é comunhão com Jesus Cristo por palavra e sacramento. O serviço divino também é uma forma de comunhão entre os crentes que se unem em adoração e glorificação a Deus. (12.1.5.3)

O serviço divino é indissociável da oração. É uma forma de expressar adoração, gratidão, intercessão e preces. (12.1.5.4)

12.1.6 Proclamação da palavra

Nos serviços divinos é proclamada a vontade de Deus para o presente. Esta proclamação da palavra é designada de "prédica".

A indispensabilidade da palavra de Deus para a vida da nova criatura fica bem clara nas palavras de Jesus: «Nem só de pão viverá o homem, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus» (Mt 4,4). O apóstolo Paulo expressa que sem ouvir a pregação da palavra não há fé em Jesus Cristo (Rm 10,17). Na 1ª de Pedro 1,24.25, a efemeridade do Homem é confrontada com a incorruptibilidade da palavra de Deus, que é eterna: «a palavra do Senhor permanece para sempre; e esta é a palavra que entre vós foi evangelizada.»

12.1.6.1 Termo "Prédica"

O termo "prédica" tem a sua origem no latim, "praedicare", que significa: "anunciar algo publicamente, proclamar algo". No serviço divino, a prédica é um discurso espiritual dirigido à comunidade proferido por um ministro, que é despertado e caracterizado pela força do Espírito Santo. A prédica é baseada num texto bíblico.

12.1.6.2 Proclamação da palavra no Novo Testamento

Se já na época do Antigo Testamento pessoas crentes proclamavam a vontade de Deus com base no poder do Espírito Santo, o nascimento do Filho de Deus veio abrir uma nova dimensão à palavra de Deus. Com Jesus Cristo, a palavra de Deus chegou ao Homem em toda a sua plenitude.

Jesus ensinava no templo em Jerusalém, em sinagogas e noutros locais. Partes significativas das Suas prédicas ficaram documentadas nos Evangelhos, os quais contêm fundamentos da doutrina cristã. Nas Suas pregações, Jesus usava parábolas e interpretava o Antigo Testamento. E também dava muitas indicações referentes ao futuro. Por exemplo, falou do Seu tempo de sofrimento, da Sua ressurreição e ascensão, e prometeu, ainda, a Sua revinda. A excelência da pregação de Jesus evidencia-se no sermão da montanha, com beatitudes e afirmações nunca antes proferidas. A reação dos ouvintes mostra o efeito que as Suas palavras provocavam: «[...] a multidão se admirou da sua doutrina; porquanto os ensinava como tendo autoridade; e não como os escribas» (Mt 7,28.29).

Tendo o Filho de Deus incumbido os apóstolos de pregar, enquanto esteve na terra (Mt 10,7), depois da Sua ressurreição deu-lhes a missão de ir a todas as nações e pregar o Evangelho (Mc 16,15).

A primeira pregação cristã foi a do apóstolo Pedro, no dia de Pentecostes (Act 2,14ss). Outros exemplos de pregações dos primeiros apóstolos encontram-se referidos em Actos 3,12-26; 17,22-31. Também se podem considerar pregações algumas das epístolas apostolares, que eram lidas nas comunidades. Os seus conteúdos eram adaptados às comunidades ou às situações que nela se verificavam. Eram exortações à penitência, à aceitação da graça de Deus e dos sacramentos, sendo o seu carácter sempre orientador e avisador. Proclamam a vontade salvífica de Deus, que quer oferecer aos homens a vida eterna na Sua glória.

12.1.6.3 A proclamação da palavra na atualidade

No serviço divino novo-apostólico, grande parte do tempo é dedicado à proclamação da palavra de Deus. Os apóstolos e os ministros por eles mandados são incumbidos de proclamar a palavra de Deus nas comunidades. Foram abençoados e investidos do poder para o fazerem através do ato da sua ordenação.

A palavra de Deus é-nos transmitida através da Escritura Sagrada. E a prédica deve orientar-se por ela. Assim sendo, a base da prédica é um texto bíblico predefinido, que é disponibilizado aos ministros pelo apóstolo maior para se prepararem para os serviços divinos, acompanhado de algumas indicações para a interpretação do seu significado.

A interpretação do texto bíblico num discurso livre forma o núcleo da prédica e é despertada pelo Espírito Santo. A comunidade presencia esta atuação nas palavras daquele que dirige o serviço divino e também nas dos ministros chamados para contribuir também com uma curta prédica complementar ("co-oficiantes"). A proclamação da palavra de Deus através de vários ministros, com caracteres distintos e as respetivas faculdades pessoais, contribuem para iluminar, sob vários prismas, os aspetos contidos na prédica, sendo uma forma de aprofundar a compreensão da vontade de Deus.

12.1.6.3.1 Conteúdo principal da proclamação da palavra

No fulcro da proclamação da palavra está o Evangelho de Jesus Cristo, a boa nova. Fala da vida e do sacrifício de Jesus, da Sua ressurreição e da Sua revinda, bem como da consumação do plano salvífico.

Mas também a glorificação de Deus, o louvor dos Seus atos em todos os tempos faz parte do conteúdo da prédica. Além disso, oferece orientação para uma vida em conformidade com a vontade de Deus. Também serve de orientação o relato de vivências de fé e de experiências na fé.

Outros elementos da prédica são a glorificação da graça e do ato reconciliador de Jesus Cristo. Além disso, apela-se também à predisposição para a reconciliação por parte dos crentes. Tudo isso conduz o crente até à receção dos sacramentos.

12.1.6.3.2 Objetivo da proclamação da palavra

A prédica de Jesus Cristo exorta os ouvintes a serem obedientes na fé (Rm 16,25.26). O objetivo primordial da prédica consiste em despertar e manter a fé que Jesus espera encontrar aquando da Sua revinda. A proclamação apostólica da palavra é sempre movida pela intenção de preparar a comunidade para a vinda de Jesus Cristo (2Cor 11,2).

A fé na iminente revinda do Senhor tem repercussões sobre o comportamento dos crentes na vida quotidiana. Segundo Gálatas 5,22.23, a atuação do Espírito Santo deve dar "frutos" de amor, alegria, paz, paciência, amabilidade, bondade, fidelidade, mansidão e castidade.

A palavra proclamada transmite consolação e esperança, fomenta o reconhecimento e fortalece a confiança em Deus.

Para quem a ouve, a palavra de Deus é como um espelho no qual a pessoa se pode reconhecer e obter conhecimento daquilo que é preciso para crescer até adotar a natureza de Cristo (Tg 1,22-24). Isso implica aceitar com fé a reconciliação com Deus, alcançada através de Cristo, e, por conseguinte, assumir uma postura conciliadora com todas as pessoas.

12.1.6.3.3 Níveis da proclamação da palavra

A palavra de Deus é perfeita, pura e verdadeira – mas ela é proclamada por pessoas imperfeitas. Por isso, a prédica pode muito bem conter falhas. Mas Deus, que ouve as preces de quem está a pregar e dos ouvintes, coloca poder e força nas palavras humanas e imperfeitas pronunciadas na prédica. Ou seja, existem dois níveis. Um é humano: um Homem fala e outros ouvem. Neste nível, não é possível excluir erros linguísticos ou temáticos do orador, nem tão pouco erros de perceção por parte dos ouvintes. O outro nível é divino: o Espírito Santo fala através do servo do Senhor enviado ao coração do ouvinte e fortalece ou desperta nele a fé. Quer dizer, palavras e frases pronunciadas com imperfeição não impedem Deus de colocar nelas força divina.

O ouvinte da prédica também tem de cumprir alguns pré-requisitos, para que não tenha uma percepção meramente humana daquilo que um Homem diz. O requisito mais importante é a fé: para que o ouvinte se abra com confiança de crente à palavra da prédica, a aceite e esteja disposto a incorporar na sua vida o que ouviu. Assim sendo, a palavra da prédica também produz reconhecimento no ouvinte. Os pecados cometidos são reconhecidos, o arrependimento e a penitência, bem como a ansiedade pela graça de Deus, são suscitados.

Por isso, antes da prédica, cada ouvinte deve orar para que o Senhor lhe dê força e paz através das palavras que vai escutar. O Senhor ouve as preces fervorosas de uma comunidade que verdadeiramente anseia receber a palavra de Deus.

Depois da prédica, é realizada a celebração da Santa Ceia após a preparação através da palavra de Deus.

SÍNTESE

Nos serviços divinos é anunciada a vontade de Deus. Esta proclamação da palavra é designada de "predica". (12.1.6)

Jesus ensinava no templo em Jerusalém, em sinagogas e noutros locais. Um exemplo da proclamação da palavra de Jesus é o sermão da montanha. (12.1.6.2)

A primeira predica cristã foi a do apóstolo Pedro, no Pentecostes. (12.1.6.2)

No serviço divino novo-apostólico, a proclamação da palavra tem grande significado. O fundamento é sempre um texto bíblico. A sua interpretação num discurso livre forma o núcleo da predica e é despertada pelo Espírito Santo. (12.1.6.3)

No fulcro da proclamação da palavra encontra-se o Evangelho, que fala da vida e do sacrifício de Jesus, da Sua ressurreição e da Sua revinda. Além disso, oferece orientação para uma vida em conformidade com a vontade de Deus. (12.1.6.3.1)

A proclamação da palavra apostólica é sempre marcada pelo desejo de preparar a comunidade para a revinda de Jesus Cristo. (12.1.6.3.2)

A palavra proclamada fortalece a fé e a confiança em Deus, transmite consolação e esperança, fomenta o reconhecimento. (12.1.6.3.2)

A palavra de Deus é perfeita, pura e verdadeira. Mas ela é proclamada e ouvida por pessoas imperfeitas. Isso não impede Deus de colocar o Seu poder na prédica. (12.1.6.3.3)

12.1.7 O "Pai-Nosso"

A oração do "Pai-Nosso" é uma herança preciosa que Jesus deu àqueles que creem n'Ele. Através dela, o Filho de Deus deu um exemplo de como se deve orar ao Pai do céu.

Esta oração do Filho de Deus foi transmitida ao longo dos séculos em duas versões: uma, mais simples, contém cinco preces (Lc 11, 2-4) e a outra, mais completa, contém sete preces (Mt 6,9-13).

12.1.7.1 "Pai-Nosso" no serviço divino

Na liturgia do serviço divino, é usada a redação do texto no Evangelho segundo S. Mateus (Mt 6,9-13), na versão portuguesa de João Ferreira de Almeida, edição revista e corrigida de 1981, com o copyright de United Bible Societies (1968):

«Pai nosso, que estás nos céus, santificado seja o teu nome; venha o teu reino, seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu; o pão nosso de cada dia nos dá hoje; e perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores; e não nos induzas à tentação; mas livra-nos do mal; porque teu é o reino, e o poder, e a glória para sempre. Amen.»

A oração do "Pai-Nosso" tem um lugar fixo dentro da liturgia. É a única oração que os crentes oram juntos e que tem uma redação predefinida.

Também é uma oração de penitência, que é proferida antes da remissão dos pecados e na qual o crente confessa perante Deus que pecou.

12.1.7.2 As sete preces

Depois da invocação de Deus, seguem-se três preces que se referem a Ele: *o teu nome, o teu reino, a tua vontade*. Depois, seguem-se quatro preces que também podem ser, ao mesmo tempo, preces de intercessão: o pão *nosso* de cada dia, *as nossas* dívidas, não *nos* induzas, *livra-nos*. A oração termina com a glorificação da majestade de Deus.

12.1.7.2.1 «Pai nosso, que estás nos céus»

A alocução «Pai *nosso*» caracteriza esta oração enquanto oração comunitária através da qual os que a oram confessam ser filhos de Deus. Nesta comunhão, Jesus Cristo é «o primogénito entre muitos irmãos» (Rm 8,29); quando Ele orava, dirigia-se a Deus enquanto Pai (Lc 22,42; 23,46; Jo 11,41; 17,1 e outros).

A relação de Jesus com o Seu Pai Celestial é única. Quando Cristo ensina a orar a Deus enquanto "Pai no céu", Ele deixa entrar o Homem na relação que Ele tem com o Seu Pai.

Quando o Homem se dirige a Deus tratando-O por "Pai", ficam associados a esta alocução aspetos como o de que Deus o criou, que é o seu Senhor e que cuida dele. Deus é o autor e o sustentador de tudo o que criou. O Homem pode dirigir-se a Ele, sem medo, com amor e cheio de confiança, chamando-Lhe "Pai".

As palavras «nos céus» sublinham a majestade de Deus que é superior à existência terrena. Ele, Deus, o Pai, é maior e mais elevado que todo o resto, ainda assim, próximo do Homem na Sua omnipresença (Sl 139; Act 17,27).

12.1.7.2.2 «Santificado seja o teu nome»

Deus, o Trino, é Santo. Os crentes falam d'Ele cheios de reverência. Dando todas as honras a Deus, e louvando-O e enaltecendo-O, vivendo em conformidade com a Sua vontade, eles contribuem para santificar o Seu nome. A oração do "Pai-Nosso" remete para o segundo mandamento (*vide* 5.3.3) e constitui uma oportunidade de santificação do nome de Deus em comunhão, por palavras, e de prostração por temor a Deus e por humildade face à magnificência do Eterno.

Na Nova Aliança, Deus manifestou o Seu nome no Seu Filho: Jesus Cristo. A santidade deste nome tem de ser preservada; é o nome «pelo qual devemos ser salvos» (Act 4,10.12; cf. Fl 2,9-11).

12.1.7.2.3 «Venha o teu reino»

O reino de Deus veio já com Cristo e está presente na Sua Igreja. «Venha o teu reino» significa que o Senhor se deve tornar cada vez mais perceptível dentro da comunidade, dentro da Igreja.

Além disso, também remete para a manifestação do futuro reino de Deus. Esse reino terá início com as bodas do Cordeiro (Ap 19,6.7). Desse ponto de vista, a prece de que venha o reino de Deus remete, em primeiro plano, para a revinda de Cristo para levar consigo a Igreja-Noiva. Mas a prece também abrange um futuro ainda mais remoto: depois das bodas no céu, o Filho de Deus edificará na terra o Seu reino da paz, no qual será pregado o Evangelho a toda a humanidade. E depois, o reino de Deus surgirá em plena glória e durará para sempre, quando Deus tiver criado um novo céu e uma nova terra.

12.1.7.2.4 «Seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu.»

Deus é onipotente; a Sua vontade está acima de tudo. No céu, onde Deus tem o Seu trono, a Sua vontade rege tudo, sem qualquer restrição.

Deus quer ajudar o Homem que caiu em pecado, para que se livre das consequências do pecado, e quer oferecer-lhe a salvação (1Tm 2,4). Para que isso seja possível, Ele enviou o Seu Filho. Jesus Cristo ofereceu-se enquanto sacrifício, o que foi uma manifestação da vontade do Pai (Heb 10,9.10).

O desejo de Deus de que também tudo na terra decorra segundo a Sua vontade é expresso pela prece «Seja feita a tua vontade». Devido à sua condição pecaminosa e ao poder de Satanás, que, embora tendo sido vencido, continua a atuar, os homens não conseguem, por si próprios, cumprir a vontade de Deus. No entanto, os crentes não deixam de pedir para que, logo aqui na terra, consigam agir em conformidade com essa vontade divina.

Esta prece também expressa a ansiedade de que Deus complete em breve a Sua obra de redenção.

12.1.7.2.5 «O pão nosso de cada dia nos dá hoje»

No seu sentido mais amplo, esta prece refere-se à manutenção da criação. E também representa um pedido dirigido ao Senhor para que não lhe falte o alimento, o vestuário, a habitação e tudo aquilo de que o Homem necessita para a sua vida terrena.

O significado figurativo da prece consiste em pedir a palavra de Deus enquanto "alimento" para a alma imortal (Jr 15,16).

Outro significado da prece refere-se ao pão da vida – a Santa Ceia – segundo as palavras de Jesus: «Eu sou o pão vivo que desceu do céu; se alguém comer deste pão, viverá para sempre; e o pão que eu der é a minha carne, que eu darei pela vida do mundo» (Jo 6,51). Deus assegura que este pão nos seja dado também sempre de novo.

12.1.7.2.6 «E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores»

Por causa dos seus pecados, todas as pessoas acumulam "dívidas", isto é culpa. Através da prece «e perdoa-nos as nossas dívidas», os crentes admitem perante Deus que são pecadores e pedem-Lhe que lhes dê a Sua graça. Aqui fica claro que a oração do «Pai-Nosso» também contém o aspeto da penitência. A graça contida na remissão dos pecados e a anulação da culpa é dada ao crente devido ao sacrifício de Cristo, porque n'Ele «temos a redenção pelo seu sangue, a remissão das ofensas» (Ef 1,7).

O Filho de Deus fez depender o atendimento desta prece da condição de perdoar primeiro àqueles que cometeram alguma injustiça ao próprio, ou que ficaram com alguma culpa. A extrema importância desta prece para a obtenção do perdão é sublinhada pelo facto de Jesus, logo após o "Pai-Nosso", a ter repetido e explicado mais uma vez (Mt 6,14.15). A parábola do credor incompassivo também dá ênfase à obrigação que existe de perdoar aos seus próprios devedores (Mt 18, 21-35).

12.1.7.2.7 «E não nos induzas à tentação»

A prece de não ser induzido à tentação é a forma de os crentes pedirem que Deus os ajude a resistir, com toda a força, ao pecado. Além disso, também é a forma de pedir que as provações na fé não sejam demasiado duras e que sejam poupados de certas tentações de Satanás. No entanto, Deus permite que haja tentação no sentido de ser uma provação, para que o crente tenha oportunidade de vencer essa tentação. Um exemplo da provação na fé é a de Abraão, quando lhe é dito que sacrifique o seu filho Isaac (Gn 22,1-18).

Deus está atento para que a fidelidade a Ele não tenha de ser rompida: «fiel é Deus, que vos não deixará tentar acima do que podeis, antes, com a tentação, dará também o escape, para que a possais suportar» (1Cor 10,13).

O apóstolo Tiago escreveu o seguinte sobre a tentação de cometer um pecado: «Ninguém, sendo tentado, diga: De Deus sou tentado; porque Deus não

pode ser tentado pelo mal, e a ninguém tenta. Mas cada um é tentado, quando atraído e engodado pela sua própria concupiscência. Depois, havendo a concupiscência concebido, dá à luz o pecado; e o pecado, sendo consumado, gera a morte» (Tg 1,13-15). Aqui, fortalece-se a certeza de que o Pai Celestial, que, através do Espírito Santo, conduz à prática das boas obras e nos dá forças para vencer as nossas imperfeições através do corpo e sangue de Jesus, nunca tenta alguém, mas permite provações para fortalecimento na fé.

12.1.7.2.8 «Livra-nos do mal»

A prece «...livra-nos do mal» expressa o desejo de que Deus nos livre de tormentas que conduzam ao pecado. Quanto à essência daquilo que é o mal, do qual se pede a Deus que nos livre, é tudo aquilo que parte de Satanás. No fundo, trata-se da libertação final dele, do Mal em si.

A redenção foi resgatada por Jesus Cristo, através do Seu sacrifício. No Filho de Deus está a «redenção pelo seu sangue, a saber, a remissão dos pecados» (Cl 1,14). A redenção é um processo permanente, que terminará com a liberdade total de quaisquer direitos de Satanás. Só então é que a redenção estará consumada.

12.1.7.2.9 «Porque teu é o reino, e o poder, e a glória para sempre.»

Depois das preces, segue-se a glorificação de Deus (doxologia)¹⁵ na qual é dada ao Altíssimo a honra que Lhe cabe. Ele, o Senhor do Seu reino, usa a Sua força para ajudar o crente a ter parte na glória de Deus para sempre. Isso se cumprirá para a Igreja-noiva aquando da revinda de Cristo: «Quando Cris-

¹⁵ A doxologia não está contida em todas as traduções da Bíblia.

to, que é a nossa vida, se manifestar, então também vós vos manifestareis, com ele, em glória» (Cl 3,4).

12.1.7.2.10 «Ámen.»

O termo hebraico "Ámen" significa, traduzido: "Que assim seja!" É assim que termina a oração do "Pai-Nosso" e é também uma forma de confirmar, mais uma vez, cada uma das preces e afirmações dirigidas a Deus com esta oração.

SÍNTESE

Com a oração do "Pai-Nosso" Jesus deu um exemplo de como se deve orar a Deus. (12.1.7)

É a única oração que a comunidade pronuncia junta no serviço divino, com um teor predefinido em Mateus 6,9-13. É orada no contexto da remissão dos pecados e da celebração da Santa Ceia. (12.1.7.1)

Após a invocação de Deus, seguem-se as preces. O final é uma glorificação de Deus. (12.1.7.2)

Os crentes santificam o nome de Deus, dando-Lhe toda a honra e esforçando-se por viver segundo a Sua vontade. (12.1.7.2.2)

A prece «Venha o teu reino» significa que o Senhor se deve tornar cada vez mais perceptível dentro da comunidade atual. Além disso, também se aborda a manifestação do futuro reino de Deus, que tem início com as bodas no céu. (12.1.7.2.3)

«Seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu» expressa o desejo de Deus conceber também a vida na Terra segundo a Sua vontade. Os crentes pedem ajuda para que sejam capazes de agir em conformidade com a vontade de Deus. (12.1.7.2.4)

«O pão nosso de cada dia nos dá hoje;» É uma prece por tudo quanto o Homem necessita. No seu sentido mais amplo, a prece refere-se à manutenção da criação. (12.1.7.2.5)

«E perdoa-nos as nossas dívidas»: é a forma de os crentes admitirem diante Deus que são pecadores e pedirem-Lhe que lhes dê a Sua graça. «... assim como nós perdoamos aos nossos devedores»: Para alguém alcançar o perdão é importante perdoar primeiro àqueles que lhe fizeram alguma injustiça. (12.1.7.2.6)

A prece de não ser induzido em tentação contém o desejo de que Deus ajude a resistir ao pecado e impeça que as provações na fé sejam demasiado duras. (12.1.7.2.7)

«... livra-nos do mal» expressa o desejo de que Deus nos livre de tormentas que conduzam ao pecado e que nos acabe por conceder a libertação total do Mal. (12.1.7.2.8)

A glorificação de Deus é uma forma de dar as honras ao Altíssimo. (12.1.7.2.9)

Cada prece e cada afirmação é confirmada com "Ámen", no sentido de "Assim seja!", no final da oração. (12.1.7.2.10)

12.1.8 Remissão dos pecados no serviço divino

O facto de a remissão dos pecados ser possível deve-se unicamente à graça de Deus. O Seu amor para com o Homem pecador evidencia-se na encarnação de Deus em Jesus Cristo e na morte de Jesus na cruz. Este sacrifício perfeito e válido para sempre é a base para a remissão dos pecados.

A remissão dos pecados (absolvição) não é nenhum sacramento, mas antes o pré-requisito para conseguir a dignidade necessária para receber os sacramentos. É proclamada logo a seguir à oração do "Pai-Nosso" para toda a comunidade, pelas palavras:

«Por encargo do meu enviado, do apóstolo, anuncio-vos a feliz mensagem: Em nome do nosso Senhor Jesus Cristo, Filho do Deus vivo, são-vos perdoados os vossos pecados. A paz do ressuscitado seja convosco! Ámen.»

A comunidade confirma a aceitação em fé do perdão, dizendo "Ámen".

12.1.8.1 Deus – o Remissor

O Deus Trino é quem redime os pecados. Por força própria, o Homem não o consegue (Mt 16,26; Lc 5,21–24; Rm 4,8).

Embora o sacrifício de Jesus Cristo, que tem validade para sempre, represente a base para a remissão dos pecados, Deus, na Sua onipotência, sempre pôde e pode perdoar pecados. Assim sendo, Jesus Cristo já tinha o poder de perdoar pecados antes de sacrificar a Sua vida imaculada (Mc 2,5.10).

12.1.8.2 A paciência de Deus – os sacrifícios no Antigo Testamento

Deus ordenou o serviço sacrificial veterotestamentário (Lv 19,22). Com os holocaustos oferecidos pelos sacerdotes, as pessoas procuravam obter a graça de Deus. No entanto, nenhum holocausto ou oferta desses conseguia remir pecados, apenas tinham um efeito retardador, até que ocorresse a morte sacrificial de Jesus. Até lá, os homens pecaminosos da Antiga Aliança ficaram ao abrigo da paciência divina (Rm 3,25.26). Os profetas anunciaram que viria uma absolvição que seria mais do que apenas um "cobrir de pecados", mas antes uma verdadeira remissão dos pecados (Is 1,18).

12.1.8.3 O sacrifício de Cristo – o fundamento para a remissão dos pecados

O sacrifício perfeito de Cristo veio substituir o serviço sacrificial veterotestamentário. Jesus Cristo levou uma vida imaculada. Através do Seu sacrifício, a entrega voluntária da Sua vida (Jo 10,17.18), Ele aniquilou o poder de Satanás e venceu o diabo e as suas obras, nomeadamente o pecado e a morte (2Cor 5,21). Desde então, passou a ser possível a absolvição no sentido da remissão dos pecados (Heb 10,18), bem como a redenção do pecado e da morte (Rm 3, 24).

12.1.8.4 Requisitos para obtenção da remissão dos pecados

Para alcançar a remissão dos pecados e ser resgatado da morte espiritual, o pecador precisa, acima de tudo, de ter fé em Jesus Cristo enquanto Redentor (Jo 8,24). Para além da fé na transmissão da remissão dos pecados ao Homem através dos apóstolos de Jesus Cristo (Jo 20,23), são também necessários:

- autoexame intenso, para o indivíduo se aperceber dos seus próprios erros,
- o reconhecimento de ter pecado e da necessidade da graça,
- a ânsia sincera de reconciliação com Deus,
- a confissão dos pecados perante Deus na oração do "Pai-Nosso", associada à prece «perdoa-nos as nossas dívidas»,
- a penitência e o arrependimento com a intenção sincera de superação dos erros e das fraquezas,
- a vontade de reconciliação com o seu devedor,
- a aceitação crente da absolvição.

12.1.8.5 Penitência e arrependimento

A penitência deriva do reconhecimento da própria falibilidade ou do próprio comportamento errado. Ela inclui o arrependimento – um sentimento de mágoa por qualquer mal provocado por um ato ou uma omissão – e um esforço sincero no sentido da mudança de mentalidade e da melhoria nesse aspeto específico. O grau de concretude da penitência, pré-requisito necessário para alcançar o perdão, pode depender da perceção pessoal e, também, da medida em que se aceita ter cometido esses pecados. Além disso, existe uma diferença significativa entre o pecado consciente e o pecado inconsciente.

No que concerne ao arrependimento associado à penitência, também não é o Homem quem determina a sua dimensão, mas antes e unicamente Deus. Se o arrependimento sentido for sincero e profundo, e se esse estado de arrependimento se expressar na vontade de querer mudar a índole e o comportamento, então pode ter-se esperança na graça de Deus.

No caso de acontecimentos muito graves, que atormentem a pessoa e que não a deixem encontrar paz interior, apesar de ter recebido a absolvição com fé, existe a possibilidade de confessar (*vide* 12.4.4).

O arrependimento sincero e a vontade de alcançar a reconciliação com o seu próximo são aspetos inseparáveis. Sempre que possível, os danos causados também deverão ser compensados (Nm 5,6.7; Lc 19,8).

12.1.8.6 O pecado imperdoável

Existe um pecado que é imperdoável: a blasfêmia contra o Espírito Santo. O próprio Filho de Deus disse o seguinte: «Qualquer, porém, que blasfemar contra o Espírito Santo, nunca obterá perdão, mas será réu do eterno juízo» (Mc 3,29). Quem, de forma totalmente consciente e intencional, retratar, por hostilidade ou por motivos vis, o Espírito Santo como algo diabólico e enganador, estará a blasfemar contra o Espírito Santo.

12.1.8.7 A proclamação e os poderes

A remissão dos pecados tem de ser proclamada. Jesus prometeu a todos os homens a remissão pessoal dos pecados (Lc 7,48 e outros).

A remissão dos pecados é produzida pela absolvição proclamada em nome de Jesus Cristo por homens encarregados de o fazer. Regra geral, é proclamada a toda a comunidade no âmbito do serviço divino. Mas só tem efeito naqueles que a aceitarem em fé e que satisfizerem os respetivos pré-requisitos.

O poder de proclamar a remissão dos pecados em nome de Jesus reside no ministério da conciliação, no ministério de apóstolo (Jo 20,23). Os ministros sacerdotais proclamam a absolvição por incumbência do apóstolo e em nome de Jesus. Tem exatamente o mesmo efeito da absolvição dada diretamente pelo apóstolo.

12.1.8.8 Efeitos da remissão dos pecados

A absolvição proclamada em nome de Jesus, sendo aceite com fé, redime o pecado (1Jo 2,12) e anula a culpa existente perante Deus (Mt 6,12). No entanto, a remissão dos pecados não tem qualquer influência sobre as consequências e responsabilidades materiais, morais e legais resultantes do comportamento pecaminoso.

Aos crentes que recebem a absolvição é dada a paz de Jesus Cristo pelas palavras: «A paz do ressuscitado seja convosco!» Quando esta paz entra na alma, o medo das consequências do pecado perante Deus desaparece.

SÍNTESE

A base para a remissão dos pecados é o sacrifício perfeito e válido para sempre de Jesus Cristo. (12.1.8)

A remissão dos pecados não é nenhum sacramento, mas antes o pré-requisito para conseguir a dignidade necessária para receber os sacramentos. (12.1.8)

O Deus Trino é quem redime os pecados. O Homem não tem capacidade para o fazer. (12.1.8.1)

Através do serviço sacrificial veterotestamentário não era possível redimir os pecados. No entanto tinha um efeito retardador, até que ocorresse a morte sacrificial de Jesus. Desde o sacrifício de Cristo que é possível obter a remissão dos pecados, no sentido da sua anulação e a salvação do pecado e da morte. (12.1.8.2; 12.1.8.3)

Para alcançar a remissão dos pecados é necessário ter fé em Jesus Cristo enquanto Redentor. Também é indispensável reconhecer e admitir os pecados, praticar penitência, ter arrependimento e estar disposto a reconciliar-se. (12.1.8.4)

O reconhecimento do seu próprio estado pecaminoso é um pré-requisito para a penitência. Inclui o arrependimento e o esforço para mudar de atitude e melhorar. Se o arrependimento e a disposição penitencial forem sinceros, há razão para ter esperança na graça de Deus. (12.1.8.5)

A blasfêmia contra o Espírito Santo não é perdoada. (12.1.8.6)

A remissão dos pecados tem de ser proclamada. É proclamada através da absolvição em nome de Jesus Cristo e tem efeito naquele que a aceitar com fé. O poder para a proclamação está no ministério da reconciliação, o ministério de apóstolo. (12.1.8.7)

Os pecados daqueles que aceitam a absolvição com fé são anulados e a culpa perante Deus é abolida. É-lhes concedida a paz de Jesus Cristo. (12.1.8.8)

12.1.9 Ministração dos sacramentos no serviço divino

A ministração dos sacramentos constitui a parte principal do serviço divino. A mediação dos sacramentos destina-se a conceder participação na salvação e a permitir tomar parte na redenção que se tornou possível graças à encarnação de Deus em Jesus Cristo, à Sua morte sacrificial e à Sua ressurreição (*vide* 8). São atos sagrados, que são realizados com base no poder do Espírito Santo.

Os atos sacramentais do Santo Batismo com Água e da Santa Ceia são realizados por apóstolos ou por ministros sacerdotais por incumbência dos apóstolos. O Santo Selamento é ministrado exclusivamente por apóstolos.

A Santa Ceia é celebrada em todos os serviços divinos que sejam oficiados por um apóstolo ou por ministros sacerdotais. Em determinadas ocasiões especiais (por exemplo, casamentos, funerais) são celebrados serviços divinos de leitura do evangelho sem celebração da Santa Ceia.

A absolvição antecede a receção da hóstia consagrada. É praticado desta forma para que o Homem possa participar com dignidade do ato salvífico de Deus, realizado em Jesus Cristo e acessível no sacramento.

No Santo Batismo com Água e no Santo Selamento, os participantes do serviço divino são testemunhas do acontecimento salvífico sacramental e da promessa de fidelidade, feita perante Deus e a comunidade por aqueles que recebem o sacramento.

Todos os três sacramentos também são ministrados a crianças. Desde que tal seja viável, as crianças participam na celebração da Santa Ceia juntamente com toda a comunidade, no serviço divino.

Aos domingos e nos feriados eclesiais, o apóstolo maior, ou os apóstolos de distrito ou apóstolos por eles encarregados, também ministram este sacramento aos falecidos, depois da celebração da Santa Ceia com a comunidade. Nesse ato, dois ministros recebem o corpo e o sangue de Cristo como representantes dos falecidos. Três vezes por ano, celebram-se serviços divinos especiais, nos quais o apóstolo maior, os apóstolos de distrito ou apóstolos por eles encarregados ministram todos os três sacramentos aos falecidos. Nestes atos, os sacramentos são sempre ministrados a dois ministros enquanto representantes dos falecidos.

12.1.10 Bênção final

No fim do serviço divino todos os presentes recebem a bênção do Deus Trino. Juntamente com a fórmula trinitária, a "bênção final" constitui o enquadramento de todos os acontecimentos do serviço divino e indica que tudo parte do Deus Trino e que tudo remete para Ele. Esta bênção dada à comunidade é formulada segundo o texto bíblico da 2ª aos Coríntios 13,13:

«A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo, seja com vós todos!»

12.1.11 Atos de bênção no serviço divino

Regra geral, os atos de bênção, excetuando a bênção pré-natal, têm lugar durante o serviço divino. A confirmação está diretamente relacionada com os sacramentos do Santo Batismo com Água e do Santo Selamento; é realizada imediatamente antes da celebração da Santa Ceia. Todos os outros atos de bênção têm lugar após a celebração da Santa Ceia.

O ato da admissão de convidados na comunidade, tratando-se de pessoas que tenham recebido, noutra Igreja, o Santo Batismo com Água segundo os ritos consagrados, é considerado um ato de bênção. Neste ato, os admitidos professam a fé nova-apostólica e recebem a autorização de participar na Santa Ceia. A admissão é realizada no serviço divino, antes da celebração da Santa Ceia, em nome do Deus Trino.

No sentido mais lato, a consagração de um edifício ou de um local de reunião da comunidade como igreja também é um ato de bênção. A consagração do espaço é realizada no primeiro serviço divino que se oficia no local, antes da parte da prédica propriamente dita.

12.1.12 Ordenação, incumbência, confirmação do ministério e colocação em descanso

A ordenação é o ato de investidura num ministério espiritual. Somente os apóstolos têm autoridade para o fazer.

Do ponto de vista litúrgico, a ordenação é realizada após a ministração dos sacramentos, a seguir à celebração da Santa Ceia. Depois de uma alocução, o apóstolo pergunta aos irmãos a ordenar se aceitam o ministério e se estão dispostos a exercer o seu ministério em fidelidade a Deus, à doutrina de Jesus e em conformidade com a profissão de fé nova-apostólica, praticando o amor para com os crentes e a obediência aos apóstolos de Jesus. Eles prometem tudo isso dizendo em voz alta "Sim" perante Deus, que é quem os chama para este serviço, e também perante a comunidade. Recebem o ministério de joelhos, mediante a imposição das mãos e a oração do apóstolo.

Uma incumbência como dirigente de uma comunidade ou de um distrito – atos que também são praticados unicamente por apóstolos – é atribuída ao ministro com base numa bênção divina. Não se considera equiparável à ordenação.

Quando um ministro muda de residência, saindo da área de trabalho para a qual recebeu o seu ministério, é necessária uma confirmação para poder

exercer o ministério na sua nova área de residência. A confirmação é efetuada pelo apóstolo responsável ou por um ministro por ele encarregado.

Regra geral, o exercício de um ministério termina com a colocação em descanso do ministro. Por regra, a colocação em descanso é feita pelo apóstolo e no âmbito de um serviço divino. O apóstolo agradece ao ministro por tudo quanto fez com o espírito do amor de Cristo e desobriga-o do exercício ativo da sua atividade ministerial e das respetivas obrigações.

SÍNTESE

Os sacramentos do Santo Batismo com Água e da Santa Ceia são ministrados por apóstolos ou ministros sacerdotais incumbidos pelo apóstolo, enquanto o Santo Selamento é ministrado exclusivamente por apóstolos. Todos os três sacramentos também são ministrados a crianças. (12.1.9)

A Santa Ceia é celebrada em todos os serviços divinos. Em determinadas ocasiões especiais (por ex. serviços fúnebres) são celebrados serviços divinos sem celebração da Santa Ceia. (12.1.9)

No final do serviço divino, é dada a todos os presentes a bênção do Deus Trino através das palavras de 2ª aos Coríntios 13,13. (12.1.10)

Ordenações, incumbências e colocações em descanso têm lugar no serviço divino, depois da ministração dos sacramentos. (12.1.12)

12.1.13 Serviço divino para os falecidos

Três vezes por ano, nomeadamente no primeiro domingo dos meses de março, julho e novembro, são realizados serviços divinos para os falecidos. Como preparação para estes eventos, os cristãos novos-apostólicos também intercedem em oração por aqueles que faleceram antes de serem salvos, para que encontrem a salvação em Cristo.

A vontade salvífica de Deus abrange todos os homens. Jesus Cristo é «Senhor, tanto dos mortos como dos vivos» (Rm 14,9).

Já nos tempos da comunidade de Corinto se batizavam os vivos em representação dos mortos (1Cor 15,29).

Esta prática tem continuidade nos serviços divinos para os falecidos que o apóstolo maior e os apóstolos de distrito celebram: dois ministros recebem o Santo Batismo com Água, o Santo Selamento e a Santa Ceia pelos falecidos. Os sacramentos são ministrados da forma habitual. Nas restantes comunidades, após a celebração da Santa Ceia, é feita uma oração com toda a comunidade na qual se dá particular ênfase à salvação dos falecidos.

No ano eclesiástico novo-apostólico, os serviços divinos para os falecidos são datas importantes. No domingo que antecede esses serviços divinos, as comunidades preparam-se espiritualmente. A misericórdia e a empatia devem incentivar à intercessão em oração pelos falecidos que não foram salvos.

SÍNTESE

Três vezes ao ano celebram-se serviços divinos para os falecidos. (12.1.13)

Os cristãos novos-apostólicos oram para que os que faleceram sem serem remidos possam encontrar a salvação em Cristo. (12.1.13)

12.1.14 Música no serviço divino

A música no serviço divino tem a função de louvor e glorificação a Deus (Sl 150). Tem uma função serventil e pode assumir as mais variadas tarefas: pode despertar comoção interior, preparar a comunidade para a proclamação da palavra e dar ênfase à palavra de Deus. O canto comunitário, o canto coral ou as peças instrumentais exprimem e transmitem coragem, força e confiança. Em situações de tristeza e aflição, a música pode transmitir consolação. Por último, a música intensifica o sentido comunitário entre os ouvintes e entre os músicos e cantores. A fim de conseguir chegar a todos os participantes do serviço divino, a literatura musical da Igreja inclui uma variedade de géneros, estilos e graus de dificuldade. Dado que a Igreja opera no mundo inteiro,

tenta-se sempre conservar e praticar as tradições musicais das diversas culturas no serviço divino e em todos os outros eventos da Igreja.

A música e a adoração antes do serviço divino servem para criar uma serenidade interior nos visitantes do serviço divino e preparam o caminho para a proclamação da palavra de Deus. No início do serviço divino, toda a comunidade canta. Desta forma, todos os presentes são integrados ativamente nos acontecimentos que constituem o serviço divino. Antes da celebração da Santa Ceia, a comunidade pode expressar a sua disposição penitencial, entoando um cântico próprio para esse fim. O hino cantado durante a celebração da Santa Ceia oferece a oportunidade de expressar os sentimentos de amor e gratidão para com Jesus Cristo ao receber o sacramento.

A seguir à "bênção final", o serviço divino termina com o "Ámen tríplice" cantado por toda a comunidade. Normalmente, a comunidade ou o coro ainda canta mais um hino, ou então os instrumentistas tocam mais uma peça de música. Assim, a música pode ajudar a aprofundar a vivência do serviço divino: «A palavra de Cristo habite em vós abundantemente, em toda a sabedoria, ensinando-vos e admoestando-vos uns aos outros, com salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando ao Senhor com graça em vosso coração» (Cl 3,16).

SÍNTESE

A música no serviço divino destina-se a louvar e honrar Deus. Tem uma função serventil. (12.1.14)

12.2 Atos de bênção

Na Igreja Nova Apostólica, é dada uma bênção especial em ocasiões específicas das vidas dos crentes, sendo estas as seguintes: confirmação, noivado, casamento e jubileu matrimonial. Regra geral, estes atos de bênção são realiza-

dos no âmbito de um serviço divino. A bênção pré-natal é dada fora do âmbito do serviço divino.

No ato da ministração da bênção, Deus aproxima-se daquele que pede com sinceridade, exprimindo, assim, o agrado que tem face ao crente. Através dos apóstolos e dos ministros sacerdotais, Deus promete ao crente a Sua ajuda, graça e misericórdia. Um exemplo veterotestamentário deste tipo de bênção é a bênção sacerdotal (araónica) que Deus dera aos sacerdotes (Nm 6,24-26).

12.2.1 Bênção pré-natal

A gravidez e o nascimento de uma criança são fases muito especiais para os pais. Durante esses períodos, eles são devidamente acompanhados, através da assistência pastoral. Desde o início, os pais passam a ser corresponsáveis pela nova vida gerada.

Enquanto primeiro ato visível de Deus no Homem, é ministrada a bênção pré-natal. Este ato de bênção é realizado na mãe, mediante o seu pedido expresso. Através deste ato, Deus fortalece a mãe para que consiga promover e cuidar do desenvolvimento pré-natal da criança em termos de fé. Esta bênção também abrange a alma da criança ainda antes de nascer e transmite, assim, à mãe a certeza de que tanto ela como o seu bebé estão resguardados na mão do Senhor.

Enquanto a criança estiver a desenvolver-se no ventre da mãe, está ligada à mãe em todos os aspetos. O bebé não absorve apenas aquilo que a mãe ingere, a alma da criança também é influenciada por aquilo que a mãe sente e vivencia. Assim sendo, a mãe também pode contribuir bastante, através da oração e da integração da criança em desenvolvimento na sua vida de fé, para que fique assegurada a alimentação espiritual pré-natal agradável a Deus.

A bênção pré-natal não é, de forma alguma, a garantia de uma gravidez sem problemas, nem promete que a criança nasça com saúde.

12.2.2 Confirmação

Confirmação (do latim: "confirmatio" = fortalecimento, confirmação) é um ato de bênção através do qual jovens cristãos novos-apostólicos assumem as responsabilidades que os seus pais tinham assumido, enquanto seus representantes, na data do seu batismo e do seu selamento. A partir desta data, o cristão alcança a maioridade perante Deus, passando a ser integralmente responsável por tudo o que faz ou que deixa de fazer. Ele compromete-se a manter fidelidade a Deus e professa publicamente a fé nova-apostólica.

12.2.2.1 Idade de confirmação e requisitos para a confirmação

Não existe uma idade fixa para receber a confirmação. Ela depende da maioridade religiosa ou da chegada a uma fase da vida na qual os adolescentes, de uma forma geral, sejam já capazes de ponderar as consequências dos seus atos e assumir a responsabilidade pela sua vida de fé.

Os adolescentes são educados na fé em casa dos pais, nos serviços divinos e nas aulas da Igreja. As aulas para confirmandos são a última fase do sistema de ensino da Igreja e, para além de prepará-los para o dia da Confirmação, destinam-se também a transmitir-lhes, acima de tudo, os seguintes conhecimentos:

- conhecer os fundamentos principais da doutrina de fé, especialmente os dez artigos de fé,
- saber apreciar, cada vez mais, o valor da fé,
- tentar, com sinceridade, organizar a sua vida em conformidade com o Evangelho, e
- saber orientar-se pela meta da fé, a revinda de Cristo.

O pré-requisito para poder ser confirmado é a frequência dos serviços divinos e das aulas para confirmandos.

12.2.2.2 O voto de confirmação e a bênção de confirmação

A confirmação é celebrada no âmbito de um serviço divino. Primeiro, os confirmandos respondem com "sim" à pergunta se estão dispostos a serem fiéis a Deus. Depois, recitam em conjunto o voto de confirmação, que remonta a uma redação de uma liturgia de batismo antiga do século III. Este voto é feito perante Deus e a comunidade e tem a seguinte redação:

"Renuncio ao diabo, a toda a sua obra e ser, e em fé e obediência me entrego a Ti, ó Deus Trino, Pai, Filho e Espírito Santo, com meu sincero empenho de Te ser fiel até ao meu fim. Amen."

Este voto exprime o conceito básico de os confirmandos se esforçarem por evitar todo o mal, tudo o que seja contrário a Deus, e por prosseguir inabalavelmente o caminho do Evangelho. Eles professam a Sua fé no Deus Trino e expressam a sua vontade de querer levar toda a sua vida em fé e obediência a Deus.

Após a oração do oficiante do serviço divino, os jovens cristãos recebem a bênção de confirmação que lhes é ministrada mediante a imposição das mãos. Esta bênção fortalece-os na sua tentativa de cumprimento do seu voto, de professar a sua fé em Jesus Cristo e na sua Igreja por palavras e atos.

12.2.3 Casamento, jubileus matrimoniais e noivado

O matrimónio é a forma de comunhão de vida, concebida a longo prazo e entre duas pessoas de sexo diferente, agradável a Deus. Tem o seu fundamento num ato de livre vontade através do qual homem e mulher se aceitam nas suas personalidades física e espiritual. A bênção da Igreja tem um significado elevado para a vida matrimonial dos cônjuges. O casamento na Igreja exige que antes tenha sido realizado o casamento segundo o direito civil ou a forma tradicional de contração de matrimónio.

O voto de fidelidade pronunciado em público exprime que ambos os cônjuges tencionam, de então em diante, partilhar e trilhar o seu caminho de

vida em conjunto. Através do casamento pela Igreja, o matrimónio contraído é colocado debaixo da bênção de Deus.

12.2.3.1 Bênção matrimonial

O casamento pela Igreja é sempre celebrado no âmbito de um serviço divino. Na alocução que antecede a bênção matrimonial, são dadas aos noivos indicações referentes a um matrimónio abençoado. O oficiante do serviço divino pergunta se, sob a bênção de Deus, estão dispostos a apoiarem-se mutuamente em fidelidade recíproca e se querem percorrer o caminho da vida unidos pelo amor mútuo. Ambos o prometem perante Deus e a comunidade, dizendo que "Sim". Então, recebem a bênção do Deus Trino, também para que consigam cumprir este voto.

O amor a Deus e para com o cônjuge são pré-requisitos importantes para que a bênção no matrimónio mantenha o seu efeito e os cônjuges consigam arranjar forças para levar uma vida harmoniosa em conjunto e, com a ajuda de Deus, resolver situações difíceis. Outra tarefa importante para os casais novos-apostólicos é que um cônjuge apoie o outro a alcançar a meta da fé.

12.2.3.2 Bênção para jubileus matrimoniais

A pedido dos casais, é-lhes ministrada a bênção para os seguintes jubileus matrimoniais:

- bodas de prata (25 anos)
- bodas de rubi (40 anos)
- bodas de ouro (50 anos)
- bodas de diamante (60 anos)
- bodas de ferro (65 anos)
- bodas de vinho (70 anos)
- bodas de platina (75 anos)

O ato destina-se a colocar de novo a bênção de Deus sobre o matrimônio, sendo que os cônjuges são entregues ao cuidado paternal e ao acompanhamento de Deus.

12.2.3.3 Bênção de noivado

O noivado é uma promessa de casamento séria. A pedido, é possível pedir que a bênção de noivado seja ministrada no âmbito de um serviço divino. Os noivos afirmam publicamente perante a comunidade que pretendem preparar-se para o matrimônio de uma forma que agrade a Deus. É para esse fim que recebem a bênção de Deus.

SÍNTESE

Na Igreja, é dada uma bênção especial em ocasiões específicas das vidas dos crentes, sendo estas a confirmação, o noivado, o casamento e jubileus matrimoniais. (12.2)

Enquanto primeiro ato visível de Deus no Homem, é ministrada a bênção pré-natal. A bênção tem efeito sobre a mãe e sobre o seu filho. (12.2.1)

No ato da confirmação, os jovens cristãos assumem a responsabilidade de serem fiéis a Deus e professam publicamente a sua fé nova-apostólica. O voto de confirmação é feito perante Deus e a comunidade. A bênção de confirmação deve acompanhar e fortalecer os jovens, para que consigam cumprir o seu voto. (12.2.2; 12.2.2.2)

No ato do casamento, os parceiros conjugais prometem, perante Deus e a comunidade, apoiarem-se mutuamente em fidelidade recíproca e percorrer o caminho da vida unidos pelo amor mútuo. Para isso recebem a bênção matrimonial. A pedido específico, a aliança matrimonial voltará a ser abençoada por ocasião de determinados jubileus matrimoniais. (12.2.3; 12.2.3.1; 12.2.3.2)

12.2.4 Consagração de igrejas

O edifício de uma igreja é consagrado no âmbito do primeiro serviço divino que nela é oficiado. Tirando o ato de consagração, geralmente realizado pelo apóstolo de distrito ou apóstolo responsável, o decurso do serviço divino de consagração é idêntico ao de qualquer outro serviço divino.

O serviço divino de consagração é realizado com base num texto bíblico que remete para este acontecimento. O discurso inicial do oficiante expressa a gratidão para com Deus. Regra geral, também é expresso o agradecimento pelas oferendas dos irmãos e irmãs de fé, que possibilitaram a construção da igreja, bem como pela colaboração de todos aqueles que participaram nas obras. Também se faz menção ao desenvolvimento histórico da comunidade.

Através da oração de consagração, a casa de Deus é entregue ao seu destino sacral em nome do Deus Trino. Desta forma, o edifício é consagrado enquanto local de manifestação do Espírito Santo. É o local onde, a partir daquele momento, será proclamada a palavra de Deus e ministrados os sacramentos. Todos os atos realizados nesta casa deverão servir para a completação daqueles que anseiam a salvação até à revinda de Jesus Cristo. O edifício da igreja e todos os que nele se reúnem são entregues à proteção de Deus e à tutela dos Seus anjos.

Depois de consagrada, a igreja passa a ser um local de adoração a Deus e também um local de refúgio para as pessoas que procuram a salvação, tendo também a finalidade de oferecer consolação divina, fortalecimento da fé e paz espiritual nos serviços divinos.

Quando o edifício de uma igreja deixar de ser usado para officiar serviços divinos, é realizado um serviço divino de desconsagração (profanação) do edifício. Neste último serviço divino, é revogado o destino concedido ao edifício da igreja no ato da consagração, deixando de ser um local consagrado à atuação divina. Depois desta desconsagração, volta a ser um edifício normal que poderá ser usado para outro propósito.

SÍNTESE

A consagração de um edifício em nome do Deus Trino é um ato em que o recinto é entregue ao seu objetivo sacral e consagrado como local de manifestação do Espírito Santo. (12.2.4)

A partir do momento em que o edifício de uma igreja deixe de ser usado para a celebração de serviços divinos, tem lugar uma desconsagração. (12.2.4)

12.3 Serviço fúnebre na Igreja

A morte de um ente querido provoca dor e luto naqueles que cá ficam. Nesta situação, os enlutados necessitam da dedicação carinhosa de outras pessoas. O serviço fúnebre na Igreja destina-se a dar consolação e força aos familiares do falecido, o que faz dele um serviço divino com características muito próprias. Mas a palavra proclamada no âmbito deste serviço divino também é proferida para a alma imortal do falecido, no sentido de a entregar à graça de Deus.

A comunidade enlutada reunida para o serviço fúnebre mostra a sua dedicação aos familiares enlutados, para lhes manifestar a sua compaixão e para lhes dar um sentimento de aconchego emocional. Além disso, também é uma forma de prestar as últimas honras ao falecido.

Tal como todos os serviços divinos, o serviço fúnebre é caracterizado pela atuação do Espírito Santo. A prédica despertada pelo Espírito Santo dá consolação aos familiares do falecido e à comunidade enlutada. Essa consolação consiste, acima de tudo, na esperança na revinda de Cristo, na subsequente ressurreição dos que morreram em Cristo e na reunificação com eles (1Ts 4,13-18). Os enlutados também obtêm conforto pela certeza que sentem em relação ao reencontro com os falecidos no mundo do além.

Normalmente, o serviço fúnebre também inclui uma menção honrosa, digna e moderada da vida do falecido.

O corpo sem alma é entregue ao seu destino com palavras solenes (Gn 3,19). A alma e o espírito são entregues à graça e à misericórdia do Redentor Jesus Cristo, invocando bênção, para que fiquem protegidos até à ressurreição para a vida eterna.

Os costumes fúnebres e o significado atribuído aos serviços fúnebres diferem de país para país. O facto de um falecido ser ou não sepultado, ou de que forma é sepultado, não tem qualquer relevância para a sua ressurreição.

SÍNTESE

O serviço fúnebre na Igreja destina-se a dar consolação e conforto aos familiares do falecido. O consolo consiste, acima de tudo, na esperança na revinda de Cristo e na ressurreição daqueles que faleceram em Cristo. (12.3)

O corpo sem alma é sepultado, a alma e o espírito são entregues à graça de Deus. (12.3)

O facto de um falecido ser ou não sepultado, ou de que forma é sepultado, não tem qualquer relevância para a sua ressurreição. (12.3)

12.4 A assistência pastoral

Os relatos sobre o comportamento de Jesus mostram o que significa a assistência pastoral. Sem olhar nunca à pessoa, Ele dedicava-se aos pecadores e deixava-os sentir o Seu amor. Ele ouvia, ajudava, consolava, aconselhava, advertia, fortalecia, orava e ensinava.

Jesus veio para ajudar toda a humanidade, mas nem todos os homens O aceitam. Aqueles que Lhe pertencem, foram-Lhe confiados pelo Pai. Ele quer proteger todos os que Lhe foram confiados e não quer perder nenhum (Jo 17,12). A palavra e os atos de Jesus Cristo são o exemplo perfeito para aquilo que é a assistência pastoral. Qualquer assistente religioso deve seguir o exemplo do Filho de Deus.

Jesus usa a imagem do bom pastor, que conhece os Seus, que fala com eles e que os conduz: «Eu sou o bom pastor: o bom pastor dá a sua vida pelas ovelhas. [...] As minhas ovelhas ouvem a minha voz, e eu conheço-as, e elas me seguem; e dou-lhes a vida eterna, e nunca hão-de perecer, e ninguém as arrebatará da minha mão» (Jo 10,11.27.28). Daí se deduz que os assistentes pastorais têm a função de "apascentar" o rebanho de Cristo e de prepará-lo para a revinda do Sumo Pastor Jesus Cristo. Tudo isto, eles fazem "voluntariamente" e "de ânimo pronto" (1Pe 5,2-4).

No sentido mais amplo, a assistência pastoral também é uma função que cabe a toda a comunidade. Também se refere à ajuda prática na vida do dia-a-dia. Aplicam-se aqui as palavras: «Porque tive fome, e destes-me de comer; tive sede, e destes-me de beber; era estrangeiro, e hospedastes-me; estava nu, e vestistes-me; adoeci, e visitastes-me; estive na prisão e fostes ver-me» (Mt 25,35.36).

Na Igreja Nova Apostólica, a assistência pastoral tem como objetivo ajudar o próximo a percorrer o caminho que conduz à redenção do pecado e da morte e à formação à semelhança de Cristo. O fundamento e a capacidade para o alcançar é unicamente o sacrifício de Jesus Cristo. O esforço sincero do crente, no sentido de adotar a natureza de Cristo, é coadjuvado pela assistência pastoral, caracterizada por grande sensibilidade.

A missão que Jesus deu aos Seus apóstolos de, através do Seu mérito, cuidar dos pecadores e de lhes facultar acesso à reconciliação com Deus, é descrita em Mateus 28,18-20. O apóstolo Paulo sublinha este aspeto fundamental da missão de assistência pastoral apostólica: «De sorte que, somos embaixadores da parte de Cristo, como se Deus por nós rogasse. Rogamos-vos, pois, da parte de Cristo, que vos reconcilieis com Deus» (2Cor 5,20).

Os apóstolos e os ministros por eles encarregados têm a função de ajudar os crentes a estarem prontos e dignos aquando da revinda de Cristo. Até lá, eles acompanharão os que lhes foram confiados no seu caminho pessoal, nas mais diversas situações da sua vida, dando-lhes assistência espiritual.

SÍNTESE

A palavra e os atos de Jesus são o exemplo a seguir no âmbito da assistência pastoral. (12.4)

O objetivo consiste em dar assistência aos crentes e prepará-los para a revinda de Cristo. Os assistentes pastorais acompanham aqueles que lhes são confiados nas mais diversas situações de vida. (12.4)

A assistência pastoral, mesmo em termos de ajuda prática na vida natural, é uma função que cabe a toda a comunidade. (12.4)

12.4.1 Ensino das crianças

As crianças são uma dádiva de Deus (Sl 127,3). Os pais cuidam delas e educam-nas da melhor forma que podem, dedicando-se a elas com todo o amor e carinho.

Já na Antiga Aliança, Deus ordenou aos pais "que fizessem conhecer a seus filhos" os Seus atos e as Suas leis. Isso faz parte de uma educação responsável: «Porque ele estabeleceu um testemunho em Jacob, e pôs uma lei em Israel, e ordenou aos nossos pais que a fizessem conhecer a seus filhos, para que a geração vindoura a soubesse; os filhos que nascessem se levantassem e a contassem aos seus filhos; para que pusessem em Deus a sua esperança, e se não esquecessem das obras de Deus, mas guardassem os seus mandamentos» (Sl 78,5-7; cf. Dt 6,6.7; 11,18.19).

Esta missão de formação religiosa das crianças, que tem a sua origem em Deus, ainda hoje continua vinculativa para os pais. Estando conscientes da responsabilidade que daí lhes advém, os pais são chamados a conduzir os seus filhos até estes saberem agir por responsabilidade própria e segundo os valores fundamentais do Evangelho. Isso passa por ensiná-las a amar a Deus e ao próximo. Outra responsabilidade dos pais consiste em serem exemplares na vida de oração e na fidelidade em oferecer e sacrificar-se por Deus.

Uma das funções importantes dos ministros e dos irmãos e irmãs docentes é a de apoiar os pais no cumprimento da sua responsabilidade, para que as crianças cresçam de forma a se tornarem cristãos novos-apostólicos convictos e firmes na fé.

Para isso, também existem os serviços divinos para crianças, celebrados em muitas das Igrejas Regionais. Nestes serviços divinos, os adolescentes sentem a proximidade de Deus e são fomentados na fé de uma forma apropriada para crianças.

12.4.1.1 Ensino na Igreja

Nas aulas religiosas da Igreja, os adolescentes são ensinados a levar uma vida responsável perante Deus. Um dos objetivos fundamentais consiste em promover a comunhão e a sensibilidade pelo espírito comunitário.

Os conteúdos curriculares são adaptados à idade e ao nível de desenvolvimento intelectual das crianças e o objetivo do ensino é determinado pelo Evangelho.

Os docentes são formados para as funções que exercem e recebem todo o respetivo acompanhamento necessário.

12.4.1.1.1 Pré-escola dominical

Sempre que possível, é realizada a "pré-escola dominical" nas comunidades, enquanto decorre o serviço divino de domingo, na qual participam as crianças que ainda não estejam em idade escolar. O objetivo expresso deste tipo de ensino é aproximar as crianças pequenas, de Deus e da Sua atuação, de uma forma que seja apropriada à sua idade. Assim, torna-se possível o desenvolvimento e florescimento nas crianças de uma relação de confiança com Deus e Jesus Cristo, para que as crianças sintam: "Deus ama-me! Posso dizer-Lhe tudo; posso confiar n'Ele."

Na pré-escola dominical, a ênfase principal não consiste na transmissão de conhecimentos. O que se pretende colocar no coração das crianças são sentimentos de conforto e segurança, bem como de alegria na fé.

12.4.1.1.2 Escola dominical

Ao entrar na escola, ou ao alcançar a idade de escolaridade obrigatória, as crianças passam a frequentar a Escola Dominical. Este tipo de ensino também é concomitante com o serviço divino de domingo.

Os objetivos da Escola Dominical são os seguintes:

- despertar e fortalecer a alegria na comunhão entre filhos de Deus e nos serviços divinos,
- transmitir às crianças conhecimentos sobre a atuação de Deus, usando histórias bíblicas,
- fortalecer a fé nas promessas divinas,
- explicar às crianças o desenrolar dos serviços divinos, o significado dos sacramentos e dos atos de bênção, bem como o dos feriados eclesiais.

Os docentes ajudam as crianças a associar os conhecimentos adquiridos às vivências do seu mundo experiencial: aquilo que as crianças conseguirem associar às suas próprias vivências, tornar-se-á uma linha de orientação para toda a sua vida. No entanto, só será possível alcançar isso se os pais honrarem os compromissos inerentes à sua responsabilidade pela educação religiosa.

Assim sendo, são os pais e os docentes que contribuem para que as crianças se familiarizem com Deus e a Sua atuação.

As crianças participam regularmente na Santa Ceia com toda a comunidade. De tempos a tempos, um ministro sacerdotal celebra a Santa Ceia exclusivamente para o círculo das crianças.

12.4.1.1.3 Aulas de religião

A Escola Dominical prossegue nas aulas de religião. As aulas de religião transmitem, de forma adequada à sua faixa etária, conhecimentos sobre a história bíblica, a origem e a propagação do cristianismo em geral e da Igreja Nova Apostólica em particular. É fortalecida a consciência de estar integrado na atuação salvífica de Deus. Isso, por sua vez, aumenta a predisposição para colaborar na completação da obra de Deus. Com base no Evangelho, as crianças devem alcançar a "unidade da fé" e o "conhecimento do Filho de Deus" (Ef 4,13.14).

Nas aulas de religião, elas aprendem com base em relatos de experiências que outras pessoas tiveram com Deus: a história de salvação da antiguidade e da atualidade é abordada criando uma correlação com a vida de fé das crianças. Os conteúdos da fé são aprofundados, os conhecimentos são ampliados e as correlações no plano de salvação de Deus são explicadas. Assim se transmitem valores que perduram. Além disso, as aulas de religião também devem levar os alunos a serem capazes de confessar a sua fé sem inibições.

12.4.1.1.4 Aulas para confirmandos

O conteúdo principal das aulas para confirmandos consiste no aprofundamento da confissão de fé e dos dez mandamentos. Os adolescentes são preparados para fazerem os seus votos de fidelidade perante a comunidade, no âmbito do serviço divino de confirmação, passando a assumir pessoalmente a responsabilidade pela sua vida de fé enquanto cristãos emancipados.

12.4.2 Assistência à juventude

A assistência pastoral e o acompanhamento dos jovens irmãos e irmãs de fé é uma das vertentes principais do trabalho pastoral na Igreja.

12.4.2.1 A situação dos jovens

Os jovens encontram-se numa fase de transição da infância, quase integralmente determinada pelos pais, para o estado de adulto, no qual passam a decidir por si próprios. Regra geral, esta fase de vida é sempre complicada para os adolescentes. Eles procuram metas e padrões de vida próprios e questionam com criticismo os valores e as normas vigentes no seu meio. Neste contexto, os jovens crentes, especialmente os do mundo industrializado, entram num campo de tensões entre os padrões do Evangelho e inúmeras ideologias religiosas e éticas de uma sociedade que, em grande parte, está cada vez mais secularizada: os jovens veem como a fé cristã é cada vez mais rejeitada e como as Igrejas vão perdendo significado. Cada vez mais, as Igrejas são vistas como instituições anónimas e deixam de ser aceites como instância moral. Além disso, os jovens são sujeitos a grande pressão exercida pelo meio envolvente, que se distancia das Igrejas. E também se veem forçados a fazer a escolha certa de entre os rios de informações e a panóplia de opções de lazer que chegam até eles.

12.4.2.2 Objetivo da assistência à juventude

Um objetivo importante da assistência dada à juventude na Igreja Nova Apostólica consiste em promover a comunhão entre os jovens. Além disso, os jovens também devem ser fortalecidos nos valores da fé cristã ao ponto de se entusiasmarem com eles, para que lhes sirvam de fundamento para as decisões que terão de tomar nas suas vidas.

A assistência pastoral pretende ajudar os jovens a desenvolverem-se e a tornarem-se personalidades fortes na fé e responsáveis.

12.4.2.3 Assistência dada aos jovens

Os jovens são assistidos e acompanhados de uma forma adequada à sua idade. No entanto, não formam um grupo fechado, segregado da comunidade. Após a confirmação, são incentivados a integrarem-se nos muitos campos de atividade existentes dentro da comunidade e a confessar e defender a sua fé no meio em que estão inseridos.

Assistentes de juventude, formados e apoiados pela Igreja, acompanham os jovens ao nível da comunidade e do distrito. Também estão ao dispor dos jovens para funcionar como interlocutor pessoal em questões confidenciais relacionadas com certas situações de vida ou questões de fé.

Entre os eventos organizados especificamente para jovens constam, em muitas Igrejas Regionais, o Dia da Juventude anual e os serviços divinos para jovens ao nível dos distritos. As reuniões de juventude representam uma oportunidade para dialogar sobre questões de fé e questões da vida, obter informações e trocar ideias.

Desde que estejam motivados, os jovens irmãos e irmãs de fé têm imensas possibilidades de empregar os seus dons e talentos dentro e fora da comunidade e de dar vida à prática do amor ao próximo.

SÍNTESE

Os pais devem educar os seus filhos de modo a que consigam agir de forma autorresponsável e em conformidade com os valores fundamentais do Evangelho. A função dos ministros e dos docentes da Igreja consiste em apoiar os pais nesta sua tarefa. (12.4.1)

Nos serviços divinos para crianças, os adolescentes sentem a proximidade de Deus e são fomentados na fé de uma forma apropriada para crianças. (12.4.1)

Nas aulas religiosas da Igreja, os adolescentes são ensinados a levar uma vida responsável perante Deus (12.4.1.1):

Na pré-escola dominical, para as crianças que ainda não estão em idade escolar, é praticado um acompanhamento próprio, para esta faixa etária se familiarizar com a fé. (12.4.1.1.1)

Na Escola Dominical, as crianças obtêm uma primeira noção da atuação de Deus, com base em histórias bíblicas. Outros conteúdos principais são os seguintes: o decorrer dos serviços divinos, o significado dos sacramentos e dos atos de bênção, feriados eclesiais. (12.4.1.1.2)

Nas aulas de religião, transmitem-se, de forma adequada para crianças, conhecimentos sobre a história bíblica, a criação, o desenvolvimento e a propagação da Igreja de Cristo. A história de salvação é abordada criando uma correlação com a vida de fé das crianças. (12.4.1.1.3)

Nas aulas para confirmandos, os adolescentes são preparados para assumirem a responsabilidade pela sua vida de fé enquanto cristãos emancipados. (12.4.1.1.4)

Os jovens usufruem de uma assistência espiritual específica. O objetivo consiste em fortalecer os valores da fé cristã. Devem tornar-se personalidades responsáveis que praticam e professam a sua fé. (12.4.2; 12.4.2.1; 12.4.2.2)

12.4.3 Visita pastoral

A todos os cristãos novos-apostólicos é proposta uma assistência pastoral personalizada.

A forma como esta assistência é dada segue o exemplo de Jesus. Por exemplo, Ele visitava com frequência Maria, Marta e Lázaro em Betânia. Isso criou uma relação especial de confiança entre eles: «Ora Jesus amava a Marta, e a sua irmã, e a Lázaro» (Jo 11,5). A visita de Jesus na casa de Zaqueu, em Jericó, também foi caracterizada pelo amor que serve e ajuda: «E, quando Jesus chegou àquele lugar, olhando para cima, viu-o e disse-lhe: Zaqueu, desce depressa; porque hoje me convém pousar em tua casa» (Lc 19,5). Esta visita foi

deveras abençoadora: «E disse-lhe Jesus: hoje veio a salvação a esta casa» (Lc 19,9).

Daquilo que nos é relatado de Jesus na Escritura, deduzimos o sentido e o objetivo das atuais visitas pastorais. Cada membro da comunidade tem à sua disposição um sacerdote responsável pela sua assistência pastoral pessoal, sendo também ele o responsável pelas respectivas visitas. Regra geral, ele tem um diácono que o apoia nessa função.

Ao dar assistência aos irmãos e irmãs de fé, o principal intuito consiste em aprofundar o amor a Deus e à Sua obra, promover a vida de fé e aumentar os conhecimentos sobre a atuação salvífica de Deus. Em grande parte, isso é feito através do diálogo sobre questões de fé.

Os crentes recebem uma dedicação especial em todas as situações da sua vida, visto que os ministros os acompanham em todas as suas preocupações e questões, através das visitas pastorais. Desta forma, a relação de confiança entre o assistente pastoral e o crente vai-se fortalecendo cada vez mais. Até que ponto os irmãos e irmãs de fé seguem ou não os conselhos que lhes são dados depende da sua decisão. A responsabilidade que cabe a cada indivíduo é respeitada e promovida. Como é óbvio, as visitas pastorais nunca se realizam contra a vontade dos irmãos e irmãs de fé.

Um elemento importante de qualquer visita pastoral é a oração em conjunto. Para além dessa oração conjunta, nas suas orações pessoais, o assistente pastoral também intercede pelos irmãos e irmãs de fé.

Aqueles irmãos e irmãs que se encontram em grande aflição ou situações de luto são alvo de um acompanhamento mais intenso. Em caso de doença, que represente uma situação de grande aflição física e psíquica, o cristão novo-apostólico será assistido por visitas especiais, seja em casa seja no hospital. O ministro responsável visita doentes e exprime a sua compaixão em virtude do estado em que estes se encontram. Fortifica-os na fé, dá-lhes consolação e integra as suas preocupações na sua oração. Se for possível, também celebra a Santa Ceia com os doentes. Da mesma forma também se visitam regularmente os irmãos e irmãs de fé idosos e portadores de deficiência, que já não consigam frequentar o serviço divino.

Muitas vezes, os crentes que não possam ser visitados, ou apenas com restrições, por exemplo, marinheiros, soldados ou prisioneiros, recebem a assistência pastoral por carta.

Especialmente numa sociedade cada vez mais caracterizada pela solidão, pelo isolamento e pela marginalização de muitas pessoas, o cristão novo-apostólico beneficia de cuidados especiais e de acompanhamento por parte dos seus assistentes pastorais.

SÍNTESE

Aos cristãos novos-apostólicos é proposta uma assistência pastoral personalizada, incluindo visitas pastorais. (12.4.3)

Um elemento importante de qualquer visita pastoral é a oração em conjunto. A autorresponsabilidade de cada indivíduo é respeitada e promovida. (12.4.3)

A assistência pastoral é dirigida especialmente àqueles que passam por situações de sofrimento, luto e aflição. (12.4.3)

12.4.4 Confissão

No domínio religioso, o termo "confissão" designa o reconhecimento dos pecados ou a admissão de culpa perante um clérigo. Um ato sujeito a uma obrigatoriedade de sigilo absoluto.

A remissão dos pecados não requer uma confissão. Mas se alguém não conseguir encontrar paz interior, devido à gravidade das circunstâncias, existe a possibilidade de se dirigir pessoalmente ao apóstolo para se confessar verbalmente ou por escrito.

Em casos de extrema urgência, como seja, por exemplo, o estado moribundo, na ausência de um apóstolo disponível, é possível que o crente se confesse, a título excecional, a qualquer ministro sacerdotal disponível, que depois lhe dará a absolvição. O apóstolo é informado de imediato sobre este ato.

SÍNTESE

No domínio religioso, a "confissão" é um reconhecimento dos pecados ou a admissão de culpa perante um clérigo. (12.4.4)

A remissão dos pecados não requer uma confissão. Mas se não for possível encontrar paz interior, a pessoa em questão pode dirigir-se ao apóstolo para se confessar pessoalmente. (12.4.4)

Em casos excepcionais, qualquer ministro sacerdotal pode aceitar uma confissão. (12.4.4)

12.4.5 Acompanhamento de moribundos e acompanhamento de enlutados

A morte física, o fim da vida terrena, suscita medo. Morrer provoca dor e sofrimento, tanto ao moribundo quanto aos seus entes queridos; tanto o moribundo como os seus familiares necessitam de apoio moral e conforto.

12.4.5.1 Lidar com doentes terminais e moribundos

Muitas pessoas procuram evitar ter de lidar com a morte, por isso se esquivam ao contacto com doentes terminais. Os motivos podem ser os mais diversos, mas podem radicar, por ex., no medo de que o moribundo lhes faça determinadas perguntas ou no reconhecimento da finitude da vida terrena.

A morte de terceiros relembra a efemeridade pessoal de cada um. Muitas vezes, as pessoas não sabem como dar conforto a um moribundo. Mas é precisamente esse conforto que a pessoa que está prestes a morrer mais precisa. É possível que tenha medo de dores incontroláveis e do sofrimento, de uma agonia demorada por que possa ter de passar antes de morrer, das preocupa-

ções psíquicas, físicas ou até mesmo existenciais dos seus familiares, das consequências da vida que levou, da incerteza e do fim da existência.

A fé no Deus vivo oferece uma certeza que ultrapassa a vida terrena: a certeza da vida eterna. Ela ajuda a conseguir despedir-se e a entregar-se por completo à graça de Deus.

O cristão novo-apostólico, que realmente pratica a sua fé, nunca morre sem preparação. Por um lado, ele sabe que a sua alma continuará a viver. Por outro, crê na ressurreição dos mortos e numa vida eterna em comunhão perpétua com o Deus Trino. A aceitação da graça vinda do sacrifício de Jesus Cristo, libertou-o do pecado. É regenerado de água e espírito, tem a promessa da vida eterna (Rm 6,22).

Ao morrer, uma consolação especial para o crente moribundo reside no facto de saber que foi libertado, por graça, do jugo do pecado e que, pelo sofrimento, a morte e a ressurreição do Senhor, está destinado à vida eterna com Jesus Cristo (Rm 6,8-11).

No entanto, até mesmo as pessoas crentes têm medo de morrer e da morte em si. Por isso, é preciso tomar esse medo a sério e não o interpretar como sendo um indício de fraqueza na fé. O que importa é manter viva a esperança numa vida com Deus e a consolação contida nessa esperança. Não é preciso dar ao moribundo respostas conclusivas a perguntas sobre o sentido da vida, do sofrimento ou da morte. Acompanhar um moribundo significa, em primeiro lugar, aceitar o moribundo com todos os seus receios e todas as suas aflições. Neste caminho difícil que o moribundo tem de tomar, ele precisa de proximidade humana, que alguém também admita os seus próprios medos e as suas próprias fraquezas. Ao reconhecer com humildade o fim inevitável de uma vida humana, torna-se possível estabelecer uma ligação forte entre o moribundo e a pessoa que o acompanha, algo que o moribundo consegue sentir.

A segurança de poder voltar a ver aqueles que já faleceram antes, também dá ao moribundo força para ultrapassar a fase de despedida.

O acompanhamento do moribundo também prevê que o assistente pastoral proclame ao moribundo a remissão dos pecados, invoque a paz do Ressuscitado para ele e celebre com ele a Santa Ceia. A receção do corpo e do sangue

do Senhor garante a comunhão de vida com o Filho de Deus. Assim sendo, o moribundo recebe consolação e fortalecimento, para que lhe seja mais fácil seguir o caminho que agora tem à sua frente.

Outro aspeto importante é também a assistência aos familiares. Nesta fase, eles são confrontados com a perda de um ente querido e têm de superar esta situação a nível emocional e intelectual. Uma forma de fortalecer os familiares consiste em dignificar expressa e suficientemente a ajuda que prestaram ao moribundo.

12.4.5.2 Acompanhamento de enlutados

É preciso dar tempo e espaço ao luto. Aos enlutados é proposto um acompanhamento por assistentes pastorais. O mais importante é dirigir-se pessoalmente aos enlutados, expressar compaixão e orar com eles. Muitas vezes, é difícil conseguir chegar ao coração dos enlutados e sem o esforço de tentar perceber o que os enlutados estão a sentir, nunca será sequer possível.

Uma assistência pastoral de conforto para os familiares pode demorar semanas e meses, por vezes até anos depois da morte do ente querido.

Muitas vezes, existe o receio de dirigir as palavras erradas aos enlutados, provocando, assim, a reabertura das feridas. O essencial é transmitir um sentimento de verdadeira empatia e compaixão. Apesar de todos os possíveis receios de contacto que possa haver, os próximos, neste caso os familiares, os irmãos e irmãs de fé, os amigos, os assistentes pastorais, devem ir ao encontro dos enlutados: «Não fujas dos que choram, e faz companhia aos que estão aflitos» (Ben Sira 7,34*).

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

12.4.5.3 Ultrapassar o luto

Acompanhar enlutados e ultrapassar o luto são dois aspetos inseparáveis. O acompanhamento de enlutados destina-se a encorajar o enlutado a falar sobre a sua perda e a expressar os seus sentimentos. Tristeza, medo, ira, revolta para com Deus e sentimentos de culpa podem ser abordados e revelados ao assistente pastoral, sem qualquer inibição. Faz parte da tarefa pastoral, precisamente em momentos destes, lembrar também o que há de positivo, os momentos felizes ou as vivências com o falecido.

Na comunhão com outras pessoas que tenham sofrido o mesmo, o enlutado sente que há outros que entendem o seu sofrimento e que o aceitam.

Um aspeto extremamente útil para conseguir ultrapassar o luto é ter sempre presente que também Jesus Cristo sofreu e morreu. A ressurreição de Jesus também é o fundamento para a ressurreição do falecido. Ele toma parte na vitória de Cristo sobre a morte: «Porque, nenhum de nós vive para si, e nenhum morre para si. Porque, se vivemos, para o Senhor vivemos; se morremos, para o Senhor morremos. De sorte que, ou vivamos ou morramos, somos do Senhor. Foi para isto que morreu Cristo, e tornou a viver: para ser Senhor, tanto dos mortos, como dos vivos» (Rm 14,7-9).

SÍNTESE

Os moribundos e seus familiares necessitam de amparo e conforto. (12.4.5)

A fé oferece a certeza da vida eterna. Ela atenua o momento da morte e da despedida. (12.4.5.1)

Ter medo da morte não pode ser interpretado como prova de falta de fé. (12.4.5.1)

Uma parte especial do acompanhamento de um moribundo consiste na celebração da Santa Ceia pelo assistente pastoral junto com ele. (12.4.5.1)

É preciso dar tempo e espaço ao luto. Ao enlutado é proposta assistência pastoral. Por vezes, por períodos de vários anos. O mais importante é visitar os enlutados e transmitir-lhes o sentimento de verdadeira empatia. (12.4.5.2)

O acompanhamento de enlutados destina-se a encorajar o enlutado a falar sobre a sua perda e a expressar os seus sentimentos. Para conseguir ultrapassar o luto, é bom relembrar que também Jesus Cristo sofreu e morreu. (12.4.5.3)

12.5 Feriados eclesiásticos

Os feriados eclesiásticos remetem para acontecimentos essenciais na história de salvação que são comemorados com reverência e gratidão.

Na Igreja Nova Apostólica festejam-se os feriados que a seguir são referidos e cujo significado é sublinhado através de um serviço divino especial, tendo em conta particularidades regionais.

12.5.1 Natal

A festa de Natal relembra o nascimento de Jesus Cristo e remete, portanto, para um acontecimento central da história de salvação: Jesus Cristo, concebido através do Espírito Santo, nasceu da virgem Maria. Na presença de Cristo na terra, realiza-se o servilismo de Deus, que encarna em Jesus Cristo (Jo 1,14). As muitas promessas veterotestamentárias, relativas ao Messias prometido, cumprem-se com este acontecimento. O memorial do milagre ininteligível da primeira vinda do Filho de Deus também fortalece a fé na Sua revinda iminente.

12.5.2 Domingo de Ramos

A Semana Santa começa com o Domingo de Ramos. Este dia festivo relembra a entrada de Jesus em Jerusalém na festa de Páscoa judaica: para que se cumprisse uma promessa do profeta Zacarias, o Senhor entrou na cidade monta-

do num jumento (Zc 9,9). As pessoas fizeram-Lhe uma receção triunfal e clamavam «Hosana ao Filho de David» (Mt 21,9), reconhecendo, assim, Jesus como Messias e Salvador.

12.5.3 Sexta-feira Santa

A Sexta-feira Santa é um memorial da crucificação e da morte sacrificial de Jesus Cristo. Visto que o Seu sacrifício, sofrimento e morte têm uma relevância histórico-salvífica fundamental, este dia festivo também é designado de "Sexta-feira da Paixão". Através da Sua morte sacrificial, o Filho de Deus aniquilou o poder de Satanás e venceu a morte (Heb 2,14). Enquanto Imaculado, Ele assumiu, de livre vontade, os pecados da humanidade e adquiriu, através do Seu sangue, um mérito que consegue apagar toda a culpa inerente ao pecado. Certamente não há nenhum outro acontecimento que demonstre melhor o amor de Deus para com o Homem que não o sacrifício de Jesus (1Jo 4,9.10). O acontecimento da Sexta-feira Santa marca um ponto de inversão na história de salvação, a Antiga Aliança está concluída, a Nova Aliança tem início. Quando, no momento da morte de Cristo, o véu que no templo separava o lugar santíssimo do santo, se rompeu, ficou claro: Deus oferece ao Homem salvação e comunhão com Ele em Jesus Cristo.

12.5.4 Páscoa

Esta festa é comemorada em memória do facto de Jesus Cristo ter ressuscitado dos mortos. A ressurreição de Jesus Cristo dos mortos ocorreu no primeiro dia da semana, no domingo. Por isso é que os primeiros cristãos celebravam a Santa Ceia em memória do sacrifício e da ressurreição de Jesus no primeiro dia de cada semana. Mais tarde, definiu-se, na Igreja Ocidental, um determinado domingo, nomeadamente o primeiro domingo após a primeira lua cheia da primavera, para comemorar a festa da Páscoa.

Jesus Cristo ressuscitou sem que algum ser humano tivesse sido testemunha ocular desse processo. A Sua ressurreição é um milagre e um mistério. Mas a Escritura Sagrada relata que muitos terão visto o Ressuscitado: logo após a Sua ressurreição, Ele apareceu a Maria Madalena e a outras mulheres, aos apóstolos Pedro e João, bem como aos dois discípulos que iam a caminho de Emaús. Na noite do dia da Sua ressurreição, Ele apareceu no meio dos Seus apóstolos. Além disso, o apóstolo Paulo afirma terem sido mais de quinhentos irmãos que viram o Senhor Ressuscitado (1Cor 15,3-7).

A ressurreição de Jesus Cristo, enquanto acontecimento fulcral do Evangelho, é proclamada desde o início da atividade de ensinamento dos apóstolos. É o fundamento da esperança na vida eterna. Cristo criou a possibilidade de aniquilar a morte e a separação do Homem de Deus. A crença na ressurreição da primícia, Cristo, dos mortos é o fundamento para a crença na ressurreição dos mortos em Cristo e na transformação dos vivos aquando da Sua revinda.

12.5.5 Dia da Ascensão

Jesus Cristo deu várias indicações referentes ao Seu regresso para junto do Pai (Jo 3,13; 16,28; 20,17). No 40º dia após a Páscoa, Ele subiu com os apóstolos ao monte das oliveiras e deu-lhes instruções para a sua missão. Depois, Ele «foi elevado às alturas, e uma nuvem o recebeu, ocultou-o aos seus olhos». Dois anjos deram aos apóstolos a promessa: «Esse Jesus, que de entre vós foi recebido em cima, no céu, há-de vir, assim, como para o céu o vistes ir» (Act 1,3-11). Estas palavras ficaram refletidas no nono artigo da profissão de fé nova-apostólica: «Creio que o Senhor Jesus há-de regressar, tão certo como subiu ao céu».

12.5.6 Pentecostes

A festa de Pentecostes é comemorada em memória do dia em que foi derramado o Espírito Santo. Fala-se do dia de Pentecostes como o "dia da manifestação do Espírito Santo" e também se diz que é o "dia de nascimento da Igreja de Cristo". O envio do Espírito Santo, cinquenta dias após a ressurreição de Jesus, foi algo que o Filho de Deus prometera aos apóstolos no Seu discurso de despedida. Um grande grupo de homens e mulheres crentes, em Jerusalém, estavam em ligação com os apóstolos. O milagre de Pentecostes, o derramamento do Espírito Santo, ficou registado em Actos 2,1ss. Os apóstolos e os crentes que estavam reunidos com eles foram preenchidos pelo Espírito Santo.

Depois do derramamento do Espírito Santo, o apóstolo Pedro, aquele que Jesus Cristo designou de "pedra", fez um discurso no qual a figura central foi o Cristo Crucificado, Ressuscitado e Ascendido ao Céu. No âmbito desta pregação, foram acrescentados à comunidade cerca de três mil crentes. Assim sendo, o Pentecostes também é um exemplo do poder da pregação despertada pelo Espírito Santo e do crescimento da Igreja através da intervenção de apóstolos. Além disso, o dia de Pentecostes também é uma festa de alegria pelo facto de o Espírito Santo também hoje existir e atuar dentro da Igreja.

12.5.7 Ação de Graças

A Ação de Graças é a festa que relembra a natureza criadora de Deus. Num domingo do ano, o Domingo de Ação de Graças, é celebrado um serviço divino de agradecimento a Deus pela Sua fidelidade à Sua criação. Nesta ocasião, os crentes são motivados a fazer uma oferenda de graças especial.

12.5.8 Serviços divinos nos feriados

Nos dias feriados acima referidos, a liturgia dos serviços divinos é basicamente idêntica àquela usada nos serviços divinos com celebração da Santa Ceia. Podem conter também leituras bíblicas que tematizam o respetivo acontecimento histórico-salvífico. A prédica nesses serviços divinos remete para os acontecimentos histórico-salvíficos descritos na Escritura Sagrada e para o significado que têm para o presente e para a salvação do Homem.

Parte XIII

O cristão novo-apostólico e a sua vida de fé

13

13 O cristão novo-apostólico e a sua vida de fé

13.1 Oração

Em muitas denominações religiosas, as orações são uma forma de expressar a dedicação a um ser superior. Em termos gerais, a oração é considerada uma forma de exprimir religiosidade.

Para o cristão, a oração é uma oportunidade que Deus dá ao Homem de entrar em contacto com Ele. Na oração, o crente sente: Deus está presente, Deus ouve, Deus responde. Deste modo, o Homem crente prostra-se em humildade perante a majestade e o amor de Deus. A oração está estreitamente interligada ao Espírito Santo (Rm 8,26).

No Antigo e no Novo Testamento a oração é uma forma de expressão verbal da fé no Deus que se manifestou como o Criador, o Sustentador e o Redentor. Foi Deus que abordou primeiro o Homem. Assim sendo, a oração é sempre uma resposta do Homem à palavra pronunciada por Deus.

O simbolismo que se dá à oração, como o "respirar da alma", torna evidente a importância da oração para a fé. Uma fé sem oração não é uma fé viva. Na oração expressam-se o amor e a veneração a Deus. As preces são apresentadas a Deus na certeza de que o Onnipotente conduzirá todas as coisas para bem e para a salvação eterna de quem está a orar.

13.1.1 As orações no Antigo Testamento

A primeira ocorrência bíblica que remete para a oração encontra-se em Génesis 4,26: «Então se começou a invocar o nome do Senhor.» Este texto

contém uma característica fundamental que a partir daí se encontra em todas as orações: o Homem dirige-se a Deus e invoca o Seu nome, acreditando piamente que Deus o escuta.

Do Salmo 95,6 reza o seguinte: «Ó, vinde, adoremos...». Provas da **adoração** a Deus encontram-se em muitos hinos e salmos veterotestamentários. Refira-se aqui, a título de exemplo, apenas o último cântico de Moisés: «Porque apregoarei o nome do Senhor: dai grandeza ao nosso Deus. Ele é a Rocha, cuja obra é perfeita, porque todos os seus caminhos juízo são: Deus é a verdade, e não há nele injustiça; justo e recto é» (Dt 32,3.4).

«Louvai ao Senhor, porque ele é bom, porque a sua benignidade é para sempre», afirma o salmista (Sl 106,1). A **gratidão** para com o Deus eterno é expressa em oração, com louvor e enaltecimento.

«Cria em mim, ó Deus, um coração puro e renova em mim um espírito recto. Não me lances fora da tua presença e não retires de mim o teu Espírito Santo. Torna a dar-me a alegria da tua salvação e sustem-me com um espírito voluntário» (Sl 51,10-12): são precisamente estas **preces** – para além daquelas que se referem à vida terrena – que mostram claramente o que é importante para os crentes que oram.

«Moisés orou pelo povo» (Nm 21,7) depois de Deus ter mandado "serpentes ardentes", porque os israelitas tinham falado contra Ele e Moisés. A **oração de intercessão** expressa o amor ao próximo e a compaixão.

O livro dos Salmos reflete a riqueza espiritual da oração veterotestamentária. Já é um indicador na direção da oração neotestamentária. A oração de Ana é disso um exemplo: ela ora a Deus pedindo-Lhe um filho. A Escritura Sagrada relata que ela "derramou a sua alma perante o Senhor" (1Sm 1,15). A sua oração de graças, depois do atendimento compassivo, é um exemplo de quão profundo deverá ser o louvor a Deus, que no seu conteúdo é muito parecido com o canto de louvor, o "Magnificat" de Maria, também conhecido como a canção de Maria (1Sm 2,1-10; Lc 1,46-55).

13.1.2 Jesus ensina a orar

Através de Jesus Cristo, a relação entre o Homem e Deus mudou completamente. Com base nesta nova relação com Deus, o Senhor ensina uma forma de orar nunca antes conhecida: por um lado, é a oração de uma criança que fala com Deus como Seu amoroso Pai no céu (Mt 6,9) por outro, a oração «em espírito e em verdade» (Jo 4,24).

Os discípulos de Jesus eram judeus crentes; por isso, eles sabiam o que era a oração, mas queriam aprender a orar como Ele. Um dos Seus discípulos pediu-Lhe: «Senhor, ensina-nos a orar» (Lc 11,1). Depois, Jesus fez a oração do "Pai-Nosso" (*vide* 12.1.7).

O sermão da montanha contém algumas indicações relativas à oração (Mt 6,5-8): não se deve exhibir a sua vida de oração e também não fazer muitas palavras, porque «o vosso Pai sabe o que vos é necessário, antes de vós lho pedirdes». A oração deve vir do coração.

Em três parábolas, Jesus deu relevo a aspetos importantes da oração: na parábola do amigo importuno, Ele mostrou que uma oração fervorosa surte efeito (Lc 11,5-10). A parábola do juiz iníquo exorta a praticar a oração com persistência e paciência (Lc 18,1-8). Através da parábola do fariseu e do publicano, Ele mostrou como é importante orar com humildade (Lc 18,10-14).

O texto bíblico em Lucas 21,36 fornece uma indicação relativamente à Sua revinda: «Vigiai, pois, em todo o tempo, orando, para que sejais havidos por dignos de evitar todas estas coisas que hão-de acontecer, e de estar em pé diante do Filho do homem.» Assim sendo, a oração também contempla a vigília relacionada com a vinda de Jesus Cristo.

13.1.3 Jesus ora

O Evangelho segundo S. Lucas relata que Jesus orava especialmente antes de acontecimentos importantes:

- antes de o Espírito Santo descer sobre Ele (Lc 3,21.22);
- antes de eleger os doze apóstolos (Lc 6,12);

- antes de designar Pedro de pedra sobre a qual Ele edificaria a Sua Igreja (Lc 9,18-21 e também Mt 16,13-20);
- antes de o Pai o transfigurar perante testemunhas do aquém e do além (Lc 9,28-36);
- antes de ter início o Seu amargo sofrimento (Lc 22,41-46);
- antes de morrer na cruz (Lc 23,46).

Os Evangelhos dão testemunho de como era rica a vida de oração de Jesus: frequentemente, Ele retirava-se para dialogar com o Seu Pai (Mt 14,23; Mc 1,35). Ele louvava Deus (Mt 11,25-27) e agradecia-Lhe ainda antes de a Sua oração ser atendida (Jo 11,41.42).

Em João 17 está registada a oração sacerdotal de Jesus. Na oração de intercessão pelos apóstolos e a comunidade – «E não rogo somente por estes [os apóstolos], mas, também, por aqueles que, pela sua palavra, hão-de crer em mim, para que todos sejam um» (Jo 17,20.21) – nota-se claramente que Jesus Cristo intercede junto do Seu Pai Celestial (1Jo 2,1).

Antes do Seu sofrimento, Jesus orou. Ajoelhou-se e entregou-se com humildade à vontade do Pai: «Pai, se queres, passa de mim este cálix, todavia não se faça a minha vontade, mas a tua». Esta oração foi uma luta árdua travada na Sua alma. E Deus não deixou esta prece sem resposta: e apareceu um anjo do céu para confortar Jesus (Lc 22,41-44). Mesmo quando já estava na cruz, o Senhor continuou a orar, intercedendo pelos Seus agressores (Lc 23,34). E inclusivamente as últimas palavras que proferiu antes de morrer foram uma oração: «Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito!» (Lc 23,46).

13.1.4 A oração dos primeiros cristãos

O texto bíblico de Actos 4,23-31 ilustra a forma sincera como se orava nas primeiras comunidades. Desde os primórdios que os primeiros cristãos praticavam a oração comunitária (Act 1,14). Também existem relatos de orações intensas no contexto de acontecimentos importantes, por exemplo, ao nomear Matias apóstolo ou quando foram consagrados os primeiros sete diáconos

(*vide* 7.5). E em situações de perigo, os apóstolos eram acompanhados por orações fervorosas (Act 1,24.25; 6,6; 12,12).

Nas epístolas dos apóstolos dá-se relevo à grande importância da oração (Tg 5,15.16). Os apóstolos relatavam que oravam pela comunidade (Ef 1,16-23), e incentivavam os crentes a serem perseverantes na oração (1Ts 5,17).

Na 1ª a Timóteo 2,1 é referido que as orações dos crentes devem incluir todas as pessoas: «Admoesto-te, pois, antes de tudo, que se façam deprecações, orações, intercessões e acções de graças, por todos os homens».

13.1.5 A oração dos cristãos novos-apostólicos

A oração comunitária no serviço divino tem grande significado. Depois da invocação trinitária de Deus, segue-se a oração inicial, na qual se expressa adoração, louvor e agradecimento pela proteção e o acompanhamento divinos, preces e intercessão por outras pessoas. Ao orar o "Pai-Nosso", a comunidade ora em conjunto a oração do Filho de Deus. Antes da consagração da Santa Ceia, é feita a oração sacrificial, na qual se expressa a gratidão pelo sacrifício de Cristo, a remissão dos pecados recebida, o envio dos apóstolos e a promessa da revinda de Cristo. No fim do serviço divino faz-se uma oração, na qual se agradece pelo recebido, se pede a proteção e o acompanhamento de Deus e se expressa a saudade sentida pelo dia do Senhor. A oração de intercessão inclui as necessidades dos irmãos e irmãs de fé, mas também as de todas as outras pessoas. Também se ora para que Deus aceite as oferendas dadas e os sacrifícios feitos, e abençoe os ofertantes e os que se sacrificaram.

Para além das orações comunitárias no âmbito do serviço divino, os cristãos novos-apostólicos também praticam uma vida de oração pessoal. Começam e terminam o dia com uma oração. E também oram antes das refeições. Ao longo do dia, também se dirigem a Deus sempre que sintam necessidade da Sua proximidade ou do Seu auxílio. Na família, os pais oram com os seus filhos, introduzindo-os, assim, naquilo que mais tarde será a sua própria vida de oração pessoal.

A oração não está sujeita a formalismos exteriores. Todavia, a intensidade da oração será maior se, por exemplo, o crente fechar os olhos, juntar as mãos ou se ajoelhar. Com estes pequenos gestos, a pessoa que ora distancia-se espiritualmente de toda a confusão do dia-a-dia, fica mais concentrada e prostrada humildemente perante Deus.

Não é preciso adotar qualquer linguagem mais erudita quando se ora. Deus conhece o coração de quem ora. Se o coração estiver cheio de humildade, fé, confiança e amor a Ele, a oração será do agrado do Onipotente. As palavras de quem ora nem precisam de ser pronunciadas em voz alta, dado que mesmo as orações silenciosas chegam a Deus.

O conteúdo da oração deve consistir, regra geral, em adoração, agradecimento, prece e intercessão por outros. O reconhecimento da majestade de Deus e da graça de o poder chamar de Pai (Rm 8,15), incentivam a adorar a Deus. O agradecimento inclui tudo o que surgiu da bondade de Deus: especialmente aquilo que Deus já fez e ainda continua a fazer de grandioso no Homem através da Sua palavra, da Sua graça e dos sacramentos. Além disso, também se agradece pelas dádivas terrenas, como os alimentos, o vestuário, a habitação, mas também pela proteção dos anjos e o acompanhamento em geral. Nas preces a Deus são apresentadas todas as questões, como a preservação da fé e a ajuda de Deus no dia-a-dia. O pedido mais importante refere-se à revinda iminente de Cristo e ao alcançar da dignidade para participar nesse acontecimento. A oração de intercessão não se limita à própria família ou à comunidade. Ela engloba todos aqueles que carecem da ajuda de Deus, seja no alguém seja no além.

Nem todas as orações têm de conter estes quatro componentes, Deus também ouve as jaculatórias curtas em situações de vida difíceis. Depressões, estados de ansiedade, dores físicas ou grandes aflições podem fazer com que alguém já não consiga formular os seus pensamentos numa oração. Mesmo nessas situações, o crente que ora a Deus não fica sem a ajuda e a proximidade de Deus. O texto bíblico de Rm 8,26 evidencia isso: «E, da mesma maneira, também o Espírito ajuda as nossas fraquezas; porque não sabemos o que havemos de pedir, como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós, com

gemidos inexprimíveis.» Também pode ajudar orar o "Pai-Nosso" ou um dos salmos, por exemplo, o salmo 23.

A oração termina com a palavra hebraica "Ámen", que significa: "Que assim seja!". Não faz qualquer diferença ser a própria pessoa a proferir as palavras da oração ou limitar-se a acompanhar as palavras da oração em pensamento.

13.1.6 Efeitos da oração

A oração consciente traz ao Homem o reconhecimento de que depende de Deus em toda a sua existência! A postura de quem ora é caracterizada por uma confiança infantil, humildade e temor a Deus, o que também se expressa em formulações como "pela vontade de Jesus" ou "em nome de Jesus".

Quando um pedido feito na oração é atendido, isso fortalece a fé e aumenta a gratidão. Mas quem ora também sabe que nem todos os pedidos são atendidos. Isso não faz o crente perder a confiança: ele tem dentro de si a certeza de que Deus ouve todas as orações e que, devido ao Seu amor, conduz todas as coisas para bem daqueles que O amam (Rm 8,28).

SÍNTESE

A oração é uma resposta do Homem à palavra pronunciada por Deus. Na oração, o crente sente que Deus está presente, ouve e responde. (13.1)

Uma prova importante da oração no Antigo Testamento é dada nos Salmos. Eles contêm adoração a Deus, gratidão, preces e intercessão. (13.1.1)

Jesus Cristo ensinou a orar como uma criança que se dirige a Deus com "Pai" e a orar «em espírito e em verdade». A oração do "Pai-Nosso" é o exemplo dado para a oração dos cristãos. (13.1.2)

Os Evangelhos dão testemunho de como era rica a vida de oração de Jesus. Em João 17 encontra-se registada a oração sacerdotal de Jesus, na qual Jesus Cristo fez uma oração de intercessão pelos apóstolos e a Igreja. (13.1.3)

Os primeiros cristãos sempre oraram juntos, desde o princípio. (13.1.4)

Para além da oração comunitária no serviço divino, os cristãos novos-apostólicos também dão importância a uma vida de oração pessoal. (13.1.5)

O conteúdo da oração deve consistir em adoração, agradecimento, prece e intercessão por outros. O pedido mais importante refere-se à revinda iminente de Cristo e ao alcançar da dignidade necessária. (13.1.5)

13.2 Espírito de sacrifício

O termo "espírito de sacrifício" designa a predisposição interior de um indivíduo de empregar as suas forças e os seus dons para o bem de terceiros, prescindindo, por completo ou em parte, dos seus próprios interesses.

O termo "sacrifício" tem várias vertentes. De uma forma genérica, o termo "sacrifício" denomina as dádivas ofertadas a um ser superior, bem como os atos de pessoas que se dedicam a servir terceiros. No domínio religioso, as somas de dinheiro doadas para fins religiosos são "oferendas" ou "sacrifícios".

O sacrifício que se faz expressa-se na veneração a Deus, na gratidão, na dedicação e na devoção.

13.2.1 Da prática do sacrifício veterotestamentário até à entrega da vida a Deus

Em praticamente todas as religiões da antiguidade, nomeadamente em Israel, o sacrifício e o serviço sacrificial tinham um papel importante. O sacrifício

destinava-se a atrair a benevolência da divindade, afastar castigos, alcançar a reconciliação. Os sacrifícios eram feitos das mais diversas formas.

Os primeiros sacrifícios mencionados na Bíblia são os dos filhos de Adão e Eva: Caim oferenda os frutos da terra, Abel sacrifica animais do seu rebanho (Gn 4,3.4). Deus vê os dois ofertantes e as suas ofertas: a oferta de Abel, um sacrifício feito com fé, Ele aceita misericordiosamente, mas rejeita Caim e a sua oferta (Heb 11,4 e Gn 4,4.5). Ou seja, não é qualquer sacrifício que agrada a Deus. O que define se Ele aceita um sacrifício é a índole daquele que o faz.

A lei mosaica ordenava um serviço sacrificial complexo e muito ritualizado. Incluía holocaustos, ofertas de manjares, sacrifícios de paz ou das graças, o sacrifício pelos erros dos sacerdotes e o sacrifício pelo sacrilégio (Lv 1-7). Para além dos sacrifícios de manhã e à noite, os sacerdotes ainda davam outras ofertas pelo povo, em determinados dias ao longo do ano. Essas ofertas serviam para expiar os pecados do povo de Israel. E também havia sacrifícios que o indivíduo fazia por sua própria iniciativa e que tinham propósitos distintos, por exemplo pelos pecados inconscientes (Lv 4ss) ou pelas imundícies do corpo (Lv 15,14ss).

Todo o serviço sacrificial veterotestamentário, definido segundo a vontade de Deus, perdeu para sempre a sua importância a partir do momento do sacrifício de Cristo (Heb 8-10,18).

Na Nova Aliança, o sacrifício ganha outra dimensão. O apóstolo Paulo exorta aos cristãos: «[...] que apresenteis os vossos corpos em sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional» (Rm 12,1). Significa que a vida deve ser orientada segundo as indicações do Evangelho: um cristão entrega-se a Deus com tudo o que tem e com tudo o que é.

13.2.2 Jesus Cristo – um espírito de sacrifício exemplar

O conceito de sacrifício apresentado em Romanos 12,1 deve ser visto no sentido de que Jesus Cristo ofereceu o Seu corpo, isto é, a Si próprio, por amor aos homens, enquanto dádiva e sacrifício (Ef 5,2; Heb 10,10). O crente vê o

sacrifício de Jesus como algo sagrado e incomparável. Ele sabe, com certeza, que só o sacrifício de Cristo tem um efeito redentor.

Embora não exista nenhum outro sacrifício comparável com o do Senhor, a Sua predisposição para o sacrifício é um exemplo que incentiva a seguir.

Ainda antes do Seu sofrimento e da Sua morte, essa Sua predisposição para o sacrifício manifestara-se no servilismo de Cristo (Fl 2,6-8). O Seu amor dedicado fez-se notar no simples facto de Ele sair da glória do Pai, desfazendo-se da Sua imagem divina, e vir à terra adotando uma natureza humana. É esta Sua índole que o apóstolo Paulo define como linha de orientação para o comportamento de qualquer cristão: «Nada façais por contenda ou por vanglória, mas por humildade; cada um considere os outros superiores a si mesmo. Não atente cada um para o que é propriamente seu, mas cada qual, também, para o que é dos outros» (Fl 2,3.4). Isso requer uma predisposição para o sacrifício, que também se deve expressar na vida comunitária.

13.2.3 Espírito de sacrifício movido pela fé, pela gratidão e pelo amor

Um sacrifício no sentido cristão não pode ser feito por obrigação, nem tão pouco deve ser feito na expectativa de receber qualquer retribuição: tem de ser voluntário, por fé, por gratidão e por amor. Ao fazer sacrifícios com este tipo de índole, o sacrifício, mesmo que exija um grande esforço, muitas vezes já nem vai ser considerado um sacrifício. Assim sendo, muitas das vezes, os crentes nem têm a sensação de estarem a sacrificar-se, mas antes consideram um privilégio poderem contribuir com os seus dons e as suas forças para bem da comunidade e dos seus próximos.

O espírito de sacrifício nasce do amor. Se a predisposição for baseada no amor, cumpre-se a vontade de Deus e age-se no sentido de Jesus.

Quem der algo daquilo que recebeu, sejam bens materiais sejam bens imateriais, pratica um gesto de gratidão e amor. Em Heb 13,16 é feita a exortação:

«E não vos esqueçais da beneficência e comunicação, porque, com tais sacrifícios, Deus se agrada».

Um espírito de sacrifício evidencia-se de múltiplas formas. Uma grande parte da vida comunitária só é possível graças à predisposição para o sacrifício por parte dos membros da comunidade, radicada numa profunda convicção e no amor a Deus e à Sua obra. Um grande número de irmãos e irmãs de fé abdicam de uma parte considerável do seu tempo livre, da sua força e do seu talento, sem qualquer remuneração, para os colocar à disposição de Deus e da comunhão: muitos participam nos grupos de música e de ensino religioso da Igreja, outros assumem serviços de manutenção dos terrenos e edifícios da Igreja, a decoração do altar e outras funções. Salvo raras exceções, os ministros trabalham a título voluntário e sem remuneração. Os serviços divinos, a ministração dos sacramentos, os atos de bênção e serviços fúnebres são realizados gratuitamente. Fazem-se visitas regulares às famílias e aos doentes, dá-se especial dedicação aos idosos, aos portadores de deficiência e às pessoas solitárias. Desta forma, faz-se jus ao duplo mandamento do amor.

Ademais, continua a ter validade a exortação de fazer bem aos irmãos e irmãs de fé que se encontram em aflições (Gl 6,10). E o amor ao próximo também impulsiona a ajudar qualquer pessoa que esteja em situação de aflição (Mt 25,34-46) e a ajudar em situações de catástrofe; o que também pode ser feito através de doações financeiras e materiais. As instituições de caridade que a Igreja gere no âmbito da sua responsabilidade cívica para com a sociedade, e através das quais presta ajuda no mundo inteiro, também se financiam exclusivamente através de contribuições voluntárias.

Para os cristãos novos-apostólicos, manter um espírito de sacrifício é uma questão fundamental. O crente também sente necessidade de expressar a sua gratidão e o amor a Deus com dádivas especiais (sacrifícios), seja em forma de dinheiro ou bens materiais. Uma linha de orientação referente à oferenda é baseada no texto bíblico de Malaquias 3,10, no conceito do "dízimo". Regra geral, as oferendas são colocadas nas caixas de oferendas que são disponibilizadas nos serviços divinos e outros eventos da Igreja ou transferidas para contas bancárias da Igreja. Por ocasião da Ação de Graças, em muitas regiões do mundo também se dá uma oferenda de graças suplementar especial.

Todas as doações monetárias são voluntárias e, regra geral, anónimas. É assim que se torna possível cobrir todas as despesas sem necessidade de impostos religiosos ou contribuições obrigatórias. A oferenda é uma forma de agradecer a Deus e de cada um dar o seu contributo para a edificação e a completação da obra de Deus.

Em todos os tipos de sacrifício, o que importa é a índole com que é feito. Outrora, Jesus observava «os ricos lançarem as suas ofertas na arca do tesouro; E viu, também, uma pobre viúva lançar ali duas pequenas moedas; E disse: Em verdade vos digo que lançou mais do que todos esta pobre viúva; Porque, todos aqueles deitaram, para as ofertas de Deus, do que lhes sobeja, mas esta, da sua pobreza, deitou todo o sustento que tinha» (Lc 21,1-4).

Um sacrifício que os crentes podem fazer, num sentido mais amplo, é dedicarem-se de alma e coração: isso significa empregar todos os dons e faculdades, e depositar toda a confiança em Deus. Em determinadas situações também pode ser um sacrifício colocar a própria vontade debaixo da vontade de Deus. Estes são os sacrifícios espirituais que o apóstolo Pedro exigia (1Pe 2,5). Além disso, também se coloca muito tempo e forças ao serviço de Deus e da Sua obra, renunciando a muitas outras coisas. Resumindo, tudo aquilo que o crente fizer ou deixar de fazer por amor a Deus é um sacrifício.

13.2.4 Sacrifício e bênção

Deus agradece quando se Lhe dão oferendas com a índole certa. Isso também acarreta bênção. «O que semeia pouco, pouco, também, ceifará, e, o que semeia em abundância, em abundância ceifará. Cada um contribua, segundo propôs no seu coração; não com tristeza, ou por necessidade, porque Deus ama ao que dá com alegria. E Deus é poderoso para fazer abundar em vós toda a graça, a fim de que, tendo sempre, em tudo, toda a suficiência, abundeis em toda a boa obra» (2Cor 9,6-8). Estas palavras permitem deduzir que os sacrifícios não acarretam necessariamente sempre a bênção material. A fé permite reconhecer que os sacrifícios que são feitos de coração puro acarreta-

ção bênção, embora essa bênção, muitas vezes, possa ser aparentemente impercetível.

Nos serviços divinos, pede-se em oração que Deus abençoe os que se sacrificam e os sacrifícios que fizeram. Deus dá a Sua bênção pelos sacrifícios materiais, mas também pelo tempo dispensado, pelos dons e talentos que se colocaram à disposição d'Ele e da Sua obra, e pela renúncia a vantagens pessoais por amor a Ele. A bênção de Deus pode ser vivenciada em aspetos terrenos, mas é, sobretudo, algo espiritual. A bênção é encarada como dádiva de bens salvíficos divinos resultantes do mérito de Cristo (Ef 1,3-7).

SÍNTESE

O sacrifício que se faz expressa veneração, gratidão, dedicação e devoção a Deus. (13.2)

O sacrifício de Jesus Cristo não pode ser comparado com outros sacrifícios. No entanto, o espírito de sacrifício de Jesus serve de exemplo a seguir. (13.2.2)

O espírito de sacrifício nasce do amor. (12.2.3)

O crente expressa a sua gratidão e o seu amor a Deus e outros, através de dádivas concretas, sejam meios financeiros ou bens naturais. (13.2.3)

Na vida comunitária, o espírito de sacrifício manifesta-se no facto de os irmãos e irmãs de fé sacrificarem uma parte considerável do seu tempo, da sua força e dos seus talentos, colocando-se ao serviço de Deus e da comunhão sem receberem qualquer tipo de remuneração. (13.2.3)

A bênção ligada ao sacrifício pode ser vivenciada em aspetos terrenos, mas ela é, sobretudo, algo espiritual. (13.2.4)

13.3 Matrimónio e família

O matrimónio é uma forma de comunhão entre homem e mulher que corresponde ao plano de Deus e está sob a Sua bênção, sendo o fundamento da formação de uma família. É baseado num voto de fidelidade que ambos os cônjuges pronunciaram em público e por livre arbítrio. O amor e a fidelidade recíproca são indispensáveis para o matrimónio.

A bênção de Deus é algo imprescindível para o matrimónio e a família.

13.3.1 Matrimónio enquanto instituição divina

O matrimónio monogâmico de homem e mulher é uma instituição divina e não apenas uma invenção humana. O matrimónio polígamo (poliginia) não está em conformidade com a doutrina e a tradição cristãs.

O significado e o valor do matrimónio evidenciam-se no facto de Deus ter ancorado esta instituição expressamente nos dez mandamentos (*vide* 5.3.7).

Deus criou o Homem enquanto macho e fêmea, um feito para o outro. A história da criação contém afirmações importantes a este respeito:

- «E criou Deus o homem à sua imagem: à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou. E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a» (Gn 1,27.28). Ou seja, ambos, homem e mulher foram criados à imagem e semelhança de Deus. Embora diferentes, mas emancipados, ambos estão sob a bênção de Deus e vivem debaixo da palavra do Criador, para se multiplicarem e formarem e preservarem a terra, enquanto quota-parte da criação que lhes foi confiada, em conformidade com a vontade de Deus.
- «E disse o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só: far-lhe-ei uma adjutora que esteja como diante dele» (Gn 2,18). O Homem foi criado para ter comunhão. No seu parceiro conjugal, homem e mulher têm um companheiro que devem ajudar.

«Portanto, deixarão o varão o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos *uma* carne» (Gn 2,24). Ao contraírem o matrimónio, homem e mulher formam uma unidade que visa prevalecer por toda a sua vida.

Jesus também falou sobre o matrimónio. No contexto da pergunta se seria permitido o divórcio, Ele remeteu para as afirmações supra mencionadas, dizendo: «Não tendes lido que aquele que os fez, no princípio, macho e fêmea os fez, [...] Portanto, deixará o homem pai e mãe, e se unirá a sua mulher, e serão dois *numa* só carne? Assim, não são mais dois, mas *uma* só carne. Portanto, o que Deus ajuntou, não o separe o homem» (Mt 19, 4-6).

O apóstolo Paulo remete para a relação entre Cristo e a comunidade, dando-a como exemplo para a relação conjugal. Ele exorta os cônjuges a amarem-se e honrarem-se reciprocamente (Ef 5,21-33).

13.3.2 Matrimónio e bênção matrimonial

As normativas legais referentes ao casamento, ao estado matrimonial e ao divórcio diferem de país para país. Estão sujeitas a mudanças resultantes das alterações constantes que se verificam na sociedade. A Igreja Nova Apostólica defende a proteção do matrimónio e da família.

A receção da bênção matrimonial da Igreja tem grande significado (*vide* 12.2.3.1). A bênção pode ter várias repercussões: aumenta a força para praticar amor e fidelidade a longo prazo; promove a predisposição para servir, ajudar e compreender; contribui para que se consiga perdoar erros e chegar à reconciliação. Mas a bênção recebida só poderá ter repercussões se os cônjuges contribuírem com o respetivo comportamento.

Convém que ambos partilhem a mesma opinião em matéria de fé. A aceitação da palavra e da graça, a oração conjunta e a vivência da sua fé fortalece a aliança matrimonial e fortalece a família. No entanto, o facto de ambos os cônjuges serem cristãos não representa, ainda, nenhuma garantia de uma vida matrimonial harmoniosa.

Para que um matrimónio tenha melhores probabilidades de se tornar harmonioso, todas as questões inerentes a uma vida em comum devem ser escla-

recidas antes do casamento, especialmente quando um dos cônjuges for oriundo de uma cultura, religião ou confissão de fé diferente.

O adultério representa um abuso de confiança grave e é pecado (*vide* 5.3.7.2). O arrependimento e a penitência sinceros, a predisposição para perdoar e a graça de Deus podem permitir que os cônjuges prossigam no seu matrimónio. A Igreja aconselha que se aproveitem todos os meios disponíveis que visem manter e estabilizar o matrimónio.

No caso de se chegar ao divórcio, é preciso ter atenção para evitar quaisquer afirmações ou atos que possam ferir o outro cônjuge. Especialmente quando houver filhos desse matrimónio, o comportamento para com eles deverá ser de maneira a que eles possam continuar a ter respeito e afeto por ambos os pais.

13.3.3 Sexualidade e planeamento familiar no matrimónio

O matrimónio também se destina à preservação da população humana: «E Deus os abençoou [= os primeiros homens], e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos» (Gn 1,28).

A sexualidade matrimonial deve ser caracterizada pelo respeito e pela sensibilidade. Quando é baseada em consenso comum e amor, a sexualidade pode ser um elo de ligação importante que fortalece a comunhão matrimonial e contribui para o bem-estar dos cônjuges.

O planeamento familiar cabe exclusivamente aos cônjuges. No entanto, a Igreja rejeita todos os meios e métodos contraceptivos cujo modo de ação principal consista em matar óvulos já fecundados. Em princípio, a inseminação artificial é aceite. Mas são rejeitadas todas as medidas através das quais, por opção humana, seja destruída uma vida humana.

SÍNTESE

O matrimónio é a comunhão de vida que Deus quer que exista entre um homem e uma mulher. Deus criou o homem e a mulher, um feito para o outro. (13.3; 13.3.1)

A relação entre Cristo e a comunidade é um exemplo para a relação conjugal. (13.3.1)

A Igreja Nova Apostólica defende a proteção do matrimónio e da família. (13.3.2)

A bênção matrimonial na Igreja tem grande significado. Ela pode ter um efeito de fortalecimento do amor e da fidelidade, mas só se os cônjuges contribuírem com o respetivo comportamento. (13.3.2)

O adultério é um abuso de confiança e representa um pecado. No caso do divórcio, devem evitar-se afirmações e atos que possam ferir. (13.3.2)

A sexualidade matrimonial deve ser caracterizada por amor, respeito e sensibilidade. O planeamento familiar cabe exclusivamente aos cônjuges. (13.3.3)

13.3.4 Obrigações dos pais

Dado que os filhos são uma dádiva de Deus, os pais não só têm grande responsabilidade perante os filhos e a sociedade, como, acima de tudo, perante Deus. A mãe e o pai são os responsáveis principais pela educação dos filhos. Só conseguem fazer jus a essa responsabilidade se atuarem com amor e sabedoria.

As crianças necessitam de segurança e dedicação carinhosa. Os pais educam os seus filhos juntos na fé para que aprendam a orientar-se por valores morais. Isso requer uma porção considerável de tempo. Sempre que necessário, os próprios interesses têm de ficar para trás, para bem dos filhos.

No cumprimento da sua missão educadora, os pais devem estar conscientes de que exercem uma função importante de servir de exemplo para os seus filhos, nomeadamente através do seu próprio comportamento, da sua forma de convívio matrimonial.

Pais dedicados utilizarão todos os seus meios disponíveis para promover o desenvolvimento escolar e profissional dos seus filhos, para assim os preparar para a vida futura.

Os pais têm a obrigação de educar e fortalecer os seus filhos na fé e no respeito por Deus. Isso inclui familiarizar os filhos com a palavra e a vontade de Deus (Dt 6,6.7), orar com eles, frequentar com eles os serviços divinos e permitir que participem nas diversas formas de ensino religioso. Assim se criam os fundamentos necessários para que, mais tarde, as crianças possam levar uma vida cristã ativa e se preparem para a revinda de Cristo.

13.3.5 Obrigações dos filhos

As obrigações dos filhos para com os seus pais têm o seu fundamento no quarto mandamento (*vide* 5.3.5): devem respeitar e honrar os pais devidamente. Isso expressa-se no seu comportamento, que deve refletir gratidão, amor, confiança e obediência. Os pais também continuam a merecer dedicação depois de os filhos saírem de casa dos pais.

Se houver vários filhos na família, todos devem conviver fraternalmente, contribuindo, assim, para uma vida harmoniosa em família.

SÍNTESE

Dado que os filhos são uma dádiva de Deus, os pais têm grande responsabilidade perante os filhos e a sociedade e, acima de tudo, perante Deus. (13.3.4)

A função dos pais consiste em educar os seus filhos na fé e no temor a Deus, criando, assim, os fundamentos necessários para que as crianças possam viver como cristãos convictos e se preparem para a revinda de Cristo. (13.3.4)

As obrigações dos filhos para com os seus pais têm o seu fundamento no quarto mandamento. (13.3.5)

13.4 Cumprimento das obrigações profissionais e sociais

As relações religiosas, sociais e profissionais, que fazem parte do contexto de vida do Homem, resultam das diversas funções que têm de ser cumpridas. Para o cristão, o ponto de partida para o cumprimento destas obrigações é a fé em Deus, que cria ordem, oferece fundamento e amparo. A imposição de obrigações e a exigência do seu cumprimento são características essenciais da lei mosaica. Na Nova Aliança, o Homem também não está livre de obrigações. O seu cumprimento é visto como forma de expressar a fé no Evangelho.

A orientação necessária para o cumprimento das obrigações é dada através dos dez mandamentos. O quarto mandamento, por exemplo, reflete a responsabilidade dos pais pelos seus filhos, bem como o respeito e a gratidão dos filhos para com os seus pais. No fundo, a questão passa por respeitar e aceitar as diversas autoridades, incluindo a divina. O terceiro mandamento também contém indicações sobre o comportamento na vida quotidiana.

Este mandamento expressa que se deve santificar o feriado. O texto bíblico ainda acrescenta mais esta indicação: «Seis dias trabalharás, e farás toda a tua obra» (Ex 20,9). Ou seja, cada qual tem a obrigação de empregar as suas forças para o seu próprio bem e para bem da sua família, e também para bem do Estado e da sociedade (Gn 2,15; 3,17). Deus quer oferecer aos seres humanos o pão de cada dia, mas é preciso que eles também façam algo para o obter. O cristão sente-se responsável por cumprir com zelo os deveres que tem na sua vida quotidiana.

Mas o cumprimento dos deveres está sujeito a certos limites. Não se pode tornar numa obsessão de querer fazer carreira a todo o custo, desrespeitando o próprio bem-estar ou o bem-estar do ambiente em que se está inserido.

O apóstolo Paulo sublinha o dever de os crentes cumprirem as regulamentações das autoridades governamentais (Rm 13,1ss). Mas, acima de tudo, pre-

valece sempre a regra fundamental: «Mais importa obedecer a Deus do que aos homens» (Act 5,29). Paulo acrescenta que cada um é corresponsável pelo bem-estar geral (Rm 13,7).

13.5 A Igreja Nova Apostólica enquanto parte da sociedade

Na Igreja Nova Apostólica é proclamado o Evangelho de Cristo. Isso inclui a exortação dos crentes ao seguimento de Jesus, ao seguimento do Seu exemplo, e ao amor a Deus de todo o coração e ao próximo como a eles mesmos (Mc 12,30.31). Para os membros, significa lidar com todas as pessoas, independentemente da sua origem social, da sua idade, da sua língua materna e de outras eventuais diferenças, sempre com respeito e tolerância.

Na medida das possibilidades, e dentro dos parâmetros da sua missão, a Igreja enquanto instituição ajuda a promover o bem-estar coletivo, o que faz dela parte integrante da sociedade.

A Igreja Nova Apostólica promove a paz no mundo, exorta à reconciliação e apela à prática do perdão. Rejeita qualquer tipo ou forma de violência.

Os cristãos novos-apostólicos participam na vida pública. A Igreja não exerce qualquer influência sobre as opiniões e atividades políticas dos seus membros.

13.5.1 Posição relativamente ao Estado

A Igreja Nova Apostólica dá valor à manutenção de relações francas e construtivas com governos, entidades públicas e outras denominações religiosas. Ela é politicamente neutra. Os seus atos regem-se pelas leis do respetivo país, tendo em conta o que está referido em Romanos 13,1: «Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores; porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades que há foram ordenadas por Deus» (cf. Tt 3,1 e 1Pe 2,13). No entanto, isso não significa que todas as regulamentações ordenadas pelas "potestades" também sejam de Deus, pois elas podem muito bem

falhar no exercício da sua função, podem até mesmo desrespeitá-la por completo. A autoridade estatal também se deve deixar medir pelos mandamentos divinos.

A Igreja cumpre todas as suas responsabilidades emergentes das leis e das regulamentações do país em que se encontra. De igual forma, espera que ela própria seja respeitada e reconhecida na sua posição.

Dos seus membros, a Igreja espera que cumpram as leis e os seus deveres enquanto cidadãos do país em que vivem, desde que não sejam contrárias aos mandamentos divinos. O conteúdo do texto bíblico em Actos 4, sobre Pedro e João, pode servir de linha de orientação neste contexto. Quando lhes foi proibido ensinar em nome de Jesus, eles deram maior importância à obrigatoriedade da obediência a Deus do que à obediência ao poder governamental: «Julgai vós se é justo, diante de Deus, ouvir-vos antes a vós do que a Deus» (Act 4,18.19). Mais tarde, perante o sínédrio, eles justificaram-se com as palavras de Actos: «Mais importa obedecer a Deus do que aos homens» (Act 5,29). Isso mostra que um cristão deve subjugar-se sempre à autoridade estatal, mas essa autoridade estatal, por sua vez, está subordinada às leis divinas. Esta postura reflete-se na redação do décimo artigo de fé: «Creio que tenho o dever de obedecer às autoridades públicas, desde que não haja leis divinas contrárias a isso.» Portanto, é possível que haja uma certa tensão entre as leis terrenas e as leis divinas. Cada qual terá de decidir, à sua responsabilidade pessoal, se pretende opor-se a uma regulamentação vigente por ser contrária à sua convicção na fé, por transgredir leis divinas. As "regulamentações vigentes" designam todo o tipo de ordens decretadas por instâncias superiores.

13.5.2 Relação com outras religiões e denominações religiosas

A Igreja Nova Apostólica e os seus membros respeitam a prática religiosa de outras pessoas e abstêm-se de quaisquer expressões depreciativas sobre crenças de outra religião, outras crenças ou outras denominações religiosas. Tentam sempre manter relações boas e pacíficas com base no respeito mútuo. A Igreja rejeita qualquer tipo de fanatismo religioso.

A relação da Igreja Nova Apostólica com outras religiões cristãs é aberta, preservando a tolerância recíproca, e dando relevo aos pontos em comum da fé cristã (*vide* 6.5).

13.5.3 Empenho social

A Igreja Nova Apostólica está vinculada ao Evangelho e aos mandamentos da ética cristã. Considera ter como função, entre outras, "praticar o amor ao próximo", sendo o próximo qualquer ser humano, independentemente do sexo, idade, etnia, nacionalidade ou religião. Na medida do possível, dá ajuda às pessoas que se encontrem em situações de vida difíceis. Este trabalho é suportado pelas participações voluntárias e não remuneradas de muitos ajudantes nas comunidades, mas também por ajudas materiais por doação.

Dentro das suas possibilidades, a Igreja planeia, promove e apoia projetos, instituições e ações beneficentes, caritativas e de beneficência em geral, por vezes também em cooperação com organizações humanitárias.

SÍNTESE

A orientação necessária para o cumprimento das obrigações a nível profissional e social é dada através dos dez mandamentos. (13.4)

Os crentes têm a obrigação de respeitar as regulamentações das autoridades estatais. No entanto, acima de tudo está sempre a palavra fundamental tirada de Actos 5,29: «Mais importa obedecer a Deus do que aos homens.» (13.4)

Na medida do possível e no âmbito da sua missão, a Igreja enquanto instituição ajuda a fomentar o bem-estar social. (13.5)

A Igreja Nova Apostólica é politicamente neutra. (13.5.1)

As práticas religiosas de outras pessoas devem ser respeitadas. A Igreja rejeita qualquer tipo de fanatismo religioso. (13.5.2)

A Igreja está vinculada ao Evangelho e aos mandamentos da ética cristã. Na medida do possível, também apoia projetos beneficentes, caritativos e de beneficência em geral, por vezes também em cooperação com organizações humanitárias. (13.5.3)

Anexo

Credo dos Apóstolos	481
Credo Niceno-Constantinopolitano	481
Profissão de fé nova-apostólica	482
Os Dez Mandamentos	484
A oração do "Pai Nosso"	485
Glossário	487
Índice das citações bíblicas	497
Índice remissivo	517
Índice das abreviaturas	527
Livros bíblicos	527
Outras abreviaturas utilizadas	528
Observações referentes à redação dos textos	529

Credo dos Apóstolos

«Creio em Deus Pai, Todo-Poderoso, Criador do céu e da terra e em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor, que foi concebido pelo poder do Espírito Santo, nasceu da virgem Maria; padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; desceu à mansão dos mortos; ressuscitou ao terceiro dia; subiu aos Céus; está sentado à direita de Deus Pai Todo-Poderoso, de onde há-de vir a julgar os vivos e os mortos. Creio no Espírito Santo, na Santa Igreja católica [= universal, geral], na comunhão dos santos, na remissão dos pecados, na ressurreição da carne, na vida eterna. Ámen.»

Credo Niceno-Constantinopolitano

«Creio em um só Deus, Pai Todo-Poderoso, Criador do Céu e da Terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis. Creio em um só Senhor, Jesus Cristo, Filho Unigénito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos: Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro; gerado, não criado, consubstancial ao Pai. Por Ele todas as coisas foram feitas. E por nós, homens, e para nossa salvação desceu dos Céus. E encarnou pelo Espírito Santo, no seio da Virgem Maria. E se fez homem. Também por nós foi crucificado sob Pôncio Pilatos; padeceu e foi sepultado. Ressuscitou ao terceiro dia, conforme as Escrituras; e subiu aos Céus, onde está sentado à direita do Pai. De novo há-de vir em sua glória para julgar os vivos e os mortos; e o seu Reino não terá fim. Creio no Espírito Santo, Senhor que dá a vida, e procede do Pai e do Filho, e com o Pai e o Filho é adorado e glorificado: Ele que falou pelos Profetas. Creio na Igreja una, santa, católica [= universal, geral] e apostólica. Professo um só baptismo para a remissão dos pecados. E espero a ressurreição dos mortos e a vida do mundo que há-de vir. Ámen.»

Profissão de fé nova-apostólica

O primeiro artigo de fé:

Creio em Deus, o Pai, o Todo-Poderoso, o Criador do céu e da terra.

O segundo artigo de fé:

Creio em Jesus Cristo, unigénito Filho de Deus, nosso Senhor, o qual foi concebido pelo Espírito Santo, e nasceu da virgem Maria; padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; entrou no reino da morte; ressuscitou dos mortos ao terceiro dia, subiu aos céus; e está sentado à direita de Deus, Pai todo-poderoso, de onde virá.

O terceiro artigo de fé:

Creio no Espírito Santo, na Igreja una, santa, universal e apostólica, na comunhão dos santos, na remissão dos pecados, na ressurreição dos mortos e na vida eterna.

O quarto artigo de fé:

Creio que o Senhor Jesus rege a Sua Igreja e que para tal enviou os Seus apóstolos, e que continua a enviá-los até à Sua revinda, dando-lhes a missão de ensinar, e de, em Seu nome, perdoar pecados e batizar com água e Espírito Santo.

O quinto artigo de fé:

Creio que aqueles que são designados por Deus para exercerem um ministério apenas são ordenados por apóstolos, e que a autoridade, a bênção e a santificação necessárias para exercerem o seu ministério lhes advêm do apostolado.

O sexto artigo de fé:

Creio que o Santo Batismo com água é o primeiro passo para a renovação do homem no Espírito Santo, e que, assim, o batizado é admitido na comunhão dos que creem em Jesus Cristo e que O confessam como seu Senhor.

O sétimo artigo de fé:

Creio que a Santa Ceia foi instituída pelo próprio Senhor, em memória do sacrifício de Cristo, feito uma vez e plenamente válido, do Seu amargo sofrimento e da Sua morte. A participação digna na Santa Ceia garante-nos a comunhão de vida com Cristo Jesus, nosso Senhor. É celebrada com pão ázimo e vinho; ambos têm de ser consagrados e administrados por um ministro autorizado pelo apóstolo.

O oitavo artigo de fé:

Creio que os batizados com água têm de receber o dom do Espírito Santo de um apóstolo para obterem a filiação divina e os pré-requisitos para alcançar a primogenitura.

O nono artigo de fé:

Creio que o Senhor Jesus há-de regressar, tão certo como subiu ao céu, e que levará consigo as primícias dos mortos e vivos, que esperaram a Sua vinda e foram preparados, que depois das bodas no céu voltará à terra com estas, para edificar o Seu reino de paz, e que regerão com Ele como sacerdócio real. Após conclusão do reino de paz, realizará o Juízo Final. Então, Deus criará um novo céu e uma nova terra e habitará com o Seu povo.

O décimo artigo de fé:

Creio que tenho o dever de obedecer às autoridades públicas, desde que não haja leis divinas contrárias a isso.

Os Dez Mandamentos

(cf. Ex 20;2-17; Dt 5,6-21)

Primeiro mandamento

Eu sou o Senhor, teu Deus. Não terás outro Deus além de mim.

Segundo mandamento

Não invocarás o santo nome de Deus em vão.

Terceiro mandamento

Santificarás o dia do Senhor.

Quarto mandamento

Honrarás pai e mãe para que se prolonguem os teus dias na terra.

Quinto mandamento

Não matarás.

Sexto mandamento

Não adulterarás.

Sétimo mandamento

Não furtarás.

Oitavo mandamento

Não levantarás falsos testemunhos.

O nono mandamento e o décimo mandamento

Não cobiçarás a mulher do teu próximo.

Não cobiçarás as coisas alheias.

A oração do "Pai Nosso"

(segundo o Evangelho de S. Mateus 6,9-13)

«Pai nosso, que estás nos céus,
santificado seja o teu nome;
venha o teu reino,
seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu;
o pão nosso de cada dia nos dá hoje;
e perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores;
e não nos induzas à tentação; mas livra-nos do mal; porque teu é o reino, e o poder, e a glória para sempre. Ámen.»

Glossário

Termo	Explicação
Aba	Vem do aramaico, uma forma de alocução familiar para "Pai"
Absolvição	Do latim: "absolvere" = "desprender", "absolutio" = "absolvição" Absolvição dos pecados / Expressão da remissão dos pecados em nome de Jesus Cristo
Acidência	Do latim: "accidere" = "acontecer" O termo "acidência" tem a sua origem na filosofia grega e designa a forma de apresentação exterior de uma coisa: na Santa Ceia, por ex., o pão e o vinho (a hóstia) são a forma de apresentação exterior dos elementos da Santa Ceia.
Ámen	Do hebraico, na aceção de "Que assim seja!" As orações terminam com "Ámen". Da mesma forma também se concluem, no serviço divino, a proclamação da palavra e as orações, sendo que a comunidade o confirma e sublinha dizendo também "Ámen".
Apócrifos, livros apócrifos	Do grego: "apokryphos" = "oculto", "escuro" Os "livros secretos" Designação para os livros da Bíblia que não estão contidos nas escrituras manuais hebraicas, mas em muitas delas em grego e latim. Na Igreja Católica, na Igreja Ortodoxa e na Igreja Nova Apostólica, estas escrituras fazem parte do cânone veterotestamentário, enquanto nas Igrejas protestantes não são considerados canónicos.
Apostolicidade	Derivado do grego: "apostolos" = "o enviado" Uma das quatro características da Igreja (notae ecclesiae) Por um lado, a apostolicidade abrange a doutrina apostólica, por outro, a atuação dos apóstolos.

Termo	Explicação
Apropriação	Do latim: "appropriatio" = "assumir como propriedade", "aspeto principal" Um termo usado no âmbito da doutrina trinitária. Significa que determinados atos (ou obras) devem ser indissolavelmente associados a pessoas divinas. Assim sendo, a Deus, o Pai, fica associada a criação, a Deus, o Filho, a redenção, a Deus, o Espírito Santo, a nova criação e a completação.
Bênção sacerdotal (ou araónica)	"araónica" deriva do nome do primeiro sumo sacerdote "Aarão" Tríplice fórmula de bênção de Nm 6,24-26
Cânone, canónico (adj.)	Do grego: "kanon", no latim "canon" = "referencial", "linha de orientação" Na teologia, é a designação dada às escrituras do Antigo e Novo Testamento. Elas são elementares para a fé cristã.
Cartas pastorais	Do latim: "pastor" = "pastor, assistente pastoral" São as epístolas dirigidas a Timóteo e Tito que abordam questões do âmbito da assistência espiritual e perguntas referentes à direção de uma comunidade.
Concílio	Do latim: "concilium" = "assembleia" Uma assembleia de altos dignitários eclesiais com a finalidade de debater questões teológicas importantes.
Concílios ecuménicos ou Concílios	Regra geral, os "concílios ecuménicos" (do grego: "oikoumene" = "todo o [mundo] habitado") designam as sete assembleias de bispos realizadas no período de 325 até 787 d.C.: por ex., o primeiro Concílio de Niceia (325), o primeiro Concílio de Constantinopla (381) e o Concílio de Calcedónia (451).
Concupiscência	Do latim: "concupiscere" = "desejar vivamente", "cobiçar", "ansiar" Termo teológico, que designa a tendência do ser humano para pecar.
Confissão	Do latim: "confessio" = "profissão" Profissão de fé, afiliação a uma Igreja (originalmente, apenas em relação a comunhões cristãs)

Termo	Explicação
Consagração	Do latim: "consecrare" = "consagrar", "santificar" Na sua aceção de "consagração", o termo é usado para a santificação do pão e do vinho para a Santa Ceia.
Constitutivo (adj.)	Do latim: "constituere" = "determinar", "fundamentar" Indispensável, fundamental, com poder de constituir
Consubstanciação	Do latim: "consubstantialis" = "da mesma natureza" Doutrina que defende que no ato da consagração da Santa Ceia, as substâncias pão e vinho se unem às substâncias corpo e sangue de Cristo.
Demónio	Do grego: "daimon" = "espírito", "divindade, destino" Na antiguidade, considerava-se ser uma força sobrenatural ininteligível para o Homem. No Novo Testamento, são designados "demónios" os espíritos antidivinos e "impuros", que causam, entre outras, doenças espirituais. Hoje em dia, o termo "demónio" designa algo mau, assustador ("demoníaco").
Denominação	Do latim: "denominatio" = "identificação", "designação" Designação neutra para uma denominação religiosa
Deuteronómio	De origem grega: "segunda lei" Designação para o quinto livro de Moisés que repete os dez mandamentos do segundo livro de Moisés (Êxodo) e outras regras.
Didaqué	Do grego: "didache" = "doutrina", "instrução", "ensino" Título de uma escritura editada por volta de 100 d.C., na Síria, que contém as mais antigas regras de uma comunidade cristã.
Dormir da alma	Advém da imaginação de que as almas dos falecidos estariam a dormir até à sua ressurreição e não estariam conscientes.
Doxologia	Do grego: "doxa" = "honra" e "logos" = "verbo", "discurso" Glorificação de Deus As palavras finais do "Pai Nosso", "Porque teu é o reino ...", por exemplo, são designadas "doxologia".

Termo	Explicação
Elemento	Na aceção teológica, é uma parte integrante da Santa Ceia; os elementos da Santa Ceia são o pão e o vinho.
Escatologia, escatológico (adj.)	Do grego: "eschatos" = "último" (local e temporal) e "logos" que aqui significa: = "doutrina" Em termos mais concretos: o estudo sobre os últimos acontecimentos. Tanto se refere ao futuro de cada ser humano enquanto indivíduo (a escatologia pessoal), como também à completção da história do mundo.
Escolástica	Do latim: "scholasticus" = "escolar" Designação genérica para o sistema de ensino ocidental da Idade Média, caracterizando, em particular, a teologia da Idade Média (século XII a XV). Representantes famosos da teologia escolástica foram Anselmo de Cantuária, Alberto Magno, João Duns Escoto, Tomás de Aquino.
Eutanásia	Do grego: "eu" = "bom", "thanatos" = "morte" Morte assistida (por médicos) Na interpretação linguística atual, designa, acima de tudo, a prática de pôr termo ou encurtar a vida de um ser humano.
Evangelhos sinópticos	Do grego: "synopsis" = "vista conjunta" Os Evangelhos segundo S. Mateus, S. Marcos e S. Lucas são designados de "sinópticos". Estes evangelhos têm muitos pontos comuns em termos de estrutura e conteúdo.
Exílio	Do latim: "exilium" = "expatriação", "local de desterro", "estranheiro" No contexto da história de Israel, principalmente o período do cativeiro babilónico (598 a.C. até 539 a.C.).
Êxodo	Do grego: "exodos", em latim: "exodus" = "saída", "partida" Designação do segundo livro de Moisés, que descreve a saída dos israelitas do Egito. No contexto bíblico, "Êxodo" designa a saída dos israelitas da escravidão dos egípcios.

Termo	Explicação
Fenómeno	Do grego: "phainomenon" = "aquilo que aparece", "o visível" Aquilo que nós, seres humanos, reconhecemos, por ex., o que é perceptível com os sentidos humanos.
Génese	Do grego e do latim: "genesis" = "criação", "origem" Designação do primeiro livro de Moisés, que descreve a origem da criação e o surgimento do povo de Israel.
Hino	Do grego: "hymnos" = "canto de louvor" Louvor solene Vide, por ex., o Hino Cristológico contido na Epístola aos Colossenses (Cl 1,15-20)
Hipóstase	Do grego: "hypostasis" = "fundamento", "essência do ser" Dentro da trindade, "hipóstase" designa o Ser de Deus, o Pai, o Ser de Deus, o Filho, e o Ser de Deus, o Espírito Santo. "Hipóstase" também é traduzido com "pessoa", razão pela qual também se fala do Deus uno em três pessoas.
Iluminismo	Designação de uma época (principalmente no século XVIII) durante a qual, a partir da Europa, foi dada a máxima prioridade à racionalidade. Esse movimento foi acompanhado por uma desvalorização das religiões de manifestação divina que favoreceu uma "fé racional".
Inspiração, inspirar (verbo)	Do latim: "inspiratio" = "ideia ou pensamento súbito", "insuflação divina" Inspiração divina: a comunicação súbita de Deus com o Homem através do Seu Espírito. A Escritura Sagrada foi inspirada pelo Espírito Santo.
Levítico	Do latim: "leviticus" = "pertencente aos levitas" Designação para o terceiro livro de Moisés, que contém as determinações para o culto e o serviço sacrificial veterotestamentários. Estas determinações destinavam-se aos sacerdotes e aos levitas, ambos pertencentes à tribo de Levi.

Termo	Explicação
Logias	Do grego: "logia" = "palavras" "Palavras do Senhor" Este termo específico designa coletâneas nas quais se encontram compiladas as palavras de Jesus Cristo. Estas logias encontram-se no Evangelho segundo S. Mateus e no Evangelho segundo S. Lucas.
Logos	Do grego: "logos" = "verbo" Segundo o prólogo de João «No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus» (Jo 1,1), o "logos" é a manifestação de Deus no Seu Filho Jesus Cristo. Ou seja, Cristo é o verbo; Ele próprio é, na Sua pessoa, a palavra eterna de Deus.
Magnificat	Do latim: "magnificare" = "enaltecer", "louvar" Designação do canto de louvor a Maria contido em Lc 1,46-55, correspondente ao início deste texto bíblico na tradução da Bíblia em latim: "Magnificat anima mea Dominum" ("A minha alma enaltece o Senhor")
Manifestação	Do latim: "manifestatio" = "revelação", "tornar visível", também é usado na aceção de "publicação, proclamação"
Messianidade	O "ser Messias" de Jesus de Nazaré – Ele é o Redentor enviado por Deus
Metáfora	Do grego: "metaphorein" = "transferir", "transportar" Uma figura de estilo que exemplifica um determinado facto com base numa imagem. Por ex., «Ora vós sois o corpo de Cristo, e seus membros em particular» (1Cor 12,27).
Mistério	Do grego: "mysterion" = "segredo", ao qual só os iniciados têm acesso. Designa uma realidade que se manifestou mas que o intelecto humano não consegue abranger.

Termo	Explicação
Mística	Do grego: "mystikos" = "misterioso" Místicos cristãos tentaram alcançar uma forma de vivência religiosa que consistia em abranger o que era divino através do aprofundamento espiritual em si próprios, nas profundezas do seu coração, tendo como objetivo final a união da alma com Deus.
Monoteísmo	Do grego: "monos" = "único", "theos" = "Deus" A crença num único Deus, sendo o oposto o politeísmo (crença em muitos deuses)
Números	Do latim: "numerus" = "algarismo", "quantidade" Designação do quarto livro de Moisés, no qual são dadas indicações numéricas referentes a determinadas tribos e famílias do povo de Israel.
Ökumenischer Rat der Kirchen (ÖRK = Conselho Ecuménico das Igrejas)	A maior associação mundial de Igrejas cristãs, fundada em 1948 em Amsterdão, com sede em Genebra. Atualmente, conta com cerca de 340 membros, sendo estas Igrejas de tradição ortodoxa, anglicana, reformista e independente, mas a Igreja Católica Romana não está associada.
Paracleto	Do grego: "parakletos" = "aquele que é chamado para ajudar" É assim que se designa o Espírito Santo no Evangelho segundo S. João (Jo 14,16.26; 15,26). Ele é sustentador, advogado, ajudante, consolador.
Pietismo	Do latim: "pietas" = "piedade", "devoção", "religiosidade" Movimento revivalista na época do protestantismo europeu, iniciado no século XVII, que dava ênfase à fidelidade à Bíblia e propagava uma conduta de vida caracterizada por verdadeira devoção, comunhão entre os crentes e desenvolvimento de "frutos da fé".
Pré-existência do Filho de Deus	Do latim: "prae" = "antes", "existentia" = "existência" A existência do Filho de Deus desde toda a eternidade, ou seja, antes de toda a criação e antes da Sua encarnação.
Presença real	Do latim médio: "realis" = "verdadeiro", "praesentia" = "presença" A verdadeira presença do corpo e sangue de Jesus Cristo na Santa Ceia (o contrário da "presença espiritual", a presença em espírito).

Termo	Explicação
Proclamar	Do latim: "proclamare" = "exclamar em voz alta" Anunciar, exortar, comunicar publicamente.
Profanação	Desconsagração de um lugar consagrado a Deus e dedicação a uma utilização genérica, vulgar.
Profano	Do latim: "pro fanum" = "fora do lugar consagrado" Mundano, não pertencente ao serviço divino, não religioso
Querubim	Termo de origem hebraica, plural: os querubins Seres dos quais se imaginava terem asas e pés de animal; na Bíblia, é a designação usada para anjos, por ex., os guardiões à entrada do jardim do Éden (Gn 3,24)
Ritos consagrados	Do latim: "rite" = "em conformidade formal", "cumprindo os ritos" O Santo Batismo com Água é ministrado "com os ritos consagrados" quando é efetuado com água e em nome de Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, isto é, com base na fórmula trinitária.
Secularização, secularizado (adj.)	Do latim: "saeculum" = "época", "século" Este termo multifacetado significa, por exemplo, dispensar votos religiosos, sujeitar tudo às leis civis e, por fim, qualquer tipo de gosto pelas coisas mundanas.
Serviço divino nas sinagogas	Serviço divino do povo judaico no período do cativo babilónico, em cujo fulcro estava a palavra; não se praticava o serviço sacrificial.
Símbolo, simbólico (adj.)	Do grego: "symbolon" = "atar junto", "amarrar" Imagem simbólica, insígnia, identificação.
Sinagoga	Do grego: "(recinto de) assembleia" Local de reunião para o culto religioso das comunidades judaicas desde o período do cativo babilónico.
Sínodo	Do grego: "synodos" = "reunião" Reunião de um grémio eclesiástico com poderes de decisão (nas Igrejas reformistas, em vez do "concílio").

Termo	Explicação
Substância	Do latim: "substantia" = "ser", "consistência", "prevalência" No contexto da Santa Ceia, o termo tanto é usado para pão e vinho como para corpo e sangue de Jesus. Ou seja, é uma designação <i>do que é feito</i> uma determinada coisa (por ex., o elemento de Santa Ceia "pão" <i>é feito de</i> farinha).
Sucessão	Do latim: "successio" = "sucessão, sucessão hereditária" Nesta aceção, sucessão significa a sequência histórica legítima do poder e da missão e a respetiva transferência aos herdeiros.
Transubstanciação	Do latim: "trans" = "sobre", "trans-", "substantia" = "natureza", "composição" "Transformação da natureza" Segundo a doutrina católica-romana: transformação das substâncias da Santa Ceia, pão e vinho, no verdadeiro corpo e no verdadeiro sangue de Jesus Cristo.
Trindade, trinitário (adj.)	Do latim: "trinitas" = "qualidade de serem três" Trindade, trino O dogma trinitário do Deus único em três "pessoas" (hipóstases), o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Estas "pessoas" formam todas juntas o Deus único, são indivisíveis e eternamente correlacionadas.
Visão de vocação	A visão no contexto de uma vocação divina, por ex., a de Isaías, quando ele é nomeado profeta (Is 6,1-8)
Visão mitológica	Do grego: "mythos" = "lenda", "narração" "Mitologia" designa a totalidade dos mitos (histórias de deuses e do além inventadas) de uma determinada cultura. As diversas histórias chamam-se "mitos". O mito é uma narração de realidades extratemporais, ininteligíveis para o intelecto humano, sob a forma de uma história.

Índice das citações bíblicas

Gênesis (Gn)

<i>1,1</i>	95	<i>3,8-10</i>	172
<i>1,1-31</i>	89, 167	<i>3,12</i>	172
<i>1,2</i>	89, 153, 157	<i>3,15</i>	104, 111, 256
<i>1,2-30</i>	101	<i>3,16-19</i>	103, 172
<i>1,26</i>	63, 89, 96, 157	<i>3,17</i>	473
<i>1,26.27</i>	101	<i>3,17.18</i>	180
<i>1,26ss</i>	167	<i>3,19</i>	353, 433
<i>1,27.28</i>	468	<i>3,21</i>	172
<i>1,28</i>	176, 470	<i>3,23.24</i>	171, 320
<i>1,28-30</i>	180, 193	<i>3,24</i>	99
<i>1,31</i>	87, 100, 180	<i>4,3.4</i>	463
<i>2,1-4</i>	89	<i>4,4.5</i>	463
<i>2,2.3</i>	229	<i>4,6-8</i>	171
<i>2,7</i>	101, 156	<i>4,10</i>	182
<i>2,7.8.19</i>	95	<i>4,15</i>	172
<i>2,15</i>	473	<i>4,26</i>	455
<i>2,16.17</i>	102, 167, 170	<i>6,1-8</i>	188
<i>2,17</i>	171	<i>6,5-7.17</i>	171
<i>2,18</i>	468	<i>8,22</i>	100, 193
<i>2,24</i>	469	<i>9,1.11</i>	193
<i>3,1</i>	370	<i>9,1-3</i>	239
<i>3,1-7</i>	167	<i>11,1-8</i>	171
<i>3,4.5</i>	169	<i>12,1-4</i>	50
<i>3,5</i>	171	<i>12,2.3</i>	194
<i>3,6</i>	170, 250	<i>12,3</i>	188
<i>3,7-10</i>	103	<i>14,17-20</i>	111
		<i>14,18.19</i>	285

Gênesis (Gn)

14,18-20	327
16,7-11.13	89
22,1-18	412
28,13-15	188
28,19	396

Êxodo (Ex)

3,2-5	89
3,5	84
3,6	35
3,14	82, 86, 225
4,22.23	95
12,46	139
13,21.22	35
15,26	126
16,4-30	229
16,4-36	327
19,6	286
20,2-17	218ss.
20,3	82
20,4.5	224
20,8	396
20,8-11	229
20,9	473
20,12-17	212
20,17	250
20,20	182
20,24ss	396
21,12-14	237
21,16	244

21,28-30	184
21,32	133
21,37*	245
22,3.6.8*	245
25,30	331
31,3	157
34,28	216

Levítico (Lv)

13-15	317
15,14ss	463
19,2	84
19,11	248
19,18	202, 211
19,22	416
19,33.34	211
25,39ss	184

Números (Nm)

5,6.7	418
6,22-27	396
6,24-26	89, 426
11,25-29	157
20,23.24	354
21,7	456
21,8.9	224
27,12.13	354
28,9.10	229
35,6-34	237
35,30	247

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

Deuterónimo (Dt)

4,13	217
5,2.3	217
5,6-21	218ss.
5,15	229
5,16	233
5,21	250
5,22	216
6,4	82
6,4.5	222
6,4-7	57
6,5	202, 211
6,6.7	435, 472
6,6-9	217
6,13	228
6,25	196
7,6-8	188, 261
7,7.8	209
7,7-16	217
10,4	216
10,20	228
11,18.19	435
11,26-28	193, 197
18,10.11	99, 355
18,15	285
18,18	120
19,18.19	247
23,22	182
26,5-9	57
28,3-6	193
30,14	174
32,3	224
32,3.4	456

32,4	86

32,6	50, 95

Josué (Js)

24,23	57

Juízes (Jz)

3,10	89, 157
6,11-16	89
6,34	157
11,29	157
13,25	157

1º de Samuel (1Sm)

1,15	456
2,1-10	456
10,6	158
16,12.13	344
16,13	89, 153, 158
16,14	158
28	99

2º de Samuel (2Sm)

11	251

1º dos Reis (1Rs)

8,13	162
21	247

2º dos Reis (2Rs)

5,1-14	317

1º das Crônicas (1Cr)	90,2 85
25,6 396	95,6 456
Tobite* (Tb)	103,8 86
8,4.5* 241	103,20 98
10,14* 234	104,24* 96
12,15* 99	106,1 456
12,15.18* 98	110,4 286
2º dos Macabeus* (2Mac)	115,17 355
15,11-14* 359	118,24: 232
Job (Jb)	119,160 87
1,6ss 168	127,3 435
10,21.22 355	130,7.8 184
Salmos (Sl)	135,6 84
2,7 108	139 409
8,6 101	139,2-4 84
19,1 34	Provérbios (Pr)
19,13 198	1,8 234
20,6 114	2,17 241
23,4 355	6,19 248
29,1 262	19,9* 247
31,5 137	Eclesiastes (Ecl)
45,6-10 114	5,9 251
49,15 355	Sabedoria* (Sb)
51,4.5 201	7,17* 176
51,10-12 456	8,1* 87
51,11 51, 158, 320, 344	11,24-12,1* 96
69,21 137	12,13* 83
78,5-7 435	13,3-5* 34
88,11-13 355	

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

Ben Sirá* (Sir)	65,20.21 374
7,34* 446	
17,5* 176	
Isaías (Is)	Jeremias (Jr)
1,10-17 197	15,16 411
1,18 416	23,5 118
6,2-7 99	31,9 95
6,3 83, 90, 399	31,31ss 114
7,14 116	31,33.34 217
9,5 373	32,9 134
9,5* 111	50,29 83
9,5.6 36	Ezequiel (Ez)
11,6-8 180	11,5 51, 158
28,16 201	16,9 317
42,1 117	36,27 344
43,3 83	Daniel (Dn)
45,21.22 83	3,86* 360
53 138	7,13.14 116
53,4-6 202	10,13 99
53,4-7 371	12,1 99, 371
53,5 124	Oséas (Os)
53,6 138	6,2 144
53,12 135	12,10 36
54,8 86	13,4 36
55,1 331	Joel (Jl)
58,13.14 229	2,28.29 161, 344
61 114	3,5 201
63,15.16 50	Amós (Am)
63,16 226	5,21.22.24 222
65,17 374	

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

Miquéas (Mq)	5,27.28 251
3,8 158	5,28 241
5,1 123	5,33-37 228
5,2 36, 111	5,44 212
6,8 198	5,44.45.48 136
Habacuc (Hab)	5,45 193
1,12 83	5-7 121
Zacarias (Zc)	6,5-8 457
7,12 158	6,9 84, 95, 226, 457
9,9 112, 118, 132, 449	6,9-13 402, 408
11,12.13 133 s.	6,12 419
12,10 139	6,14.15 412
Malaquias (Ml)	7,12 198, 212s.
2,7 307	7,28.29 404
2,13-16 241	7,29 397
3,1 112	8,23-27 127
3,10 465	9,2-6 185
Mateus (Mt)	9,6 116
1,1 117	9,18-26 127, 354
1,18 64, 154	10,2-4 292
1,21 112	10,7 404
1,22.23 116	10,19.20 160
2,1-11 123	10,40 292
2,2 118	11,5 112
3,15 317	11,10 112
3,16 345	11,25-27 458
3,16.17 155	11,27 94
3,17 110, 317	12,5 181
4,1 124, 168	12,8 116, 217, 230
4,4 403	12,40 116, 140
5,16 95	13,1ss 128
5,21.22 237	13,31-33 129
	13,34.35 128

Mateus (Mt)	20,28 116
13,44-46 129	21,9 285, 449
14,23 458	22,36 209
15,18.19 247	22,37-39 211
15,19 250	22,37-40 202, 209, 212
15,32-38 327	22,39 212
15,32-39 127	24 121
16,13-20 458	24,29.30 372
16,16.17 179	24,37-39 130
16,18 258	24,40.41 368
16,18.19 293, 302	24,42 366
16,24* 324	24,43-51 366
16,26 185, 416	24,44 130
17,5 110	25,1-13 130
17,9 116	25,1-30 366
17,12 116	25,14-30 130
18,10 98	25,34-46 465
18,18 299	25,35.36 129, 434
18,20 401	25,46 353
18,21-35 129	26,20-29 258
19,4.5 240	26,26 326
19,5.6 241	26,26-28 133
19,6 241	26,26-29 329
19,9 242	26,26ss 338
19,14 315	26,28 337
19,16-22 217	26,38 109
19,16-23 245	26,53 98
19,18 247	26,57-66 247
19,18.19 212	27,1-5 134
20,18.19 140	27,9.10 134

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

Mateus (Mt)

27,24.25	135
27,54	137
27,62-66	138
28,1	230
28,5.6	145
28,11-15	145, 248
28,18	169
28,18.19	90
28,18-20	324, 434
28,19	82, 226, 269s., 318
28,19.20	52, 69, 189, 258, 286
28,19-20	292
28,20	149, 159, 400

Marcos (Mc)

1,1	115
1,10.11	90, 317
1,13.23	168
1,15	121, 125
1,23-28	126
1,35	458
2,1-12	126
2,5.10	416
2,13-17	327
2,27	230
3,11	126
3,13-19	291
3,14	131
3,29	418
6,30-44	127
7,9-13	234
7,20-23	242, 245

8,1-9	127
9,30.31	144
9,31	139
10,9	242
10,11.12	242
10,14	321
10,17-19	234
10,17-21	217
10,27	84
10,34	144
12,30	210
12,30.31	474
12,36	81, 158
13	121
13,22	169
13,31	121
14,22-25	329
15,34	136
16,2	230
16,15	269, 404
16,16	323
16,19	147

Lucas (Lc)

1,11.12.29	99
1,19	99
1,27	64
1,31-33	123
1,32.33	118
1,35	64, 123, 154
1,37	84
1,46-55	456
2,9.10	99
2,11	123

Lucas (Lc)	<i>11,2-4</i> 408
<i>2,13</i> 98	<i>11,5-10</i> 457
<i>2,51</i> 234	<i>11,20</i> 126
<i>2,52</i> 109	<i>12,40</i> 151
<i>3,21.22</i> 457	<i>12,50</i> 318
<i>3,22</i> 124	<i>15,4-32</i> 129
<i>4,1.14.18.21</i> 155	<i>16,19-31</i> 355
<i>4,14</i> 156	<i>17,21</i> 125, 262
<i>4,16</i> 230	<i>17,34</i> 368
<i>4,17-21</i> 46	<i>18,1-8</i> 457
<i>4,18</i> 200	<i>18,9-14</i> 129
<i>5,1-11</i> 128	<i>18,10-14</i> 457
<i>5,17*</i> 156	<i>19,1-10</i> 245
<i>5,21-24</i> 416	<i>19,5</i> 441
<i>6,6-11</i> 230	<i>19,8</i> 246, 418
<i>6,12</i> 457	<i>19,9</i> 442
<i>6,12-16</i> 131, 258	<i>19,10</i> 116
<i>6,13</i> 189	<i>20</i> 132
<i>6,13-16</i> 291	<i>21</i> 121
<i>7,11-15</i> 354	<i>21,1-4</i> 466
<i>7,13-15</i> 127	<i>21,36</i> 366, 457
<i>7,48</i> 418	<i>22,14.19.20</i> 299
<i>8,15</i> 129	<i>22,14-20</i> 329
<i>9,18-21</i> 458	<i>22,14ss</i> 131
<i>9,22*</i> 139	<i>22,18</i> 334
<i>9,28-36</i> 458	<i>22,19</i> 326, 337, 400
<i>9,30.31</i> 354, 360	<i>22,19.20</i> 329
<i>10,25-37</i> 211	<i>22,31.32</i> 293
<i>10,30-35</i> 129	<i>22,32</i> 302
<i>11,1</i> 457	<i>22,41-44</i> 458

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

Lucas (Lc)

22,41-46 458
 22,42 133, 207, 409
 22,54-62 134
 23,2 247
 23,12 134
 23,28 135
 23,34 136, 458
 23,43 136
 23,46 137, 409, 458
 24,1 230
 24,13-31 326
 24,25-35 145
 24,27 46
 24,30 146
 24,34 57
 24,36 146
 24,40-43 146
 24,44 46
 24,44-46 144
 24,49 160
 24,52 110

João (Jo)

1,1 63, 108, 257
 1,1.18 90
 1,1-18 108
 1,1-3 96, 127
 1,14 36, 107s., 448
 1,14.18 64, 94
 1,29 138, 328, 371
 1,29.33.34 124
 1,29-34 345
 1,32-34 155

1,49 118
 2,1-11 128, 327
 2,11 126
 2,19 140
 2,21.22 140
 3,3.5 263
 3,5 138, 323, 349
 3,13 116, 450
 3,16 85, 179, 209, 360
 4,23.24 222
 4,24 457
 4,42 185
 5,21 126
 5,22.26.27 76
 5,25 142
 5,39 46
 6,1-15 327
 6,26-51 327
 6,27 344
 6,35 130, 327
 6,44 110
 6,51 127, 411
 6,51-58 401
 6,53 133, 328
 6,54.56 328
 6,56 73
 6,68-69 293
 7,16 400
 7,39 159
 8,2-11 242
 8,12 130
 8,24 179, 417
 8,44 169, 249

João (Jo)	<i>14,15.21.23</i> 210
<i>8,51</i> 51	<i>14,16</i> 153
<i>10,1</i> 245	<i>14,16.17.26</i> 51
<i>10,9</i> 130	<i>14,16.26</i> 159
<i>10,11</i> 130	<i>14,23</i> 51
<i>10,11.27.28</i> 434	<i>14,26</i> 154, 299
<i>10,11-16</i> 263	<i>15,5</i> 130
<i>10,17.18</i> 416	<i>15,5.6</i> 300
<i>10,18</i> 143	<i>15,10</i> 208
<i>10,25-28</i> 263	<i>15,26</i> 154, 160, 345
<i>10,30</i> 90, 110	<i>16,7</i> 154, 159
<i>11,1-44</i> 127	<i>16,8</i> 160
<i>11,1-45</i> 354	<i>16,9</i> 182
<i>11,5</i> 441	<i>16,12.13</i> 160
<i>11,17-44</i> 146	<i>16,13</i> 153, 249
<i>11,25</i> 130	<i>16,13.14</i> 400
<i>11,25.26</i> 127	<i>16,13-15</i> 81, 90
<i>11,41</i> 409	<i>16,14</i> 149, 160
<i>11,41.42</i> 458	<i>16,14.15</i> 154
<i>12,7</i> 132	<i>16,28</i> 116, 147, 450
<i>12,13</i> 118	<i>17</i> 131
<i>12,26</i> 283	<i>17,1</i> 409
<i>13,4ss</i> 131	<i>17,12</i> 433
<i>13,15</i> 300	<i>17,17</i> 249
<i>13,20</i> 299	<i>17,18</i> 286
<i>13,30</i> 133	<i>17,18.19</i> 300
<i>13,34</i> 268	<i>17,18.20</i> 52
<i>13,34.35</i> 213	<i>17,19</i> 269
<i>13-16</i> 121, 131	<i>17,20</i> 269
<i>14,1</i> 51, 179	<i>17,20.21</i> 340, 458
<i>14,3</i> 65, 150, 366	<i>17,20-23</i> 268, 302
<i>14,6</i> 110, 130, 249	<i>17,24</i> 147
<i>14,9</i> 109, 224	<i>18,11</i> 134

João (Jo)

18,28 134
 18,28ss 65
 18,33-37 119
 19,12 135
 19,19.20 119
 19,26.27 136
 19,27 234
 19,28 137
 19,30 137
 19,36 139
 20,1 230
 20,17 450
 20,19.26 146
 20,19-23 145
 20,21 299
 20,21-23 285s.
 20,23 69, 270, 300, 417s.
 20,28 110, 115
 21,1-14 145
 21,15-17 145, 263, 293, 302
 21,25 39

Actos dos Apóstolos (Act)

1,2.3 132
 1,3 145
 1,3-11 450
 1,4.5 147
 1,8 153, 269, 296
 1,8* 156
 1,9-11 65

1,11 75, 147, 151, 366
 1,14 458
 1,15-26 292s.
 1,16 158
 1,21.22 292
 1,24.25 459
 2,1-4 345
 2,1ss 451
 2,14 293
 2,14ss 404
 2,15ss 344
 2,36 141
 2,38 153, 156, 258,
 318, 346
 2,38.39 323
 2,41 318
 2,42 259, 270, 398
 2,42.46 326
 3,12-26 404
 3,18 158
 4,10.12 410
 4,12 112, 172, 185, 301
 4,18.19 475
 4,23-31 458
 4,25 158
 4,32 213
 5,3.4 153
 5,29 77, 235, 474s.
 5,30-32 143
 6,4 290

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

Actos dos Apóstolos (Act)

6,6 295, 459
 7,56 116
 8,1 379
 8,12-17 323
 8,14-17 156, 289
 8,14ss 317, 346
 8,15-17 294
 8,18 346
 8,38 324
 9,3-6 146
 10,37.38 345
 10,37-38 155
 10,37-43 58
 10,44-48 323
 10,47 317
 11,1-18 293
 11,19 379
 12,2 296
 12,12 459
 13,1-4 292
 13,4 153
 13,9-10 160
 13,26-41 294
 13,34.35 146
 13,37.38 337
 13,47 185, 301
 14,4.14 292
 14,14 379
 15,1-29 293, 379
 17,1-4 294
 17,22-31 404
 17,27 409

19,1-6 317, 347
 19,5.6 323
 19,6 294
 20,7 230
 20,29 245
 28,25 158

Aos Romanos (Rm)

1,1.5 400
 1,5 208
 1,9 228
 1,18-20 50
 1,19.20 34
 1,20 101
 1,30 234
 2,14.15 174, 196
 2,15 197
 3,5-18 86
 3,19.20 198
 3,20 217
 3,22.29.30 51
 3,24 416
 3,24-26 86
 3,25.26 416
 3,28 203
 3,30.31 202
 4,8 416
 4,17 95
 4,25 173
 5,5 156, 209s., 349
 5,12 172
 5,18 203
 5,18.19 173, 320
 5,19.20 199

Aos Romanos (Rm)

6,3-8	322
6,8-11	445
6,9	146
6,17	208
6,22	445
6,23	86, 171s., 354
7,2.3	242
7,7	202
7,7-10	199
8,9	153, 163
8,11	144
8,14	162
8,14-17	74, 95
8,15	460
8,15-18	349
8,16	153, 349
8,17.18	151
8,18-22	168
8,19-22	149, 180
8,21	173
8,26	153, 455, 460
8,28	461
8,29	409
8,29.37-39	191
8,33.34	147
9,10-20	189
10,4.5	202
10,9	57, 115
10,10-13	201

10,16.17	265
10,17	403
10,17*	52
11,33	177
11,36	210
12,1	463
12,4.5	260
13,1	474
13,1-7	76s.
13,1ss	473
13,7	474
13,8-10	212, 218
14,7-9	447
14,9	143, 185, 269, 423
14,10	368
15,2	213
15,7	214
15,19	153
16,7	292
16,25.26	208, 406

1ª aos Coríntios (1Cor)

1,18	141, 201
1,19.20	177
1,21	176
2,1-16	177
2,6-16	81
2,7.8	115
2,10-12	46
2,11	152
3,9	264

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

1ª aos Coríntios (1Cor)

3,11	271
3,16.17	264
4,1	46, 290, 338
6,19.20	243
7,10.11.39	242
8,4	83
8,5.6	223
9,1-16	292
10,1-4	111
10,4	81
10,13	412
10,16.17	330
10,17	340
11,1	300
11,17-32	329
11,23-26	330
11,23ss	338
11,24.25	72
11,26	333, 336, 401
11,27	73
11,29	339
12,3	152, 160
12,4-6	90
12,4-7	305
12,13	149
12,20	260
12,26.27	215
14,1*	210
15	99

15,3.4	65, 141
15,3-5	57, 200
15,3-7	450
15,3-8	294
15,6	146
15,14	144
15,20.22-24*	373
15,21.22	144
15,23	356
15,24	373
15,26	354
15,28	169, 375
15,29	359, 424
15,42-44	68, 146
15,44	374
15,45.47	102
15,51	290
15,51.52	367
15,51-57	48
15,52	144
15,54-57	354
15,55	356
15,57	125
16,2	230
16,22	57, 151, 366

2ª aos Coríntios (2Cor)

1,21.22	343
1,23	228
1,24	300
3,6	288

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

2ª aos Coríntios (2Cor)

3,7.8	289
3,8	289
3,9	289
3,11	296
3,17	153
4,17.18	100
5,2.4.5	368
5,10	368
5,17	348
5,17-19	185
5,18.19	289
5,19	86, 141, 201
5,20	290, 434
5,20:	120
5,21	123, 416
6,16	162
9,6-8	466
10,5	177
11	292
11,2	291, 369, 406
11,14	167
13,4	146
13,13	91, 226, 421

Aos Gálatas (Gl)

1,11.12	290
1,19	292
2,9	292
3,14	194
3,23.24	199
3,27	322
4,4.5	258
4,6	153

5,19-25	252
5,22.23	349, 406
6,10	214, 465

Aos Efésios (Ef)

1,3	194
1,3-7	467
1,5	95
1,7	112, 412
1,13	343
1,16-23	459
1,22.23	260
2,11-18	51
2,22	162
3,1-7	48
4,4-6	90
4,11	295
4,13	260
4,13.14	438
4,15	261
4,25	248
4,30	343
5,2	463
5,4	227
5,5	252
5,21-33	469
5,25.28-33	241
6,1-3	234
6,4	235

Aos Filipenses (Fl)

1,8	228
1,19	153

Aos Filipenses (Fl)	3,16 425
2,3* 306	3,20 234
2,3.4 464	1ª aos Tessalonicenses (1Ts)
2,5 87	1,1 292
2,6-11 48, 58	2,7 292
2,6-8 109, 464	4,3.4 243
2,7 317	4,13.3 243
2,8 107, 172	4,13-18 151, 432
2,9.10 143	4,14-18 294
2,9-11 64, 115, 410	4,15-17 148, 367
3,12-16 87	4,16 357, 361
3,20.21 367	4,16.17 75
3,21 147	5,2 151
4,7 177	5,9 368
Aos Colossenses (Cl)	5,17 459
1,14 413	5,23 105
1,15 102, 107	2ª aos Tessalonicenses (2Ts)
1,15-20 48, 58	2,3.4 169
1,16 63, 96, 149	2,7 167
1,18 69, 149, 260	1ª a Timóteo (1Tm)
1,26-28 290	1,5 209
1,27 152	2,1 459
2,9 110	2,4 411
2,12.13 322	2,4-6 360
2,19 261	2,5.6 185
3,1 65	2,5-7 265
3,4 371, 414	3,2.12 241
3,12-14 214	3,2.3.8.9 305
3,14 268	3,15 162, 264

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

1ª a Timóteo (1Tm)	7,23-27 288
3,16 36, 111	7,24.25 120
5,9 241	8,5 119, 257
6,10.11 252	8,6 284
2ª a Timóteo (2Tm)	8-10,18 463
1,9.10 354	9 140
3,2 234	9,16 137
3,15.16 38	9,24 147
Tito (Tt)	9,27 354
1,5.7 295	9,28 151
2,4 235	10,1 257
2,12-14 208	10,9.10 411
3,1 474	10,10 269, 463
3,5 156, 317	10,18 416
3,5-7 95	10,20 137
Hebreus (Heb)	10,23 365
1,2 96, 149	10,37 151
1,3.4.2 96	11,1 178
1,14 98	11,3 84, 95
2,14 109, 138, 356, 449	11,4 463
2,14.15 142	11,6 178
2,17 120	11,39 178
3,1 400	12,1 207
3,7 81, 231	12,2 87
4,4-11 231	12,22-24 262
4,14.15 288	13,4 243
4,15 110, 124	13,16 464
5,8.9 208	Tiago (Tg)
5,9 185	1,13-15 413
5,10 327	1,15 250
6,7 193	1,18 349
7 111	1,21 300
7,19 119	1,22-24 406

Tiago (Tg)

2,1-9	214
2,10	217
2,15-17	203
4,17	182
5,8	151
5,12	228
5,15.16	459

1ª de Pedro (1Pe)

1,2	91
1,3-12	144
1,14.15	252
1,15.16	84
1,19	328
1,24.25	403
2,5	162, 271, 466
2,5.9	283
2,9	74, 76, 189, 349
2,9.10	261, 269
2,11-17	76
2,13	474
2,21-24	138, 140
3,9	194
3,15	232
3,18-20	142, 360
3,19	65, 99
3,19.20	354
3,20.21	256, 316
3,21*	175
4,6	142, 360

4,14	153

5,2-4	263, 434

2ª de Pedro (2Pe)

1,10.11	189
1,20.21	39
2,4	169
3,8	85
3,9	151
3,13	374

1ª de João (1Jo)

1,1-3	36, 109, 271
2,1	159, 458
2,12	419
2,16.17	251
3,2	33, 151, 263, 289, 367, 371
3,8	169, 172
3,15*	237
3,16	140
3,18	212
3,19.20	175
4,1-6	294
4,2	36, 160
4,7ss	213
4,9.10	449
4,16	85, 209, 268
4,19	210
5,2.3	210
5,6-8	314
5,20	107, 111

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

Judas (Jd)

9 99

Apocalipse (Ap)

1,1 151
 1,5 119
 1,7 372
 1,8 84
 1,18 143
 3,1 279
 3,10 371
 3,11 366
 3,14 248
 4 262
 4,8-11 399
 5,12 371
 6,8 354
 6,9-11 354
 7,3 343, 371
 7,14 371
 11,15 119
 12 264
 12,5 369s.
 12,5.12 371
 12,6 372
 12,9 370
 13,10.15 372
 14,1 76, 227
 14,1-5 369
 14,4 349

14,12.13 372
 14,15 369
 16,7 86
 19,6.7 262, 410
 19,6-9 371
 19,7 150, 369
 19,7.8 349
 19,11-16 372
 19,20 372
 20,1-3 372
 20,4 372
 20,4.6 76
 20,5.6 368, 372
 20,6 76, 190, 277, 354,
 373s.
 20,7.8 169
 20,7-10 374
 20,10 169
 20,11-15 374
 20,14 354, 374
 21,2 264
 21,3 262, 375
 21,4 150
 21,8 354
 22,3-5 277, 374
 22,4 343
 22,7.12.20 366
 22,12.20 151
 22,17.20 369

Índice remissivo

A

Aborto 238

Absolvição 416ss., 443

Ação de Graças 451, 465

Administração dos sacramentos 276,
286, 324

Admissão 422

Adoração 83, 98, 115, 198, 222ss., 231,
255, 257, 277s., 395, 399, 401s., 425,
431, 459s.

Adulterio 241s., 251, 470

Além 35ss., 40, 43, 48, 59, 64, 67, 70,
75, 97, 99, 102, 108s., 112, 136, 190,
192ss., 197, 207, 214, 217s., 221, 223,
229, 231, 235, 237, 245, 248, 255, 262,
269, 271, 287, 292, 295, 303, 340,
343s., 349, 353ss., 368, 387, 396s., 399,
401, 405, 407, 410, 412, 417, 427, 432,
438s., 442, 450s., 456, 458ss., 463, 466

Aliança 35, 38s., 46, 50s., 57, 81s., 85s.,
114, 119ss., 131, 137, 140, 147, 157s.,
162, 178, 183s., 189, 193s., 197s.,
200ss., 209, 217, 222, 233, 236, 241s.,
256ss., 261s., 284s., 287ss., 293, 316s.,
322, 326, 329s., 338, 340, 344, 356,
358, 397, 410, 416, 430, 435, 449, 463,
469, 473

Alma 97, 99, 101, 104s., 109, 209, 211,
213, 222, 232, 331, 353ss., 401, 411,
419, 426, 432s., 445, 456, 458, 466, 474

Altar 396, 400s., 465

Amor ao próximo 128s., 202s., 211ss.,
244, 248, 250, 279, 440, 456, 465

Ancião de distrito 298, 307

Anjo 90, 112, 118s., 123, 133, 145, 168,
307, 366, 458

Anticristo 169, 372

Antigo Testamento 35, 39s., 42ss., 46,
51, 64, 83, 111s., 115, 139, 157, 168,
174, 178, 196, 198, 200s., 207, 217,
221, 226, 234, 236s., 240s., 245, 247,
251, 256, 285, 289, 316, 322, 326,
354s., 403s.

Apostolado 48, 62, 69ss., 208, 269s.,
275, 298, 301, 303s., 342

Apostolicidade 67, 69, 266, 270, 273,
278s.

Apóstolo 34, 37s., 43, 58, 67, 70ss., 81,
83, 86, 99, 110s., 115, 120, 136, 141,
145s., 149, 151ss., 155s., 163, 172s.,
176, 179, 183, 186, 196, 198, 200ss.,
212ss., 217, 234, 248, 251s., 258, 263,
269s., 273ss., 278s., 287ss., 294ss.,
302ss., 321, 324s., 329, 335, 337, 343s.,
346s., 349, 366, 369, 373, 379, 386ss.,
403s., 412, 415, 418, 420, 422s., 431,
434, 443, 450s., 458, 463s., 466, 469,
473

Apóstolo de distrito 298, 303, 309, 431
 Apóstolo maior 49, 298s., 302s., 309,
 390, 405, 421, 424
 Arrebatamento 51, 75, 290, 367s., 370s.
 Arrependimento 175, 407, 417s., 470
 Artificial, inseminação 470
 Artigos de fé 62, 267, 341, 427
 Assistência pastoral 303, 305, 307s.,
 426, 433s., 438s., 441ss., 446
 Atos de bênção 194, 307, 395, 421, 425,
 437, 465
 Atos milagrosos de Jesus 126
 Atos salvíficos de Deus 62, 185, 256
 Aulas de religião 438
 Automanifestação de Deus 34s., 37, 81,
 88, 161, 224
 Autoridades 76s., 473, 475
 Avareza 182, 244

B

Batismo com o Espírito 163, 317, 343,
 347
 Bênção 70s., 89ss., 183, 188, 191ss.,
 197, 221, 226, 229, 236, 241, 275,
 283ss., 298, 304s., 330, 339, 396, 399,
 401, 421s., 425ss., 433, 466ss.
 Bênção matrimonial 241, 243, 429s.,
 469
 Bíblia 38ss., 42ss., 47, 100, 105, 171,
 181, 216, 218, 227, 240, 260, 296, 313,
 353, 383, 413, 463
 Bispo 43, 298, 306s., 381
 Blasfêmia 126, 134, 226, 418

Bodas do Cordeiro 150, 187, 371, 410
 Bodas no céu 75, 262, 277s., 333, 349,
 372, 410

C

Cânone 40, 43s., 380
 Ceia memorial 72, 272, 332
 Ceia Pascal 73, 326, 328, 330
 Ceia, Santa 70, 72ss., 131, 163, 210,
 231, 257s., 272, 276, 289, 299, 301,
 303, 306, 308, 314s., 322, 325ss.,
 332ss., 347s., 357, 361, 397ss., 407,
 411, 420ss., 424s., 437, 442, 445, 449,
 452, 459
 Cento e quarenta e quatro mil 369
 Céu 33, 37, 51, 59, 63ss., 75s., 84, 90,
 100, 116, 121, 124, 146s., 149, 169,
 173, 183, 218, 223, 263, 277, 345,
 365ss., 399, 408, 410s., 450s., 457s.
 Cidade de Deus 262
 Comunhão dos santos 59, 66, 369
 Comunidade 58, 70, 73, 76, 160, 213s.,
 231s., 243, 255, 257, 260, 263, 269,
 288, 290, 295, 300, 305ss., 318, 333s.,
 336, 339s., 357, 359, 366, 379, 389,
 395, 399ss., 405ss., 410, 415, 418,
 420ss., 424s., 428ss., 434, 437s., 440,
 442, 451, 458ss., 465, 469
 Concupiscência 202, 250s., 320, 374,
 413
 Confirmação 421ss., 425, 427s., 430,
 438, 440
 Confissão 120, 201, 268, 277, 279, 417,
 438, 443, 470

Consagração 72, 163, 314, 321, 335,
337ss., 422, 431, 459

Consciência 37, 102, 173ss., 198, 209,
226, 325, 332, 349s., 438

Cordeiro de Deus 124, 138, 328, 371

Corpo de Cristo 215, 260s., 268, 272,
276

Credo, da Igreja antiga 60ss.

– de Atanásio 58, 60

– dos Apóstolos 58s., 65, 67

Criação 33ss., 37, 40, 50, 62s., 67s., 73,
76, 84, 87ss., 92ss., 100ss., 104, 107s.,
121, 149, 153, 157, 167ss., 172, 176s.,
180, 187s., 191ss., 224, 229, 239, 263,
348, 371, 374, 380, 396, 411, 451, 468

Crianças 98, 194, 217, 234, 315, 321,
348, 421, 435ss., 471s.

Cristo 33, 36ss., 43, 46, 48s., 51s., 57ss.,
61s., 64ss., 81, 84, 86s., 90s., 95, 102,
106s., 109ss., 114ss., 129ss., 134,
136ss., 149ss., 158ss., 169, 172s., 175,
177ss., 182ss., 190, 194, 196ss., 207ss.,
212ss., 216s., 221ss., 227, 230ss., 234,
240s., 245, 247s., 252, 255ss., 283ss.,
299ss., 304s., 313ss., 321ss., 325ss.,
332s., 335ss., 342ss., 348s., 354ss.,
360s., 365ss., 379, 383ss., 387s., 397ss.,
405s., 409ss., 415ss., 423, 425, 427s.,
431ss., 436, 445, 447ss., 457ss., 463s.,
467, 469, 472, 474

Crucificação 73, 89, 135, 200, 326, 449

Cruz 65, 73, 107, 109, 119, 133, 135s.,
139ss., 183, 194, 222, 234, 318, 321s.,
324, 415, 458

Culpa 175, 182, 238s., 242, 412, 419,
443, 447, 449

Cupidez 251

D

Decálogo 212, 250

Demónio 168

Denominação 57, 64, 255, 279

Denominação religiosa 57, 273

Derramamento do Espírito Santo 36,
89, 160ss., 183, 258, 271, 451

Desconsagração 431

Descrença 323, 356

Despenseiros 290

Destituição do ministério 305

Dez mandamentos 77, 182, 196s., 199,
212, 216ss., 233, 257, 438, 468, 473

Dia do Senhor 151, 187, 219, 229, 263,
275, 291, 294, 459

Diabo 97, 99, 109, 112, 124s., 142, 169,
249, 356, 416, 428

Dirigente distrital 309

Discípulos 46, 109, 115, 118, 121, 125,
131, 133s., 140, 144ss., 150, 162, 181,
189, 213, 258, 291, 293, 326, 329,
345s., 379, 450, 457

Divórcio 242s., 469s.

Docentes 436s.

Domingo 230ss., 423s., 436s., 449, 451

Domingo de Ramos 448

Doutores da Igreja 380s.

Doutrina da justificação 383

Doutrina dos apóstolos 258, 269, 398s.
 Doxologia 413
 Dupla natureza de Jesus 109, 380

E

Educação 321, 348, 435, 437, 471
 Eleição 70, 183, 187ss., 194, 256, 258, 290, 304
 Encarnação de Deus 36, 51, 62, 94, 183, 258, 289, 397, 415, 420
 Escola Dominical 437s.
 Escritura Sagrada 37, 39, 46ss., 50, 60, 62, 89, 95, 97ss., 110, 114, 116, 138, 144, 152s., 157, 163, 168, 170, 174, 177, 182s., 187, 201, 270, 278s., 285, 344, 353s., 359, 365, 371s., 405, 450, 452, 456
 Espiritismo 224
 Espírito de sacrifício 463ss.
 Espírito Santo 33, 36s., 39, 46, 48s., 51, 59ss., 63s., 66s., 69, 71ss., 76, 81s., 88ss., 96, 106, 121, 123s., 131, 145, 147, 149, 152ss., 182, 189, 194, 209s., 226s., 249, 255, 258, 263, 265ss., 270, 272, 274ss., 279, 283, 285, 288ss., 294s., 297, 299, 301, 304, 313s., 316ss., 320s., 323, 338, 343ss., 353, 359, 380, 383, 387, 398ss., 403, 405s., 413, 418, 420s., 428, 431s., 448, 451, 455ss.
 Estado 59, 74, 76s., 81, 163, 172, 180, 197, 260, 278, 320, 355ss., 372, 384, 417, 439, 442s., 469, 473
 Estado pecaminoso 100, 171, 269
 Ética cristã 385, 476
 Eutanásia 239

Evangelho 43s., 47, 52, 58, 67, 69s., 74, 76, 89s., 96, 112, 115, 117, 119, 123, 125, 130s., 141s., 153, 160, 163, 167, 177, 182s., 185, 189s., 194, 196, 198, 200ss., 230, 232, 242, 249, 265, 269ss., 278, 283, 286, 288, 290, 295, 297, 301, 305, 307, 321, 329, 337, 343, 349, 357, 360, 366, 369, 374, 379, 381ss., 385, 400, 404s., 408, 410, 420, 427s., 435s., 438s., 450, 457, 473s., 476
 Evangelista 36, 298, 307s., 387
 Evangelista de distrito 298, 307

F

Falecidos 48, 143, 212, 276, 303, 355, 357, 359ss., 374, 400, 421, 423s., 432
 Família 188, 256, 316, 459s., 468s., 472s.
 Fé 35, 38, 42s., 47, 49ss., 57ss., 62ss., 68ss., 81, 83s., 87, 91s., 95, 106, 114s., 123, 125ss., 136, 144, 152, 167, 173s., 177ss., 182, 187, 189s., 192, 194, 199, 201ss., 207ss., 213ss., 228, 231, 252, 255, 260, 263, 265ss., 272, 274ss., 279, 286, 288s., 293, 298, 300, 302, 304s., 308, 314ss., 318, 321, 323, 333, 339, 341ss., 348ss., 356s., 359s., 365ss., 372, 380ss., 384, 388, 400, 403, 405s., 412s., 415, 417ss., 422, 426ss., 436ss., 442, 445s., 448, 455, 459ss., 463ss., 469ss., 475s.
 Feriado 229ss., 473
 Filho do Homem 116128, 130, 133, 139s., 150s., 230, 328, 344, 457
 Filiação divina 51, 74, 110, 124, 153, 227, 276, 289, 315, 317, 343, 345, 349

G

Glória 34, 58, 60, 68, 90, 94, 99, 108s.,
115, 126, 146s., 149s., 152s., 180, 186,
194s., 208, 213, 261s., 289, 349, 360,
371ss., 404, 408, 410, 413s., 464

Glorificação de Deus 90, 405, 413

Graça 50, 63, 86, 91, 94, 108s., 125,
129, 135s., 173, 175, 179, 188, 190,
192, 196, 199, 202s., 234, 242, 256,
262, 265, 272, 275, 288s., 313, 315,
321, 348, 357, 368, 383, 399, 401s.,
404s., 407, 412, 415ss., 421, 425s.,
432s., 445, 460, 466, 469s.

Grande Comissão 69, 90, 132, 226,
258, 318, 379

Grande tribulação 187, 371ss.

H

Hino 110, 149, 260, 425

Hipocrisia 208, 249

História de salvação 33, 46, 81, 83, 121,
123, 140, 153s., 156s., 161, 183s., 188,
274, 277, 365, 438, 448s.

Homicídio 237s., 251

I

Idolatria 34, 237, 359

Igreja Católica Apostólica 297, 299,
389s., 398

Igreja-noiva 68, 74ss., 163, 183, 185,
187, 190, 255, 275, 278s., 290s., 297,
334, 368, 370s., 388, 410, 413

Imagem, à 101s., 176, 188, 468

Imortalidade 101, 353

Imposição das mãos 295, 304, 343,
346s., 388, 422, 428

Incumbência 300, 305, 308s., 418, 420,
422

Índole 128s., 247, 417, 463s., 466

Inferno 142, 293, 302

Invocação dos mortos 224, 355

J

Juízo definitivo 129

Juízo Final 75s., 150, 183, 187, 277,
354, 372ss.

Jubileu matrimonial 425

Juramento 228, 261, 313

Jurar 228

Justiça 86, 118, 124, 160, 171, 173, 182,
196, 198, 201, 203, 289, 357, 374

L

Legislação 77, 196, 209, 230, 242, 251

Lei 46, 119, 129, 131, 136, 139, 174,
181, 184s., 193, 196ss., 201ss., 209,
212, 217s., 221, 230, 234, 257s., 285,
289, 307, 435

Lei mosaica 130s., 174, 196ss., 211,
216s., 233, 237, 245, 288s., 316s., 327,
331, 379, 463, 473

Liturgia 388, 398, 408s., 428, 452

Livros Apócrifos 42

Livros Sapienciais 40s., 44

Logias 43

Logos 108

M

Magia 224
 Mal, o 168
 Maldição 104, 111, 143, 180, 184, 191ss., 197
 Mandamento 67, 82, 103, 128, 167, 197, 199, 202, 209ss., 218, 222ss., 227ss., 242, 244ss., 278, 410, 465, 472s.
 Manifestações divinas 35, 89, 97, 154, 290
 Mártires 372s., 380
 Matrimônio 240ss., 428ss., 468ss.
 Mediador 117, 138, 184s., 262, 265, 284s., 346
 Mentira 87, 160, 168s., 247ss., 251
 Messianidade 126, 345
 Messias 36, 46, 51, 64, 111, 114, 122, 137, 155, 157, 184, 261, 286s., 371, 448s.
 Milagre da multiplicação dos pães e dos peixes 126
 Ministério 36s., 49, 67, 70ss., 120, 136, 163, 183, 185s., 257, 269s., 272ss., 278s., 283ss., 294ss., 302ss., 307ss., 324, 337s., 346, 386ss., 418, 422s.
 Ministério da pedra basilar 302
 Ministro 71ss., 77, 276, 304ss., 321, 325, 335, 337s., 403, 422s., 437, 442s.
 Missão 48, 69, 120, 189, 235, 274, 283, 288, 292, 295ss., 305s., 324, 329, 360, 369, 379, 389, 404, 434s., 450, 472, 474
 Mistério 82, 109, 115, 167, 265, 297, 317, 325, 399, 450
 Monasticismo 381
 Monogamia 240

Monoteísmo 83

Morrer 127, 139, 146, 170, 244, 296, 357, 374, 444s., 458
 Morte 43, 48, 62, 65, 67, 69, 72s., 81, 86, 99, 103ss., 107, 109, 112, 116, 118s., 125, 127, 132ss., 150, 159, 168s., 172, 192, 196, 222, 236ss., 247, 250, 256, 258, 269, 272, 276, 287, 289, 293s., 296s., 313, 316, 318, 321s., 325, 328, 330, 332s., 336, 339, 342, 353ss., 360, 368, 372, 374, 380, 390, 397s., 413, 415ss., 420, 432, 434, 444ss., 449s., 464
 Música 424s., 465

N

Nascimento virginal 64, 123
 Natal 387, 448
 Natureza de Deus 33, 48, 64, 82s., 102, 153, 181s.
 Noivado 425, 430
 Nomes de Deus 226
 Nova criatura 348, 403
 Novo Testamento 39, 42ss., 60, 62ss., 81s., 89s., 96, 114ss., 133, 153, 158, 162, 181, 197, 199ss., 217, 221, 228, 240, 242, 255, 260, 264, 270s., 285, 287, 292, 296, 313, 317, 329ss., 337, 347, 354, 380, 455

O

Obediência de fé 208
 Oferta de graças 396, 451, 465
 Onipotência de Deus 63, 84

Oração 42, 47, 84, 102, 131, 156, 212, 222, 227, 231s., 257, 268, 286, 290, 295, 300, 304, 343, 347, 359s., 399, 401s., 408ss., 412, 414s., 417, 422ss., 426, 428, 431, 435, 442, 455ss., 467, 469

Ordenação 70, 283, 303ss., 308, 404, 422

P

Páscoa 43, 133, 139, 230, 329, 396, 448ss.

Paciência 86, 214, 406, 416, 457

Paixão 65

Partir do pão 258, 326, 330, 398s.

Pastor 130, 263s., 298, 307, 434

Patriarcas 35, 116, 178, 183, 226

Patriarcas da Igreja 380

Paz 75s., 89, 111, 118, 139, 169, 175, 183, 187, 190, 192, 202, 213, 231s., 252, 263, 277, 292, 357, 373s., 396, 406s., 410, 415, 418s., 431, 443, 445, 463, 474

Pecado 68, 71, 86, 103s., 107, 112, 120, 124, 131, 138, 140, 145, 152, 160, 167ss., 175, 177, 180ss., 185, 192s., 197s., 201ss., 207, 209, 214, 217, 222s., 228, 242, 245, 250, 256, 265s., 315, 317, 319s., 322s., 328, 337, 344, 355, 371, 411ss., 416ss., 434, 445, 449, 470

Pecado original 40, 68, 71, 100, 144, 168, 171, 180, 192, 256, 317, 319s.

Pecador 86, 104, 129, 136, 168, 173, 175, 199, 201ss., 289, 317, 320, 415, 417

Penitência 123, 175, 289, 404, 407, 409, 412, 417, 470

Pentecostes 33, 36, 89, 156, 160ss., 258, 271, 284, 293, 295, 318, 344ss., 398, 404, 451

Pertença 243, 349

Pertença de Deus 369

Plano de redenção 37

Poder 34, 43, 49s., 59, 63, 68, 70ss., 74, 84, 98, 104, 108, 112, 114, 116, 118, 125ss., 131, 136, 138, 141ss., 149, 157, 160, 167, 169, 184, 222, 224, 244, 251, 257, 272s., 276s., 284, 286, 290, 292, 295, 299s., 303ss., 309, 313, 320ss., 324, 329, 337, 339s., 348, 354, 367s., 371ss., 382, 385, 399, 403s., 406, 408, 411, 413, 416, 418, 420, 422, 427, 431, 445, 449, 451, 460, 469, 475

Poligamia 240

Predestinação 190

Prédica 46, 48, 52, 58, 66, 74, 154, 186, 257, 265, 293, 301, 344, 349, 360, 397s., 400, 403, 405ss., 422, 432, 451s.

Presença real 338, 340

Primícia 51, 144, 373, 450

Primeira Ressurreição 187, 190, 368, 373s.

Proclamação da palavra 46, 272s., 304, 307s., 403ss., 424s.

Profeta 50, 90, 99, 117s., 120s., 128, 140, 161, 284ss., 288, 317, 359, 388s., 448

Profissão de fé 57, 59s., 62ss., 67s., 76, 82s., 106, 110, 122, 144, 154, 179, 230, 266, 268, 314, 325, 333, 372, 381, 422, 450

R

Razão 34, 109, 173s., 176s., 268, 278, 356

Reconciliação 117ss., 125, 129, 179, 185, 194, 197, 289, 405s., 417s., 434, 463, 469, 474

Recriador 33, 89, 93

Redenção 66, 68, 86, 93, 112, 120, 138, 140s., 167, 184s., 194, 199, 222, 278s., 284, 286s., 290, 301, 318, 321, 326, 328, 343, 348, 355, 360, 371, 380, 411ss., 416, 420, 434

Reforma Protestante 382ss.

Regeneração 51, 71, 95, 138, 153, 163, 314, 323, 348s., 361, 401

Reino de Deus 121s., 125, 127ss., 145, 258, 262s., 292, 327, 333s., 349, 375, 410

Reino dos mortos 97, 143, 355s., 360

Remissão dos pecados 59, 66, 69s., 73, 120, 133, 194, 199, 231, 258, 270, 272s., 286, 289, 300s., 306, 329, 337, 339, 357, 360, 400, 409, 412s., 415ss., 443, 445, 459

Ressurreição 43, 48, 57, 59, 62, 65, 67ss., 81, 89, 115s., 125, 127, 130, 132, 139ss., 143ss., 159, 175, 183, 196, 200, 230s., 247, 258, 269, 272, 287, 289, 292, 294, 313, 332s., 342, 354, 356, 372s., 380, 404s., 420, 432s., 445, 447, 449ss.

Ressurreição dos mortos 60s., 65s., 68, 75, 105, 144, 151, 359, 373s., 445, 450

Ressuscitação de mortos 127

S

Sábado 116, 181, 198, 219, 229s., 331, 396

Sabedoria 34, 40, 83, 87, 96, 102, 109, 115, 141, 174, 177, 188, 210, 247, 357, 425, 471

Sacerdócio 75, 119s., 140, 189s., 257, 261, 277, 286, 374

Sacerdote 117, 119s., 147, 284ss., 288, 306ss., 327, 337, 359, 389, 442

Sacramento 33, 73s., 163, 231, 268, 272, 276, 304, 313ss., 323, 325s., 331, 333, 337, 339, 343, 345, 347s., 357, 395, 397, 399, 401, 415, 420s., 425

Sacrifícios 119, 140, 256, 369, 416, 459, 463ss.

Saída 357

Salvação 35, 38s., 52, 57, 60, 62s., 66, 68, 86, 98, 112, 114, 120, 125, 130, 137, 141s., 144, 151, 160, 163, 169, 172s., 175, 178s., 183ss., 190, 192, 196ss., 208, 241, 255s., 258, 262, 266, 269, 272, 278, 287s., 290, 293, 301, 303, 313s., 316ss., 321, 327s., 331, 333, 336, 339, 344, 346, 358, 360s., 365, 380, 396, 401, 411, 420, 423s., 431, 438, 442, 449, 452, 455s.

Salvador 36, 83, 111s., 123, 126, 136, 184s., 190, 279, 367, 400, 449

Santidade 67s., 71, 83s., 227, 266, 268s., 278s., 304, 410

Santificação 47, 70s., 91, 203, 230ss., 269, 275, 283ss., 298, 304s., 326, 348, 410

Santo, Batismo com água 51, 61, 68s., 71ss., 153, 163, 175, 272, 276, 306, 314ss., 320ss., 340s., 345ss., 357, 361, 401, 420ss., 424

Santuário 147

Satanás 124, 138, 169, 250, 293, 370ss., 411ss., 416, 449

Selamento, Santo 51, 69, 72, 74, 153, 163, 276, 307, 314, 317, 322ss., 343ss., 357, 361, 401, 420, 424

Selo 343

Senhor 34, 36, 48, 51, 57, 59s., 64ss., 69, 71ss., 75, 82ss., 89ss., 96, 98, 101, 103s., 106, 111s., 115s., 118s., 121, 123, 125ss., 129ss., 143ss., 149ss., 156ss., 160, 162, 170, 184, 187ss., 193s., 198, 200ss., 207ss., 212s., 217ss., 227, 229ss., 234, 237, 241, 245, 248, 255, 257, 260ss., 266, 268, 273ss., 279, 283, 287ss., 296, 300, 302, 305, 307, 313, 316, 321s., 325ss., 332ss., 336ss., 344, 346, 349, 357, 359s., 365ss., 371s., 374, 379, 396, 399, 403, 406s., 409ss., 415, 421, 425s., 445ss., 450, 455ss., 464, 468

Sermão da montanha 95, 131, 198, 212, 228, 258, 404, 457

Serviço 120, 198, 231, 236, 257, 265, 285s., 299, 301s., 304, 395, 397, 408, 420ss., 424s., 466

Serviço de Pedro 302

Serviço divino 57, 195, 231s., 255, 257, 267s., 279, 309, 325, 331, 333, 336, 349, 395ss., 408, 418, 420ss., 428ss., 436ss., 442, 448, 451, 459

Serviço fúnebre 432

Serviço sacrificial 117, 137, 222, 229, 257, 286, 396s., 416, 462s.

Sexta-feira Santa 449

Sinagoga 230

Sistema de ensino 427

Sociedade 62, 141, 238, 248, 382, 439, 443, 465, 469, 471, 473s.

Substância 91, 93, 106, 335

Sucessão 297

Suicídio 239

T

Temor a Deus 47, 194, 223s., 227, 241, 410, 461

Tentação 103, 124, 251, 371, 412

Torá 40, 197

Tradição 43, 62, 89, 93, 136, 184, 216, 222, 224, 228, 235, 256, 317, 381, 398, 468

Transfiguração 89, 110, 139, 354, 360

Transformação 144, 147, 151, 327, 335, 368, 450

Transsubstanciação 335

Tribunal 228, 246ss., 368

Trindade 36, 58s., 81s., 89ss., 106, 317, 380

U

Ultrapassar o luto 447

Unção 114, 155, 317, 345

V

Verdade 33, 48, 51, 64, 67, 86s., 94s.,
108, 119, 121, 130s., 136, 141s., 153s.,
160, 175, 212, 222, 245, 248s., 269,
300, 343, 345, 360, 367, 382, 400,
456s., 466

Vida não nascida 238

Vidência mediúnica 224

Vocação 71, 87, 90, 190, 194, 252, 279,
286, 343

Voto 182, 228, 240, 428ss., 468

Índice das abreviaturas**Livros bíblicos**

Act	Actos	Heb	Hebreus
Ag	Ageu	Is	Isaías
Am	Amós	Jb	Job
Ap	Apocalipse	Jd	Judas
Br	Baruc	Jdt	Judite
Cl	Colossenses	Jl	Joel
1Cor	1ª aos Coríntios	Jn	Jonas
2Cor	2ª aos Coríntios	Jo	João
1Cr	1º das Crónicas	1Jo	1ª de João
2Cr	2º das Crónicas	2Jo	2ª de João
Dn	Daniel	3Jo	3ª de João
Dn	Daniel (adições em Daniel)	Jr	Jeremias
Dt	Deuterónimo	Js	Josué
Ecl	Eclesiastes	Jz	Juízes
Ef	Efésios	Lc	Lucas
Esd	Esdras	Lm	Lamentações
Est	Ester	Lv	Levítico
Est	Ester (adições em Ester)	1Mac	1º dos Macabeus
Ex	Êxodo	2Mac	2º dos Macabeus
Ez	Ezequiel	Mc	Marcos
Fl	Filipenses	Ml	Malaquias
Flm	Filémon	Mq	Miquéas
Gl	Gálatas	Mt	Mateus
Gn	Génesis	Na	Naúm
Hab	Habacuc	Ne	Neemias
		Nm	Números
		Obd	Obadias

Os	Oséas	1Sm	1º de Samuel
1Pe	1ª de Pedro	2Sm	2º de Samuel
2Pe	2ª de Pedro	Tb	Tobite
Pr	Provérbios	Tg	Tiago
Rm	Romanos	1Tm	1ª a Timóteo
1Rs	1º dos Reis	2Tm	2ª a Timóteo
2Rs	2º dos Reis	1Ts	1ª aos Tessaloni- censes
Rt	Ruth	2Ts	2ª aos Tessaloni- censes
Sb	Sabedoria	Tt	Tito
Sf	Sofonias	Zc	Zacarias
Sir	Ben Sirá		
Sl	Salmo(s)		

Outras abreviaturas utilizadas

a.C.	antes do nascimen- to de Cristo	ou	e/ou
adj.	adjetivo	por ex.	por exemplo
al.	alemão	séc.	século
d.C.	depois do nasci- mento de Cristo	s	[página] ... e se- guinte
gr.	grego	ss	[páginas] ... e se- guintes
hebr.	hebraico	v	verbo
lat.	latim		

Observações referentes à redação dos textos

A ortografia, a gramática e a pontuação correspondem ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor desde 2009. A única exceção vai para a citação de textos bíblicos, que está sujeita à ortografia usada na Bíblia, seja na tradução de João Ferreira de Almeida, edição revista e corrigida de 1981, com o copyright de United Bible Societies (1968), seja na dos Franciscanos Capuchinhos, texto da 4ª edição, revista sob a direção de Herculano Alves, com o copyright da Difusora Bíblica (15 de agosto de 2002). Recorreu-se a duas traduções da Bíblia Sagrada para assegurar sempre a reprodução mais fidedigna possível dos textos originais. As citações bíblicas retiradas da referida Bíblia publicada pela Difusora Bíblica encontram-se identificadas por um asterisco (*).

Por norma, procurou-se evitar formulações duplicadas na forma do masculino e do feminino. Assim, sempre que possível, recorreu-se a uma redação neutra. Nos demais casos foi usada a forma do masculino. Esta diferenciação linguística não visa, de forma alguma, discriminar, destinando-se apenas a proporcionar uma maior fluidez na leitura.

Foi também por motivos de boa legibilidade que se renunciou a formas de citação filológica e científica. Os trechos truncados das citações estão sempre devidamente assinalados com três pontos. Eventuais averbamentos e explicações dentro da própria citação são identificados por parêntesis retos ([]).

Os nomes dos diversos livros da Escritura Sagrada foram abreviados por siglas cujo significado se encontra listado no índice das abreviaturas usadas. Para facilitar as pesquisas na Bíblia, os nomes dos Evangelhos do Novo Testamento aqui mencionados foram reproduzidos em conformidade com a nomenclatura usada na tradução de João Ferreira de Almeida, edição revista e corrigida de 1981, com o copyright de United Bible Societies (1968), sendo que, na oralidade, não se usa o cognome “S.”, isto é “São”, para designar os

* Bíblia da Difusora Bíblica. Edição e copyright, vide pág. 529.

Evangelhos, mas tão simplesmente os nomes dos evangelistas, ou seja, "Evangelho de Mateus", "Evangelho de Marcos", etc.